



As representações dos japoneses nos
textos modernistas brasileiros:
Mário de Andrade, Oswald de Andrade e Juó Bananére

Shirlei Lica Ichisato Hashimoto

Série: Produção Acadêmica Premiada

Shirlei Lica Ichisato Hashimoto

As representações dos japoneses nos
textos modernistas brasileiros:

Mário de Andrade, Oswald de Andrade e Juó Bananére



Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

São Paulo 2015

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Reitor: Prof. Dr. Marco Antonio Zago

Vice-Reitor: Prof. Dr. Vahan Agopyan

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

Diretor: Prof. Dr. Sérgio França Adorno de Abreu

Vice-Diretor: Prof. Dr. João Roberto Gomes de Faria

SERVIÇO DE EDITORAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO FFLCH USP

Helena Rodrigues MTb/SP 28840

Diagramação: Rebecca Yoshimi Kamehama Tácito

Copyright © Shirlei Lica Ichisato Hashimoto

Indicação Premiada do Programa de Literatura Brasileira 2012

Catálogo na Publicação (CIP)
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

H348 Hashimoto, Shirlei Lica Ichisato.
As representações dos japoneses nos textos modernistas
brasileiros [recurso eletrônico] : Mário de Andrade, Oswald de
Andrade e Juó Bananére / Shirlei Lica Ichisato Hashimoto. -- São
Paulo : FFLCH/USP, 2015.
3499 Kb ; PDF. -- (Produção Acadêmica Premiada)

Originalmente apresentada como Tese (Doutorado) – Faculdade
de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo, 2012.

ISBN 978-85-7506-256-2

1. Literatura brasileira - História e crítica. 2. Modernismo
(Literatura). 3. Cultura Japonesa. I. Título. II. Série.

CDD 869.909

À memória de minha avó,
querida *obaatian*,
Asa Shiozaki
(1900, Meiji -1986, Shôwa)

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar a minha gratidão ao professor João Adolfo Hansen, a quem carinhosamente costumo chamar de Hansen-*sensei*. *Sensei* – em japonês se pronuncia *sensei* – é uma forma de tratamento que, posposto ao nome ou sobrenome, expressa o reconhecimento e o respeito para com a pessoa, e possui várias acepções: professor, mestre, doutor, erudito ou sábio. A razão de eu chamá-lo de “Hansen-*sensei*” é por entender que o termo *sensei* permite, excepcionalmente, significar todas essas acepções. Quem o conhece há de concordar que ele é um excelente professor e um mestre diligente que nos ensina a enfrentar as nossas limitações, capacitando-nos a descobrir forças novas para cumprir a parte que nos compete. Um erudito que tem o dom de compartilhar seus conhecimentos de modo simples, com generosidade. Generosidade e sabedoria que, durante a elaboração desta tese, se manifestaram de inúmeras maneiras: através de palavras, de seu sorriso singelo, de seu abraço amigo e de seus preciosos conselhos. Diante das vicissitudes da vida, que não foram poucas, ele sempre foi um ombro amigo, um conselheiro que me ensinou a enfrentar, superar e aprender com as adversidades. Uma lição preciosa. E é por isso que, para mim, ele é o Hansen-*sensei*: uma pessoa única, especial, e a quem serei eternamente grata.

Gostaria de estender os meus agradecimentos aos mestres, sempre presentes, professora Berta Waldman e professor Marcos Antonio de Moraes que gentilmente aceitaram compôr a minha banca de qualificação. As críticas construtivas e as valiosas orientações dirimiram dúvidas e temores, e efetivamente contribuíram para que o discernimento viesse à tona, trazendo consigo uma confiança firme e serena, tão necessária para se trilhar a infindável floresta do saber em busca de um conhecimento, ainda que ínfimo.

Aos docentes do Departamento de Letras Orientais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, em especial, à professora Neide Hissae Nagae que, em diversas ocasiões, numa atitude fraterna que se provou existente, manifestou zeloso apoio e compreensão, de modo a tornar o ambiente acadêmico sadio e construtivo, alicerçado no respeito e na solidariedade. Um raro exemplo de generosidade. Uma amizade que considero especial por sobreviver e se fortalecer num ambiente em que se impera um sistema de produção acadêmica que nos mantém ocupados, alheios e indiferentes às pessoas que estão ao nosso redor.

AOS AMIGOS

A gente não faz amigos, reconhece-os. Não poderia ter muitos. Não teria tempo de cuidar de todos. E de amigos a gente cuida. Amigo a gente acolhe, a gente ama.

Vinícius de Moraes

Gostaria de agradecer aos amigos que estiveram ao meu lado em cumplicidade e afeto que somente a verdadeira amizade consegue oferecer. Pessoas presentes, de corpo e alma, nas bonanzas e nas tempestades. Uma família do coração que, nesses trinta anos de convivência, participou de muitos capítulos de minha vida. Sou profundamente grata à Maria Eugênia de Oliveira Vianna, Mauro Mizoguchi e Severa Motta Okuzawa pela acolhida em seus corações.

A vida nos oferece amigos e os ‘não tão amigos’. Costumo brincar que para cada ‘não tão amigo’ surgem dois bons amigos. Amigos que, ao contrário daquele outro, fazem um bem danado na vida da gente. Se isso for verdade, e espero que seja, quero continuar a ter muitos ‘não tão amigos’, e quanto mais desleais e invejosos melhor. Afinal, a vida tem me ensinado que os amigos surgem quando mais necessitamos deles. E é por isso que concordo com Vinícius: a gente não faz amigos, reconhece-os. Portanto, gostaria de expressar o meu reconhecimento à Mona Mohamad Hawi, Lusine Yeghiazaryan, Deize Crespim Pereira, Verena Kewitz e Lilian Cristina Gulmini, amigas de todas as horas; à Safa Alferd Abou Chahla Jubran, Marta Kawano, Márcia Regina Jaschke Machado e Edilson Dias de Moura pelo apoio e o carinho manifesto.

Estendo os meus agradecimentos aos meus alunos e orientandos do curso de graduação em Letras Japonês que me enviaram e-mails com mensagens de apoio, numa expressão de carinho e de torcida.

À MINHA FAMÍLIA

Quantas vezes a gente, em busca da ventura,
Procede tal e qual o avozinho infeliz:
Em vão, por toda parte, os óculos procura,
Tendo-os na ponta do nariz!

Mário Quintana (Espelho mágico, 1951)

Ao meu companheiro de todas as horas, Carlos Hashimoto, pelo seu amor, dedicação, confiança e apoio incondicional. Aos meus filhos que, num gesto de companheirismo, traziam as lições do colégio para estudar ao meu lado, em silente respeito. Foram inúmeros os gestos e atitudes que me fizeram sentir o quão poderosa é a força que o amor, o carinho e o afeto podem nos proporcionar. Um sentimento de imensurável alegria e felicidade.

Carlos, Takeshi e Sayuri...

Não consigo expressar a gratidão e o amor que sinto por vocês. É puro sentimento: profundo e indizível. Uma ventura que só consigo externar em lágrimas.

SUMÁRIO

Prefácio	9
Estrutura da tese	10
Introdução	12
Capítulo 1. O Kasato-maru rumo ao Brasil	22
1.1. Em busca de melhores condições de vida.....	35
1.2. Uma longa travessia.....	54
1.3. Família, trabalho, escola.....	74
1.4. A polêmica sobre a imigração asiática: chineses e japoneses.....	95
1.4.1. Os chineses no Brasil, a partir de 1810.....	102
1.4.2. Questão chinesa.....	105
1.5. Política de emigração japonesa.....	133
1.5.1. A questão japonesa no Brasil.....	150
1.5.2. Os primeiros japoneses no Brasil, em 1803.....	167
Capítulo 2. Os japoneses e a São Paulo dos imigrantes	177
2.1. A representação do japonês em Amar, verbo intransitivo, de Mário de Andrade – edições de 1927 e 1944.....	183
2.2. A representação do japonês na coluna Taka-shumbu shimbun.....	207
2.2.1. Juó Bananére.....	210
2.2.2. A coluna Taka-shumbu shimbun.....	212
2.3. A representação do japonês em Marco Zero I e II, de Oswald de Andrade.....	244
2.3.1. O discurso antinipônico em Marco Zero.....	250
2.3.2. A construção do mito da conspiração japonesa.....	251
2.3.3. Uma cartilha pedagógica do perigo amarelo.....	287
Conclusão	289
Referências Bibliográficas	294
Corpus	311

PREFÁCIO

As representações dos japoneses nos textos modernistas brasileiros: Mário de Andrade, Oswald de Andrade e Juó Bananére tem como objetivo estudar duas classes principais de textos literários produzidos entre 1908, data oficial do início da imigração japonesa para o Brasil, e 1945: textos escritos por brasileiros que tomam o Japão por tema e textos produzidos por japoneses e nipo-brasileiros que escrevem sobre sua experiência individual e coletiva com o Brasil, principalmente textos de memória autobiográfica e coletiva, que contemplam os pontos de vista da sua adaptação ao presente brasileiro.

Numa primeira etapa, foi realizado um levantamento quantitativo de textos de gêneros diversos de ambas as classes e, posteriormente, selecionados os mais representativos por meio de critérios cronológicos, culturais e estéticos. Para estudá-los, o trabalho pressupõe a particularização de conjunturas históricas em que foram produzidos durante os quase cinquenta anos do recorte. Para tanto, prevê o estudo de representações das correntes republicanas brasileiras do final do século XIX e início do século XX partidárias da imigração e também das representações do governo japonês desse tempo, para especificar as representações positivas e negativas dos posicionamentos favoráveis e desfavoráveis à imigração oriental.

Para dar conta dos textos produzidos na Primeira República (1908-1930), o trabalho prevê demonstrar que os textos literários brasileiros inicialmente tratam o tema do Japão com certo exotismo, segundo modelos românticos, deterministas e decadentistas provenientes do século XIX. A partir de 1930, tendem a especificá-lo culturalmente, quando novos critérios, principalmente antropológicos e sociológicos, são aplicados à descrição e à análise das particularidades da cultura japonesa. Nesse sentido, o projeto também prevê o estudo de textos produzidos nas circunstâncias nas primeiras décadas do século XX, principalmente entre 1908-1940, quando a comunidade japonesa sofreu diversas restrições do Estado brasileiro devido ao avanço imperialista e militar do Japão na Ásia. Nessa mesma linha, pressupõe o estudo dos condicionamentos político-culturais das representações sobre o Japão e os japoneses que se encontravam em solo brasileiro.

A abordagem dos textos produzidos por nipo-brasileiros, principalmente textos de memória autobiográfica ou coletiva, é complementar. Prevê, entre outros procedimentos, especificar os modos japoneses de definir categorias como escrita, ficção, arte, tempo, sociedade, pessoa, memória, família, hierarquia, trabalho, sexualidade, moral, honra, obediência etc., considerando as diferentes formas culturais como homens e mulheres de origem japonesa, pressupondo os valores herdados e fortemente formalizados do shinto, do budismo, da família e da honra, que definiram e orientaram o sentido da experiência no presente brasileiro de sua adaptação a uma cultura constituída por outras tradições, como a religião católica, a miscigenação racial e cultural, a moral patriarcal, a língua portuguesa etc.

ESTRUTURA DA TESE

A introdução “De Cipango a Japão: do imaginário medieval às relações luso-nipônicas do período quinhentista” trata de modo sucinto de dois momentos do encontro entre o Ocidente eurocristão e o Japão que antecederam a abertura dos portos aos ocidentais, após cerca de 220 anos desde o seu fechamento, em 1639. O primeiro, ocorrido no final do século XIII, através dos relatos de Marco Polo e, o segundo, nos séculos XVI e início do século XVII, com a chegada dos portugueses ao Japão, no contexto das grandes navegações e descobertas de novos mundos pelos ibéricos.

O capítulo 1 tem como objetivo situar a emigração japonesa para o Brasil no contexto das grandes migrações do século XIX e XX, acompanhando a viagem dos primeiros emigrantes do navio *Kasato-maru* (1908) promovendo o diálogo entre a história oficial, os textos de memória autobiográfica dos emigrantes e a imagem do Japão e dos japoneses através de seus órgãos formadores da opinião pública. O objetivo desse diálogo é especificar a herança cultural (modos japoneses de definir categorias como escrita, ficção, arte, tempo, sociedade, pessoa, memória, família, hierarquia, trabalho, sexualidade, moral, honra, obediência etc.) trazida pelos japoneses e estudar como o Ocidente – em especial o Brasil, no contexto histórico da derrocada do Império e consolidação da República no último quartel do século XIX – apropriou, reinterpretou, construiu e divulgou o discurso brasileiro sobre o Japão através de documentos oficiais do governo brasileiro e da imprensa. Nesse sentido, temos que, antes da chegada dos japoneses ao Brasil, a imagem deles já fazia parte, ainda que indefinida, do universo mental da elite brasileira.

No capítulo 2, estudaremos as representações dos japoneses nos textos modernistas brasileiros: Mário de Andrade, Juó Bananére e Oswald de Andrade estabelecendo um diálogo com os textos escritos por japoneses que tratam da experiência no presente brasileiro de sua adaptação a uma cultura constituída por outras tradições, como a religião católica, a miscigenação racial e cultural, a moral patriarcal, a língua portuguesa etc.

Para desenvolver as representações dos japoneses no contexto da imigração japonesa no Brasil, selecionamos as obras *Amar*, verbo intransitivo - idílio (1927; 1944), de Mário de Andrade, respectivamente a primeira e a segunda edição (revista e alterada), *Taka-shumbo shimbum*, jornal semanal *Diario do Abax'o Piques*, de Alexandre Ribeiro Marcondes Machado e *Marco Zero I – A revolução melancólica* (1943) e *Marco Zero II – O Chão* (1944), ambos de Oswald de Andrade.

O jornal semanal *Diário do Abax'ô Piques* (São Paulo, 1933) assinado por Juó Bananére, pseudônimo de Alexandre Ribeiro Marcondes Machado (1892-1933), segue o traço de humor, característico de textos macarrônicos, em que se emprega uma linguagem coloquial, não convencional, que imita as singularidades fonéticas de não nacionais quando da sua necessidade de se expressar em português. O *Diário do Abax'ô Piques* se caracterizou por trazer farta colaboração em macarrônicos diversos, dentre eles, a folha nipo-brasileira *Taka-shumbo shimbun*, dirigida por Tebato Nakara e secretariada por Kozi Montêlo. Neste trabalho, destacamos três crônicas para uma análise temática e textual da língua macarrônica com que desenvolvem uma maneira particular de abordar diversos assuntos políticos, sociais e culturais que envolvem os imigrantes japoneses na cidade de São Paulo, em particular em 1933, ano em que se comemoravam os 25 anos da imigração japonesa no Brasil.

O objetivo deste capítulo é elucidar o imaginário coletivo no qual a figura do japonês, imigrante ou não, ocupou um espaço significativo e que, no conjunto, privilegia a análise do tema pelo viés da identidade, da formação étnica e do processo de assimilação na sociedade nacional brasileira.

Para a transcrição fonética dos termos em japonês adotamos o sistema Hepburn. Os nomes próprios em japonês seguem a ordem ocidental: nome e sobrenome.

INTRODUÇÃO

DE CIPANGO A JAPÃO - DO IMAGINÁRIO MEDIEVAL ÀS RELAÇÕES LUSO- -NIPÔNICAS DO PERÍODO QUINHENTISTA -

Na China de 1233, o neto de Ghenghis Khan, o grande Kublai Khan (1215-1294), torna-se o Grande Cá e passa a dominar, desde a leste da península da Coréia até o mar Negro. Em 1274, da recém conquistada Kôryû (Coréia), Kublai despachou uma delegação para a corte do imperador japonês Kameyama, em Quioto, portando uma carta ameaçadora que exigia a submissão do Japão:

Nós, imperador da Grande Mongólia por graça e decreto celestes, apresentamos carta ao rei de Cipango. Nós ponderamos que, desde os tempos mais antigos, os príncipes dos Estados pequenos têm-se empenhado para manter relações amigáveis com os dos territórios vizinhos. [...] O príncipe de Koryu e seu povo, sentindo-se gratos para conosco, visitaram o nosso país e, embora a relação entre nós e eles seja a de senhor e vassalo, ela é de caráter tão ditosa quanto a de pai e filho. Disso, sem dúvida, estás bem ciente. Nós solicitamos que, doravante, estabeleças relações amigáveis conosco. Será sensato negares-te a fazê-lo? Caso não o faças, haverá guerra, e quem gosta de tal estado de coisas? Pensa nisso, ó rei!¹

Nessa época, o Japão estava em pleno período Kamakura (1192-1333), em que se estabeleceu pela primeira vez um governo militar, dando início ao Feudalismo no país. Instala-se o quartel general em Kamakura, na província de Sagami (atual Kanagawa) e o poder executivo, que antes pertencia à corte imperial, passou às mãos dos novos dirigentes. O Imperador e os nobres da Corte conservam sua posição na metrópole (Quioto). O então regente Tokimune Hojo (1251-1284) interceptou os emissários do Cá e rejeitou a absurda proposta. Diante da negativa, em outubro de 1274, Kublai envia cerca de 33 mil homens distribuídos em 900 embarcações, que atacam a baía de Hakata, no norte de Kyûshû. Os samurais lutam valentemente na defesa do solo pátrio, mas o inimigo consegue desembarcar após furiosa batalha. Está iminente a derrota nipônica. Entretanto, antes que os invasores tivessem consolidado suas posições

¹ DURSCHMED, Erik. *Como a natureza mudou a história (The weather fator)*. Tradução de Mário Vilela. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004:53; KURODA, Toshio. *Môkoshûrai (Invasão mongol)*. Tóquio: Chûôbunron, 1974:59-60.

em terra, sopra um violento tufão que afunda a maioria dos navios mongóis e dispersa seus guerreiros, muitos dos quais são mortos pelos japoneses².

Kublai, porém, não desiste do seu intuito de dominar Cipango e, em julho de 1281, ataca a região de Hakata, sul do Japão, com uma expedição muito mais poderosa do que a primeira, com 4.400 barcos e 140 mil homens. A numerosa frota é novamente destruída por um furioso tufão que assola as costas de Kyûshû, em 15 de agosto de 1281; fato que mudou o rumo da história e acrescentou uma nova expressão ao vocabulário mundial: *kamikaze*, o sopro divino. Depois disso, não houve mais nenhuma tentativa organizada para invadir o Japão até a Segunda Guerra Mundial. Tais acontecimentos legitimaram a crença de que o Japão era “protegido pelas divindades” (*shinkoku ishiki*) e, em honra de tais divindades, os japoneses deram a essa tempestade o nome de *kamikaze* (*kami*, divindade; *kaze*, vento), alimentando a ideologia de que o Japão era especial e o melhor país do mundo. Uma crença fortemente enraizada nos ensinamentos xintoístas e budistas que será constantemente realimentada e readaptada no decorrer da história do Japão, em especial no período Meiji (1868-1912), quando “os alicerces da política expansionista do governo baseavam-se em ideais etnocêntricos que afirmavam ser o japonês uma ‘raça’ de caráter inteiramente diferente de todos os outros povos”³.

Essa corrente de pensamento influenciou sobremaneira a vida intelectual dos japoneses até, pelo menos, a Segunda Guerra. Em termos gerais, essa vasta literatura que visa entender a questão de identidade nacional dos japoneses e seu sistema sócio-cultural é conhecida por vários termos, como *nihonjinron*, *shinfudoron*, *nihonbunkaron*, *nihonshakai-ron* ou, simplesmente, *nihonron* e prossegue nos séculos XVII e XVIII, quando integrantes da escola *Kokugaku* colaboraram para formação do “mito da homogeneidade racial japonesa”⁴. Sob esse ângulo, o Japão seria uma sociedade racialmente homogênea e a cultura japonesa totalmente diferenciada das demais. Essa ideologia que ressaltava o caráter único do povo japonês, a diferença entre ele e os “outros” asiáticos, a superior categoria espiritual japonesa sobre a ocidental, entre outras afirmações, funcionou como uma forma de reforçar a idéia de coesão e unidade fictícias para a consolidação do Estado nacional japonês. Um forte movimento surgiu entre o povo no sentido de recuperar para o Japão sua posição no mundo circundante, reanimando a Casa Imperial e libertando-se da coerção do xogunato. Propagou-se uma espécie de ideologia que enaltecia a magnificência imperial e a grandeza nacional. Uma paixão patriótica com fortes traços de uma comunidade étnica prescreveu um código de conduta para todos os súditos japoneses, tendo por primazia a figura do Imperador.

² YAMASHIRO, José. *Japão - passado e presente*. São Paulo: Aliança Cultural Brasil Japão e Centro de Estudos Nipo-Brasileiros. 3ª. Edição, 1997: 99.

³ DEZEM, Rogério. *Matizes do amarelo – a gênese dos discursos sobre os orientais no Brasil (1878-1908)*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2005:139.

⁴ PEREIRA, Ronan Alves. “Antropologia, cultura japonesa e as teorias *nihonjinron*” (p. 97-102). In *Anais do VIII Encontro Nacional de professores universitários de língua, literatura e cultura japonesa*. São Paulo: Centro de Estudos Japoneses. Universidade de São Paulo, 1997.

Marco Polo (1254-1324) foi o primeiro ocidental cristão a relatar a existência de um país chamado Cipango (pronúncia chinesa da palavra Japão daquela época) em seu Livro das Maravilhas, que circulou na Europa a partir do final do século XIII⁵. A descrição da abundância de ouro e pedras preciosas, da prática do canibalismo, da idolatria, da crueldade dos homens de Cipango e das duas frustradas tentativas dos mongóis de apoderar-se dele recuperou e difundiu uma série de mitos sobre o Oriente, reacendendo no imaginário coletivo europeu a imagem de um antigo, longínquo e exuberante Oriente envolto em mistérios, espanto e barbárie. Imagens que contribuíram para reproduzir, confirmar e perpetuá-lo como palco de híbridos pavorosos, impérios deslumbrantes, riquezas e paraísos fantásticos, através da repetição do tradicional acervo iconográfico e retórico e da constância do elemento legendário herdados da Antiguidade⁶.

Cipango é uma ilha do Levante, que está afastada da terra 1500 milhas. É uma ilha muito grande. Os indígenas são brancos, de boas maneiras e formosos. São idólatras e livres, têm rei próprio, que não é tributário de nenhum outro. Têm ouro em abundância, mas o rei não deixa levar, e por essa razão há lá poucos mercadores e poucas vezes ali vão as naus. Nenhum negociante ou estrangeiro chegou ao interior da ilha. Falarei a respeito dum palácio maravilhoso que um grande senhor da ilha possui. É um palácio grande, todo coberto de ouro fino, tal como são cobertas de chumbo as nossas igrejas. É dum valor incalculável. [...] Na ilha de Cipango há ídolos com cabeça de boi, de cão e de outros animais. [...] Quando algum homem de Cipango prende outro que não é seu amigo, manda matar o homem que lhe caiu nas mãos e come-o, na companhia dos seus parentes; mas antes fá-lo preparar e guisar convenientemente e dizem que é a melhor carne que há⁷.

No século XVI, uma formulação particular dessas maravilhas consolidou um sólido atrativo para a exploração de outras terras e gentes, tendo como protagonistas os conquistadores dos séculos XV e XVI. O imperialismo português e sua articulação com a instituição religiosa católica vão interferir nas formas de pensar as definições de *verdade* e de *realidade* e a invenção de um espaço para o ficcional. O registro do primeiro contato dos portugueses com o Japão data de 23 de setembro de 1543, dando início a um período de relacionamento com Portugal que será interrompido em 1639, devido à política de isolamento do governo Tokugawa. Em torno desse primeiro encontro há mais dúvidas do que certezas, mas dois documentos daquela época – *Crônica da Espingarda (Teppôki,*

⁵ POLO, Marco 1254-1323. *O Livro das Maravilhas: a descrição do mundo. Marco Polo*. Tradução de Elói Braga Júnior. Coleção L&PM Pocket, Porto Alegre: L&PM, 2006:200.

⁶ O conceito de “maravilhoso” tem como base os estudos de LE GOFF, Jacques. *O imaginário medieval (L’Imaginaire médiéval)*. Tradução de Manuel Ruas. Portugal: Editorial Estampa, 1994; GIUCCI, Guillermo. *Viajante do Maravilhoso – O novo mundo*. Tradução de Josely Vianna Baptista. São Paulo: Cia das Letras, 1992:53.

⁷ POLO, Marco., *op.cit.*, 200, 203, 204.

1606), escrita pelo monge zen-budista Nanpo Bunshi e *Décadas (XVII)*, de Diogo de Couto – relatam que o português Antônio Mota, com seus dois companheiros de viagem, Antônio Peixoto e Francisco Zeimoto, enfrentaram uma violenta tempestade que os desviou para Tanegashima, uma pequena ilha ao sul de Kyûshû.

Os portugueses levaram a notícia de que Cipango existia e que era um lugar de muitas riquezas, afirmando que a população podia ser convertida ao Cristianismo. Os três naufragos mantêm conversação com o senhor feudal de Tanegashima e, decorridos três anos, os portugueses estabelecem o comércio com o Japão, o que fazem com exclusividade por quatro décadas, até a chegada dos espanhóis (1580-1623), ingleses (1613-1626) e holandeses (1600-1854). Estabelecido o contato comercial, inicia-se a aproximação espiritual e, em 1549, desembarcam os primeiros religiosos no porto de Kagoshima, feudo de Satsuma⁸.

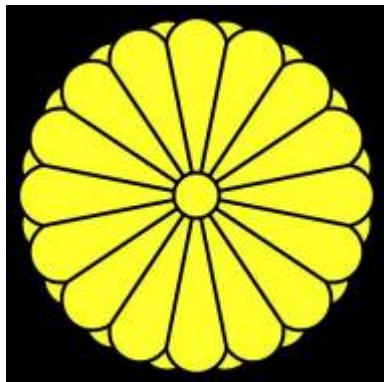
Ainda nesse período de encontros civilizacionais, temos um material iconográfico na forma de um conjunto de biombos e pinturas conhecidos como arte *nanban* - bárbaros do sul (os europeus) - que conservou a memória desse encontro que mudou a história e a visão de mundo dos dois povos. A arte *nanban* nos revela como os portugueses e a cultura ocidental foram assimilados pelos artistas japoneses e, nesse sentido, entendemos que se refere a trabalhos produzidos no Japão imitando padrões europeus; por extensão, engloba as obras europeias que foram importadas naquele período.

Após consolidar a unificação nacional iniciada por Nobunaga Oda (1534-1582) e Hideyoshi Toyotomi (1536-1598), Ieyasu Tokugawa (1542-1616) passa a dominar o Japão e estabelece seu governo em Edo (atual Tóquio). Em 1603, a Corte o nomeia *seii taishôgun* (General-mor das forças militares), daí derivando o título de xogum, e fundando-se oficialmente, assim, o xogunato (*bakufu*)⁹. O emblema do Imperador, o crisântemo (*kiku no mon*), símbolo do Sol, desaparece por muito tempo nas manifestações artísticas japonesas. Em contrapartida, entre 1603-1868, sobressai o brasão dos xóguns Tokugawa, as três folhas de malva (*aoi mon*), com as pontas viradas para dentro. Esse brasão floral, geralmente disposto em círculo, e com as pontas das folhas de malva voltadas para dentro, é simbólico. O Japão volta-se para si próprio e fecha-se conscientemente ao mundo exterior¹⁰. Verifica-se uma profunda modificação em toda a sociedade nipônica, inclusive uma grande transformação nas esferas do pensamento e da cultura, modificando sensivelmente a mentalidade dos homens.

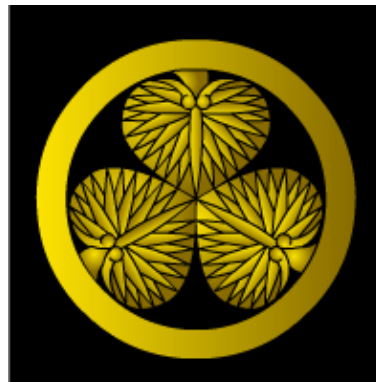
⁸ LISBOA, Luiz Carlos; ARAKAKI, Mara Rúbia. *Namban – o dia em que o Ocidente descobriu o Japão*. São Paulo: Editora Estação Liberdade e Aliança Cultural Brasil Japão, 1993:35-37.

⁹ O termo *bakufu* indica a natureza marcial do novo regime, cujo chefe concentra em suas mãos o poder político e militar. O regime xogunal, ou bakufu, simboliza o feudalismo nipônico e marca o início dos governos militares hereditários. Organização tipicamente nipônica, temos na história três *bakufu* (de Kamakura, dos Minamoto e dos Hojo; de Muromachi dos Ashikaga; e de Edo, dos Tokugawa), sem contar os efêmeros domínios de Oda Nobunaga e de Toyotomi Hideyori, que não chegam a formar xogunatos, mas inaugura um modelo de regime militar – com os samurais no poder – que regerá o país durante quase 700 anos, até a Reforma de Meiji em 1868. O regime xogunal, portanto, existe desde 1192, quando Yoritomo funda o *bakufu* (xogunato) e é nomeado *seii taishôgun*, ou seja, general-mor das forças militares.

¹⁰ ZIERER, Otto. *Pequena história das grandes nações – Japão*. São Paulo: Círculo do livro, 1988:75-86.



Emblema do Imperador



Emblema de Tokugawa

Fonte: [http://en.wikipedia.org/wiki/Mon_\(emblem\)](http://en.wikipedia.org/wiki/Mon_(emblem))

Em 1615, o xogunato regulamenta as atividades do imperador (*ten'nô*) e dos nobres da corte (*kuge*) mediante a decretação do Código dos nobres (*kuge shohatto*). Nesse decreto são minuciosamente regulamentadas as atividades, disciplina, cerimonial, nomeação e demissão de funcionários da Corte etc. Fica, então, estabelecido que a denominação do período ou era (*nengô*¹¹), formalmente de competência exclusiva do Imperador, passa a depender de prévia aprovação do governo xogunal. Deste modo, o xogunato reduz o poder político da Coroa, mas, formalmente, mantém o sistema monárquico, na qualidade de súdito que governa em nome do Imperador. O xogunato faz cultuar a reverência ao Imperador, tratando-o com toda deferência e respeito, porém retirando-lhe todo e qualquer poder temporal. Além de controlar as finanças da Coroa, o xogunato, sob o pretexto de defender o Palácio imperial, instala uma guarnição em Quioto para vigiar os movimentos do Imperador e nenhum senhor feudal (*daimyô*) pode visitá-lo sem a sua autorização. O Imperador, completamente isolado, torna-se uma figura invisível, misteriosa e lendária. Os nobres (*kuge*) são tratados com deferência, mas despojados de qualquer poder político. Sustentados pelos Tokugawa, tornam-se figuras decorativas, diferentemente do tempo em que dirigiam os negócios de Estado no período Heian (794-1192)¹².

¹¹ *Nengô* ou *Gengô* é um sistema de periodização que permite o início de um novo período cada vez que um novo soberano sobe ao poder. O ano seguinte à ascensão de um soberano passa a ser o 1º ano de um novo período e este pode ser subdividido em períodos menores de acordo com os fatos políticos, econômicos ou culturais que ocorreram nesse período.

¹² Yamashiro, José. op. cit., p.160.

O regime Tokugawa idealiza também um modo de dominar os templos budistas. Todos os habitantes de aldeia se tornam *dan'na* (do sânscrito *dana-pati*), correspondendo ao que, cristãmente, são os paroquianos. O registro mantido em cada templo budista é utilizado como espécie de lista de contribuintes para fins administrativos do governo xogunal. Na prática, a população fica sob a supervisão dos templos, sistema de controle denominado *danka*. O prestígio dos templos não é mais o mesmo de outrora, mas a proteção oficial e as doações dos fiéis permitem que os bonzos desfrutem de uma vida confortável. O xogunato (*bakufu*) garante o status quo dos monges proibindo o surgimento de novas seitas. Como base de sua orientação moral e cultural, adota o neoconfucionismo (*sôgaku*) para justificar a hierarquia e a rígida divisão estamental¹³.

Os portugueses que passaram pelo Japão durante essa época (1542-1639) eram, em sua maioria, navegadores e comerciantes, com interesses exclusivamente econômicos, e missionários cristãos. Ao contrário dos comerciantes que costumavam se concentrar nas áreas portuárias de Nagasaki e Kagoshima, ambas localizadas na parte ocidental da ilha de Kyûshû, os missionários, no intuito de consolidar e ampliar a conversão, principalmente, das autoridades locais, circulavam pelas áreas rurais e vilas no interior do arquipélago, locais de maior fluxo de gente de todos os níveis sociais. Até a chegada dos comerciantes europeus, e à exceção de alguns comerciantes portugueses, como Jorge Álvares e Duarte Barbosa, quase toda a informação acerca do Japão, durante os primeiros quarenta anos do seu contato com o Ocidente, foi proporcionada à Europa pelos missionários jesuítas que, na sua maioria, eram portugueses. Essas informações, na forma de cartas ou relatórios anuais, são documentos que revelam procedimentos das práticas discursivas correntes nos séculos XVI e XVII que circularam no Ocidente e reconstituem o processo de encontro com o Outro, num contexto em que os missionários acreditavam que o Deus católico é universal como Criador do mundo. Logo, por mais estranhos que fossem, os japoneses também eram seres humanos criados por Deus; assim, o Outro era uma versão diferente do Mesmo. Essa concepção religiosa era racionalmente justificada pelos teólogos e professada pelos membros da alta nobreza e os homens de letras. No entanto, era inevitável a interpretação que os japoneses faziam dos portugueses como homens de voracidade mercantil, ávidos em obter lucro com bens materiais e escravos.

¹³ Segundo Kitsukawa (2003:21), o Confucionismo foi introduzido no Japão, por intermédio da China, por volta do século V e seus ensinamentos influenciaram o pensamento político da classe dominante e, durante um longo tempo, era mantido como um ensinamento secreto dos governantes. Somente algumas famílias da nobreza pertencentes ao “grupo dos eruditos” (*hakase-ke*) tinham acesso a esse conhecimento. A corte imperial designava algumas famílias que se dedicavam aos estudos e eram conhecidos como “estudiosos oficiais” (*kagaku*). O conhecimento adquirido era monopolizado e hereditário. No período Kamakura, com a implantação do regime xogunal (1192), foi introduzida uma nova versão de Confucionismo nomeada *Sôgaku*, aqui traduzida por neoconfucionismo. In: Kitsukawa, Toshitada. “O Confucionismo e a sociedade pré-moderna – com ênfase no papel social dos confucionistas”. Tradução de Shirlei Lica Ichisato Hashimoto. In: *Anais do XIV Encontro Nacional de Professores Universitários de Língua, Literatura e Cultura Japonesa*. São Paulo: Assis, 2003, p. 21-29.

Durante esse período, os jesuítas portugueses realizaram estudos sobre a língua japonesa e publicaram livros, como a *A Arte da Língua de Iapam* e a *Arte Breve da Língua Iapoa*, escritos pelo padre João Rodrigues e publicados, respectivamente, em 1608 e 1620.

Em 1596, Francisco de Olandia, piloto do galeão espanhol San Felipe, lançado pela tempestade no porto de Urado, exibiu a um funcionário de Hideyoshi um mapa do mundo assinalando-lhe as vastas possessões que pertenciam ao rei da Espanha e Portugal. Contou-lhe que a dominação colonial espanhola era geralmente precedida pela introdução de missionários que preparavam o terreno para a conquista militar. A reação de Hideyoshi foi imediata: mandou cercar as casas dos jesuítas e dos franciscanos de Osaka e Kyoto. Por intercessão de um subordinado do conselheiro-chefe da Corte (*kanpaku*), os jesuítas receberam o perdão, mas os franciscanos do Patronato espanhol não puderam escapar da condenação que resultou na crucificação dos 26 cristãos em Nagasaki. A partir de 1614, sob a influência dos holandeses, que desejavam afastar os portugueses do rico comércio do Japão, a política xogunal em relação aos cristãos começou a se alterar, culminando no fechamento do país. Em 1639, em decorrência da rebelião de Shimabara (1637-1638), que contara com a participação de cristãos japoneses, Iemitsu Tokugawa, terceiro xógum, decretou a interrupção definitiva do comércio português.

Os contatos culturais e comerciais intensos que haviam caracterizado as relações luso-nipônicas serão ofuscados pela perseguição e matança de padres estrangeiros e cristãos japoneses e a hostilidade do povo japonês contra o Ocidente cristão. É essa a imagem que será amplamente divulgada através das narrativas de martírios de várias épocas num discurso que agia vigorosamente sobre a memória coletiva¹⁴.

Com a expulsão dos portugueses, o Japão inicia seu período de isolamento e o único ponto de contato entre o Japão e o Ocidente, e também com a China e a Coréia, foi a pequena ilha de Dejima, em Nagasaki, através da Companhia Holandesa das Índias Orientais – transferidos de Hirado em 1641 – que durou de 1639 até 1854. No entanto, o Japão continuou a manter relações comerciais com a China, a Coréia e o reino de Ryûkyû (atual província japonesa de Okinawa). A preferência dos japoneses por manter a relação exclusiva com a Holanda se justificava pelo fato de ela ser economicamente mais rica e cientificamente avançada, colocando-se em uma posição privilegiada na transferência de conhecimento ocidental para o Japão. Outra razão era que a região dos Países Baixos era favoravelmente posicionada entre as rotas de comércio do Leste-Oeste e do Norte-Sul e ligada a uma grande parte do interior alemão através do rio Reno, facilitando o comércio entre os países europeus. Apesar de os holandeses serem os únicos estrangeiros a manter relações regulares com o Japão durante mais de 200 anos, a experiência desses privilegiados foi a de serem prisioneiros no cárcere (ilha de Dejima), de onde não podiam sair, exceto nas ocasiões em que seguiam, em comitiva, para prestar homenagens anuais ao xógum.

¹⁴ CYMBALISTA, Renato. “Os mártires e a cristianização do território na América portuguesa, séculos XVI e XVII”. Anais do Museu Paulista. São Paulo, N.Sér. v.18.n.1.p. 43-82. Jan-jul.2010.

Apesar da forte repressão por parte do governo feudal, o Cristianismo sobreviveu por cerca de duzentos anos e, para descobrir possíveis fiéis ocultos, o governo feudal oferecia prêmios aos delatores. Data dessa época o costume de mandar pisar imagens de santos para descobrir eventuais católicos. No século XX, no Brasil do pós-guerra, as imagens de santo serão substituídas pela bandeira japonesa ou pela foto do imperador Hiroito para descobrir membros do grupo vitorista (*kachigumi*) que se recusavam a acreditar na derrota do Japão na Segunda Guerra Mundial.

O Japão continuou o curso de sua história sob o xogunato Tokugawa até que, no início do século XIX, observa a aproximação do mundo ocidental com a chegada de pretensos barcos hidrográficos e expedições de pesquisa que sulcavam as regiões marítimas do norte, entre a península de Kamtchatka e a ilha de Sacalina e também pelos mares do sul, das ilhas de Ryûkyû ao canal de Tsushima. A política isolacionista do Japão torna-se inconveniente ao capitalismo industrial ocidental.

Após concluir o tratado de comércio com a China, Washington propõe, em 1853, a abertura dos portos nipônicos para estabelecer relações comerciais entre os dois países. É portador da proposta assinada pelo presidente Millard Fillmore (1800-1874) o almirante Mathew Calbraith Perry (1794-1858), que entrega a mensagem do seu governo ao xogunato, no porto de Uruga, de Sagami (atual Kanagawa). As fragatas da esquadra de Perry, em número de quatro, equipadas com armamentos modernos, impressionam os japoneses, que as apelidam de *kurofune* (navios negros). Conscientes da inferioridade dos juncos em relação aos cruzadores estrangeiros, os japoneses aceitam cortesmente a mensagem, pedindo, porém, que os Estados Unidos esperem a resposta até o ano seguinte. Perry concorda e volta à sua terra, prometendo retornar após esse período.

Quando, em fevereiro de 1854, a esquadra do almirante Perry regressa para buscar a resposta, ele e seu séquito recebem autorização para desembarcar. Entre os vários presentes oferecidos por Perry ao xogum, figuram modelos de telégrafo e trem. Os nipônicos, que nunca tinham visto tais máquinas, ficam admirados com o progresso técnico-científico do Ocidente.

Na sequência, acontecem pitorescas conferências numa aldeia chamada Yokohama. Trocam-se presentes; os mais seletos objetos envernizados e os mais belos brocados, contra um conjunto de instrumentos telegráficos, uma locomotiva em miniatura e uma seleção de máquinas agrícolas, armas e alguns caixotes de uísques. É este o primeiro antegosto que o Japão experimentava da civilização ocidental.

Morrison-Commager¹⁵

¹⁵ Zierer, Otto, *op.cit.*, p.86.

Em 1856, chega o primeiro cônsul-geral norte-americano no Japão, Harris Townsend, que aconselha o governo de Edo a abrir os portos e estabelecer relações comerciais com o estrangeiro. Hotta Masayoshi (1810-1864), *rôjû* (ministro no xogunato Tokugawa) encarregado de assuntos estrangeiros, após consultar Harris, elabora um projeto de tratado e se dirige a Quioto a fim de obter a autorização imperial. Entretanto, existem muitos elementos contrários ao franqueamento do país e a própria Corte está mais inclinada a manter o fechamento dos portos. Assim, Hotta não consegue a autorização imperial para os acordos comerciais. Mesmo assim, pressionado pelo ministro plenipotenciário Harris Townsend, o supremo-ministro-chefe (*tairô*) Ii Naosuke (1815-1860) firma o Tratado de Amizade e Comércio entre Japão e Estados Unidos em 29 de julho de 1858.

Este novo tratado previa a abertura de cinco portos japoneses – Edo, Kobe, Yokohama, Nagasaki e Niigata – para comércio e moradia de cidadãos norte-americanos, o tratamento de cidadãos estrangeiros de acordo com as leis de suas respectivas cortes consulares e taxas de importação e exportação extremamente baixas. Harris convenceu os japoneses, apontando que, caso seus simples termos não fossem aceitos, os britânicos, mais agressivos e impertinentes, iriam lhes apresentar termos muito piores e não hesitariam em usar de força militar para que suas demandas fossem cumpridas. Na sequência, o Japão é pressionado a concluir tratados semelhantes, considerados “desiguais”, com a Holanda, a Rússia, a Inglaterra e a França.

O porto de Yokohama, próximo a Edo, foi o primeiro a ser aberto aos ocidentais. Desta forma, depois de cerca de 220 anos desde a ordem de fechamento do país baixada em 1639, o Japão passou a participar do comércio internacional, mas com sérias desvantagens e em posição subalterna e humilhante.

CAPÍTULO 1.

O KASATO-MARU RUMO AO BRASIL

Que sejam vossos dez mil anos de reinado feliz
Governai, meu senhor, até que os que agora são seixos
transformem-se, unidos, pelas idades, em rochedos poderosos
cujos laços veneráveis o musgo cobre.

Hino Nacional do Japão¹⁶

¹⁶ Adotado oficialmente em 1888, o Hino Nacional do Japão é um poema *tanka* [literalmente: *tan* (curto, breve), *ka* (poema, canção)], composto de 31 sílabas, em versos de 5-7-5 (*kaminoku*, estrofe anterior) 7-7 (*shimonoku*, estrofe posterior). De autoria desconhecida, este poema encontra-se registrado na *Coleção de Poemas Antigos e Modernos (Kokinwakashû, X)* e na *Antologia de Poemas Japoneses e Chineses (Wakan rôeshû, XI)* em que se substituiu o primeiro verso / *waga kimi wa* (5) / (pronome pessoal você) para / *kimiga yo wa* / (pronome de tratamento específico para se referir ao Imperador, símbolo do Estado e da unidade do povo): *Kimiga yo wa* (5) / *chiyoni tachiyoni* (7) / *sazareishino*(5) / *iwa o to narite* (7) / *koke no musumade* (7). O Hino, conhecido como *Kimiga yo* (reinado do Imperador), expressa o desejo de prosperidade e paz duradoura. A melodia foi composta por Hiromori Hayashi com base na escala tradicional usada no *gagaku* (música da corte japonesa). O maestro alemão contratado pela marinha japonesa, Franz Eckert, fez um arranjo vocal de quatro partes, e foi executado pela primeira vez no palácio imperial no aniversário do Imperador Meiji, em 3 de novembro de 1880. Transcrevemos a tradução oficial do Consulado Geral do Japão conforme consulta em <www.fjso.org.br> e <www.br.emb-japan.go.jp>. Acesso em 15 Fev. 2010.

Primavera.

Kôbe, 28 de abril de 1908. Terça-feira ensolarada.

Às 15 horas, cerca de 880 pessoas estão reunidas no convés do Kasato-maru para a solenidade de despedida. Entre elas estão Alcino dos Santos Silva (1874-1945), cônsul-geral do Brasil em Yokohama¹⁷; Ryô Mizuno (1859-1951)¹⁸, diretor presidente da recém inaugurada Companhia de Emigração Imperial (*Kôkoku Shokumin Kaisha*)¹⁹;

¹⁷ Alcino dos Santos Silva nasceu no engenho Madre Deus, município de Laranjeiras (SE). cursou a Escola Naval e formou-se engenheiro civil pela Escola Politécnica. No governo de Marechal Floriano Peixoto (1891-1984) esteve adido à Secretaria da Guerra. Foi colaborador de *O Tempo* e redator da *Revista Acadêmica* da Escola Politécnica, servindo-se por vezes na imprensa do pseudônimo *Alcinous*. Prestou concurso para o corpo consular brasileiro e, em 1897, foi nomeado chanceler do Consulado Geral de Yokohama, Japão, passando em 30 de setembro de 1899 a cônsul sem vencimentos em La Paliche (Rochella), na França. Em fevereiro de 1906 voltou a servir no Consulado de Yokohama como vice-cônsul e, em 11 de outubro do mesmo ano, foi promovido a cônsul. Em 1909 foi transferido para Vigo (Espanha). Foi sócio-correspondente do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e escreveu, além dos relatórios consulares, uma série de artigos sobre agricultura, comércio e indústria de Sergipe na *Revista França-Brasil*, reproduzidos em *O Estado de Sergipe* de 20, 22 de março e 20 de junho de 1905. Redigiu relatório, *A indústria do açúcar no Japão*, apresentado ao Ministro do Exterior e publicado no Diário Oficial do Rio de 29 de agosto de 1909, e *A indústria da seda no Japão* (não publicado). In: GUARANÁ, Armindo. *Dicionário Bio-bibliográfico Sergipano*. Rio de Janeiro: Editora Pongetti, 1925:14-15. Disponível em <www.unit.br/memorial/arquivos/dicarmindo.pdf > Acesso em 01Dez. 2011.

¹⁸ O ideograma do prenome Ryo (dragão) admite tanto a leitura Ryô quanto Ryû, razão pela qual encontramos na vasta bibliografia sobre a imigração japonesa no Brasil as duas leituras. No entanto, segundo a assinatura que consta na lista de bordo do Kasato-maru, Mizuno assinava seu prenome como sendo Ryo (/rio/, com o “r” intervocálico do português (brando) como, por exemplo, em /tarifa/). A reprodução do documento encontra-se em *Kasato-Maru: uma viagem na história da imigração japonesa*. Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2009:73. Ryô Mizuno (1859-1951), natural de Kôchi, trabalhou como secretário do vice-ministro do Interior, Ôhashi Shinzô, e ingressa na Universidade Keio. Após se formar, ingressa na Polícia de Mito, Ibaraki, ocasião em que conhece Shôjiro Goto, defensor do regime imperial. Graças à apresentação de Goto, em 1884, passa a ser funcionário de Takasaki Korotu, governador da província de Okayama. Nessa época, casa-se com Kikuyo Iwasa, filha de um militar do antigo feudo Tokushima, uma jovem viúva de 24 anos que tinha um filho, Manjirô. Em 1890, Mizuno participa de um fracassado atentado à vida do Primeiro Ministro Shiguenobu Ôkuma. Em 1898, candidata-se a uma vaga de deputado pela província de Nara. Faz áspers críticas ao governo em seus discursos e, por isso, fica detido por 40 dias na prisão. Libertado, desiludido, emprega-se como funcionário público e abre a firma Fukagawa Dentô Gaisha (Companhia Fukagawa de Iluminação S.A.), primeira Sociedade Anônima constituída no Japão. Intentou ir para os Estados Unidos junto com os colegas da turma da Universidade de Keiô, mas desistiu por falta de recursos. Seus colegas, no entanto, tornaram-se posteriormente homens de negócios bem-sucedidos. Anos mais tarde foram eles que dariam suporte financeiro aos seus diversos projetos. Administra uma empresa de alimentos enlatados. Em 1905, Mizuno deixa a empresa de enlatados e parte para o novo empreendimento e abre uma companhia de emigração. É considerado o precursor da imigração japonesa no Brasil. Levou o café de São Paulo para difundir no Japão. Em 1917, torna-se diretor-superintendente da Companhia Ultramarina de Empreendimentos S.A. (Kaigai Kôgyô Kabushiki Kaisha). Fixou-se com sua família no Paraná e, para fundar a Colônia Alvorada, vai ao Japão em busca de recursos, porém a guerra impede-o de retornar. O retorno acontece com o apoio de amigos em 1951, falecendo um ano depois, com 92 anos. In: REZENDE, Tereza Hatsue., *op.cit.*, p.123-131; MOTOYAMA, Shozo., *op.cit.*, 97.

¹⁹ A despeito de a tradução literal ser “Companhia Imperial de Colonização”, optamos por manter a tradução registrada na lista de bordo do Kasato-maru onde se observa que o termo *Colonization* foi riscado e corrigido para *Emigration*. A empresa foi fundada em 1904 no município de Yaesu, em Tóquio. In: reprodução do documento em *Kasato-Maru: uma viagem pela história da imigração japonesa*, 2009: ilustração 22 x 25cm, *loc.cit.* O fato de o termo *colonization* ter sido substituído para *emigration* é significativo. Tanto a colonização quanto a emigração eram vertentes da política do Estado japonês para sanar a questão social e econô-

Shûhei Uetsuka (1876-1935), coordenador da viagem ao Brasil, e Rokurô Kôyama (1886-1976), assistente de Uetsuka.

Após entoarem o hino nacional, o deputado Gondai Doi, membro do partido Rikken Seiyûkai²⁰ da província de Kôbe, e representante da Companhia de Emigração Imperial, toma a palavra e, em determinado trecho de seu discurso, ressalta:

Mesmo habitando em terras estrangeiras, nunca se esqueçam de ser um japonês exemplar. Que nenhum de vocês desonre a nossa pátria. Vão, e enquanto não obtiverem sucesso não voltem, mesmo que isso represente a própria morte. Este é o espírito ²¹.



Imagem 1 – Legenda: 800 emigrantes do Kasato-maru com destino à América do Sul, momentos antes de sua partida rumo ao Brasil, em 28 de abril de 1908.

<http://www.ndl.go.jp/brasil/column/kasatomaru.html> Acesso em 02 Jan.2010.

mica decorrentes da passagem de um regime de tipo feudal a um do tipo capitalista: a revolução industrial, a desagregação do campesinato e fatores de ordem demográfica afetavam tanto os centros urbanos quanto a zona rural. Vertentes que se inserem no contexto do movimento migratório em massa do século XIX e XX em que havia uma convergência de grupos de interesses dos pólos emigratório e imigratório.

²⁰ O partido político conservador *rikken seiyûkai* (literalmente “amigos do governo constitucional”), fundado em 1900 por Hirobumi Ito (1841-1909), foi o partido dominante até 1940. Tinha o apoio dos grandes proprietários de terras e dos empresários dos conglomerados industriais e/ou financeiros, o *zaibatsu*.

²¹ Tradução livre de CORREIA, Kyohaku. *O que é primordial: budismo 100 anos*. São José dos Pinhais: Editora RMC, 2008:63-64. Texto em japonês In: KÔYAMA, Rokurô. *Imin Yonjûnen-shi (História dos 40 Anos da Imigração)*. São Paulo, 1947:26-27. “*Gaikokuni ittewa shokun no hitori-hitori ga nihonkoku o otterito omoe. Shokun no hitori-hitori ga nihonjin no taimen o yogosubekarazu. Seikô sezunba shisutomo kaezu no kakugo de ikubeshi*”. Disponível em: <http://www.brasiliminbunko.com.br/25.lmin.40nen.Shi.pdf> Acesso em 06 Mar. 2011.

Evocar o espírito japonês significava valorar a nação japonesa como uma coletividade legitimada por uma tradição cultural compartilhada ao longo de um processo histórico. O discurso reforçava a idéia de coesão e unidade nacionais através do mito da homogeneidade racial japonesa²². Uma identidade em que “ser japonês” pressupunha a lealdade incondicional e irrestrita ao Imperador, o patriotismo – no sentido de colocar os interesses da pátria acima de tudo – (*chûkun'aikoku*), e a obrigação moral de honrar o nome de seu país²³.

Em seu discurso, o deputado Doi ressalta a importância de consolidar uma imagem positiva do povo japonês em terras estrangeiras.

A mensagem “nunca se esqueçam de ser um japonês exemplar” traz implícito o conceito de “espírito japonês” (*yamato damashii*)²⁴ e o “caminho do guerreiro” (*bushidô*), numa alusão à bravura, à integridade e ao ideal de fidelidade e austeridade dos

²² BENEDICT, Ruth. *O crisântemo e a espada – padrões da cultura japonesa* (The Chrysanthemum and the Sword). Coleção Debates. Tradução: César Tozzi. São Paulo: Editora Perspectiva, 2ª edição, 1ª reimpressão, 1997:213-257.

²³ SAITÔ, Shôji. *Yamatodamashii no bunka shi* (História cultural do yamato damashii – espírito japonês). Tóquio: Editora Daishindô, 1972 (1ª. Edição), 1978 (6ª. Reimpressão): p. 29, 60, 102,114.

²⁴ O conceito de *yamato damashii* (espírito japonês) possui várias acepções no decorrer da História. A citação mais antiga encontra-se em *Narrativas de Genji* (*Genji Monogatari*, início do século XI), tomo 2, intitulado *Otome* (*Donzela*), escrito pela dama da corte Murasaki Shikibu (973-1014): “Somente com uma sólida formação nos estudos clássicos chineses (*zae*) é possível manifestar a sabedoria prática (*yamato damashii*) que seja útil à sociedade.” No entanto, com o surgimento da classe guerreira (período Kamakura, 1185-1333) e a sua gradativa consolidação no poder (período Edo, 1603-1868), essa acepção passa a ser entendida como “Caminho do guerreiro” (*mononouno michi*) ou “Caminho do arqueiro” (*yumiyano michi*) e, mais tarde, “Caminho ético do guerreiro” (*bushidô*). A nova releitura do *yamato damashii* passa a enfatizar a relação entre o caminho do guerreiro e o povo japonês, o dever de lealdade ao senhor feudal e a capacidade de tomar medidas acertadas, no momento certo, e de solucionar efetivamente os problemas. No episódio de Takaie, em *O Grande Espelho* (*Ôkagami*, fins do século XI, de autor desconhecido) temos que: “Quando Takaie era administrador geral da região de Tsukushi (atual Kyûshû), a região foi invadida por um povo que atravessou o mar, vindo da China [refere-se à invasão dos mongóis]. O posto avançado da região não estava preparado para um ataque, e como Takaie desconhecia qualquer tática de defesa, viu-se diante de um grande desafio. Como era, no entanto, um homem de “sabedoria prática” (*yamato damashii*), convocou os guerreiros de todas as regiões próximas, inclusive os funcionários civis do posto, formou um grande pelotão, causando enorme baixa no grupo invasor.” Na *Coletânea de Narrativas de Outrora e Hoje* (*Konjaku monogatari*, 1110-1124, autor desconhecido, tomo 29), temos a história de um respeitado erudito e doutor em leis chamado Kiyohara Yoshimizu, que tinha 70 anos, era pobre, mas que escapou ileso de um assalto ocorrido em sua residência. Mas, ao perceber que os assaltantes deixaram a casa, ele sai correndo atrás deles e, do portão, brada em tom de ameaça: ‘Ei, vi o rosto de todos vocês. Assim que amanhecer, mandarei prender um por um’. Ao ouvir isso, os ladrões resolvem voltar e matá-lo. Yoshimizu era dotado de admirável saber, mas destituído de qualquer sabedoria prática (*yamato damashii*). Essa atitude despropositada, que resulta numa morte estúpida, é criticada como a de alguém que não possui *yamato damashii* e nos ensina que “a sabedoria deve evitar uma morte inútil”. No século XIV, a morte em batalha, desde que em nome da honra e da lealdade, passa a ser considerada digna e heróica. Em *Narrativas Coletadas em Uji* (*Uji shûi monogatari*, início do século XIV), há um trecho em que se diz: “Os japoneses não temem a morte. Não há como se igualar aos japoneses que trilham o Caminho do Guerreiro (*yamato damashii*)”. No século XVIII, Motoori Norinaga (1730-1801), lidera o movimento *kokugaku* (estudos clássicos japoneses) no afã utópico de encontrar os valores, a pureza e a ordem natural das coisas, que supunha ter existido na era em que os *kami* (divindades) originais viviam no arquipélago nipônico. Busca, portanto, resgatar e reinterpretar o significado do *yamato damashii* descrevendo-o como um “espírito de imbatibilidade”, sentimento de coragem, morte heróica, sentimento que torna o homem maior do que uma rocha ou uma árvore e, portanto, um ser superior. No entanto, Hirata Atsutane (1776-1843), discípulo de Norinaga, em sua obra *Kodô Tai'i* (1809),

samurais de outrora²⁵. Tais conceitos eram adotados para legitimar as diretrizes da “política nacional” (*kokutai*). O Japão desenvolveu um programa distinto de modernidade que o distingue das noções de comunidade e nacionalismo, pautadas no modelo do Estado-nação ocidental. Ao contrário da maioria das ideologias ocidentais nacionais ou nacionalistas modernas, o conceito de coletividade japonesa moderna não foi formulado, como no Ocidente, em relação à religião - e suas raízes cristãs - ou como pertencente a uma civilização universal - em termos de progressão histórica, com critérios, valores e visões transcendentais e universalistas - como no caso dos movimentos nacionalistas europeus radicais. A modernidade no Japão foi definida como “acompanhar os tempos através da escolha e do redirecionamento da tradição; dominar, selecionar e adaptar as influências e a tecnologia ocidental e conquistar o seu lugar na arena internacional”. Uma missão nacional sintetizada em dois slogans: “Civilização e ilustração” (*bun’mei kaika*) e “País rico, exército forte” (*fukoku kyôhei*)²⁶.

O discurso de Doi revela nas entrelinhas o receio dos dirigentes da política emigratória do governo japonês diante dos obstáculos impostos pela opinião pública, pela imprensa e pelos órgãos governamentais brasileiros, que representavam o interesse de alguns setores da economia agrária muitas vezes contrários à imigração oriental.

Segundo Dezem, “o dever de cultivar o espírito samurai tornou-se um dever nacional e cada imigrante, além de ser *um pequeno embaixador do Japão*, tinha como missão a manutenção de austeros padrões morais e culturais em terras estrangeiras.

distorce a acepção de seu mestre e diz: “O povo deste país preza, por natureza, a bravura e a retidão. E a isto chamamos de *yamato gokoro* (alma japonesa) ou *mikuni damashii* (espírito do país)”. Essa concepção serviu de fundamento teórico para lemas como “Respeito ao Imperador e expulsão aos bárbaros” (*son’no jôji*) que culminou no movimento de derrubada do governo militar (meados do século XIX) e, no período pré-guerra, tornou-se um conceito ideológico para sustentar a política nacional (*kokutai*). No período entre guerras passou a ter a conotação de “espírito imperialista nipônico” In: HIRATA, Yoshinobu. “O destino do espírito japonês”. Tradução de Luiza Nana Yoshida. Revista de Estudos Japoneses, n.18. São Paulo: CEJ-USP, 1998:23-35; e DEZEM, Rogério. *Matizes do amarelo – a gênese dos discursos sobre os orientais no Brasil (1878-1908)*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2005:121-123.

²⁵ Modo de vida que preza a retidão, justiça, coragem, benevolência, polidez, sinceridade, lealdade, autodomínio, modos refinados, humildade, espírito marcial e, acima de tudo, a honrosa escolha de morrer com dignidade.

²⁶ A essência do discurso japonês da modernidade foi a contínua dissociação entre “racionalidade instrumental” (*Zweckrationalität*) e “racionalidade orientada para valores” (*Wertrationalität*), com uma tendência muito forte de enaltecer realizações instrumentais e tecnológicas de forma tecnocrática. A consciência coletiva foi estabelecida com ênfase restaurativa, estritamente enraizada em formulações mais antigas, vinculadas à figura divinizada do imperador. A concepção de identidade coletiva se cristalizou cedo, por volta do século VIII, advindo do encontro do Japão com as outras sociedades e civilizações (budista e confucionista). Posteriormente, a concepção de *kokutai*, desenvolvida pelas escolas nativistas do período Tokugawa (1603-1867), definia a nação japonesa como um tipo único de coletividade sagrada, natural e primordial. O *kokutai*, no sistema político japonês moderno, enfatiza a nação japonesa em virtude de suas qualidades primordiais e sacras, num grau mais alto do que quaisquer outras civilizações: a chinesa e a coreana de antigamente e a ocidental na era moderna. O confronto com ideologias universalistas foi aparentemente resolvido pela negação dessas ideologias. Ressaltar uma distinta particularidade japonesa fomentou o desenvolvimento de diferentes escolas de singularidade japonesa que se desenvolveram no período moderno que oscilavam entre o nacionalismo radical - com ênfase sobre a singularidade da língua, da raça e da cultura japonesa - e a afirmação de que o povo japonês e a sua cultura encarnavam os valores puros propostos por toda a humanidade. A instauração de uma mo-

Nunca na história mundial das imigrações um imigrante de uma nação se viu sob tamanha responsabilidade e ao mesmo tempo *honra*²⁷. Um compromisso de honra, onde o êxito econômico era a condição de um retorno com dignidade²⁸.

Os emigrantes que partiam para o Brasil eram também denominados de *os soldados da fortuna*, segundo as propagandas divulgadas pela companhia de emigração que, para atraí-los, enfatizava as possibilidades de ganhos rápidos com as árvores dos frutos de ouro – o café – que garantiriam o retorno ao Japão num curto período de tempo²⁹.

Após o discurso, o monge Tomojiro Ibaragui, da seita Hon'mon Butsuryû-shû (Budismo Primordial), que emigrava com a esposa e o irmão, fez a oração de partida³⁰. Pronunciou o Sutra Lótus *Namumyôhôrenguekyô*, mantra da causa, essência e semente da iluminação que prega a felicidade plena aqui e agora. A data de partida do Kasato-maru, coincidentemente, era a data de aniversário do mantra sagrado, transmitido pela primeira vez pelo monge Nichiren³¹ (1222-1282), em 28 de abril de 1253:

Para eliminar o carma negativo
que acumulei desde um passado remoto
a partir da presente existência

narquia constitucional em seu artigo primeiro da Constituição Japonesa (1889) declara que “O Grande Império Nipônico será governado por uma única linhagem de Imperadores”, ou seja, reúne na pessoa do Imperador o poder espiritual e secular, em contraste com os regimes monárquicos autoritários ocidentais que se caracterizam pela sua independência em relação ao poder político da autoridade religiosa representada pelo Papa. Enquanto que no Ocidente os reis absolutistas decidem pessoalmente todos os assuntos políticos, diplomáticos e militares, o Imperador japonês, na prática, tem como função servir de fonte do poder das classes dominantes (aristocracia, burguesia urbana e rural, chefes militares) e, por conseguinte, não faz uso ostensivo do poder (salvo em situações de extrema gravidade), delegando as tarefas através de burocratas civis e militares. In: EISENSTADT, S. N. “Modernidade Japonesa: a primeira modernidade múltipla não ocidental” (*Japanese Modernity: The First New Western Multiple Modernity*). Tradução de Paul Freston. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, vol. 53, no. 1, 2010, p.11 a 54. AMIINO, Yoshihiko. *Nihon-ron no shiza: rettô no shakai to kokka* (Estudos sobre as questões da identidade nacional: sociedade japonesa e o conceito de nação). Tóquio: Shôgakkân, 2004:270-281. YAMASHIRO, José. *Japão - passado e presente*. São Paulo: Aliança Cultural Brasil Japão, 3ª. Edição, 1997:242; SUZUKI, Sadami. *Nihon no bunka nashonarishumu* (O nacionalismo cultural no Japão). Tóquio: Heibonsha, 2005:36-44.

²⁷ DEZEM, Rogério., *op.cit.*, p. 132.

²⁸ SAKURAI, Célia. *Romanceiro da imigração japonesa*. São Paulo: Editora Sumaré. FAPESP, Série imigração, volume 4, 1993:57.

²⁹ SPINELLI, Kelly C. O Kasato maru e a epopéia dos primeiros japoneses no Brasil. *História Viva Japão*. 3ª. Ed. São Paulo: Ediouro, Segmento-Duetto Editorial Ltda, 2008:20-21.

³⁰ Tomojiro Ibaragui (que posteriormente adotou o nome budista de Nissui) foi o fundador da seita budista Hon'mon Butsuryû-shû, que se propagou por todo o país depois que Yoneji Matsubara erigiu, em 1936, o templo-matriz brasileiro inaugurando o primeiro núcleo do budismo primordial em Lins (linha Noroeste). In: CORREIA Kyohaku., *op.cit.*, p.12, 205.

³¹ Nichiren tornou-se famoso no Japão por vários motivos. Um deles foi por ter adivinhado que seu país seria atacado pelos mongóis. Diz a lenda que Nichiren tentou avisar os senhores feudais, mas estes o ignoraram. Diante disso, orou fervorosamente e sua fé foi atendida pelas divindades que mandaram o *Kamikaze* (Vento Divino), um vendaval que destruiu a frota inimiga nas invasões de 1274 e 1281. Diante das derrotas, o então Kublai Khan, senhor dos mongóis, desistiu de invadir e dominar o Japão. Na Segun-

até atingir o estado de Buda
 devotar-me-ei à Imagem Sagrada
 à Doutrina e à Oração Sagrada
 causa, essência e semente da iluminação
 transmitida pelo Jyôgyô Bossatsu ³²
 Namumyouhourenguekyou,
 Namumyouhourenguekyou
 Namumyouhourenguekyou ³³.

Segundo o diário de bordo de Mizuno, o navio Kasato-maru, de 6.000 toneladas, deu o sinal de partida exatamente às 17h55min, sob o comando do capitão inglês A. G. Stevenson³⁴.



Imagem: Diário de Ryô Mizuno



Página referente aos dias 18 e 19 de junho de 1908

<<http://www.ndl.go.jp/brasil/column/kasatomaru.html>> Acesso em 13 Jan. 2011.

Dentre os 91 tripulantes sob o comando de Stevenson, estavam Takeshi Murao (primeiro-marinheiro), Tatsumi Iijima (chefe da casa das máquinas), Kenzô Fuse (chefe de assuntos administrativos), o doutor Kusama (médico) e Ichiro Kanazawa, professor da Escola de Línguas Estrangeiras e intérprete do navio³⁵.

da Guerra Mundial, os japoneses personificaram este fato criando e chamando de *Kamikaze* os pilotos suicidas. In: CORREIA, Kyohaku, 2008, *op.cit.*, p.30-31.

³² Refere-se ao monge Nichiren que transmitiu o Dharma Sagrado.

³³ Versão oficial e atualizada do mantra em língua portuguesa In: CORREIA, Kyohaku, 2008, *op.cit.*, p. 75.

³⁴ O Diário de bordo do Kasato-maru (Kasato-maru kôkai nikki) foi escrito numa caderneta de 12 cm por 6 cm de largura. Esquecido por 90 anos no baú da viúva de Ryô Mizuno, o diário de bordo do Kasato-maru revela o dia-a-dia no mar, com anotações sucintas dos 52 dias de viagem da primeira caravana oficial de japoneses, numa jornada que teve de tentativa de homicídio a invasão dos aposentos das mulheres. Escrito em kanji, os ideogramas, e em hiragana e katakana, os silabários, o livro é de difícil leitura. Hoje, a caderneta está no acervo do Museu Histórico Regional Saburo Yamanaka, em Bastos (536 km de São Paulo), mas não está exposto por questões de conservação. O Diário de bordo de Ryô Mizuno traduzido por Masato Ninomiya está disponível em <www1.folha.uol.com.br/sp/especial/fj1806200808.htm> Acesso em 13 Jan. 2012.

³⁵ USAMI, Shôzô. *Kasato Maru kara mita nihon, shitatakani ikita fune no monogatari* (O Japão visto pelo Kasato-Maru - a história de um navio que singrou bravamente o mar). Tóquio: Kaibundô, 2007:157.

O Kasato-maru levava a bordo 781 emigrantes contratados, 12 espontâneos e 91 tripulantes na que seria a primeira de muitas outras viagens de emigrantes japoneses oriundos de regiões e com ofícios variados, com destino ao Brasil. Um ciclo migratório que se estenderá até o fim da década de 1970, com um ápice migratório no período de 1928-1932, um decréscimo com a introdução do regime de cotas em 1935 – que restringiu a entrada para 2.711 pessoas por ano – e uma breve interrupção durante os anos de 1941 a 1952, em virtude da Segunda Guerra Mundial.

O navio parte do porto de Kôbe deixando para trás o monte Mayazan, de 699m de altura, seguindo rumo ao sul, abrindo caminho por entre as águas reluzentes que refletiam os últimos raios de sol³⁶. A linha de navegação direta entre os dois países fora inaugurada em 16 de novembro de 1906, mas esta seria a primeira viagem oficial de emigrantes japoneses rumo ao Brasil utilizando esta rota ³⁷.



Imagem: Rota do Kasato-maru. O navio fez duas escalas: a primeira em Cingapura (9/5/1908) e a segunda na África do Sul (2/6/1908)

< <http://www.japao100.com.br/arquivo/kasato-maru> > Acesso em 13 Jan. 2012.

Fogos de artifícios espoucam, vindos de barcos que acompanham o navio e pipas - com formato de mulheres de quimono com os cabelos presos e enfeitados - bailam ao sabor dos ventos. [...] Encostados ao parapeito do convés, homens, mulheres e crianças admiram o céu, contemplam o porto e as águas do mar. Ondas brancas agitam-se em torno da proa³⁸.

³⁶ CORREIA, Kyohaku., *op.cit.*, p.67.

³⁷ O navio Kasato-maru realizará apenas esta viagem, mas até a Segunda Guerra Mundial outras embarcações realizaram mais de 300 viagens utilizando esta rota. In: CORREIA, *ibid idem.*; TAKEUCHI, Márcia. "A comunidade nipônica e a legitimação de estigmas: o japonês caricaturizado." In: *Revista USP*, n.79. São Paulo set, nov 2008.:2. Disponível em <http://www.revistausp.sibi.usp.br>. Acesso em 19 Feb 2010.

³⁸ KÔYAMA, Rokurô., *op.cit.* p.53.

O *Jornal de Kôbe*, em sua edição de 28 de abril, registra:

Da enorme chaminé amarela do Kasato-maru, o ébano da fumaça intensifica-se gradativamente enquanto uma banda de música toca canções de encorajamento. Pequenos barcos acompanham o navio até a saída da enseada cantando a tradicional música de despedida *O brilho dos vagalumes*³⁹.



Imagem: Kasato-maru

< <http://www.ndl.go.jp/brasil/column/kasatomaru.html> > Acesso em 13 Jan. 2012.

³⁹ *Jornal de Kôbe*, edição de 28 de abril de 1908, apud USAMI, Shôzô., *op.cit.* p.151.

O brilho dos vagalumes⁴⁰

Brilho dos vaga-lumes, neve na janela
sob a luz do luar, dedicados à leitura e à escrita
o tempo passou e o portão de cedro abrir-se-á
ao amanhecer, a despedida.

Aos que ficam e aos que partem
inúmeras serão as lembranças compartilhadas
muitas seriam as palavras a serem ditas, mas agora
só consigo lhe dizer ‘sejas feliz’, de coração.

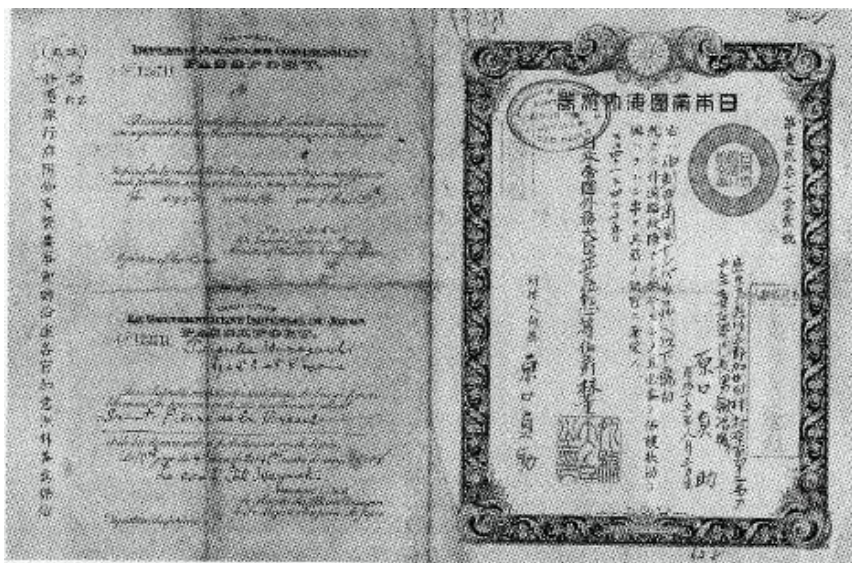
Do extremo sudeste aos confins do nordeste
ainda que separados por oceanos e montanhas
nossos corações estarão unidos,
unidos em prol da nação.

De Chishima a Okinawa
sob a proteção de Yashima (Japão)
em outro país, sejam valorosos
empenhem-se, são e salvos.

⁴⁰ A canção *Hotaru no hikari* (O brilho dos vagalumes) foi inspirada na canção folclórica escocesa *Auld lang syne* (Pelos velhos tempos; Valsa da despedida) e passou a fazer parte do repertório musical das escolas primárias do Japão em 1881, tradicionalmente cantada nas cerimônias de formatura. Em despedidas, costuma-se cantar somente as duas primeiras estrofes. A letra em japonês é de Chikai Inagaki (1845-1913) composta em estilo *imayô* [literalmente: *ima* (atual), *yô* (forma)]. Cada estrofe é composta de quatro versos de 7-5. Primeira estrofe: *hotaruno hikari (7) madono yuki (5) / fumiyoumu tsukihi (7) kasanetsutsu (5) / itsushika toshimo (7) suguino towo (5) / aketezo kesawa (7) wakareyuku (5)*. O vagalume (*hotaru*) e a neve (*yuki*) simbolizam respectivamente as estações de verão e inverno, e tanto a luz do vagalume quanto o reflexo da lua sobre a neve igualmente iluminam o ambiente. Entende-se que o ato de ler e escrever (*fumiyoumu*) refere-se ao conhecimento que os estudos e a vida nos oferecem. O som da palavra “portão de cedro” (*suguino to*) possui o mesmo som do verbo “passar, fluir” (*suguiru*) e simboliza a passagem do tempo. O amanhecer de um novo dia (*aketezo kesawa*) é a metáfora de uma nova etapa da vida. Segunda estrofe: *tomarumo yukumo (7) kaguiritote (5) / katamini omou (7) chiyorozuno (5) / kokorono hashio (7) hitokotoni (5) / sakikutobakari (7) utounari (5)*. Terceira estrofe: *Tsukunokiwami michinooku/ umiyamatooku hetatsutomo/ sonomagokorowa hedatenaku/ hitotsunitsukuse kuninotame/*. Quarta estrofe: */Chikushimanookumo oginahamo/ yashimanouchino mamorinari/ itarankunini isawoshiku/ tsutomeyowagase tsutsuganaku/*. Tradução nossa.

Ao atravessar o estreito de Kitan e adentrar pelo alto mar, uma fina garoa de primavera silenciosamente cai por sobre o convés⁴¹.

Mizuno, acompanhado de seu enteado, Manjiro Mihara ⁴², o coordenador Shûhei Uetsuka e os demais emigrantes livres retiram-se para suas cabines de primeira classe. Os demais são acomodados na terceira classe em beliches de tábua cobertos por uma esteira e dispostos em forma semicircular, em torno do depósito de carvão, na parte inferior do navio que fica na linha d'água⁴³.



Passaporte de Sadasuke Haragutti, que chegou em 1908 na primeira leva de imigrantes subsidiados. AN/RJ.

Fonte: VALE, Renata William Santos do. Exposição “Japão, Brasil: Centenário de um encontro”, in Imigrantes Japoneses no Brasil: Trajetória, Imaginário e Memória. Organização Maria Luiza Tucci Carneiro, Márcia Yumi Takeuchi. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010:618.

No navio, uns exibiam os seus passaportes, na época um raro tipo de documento que trazia no cimo da moldura o emblema do imperador, o crisântemo, símbolo do Sol.

⁴¹ KÔYAMA, Rokurô., *op.cit.* 54.

⁴² A família Mihara era fabricante de fogos de artifício (*hanabi*). Manjiro trouxe uma encomenda de fogos de artifício para a Exposição Nacional Comemorativa do 1º. Centenário da Abertura dos Portos do Brasil às Nações Amigas (primeiro decreto de D. João VI no Brasil e um de seus mais importantes atos - a carta régia que pôs fim ao monopólio comercial entre a colônia e Portugal) que ocorreu no período de 11/08 à 15/11 de 1908, no bairro da Urca, Rio de Janeiro, então Capital Federal. A Exposição tinha como objetivo apresentar a nova Capital da República, urbanizada pelo Prefeito Pereira Passos e saneada por Oswaldo Cruz a diversas autoridades nacionais e estrangeiras e mostrar a produção agrícola e tecnológica dos Estados brasileiros exibidas em suntuosos pavilhões construídos na Praia Vermelha, demolidas no ano seguinte. Disponível em: <www.skyscrapercity.com/showthread.php> e <<http://rioantigo.multiply.com/photos/photo/6/39.jpg>>, ambos acessados em 01 Feb 2012.

⁴³ SAKURAI, Célia. “A chegada do Kasato-maru e o contexto das migrações japonesas (1908-1970)”, in: *Kasato-maru: Uma viagem na história da imigração japonesa*. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Alguns passaportes eram de apenas uma folha, frente e verso. Na frente constavam os dados pessoais: nome, local de nascimento, idade, altura (conforme medida japonesa) e demais características. Constava o pedido de proteção do governo japonês às autoridades diplomáticas exteriores que dessem suporte ao cidadão japonês em caso de necessidade. No verso constava o mesmo discurso em inglês e francês ⁴⁴.

A maioria dos emigrantes do *Kasato-maru* não sabia que o ano era 1908, conforme o calendário gregoriano, que fora adotado em 1872. Ainda usavam a cronologia japonesa, ou seja, ano 41 da Era Meiji ⁴⁵.

A Era Meiji tem início em 8/9/1868, quando o poder na nação foi devolvido ao 122º Imperador do Japão, Mutsuhito (1852-1912), que, aos quatorze anos, assume o trono do Crisântemo; reinado que se estende até a sua morte, em 30/07/1912. O Imperador transfere a metrópole imperial para Edo, a capital política, a fim de marcar a nova fase histórica. Muda o nome para Tóquio ou capital do leste, em oposição a Quioto, capital do oeste; e escolhe para o seu reinado o nome de Meiji (governo iluminado).

Na última década do século XIX, a política emigratória do governo japonês passa a incentivar a emigração e a colonização como um dos meios de aliviar o país da crescente pressão demográfica. Com a Lei de Proteção aos Emigrantes (1896), o governo e as companhias de emigração privada passaram a adotar medidas restritivas (leis, tratados e comissões) visando à proteção dos emigrantes japoneses no Exterior e evitar o “tráfico” de seus nacionais (como ocorria com os trabalhadores chineses) e ações que prejudicassem a adaptação e, principalmente, a reputação dos japoneses enquanto elemento que pleiteava igualdade no tratamento entre as nações de cor branca. “Uma política que tinha como objetivo ‘libertar-se da Ásia’ (*Datsu A*), ou seja, evitar que o Japão fosse comparado a países como a Coréia e, principalmente, a China⁴⁶”.

São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009:15.

⁴⁴ CORREIA, Kyohaku., *op.cit.*, p.67.

⁴⁵ Como já mencionado na nota 11 da Introdução, a cronologia japonesa (*nengô ou gengô*) é um sistema de periodização que permite o início de um novo período cada vez que um novo soberano sobe ao poder. A partir de Meiji, cada Imperador (*ten'nô*) reinante reassume a competência exclusiva de nomear o seu reinado, abolindo o sistema xogunal que permitia subdividi-lo em várias fases.

⁴⁶ DEZEM, Rogério., *op.cit.*, p. 133-134.

1.1 EM BUSCA DE MELHORES CONDIÇÕES DE VIDA

No dia seguinte, 29 de abril de 1908, o jornal *Asahi Shinbun*, de Tóquio, estampa em letras garrafais a manchete:

Parte a primeira emigração rumo ao Brasil

Graças aos esforços da Companhia de Emigração Imperial, partiu do porto de Kôbe a primeira emigração rumo ao Brasil, levando cerca de 800 pessoas, sendo 781 imigrantes sob contrato, dez imigrantes livres e outros. O navio Kasato-maru irá percorrer a distância de 12.000 milhas marítimas⁴⁷.

A imigração japonesa para o Brasil insere-se no contexto das grandes migrações internacionais ocorridas ao longo dos séculos XIX e XX, quando chegaram à América mais de dois terços dos migrantes oriundos principalmente da Europa ocidental, meridional e oriental. Estima-se que, entre 1879 e 1930, 40 milhões tenham atravessado o Atlântico, migrando do Velho para o Novo Mundo. O primeiro destino dessas populações era os Estados Unidos da América, em segundo a Argentina, em terceiro o Brasil e, em quarto, o Canadá⁴⁸. Do contingente de 5 milhões que vieram para o Brasil entre 1850 e 1950, 75% eram formados por portugueses, espanhóis e italianos⁴⁹.

Do Japão, no período compreendido entre 1898 e 1941, foram 655.653 japoneses que emigraram para o Ocidente, número que sobe para 2 milhões, se considerarmos os que foram para a Manchúria, Cantão, Coréia, Formosa e algumas ilhas dos Mares do Sul, sob a jurisdição japonesa⁵⁰. Segundo dados apresentados pelo Consulado Geral do Japão, o total de imigrantes que vieram para o Brasil no período entre 1908 e 1986 foi de 251.981, um contingente que ocupa o quarto lugar dentre os inúmeros grupos de imigrantes que chegaram aqui ao longo do século⁵¹.

Klein observa que um dos principais motivos da migração está relacionado à questão econômica e, em menor escala, à perseguição política (como no caso das minorias étnicas dentro de uma cultura maior) ou religiosa (como ocorreu com os judeus, os menonitas e os dissidentes da Igreja Russa Ortodoxa):

⁴⁷ REZENDE, Tereza Hatue de. *Ryo Mizuno: precursor da imigração japonesa no Brasil*. 2ª ed. revisada e ampliada. São Paulo: Editora Jornalística União Nikkei, 2008:73.

⁴⁸ KLEIN, Herbert S. "Migração internacional na história das Américas" In: *Fazer a América – a imigração em massa para a América Latina*. (Org. Boris Fausto). 2ª. edição. São Paulo: Edusp, 2000:25-26.

⁴⁹ OLIVEIRA, Lucia Lippi. *O Brasil dos imigrantes*. 2ª. edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008:11. A autora observa que há fontes que estimam 31 milhões entre 1879 a 1930.

⁵⁰ MOTOYAMA, Shozo. *Sob o signo do sol levante: uma história da imigração japonesa no Brasil*. Vol.I. (1908-1941). São Paulo: Paulo's Comunicação e Artes Gráficas, 2001:27.

⁵¹ SAKURAI, Célia. "A chegada do Kasato-maru e o contexto das imigrações japonesas (1908-1970)", *op.cit.*, p. 13.

A maioria dos migrantes não querem abandonar suas casas nem suas comunidades. Se pudessem escolher, todos – com exceção dos poucos que anseiam por mudanças e aventuras – permaneceriam em seus locais de origem⁵².

A emigração é o resultado histórico de um encontro entre o sonho individual – alimentado pelo mito da fortuna e do retorno – e uma atitude coletiva, intrinsecamente relacionada às políticas de emigração e imigração dos países envolvidos, que assume formas históricas distintas no espaço e no tempo. Apenas quando considerado de um ângulo estritamente demográfico é que se encontra no movimento emigratório permanência de identidade através dos tempos⁵³.

Pereira nos esclarece que a emigração favorecia distintamente duas grandes zonas de proveniência:

Nos países industrializados a emigração permitiu diminuir o desemprego e o pauperismo inerentes à industrialização oitocentista, sem afetar o crescimento demográfico. O envio de remessas dos emigrantes tampouco se articulou com qualquer forma de dependência externa e a sua função financeira foi secundária. O emigrante destes países parte com o projeto de instalação definitiva noutro país. A emigração inglesa ou alemã é com frequência uma emigração familiar. O mito do retorno não é cultivado pelo país de origem.

Nos países da Europa Mediterrânea, diferente do papel desempenhado nos países industrializados, é proveniente do desenvolvimento desigual do capitalismo e da inerente dependência externa. Em lugar de constituir fator equilibrador do crescimento industrial, é um dos vetores que contribuem para prolongar o subdesenvolvimento. A emigração desses países, predominantemente jovem e masculina, insere-se num projeto de regresso, que determina forte corrente de remessas de divisas. São as remessas dos emigrantes que permitem equilibrar a balança de pagamentos de outro modo deficitária e encobrem a subordinação externa de modo a, inclusive, acentuá-la. Enquanto a emigração dos países industrializados representou a fase transitória de desajustamento, no caso dos países subdesenvolvidos trata-se de fenômeno persistente. A corrente emigratória resulta da não-absorção pelos respectivos mercados nacionais da enorme massa de camponeses e correspondem à solicitação de mão-de-obra assalariada para substituição de mão-de-obra escrava, no outro lado do Atlântico. (Pereira, *op.cit.*, pp18-19)

⁵² KLEIN, Herbert S., *op.cit.*, p. 13-14.

⁵³ PEREIRA, Mirian Halpern. *A política portuguesa de emigração (1850-1930)*. Revisão técnica Maria Helena Ribeira da Cunha. Bauru, SP: EDUSC; Portugal: Instituto Camões, 2001:14-17, 45-46.

Nos países emigrantistas, o número de saídas sempre tendeu a decrescer quando o desenvolvimento industrial e comercial permitia uma maior absorção da mão-de-obra disponível. Nesse sentido, entre 1851 e 1860, a Inglaterra contribuiu com 65,8% dos emigrantes mundiais e, entre 1901 e 1910, sua participação caiu para 15,8%⁵⁴.

A transição demográfica ocorrida na Europa e as mudanças sócio-político-econômicas decorrentes da Revolução Industrial e do capitalismo, assentado numa política imperialista (ou neo-colonialista), obrigaram os países ocidentais a procurar novos mercados internacionais, ávidos por lucros e benefícios⁵⁵. Um contexto em que se coadunam os interesses dos países envolvidos na emigração de seus nacionais como trabalhadores assalariados e explica, em parte, o interesse dos países em franco desenvolvimento industrial em proibir o tráfico de escravos africanos no Atlântico e o comércio de *coolies* (1810-1920), por estes contingentes representarem sérios entraves para o desenvolvimento do mercado capitalista de consumo⁵⁶.

Com o tempo, alterou-se o tipo de emigrantes e seus objetivos. No início os lavradores e artesão urbanos emigravam por terem sido despojados de seus bens de produção e pela constante eclosão de crises agrícolas. Os comerciantes e os industriais falidos emigravam por terem sido atingidos pelas crises econômicas cíclicas ocorridas no mundo contemporâneo. Os sonhos acalentados pelos emigrantes também sofreram alterações. Se, numa primeira fase, o emigrado sonhava obter dinheiro fácil para se estabelecer como fazendeiro ou comerciante na região para a qual se deslocasse, noutra pretendia apenas uma permanência temporária, suficiente para obter algum dinheiro que lhe permitisse auxiliar a família em dificuldades, pagar dívidas, juntar certa quantia e retornar ao solo pátrio. Como exemplo deste segundo grupo, podemos mencionar, dentre outros, os japoneses.

De fato, a emigração está intrinsecamente relacionada à relação política, econômica e cultural desiguais e ao jogo de forças entre os dois países, as duas sociedades e as duas culturas envolvidas. Uma relação que reitera uma hierarquia entre nações, compondo uma distinção entre o emigrante oriundo de um mundo dominante e o de um mundo dominado⁵⁷.

⁵⁴ ANDO, Zenpati; WAKISAKA, Katsunori. "Sinótese histórica da imigração japonesa no Brasil", in *O japonês em São Paulo e no Brasil*. Relatório do Simpósio realizado em junho de 1968 ao ensejo do 60º Aniversário da Imigração Japonesa para o Brasil. São Paulo: Centro de Estudos Japoneses, 1971: p. 6-7.

⁵⁵ Transição demográfica é o processo que consiste essencialmente na passagem de níveis altos de mortalidade e natalidade para níveis baixos e controlados, através de um período intermediário onde o decréscimo da mortalidade antecede o da natalidade, gerando um crescimento rápido da população. In: LEVY, Maria Stella Ferreira. "O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872-1972)". *Revista de Saúde Pública*, SP, 2012. Disponível em <<http://www.scielosp.org>> Acesso 14 Jun 2011.

⁵⁶ O termo *coolie* refere-se a mão de obra barata não qualificada da Ásia. Em chinês significa literalmente "trabalho amargo". Nos tempos modernos, o termo *coolie* é empregado para se referir ao emigrante chinês contratado para trabalhar no Exterior. No entanto, alguns estudiosos restringem o seu significado e o empregam para se referir apenas aos trabalhadores chineses que foram trazidos para a América Latina entre 1840-1870.

⁵⁷ SAYAD, Abdelmalek. *A imigração – ou os paradoxos da alteridade*. (título original: L'immigration ou lês paradoxes de l'altérité). Tradução Cristina Murachco. São Paulo: Editora da USP, 1998:242-243.

Waldman observa, com base nas reflexões de Abdelmalek Sayad, que na ficção brasileira existe uma sensível diferença de apreciação e tratamento de acordo com os modos segundo os quais origem nacional e condição social dos personagens são combinadas e identificadas, o que “permite definir, num primeiro momento, duas classes perfeitamente distintas: a dos estrangeiros e a dos imigrantes”. Nesse sentido, o mundo dominante forneceria o “estrangeiro”, termo que, na ficção, “estaria reservado para se referir a personagens oriundas de nações mais ricas (ou de camadas altas de nações não tão ricas), de boa posição seja na nação de origem seja no Brasil”. Identificadas como pessoas instruídas, amiúde com formação especializada, e que, por exercerem cargos ou funções de relevo na sociedade brasileira, são representadas como um padrão de referência cultural, dada a superioridade de formação que as distingue. Em contrapartida, o mundo dominado só forneceria o “imigrante”, que é representado por personagens oriundas de “nações pobres (ou das classes baixas de nações não tão pobres), com pouca ou nenhuma educação formal e que mantêm, pelo menos nos primeiros anos que se seguem à viagem, posição inferior na hierarquia social”⁵⁸. Todos os emigrantes provenientes desse mundo dominado seriam considerados imigrantes contratados como mão-de-obra e submetidos a todas as discriminações em relação ao outro, “estrangeiro”, radicalmente diferente desses e situado num lugar muito mais distante no espaço social, econômico, político, cultural do que necessariamente no espaço geográfico⁵⁹.

No imaginário do emigrante, o mito do retorno sempre esteve articulado ao mito da fortuna ou do enriquecimento rápido⁶⁰. Sem perspectiva de trabalho e prêmios por saldar as dívidas ou adquirir meios para ajudar a família, muitos optavam por tentar a sorte em outro país. Na mitologia da emigração, o retorno tornou-se o símbolo de promoção social e o japonês, como os emigrantes de outras nacionalidades, encarava a saída do país como um meio de ascensão social numa sociedade hierarquizada, caracterizada por uma reduzida mobilidade vertical⁶¹. A maioria dos japoneses que migrava para o Brasil pretendia fazer uma poupança e retornar ao país e, por isso, os que partiam não podiam sequer imaginar que essa cisão, aparentemente temporária, seria para sempre.

Kôyama (1954:54-55) registra em História dos 40 Anos da Imigração algumas conversas que ouviu dos emigrantes, quando estes se reuniam no convés⁶²:

“Vou voltar para o Japão com um cesto de vime cheio de dinheiro”, era o desejo do carpinteiro da província de Kumamoto.

⁵⁸ WALDMAN, Berta. “Terra à vista: anotações sobre a presença de japoneses na literatura brasileira” In: *Imigrantes Japoneses no Brasil: Trajetória, Imaginário e Memória*. Organização Maria Luiza Tucci Carneiro, Márcia Yumi Takeuchi. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010: 408-409.

⁵⁹ SAYAD, Abdelmalek., *op.cit.*, p. 242-243.

⁶⁰ PEREIRA, Mirian Halpern., *op.cit.*, p. 45.

⁶¹ YAMASHIRO, José., *op.cit.*, p. 245-246.

⁶² As conversas são registradas mantendo-se os dialetos das províncias.

Numa outra roda, um senhor de meia-idade da província de Fukushima comentava animadamente:

“Lá no Brasil, vou plantar banana e ter uma vida sossegada”.

Jovens casais conversavam sobre suas esperanças quanto ao retorno:

“Vou trabalhar com afinco durante três anos e juntar 10 mil ienes. Assim que eu voltar, vou levar a minha mãe para visitar o templo Honganji, de Quioto⁶³”, era o desejo de um rapaz recém-casado.

“Na volta, pretendo levar uns três sacos de café para dar de presente”, comentava uma jovem recém-casada, da província de Hiroshima.

O que esses jovens emigrantes não sabiam é que os contratos que eles firmaram com a Companhia de Emigração e a realidade que encontrariam no Brasil destruiriam para sempre o mito da fortuna e do retorno triunfal. Voltar para casa com a cesta cheia de dinheiro, ter uma vida sossegada, levar a mãe para visitar o templo de Quioto e presentear grãos de café eram desejos que jamais seriam concretizados⁶⁴. Eram, no entanto, vozes que representavam o desejo de inúmeros emigrantes que passariam a anonimamente escrever a história da imigração japonesa no Brasil.

Num dos cantos do convés, três homens da província de Kumamoto, que já haviam emigrado para trabalhar nas minas da Nova Caledônia e que partiam para o Brasil em sua segunda viagem de emigração, criticavam o discurso proferido pelo deputado Doi na cerimônia de partida:

“Em vez de mandar a gente honrar a pátria, por que é que eles não ensinam como é que se faz pra ganhar dinheiro?”

⁶³ Refere-se ao Budismo da Terra Pura (*Jôdo Shinshû*) fundado pelo monge Shinran Shonin (1173-1263), durante o período Kamakura (1192-1333), tornou-se uma das maiores e mais influentes escolas budistas no Japão, ao propagar com linguagem vigorosa e coloquial os ensinamentos de Buda nos meios populares. O templo *Honganji*, conhecido também como *Nishi Honganji* (*nishi*, literalmente oeste), é a matriz da Escola da Terra Pura. Muitos seguidores visitam o templo para prestar homenagens ao Buda. Em 1994 toda a área do templo *Honganji* foi declarada Patrimônio Cultural do Mundo pela UNESCO. In: ELIADE, Mircea, COULIANO, Ioan P. *Dicionário das Religiões*. Colaboração de H.S. Wiesner; tradução Ivone Castilho Benedetti. 2ª. Ed. São Paulo: Martins Fontes: 1999:80-81 e *História do budismo da terra pura* (Jôdo Shinshû no rekishi) disponível em <<http://www.international.hongwanji.or.jp>>. Acesso em 08 Jan. 2012.

⁶⁴ In: VALE, Renata William Santos do. Exposição “Japão, Brasil: Centenário de um encontro” In *Imigrantes Japoneses no Brasil: Trajetória, Imaginário e Memória*. Organização Maria Luiza Tucci Carneiro, Márcia Yumi Takeuchi. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010, p. 612, “dos cerca de 15 mil imigrantes nipônicos que entraram no Brasil na primeira fase da imigração subvencionada (1908-1914), poucos conseguiram voltar, principalmente depois da eclosão das Grandes Guerras, e um número menor ainda enriqueceu.”

O principal suporte do mito da fortuna era a contínua remessa de dinheiro que os emigrantes costumavam enviar para as famílias que permaneciam no país de origem. Fato que reforçava a concepção da emigração como instrumento de mobilidade social, uma vez que a família conquistava gradativamente uma condição econômica melhor. Pereira observa, citando o exemplo da emigração portuguesa para o Brasil, que:

subjacente a este envio periódico de poupança, encontrava-se uma forte limitação do consumo no tempo imediato com o objetivo de melhorar num tempo futuro a situação do emigrante no país de origem, e que a principal função do mito do retorno foi financeira, não demográfica. O aperto da vida, o espírito de especulação e de aventura obrigam-nos, desde tempos antigos, a deixar a sua por terras estranhas. [...] partem sempre com a intenção de voltar, esperança que nem todas as vezes se realiza.

O eventual fracasso era tido como incapacidade da pessoa e, sem considerar a modificação de seu estatuto social no Brasil, que era uma das principais condições para se alcançar os padrões finais de sucesso, muitos, por vaidade, amor próprio ou o receio de que deles se tivesse opinião menos lisonjeira para os seus créditos de trabalhador, escondiam dos seus parentes e conterrâneos todo o estendal das suas privações e amarguras a ponto de preferirem morrer no Brasil para esconder sua miséria, a regressarem pobres ao seu país de origem⁶⁵.

No dia 06 de novembro de 1907, a Companhia de Emigração Imperial, de Ryô Mizuno, firmou contrato com o governo do Estado de São Paulo para trazer três mil agricultores japoneses em sucessivas levas de 1000 emigrantes, de 1908 a 1910. Em São Paulo, o acordo foi assinado pelo então Presidente do Estado, Jorge Tibiriçá, e pelo Secretário da Agricultura, Carlos Botelho. O contrato consistia em trazer famílias com 3 a 10 membros economicamente ativos, com idade de 12 a 45 anos, aptos para o trabalho na lavoura. O governo paulista cobriria parte dos custos de transporte, reparando depois essas despesas com os fazendeiros eventualmente contemplados, podendo estes, por sua vez, deduzir do salário pago aos colonos os custos que tivessem tido. A passagem ferroviária seria por conta dos imigrantes e o salário dos trabalhadores seria decidido após terem sido admitidos como colonos. A entrada individual era permitida apenas para os artífices possuidores de habilidades específicas, como pedreiros, carpinteiros e ferreiros, sendo que o número desses imigrantes individuais não podia ultrapassar um quinto do total⁶⁶.

Uetsuka, coordenador de viagem do Kasato-maru, relata que Mizuno ficou preocupado com a ideia de que o assunto do salário “seria tratado na fazenda”, mas resolveu deixar o assunto de lado, achando que se tratava de um procedimento normal. A atitude

⁶⁵ PEREIRA, Mirian Halpern., *op.cit.*, p. 46-50.

⁶⁶ SAITO, Hiroshi. *O Japonês no Brasil: estudo de mobilidade e fixação*. São Paulo: FESP, 1961:26; NOGUEIRA, Arlinda Rocha. *A imigração japonesa para a lavoura cafeeira. (1908-1922)*. São Paulo: IEB-USP, 1973:76-77.

de Mizuno foi criticada posteriormente como tendo sido de extrema irresponsabilidade, uma vez que não existiam salários fixos, os quais variavam de uma fazenda para outra ⁶⁷.

A dificuldade de encontrar famílias com pelo menos três membros aptos à atividade produtiva, ou seja, famílias que preenchessem a condição de “três enxadas”, propiciou a formação das chamadas famílias compostas (*kôsei kazoku*), pelo artifício de inserir um membro através da adoção de um indivíduo adulto ou promover o casamento arranjado, apenas para fins de registro.

A maioria dos candidatos à emigração eram jovens solteiros ou recém-casados e, nesse caso, procuravam-se casar os solteiros rapidamente e, no caso dos casais recém-casados, introduzia-se um parente (irmão, primo, sobrinho de ambos os sexos e maiores de 12 anos) para compor o terceiro membro. Quando não era possível constituir a família composta por elementos aparentados, incluíam-se elementos estranhos por adoção formal, com a condição de desfazer a adoção logo após o término do período contratual de trabalho nas fazendas. Por outro lado, não eram poucos os que constituíam a família composta pela união de dois casais, irmãos entre si. [...] Dos 1000 imigrantes permitidos pelo governo paulista para o primeiro ano, apenas 779 candidatos conseguiram satisfazer todas as exigências. Do total de 165 famílias, 92 eram jovens casais de 21 a 30 anos. Mesmo dentre os casais com mais idade, apenas um possuía um filho com mais de 12 anos. (Maeyama, 2004:58)

A passagem de Kôbe a Santos custava 160 ienes, dos quais o Governo paulista subsidiava 100 e, posteriormente, os fazendeiros descontariam 40 ienes dos salários do imigrante. Uma despesa que, na prática, significava que, além de financiarem por conta própria a maior parte da passagem, os colonos contraíam uma dívida para com os fazendeiros pela parcela da passagem por eles financiada. Portanto, a despesa total (parcela a ser paga pela passagem, a comissão da companhia de emigração e os demais gastos pessoais) subia para 500 ienes o valor estipulado por uma família com três enxadas. Certamente, esse foi um fator adicional para dificultar o recrutamento⁶⁸.

Segundo Vatanabe, emigrante que veio para o Brasil em 1912, era comum ouvir comentários do tipo:

O Brasil ficava cinco vezes mais longe que o Havaí e se ganhava cinco vezes menos. Ninguém desejava, como primeira opção, ir para o Brasil. Se não fosse possível a Califórnia, queriam então o Havaí ou o Canadá. Se isso também fosse impossível, aí se pensava, finalmente, no Brasil. Era esse o raciocínio. (*apud Maeyama*, 2004:58)

⁶⁷ NOMIO, Tôru. *O homem da mata selvagem: saga do pai da imigração japonesa, Shuhei Uetsuka*. (Koya no hito) Tradução Rosa Tokiko Sonoo; haicais e textos budicos Francisco Handa. São Paulo: Editora Jornalística União Nikkei, 2007:42.

⁶⁸ ANDO, Zenpati; WAKISAKA, Katsunori. 1971., *op. cit.*, p24.

A emigração para o Brasil não era, portanto, uma solução viável para os lavradores em condições de extrema pobreza. Tanto que 105 famílias (do total de 164) chegaram a depositar nos cofres da companhia de emigração, por ocasião do embarque, um total de 7.675 ienes⁶⁹. Há controvérsias quanto à posterior devolução desses valores, mas o fato é que não o receberam de volta, pois Mizuno havia usado o dinheiro para cobrir parte do depósito de 100 mil ienes, a título de pagamento de taxas para a liberação do navio; razão pela qual a viagem programada para partir no dia 16 de abril precisou ser adiada. Enquanto Mizuno tentava conseguir o montante exigido pela Seção de Imigração do Ministério dos Negócios Estrangeiros, os emigrantes foram informados que o atraso era devido à necessidade de reparos no navio. Por fim, Mizuno consegue 80 mil ienes e, com a intervenção do deputado Doi junto ao Ministério, consegue autorização para o Kasato-maru deixar o porto de Kobe, após 12 dias de atraso. O subterfúgio de solicitar o dinheiro dos próprios emigrantes para que estes depositassem o dinheiro no cofre do navio, alegando motivos de segurança, posteriormente lhe custou caro, pois essa atitude provocou a revolta dos que foram logrados.

Os emigrantes do Kasato-maru se diferenciavam dos emigrantes que foram para as ilhas do Havaí. A maioria deles era de homens que partiam sem dinheiro e sozinhos, deixando mulheres e filhos no Japão⁷⁰, mas o objetivo era o mesmo: acumular, em alguns anos, a quantia de 10 mil a 20 mil ienes. Montante suficiente para saldarem os empréstimos contraídos com agiotas para poderem viajar e, ao regressar, construir uma casa e viver com os juros advindos do restante⁷¹.

No Japão, em fins da era Meiji (1868-1912), a diária de um lavrador, incluindo as refeições, era de 20 centavos de iene, e um policial ganhava mensalmente 10 ienes. A Companhia de Emigração divulgara que, trabalhando numa fazenda de café no Brasil, uma pessoa conseguiria, por mês, 35 ienes. Considerando que, se uma família de cinco pessoas trabalhasse, receberiam, todos os meses, a soma surpreendente de 174 ienes. Segundo esses cálculos, em meio ano resgatariam o empréstimo tomado para as passagens de navio para a família inteira e o restante seria economizado ou remetido à pátria. O país dos sonhos! Não era sem razão que os chefes de família estivessem eufóricos, no auge da alegria⁷².

⁶⁹ A maior parcela fora entregue pelos procedentes de Okinawa, no montante de 5.250 ienes; depois vinham o depósito feito pelos originários de Kagoshima, no valor de 1.630 ienes, e o depósito feito pelos de Yamaguchi, de 525 ienes. In: HANDA, Tomoo. *Memórias de um imigrante japonês no Brasil*. Tradução Antonio Nojiri. São Paulo: T.A. Queiroz, Centro de Estudos Nipo-Brasileiros. 1980, p.17.

⁷⁰ Os japoneses que emigravam para o Havaí eram originários de zonas rurais pobres e as despesas de viagem corriam por conta do Governo havaiano. Segundo estimativas, eles teriam remetido para o Japão cerca 2 milhões e 700 mil dólares, em dez anos. A remessa de dinheiro para as famílias que ficavam na terra natal representava a concretização de um dos objetivos do Governo: reduzir a tensão social nas regiões agrícolas. In: TAJIRI, Tetsuya; YAMASHIRO, José. "Japão: Fim do isolamento e início do movimento emigratório". In: *Uma epopéia moderna: 80 anos da imigração japonesa no Brasil*. São Paulo: Hucitec; Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa, 1992:35.

⁷¹ ANDO, Zempati, WAKISAKA, Katsunori., *op.cit.*, p.25.

⁷² DAIGO, Masao. *A mata das ilusões (Mori no yume)*. Tradução Sônia Regina Longhi Ninomiya. São Paulo: Aliança Cultural Brasil Japão. 1997, p.23.

O papel da propaganda pró-emigração foi fundamental para arregimentar número suficiente de famílias e compor as sucessivas levas de emigrantes que se seguiram ao Kasato-maru. Enfatizava-se que o Brasil possuía terras ricas e férteis, prontas para serem trabalhadas.

Não se falava no tipo de trabalho que teriam que enfrentar e poucas eram as informações sobre o Brasil. Falava-se apenas na fartura, que sacudindo os galhos das árvores caía ouro⁷³.

O jornal Osaka Asahi Shinbun destaca a importância dessa nova fase da emigração japonesa para o Brasil⁷⁴.

A promissora perspectiva da imigração ao Brasil

A paralisação da imigração para a América do Norte criou inesperadamente uma boa oportunidade, e as 783 pessoas da primeira leva de imigrantes para o Brasil, recrutados pela Companhia Imperial de Emigração, partiram do porto de Kobe, a bordo do Kasato-maru, pertencente à Sociedade Oriental de Navios a Vapor (Tōyō Kisen Kaisha) [...]. Os imigrantes devem necessariamente pertencer a uma família, recebendo em troca, do total de 160 ienes de custo da viagem, um subsídio de 100 ienes (dos quais 40 ienes devem ser reembolsados, o que significa que a ajuda consiste em 60 ienes)⁷⁵.

As propagandas da companhia de emigração tinham como base as observações que Ryō Mizuno e Teijiro Suzuki⁷⁶ fizeram em sua primeira viagem ao Brasil em 1906, durante uma visita de inspeção às prósperas fazendas de café do oeste do Estado de São Paulo: Jundiá, Campinas, Mogiana e Ribeirão Preto. Quem os acompanhou foi Arajiro Miura, funcionário intérprete da Legação Japonesa em Petrópolis.

⁷³ NAKAMURA, Hiroko. *Ipê e Sakura – em busca da identidade*. São Paulo: João Scortecci Editora, 1988, apud SAKURAI, Célia., 1933., *op.cit*, p.46.

⁷⁴ MAEYAMA, Takashi. *Margarida Vatanabe: 53 anos de assistência a imigrantes e idosos* (Dona Margarida Vatanabe: Imin rōjin fukushi nogojūsannen). Tradução: Equipe de Assistência Social Dom José Gaspar. São Paulo: Editora Zipango, 2004.

⁷⁵ O governo paulista subsidiava 100 ienes por pessoa (10 libras), porém a partir da segunda leva passou a subsidiar 8 libras. In: ANDO, Zempati; WAKISAKA, Katsunori. 1971., *op.cit*, p. 24.

⁷⁶ Em 1905, Ryō Mizuno conheceu Teijiro Suzuki durante sua primeira viagem para o Brasil com o objetivo de conhecer o país, inspecionar as terras agrícolas e as condições para o recebimento de imigrantes. Teijiro Suzuki era imigrante espontâneo disposto a ir para o Chile, mas, após Mizuno convencê-lo a vir para o Brasil, ambos seguem para o Rio de Janeiro e depois para São Paulo. Após firmar o contrato, Mizuno retorna para o Japão para estabelecer as bases do acordo de imigração e Suzuki permanece em São Paulo para, um ano mais tarde, auxiliar os primeiros imigrantes do Kasato-maru e acompanhar um grupo a uma das fazendas onde trabalhariam nas lavouras de café, no interior de São Paulo.

– Suzuki, olha só que maravilha! – disse Miura sorrindo. A seu lado estava o doutor Herminiano Pinto, responsável pela fazenda Pinhal, que conversava com uma família de italianos que arrancavam com as mãos os frutos maduros de café que, em penca, pendiam dos galhos.

– Basta fazer isso. É fácil – era o que Erminiano parecia estar dizendo. Mizuno também se pôs a arrancar os frutos de dois ou três galhos e, em seguida, comentou:

– Realmente é fácil. Para fazer esse tipo de trabalho manual, os japoneses não perdem dos italianos – e olhando para o punhado de rubros grãos arredondados que enchiam suas mãos disse:

– Os frutos são bonitos. É um trabalho de princesa.

– Com tantos frutos, até eu consigo colher de três a quatro sacos por dia – concordou Miura. Herminiano sorriu, deixando, ainda mais marcados, os seus pés de galinha.

[...]

No escritório da fazenda, tendo em mãos a caderneta com os registros de colheitas dos imigrantes, Mizuno exclama ao verificar que uma família consegue colher por dia 38 sacos de café:

– Nossa! Isso é incrível!

– Mizuno, quanto isso dá em moeda japonesa?

– Se 1 conto equivale a mais ou menos 700 ienes; então, por baixo, 5 contos equivalem a 3.400.

– 3.400 ienes? – repetiu Mizuno em voz baixa, arregalando os olhos.

– Ele está dizendo que se quiser pode se ganhar um dinheiro extra com o cultivo intercalado de milho e feijão; e criando porcos e galinhas – complementou Miura⁷⁷.

⁷⁷ SUZUKI, Teijiro. (pseudônimo:Suzuki Nanju). *Burajiru nippon imin no kusawake* (História dos pioneiros da imigração japonesa no Brasil). Edição Revisada. 1969:23.



Imagem: Colheita manual de café.
Disponível em <http://www.newsrondonia.com.br> Acesso em 27 de Janeiro de 2011.

Mizuno ficou impressionado ao constatar que uma família conseguia colher em um único dia 38 sacos de café. Com base nesse cálculo, concluiu apressadamente que um imigrante poderia fazer fortuna em pouco tempo, superando os ganhos daqueles que emigraram para o Havaí e os Estados Unidos.

Segundo Motoyama (2011:98), Mizuno defendia a emigração pacífica como uma estratégia de aliviar o problema demográfico no Japão e contribuir para minimizar a falta de mão-de-obra no Brasil. Uma solução com que ambos os países ganhavam, sem a necessidade de alimentar o imperialismo reinante que fomentava o ódio e as revoltas da população do território conquistado.

A despeito de a propaganda não ter sido veiculada necessariamente de má-fé, naquela ocasião era adequada para fortalecer a visão favorável ao empreendimento imigratório⁷⁸. O fato de Mizuno não ter realizado uma pesquisa mais profunda sobre a realidade das fazendas de café e as condições de vida dos agricultores também foi severamente criticado pelas autoridades japonesas.

⁷⁸ MOTOYAMA, Shôzo., *op.cit.*, p. 103; NOGUEIRA, Arlinda Rocha., *op.cit.*, 1973: p. 93.



Cartaz empregado pela "Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha" para propaganda do Brasil no Japão.

**Imagem: “Vamos! O Brasil dá boas vindas aos agricultores.”
Cartaz da Companhia de Emigração Imperial com sede em Tóquio, bairro de Marunouchi.⁷⁹**

Há de se observar que as regiões visitadas por Mizuno (1906) pertenciam à região denominada Oeste novo, polarizada pela cidade de Ribeirão Preto que “oferecia um tipo de solo extremamente favorável ao café, capaz de permitir a excepcional produtividade de 350 arrobas por 1.000 pés” e que, na época da inspeção, foi um dos anos de superprodução do café nessa região⁸⁰.

Além das diferenças de relevo e de condições naturais havia também diferenças sócio-econômicas entre a tradicional região cafeeira, do Vale do Paraíba, e a nova área de expansão do oeste paulista: a utilização da mão de obra livre, a implantação de ferrovias, formas capitalistas de ocupação e uso da terra, mentalidade empresarial capitalista com investimento produtivo do lucro, utilização de ferramentas e tecnologia agrícola moderna, investimentos urbanos para a formação das classes médias através da ascensão de segmentos inferiores, no ativismo na prática

⁷⁹ Disponível em <<http://www.brasil.gov.br/imagens/linha-do-tempo/1908>> Acesso em 18 Jun 2010.

⁸⁰ AMARAL LAPA, José Roberto do. *A Economia Cafeeira*. Col. Tudo é História, vol 72. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986:41. Na região de Campinas, onde teve início esta expansão para o oeste do Estado, produzia-se em média 55 arrobas de café por 1.000 pés e, na região do Vale do Paraíba, a média por 1.000 pés era de apenas 24 arrobas.

política, na incorporação da mão de obra livre do imigrante e em unidades de produção capitalista⁸¹.

A partir do Convênio de Taubaté (firmado em 26 de fevereiro de 1906 pelos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro), teve início a política de valorização dos preços do café nos mercados mundiais mediante a compra de excedentes e estocagem de grandes volumes do produto em recintos alfandegários no Exterior. Uma tentativa de salvaguardar a renda do setor produtor e exportador do café diante da superprodução⁸².

O café era descrito como “a árvore que dá ouro” e que, em um mês, uma família com três membros trabalhando no cafezal receberiam o equivalente a 135 ienes no câmbio da época (uma quantia fantástica, considerando que o salário mensal de um policial no Japão era de 10 ienes). Outras informações eram convenientemente vagas ou incompletas. O contrato brasileiro comprometia-se a dar moradia a cada família imigrante, mas no contrato de imigração não se especificavam as condições de tal moradia e tampouco o sistema de remuneração. A alimentação, por exemplo, era por conta de cada família, mas não se explicava o exploratório “sistema do armazém” até que os imigrantes já estivessem na fazenda⁸³.

Saito (1961:53) aponta alguns fatores que propiciaram a concretização desta emigração: por um lado, a situação econômica brasileira passava por um período de relativa estabilidade enquanto que, internamente, o Japão enfrentava o crescente aumento do número de desempregados nos centros urbanos devido à incapacidade de as indústrias absorverem a mão-de-obra excedente do êxodo rural e, adicionalmente, sofria as

⁸¹ TOLEDO, Francisco Sodero. “O Convênio de Taubaté: Taubaté como palco.” Disponível em <www.vale-doparaiba.com> Acesso em 15 Out 2011. Vale lembrar que a instalação da República no Brasil (1889) transformou as antigas províncias em estados concedendo-lhes autonomia política e propiciando mais poderes às frações de classes dominantes locais e uma estrutura tributária capaz de propiciar autonomia fiscal e administrativa aos estados recém-criados. Diante da euforia federalista, em setembro de 1890, o então ministro da Fazenda do governo provisório, Rui Barbosa, conseguiu aprovação do Marechal Deodoro da Fonseca para um Decreto pelo qual o governo federal poderia garantir empréstimos externos aos Estados até o limite global de 50 mil contos de réis (equivalentes a £ 4,7 milhões). Tratava-se de tentativa de disciplinar o acesso dos Estados federados aos mercados internacionais de capitais, de modo a exercer controle, salvaguardar a imagem externa do País e minimizar custos de captação por meio da concessão de garantia do governo central que reduzisse o risco de eventual inadimplência. In: MAIA, José Nelson Bessa; SARAIVA, José Flávio Sombra. “A paradiplomacia financeira no Brasil da República Velha, 1890-1930”. *Revista Brasileira de Política Internacional*. No. 55, 2012: 106-134, p.115. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v55n1/>> Acesso em 15 Jan 2012.

⁸² A propósito da relativa facilidade de São Paulo contratar volumes cada vez maiores de empréstimos externos, cabe mencionar as intensas relações de negócios entre grandes casas exportadoras de café de origem estrangeira e bancos europeus que financiavam as atividades de comércio exterior dessas empresas. Para maiores detalhes, sugerimos a leitura de MAIA, José Nelson Bessa; SARAIVA, José Flávio Sombra., *op.cit.*, p.134.

⁸³ “História da imigração japonesa”. Disponível em www.imigracaojaponesa.com.br/nossa-historia.html. Acesso em 25 de Janeiro de 2011.

restrições impostas pelos Estados Unidos, que o forçaram a interromper a emigração japonesa. Além desses fatores, Nogueira (1992:53) ressalta que as opiniões favoráveis à emigração japonesa para o Brasil entre autoridades japonesas foram determinantes para a retomada desse assunto⁸⁴. Acrescentaríamos que a repercussão de uma série de publicações difamatórias que circulou na Europa entre 1845 e 1875 - que qualificavam a imigração para o Brasil como “comércio de carne humana”, as denúncias de colonos que relatavam o autoritarismo dos fazendeiros e a falta de liberdade e, sobretudo, o sistema de remuneração do trabalho (sistema de parceria⁸⁵), que recebeu reprovação generalizada na Europa - contribuiu para que, em 1846, fosse praticamente impossível recrutar imigrantes na Alemanha, Suíça ou na Prússia, resultando, inclusive, em medidas que proibiam a emigração desse contingente para o Brasil no período de 1859 a 1870. Em 1875, países como a França, Áustria e Itália também adotaram semelhante proibição⁸⁶. No entanto, essa antipropaganda em relação ao Brasil começa a mudar com o advento e o apogeu da República (1889). Com o deslocamento político e econômico das tradicionais elites das províncias açucareiras para as novas elites de uma moderna agricultura comercial de exportação, a diplomacia brasileira passa a priorizar os interesses comerciais e promover a imigração buscando estabelecer um contato eficiente com o Japão. O redirecionamento da política internacional brasileira e o aumento do prestígio nacional no Exterior, que procurou minimizar os efeitos negativos das convulsões internas, próprias de uma nova ordem em via de consolidação, contribuíram para que houvesse essa aproximação⁸⁷.

Nesse sentido, ao contrário da opinião do ministro plenipotenciário do Japão no Brasil, Sutemi Chinda (nomeado em 1897 como chefe da Legação japonesa no Brasil, com sede em Petrópolis) e de seu sucessor Narinori Ôkoshi, que desaconselhavam a emigração para o Brasil⁸⁸, o novo ministro, Fukashi Suguimura, que assumiu o posto em 19 de abril de 1905, mostrou-se favorável à emigração de japoneses para São Paulo após uma viagem de inspeção pelos Estados de Minas Gerais e São Paulo, acompanha-

⁸⁴ NOGUEIRA, Arlinda. “Antecedentes da imigração japonesa no Brasil”, in: *Uma epopeia moderna – 80 Anos da Imigração Japonesa no Brasil*. São Paulo, Hucitec e Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa, 1992:35-58.

⁸⁵ Este sistema consistia na divisão do lucro líquido da venda do café, isto é, o fazendeiro, após subtrair todas as despesas, dividia o lucro com os imigrantes. Mas os colonos tinham dívidas com o fazendeiro, tais como as despesas de viagem e as compras que faziam no armazém da própria fazenda. Sobre as dívidas eram cobrados juros e, na hora de acertá-las, sobrava ao pobre imigrante pouco ou nenhum dinheiro. In: FREITAS, Sônia Maria de. *E chegaram os imigrantes (o café e a imigração em São Paulo)*. São Paulo: edição da autora. 1999:28.

⁸⁶ COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. São Paulo: Editora Unesp, 1997:170; FREITAS, Sônia Maria de., *op.cit.* 27-28 .

⁸⁷ BUENO, Clodoaldo. *A república e sua política exterior (1889 a 1902)*. São Paulo: Editora Unesp., 1995: 316-320.

⁸⁸ Durante sua permanência de cinco anos (1897-1903), Ôkoshi sempre se manifestou contrário à vinda dos seus conterrâneos para o Brasil. “O motivo principal dessa visão negativa, tanto do ministro Chinda quanto de Ôkoshi alicerçava-se na crise cafeeira em marcha naquele tempo. A situação da lavoura paulista era dramática. Os fazendeiros endividados não podiam nem pagar os seus colonos que ficaram sem receber por mais de um ano. Os italianos foram os mais atingidos.” In. MOTOYAMA, Shozo., *op.cit.*, p. 84.

do pelo Primeiro Secretário da Legação Japonesa, Kumaichi Horiguchi, conhecedor do idioma francês e que foi seu intérprete.

Em 1905, a direção da mina de ouro Morro Velho manifestou-se favorável ao emprego de japoneses em suas dependências. A intenção inicial era contratar imigrantes japoneses para trabalharem em serviços externos, como o do beneficiamento do minério, e só paulatinamente serem conduzidos para o interior da mina. Diante do que observou, Suguimura achou que não haveria o perigo de os imigrantes serem explorados e tratados de maneira desumana. Mas, mesmo assim, Suguimura era da opinião de que seria melhor trazer o japonês para trabalhar na lavoura e não para a mineração. De qualquer forma, encaminhou a relação de pontos positivos e negativos que pudera observar a fim de que fossem submetidos a estudos pelos órgãos competentes.

Após percorrer extensas lavouras de café do Estado de São Paulo, o ministro solicita uma audiência com o Secretário da Agricultura, Comércio e Obras Públicas de São Paulo, Carlos Botelho, para discutirem sobre a possibilidade de se promover a emigração de japoneses para o Brasil. De posse dessas informações, Suguimura encaminha um longo relatório a Jûtarô Komura, Ministro dos Negócios Estrangeiros do Japão, relatando sobre a bem-sucedida viagem de inspeção ao Estado de São Paulo:

Quando resolvi ir a São Paulo para verificar as potencialidades das terras, a notícia se espalhou rapidamente, tanto por meio de noticiários dos jornais do Rio de Janeiro, quanto de São Paulo. [...] por todas as cidades pelas quais passávamos, na plataforma das estações havia multidões à nossa espera, gritando vivas. Dentre elas, destaco, sobretudo, uma cidade com o nome de Ribeirão Preto, que dista 360 km da Capital e que nos ofereceu uma recepção muito especial. [...] Alunos uniformizados, perfilados como soldados, distribuídos pelos dois lados da rua, gritavam: “Viva o Japão!” Logo em seguida, dentre as alunas, surgiu uma menina que nos ofereceu um buquê de crisântemos. [...] No jardim do hotel, a banda nos aguardava para entoar o Hino do Japão, o que muito nos surpreendeu. À noite, fomos recepcionados pelas pessoas de destaque local com um jantar, onde não faltaram discursos em tons elogiosos ao Japão. Do lado de fora do hotel, a multidão ainda continuava gritando “Viva o Japão!”, o que nos deixou muito impressionados. [...]

Pessoalmente, credito esses surpreendentes fatos ao reconhecimento que os brasileiros nos dão como os grandes vencedores da guerra contra a Rússia; pela superioridade do nosso Exército e Marinha. Não resta dúvida de que até então ninguém conhecia o Japão, um país tão longínquo. Esse reconhecimento ao Japão é uma boa oportunidade para que estendamos nossas mãos e aproveitemos para traçar projetos para viabilizar a imigração ao Brasil e iniciar estudos para auferir vantagens dessa situação⁸⁹.

⁸⁹ RESENDE, Tereza Hatue de., *op.cit.*, p. 25-26.

Suguimura relata que o Estado de São Paulo possui clima ameno, extensão territorial de 160 mil km² e que a terra é extremamente propícia à lavoura por suas extensas planícies, sem grandes montanhas ou vales profundos, ressaltando que nos pequenos vales correm águas límpidas de rios e córregos. Informa que, nos últimos três anos, dentre a produção mundial de 19,58 milhões de sacos de café, o Brasil foi responsável por 16,24 milhões sendo que, desse total, 13 milhões foram oriundos de São Paulo; e, em termos de infraestrutura, o Estado é servido por estradas de ferro, 20 cidades são beneficiadas pela luz elétrica e que, na zona rural, 500 mil a 600 mil colonos (meeiros) de origem italiana, alemã, espanhola ou portuguesa trabalham satisfeitos e parecem ter algumas economias guardadas. Em relação à capital, comenta que a cidade de São Paulo possui 320 mil habitantes e se assemelha a Paris, e que seu comércio é considerado o principal do País e que até o porto de Santos são aproximadamente duas horas de viagem. Quanto à arrecadação de impostos, observa que esta só perde para o Rio de Janeiro, e que o índice de exportação evidencia a importância do Estado no contexto sócio-político e econômico⁹⁰.

Analisando o bom resultado da imigração italiana e o clima propício desta terra, tenho a certeza de que uma política de imigração bem conduzida por ambos os governos terá todas as possibilidades de sucesso. Com a recente proibição do Governo Italiano, suspendendo o movimento emigratório ao Brasil, é natural que, futuramente, os emigrantes japoneses sejam recebidos de braços abertos aqui. A única condição diferente que nos foi imposta é em relação aos emigrantes solteiros. O Estado de São Paulo tem preferência pela imigração de famílias inteiras, que tenham intenção de aqui fixar residência e não apenas trabalhar, enriquecer e partir. [...] Faço notar, no entanto, que o intercâmbio comercial e o movimento emigratório dependem da abertura de um roteiro marítimo entre os dois países.[...] Uma vez sanada a dificuldade de transporte, por quaisquer dos oceanos, acredito que tanto os latifundiários quanto os empresários receberão de braços abertos o imigrante japonês e as possibilidades de incremento do comércio entre Brasil e Japão.

E conclui:

Considerando-se, porém, a situação geral dos trabalhadores no Japão, onde o emprego é escasso, há de se convencer que, mais cedo ou mais tarde, o Governo Japonês terá de obrigar o povo a emigrar. Diante dessas circunstâncias, ainda considero o Brasil como a terra mais preparada para atender a essa demanda⁹¹.

⁹⁰ *Idem*, p. 27-28 .

⁹¹ REZENDE, Tereza., *op.cit.*, p.29-30.

O texto de Suguimura foi lido pelos membros do Ministério dos Negócios Estrangeiros, considerados conservadores, que tiveram de rever suas posições contrárias à emigração japonesa ao Brasil. Ao ler o artigo publicado nos principais jornais da época, Ryô Mizuno decide viajar para o Brasil com o objetivo de viabilizar a emigração japonesa.

Quando, no ano passado, a guerra russo-japonesa (1904-1905) estava no auge, achei que, com o retorno dos militares dos campos de batalha, teríamos temporariamente um grande número de desempregados; acreditei então que era chegado o momento de aproveitá-los como pioneiros na introdução de emigrantes japoneses na América do Sul; assim, elaborei uma proposta nesse sentido e solicitei a manifestação das autoridades e de civis mais qualificados do que eu: não houve quem não concordasse com a ideia⁹².

Se por parte do Governo japonês houve interesse em conhecer as condições oferecidas pelo Brasil aos seus súditos, o Governo do Estado de São Paulo também não permaneceu indiferente. Carlos Botelho, diante das dificuldades crescentes em obter o braço europeu, agravadas com a proibição, em 1902, da vinda de imigrantes italianos com a passagem subsidiada, resolveu enviar Edmundo Fonseca, Comissário de Imigração, em visita a alguns países que haviam recebido aquela mão-de-obra. Na Argentina, no Chile ou mesmo nos Estados Unidos, não ouviu qualquer crítica desabonadora a respeito do caráter, da índole ou das ambições dos japoneses. As críticas mais generalizadas que se faziam a eles eram as que já se conheciam, isto é, o fato de não se fixarem e não se assimilarem, formando um grupo à parte⁹³.

Diante dos resultados positivos dessa inspeção é que o governo paulista decide fechar o acordo com Mizuno. A propósito desse acordo, Carlos Botelho afirmou em seu relatório anual:

O pensamento que levou este Secretário a propor-vos o ensaio desta nova fonte de imigração foi exclusivamente, como já aludi a princípio, a preocupação de fornecimento de braços à lavoura cafeeira⁹⁴.

É significativo o fato de Botelho ressaltar que o objetivo desta imigração era apenas o de suprir o déficit de mão-de-obra na lavoura cafeeira e que se tratava de um “ensaio”, uma vez que os debates a favor e contra a introdução de asiáticos eram um assunto que se discutia desde 1850 e que culminaram, inclusive, na Questão Chinesa (1879) e na Questão Japonesa (1894). Este é um assunto que será retomado posteriormente, mas, por ora, adianto que a recepção do imigrante japonês não se restringia à questão da “assimilação”, apesar de esta ser a estratégia privilegiada, o critério, para

⁹² MIZUNO, Ryô. *Guia de viagem à América do Sul*. Apud HANDA, Tomoo., *op.cit.*, 102.

⁹³ NOGUEIRA, Arlinda., *op.cit.*, 55

⁹⁴ NOGUEIRA, Arlinda., *op.cit.*, 55.

a admissão de estrangeiros pelas autoridades governamentais e pela cultura brasileira para a construção de uma nacionalidade brasileira.

Voltando ao *Kasato-maru* que seguia viagem pelo Pacífico, a diversidade de profissões entre os passageiros era enorme: lavradores, artesãos, comerciantes, ex-funcionários públicos, ex-policiais, poetas e artistas⁹⁵, mas também havia “vigias, chefes de aldeões, estudantes egressos de escolas, pequenos comerciantes falidos, pescadores sem rede, mineiros cheirando a carvão, camaradas de ferrovias, professores de ensino primário que não conseguiam promoção a diretores de escola, funcionários públicos sem futuro, negociantes de cereais quebrados no jogo da bolsa, estudantes sem dinheiro, artistas de teatro interiorano feitos fantasmas, jogadores, marinheiros desempregados, prostitutas, gueixas do fim do mundo e mulheres da vida tornadas senhoras”⁹⁶.

O monge Ibaragui relata em seu diário, num tom melancólico, que aqueles que emigravam o faziam por extrema necessidade, caso contrário não precisariam arriscar a vida e ir para um lugar povoado por “bárbaros” (*nanban*), que era como os antigos japoneses viam os latinos⁹⁷. Esse tipo de pensamento, comum entre o povo, tinha como referência os portugueses que chegaram ao Japão em meados do século XVI e que foram considerados inferiores e incivilizados. Isso porque muitos traços de seu comportamento, como a higiene, as atitudes em sociedade ou as maneiras de estar à mesa, contribuíram para reforçar a ideia da inferioridade civilizacional dos *nanban* aos olhos dos japoneses⁹⁸.

E prossegue relatando que, a partir do segundo dia, todos procuravam se ocupar e se conhecer dentro do navio e, em tom de contida apreensão, desabafa: “Não sabiam como seriam seus destinos, mas tinham certeza de que entrariam para a História como pioneiros.”⁹⁹

⁹⁵ REZENDE, Tereza Hatue de., *op.cit.*, p.74.

⁹⁶ KATO, Jun'ichirô. *Burajiru ni okeru nipponjin hatten shi* (História da expansão dos japoneses no Brasil). Comissão de edição da História da Expansão dos Japoneses no Brasil, vol I, p. 270-271. *Apud* HANDA, Tomoo. *Memória de um imigrante japonês no Brasil*. Tradução de Antonio Nojiri. São Paulo: T.A. Queiroz, Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, 1980:50.

⁹⁷ CORREIA, Kyohaku., *op.cit.*, p.62.

⁹⁸ O termo “bárbaros” (*seinanban*), literalmente “bárbaros do sudoeste”, origina-se do conceito chinês de que todos os estrangeiros eram bárbaros em comparação aos chineses. Até o século XVI, a sociedade chinesa detinha um conhecimento tecnológico capaz de rivalizar com o Ocidente. No Japão, a partir do período Muromachi (1338-1573), esse termo passou a designar os portugueses (1542-1639) e espanhóis (1580-1623) para distingui-los dos holandeses (1600-1854) e ingleses (1613-1626) que foram ao Japão meio século depois dos portugueses. Sobre esse encontro, mencionamos na Introdução. *In*: LOUREIRO, Rui. “O livro das espingardas de Dairiujji Bunji (1596-1614, 1ª. Edição, 1649)”. *Os portugueses e o Japão no século XVI – Primeiras informações sobre o Japão – antologia documental*. Introdução, modernização do texto e notas de Rui Loureiro. Publicação subsidiada pela Fundação Oriente. 1990, pp 57-62. Versão portuguesa de Georg Schurhammer (publicada em *Orientalia*, Roma, Institutum Historicum Societatis Iesu – Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1963- p.535-538), com ligeiras alterações para modernizar a ortografia e a sintaxe (a tradução data de 1946).

⁹⁹ CORREIA, Kyohaku., *op.cit.*, p.64.

Em meio ao clima eufórico que tomava conta do navio, um rapaz solteiro da província de Fukushima, isolado dos demais, estava absorto em pensamentos com o corpo apoiado no mastro do convés, olhando a imensidão do oceano. Sob o céu ensolarado, uma garotinha da província de Kagoshima alegremente borboleteava no convés, correndo de um lado para outro, por entre as rodas de adultos, embalada pela brisa marítima¹⁰⁰.

Os emigrantes do Kasato-maru eram, em sua maioria, jovens que – como tantos outros imigrantes – traziam consigo a esperança de estarem singrando os mares em busca de melhores condições de vida.

1.2 UMA LONGA TRAVESSIA

Os emigrantes do Kasato-maru, entre livres e contratados, eram procedentes de 14 províncias diferentes: Okinawa (325 pessoas), Kagoshima (172), Kumamoto (79), Fukushima (77), Hiroshima (42), Yamaguchi (30), Ehime (21), Kôchi (17), Miyagui (10), Niigata (09), Hyôgo (04), Tóquio (03), Yamagata (01) e Nagano (01)¹⁰¹.

Em 1871, o governo Meiji redistribuiu as terras que pertenciam aos 320 antigos feudos (*han*) redefinindo-as em 43 províncias (*ken*) e 3 províncias metropolitanas (*fu*): Tóquio, Quioto e Osaka. O desmembramento dos domínios senhoriais (*baku-han*) tinha como objetivo promover a integração territorial vinculando cada unidade à entidade nacional¹⁰². Governadores provinciais, nomeados pelo poder central, administram as novas províncias, incorporadas à nação japonesa.

A anexação oficial e definitiva de Okinawa (47^a Província, de acordo com o mapa abaixo) ocorreu em 1879, como parte da política de expansão territorial do Japão. Okinawa (ou Uchina, no dialeto nativo) é um conjunto de três arquipélagos (Okinawa, Miyako e Yaejima) situados ao extremo sul do Japão, compostos, ao todo por 169 ilhas. Era um reino independente e próspero denominado Ryûkyû, que comercializava com o Japão, a China, a Coréia e demais ilhas do Extremo Oriente. Sua localização geográfica privilegiada permitiu uma intensa relação comercial e cultural com os países vizinhos, tornando-o um entreposto comercial importantíssimo desde

¹⁰⁰ KÔYAMA, Rokurô., *op.cit.*, p.54.

¹⁰¹ CORREIA, Kyohaku., *op. cit.*, p.62. Em 1871, os 320 antigos feudos (*han*) são abolidos para serem redefinidos em 43 províncias. São criadas as províncias metropolitanas (*fu*) em número de três – Tóquio, Quioto e Osaka – e 43 províncias (*ken*). Governadores provinciais, nomeados pelo poder central, administram as novas unidades.

¹⁰² O Japão da era Tokugawa é uma sociedade compartimentada. No plano político, cada chefe local (*daimio*) possuía autonomia administrativa de seu domínio territorial (*han*) ao qual se vinculavam cidades, terras, guerreiros, lavradores etc, diferentemente do sistema feudal da Europa. Do outro lado havia o governo militar (*bakufu*) que controlava as atividades desses chefes regionais. A sociedade feudal japonesa estava organizada em estratos e a posição social de cada um era fixada por herança. In: ORTIZ, Renato., *op.cit.*, p. 47-48; KITSUKAWA, Toshitada., *op.cit.*, p. 21-29; BENEDICT, Ruth., *op.cit.*, p. 56-57.

o século XIV, tendo o seu auge entre o século XVII e XVIII. Em 1609, os japoneses ligados ao clã de Satsuma (atual Kagoshima) invadiram o reino e passaram a dominar todos os setores da vida pública, a despeito de não serem oficialmente os governantes do arquipélago. A China protestou contra a anexação, e o último rei de Ryûkyû foi acusado de traição e executado em Tóquio.

Embora considerada uma província como as demais do Japão, Okinawa não tinha representação no Parlamento, em Tóquio, direito que só lhe foi concedido depois de 1920. O governo central não concedia direito de representação política, mas impunha taxas pesadas sem lhe oferecer benefícios proporcionais a essa tributação excessiva. Okinawa foi tratada pelo governo central como uma verdadeira colônia e uma espécie de barreira, um escudo entre o território japonês e as potências estrangeiras e, na prática, foi discriminada devido à diferença étnica, linguística e cultural. Uma colônia que produzia o que não consumia e consumia o que não produzia¹⁰³.

O contingente maior de emigrantes do Kasato-maru que vieram para o Brasil era da província de Okinawa, 325 pessoas, quase metade do grupo. A Companhia de Emigração Imperial dirigiu os seus esforços de modo consciente àquela região pela semelhança do seu clima com o do Brasil e pelo fato de ela ter enviado inúmeros trabalhadores para o Havaí¹⁰⁴.

A integração territorial se desenvolveu concomitantemente à política de integração linguística. Em 1872, inicia-se uma reforma com o objetivo de reorganizar e padronizar o ensino da língua nacional através de uma gramática normativa. Essa reforma era necessária, pois o Japão tradicional convivia com diferenças dialetais, muitas delas mutuamente ininteligíveis.

Durante o período Tokugawa a língua escrita e falada variava consideravelmente nas diversas regiões do país. Havia dois tipos predominantes de japonês falado, edogotoba (de Edo, capital política) e kyôtogotoba (de Quioto, capital cultural), variação dialetal à qual se somavam as diferenças linguísticas entre as classes sociais. A segmentação geográfica e estamental impedia qualquer movimento de unificação. O governo iniciou uma política de padronização linguística, pois somente dessa forma poderia envolver o conjunto dos habitantes dentro de uma mesma norma¹⁰⁵.

¹⁰³ OKUBARO, Jorge. O súdito (*Banzai, Massateru!*). 2ª.ed. rev. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2008:46; BUENO, Eva Paulino. *A guerra continua, por outros meios, em Okinawa*. <www.espacoacademico.com.br> Acesso em 12 Jan 2012. Com a derrota do Japão em 1945, Okinawa passou a ser administrada pelos EUA até 1972, quando foi devolvida ao Japão. Mesmo após a devolução, os EUA mantiveram as bases militares no arquipélago. Em 27 de abril de 2012, os Estados Unidos e o Japão assinam acordo para a retirada de 9.000 fuzileiros da Base de Okinawa. Notícias sobre a retirada das tropas americanas de Okinawa disponíveis em <operamundi.uol.com.br/noticias> Acesso em 27 Abr 2012.

¹⁰⁴ MOTOYAMA, Shozo., *op.cit.*, p.100.

¹⁰⁵ ORTIZ, Renato., *op.cit.*, 50.

Regions and Prefectures of Japan

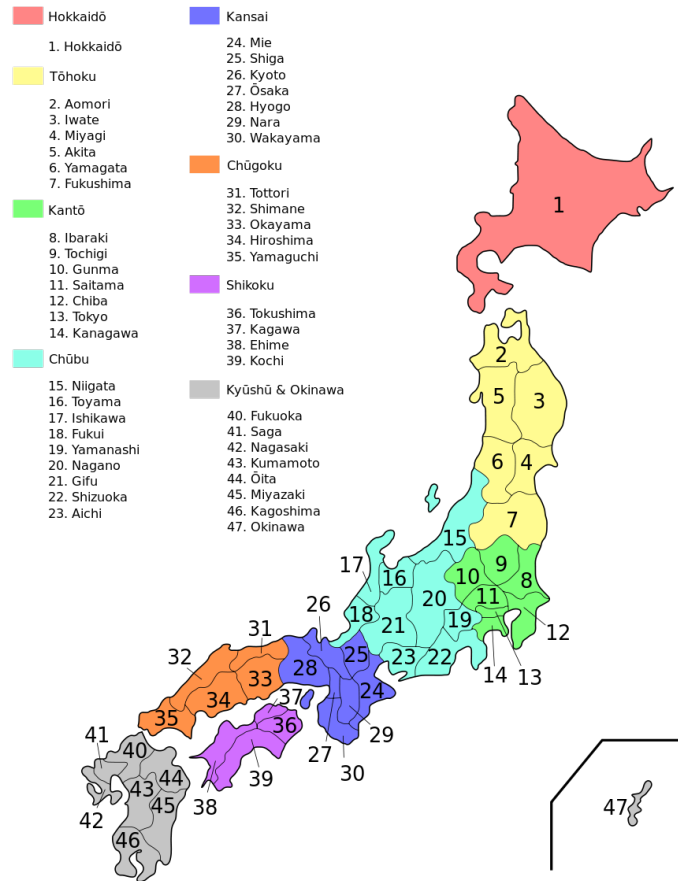


Imagem: Mapa do Japão

<www.upload.wikipedia.org./Regions_and_Prefectures_of_Japan.png> Acesso 05 Nov 2011.

Dialetos do Japão



Imagem - Mapa dos dialetos do Japão. Disponível em <hougen.u-biq.org> Acesso 16 Jan 2011

Em 1877, existiam 8 universidades, 256 escolas secundárias e 53 mil escolas primárias oficiais em todo o país. No setor cultural, também se notou grande atividade. A alfabetização do povo promoveu um considerável progresso no setor de comunicação com publicação de jornais, revistas e livros. Traduções de obras ocidentais promoveram a divulgação de inúmeros conhecimentos do Exterior.

Intelectuais, linguistas, gramáticos, escritores engajaram-se em torno do *genbun' icchi* (fusão entre a expressão oral e a escrita), um movimento inspirado pelo ideal de esclarecer a população comum, dar-lhe acesso à educação e desenvolver materiais didáticos para alfabetizá-la¹⁰⁶. Estabeleceu-se uma língua japonesa coloquial, porém o estilo sino-japonês continuou a ser usado na literatura, nas comunicações oficiais, nas leis e no cotidiano das elites. Fato que somente será modificado com a ocupação americana pós II Guerra Mundial¹⁰⁷.

Em 1890, após a consolidação da reforma linguística, o ensino público se torna obrigatório. O Imperador promulga o Edito sobre a Educação que sanciona a Lei que determina a “absoluta fidelidade ao trono, obediência aos pais e mestres, harmonia entre os cônjuges, compreensão entre amigos, busca do saber nos quatro cantos do orbe¹⁰⁸” e que, a partir daquele momento, “nenhuma comunidade, nenhuma família poderá ter um analfabeto”¹⁰⁹.

Redigido numa linguagem metafórica, o Edito exaltava as virtudes caras ao pensamento ético confuciano e ao conformismo político: piedade filial, coragem, lealdade e patriotismo, e colocava o ensino a serviço do Estado.

¹⁰⁶ A obrigatoriedade do ensino primário legitimou a instituição da disciplina “Língua Japonesa” estabelecendo duas linhas de investigação: (1) Estudos Vernaculares ou Estudos da Língua Nacional (*kokugogaku*) focados na língua e na cultura japonesa através da (re) valorização das obras clássicas e (2) Estudos Linguísticos (*gengogaku*), cujo objetivo era o de assimilar os conhecimentos da linguística ocidental e, num segundo momento, promover estudos de gramática comparada com base nos tradicionais estudos japoneses. In: HASHIMOTO, Lica. “O tempo segundo Yamada Yoshio” In: *Teorias gramaticais da língua japonesa*. Tae Suzuki (org) et al. São Paulo: Humanitas:FAPESP, 2012: 225-234.

¹⁰⁷ Antes da era Meiji, coexistiam quatro estilos de escrita e fala: o *kanbun* (versão japonesa do chinês clássico), *sôrôbun* (sino-japonês), *wabun* (japonês clássico) e *wakankonkobun* (um misto dos três primeiros), *apud* SILVA, Diego Barbosa. “A política linguística do Japão na era Meiji” In: *ANAIS do XX Encontro Nacional de Professores Universitários de Língua, Literatura e Cultura Japonesa. VII Congresso Internacional de Estudos Japoneses no Brasil: para além do Japão: Brasil, Canadá e França*. São Paulo: CEJAP, USP, 2009: 324.

¹⁰⁸ YAMASHIRO, José., *op.cit.*, p. 260.

¹⁰⁹ REZENDE, Tereza., *op.cit.*, 37.

朕惟フニ我カ皇祖皇宗國ヲ肇ムルコト宏遠ニ
 徳ヲ樹ツルコト深厚ナリ我カ臣民克ク忠ニ克
 ク孝ニ億兆心ヲ一ニシテ世々厥ノ美ヲ濟セル
 ハ此レ我カ國體ノ精華ニシテ教育ノ淵源亦實
 ニ此ニ存ス爾臣民父母ニ孝ニ兄弟ニ友ニ夫婦
 相和シ朋友相信シ恭儉己レヲ持シ博愛衆ニ及
 ホシ學ヲ修メ業ヲ習ヒ以テ智能ヲ啓發シ徳器
 ヲ成就シ進テ公益ヲ廣メ世務ヲ開キ常ニ國憲
 ヲ重シ國法ニ遵ヒ一旦緩急アレハ義勇公ニ奉
 シ以テ天壤無窮ノ皇運ヲ扶翼スヘシ是ノ如キ
 ハ獨リ朕力忠良ノ臣民タルノミナラス又以テ
 爾祖先ノ遺風ヲ顯彰スルニ足ラン
 斯ノ道ハ實ニ我カ皇祖皇宗ノ遺訓ニシテ子孫
 臣民ノ俱ニ遵守スヘキ所之ヲ古今ニ通シテ謬
 ラス之ヲ中外ニ施シテ悖ラス朕爾臣民ト俱ニ
 拳々服膺シテ成其徳ヲ一ニセンコトヲ庶幾フ

明治二十三年十月三十日
 御名御璽

Imagem - Édito Imperial para a Educação (Ano 23 da era Meiji, 30 de Outubro)
 Disponível em <www.h6.dion.ne.jp> Acesso em 18 Mar 2011.

Reescrito Imperial para a Educação

Nosso Império foi fundado por nossos ancestrais imperiais tendo como fundamento a virtude duradoura firmemente implantada entre nós; sua beleza ilustra como nossos súditos, de geração em geração, estão unidos pela lealdade e pela piedade filial; esta é a glória do caráter fundamental de nosso Império e aí jaz a fonte de nossa educação; súditos nossos, sejam filiais com seus parentes, afeiçoados a seus irmãos e irmãs; como maridos e esposas sejam harmoniosos, e como amigos, verdadeiros; sejam modestos e moderados; partilhem sua benevolência com todos; engajem-se nos estudos e no cultivo das artes; desenvolvam as faculdades intelectuais e aperfeiçoem os poderes morais; sobretudo, respeitem o bem público e promovam o interesse público; respeitem sempre a Constituição e observem as leis; caso uma emergência aconteça, corajosamente se ofereçam ao Estado; assim será mantida e preservada a prosperidade de nosso Império junto com a do céu e a da terra. Não sejam apenas súditos bons e sujeitos de fé, mas entreguem-se ao melhor da ilustrada tradição de seus antepassados.

Imperador Meiji (30 de outubro de 1890)¹¹⁰

¹¹⁰ ORTIZ, Renato., *op.cit.*, 56.

A dedicação ao estudo e ao trabalho, a piedade filial, a solidariedade e o amor à pátria eram valores que o sistema educacional japonês inculcava na mente das crianças. Uma nova ética que ditava, inclusive, os atos cerimoniais que deveriam ser cumpridos nas escolas: os alunos, em sinal de respeito e obediência, curvavam-se diante do retrato do Imperador, cuja origem divina estava explicada nos ensinamentos que recebiam. Em coro, as crianças diziam: “Ten’no heika, banzai!” (literalmente, “Viva o Imperador!”). O governo imperial tornou obrigatório o ensino das lendas contidas nos primeiros textos escritos em língua japonesa, ainda no século VIII – o *Kojiki* (Relatos das coisas antigas, 712) e *Nihongi* ou *Nihonshoki* (Crônicas do Japão, 720), segundo as quais o país e seu Imperador tinham origem divina¹¹¹.

O Imperador cumpre o papel de personificar o dirigente seguro, norteando o seu povo frente a tantas novidades¹¹². A deificação do Imperador provém, em parte, das impressões colhidas de seus poemas *tanka* (31 sílabas, 5-7-5-7-7) que, em sua maioria, eram do tipo instrutivo ou educativo e divulgavam lições de moral e ética do confucionismo, aplicáveis no dia-a-dia do povo japonês. Valores que enaltecem o espírito de perseverança e determinação e o esforço para seguir adiante, associados a uma força para superar, com resignação, as vicissitudes que a vida nos impõe¹¹³.

¹¹¹ OKUBARO, Jorge., *op.cit.*, p. 49, 55.

¹¹² Nasceu no dia 03 de novembro de 1852. Filho do imperador Kōmei Osahito. Mutsuhito passou grande parte de sua infância na residência Nakayama em Quioto, onde recebeu educação e foi criado em meio aos nobres da Corte. Posteriormente, foi adotado por Asako Nyogo, a principal consorte do Imperador Kōmei, e logo recebeu importantes títulos de nobreza como Shin’no – Príncipe Imperial – e também Kōtaishi – Príncipe da Coroa –, o que o qualificava como potencial sucessor ao trono. Aos quatorze anos de idade ele assumiu o trono do Império do Japão. Seu principal conselheiro foi Tomomi Iwakura.

¹¹³ As primeiras formas literárias do poema clássico japonês da Era Nara (710 a 794) são o *tanka* (31 sílabas, 5-7-5-7-7), *renga* (poema encadeado de 31 sílabas, 5-7-5, *kaminoku* ou *zuko*, elaborado por uma pessoa, 7-7 *shimonoku* ou *machiko*, elaborado por outra pessoa), *sedōka* (38 sílabas, 5-7-7-5-7-7), *bussokusekika* (38 sílabas, 5-7-5-7-7-7) e *chōka* (poema longo, mínimo de três sequências de 5-7 e concluindo com 7, isto é, 5-7, 5-7, 5-7...7). O *tanka* originou-se da canção popular ou de poemas primitivos e se desenvolveu como expressão subjetiva. O *renga* foi muito difundido e apreciado no Japão do século XIII e XIX. A *sedōka* era estruturada em forma de diálogos poéticos. O *bussokusekika* literalmente significa “poemas gravados na lápide que registra os traçados dos pés de Buda”. A origem do *chōka* remonta às preces dedicadas às divindades da Antiguidade; emprega expressões válidas pelas cargas de magia nelas inculcadas e conhecidas como *kotodama* (espírito das palavras) e era utilizada em cerimoniais. O *tanka* é uma forma poética ainda hoje cultivada no Japão, apesar de ter momentos de glórias e de declínios ao longo de sua trajetória. São do período Nara as crônicas históricas *Kojiki* (Relatos das coisas antigas, 712), *Nihonshoki* (Crônicas do Japão, 720) e a mais antiga antologia poética de 22 volumes, o *Man’yōshū* (Míriades em folhas, VII e VIII) que contém cerca de 4500 poemas escritos por 450 poetas, dos quais 70 eram mulheres. Há poetas de todas as classes sociais, desde imperadores até populares, homens e mulheres, inclusive pedintes. In WAKISAKA, Geny. *Man’yōshū – vereda do poema clássico japonês*. São Paulo: Editora Hucitec, 1992: 34, 45, 48, 50, 60; TOIDA, Helena Hisako. “Imperador Meiji, sua época e seus poemas”. In: *Estudos Japoneses*, V. São Paulo: Centro de Estudos Japoneses, 1985:17-28.

Assimilando as boas idéias
e eliminando as más,
almejo nivelar este país aos outros¹¹⁴.

Imperador Meiji

O papel da Corte imperial na história do *tanka* é extremamente importante, sendo muitos dos poemas antigos de autoria dos próprios imperadores. O imperador Meiji foi considerado um exímio poeta, a ponto de ser aclamado pelo povo como “Divino Poeta”. Morishima observa que o Confucionismo, no Japão, ao colocar a tônica na lealdade para com o Estado, na devoção filial para com os pais, na fé para com os amigos e no respeito pelos mais velhos, compatibilizou-se com a política do Estado, o *kokutai*¹¹⁵. A base da moderna ordem política japonesa fundamentava sua legitimidade na benevolência do Imperador e, portanto, a instituição imperial (*kokutai*) estava acima da política (*seitai*). Essa diferença dividiu o comportamento político em duas esferas morais distintas. Enquanto que a *kokutai* (representada pela instituição imperial) foi sacralizada, a *seitai*, a esfera do governo, ou da política, manteve-se profana e secular¹¹⁶.

Dos nossos genitores,
nunca esquecer as graças
mesmo em nossa idade madura¹¹⁷.

Imperador Meiji

Nessa época também se promove a tradicional cerimônia de *outakaihajime* (cer-tame poético do Ano Novo) e se cria o *outadokoro* (departamento literário interino da corte imperial japonesa) com a função de organizar recitais e divulgar a poesia como arte do fazer literário. O Japão é um dos raros países que reconhece e pratica a poesia como instituição oficial e é surpreendente, e pleno de significado histórico, constatar como esta instituição ainda se mantém até os nossos dias, e como a poesia se associou durante dois mil anos às atividades governamentais num dos países mais industrializados do mundo¹¹⁸.

¹¹⁴ Transcrição do *tanka*: *Yokio tori ashikio suete totsukunini otonaru kunito nasu yoshimogana*. In TOIDA, Helena Hisako., *op. cit.*, p.18-24.

¹¹⁵ MORISHIMA, Michio. *Porque Triunfou o Japão? A Tecnologia Ocidental e o Espírito do Povo Japonês*. Lisboa: L. D. A.,1989:125. Sobre o *kokutai*, vide nota 26.

¹¹⁶ EISENSTADT, S. N. “Modernidade Japonesa: a primeira modernidade múltipla não ocidental” (Japanese Modernity: The First New Western Multiple Modernity). Tradução de Paul Freston. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, vol. 53, no. 1, 2010, p.26.

¹¹⁷ Transcrição do *tanka*: *Hitoritatsu mini narinutomo ôhoshitateshi oyano megumio wasure zaranan*.

¹¹⁸ *Outakaihajime*, artigo oficial do Kunaichô (Secretaria da Casa Imperial). Disponível em <www.kunaicho.go.jp.> Acesso em 9 Fev 2011.

Todos os anos, no início de janeiro, realiza-se o certame poético do Ano Novo, do qual todos os poetas do Japão são convidados a participar, na presença do Imperador e da Imperatriz. A Comissão do Palácio Imperial seleciona cinco poemas, dentre milhares e, segundo Wesceslau de Moraes, em 1910, foram submetidos 33 mil poemas¹¹⁹.

Em Meiji, a educação primária foi rigorosamente controlada pelas autoridades de Tóquio, às quais competia o financiamento das escolas, a seleção dos manuais e a escolha dos professores. Em outras palavras, a ideologia dominante determinou o conteúdo dos *curricula* escolares com o objetivo de formar trabalhadores agradecidos, dóceis e diligentes. O Japão precisava estabelecer não só um Estado, mas também, e sobretudo, um exército moderno, ambos exigindo naturalmente uma população alfabetizada.

O sucesso alcançado no plano educacional está relacionado ao fato de já existirem inúmeras escolas (*terakoya*) que proliferavam sob o regime Tokugawa, algumas fundadas e mantidas pelos próprios pais e que foram substituídas por escolas primárias oficiais¹²⁰. Naquela época, a procura por educação era consideravelmente alta, devido a duas razões fundamentais: em primeiro lugar, porque a escola fornecia conhecimentos que asseguravam uma profissão mais prestigiada às crianças das aldeias; em segundo lugar, porque a educação ajudava algumas delas a subir na hierarquia social, coisa que, de outro modo, lhes estaria inevitavelmente vedada. Quando o governo Meiji decreta a obrigatoriedade do ensino básico, este não foi imposto a uma população relutante. Havia certa mobilidade e um desejo de ascensão social entre o campesinato, patente nos últimos anos do regime Tokugawa. A ausência de trabalho industrial infantil foi um fator determinante para que as crianças fossem direcionadas para o estudo¹²¹.

Com a padronização do ensino público, implantou-se o curso primário de quatro anos aumentado para seis, em 1907 e, em 1910, o índice de escolaridade atinge 98% no grau primário¹²². Isso explica o alto índice de emigrantes alfabetizados que vieram para o Brasil, 68%, e que, posteriormente, chega a atingir 95%. Fato que chamou a atenção de J. Amâncio Sobral, inspetor da Agricultura de São Paulo, que escreveu o artigo “Os japonezes em São Paulo”, publicado na primeira página do *Correio Paulistano* no dia 26 de junho de 1908, e que acompanhou os primeiros imigrantes desde a chegada ao porto de Santos até a Hospedaria dos Imigrantes, no bairro do Brás, em São Paulo. Sobral se surpreende ao constatar que os japoneses traziam em suas bagagens livros, papel de carta e nanquim.

¹¹⁹ MARTINS, Ingrid Bloser. “O conceito ínfimo do significado do eu na poesia *haiku*”, in *Cadernos Vieneses*, 34, 2004:173-198. Disponível em <http://gib.cm-viana-castelo.pt/documentos/20081028102553.pdf> Acesso em 16 Fev 2011.

¹²⁰ KITSUKAWA, Toshitada., *op.cit.*, p. 22; MOTOYAMA, Shozo., *op.cit.*, p.75.

¹²¹ MÓNICA, Maria Filomena. “A sociedade, o Estado e a educação popular: Inglaterra, Portugal e Japão”. In: *Revista Análise Social*, vol. XII (48), 1976 4.º volume, 853-871. Disponível em <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos>> Acesso em 15 Jan 2011.

¹²² YAMASHIRO, José., *op.cit.*, p.261.

Os japonezes em São Paulo

Está S. Paulo com os primeiros imigrantes japonezes.

Chegaram no dia 18, pelo vapor Kasato Maru, depois de 52 dias de viagem do Japão a Santos, tendo tocado só em dois portos: o de Singapura na Ásia e o da cidade do Cabo na extremidade austral da África. [...] O número de crianças é insignificante, e o de velhos nullo, [...] Dos introduzidos pela companhia (781) 532 sabem ler e escrever, isto é, 68 por cento, sendo necessário notar que, dos 249 tidos como analfabetos, empregando esta palavra na sua acepção literal, não chegam a 100, o que eleva muito aquela porcentagem. [...] As suas bagagens são pequenas [...] na sua maior parte de vime branco e algumas de lona pintada. Não parece bagagem de gente pobre, contrastando flagrantemente com os batus de folha e trouxas dos nossos operários. Nessas bagagens trazem as roupas indispensáveis e objectos de uso diário, como pasta para dentes, um frasco de conservas, um de molho para temperar comida, uma ou outra raiz medicinal, as indispensáveis e exquísitas travessadeiras, pequeninas e altas, de madeira forrada de veludo ou de bambu fino, flexível; cobertores acolchoados, casacões contra o frio, ferramentas pequenas (por sinal que as de carpinteiro são muito diferentes das nossas), um ou dois livros (cheios de garatujas, direi eu), uma caixa de papel para cartas, nankim para escrever, pausinhos (que podem ser de alumínio) para comer arroz, colheres pequenas, mas largas e chatas, para as refeições, e muitas outras miudezas que lhes são necessárias¹²³.

O inspetor igualmente observa o asseio e a disciplina dos japonezes e não poupa elogios: “as suas câmaras e mais acomodações apresentavam uma limpeza inexcedível [...] houve em Santos quem afirmasse que o navio japonês apresentava na sua 3ª classe mais asseio e limpeza que qualquer transatlântico europeu na 1ª classe”, e faz questão de lembrar que “se trata de gente de humilde camada social do Japão.”

Chamou-lhe igualmente a atenção o fato de muitos trazerem bandeiras pequenas de seda – “uma branca com um círculo vermelho no meio, e a outra auriverde: a do Japão e a do Brasil” - presas numa “pequenina haste de bambu pintado e lança de metal amarelo”. E sobre esse fato comenta: “Esta primeira leva de imigrantes japonezes entrou em nossa terra com bandeiras brasileiras de seda, feitas no Japão, e trazidas de propósito para nos serem amáveis. Delicadeza fina, reveladora de uma educação apreciável.”

Sobral prossegue relatando sobre a indumentária:

¹²³ KIYOTANI, Masuji; YAMASHIRO, José. “Do Kasato-maru até a década de 1920”, in *Uma epopeia moderna – 80 anos da imigração japonesa o Brasil*. São Paulo: Editora Hucite, Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa, 1992:68.65. Mantivemos a ortografia.

Estavam todos, homens e mulheres, vestidos à européia; elles de chapéo ou bonet, e ellas de saia e camizeta pegada à saia, apertada na cintura por um cinto, e de chapéo de senhora, um chapéo simples, o mais simples que se pode conceber, preso na cabeça por um elástico e ornado com um grampo. Os penteados fazem lembrar-nos os que temos visto em pinturas japonezas, mas sem os grampos colossaes que as mesmas pinturas nos apresentam. Homens e mulheres trazem calçado (botinas, borzeguins e sapatos) barato, com protetores de ferro na sola, e todos usam meias.

A referência às figuras femininas do ukiyo-e¹²⁴, comumente retratadas na pintura japonesa, revela que Sobral tinha uma imagem pré-concebida sobre a arte japonesa, possivelmente um olhar comprometido pelo japonismo, tendência artística iniciada na França e em vigor no final do século XIX que “converteu-se numa moda, a ‘moda do Japão’, que se estendeu por vários países, influenciando, de formas diferentes, vários campos culturais do Ocidente”¹²⁵.

¹²⁴ *Ukiyo-e* significa “personagens do mundo flutuante”. Os temas utilizados nas gravuras *ukiyo-e* eram os mais diversos. Serviam de inspiração para os artistas da época, as belas cortesãs de Yoshiwara (bairro das casas de prazer de Edo), os atores de teatro *kabuki*, os samurais, os lutadores de sumo, as paisagens de Edo e do Monte Fuji. Esta arte tem início no período Edo (1603-1867) e sua evolução estética teve pelo menos três fases importantes: a inicial, em que a utilização de tinta preta era exclusiva. A segunda, em que os temas preferidos eram as belezas japonesas e os atores de *kabuki*; e a terceira, em que as paisagens ganharam espaço. É nesta fase que o *ukiyo-e* alcança seu nível de maior aprimoramento técnico, ganhando riqueza nos traços e equilíbrio na combinação das cores. Hishikawa Moronobu (1618-1694), pioneiro nesta arte, foi buscar inspiração em fontes até então não exploradas pelos artistas japoneses, como os bairros de prostituição de Edo e as cenas de amor explícito, principalmente entre mulheres. No final de século XIX, início do XX, a arte do *ukiyo-e* consagrar-se-á na Europa e nos Estados Unidos. Disponível em <http://www.acbj.com.br/japao> Acesso em 20 Jan 2011.

¹²⁵ O termo *japonnerie* (francês) foi batizado pelo crítico de arte e colecionador francês Philippe Burty (1830-1890) num artigo escrito em maio de 1872 na revista *La Renaissance artistique et littéraire* para “descrever o entusiasmo pelos artefatos japoneses”. A arte japonesa começou a ser divulgada na Europa, principalmente, a partir de 1854 e na metade do século XIX teve projeção e reconhecimento internacional atraindo admiradores de seus objetos de laca, porcelana e pinturas em rolo (*makie*). O interesse oitocentista pela arte japonesa nasceu em Washington quando, em 1856, foi divulgado o relato oficial da expedição de Perry, acompanhado de duas reproduções em cores de estampas de Hiroshige. O ineditismo do tema de uma delas – a travessia de um rio raso no dorso de homens – provocou tamanho impacto que foi retomado pelo *The Illustrated London News*, de 13 de dezembro de 1856 (imprimiu-o em preto e branco, com o título *Japanese painting. Crossing Oho-e-gawa, in the province of Suruga*) e por A. Van Otterloo, em sua obra *Japan*, editada em Amsterdã, em 1860 (novamente em cores). O contato e o reconhecimento das características da arte japonesa permitiram distinguir as peças provenientes do Japão das fabricadas na China e a invenção de termos específicos – *japonnerie* (em francês) e *japonesice* (em português) – para designar as “curiosidades japonesas” e distingui-las do termo *chinoiserie* (em francês) e *chinesice* (em português), que denominava, indiferentemente, diversos objetos de procedência extremo-oriental. In: KUNIYOSHI, Celina. *Imagens do Japão – uma utopia de viajantes*. São Paulo, Editora Liberdade, FAPESP, 1998:76, 86.



O japonês



A japonesa

Disponível em <http://files.jchistorybrasil.webnode.com.br> Acesso em 6 Feb 2011.
<http://lh4.ggpht.com/-ljiFpReHZeA/> Acesso em 2 Mar 2011.

No entanto, há de se ressaltar que, nas artes plásticas no Brasil, o japonismo chegou filtrado pelos movimentos artísticos desenvolvidos na Europa e Estados Unidos e só chegou a se configurar com os modernistas; entre eles, Anita Malfatti (1889-1964), que pintou *O Japonês* (1915-1916) e *A Japonesa* (1924), nos estilos das vanguardas da época, o expressionismo, o cubismo e o fauvismo, na primeira tela, e, na segunda “lembranças de Modigliani, da existência do *art déco*”¹²⁶.

No Brasil, porém, o japonismo manifestou-se principalmente na literatura brasileira de viagens editada no final do século XIX e início do século XX através de seus cronistas-viajantes sendo a maioria do corpo diplomático, alguns acadêmicos e outros da elite brasileira¹²⁷. Os leitores brasileiros estavam, portanto, acostumados a ler sobre

¹²⁶ O Japão passa a participar assiduamente das Exposições Internacionais a partir de 1862. *O Oriental Art Shop La Porte Chinoise*, em Paris, era frequentado por intelectuais e artistas como Baudelaire, Edmond Goncourt, Jules Goncourt e James Mc Whistler. Pintores impressionistas, como Degas, Van Gogh, Manet, Cézanne, Monet foram influenciados pelas xilogravuras japonesas que privilegiavam a perspectiva vertical, o senso estético monocromático e o efeito de neutralidade e, segundo Dantas, “raros foram os pintores dessa época que não prestaram uma homenagem à fonte japonesa” e observa também que a descoberta das estampas japonesas pelos pintores impressionistas foi determinante, sobretudo no terreno da paginação, da disposição de personagens e objetos na tela. In: KUNIYOSHI, Celina., *op.cit.*, p. 79, 94; DANTAS, Luiz. “O Japonismo” In: AZEVEDO, Aluísio. *O Japão. Apresentação e comentário por Luiz Dantas*. São Paulo: Roswitha Kempf Editores, 1984:20.

¹²⁷ Essas narrativas, publicadas em jornais, revistas e livros, revelavam ao leitor um mundo desconhecido a partir de impressões e experiências obtidas e vivenciadas num determinado momento da história cultural. A característica que uniformiza os relatos de viagens ao Japão é o fato de serem impressões de viagens efetivamente realizadas e não imaginadas pelos autores. As diferenças são inúmeras: relatos de viajantes turistas de curta estadia (Francisco Antonio de Almeida, Custódio de Mello, Monsenhor Lustoza, Nelson Tabajara de Oliveira, Toledo Piza Júnior, Alexandre Konder, Cláudio de Souza), relatos de viajantes residentes temporários (funcionários diplomáticos: Aluísio de Azevedo, Manuel J. F. da Cunha, Oliveira Lima, Osório Dutra, Luís Guimarães Filho, Moreira de Abreu); militares (Moreira Guimarães e

o Japão, um país que, aberto recentemente às relações internacionais, oferecia aos homens de letras condições excepcionais de interesse: a distância, um período longo de isolamento, uma civilização e um passado prestigiosos. E, valor suplementar: a modernização acelerada do país tornava-o aos olhos dos ocidentais um espetáculo único porque efêmero:

Europeus, americanos do norte e do sul, homens de letras ou artistas plásticos, o público cultivado em geral, achavam-se sensibilizados, fascinados, pela última grande descoberta do Ocidente, por sua última grande viagem – o Japão. E a reação a esse encontro, que vai da *Madame Butterfly* de Puccini aos escritos de Lafcadio Hearn, da decoração dos interiores “fin de siècle” à grande revolução da pintura, que é o impressionismo, é o que se poderia chamar de japonismo¹²⁸.

Essa literatura de viagem – inserida no contexto em que se buscava o exotismo em terras mergulhadas num passado imemorial e desconhecidas no espaço e no tempo – assegurava a promoção multiforme do pitoresco:

As imagens da gueixa e a bravura do samurai, construídas a partir do japonismo, reforçaram o exótico e se tornaram “a-históricas como representação do Japão e do povo japonês”¹²⁹.

De fato, no início de 1900, o público leitor já havia adquirido o gosto pelas impressões pessoais de viajantes e aderiu ao modismo ditado pela França, consumindo *japonesices* (quimono, leques, sandálias japonesas etc.), o que corrobora o dizer de Afrânio Peixoto de que “um dos encantos do começo deste século foi a moda do Japão”¹³⁰. Veremos mais adiante em que medida essa literatura brasileira de viagens ao Japão, os discursos políticos, a imprensa e a literatura contribuíram para “reconstruir” as representações do Japão e dos japoneses que viviam no território brasileiro.

Lima Figueiredo); interesses particulares (Mário Botelho de Miranda); relatos de missões comerciais ou educacionais (Garibaldi Dantas, Armando Mendes, Henrique Paulo Bahiana, Juliano Moreira e Ernesto de Souza Campos). In: KUNIYOSHI, Celina., *op.cit.*, p. 86,117.

¹²⁸ DANTAS, Luiz., *op.cit.*, p. 21-22, 28.

¹²⁹ DEZEM, Rogério., *op.cit.*, p. 291.

¹³⁰ PEIXOTO, Afrânio. *Trovas populares brasileiras*, 1919:5.

Quanto à indumentária, citada por Sobral, há de se observar que os emigrantes do Kasato-maru trouxeram roupas ocidentais por terem sido orientados pela companhia antes de saírem do Japão, uma vez que era sabido que os japoneses que emigraram para o Havai sofreram deboche e foram caçados ao chegarem vestidos de quimono. Por isso, ao chegarem ao Brasil, os quimonos foram guardados nas malas e trocados por ternos ou saias. Sakurai observa que “nada acostumados com o uso de sapatos, pareciam desajeitados e muito pouco à vontade”. Estavam cientes de que deveriam se adaptar à nova cultura o quanto antes, mas sem se esquecer de que representavam uma nação¹³¹.

Ainda a respeito da indumentária, Sobral diz:

As suas roupas européas foram todas adquiridas no Japão e ali confeccionadas nas grandes fabricas japonezas. A vestimenta européa conquista terreno no Império do sol nascente. Foram os próprios imigrantes que compraram as suas roupas, adquiridas com seu dinheiro, e só trouxeram roupa limpa, nova, causando uma impressão agradável. As mulheres calçavam luvas brancas de algodão.

Handa observa que na época da guerra russo-japonesa a indústria têxtil do Japão se achava em franco desenvolvimento, não constituindo novidade a produção nacional de roupas de algodão e que, portanto, o comentário de Sobral sobre as “grandes fábricas japonezas” traz implícito a comparação daquelas com a incipiente indústria têxtil brasileira. Handa também observa que no meio rural dessa época, “somente os professores do sexo masculino é que costumavam usar roupas à europeia”. As observações de Sobral tinham fundamento já que “com certeza, ao lembrar-se dos imigrantes do sul da Europa, que chegavam sujíssimos e cansados, deverá ter arregalado os olhos de espanto à visão das imigrantes japonesas, que calçavam luvas”¹³².

Sobral também não deixa de notar que “alguns dos homens foram soldados na última guerra (russo-japonesa) e traziam ao peito as suas condecorações. Um delles trazia trez medalhas, uma das quaes de ouro, por actos de heroísmo.” De fato, havia, entre eles, alguns ex-militares que, após retornarem da guerra russo-japonesa, estavam desempregados e que, por isso, foram aproveitados como emigrantes pioneiros na América do Sul, conforme proposta de Mizuno que relatamos anteriormente.

Sobral elogia o comportamento e a educação dos japoneses ao chegarem na hospedaria e o estado de limpeza absoluta em que ficou o salão após a refeição :

¹³¹ SAKURAI, Célia. “A chegada do Kasato-Marú e o contexto das migrações japonesas (1908-1970)”. In: *KASATO-MARU: Uma viagem na história da imigração japonesa.*, op. cit., p. 44-45.

¹³² HANDA, Tomoo. *O imigrante japonês – História de sua vida no Brasil*. São Paulo: T.A. Queiroz, editor; Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, 1987:3-6.

Ao desembarcarem na Hospedaria dos Imigrantes saíram todos dos vagões na maior ordem e, depois de deixarem estes, não se viu no pavimento um só cuspo, uma casca de fruta, em suma, uma coisa qualquer que denotasse falta de asseio por parte de quem neles veio.[...]

São muito dóceis e sociáveis, tendo manifestado uma grande vontade de aprender a nossa língua, e no refeitório não deixam cair um grão de arroz ou uma colher de caldo. Depois de cada refeição, que dura de uma e meia a duas horas, o pavimento do salão está como antes della. Os dormitórios quasi não precisam ser varridos, mal se encontrando de longe em longe um pedacinho de papel ou um phosphoro queimado, que algumas vezes são dos serventes da hospedaria.

Segundo Handa (1987:6), os imigrantes embarcaram no trem no dia 19 de agosto, às 10 horas, rumo à Hospedaria de Imigrantes em São Paulo. O céu de junho apresentava-se límpido. Exibindo bandeirinhas japonesas e brasileiras através de suas janelas, os carros correram por algum tempo através da campina, mas logo se puseram a galgar a serra. No Alto da Serra (atual Paranapiacaba) a locomotiva foi substituída. Ao entrar em São Paulo o trem especial dos imigrantes tomou um desvio para estacionar junto à plataforma da Hospedaria de Imigrantes. A viagem durou mais de três horas, e “já passava das 13”. Na Hospedaria de Imigrantes houve uma recepção, dada por seu diretor, pelos funcionários e por cinco intérpretes japoneses que já haviam chegado a São Paulo via Sibéria: Masaru Mine, Motono Ôno, Umpei Hirano, Jun’nosuke Kato e Takashi Nihei. Acrescente-se que a construção daquela hospedaria havia sido concluída em 15 de junho de 1886 e reformada em 1890; tinha a aparência de um quartel e capacidade para abrigar cerca de 2.000 imigrantes.

Segundo Teijiro Suzuki, então secretário da Hospedaria, o jantar das 17 horas foi servido em dois turnos, em meio a grande confusão, numa dezena de mesas enfileiradas no enorme refeitório de teto alto. Compreendeu pão e sopa de bacalhau e batatinhas. O prato foi preparado em homenagem aos imigrantes japoneses. Desde que o normal era servir pão e caldo de carne, percebe-se a gentileza demonstrada pelos brasileiros¹³³.

A reportagem não relata o comportamento dos imigrantes nos quartos, mas segundo Teijiro Suzuki, autor do Brasil *Nippon Imin no Kussawake* (Os pioneiros da imigração japonesa no Brasil, 1933:337):

pareceu-me que eram precárias as camas destinadas aos imigrantes, e que aliás se mostravam insuficientes. Pelo que revelou Herculano (funcionário da Hospedaria), somente os casais tinham direito às camas de ferro da cor de chumbo, onde dormiam sob cobertas algo espessas de algodão; os solteiros tinham que dormir em cima de estrados de tábuas estendidos sobre o soalho. Naturalmente, estes também podiam dormir em camas quando era pequeno o número de casados¹³⁴.

¹³³ HANDA, Tomoo., *op.cit.*, p..6.

¹³⁴ *Ibid idem*, p.7-8.

Handa (1987:6) observa que, segundo esse relato, não vem dessa experiência, mas das posteriores, a imagem que têm os imigrantes do enorme dormitório com centenas de beliches de ferro enfileirados e que, “fosse como fosse, teria havido quem, tendo-se deitado pela primeira vez em cima de uma cama, tivesse dela caído durante o sono”. De acordo com a *História dos 40 anos da imigração japonesa*, o imigrante japonês teve contato aqui, pela primeira vez, com um sanitário no lugar de uma latrina comum¹³⁵.

Voltando à reportagem, Sobral insiste em destacar a ordem e a disciplina dos japoneses, inclusive durante a vacinação e a inspeção das bagagens, realizadas no dia seguinte:

Foram todos vacinados em duas horas, apresentando todos, homens e mulheres, os braços à vacinação, sem relutância alguma nem pudores piegas. Nunca se vaccinou allí tanta gente, com tanta ordem, tanto silêncio e tanta espontaneidade, no mesmo tempo.[...] Os empregados da alfândega declaram que nunca viram gente que tenha, com tanta ordem e com tanta calma, assistido à conferência de suas bagagens, e nem uma só vez foram apanhados em mentiras.

Quanto à aparência, relata:

Todos os japonezes vindos são geralmente baixos: cabeça grande, troncos grandes e reforçados, mas pernas curtas. Um japonês de 14 anos não é mais alto que uma criança das nossas de 8 anos de idade. A estatura média japonesa é inferior à nossa estatura baixa. Mas vieram alguns homens altos, regulando a sua estatura pela nossa média. O que, sobretudo, atrai a nossa atenção é a robustez, o reforçado dos corpos masculinos, de músculos pouco volumosos (admira, mas é verdade!) mas fortes e de esqueleto largo, peito amplo. Os seus cabelos negros, que parecem negrejar mais nos volumosos penteados das mulheres, são cortados, nos homens, de maneira a permitir uma marrafa¹³⁶, que quasi todos usam, uns do lado e outros ao alto da cabeça, penteada com cuidado, perfeitamente em harmonia com a gravata que todos usam e sem incompatibilidade com os calos que todos trazem nas mãos.

E observa, com admiração, a relação de confiança existente entre os casais:

Têm nas suas mulheres a maior confiança, a ponto de, para não interromperem uma lição adventícia de português, lhes confiarem a troca do seu dinheiro japonês em moeda portuguesa, pois todos trazem dinheiro: 10 yens, 20, 30, 40, 50 ou mais yens, mas todos trazem um pouco.

¹³⁵ KÔYAMA, Rokurô., *op.cit.*, p. 54.

¹³⁶ Risca para separar os cabelos.

Essa admiração, segundo Handa (1987:10), possivelmente teria sido motivada no fato de Sobral achar que os homens confiavam nas mulheres por elas serem alfabetizadas. No entanto, isso prova que “nada ou quase nada sabiam os brasileiros de então sobre o despotismo do marido japonês”.

Outro ponto observado por Sobral foi quanto ao asseio e à higiene:

São do maior asseio com seu corpo, tomando repetidos banhos e trazendo sempre roupas limpas. Todos têm uma caixa de pós dentifrícios, escova para dentes, raspadeira para a língua, pente para o cabelo e navalha de barba. Barbeiam-se sem sabão, só com água.

Embora os funcionários da alfândega não desabonassem os japoneses, a recíproca não foi verdadeira. Handa explica que os imigrantes não sabiam distinguir quem é que examinava as bagagens, quem era fiscal e quem era simples empregado. Para eles, quem trabalhava para o Governo era fiscal, funcionário público, portanto, pessoas idôneas dignas de confiança. A conferência teve início no dia 22 de junho. Mas o espanto veio quando o lenço de seda colorido, com estampa de gueixa, passou das mãos do sorridente funcionário aduaneiro para o seu bolso. Diante dessa atitude, alguns não conseguiram reprimir a exclamação: “Ele furta com naturalidade!”. De qualquer maneira, consta que a fiscalização se mostrou benevolente, uma vez que raramente se realizava a conferência da bagagem dos imigrantes do sul da Europa, que era constituída quase que somente de pequenos embrulhos de roupas velhas e de bugigangas de cozinha¹³⁷.

O monge Ibaragui também relata que, durante a inspeção da bagagem, os funcionários da alfândega, ao se depararem com quimonos e lenços de seda, quiseram cobrar taxas e impostos, mas Suzuki, o intérprete, interveio e lhes ofereceu presentes de lenços e bonecas em troca da liberação. Ibaragui explica que o fato de os japoneses trazerem em sua bagagem roupas e objetos que nem os fazendeiros da época possuíam despertou a cobiça dos inspetores. Contudo, uma única coisa intrigou os fiscais dentre os objetos trazidos pelos imigrantes japoneses. As 12 armações para criar bicho-da-seda, os ovos e a quantidade de folhas de amoreira branca para alimentação dos bichos trazidos pelo monge. Como naquela época a criação de bicho-da-seda era praticamente ignorada no Brasil, nenhuma das explicações dadas pelo intérprete conseguiu convencer os funcionários da alfândega que, de tão assustados, acharam melhor confiscar tudo¹³⁸. Era o que Ibaragui temia, pois esta seria sua atividade de subsistência para abastecer a família e paralelamente realizar suas missões religiosas. Investir na “árvore que dava dinheiro” não era a sua primeira opção. No Japão, em meados de 1900, a criação de bicho-da-seda era moda e o país era o maior exportador mundial da época. Tendo em vista que no Brasil o Governo Federal criou uma estação experimental de

¹³⁷ HANDA, Tomoo., *op.cit.*, p.11.

¹³⁸ CORREIA. Kyôhaku., *op.cit.*, p. 78.

sericultura somente em 1912, pode-se dizer que Ibaragui teria sido um dos pioneiros dessa atividade, caso os fiscais não tivessem confiscado tudo¹³⁹.

Embora tivessem chegado ao seu destino, o Brasil, os imigrantes, cercados que se encontravam pelos altos muros da Hospedaria, não conseguiam dissimular o desassossego que sentiam. E, como observou Sobral, eles passavam o tempo estudando o vernáculo, para tanto recorrendo aos faxineiros da Hospedaria. Handa observa que, dentre os imigrantes japoneses, ainda não familiarizados com gente de outras nações, havia senhoras que cruzavam amedrontadas com faxineiros negros que mais pareciam gigantes, mas algumas moças, entretanto, formavam grupos para iniciar diálogos:

“Este, como se chama?” e apontavam seus próprios olhos com os dedos.

“*Shim, shim*”.

“Como se chama?”

Desta feita, indicava-se o nariz.

Com ar de malícia, os faxineiros iam ensinando. As moças, aplicadamente, anotavam os ensinamentos. Eram elas “cândidas como bebês”. Sucedeu que chegou a ocasião de fazerem diante do diretor Fraga a demonstração do português aprendido havia pouco. A cada palavra expressa pelas moças seu rosto corava de ira; ao ouvir a palavra final “...” seu corpo foi sacudido por um arrepio. Mesmo assim, limitou-se a lhes dizer: “Está bom”. Só que, em seguida, sem perda de tempo entrou em ação, chamando Herculano, o encarregado da faxina, ordenando-lhe que reunisse no refeitório todos os empregados. E aí, em tom veemente, declarou que iria despedir, energicamente, quem de futuro se atrevesse a ensinar palavrões às moças japonesas¹⁴⁰.

Após acompanhar os imigrantes japoneses durante dois dias, Sobral conclui que:

se forem aplicados no trabalho o costume e o temperamento do imigrante japonês, tão asseado, ordeiro e dócil, a riqueza paulista terá no japonês um elemento de produção que nada deixará a desejar

¹³⁹ *Ibid idem*, p.70-78.

¹⁴⁰ HANDA, Tomoo.. *op. cit.*, p. 28.

E, diante do que observou, conclui:

A raça é muito diferente, mas não é inferior. Não façamos, antes do tempo, juízos temerários a respeito da acção do japonês no trabalho nacional.

Mas não faltaram também opiniões contrárias aos imigrantes recém chegados. O jornal santista *A Tribuna*, em sua edição de 19 de junho de 1908, manifestava a sua preocupação com a introdução daqueles que chama “os amarelos” e, no mesmo dia, o *Diário Popular* de São Paulo e o *Jornal do Comércio Paulistano* noticiavam a morte trágica de Seizo Yokogawa ocorrido no *Kasato Maru*¹⁴¹, assunto de que tratarei mais tarde.

Os imigrantes desejavam também passear pela cidade. No sexto dia de sua estada na Hospedaria saíram à rua os imigrantes de Okinawa, o que se deu às 13 horas, debaixo da chuva fina que caía. Conta o intérprete Mine, que os conduziu, temer que ocorresse algum incidente na cidade; felizmente, porém, nada de grave sucedeu, a não ser que, diante dos orientais que viam pela primeira vez, “os gaiatos punham-se à frente dos japoneses e, a encararem o nariz chato, apertavam os seus narizes enormes com os dedos; entretanto, os imigrantes, gente de distante país do Oriente, sem poderem brigar face às suas condições, se limitaram a sorrir contrafeitos”. No largo da Sé as mulheres e crianças foram cercadas por uma multidão de curiosos. “Por duas horas, elas nem puderam prosseguir a caminhada. Parece mentira, mas é a pura verdade” - assim relata a *História dos 40 anos*¹⁴². No entanto, não é possível comprovar que esse fato houvesse ocorrido no largo da Sé. De acordo com Suzuki se, de um lado, realmente, cinco intérpretes homens conduziram contrafeitos as imigrantes, por ordem do diretor, de outro lado conta-se entre alguns relatos jocosos que: “Vendo-se seguidos por um grupo de mulheres, com vestidos pretos que lembravam o luto e chapéus de palha chatos ornados de flores vermelhas, a caminhar a passos curtos de mulheres de ópera a quem chamam de gueixas, os intérpretes, embaraçados ao extremo, se limitaram a dar uma volta pelo bairro do Brás, dizendo que estavam a ver a cidade de São Paulo. Nenhum deles chegou a atingir o centro formado pelo triângulo”¹⁴³.

Antes de serem enviados às respectivas fazendas, entre 27 de junho e 6 de julho, os imigrantes assinaram um novo contrato com os fazendeiros para quem iriam trabalhar. Embora o prazo do contrato celebrado no Japão compreendesse apenas a época da primeira colheita de café, cerca de meio ano, foi estabelecido, no Brasil, que, exceções à parte, esse prazo seria de um ano agrícola, de acordo com a praxe. Aquele contrato que eles haviam assinado no Japão garantia apenas o valor correspondente à passagem de navio que os imigrantes precisavam devolver.

A expectativa de trabalhar nos cafezais era grande.

¹⁴¹ KIYOTANI, Masuji; YAMASHIRO, José. “Os imigrantes do *Kasato Maru*”. In: *Uma epopéia moderna: 80 anos de imigração japonesa no Brasil*, op. cit., p. 69.

¹⁴² KÔYAMA, Rokurô. In *apud* HANDA, Tomoo,, op. cit., p.40.

¹⁴³ SUZUKI, Teijiro., op.cit., p.388.

1.3. FAMÍLIA, TRABALHO, ESCOLA.

Em 29 de abril, 50 dias antes de esta reportagem ser publicada no Correio Paulistano, o coordenador Shûhei Uetsuka, sentado num dos bancos do convés, tinha em mãos a lista preliminar da distribuição regional agrícola dos emigrantes.

51 famílias (210 pessoas) para a Fazenda Dumont - (intérprete Jun'nosuke Kato);

Fukushima, Kumamoto, Hiroshima e Tóquio.

27 famílias (101 pessoas) para a Fazenda São Martinho

(intérprete Teijiro Suzuki); Kagoshima.

23 famílias (88 pessoas) para a Fazenda Guataparâ (intérprete Umpei Hirano);

Kagoshima, Kochi, Niigata.

24 famílias (152 pessoas) para a Fazenda Canaã (intérprete Masaru Mine);

Okinawa.

24 famílias (173 pessoas) para a Fazenda Floresta (intérprete Motonao Ôno);

Okinawa.

15 famílias (28 pessoas) para a Fazenda Sobrado (intérprete Takashi Nihei)

Yamaguchi, Aichi¹⁴⁴.

Uetsuka procurou manter o mesmo critério adotado para acomodar os emigrantes no navio, levando em consideração a província de origem, a fim de evitar eventuais atritos decorrentes dos costumes e da língua. Isso porque a língua e os hábitos dos okinawanos eram os que causavam maior estranhamento para os demais japoneses, que ainda não estavam habituados às diferenças culturais dos *uchinanchus* (naturais de Okinawa). A língua falada pelos okinawanos requeria até mesmo a intervenção de intérpretes. Os emigrantes, principalmente os que tinham mais de 20 anos, não haviam cursado o ensino obrigatório e, por isso, somente nas levas posteriores é que esse problema seria minimizado¹⁴⁵.

¹⁴⁴ HANDA, Tomoo, *op.cit.*, p. 19-23.

¹⁴⁵ *Idem*, p.55-47-58-62-66-69; MOTOYAMA, Shôzo., *op. cit.*, p. 100 e DAIGO, Masao, *op.cit.*, p.12-14.

Havia, no entanto, alguns costumes que não eram aceitos no Brasil, como as tatuagens que as mulheres okinawanas traziam nas mãos, o que os brasileiros da época associavam aos marginais e aos marinheiros. As tatuagens, chamadas de *hajitchi*, eram o sinal das mulheres casadas (em outras versões, diz-se que todas as mulheres da ilha – a partir dos treze anos – eram tatuadas, a fim de evitar seu rapto pelos piratas). O hábito de andarem nus também chocou os brasileiros. Eram considerados, também, grosseiros e violentos¹⁴⁶.

A língua japonesa que posteriormente seria falada no Brasil seria uma fusão de dialetos das diferentes regiões do Japão, com predominância de um ou mais dialetos conforme a concentração de falantes procedentes dessas regiões¹⁴⁷.

Havia tempo que Uetsuka sonhava em sair do país e conhecer o Exterior e, por isso, em abril de 1908, aceitou vir para o Brasil com Mizuno. Naquela época, jamais lhe passaria pela cabeça que, anos mais tarde, seu nome se perpetuaria na história como o Pai da Imigração Japonesa. Uetsuka gostava de compor haicais¹⁴⁸ e costumava dizer que “poema era a sua literatura, o seu diário”¹⁴⁹. Escreveu mais de 4 mil haicais adotando o nome literário (*haimei*) Hyôkotsu (resistente como a cabaça)¹⁵⁰. Um de seus haicais, escrito oito anos antes de sua viagem para o Brasil, justifica a escolha de seu nome literário que sugere a determinação de enfrentar as adversidades.

¹⁴⁶ Okinawa - Disponível em <www.bibliotecavirtual.sp.gov.br/especial/docs/200806-okinawa.pdf> Acesso em 15 Jan 2012.

¹⁴⁷ DOI, Elza. T. “Japonês”. *Enciclopédia das Línguas no Brasil*. IEL, Unicamp, 2004. Disponível em <<http://www.labeurb.unicamp.br/elb/2004>> Acesso em 15 JUN 2010.

¹⁴⁸ Nos finais da Era Heian (794-1185), o *renga* (poema encadeado de 31 sílabas, 5-7-5, *kaminoku* ou *zuko*, elaborado por uma pessoa, 7-7 *shimonoku* ou *machiko*, elaborado por outra pessoa) passa a admitir maior número de participantes por grupo (sete a oito em média), com um aumento excessivo dos segmentos que chegavam a 30, 50 ou 100 versos. O grupo passa a ter um mestre (*hajjin*) que se encarrega dos três primeiros metros, conhecidos como *hokku*. O primeiro verso, *hokku*, posteriormente tornou-se autônomo e passou a ser chamado *haiku*, a mais reduzida forma de poesia do Japão, com apenas 17 sílabas, distribuídas em verso de 5-7-5 sílabas. Nos séculos XIII a XIV surgem duas escolas de *renga*: uma seguidora das tradições dos nobres que visam ao *waka* (poema japonês) elegante, buscando o refinamento do vocabulário e a outra que surge em reuniões populares (festejos religiosos das vilas) realizadas ao ar livre, junto com os jogos de azar, que tendia mais para o humorístico e sarcástico. Desta escola surge o *haikai renga*, conhecido também como *renku*. A forma poética do *haiku* se desenvolve a partir do século Namban (1543-1639) e ganha contornos espontâneos e populares no período Guenroku (1688-1704) sob a soberania dos Tokugawa, durante a Era Edo. No século XIX, o termo *hokku* é substituído por *haiku*, neologismo criado por Masaoka Shiki – poeta e crítico renovador do gênero – por aglutinação de “*hai*”, de *haikai renga*, e “*ku*”, de *hokku*. Este gênero poético ficou conhecido no Ocidente com a divulgação dos poemas de Matsuo Bashô (1644-1694) que o elevou à perfeição. O desembarque do *haiku* no Brasil se deu simultaneamente com a vinda dos primeiros imigrantes japoneses. SUZUKI, Teiiti. Prefácio. In: GOGA, H. Masuda; ODA, Teruko. (Orgs.) *Natureza – berço do haikai: kigologia e antologia*. São Paulo: Diário Nippak Ltda, 1996:11; PAZ, Octávio. Prefácio. In: SAVARY, Olga. (Org.) *O livro dos hai-kais*. São Paulo: Massao Ohno & Roswitha Kempf, 1980:13-21; MARTINS, Ingrid Bloser, *op.cit.*, p.177, 183,193; WAKI-SAKA, Geny., *op.cit.*, p.50; PORTELA, Jean Cristtus. *Semiótica do haikai*. Disponível em <http://publicacoes.unifran.br/colecaoMestradoEmLinguistica>. Acesso em 18 Ago 2012.

¹⁴⁹ NOMIO, Tôru., *op. cit.*: p. 136.

¹⁵⁰ Literalmente, *hyô* significa “cabaça” e *kotsu* possui várias acepções: osso, espinha, armação, nervo, fibra, energia, firmeza, espinha, trabalho.

Senta-se de nádega
Tão firmemente no chão
a grande cabaça

Hyôkotsu (1900)¹⁵¹

De fato, os emigrantes haveriam de ser “resistentes como a cabaça” diante da necessidade de trabalhar até à exaustão, economizar ao máximo e abrir mão de luxos considerados supérfluos.

Em obediência a uma das cláusulas do contrato, a Companhia de Emigração havia contratado cinco intérpretes, aqueles que aguardavam os imigrantes na Hospedaria. Eles partiram do porto de Yokohama em 25 de março de 1908 e, seguindo a rota via Sibéria, Moscou, Londres, Salvador, Rio de Janeiro, aportaram em Santos no dia 3 de maio de 1908. Tsunako Ôno e Matsuko Nihei, respectivamente esposas de Motonao Ôno e Takashi Nihei, viajavam a bordo do *Kasato-maru*. O sexto intérprete, Teijiro Suzuki, que acompanhou Mizuno nas fazendas de café em 1906, estava no Brasil desde então e, por ocasião da chegada dos primeiros emigrantes, trabalhava em São Paulo, como secretário da Hospedaria dos Imigrantes¹⁵².

Os cinco intérpretes eram estudantes de espanhol da Escola de Estudos Estrangeiros de Tóquio e, apesar de não saberem falar português, foram contratados por ser o espanhol a língua mais próxima da portuguesa. O fato de eles não falarem português foi um dos motivos que agravou ainda mais a relação entre eles e os emigrantes:

Os intérpretes, conquanto se arranjassem na leitura, com a língua falada e com a gíria sentiam-se tremendamente inseguros, razão pela qual lhes convinha simular autoridade intocável (tanto que mereceram críticas e foram qualificados de arrogantes). Os intérpretes acompanharam os emigrantes no trem que os levaria às fazendas, mas estes se sentiam inibidos em recorrer a essas pessoas com ares de superior¹⁵³.

Além de [o imigrante] não estar habituado ao ambiente daquela vida, não se entendia a língua, e os próprios intérpretes eram uns imprestáveis que mal conseguiam expressar-se em português¹⁵⁴.

¹⁵¹ GOGA, Masuda. *O Haikai no Brasil* (Burajiru no haikai). Tradução José Yamashiro. São Paulo: Editora Oriente, 1988:33. Tradução do haikai por Goga: *Dosshiri to chi ni shiri suete fukube* Kana.

¹⁵² HANDA, Tomoo, *op.cit.*, p.7; VALE, Renata William Santos do., *op.cit.*, p. 660.

¹⁵³ HANDA, Tomoo, *op.cit.*, 26.

¹⁵⁴ KÔYAMA, Rokurô., *op.cit.*, p. 52.

O caso mais grave de desavença ocorreu na fazenda Dumont, a ponto de os emigrantes reivindicarem a saída de Kato, alegando que, além de inapto no ofício de intérprete, era uma pessoa extremamente arrogante e insensível para com os outros.

A despeito dos conflitos que se mesclaram às desavenças de ordem pessoal, o fato é que o primeiro curso de Graduação em língua portuguesa somente foi oferecido em 1916 pela Universidade de Estudos Estrangeiros de Tóquio, oito anos após a chegada do Kasato-maru¹⁵⁵. Mas, na fazenda Guatapará, onde ingressaram as 18 famílias de Kagoshima conduzidas por Umpei Hirano, a experiência foi bem diferente. Este expulsou três emigrantes que estariam arquitetando a fuga (dois foram para a Argentina) e não só serviu de intermediário entre a fazenda e os imigrantes, como também conseguiu abolir as compras a preços extorsivos feitas no armazém. Hirano conseguiu fazer um acordo com o administrador para substituir o sistema de pagamento com vales - que eram aceitos somente no armazém da fazenda - por dinheiro e, com isso, conseguiu fazer compras de artigos de primeira necessidade no mercado de Guatapará e outras localidades. O custo dos artigos adquiridos e distribuídos aos imigrantes, ao que se verificou depois, tinha correspondido à metade do que era cobrado no armazém da fazenda¹⁵⁶.

Por ser a primeira leva de emigrantes, e sob o rótulo de “contrato experimental”, havia, por parte da companhia de emigração, o interesse de que o empreendimento desse certo. No entanto, o intérprete da Legação Japonesa, Ryôji Noda, que percorreu as seis fazendas em setembro de 1909, relata que, treze meses após o ingresso nelas, apenas 191 imigrantes continuavam nos cafezais. Verificaram-se fugas, transferência para outras fazendas, retirada coletiva forçada etc. Segundo relatório de Noda, dos 590 imigrantes que deixaram as fazendas, 40 foram trabalhar em outras, do Estado de São Paulo; 102 encontravam-se na cidade de São Paulo; 124 residiam na cidade de Santos; 120 trabalhavam na construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil; 38 mudaram para os Estados do Rio de Janeiro e de Minas; 160 reemigraram para a Argentina e 6 haviam falecido¹⁵⁷.

Os que foram para a cidade de São Paulo trabalhavam como serviços domésticos, jardineiros, carpinteiros, ajudantes de pequenas oficinas mecânicas ou de pequenas indústrias. Em Santos, a maioria se empregou como estivadores das docas¹⁵⁸. O relatório conclui:

¹⁵⁵ Por ocasião do início do curso de língua portuguesa, a Universidade contratou como docente o historiador português João Abranches Pinto, que residia no Japão. In: KONO, Akira. “Língua portuguesa pode voltar a despertar interesse no Japão”. Artigo publicado pela agência FAPESP em 24/09/2012. Disponível em <http://agencia.fapesp.br/16222>. Acesso em 24 Out 2012.

¹⁵⁶ HANDA, Tomoo., *op.cit.*, 68.

¹⁵⁷ NODA, Ryoji. *Imin chôsa hôkokusho* (História da expansão dos japoneses), p.286, *apud* KIYOTANI, Masuji; YAMASHIRO, José., *op.cit.*, p.76.

¹⁵⁸ NODA, Ryoji., *op.cit.*, p.76.

Comparando-se as importâncias em dinheiro remetidas para o Japão entre os colonos das fazendas de café com as dos trabalhadores citadinos de São Paulo e Santos, devemos considerar que as primeiras são inferiores às dos segundos. Eis a grande causa de nossos imigrantes abandonarem os cafezais e buscarem outras profissões¹⁵⁹.

Segundo depoimentos de Handa, Kôyama, e com base nos relatórios que constam na *História da expansão dos japoneses no Brasil*, as razões do “fracasso” desta primeira leva podem ser levantadas sob dois pontos de vista: a do imigrante e a da companhia de emigração.

Do ponto de vista dos imigrantes, temos (1) a ilusão do mito da fortuna e do retorno: confiantes de que retornariam em curto espaço de tempo, contraíram empréstimos com juros altos para arcar com as passagens e, por não poderem honrar as dívidas, diante da situação da lavoura, ficavam preocupados com a situação dos familiares que estavam no Japão, o que os deixava nervosos e inconformados¹⁶⁰; (2) baixa frutificação do café e, conseqüentemente, baixa remuneração e, como não conseguiam ganhar nem ¼ do previsto, o que recebiam mal dava para a subsistência; (3) a composição das famílias artificiais fez com que muitos de seus membros tomassem desordenadamente as mais diferentes direções, aumentando o número de evasões e prejudicando os que permaneciam nas fazendas; (4) havia poucos agricultores e alguns não tinham aptidão para a lavoura; (5) constatação de que quem fugia ganhava mais do que aqueles que persistiam nas fazendas; (6) o sistema de extorsão praticado nos armazéns das fazendas e a baixa remuneração que os obrigavam a buscar fontes alternativas de sobrevivência através do plantio de culturas intercalares; (7) enfermidades decorrentes da má alimentação e dificuldades para se adaptar ao clima geravam ansiedade e esgotamento nervoso; (8) atitudes dos capatazes que, muitas vezes, tratavam os imigrantes como escravos.

Do ponto de vista da companhia de emigração, os problemas foram: (1) desconhecimento da situação interna das fazendas de café: estrutura, regime de trabalho, condições de vida dos trabalhadores etc., (2) Mizuno ignorou o fato de que não se ganha dinheiro no primeiro ano e deixou-se iludir com a ideia de que o trabalho era fácil; (3) permitiu o envio de famílias formadas artificialmente, sem se ater à determinação de que estas deveriam ser lavradores; (4) a demora no recrutamento de famílias fez com que os emigrantes chegassem na metade da época da colheita do café. As fazendas iniciavam a colheita pelos talhões de maior frutificação e, por isso, na metade da época da colheita, os grãos secam e enegrecem, diminuindo a quantidade colhida. Com essa diminuição, não tinha como o colono subsistir sem a mesada (a paga mensal pelo trato dos cafeeiros); o ideal seria que os emigrantes chegassem em maio, quando se iniciam

¹⁵⁹ *Ibid idem*.

¹⁶⁰ A maioria dos emigrantes precisou desembolsar 150 ienes entre despesas de preparativos, viagens domésticas no Japão, hospedagem, diferença da ajuda de transporte e comissões. In KATO, Jun'ichirô., *op.cit*, 270.

as derriças, como era o previsto [o Kasato-maru chegou em 18 de junho]; (5) as propagandas divulgadas pela empresa e a situação encontrada nos cafezais fizeram com que os emigrantes se sentissem enganados e desiludidos; (6) pouca compreensão a respeito do que é um imigrante ou a atividade de imigração. Era imperativo realizar maior estudo sobre a realidade do local de destino e antecipar diversas providências; (7) a companhia de emigração deveria ter exigido das fazendas alguns preparativos mínimos iguais àqueles efetivados quando do recebimento de imigrantes europeus; (8) Mizuno não deveria ter usado o dinheiro que os emigrantes lhe confiaram (7.675 ienes) para cobrir parte do pagamento das taxas para a liberação do navio.

As críticas mais frequentes ouvidas dos fazendeiros em relação aos imigrantes japoneses foram: (1) não se fixavam e muitos fugiam das fazendas; (2) o grande número de famílias falsamente constituídas; (3) o baixo nível do padrão de vida e maus costumes, como a nudez.

Antonio Candido Rodrigues, Secretário da Agricultura, atribuía o insucesso ao grande número de solteiros e de elementos pouco habituados ou mesmo estranho à lavoura. Uma prova disso, segundo ele, é que as famílias formadas por verdadeiros agricultores vinham apresentando bons resultados. Outro aspecto era a má seleção de emigrantes que, além de permitir a vinda de famílias de não agricultores, facultava a organização artificial de famílias, a ponto de seus membros serem completamente estranhos uns aos outros, sem nenhum grau de parentesco, o que dificultava sobretudo a tutela do chefe de família¹⁶¹.

Em posse dessas informações, o Ministério das Relações Exteriores do Japão determinou que as empresas de emigração que viessem a trabalhar com o envio de emigrantes para o Brasil tomassem as seguintes medidas para a fixação dos imigrantes nas fazendas contratantes (a constatação dos imigrantes das levas posteriores foi, no entanto, a de que essas providências não foram totalmente postas em prática): (1) Só pode emigrar quem esteja acostumado a trabalhar na lavoura; (2) é necessário tomar cuidado com a composição da família, evitando-se sua dispersão após a chegada ao Brasil; (3) cumprir com rigor as formalidades, isto é, não receber mais dinheiro do que o fixado; (4) não exagerar nas propagandas; (5) fazer todos os preparativos necessários à distribuição para as fazendas, providenciando tudo para que os lucros deles aumentem. O representante no Brasil deverá previamente celebrar um acordo satisfatório com os fazendeiros, comunicando à autoridade japonesa no Brasil os termos negociados e dela obter anuência. Com os acordos, seriam exigências: a construção de privadas nas colônias das fazendas; fornecimento de madeirame suficiente, necessário para a feitura de camas, mesas e cadeiras dos imigrantes; instalação de rede de água potável nas colônias; facilitação do acesso dos doentes à consulta médica; (6) programar a chegada dos emigrantes ao porto de Santos o mais tardar até maio, quando se

¹⁶¹ NOGUEIRA, Arlinda, *op.cit.*, p. 50.

iniciam as derridas (7) evitar na medida do possível o recrutamento de imigrantes de Okinawa e Kagoshima¹⁶².

Em relação ao último item, após levantamentos realizados com a segunda leva de imigrantes (909 pessoas, 247 famílias), que chegaria em 1910, o Ministério dos Negócios Estrangeiros do Japão constatou que os maiores causadores de problemas eram os naturais de Okinawa e Kagoshima. A partir de 1913, estes foram impedidos de emigrar para o Brasil. Essa proibição foi suspensa em 1916 devido à diminuição de entrada de emigrantes europeus como consequência da I Guerra Mundial. Entre 1916 e 1918, emigraram 1.268 famílias com 4.381 pessoas, mas, novamente, os fazendeiros fizeram reclamações. Diante disso, o Ministério baixa uma nova proibição, desta vez, somente aos naturais da província de Okinawa, que durou de 1920 a 1926. A proibição somente será revogada com os constantes protestos dos okinawanos residentes no Brasil que, para essa finalidade, organizaram uma associação, a Kyûyô kyôkai, antecessora da atual Associação Okinawa do Brasil. A entidade procurou orientar os coprovincianos no sentido de sanar as críticas apontadas. No entanto, para a liberação da emigração, o Governo japonês exigiu as seguintes condições: (1) permitir a emigração somente aos que concluíram o curso primário obrigatório; (2) ter menos de 40 anos e que fale o idioma japonês padrão (e não o dialeto); (3) o casal deve estar constituído há mais de três anos e é proibido incluir filho adotivo na família; (4) a mulher não deve ter tatuagem nas mãos (o que, como vimos anteriormente, representava a mulher casada em Okinawa)¹⁶³.

Tais medidas, que num primeiro momento sacrificaram as províncias de Kagoshima e Okinawa e, posteriormente, somente Okinawa, são consideradas como um subterfúgio do Governo japonês para amenizar o malogro inicial da imigração japonesa no Brasil e evitar a interrupção definitiva do fluxo Japão-Brasil.

O Governo do Estado de São Paulo, tendo em vista a baixa fixação dos imigrantes que vieram no Kasato-maru, determinou que, até se completar o número dos 3 mil fixados no primeiro contrato, as levas seguintes não poderiam ultrapassar 650 de cada vez; (2) a subvenção da passagem de cada imigrante maior de 12 anos seria reduzida para 8 libras (em vez de 10). Como acabamos de relatar, a segunda leva foi de 909 pessoas, o que significa que somente o item 2 foi mantido.

Os péssimos resultados apresentados pelos imigrantes do Kasato-maru causaram prejuízos à Companhia de Mizuno a ponto de o Ministério das Relações Exteriores adotar uma medida drástica: não mais autorizar aquela empresa a cuidar do envio de emigrantes. Mizuno, portanto, é obrigado a decretar falência e ceder o contrato à Yoemon Takemura, da Companhia Takemura de Colonização (*Takemura shokuminn shokan*). Porém é contratado como funcionário da Takemura e retorna ao Brasil em 28 de junho de 1910, conduzindo 909 imigrantes no navio Ryôjun-maru¹⁶⁴. Após o envio

¹⁶² HANDA, Tomoo., *op.cit.*, p.78.

¹⁶³ *Idem.*, p.81;

¹⁶⁴ KIYOTANI, Masuji; YAMASHIRO, José., *op.cit.*, p.77.

da segunda leva pela Takemura, a Companhia de Emigração Toyo (*Tôyô imin kaisha*) firma contrato com o Governo de São Paulo e, juntos, trazem 14.886 emigrantes no período de 1910 a 1914, ano em que o Governo paulista corta temporariamente a subvenção, com o pretexto de que os imigrantes japoneses não se fixavam nas lavouras¹⁶⁵. Em termos gerais, os resultados a partir da segunda leva mostraram-se muito mais positivos em termos de fixação, conforme carta do fazendeiro Fabio Ramos.

Ilmo Sr. Luiz Ferraz

MD. Diretor da Hospedaria de Imigrantes do Estado de São Paulo.

Em resposta à sua carta de 16 do corrente, tenho a dizer que desde o começo de julho do ano p.p., tenho nesta minha fazenda 10 famílias de japoneses, com 39 pessoas, não tendo-se retirado nenhum e tudo me faz crer que pensam em ficar, pois mostram-se muito contentes, têm grandes roças de milho, feijão e arroz e já adquiriram porcos, galinhas etc. Tenho esta fazenda há 18 anos e conquanto eu tenha tido sempre colonos bons e constantes, nunca tive melhores que os atuais japoneses. São inteligentes, asseados, trabalhadores, obedientes, muito ordeiros, comunicativos, alegres e muito sadios. Fizeram uma grande parte da colheita de café passada, mostrando-se muito hábeis nesse trabalho, e nas capinas dos cafezais vão trabalhando a meu contento. Adaptaram-se perfeitamente ao nosso meio. Alimentam-se mais ou menos como os outros colonos e apreciam muito o café. Muitos deles já nos compreendem regularmente, tanto que em outubro, isto é, três meses depois da chegada deles aqui, dispensei o intérprete. Todos os homens e mulheres sabem ler e escrever. Estou muito satisfeito com esses novos colonos, que em oito meses ainda não me deram o menor desgosto.

Fábio Ramos.

PS: Já nasceu aqui um japonêsinho¹⁶⁶.

Após esta longa explanação, podemos apontar que o principal problema que motivou o fracasso das primeiras levas de emigrantes foi o fato de se admitirem as “famílias compostas” artificialmente (*kôsei kazoku*). A composição das famílias de Okinawa

¹⁶⁵ HANDA, Tomoo., *op.cit.*, p.97.

¹⁶⁶ NOGUEIRA, Arlinda Rocha. “Considerações gerais sobre a imigração japonesa”. In: *Assimilação e integração dos japoneses no Brasil*. Coordenação de Hiroshi Saito e Takashi Maeyama. São Paulo, Editora. Vozes, EDUSP, 1973:56-68.

e Kagoshima era principalmente de jovens solteiros do sexo masculino, sem vínculo familiar, e com reduzido número de mulheres e crianças, razão que motivou a discriminação e o desprezo por parte dos funcionários e trabalhadores da fazenda Floresta:

Os japoneses eram vistos como gente bárbara, de famílias estruturadas em torno de uma mulher e vários maridos; e, de outro lado, foi difícil encontrar harmonia entre eles próprios, tendo surgido atritos por questões de repouso noturno, comida e trabalho. Como resultado, em primeiro lugar os solteiros, que não passavam de agregados de uma família, depressa passaram a fugir da fazenda, a fim de se dedicar a diversas atividades na cidade de São Paulo e no porto de Santos. Alguns obtiveram ganhos por terem abandonado os trabalhos no cafezal. Esse tipo de notícia tentadora fazia com que o trabalhador que já tivera de pagar ao fazendeiro a multa correspondente aos fugitivos, chegasse à conclusão de que seria mais vantajoso deixar a fazenda; assim, não poucos casais verdadeiros praticaram também a fuga, de tal sorte que, oito meses depois do ingresso os 119 imigrantes haviam se reduzido a 23¹⁶⁷.

Este tipo de composição diferia das demais famílias de outras províncias, formadas pelo casal e seus pais, filhos e irmãos, centrados na relação *oyabun* (aquele que desempenha o papel de pai ou chefe) e *kobun* (aquele que desempenha o papel de filho ou subordinado), que assegurariam o respeito à hierarquia entre pais e filhos, marido e mulher, de forma a manter uma solidariedade orgânica.

Nas famílias compostas artificialmente, o chefe não exercia nenhum poder de controle, pois havia até aquelas em que ele era, dentre os familiares, o mais jovem. Muitas eram as famílias formadas por membros agregados, em que existiam sobrinhos ou primos mais idosos. Já na chamada feita na Hospedaria de Imigrantes surgiu a desconfiança dos funcionários de que “chefes tão moços pudessem ditar ordens aos seus familiares”. Por não ter responsabilidade, o pessoal agregado à família valia-se disso para mandriar, ou seja, não trabalhar ou fazer corpo mole¹⁶⁸.

Para tentar entender o porquê de este tipo de composição familiar ter sido apontado como fator determinante do fracasso das primeiras imigrações, a ponto de o Ministério dos Negócios Estrangeiros do Japão determinar regras específicas (como a de que o casal devia estar constituído havia mais de três anos, proibindo-se a inclusão de filhos adotivos), é preciso conhecer o conceito de família no Japão.

¹⁶⁷ NODA, Ryoji. *Imin chōsa hōkokusho* (História da expansão dos japoneses) p.286, *apud* HANDA, Tomoo., *op.cit.*, p.60.

¹⁶⁸ *Idem*, p.49-50.

No Japão, o sistema social e econômico é baseado na linhagem familiar – *ie*¹⁶⁹ – e supunha não só a residência comum, sob a autoridade do pai, mas também a divisão dos papéis que cabiam a cada membro da família, segundo critérios de gênero e de idade: as mulheres e os mais jovens ocupavam uma posição inferior e deviam acatar, com benevolência e lealdade, as relações hierárquicas e suas respectivas responsabilidades, virtudes pregadas pelo confucionismo. O primogênito (*chônán*), como futuro chefe da família, recebia, desde cedo, um tratamento diferenciado para poder assumir a responsabilidade de prover o sustento material da família e cumprir as obrigações filiais de cuidar e zelar pelo bem estar dos pais. O direito consuetudinário confere ao primogênito o direito à herança familiar.

O *ie* é uma unidade de organização social que perpassou todos os estamentos sociais desde a sua origem no século XIII, época marcada por inumeráveis e frequentes guerras entre os feudos¹⁷⁰. O *oyabun* era legalmente responsável por todos os seus *kobun* e, dentro da casa, eram-lhe atribuídos certos privilégios, como ser servido primeiro durante as refeições ou ter o direito de ser o primeiro a tomar o banho de ofurô. A relação *oyabun-kobun* asseguraria o respeito à hierarquia entre pais e filhos, marido e mulher, de forma a manter uma solidariedade orgânica. No entanto, há de se observar que a tradicional instituição da família japonesa não corresponde estritamente à ideia de família ordenada por laços de consanguinidade, uma vez que seus vínculos os ultrapassam, pois permitem a adoção de outro indivíduo, na ausência de um herdeiro primogênito ou, no caso de não existirem filhos, a adoção do marido da filha (*mukoyôshi*), que passa a ter o direito de receber como espólio a moradia e os negócios domésticos.

Para interpretar o sistema de parentesco da organização familiar japonesa é preciso distinguir o conceito de família como unidade de parentesco e como unidade corporativa. “A primeira concepção acentua a continuidade genética da família, do pai para o filho mais velho, enquanto a última enfatiza a perpetuidade do nome da família e sua ocupação¹⁷¹”. As duas não se sobrepõem necessariamente, isto é, uma linha de sangue pode continuar mesmo depois que o nome da família e a ocupação mudaram e, do mesmo modo, o nome da família e a ocupação podem ser continuados não pelo filho mais velho, mas por outra pessoa. Em outras palavras, “a maior ênfase não é dada à continuidade do sangue mas à perpetuação da família como grupo corporativo através de

¹⁶⁹ O termo *ie* significa lar, casa, moradia, habitação, família, residência e linhagem.

¹⁷⁰ ORTIZ, Renato. *O próximo e o distante – Japão e Modernidade-Mundo*. São Paulo: Brasiliense, 2000: 56-58

¹⁷¹ Até o período Edo, a família era integralmente uma unidade de produção e consumo, onde as atividades econômicas eram privilégios domésticos e onde as etiquetas e honras familiares formavam um conjunto intrinsecamente relacionado à profissão de seus membros. Apesar de este sistema familiar ter sofrido mudanças a partir do período Meiji, a tradição continuou a pesar sobre o comportamento e principalmente sobre as expectativas de comportamento familiar no Japão moderno. In CARDOSO, Ruth Corrêa Leite. *Estrutura familiar e mobilidade social – estudo dos japoneses no Estado de São Paulo*. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Ciências Sociais, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas de São Paulo, 1972:116.

seu nome e ocupação”¹⁷². A flexibilidade na composição do grupo doméstico permitiu a formação das famílias compostas, que estabeleciam vínculos legais (casamentos, adoções etc.), de modo a formar uma unidade de trabalho para poder emigrar. A multiplicidade de arranjos que essa combinação de parentescos permite justifica a sua persistência e, por isso mesmo, vamos reencontrá-la no Brasil, ordenando as relações entre as famílias imigrantes. A existência de famílias compostas torna-se compreensível se aceitamos a liberdade com que os japoneses utilizam a consanguinidade e aceitam a participação de parentes bilaterais no grupo doméstico definido como patrilinear¹⁷³.

No Japão, o *ie* era formado de um casal por geração e os membros não herdeiros deixavam a casa após o casamento para formar sua própria linhagem. Cada nova unidade (*bunke*) tornava-se uma ramificação do *ie* principal (*honke*). Segundo o padrão ideal, cada núcleo conjugal deve ter sua residência e, por isso, quando o filho mais velho assume a chefia do *ie*, seus pais devem retirar-se para outra casa construída nas terras da família que é chamada *inkyō*, deixando ao filho tanto as funções de chefia como a casa central¹⁷⁴.

O conjunto de *ie* era denominado *dōzoku* (ramificações de uma mesma família mutuamente ligadas por relações complexas de obrigações recíprocas) e a organização socioespacial desses vários *dōzoku* formava o *mura* (vila ou aldeia rural).

Existem basicamente quatro tipos de estruturas diferentes de *mura* segundo a morfologia espacial, período de formação e interesses políticos. O tipo *jōri* apresenta forma geométrica quadricular. O tipo *gōshi* (*gō*: país, *shi*: samurai) teve iniciativa pelos senhores feudais na Idade Média, época em que os samurais eram ao mesmo tempo proprietários de terras e oficiais militares. Estes residiam no centro da aldeia e os camponeses na periferia. O tipo *shinden* (*shin*: novo, *den*: rizicultura) aparece no período do xogunato de Tokugawa; surgiu como uma estratégia dos senhores feudais que tinham necessidade de aumentar a coleta de impostos para poderem manter suas vidas luxuosas nas cidades. Finalmente, o tipo *tonden-hei* (*ton*: ficar para defender, *den*: rizicultura, *hei*: soldado) aparece em 1875, na ilha de Hokkaido, e corresponde à primeira frente pioneira na ilha, considerando a dificuldade de acesso à densa floresta. Após a Restauração de Meiji, para conter a invasão russa no território o governo envia soldados para desmatar a floresta a fim de permitir a implantação das aldeias rurais. Foi assim que a maior parte da região setentrional do país foi ocupada (BERQUE, 1980)¹⁷⁵.

¹⁷² BEFU, Harumi. *Japanese Culture*. Chicago, 1962:34 Apud CARDOSO, Ruth Corrêa Leite., *op.cit.*,83.

¹⁷³ CARDOSO, Ruth Corrêa Leite., *op.cit.*, p.84, 102.

¹⁷⁴ CARDOSO, Ruth Corrêa Leite., *op.cit.*, p.87.

¹⁷⁵ BERQUE, A. *La rizière et la banquise, colonisation et changement culturel à Hokkaido*. Paris: Publications Orientalistes de France, 1980, In: SHIMIZU, Isabel Mitsue. “Outro “mura”, outros japoneses. Herança do Kasato-Marú.” *Novos Cadernos NAEA*. Volume 13, n. 2, p. 153-168, 2010. Disponível em <www.periodicos.ufpa.br>. Acesso 19 Mar. 2011.

Esses povoados constituíam a unidade mais elementar da vida rural e reproduziam os laços de solidariedade existentes na família. Os vínculos entre os *dôzoku* (membros de uma mesma família) eram mantidos através do culto aos antepassados – de natureza ritualística ou simbólica – que fortalecia os laços afetivos entre os vivos, seus antepassados e as futuras gerações¹⁷⁶.

O culto aos antepassados era constituído por diferentes matizes provenientes do budismo, do xintoísmo e da pedagogia confucionista, que se amalgamavam no âmbito da constituição familiar; um ritual diário em que se oferecem diante do altar doméstico um copo de água, arroz, velas e incenso¹⁷⁷. Cada *ie* possuía um altar budista (*butsudan*) e romper com a tradição significava abrir mão da herança e deixar de ser membro da família¹⁷⁸. A vila ou aldeia (*mura*) possuía sua divindade xintoísta tutelar (*ujigami*) e esta era cultuada por todos os moradores da região.

Entre os japoneses, havia a prática de uma religião nativa, de crença na força espiritual manifestada na natureza e nos homens, que carecia de qualquer tipo de explicação. Esta força espiritual, considerada divina, se revelava nas montanhas, nos rios, nas rochas e nas árvores de grande porte. Entre espaços, considerados divinos, eram também erigidos santuários para a veneração dos ancestrais de cada *uji*, divinizados após a morte. Além dos cultos à natureza e aos mortos, com a implantação da agricultura começam a surgir as preces à chuva, e as dedicadas a uma boa safra, o *kinensai*, ritual anualmente realizado no dia 04 de fevereiro do ano lunar, em santuários ou nos recintos da corte¹⁷⁹.

O culto aos antepassados é, em essência, o caráter da religião xintoísta. Venerando o espírito dos antepassados, admirando as forças da natureza, essa crença nativa sublimava-se na adoração da deusa Amaterasu como personificação do sol, que é a fonte da vida e de todas as manifestações da energia sobre a terra. E, segundo os Relatos de Fatos Antigos (Kojiki, 712), a primeira obra de cunho histórico, literário e mitológico sobre as origens do Japão e de seus governantes, o Imperador é descendente direto da deusa do Sol.¹⁸⁰

¹⁷⁶ ANDO, Zempati. *Estudos sócio-históricos da imigração japonesa*. São Paulo: Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, 1976:67-77; ORTIZ, Renato., *op.cit.*, p. 56-58; SAKURAI, Célia., *op.cit.*, p. 5; HANDA, Francisco. “A construção do imaginário da morte nas cerimônias memoriais budistas”. In: *Revista Nures*, no. 9. Núcleo de Estudos Religião e Sociedade – PUC – São Paulo, – Mai / Set 2008:5. Disponível em <http://www.pucsp.br/revistanures> Acesso em 12 Dez 2010; OCADA, Fábio Kazuo. “A Cultura e o Habitus Japonês: ingredientes da experiência.”, UNESP/Araraquara, 2002. Disponível em <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf> Acesso em 13 Dez 2010.

¹⁷⁷ No espaço doméstico, as famílias que conservam esta prática de cultuar os que já partiram têm um altar de Buda, em proporções menores na sala ou num ambiente privado. Pela manhã trocava-se a água do altar, ofertando um palito de incenso. No almoço, a primeira porção de arroz branco é oferecida aos antepassados. Os costumes oriundos do confucionismo foram transmitidos via oral e incorporados no cotidiano. Ao penetrarem no universo budista, que lidava com o transcendental, mesclaram os interesses da vida prática com a metafísica da morte. In: HANDA, Francisco., *op.cit.*, p.6-7.

¹⁷⁸ SAKURAI, Célia., *op.cit.*, p.51.

¹⁷⁹ WAKISAKA, Geny., *op.cit.*: p.5.

¹⁸⁰ HASHIMOTO, Lica; YOSHIDA, Nana. *A origem do Japão - mitologia da era dos deuses*. Coleção Mitos do Mundo. São Paulo: Editora Cosac Naify, 2015.

Embora a palavra *kami* (*uji + kami*, lê-se *ujigami*) possa ser usada para se referir a uma única ‘divindade’, ela também pode ser usada no coletivo para designar uma miríade de ‘deuses’ os quais têm sido o objeto central do culto no Japão desde o período Yayoi (200 a.C. a 200 d.C.). Os *kami* são parte de todas as formas de vida e se manifestam em diversas formas. Existem *kami* na natureza que residem em rochas sagradas, árvores, montanhas, e em outros fenômenos naturais. Os *ujigami* são deidades tutoras de clãs específicos, geralmente um ancestral do clã que foi deificado. Existe o “*ta no kami*”, ou divindade protetora dos arrozais, o qual é adorado durante o tempo das plantações e nos festivais das colheitas. E existe o *ikigami*, que são deidades humanas. Os *kami* que mais se assemelham com os deuses, segundo o padrão ocidental, são as divindades celestiais que residem no *Takamagahara* (Alta Esfera Celestial). Eles são dirigidos por Amaterasu Ômikami, a deusa do Sol, a divindade que é venerada no Santuário Ise, o principal santuário xintoísta¹⁸¹.



Imagem - Altar budista (*butsudan*)
Disponível em www.alpha-net.ne.jp Acesso em 06 Jan. 2010.

¹⁸¹ Xintoísmo. Disponível em <<http://www.br.emb-japan.go.jp/cultura/religiao.html>>. Acesso em 09 Mai 2010.



Imagem - Divindade protetora dos arrozais (*ta no kami*). Geralmente é representado segurando na mão direita uma colher de madeira para servir o arroz (*shamoji*) e uma tigela de arroz na esquerda¹⁸².

No Japão, o *mura* (aldeia) realiza uma assembleia anual para eleger o *sonchô* (chefe da aldeia) e os que ocupariam os cargos de subdireção para tratar de assuntos de interesse coletivo como educação, assuntos financeiros, culturais, produção agrícola etc. Nesses *mura* existem também regras a respeitar e os que as infringem estão sujeitos a penalidades, como a exclusão do infrator da aldeia. O conceito de *mura* vai além de um núcleo estrutural constituído pelas infraestruturas materiais e espaciais com funções sociais e administrativas; ele implica também uma ligação sentimental muito forte, pois é igualmente o lugar onde viveram os antepassados. Desse modo, há uma ligação indissociável entre o habitante e o lugar. Tudo o que concerne à vida agrícola deve passar pelo *mura*. Essa ligação é fundamental para a construção da personalidade individual¹⁸³.

A maior parte da população rural se dedicava à agricultura de pequeno porte e artesanato no âmbito da administração familiar, constituindo uma vida de autossuficiência em escala extremamente reduzida, isolada das regiões circunvizinhas. Nessas vilas estabelece-se uma organização de trabalho comunitário chamado *yui* (união) e todos os moradores realizam em conjunto as plantações, colheitas e telhadura, assim como participam de festejos e se ajudam mutuamente nos momentos de infortúnios, como, por exemplo, nos funerais. Os jovens criavam associações denominadas *wakamonogumi* (agrupamento de jovens) para promover atividades sociais¹⁸⁴.

¹⁸² Imagem disponível em <hiro-kzno-blog.jp>. Acesso em 9 Maio 2010.

¹⁸³ SHIMIZU, Isabel., *op.cit.*, p. 158.

¹⁸⁴ MOTOYAMA, Shozo., *op.cit.*, p.30.

No Japão, o sistema de *ie* que vigorou até o final da Segunda Guerra Mundial criou, ao longo de diversas gerações, a concentração de renda e de terras nas mãos dos filhos mais velhos. Aos irmãos mais novos restavam poucas opções de ascensão social. Entre elas, estavam a carreira militar e a profissão de professor. Quando isso não acontecia, os filhos mais novos exerciam o cultivo da terra numa posição subalterna. Quanto às mulheres, normalmente se casavam com alguém de fora da família, por isso, um número elevado de filhas era considerado inútil à subsistência e à vida familiar¹⁸⁵.

Com exceção dos primogênitos, que permanecem nas aldeias nativas, os demais, inclusive as mulheres solteiras, migravam para a cidade com o objetivo de conseguir emprego e ajudar a família com remessas de dinheiro. Trabalhavam como operários, diaristas, empregados domésticos, aventuravam-se em pequenos negócios – ambulantes, vendedores de bugigangas – aceitavam qualquer trabalho, por mais árduo que fosse. No entanto, a cidade não tinha a capacidade de absorver esse contingente e não raro camponeses se juntavam à população pobre de samurais desempregados, engrossando as fileiras de marginais, vagabundos e pedintes dos grandes centros urbanos¹⁸⁶.

O Japão é um dos poucos casos conhecidos em que a industrialização se fez predominantemente por intermédio da força feminina de trabalho. Até a década de 20, as mulheres eram mais da metade dos trabalhadores das fábricas, quadro que se altera somente nos anos 30, quando há uma mudança de orientação, sendo cada vez mais reforçado o seu papel como reprodutora, como autoridade moral da família. As mulheres se retraem do mercado de trabalho – ele torna-se predominantemente masculino – e assumem integralmente a imagem de maternidade exigida e proposta pela sociedade. Posição adequada às transformações em curso, a emergência da família nuclear, na qual a presença feminina supera a preponderância que os homens possuíam junto à família tradicional¹⁸⁷.

¹⁸⁵ ALVES, Mário Aquino; UENO, Philip Hiroshi; FUJISAWA, Fernando Yuiti. *Dai San Sekuta: O universo das organizações do Terceiro Setor da Comunidade Japonesa de São Paulo*. 2009:15. Disponível em <http://gvpesquisa.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/publicacoes/> Acesso em 20 Jan 2010.

¹⁸⁶ ORTIZ, Renato., *op.cit.*, p.60.

¹⁸⁷ *Idem*, p.60 e126.



**Imagem - A Divindade protetora dos arrozais (*ta no kami*)
é colocada perto dos arrozais.
Disponível em <geocities.jp>. Acesso em 09 Maio 2010.**

Ortiz (2000:59-60) observa que, à medida que a sociedade se torna predominantemente urbana, o espírito de comunidade existente na zona rural se afrouxa. Durante a Ocupação (1945-1952), os norte-americanos impõem aos japoneses uma mudança do código civil que, desfazendo a autoridade incontestada do chefe de família, faz a mulher passar legalmente a ter direitos iguais aos do homem e a partilha da herança deixar de ser prerrogativa do filho mais velho. A família linear cede lugar, conforme a citação acima, a uma família de tipo nuclear. As cidades (*machi*) se tornam locais em que há uma concentração de pessoas estranhas, onde se tornam imperativas a competição e a capacidade individual, diferentemente da dinâmica das vilas rurais (*mura*), em que a consanguinidade e a solidariedade eram prerrogativas de uma comunidade¹⁸⁸.

Diante do exposto, entendemos que a família japonesa aceita a inserção de pessoas sem vínculo sanguíneo desde que o objetivo seja o de perpetuar o nome da família e o de manter uma unidade corporativa, ou seja, uma solidariedade orgânica com base no respeito à hierarquia. No caso dos emigrantes que vieram para o Brasil, o problema de muitas das famílias compostas se deu justamente por não haver esse comprometimento. Formalmente, era como se fossem uma família, mas na prática eram indivíduos independentes, razão pela qual muitos se separavam assim que chegavam no país receptor.

¹⁸⁸ MIYAMOTO, Tsuneichi. *Nihon no mura* (As vilas japonesas). Tóquio: Chikuma shoten. 2ª edição, 1953:102-104.

A determinação do Governo paulista de aceitar somente famílias consanguíneas deu margem para se colocar em prática o subterfúgio de adaptar um sistema tradicional de organização familiar para um fim imediato: vir para o Brasil ganhar dinheiro.

No Brasil, identificamos nas “colônias japonesas”, que surgiram após a inserção de emigrantes japoneses nas fazendas de café, as mesmas configurações morfológicas e sociais particulares dos *mura* japoneses.

Se para emigrar os nipônicos tiveram de providenciar um novo arranjo familiar, chegando a compor o que foi denominada “família composta”, aos poucos foram recompondo a experiência de família patriarcal da qual seus ancestrais e eles provinham. Assim, fundamentada na hierarquia – encabeçada pelo pai ou o primogênito –, na tradição e herança cultural – que significa assumir a responsabilidade pela reprodução e manutenção do grupo doméstico –, a família que se reproduz no Brasil também se organiza como uma unidade de produção, aproximando-se cada vez mais do conceito de *ie*.

Essa unidade de produção vai priorizar os interesses coletivos, ditados pelo líder, e será regrada pela disciplina e pela obediência. No imaginário japonês, é o trabalho que conforma o indivíduo e lhe confere prestígio e honra. Nesse sentido, esse valor deve ser constantemente acionado, ainda que se sobreponha aos interesses individuais.

Tal característica permite não só que as atividades produtivas sejam organizadas em cooperativas e associações, mas principalmente define as posições que o indivíduo ocupa na comunidade. Sendo a força do trabalho um valor dado *a priori*, inculcado na mentalidade nipônica, até 1970, mesmo com a diversificação de atividades e profissional, constitui-se na via do estreitamento da união entre eles¹⁸⁹.

Kiyotani (1992:91-92) observa que no Brasil existiram cinco tipos de formação de “núcleos ou colônias japonesas” que se formaram principalmente no período de 1910 a 1935, mas todos têm em comum a concentração de algumas famílias numa determinada área formando uma associação japonesa (*nihonjin-kai*). A associação tinha como objetivo promover a confraternização e a cooperação entre os membros para enfrentar os problemas comunitários. Esse tipo de associação adotava muitas vezes o nome da localidade como, por exemplo, Vai-Bem, Brejão, Birigui, Cotia, Juqueri ou nomes japoneses como *Akebono* (alvorecer), *Kibô* (esperança), *Asahi* (sol nascente), *Tôyô* (oriental) etc. Os assuntos públicos ou de interesse da comunidade eram tratados

¹⁸⁹ WAWZYNIAK, Sidinalva Maria. *Contornos e representações familiares: a constituição da família japonesa no Brasil*. 2008:44-45. Disponível em <nuevomundo.revues.org> Acesso em 19 Mar 2011.

e administrados com regulamentos idênticos ao dos *mura* (aldeia) do Japão. O presidente eleito na assembleia anual se tornava uma figura comparável ao prefeito do *mura* (cargo denominado *sonchô*). Abaixo dele eram eleitos os diretores para administrar o “serviço público”: tesouraria, assuntos educacionais, assuntos agrícolas, saúde e higiene e obras (administração, reparação de estradas, pontes etc.). As festas de aniversário, casamento ou cerimônias fúnebres seguiam igualmente os costumes japoneses. Assim se estabelecia uma ordem social entre os colonos. Quando surgia alguém que a perturbasse, desobedecendo às normas e aos regulamentos estabelecidos pela associação, era punido, como no Japão, sendo expulso da colônia (*mura-hachibu*). Não raro publicava-se anúncio de “expulsão” em jornais da comunidade¹⁹⁰.

Há de se observar que no Japão as associações assumiram um novo caráter com o desaparecimento do feudalismo e a expansão do poder central. Nesse sentido, as novas organizações, como as associações “da juventude japonesa”, “das mulheres patriotas” ou a “de veteranos”, foram revalorizadas e redefinidas com o fim expresso de fazer chegar às aldeias a ideologia nacionalista que sustentava o Governo central antes da Segunda Guerra Mundial. As associações e as cooperativas agrícolas se caracterizam por serem quase sempre compulsórias e não voluntárias, com iniciativas partindo do governo local e nacional¹⁹¹.

No Brasil, os imigrantes japoneses contaram com um relativo isolamento étnico que permitiu a utilização de variantes dessas formas associativas. Deste modo, puderam exercer um grande controle sobre todos os membros de núcleos etnicamente homogêneos. As condições de vida e as oportunidades de sucesso funcionaram como estímulos para manter vivos os padrões que propiciaram uma maior cooperação e, conseqüentemente, um maior rendimento familiar, fundamental para conseguir uma situação econômica mais favorável¹⁹².

¹⁹⁰ Os 5 tipos de formação de núcleos ou colônias japonesas são: (1) geração espontânea (*ijû-chi*), imigrantes que adquirem terra em determinada região e formam um pequeno agrupamento; (2) colônia do tipo *shokumin-chi*, terras adquiridas com capital privado, mas que tinham o apoio do governo de Tóquio, e que eram revendidas em forma de loteamento. Os imigrantes das primeiras levas como Shûhei Uetsuka e o intérprete Umpei Hirano serviram de intermediário nos negócios imobiliários e organizaram as suas respectivas colônias; (3) capital privado do Japão adquire terras ou recebe concessão sem ônus de terras devolutas e loteia, colonizando-as com imigrantes residentes no país ou vindos diretamente do Japão. Neste caso, geralmente os colonos adquirem terreno no Japão, emigrando depois; (4) colônias de existência efêmera onde se concentravam japoneses arrendatários para cultivar algodão, mas como não havia a propriedade de terra, desaparecia por causas diversas: queda no preço do algodão, rápido esgotamento do solo etc. (5) colônias japonesas nos núcleos oficiais do governo federal e estadual. Antes da II Guerra Mundial existiam as colônias de Primeira e Segunda Monção, na estação Cerqueira César, na Sorocabana. No pós-guerra temos as colônias de Una, Itaberaba e Juscelino Kubitschek, no Estado da Bahia; Dourados em Mato Grosso; Bela Vista (antiga Manacapuru) no Amazonas, Acre, Amapá, Eugênio Sales, Guamá, Monte Alegre etc. *In*: KIYOTANI, Masuji; YAMASHIRO, José., *op.cit.*, p.85-88.

¹⁹¹ CARDOSO, Ruth Corrêa Leite., *op.cit.*, p.113-115.

¹⁹² CARDOSO, Ruth Corrêa Leite., *op.cit.*, p.117.

Diante desse tipo de organização familiar japonesa, há de se entender que a maioria dos que emigravam não eram primogênitos, salvo raras exceções, e os que o faziam carregavam consigo um grande fardo: a responsabilidade de remeter dinheiro para ajudar os que ficavam no Japão. As esperanças de que retornariam para junto de seus familiares, cumprindo com a obrigação filial, fizeram com que o objetivo econômico fosse priorizado. No entanto, a longa travessia em busca de melhores condições de vida foi um caminho sem volta para a grande maioria dos que emigraram com esse objetivo. A linhagem principal da família se cindia em duas partes, uma das quais haveria de se perpetuar no Brasil.

Com o intuito de reorganizar suas vidas, os japoneses precisavam unir-se e proteger-se. Isso porque a condição de imigrante implicava sentir-se e ser considerado diferente, sem mencionar a grande e primeira barreira enfrentada que é a da língua. A despeito de a herança cultural - do *ie* e da organização do *mura* - ser colocada em prática no Brasil com o intuito de estreitar as relações entre eles e, principalmente, o de cuidar de assuntos coletivos, esse tipo de organização social será, obviamente, interpretada pela perspectiva dos brasileiros como um fator de enquistamento e, conseqüentemente, os japoneses serão criticados como sendo avessos à assimilação.

Uma vez submetidos à dura realidade, e cientes de que não retornariam ao Japão em curto espaço de tempo, a primeira preocupação dos japoneses se volta à educação dos filhos. Com a chegada de ondas sucessivas de emigração, foi aumentando o número de crianças e a necessidade de construir escolas tornou-se prioritária. Handa explica como os imigrantes japoneses costumavam pensar a respeito da educação de seus filhos em idade escolar:

A ideologia da educação de que tratamos aqui é algo que está implícito na atitude do imigrante, quando ele vive no país receptor, inicialmente como *dekassegui* e depois como um estrangeiro radicado em terra estrangeira. Ele fica perturbado e perplexo, sem saber que caminho escolher para educar os filhos. [...] Em geral, o imigrante sofria a influência da corrente de pensamento predominante na pátria de origem ou as tendências ideológicas do país onde imigrou. Na nossa comunidade japonesa no Brasil, misturavam-se a ideologia de assimilação e desejo de preservação da cultura nacional (do Japão). Em meio a essa confusão de sentimentos, uns corriam para o nacionalismo, outros seguiam a ideologia de assimilação e integração, da democracia ou ainda fraternidade universal. Na década de 30, quando se intensifica o expansionismo militarista, os imigrantes desejavam a educação nipônica baseada no Edito Imperial sobre a Educação, época em que se cultuava a união familiar pela obediência ao tradicional sistema familiar, ou seja, o dualismo *chû-kô* (lealdade ao Imperador e piedade filial), com maior ênfase na piedade filial. Não havia conflito entre a ideologia expressa no Edito com a tese da assimilação.¹⁹³

¹⁹³ HANDA, Tomoo. "Educação" in *História dos 70 Anos da Imigração Japonesa no Brasil*, apud Kiyotani, Masuji. *op.cit.*, p.132.

O texto acima deixa claro que, para Handa, o significado de “assimilação” era “aprender o que há de bom no outro e superar os próprios defeitos” e que este era um sentimento natural, que ocorria com todos os que tinham contato com a sociedade brasileira e que, ao mesmo tempo, porém, existia um forte sentimento de “preservar a cultura japonesa”. Mas, segundo Seyferth (2002:129), desde os idos de 1850, o termo “assimilar” tinha uma conotação específica para as autoridades brasileiras, ou seja, “uma adequação do estrangeiro à formação latina e católica do país”, o que explica a opção preferencial pelos brancos e católicos da Península Ibérica e da Itália. Preferência que se acentua no final do século XIX e no começo do século XX, quando protestantes e nações avessas à assimilação passaram à condição de indesejáveis, especialmente quando o conceito incorporou uma dimensão racial, qual seja, um ideal específico de miscigenação racial associado à imigração branca¹⁹⁴. Lesser, ao definir o termo “assimilação” (na qual a cultura pré-migratória do indivíduo devia desaparecer por completo) e “aculturação” (modificação de uma cultura em resultado do contato com outra), observa que “a assimilação foi um fenômeno raro entre os não-europeus, enquanto a aculturação foi comum, mesmo entre aqueles que, de forma ostensiva, rejeitaram a sociedade majoritária, permanecendo em comunidades fechadas”¹⁹⁵. O que de imediato podemos constatar é que para os imigrantes japoneses o termo assimilação possuía uma conotação diferente da que foi idealizada pelas autoridades brasileiras.

Observamos no relato de Handa que a maior preocupação dos imigrantes era quanto ao abasileiramento dos filhos aqui nascidos e o medo de que eles não conseguissem adaptar-se à cultura japonesa quando do regresso ao Japão, esperança que muitos cultivavam em seus corações. O medo desse distanciamento os levou a assumir uma postura considerada anti-assimilacionista, em prol da manutenção do espírito japonês¹⁹⁶. Não bastava o ensino do idioma japonês, mas manter uma educação japonesa, pois se constatava que os filhos estavam perdendo as características, o modo de pensar e sentir do povo japonês.

¹⁹⁴ SEYFERTH, Giralda. “Colonização, imigração e a questão nacional no Brasil”. In: *Revista USP*, São Paulo, n.53, 2002:129.

¹⁹⁵ LESSER, Jeffrey. A negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil. Tradução Patrícia de Queiroz Carvalho Zimbres. São Paulo:UNESP, 2001:22. Sobre as principais linhas de investigação acerca da imigração japonesa no Brasil consultar MOTOYAMA, Shozo., *op.cit.*, p.39-43.

¹⁹⁶ Observamos que existem dois conceitos de aculturação: linear, em que o imigrante tem que abdicar de parte da sua cultura de origem, e não linear em que o imigrante não precisa necessariamente deixar a cultura, sendo esta inserção livre e por conveniência. Aculturação, para Lesser, refere-se a essa do tipo não-linear. Para Oguri-Kendis (1989), a aculturação não exclui a manutenção da cultura japonesa em diferentes graus e, segundo Masuda e Matsumoto (1970), o grau de aculturação está em relação inversa à orientação étnica, ou seja, quanto maior o grau de aculturação, menor a orientação étnica. Isso explica o porquê de a aculturação ser mais intensa nas gerações mais novas, justificado no desconhecimento da língua japonesa e no comportamento como o dos brasileiros. In: SUDA, Joyce Rumi; SOUZA, Lídia de. “Identidade social em movimento: a comunidade japonesa na grande Vitória (ES)”. In *Psicologia e Sociedade*.18(2), 2006:75. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/> Acesso em 9 ABR 2012.

Essa ideologia educacional foi dominante entre os imigrantes japoneses até meados do século XX. As restrições feitas ao ensino da língua japonesa durante a Segunda Guerra mundial representava a perda da cultura japonesa, razão pela qual muitos desejavam regressar à pátria, por considerarem o Brasil inadequado para os japoneses. A mudança de perspectiva dos imigrantes japoneses ao se desapegarem do mito da riqueza e do retorno exigirá novas estratégias para conviver com uma sociedade imensamente multicultural.

1.4 A POLÊMICA SOBRE A INTRODUÇÃO DE IMIGRANTES ASIÁTICOS: CHINESES E JAPONESES.

30 de abril, quinta-feira, céu limpo. Pouca chuva ao entardecer. O navio percorreu 247 milhas e às 10h avistou-se a pequena ilha de Suwanose¹⁹⁷.

Dois dias após o Kasato-maru deixar o porto de Kôbe, o cônsul Alcino Santos Silva enviava um ofício e a listagem dos primeiros emigrantes japoneses com destino a Santos¹⁹⁸.

Ilmo Sr. Carlos Arruda Botelho

Secretário da Agricultura, Commercio e Obras Publicas de São Paulo¹⁹⁹.

Todos os emigrantes foram vacinados, inspeccionados e as suas bagagens desinfetadas antes de serem embarcadas. O vapor que os conduz, é o ex-

¹⁹⁷ MIZUNO, Ryô. Diário de bordo do Kasato-mar, *op.cit.*, p.01.

¹⁹⁸ O Brasil dispunha dos consulados de Kôbe e Yokohama destinados, sobretudo, à promoção da imigração.

¹⁹⁹ Carlos José de Arruda Botelho (1855-1947). Natural de Piracicaba. Médico, fazendeiro e político brasileiro. Primogênito de D. Francisca Coelho de Arruda Botelho e do fazendeiro, político e banqueiro Antônio Carlos de Arruda Botelho (1827-1901), Visconde e Conde de Pinhal, um dos fundadores da atual cidade de São Carlos. Como médico, especializou-se em patologia, cirurgia geral e urologia. Casou-se com D. Constança de Brito Souza Figueiredo e teve cinco filhos. Foi proprietário do primeiro hospital particular na América Latina, a *Casa de Saúde Dr. Botelho*, no Brás; diretor da Santa Casa (1884) e um dos fundadores da atual Academia de Medicina de São Paulo (1895). Na política ocupou a pasta da Secretaria de Agricultura, Viação e Obras Públicas de São Paulo, no governo de Jorge Tibiriçá Piratininga (1855-1928), segundo presidente da Província de São Paulo (1904-1908). Responsável pela criação do Jardim da Aclimação (1892), em terras adquiridas por ele, onde instalou o primeiro zoológico de São Paulo, serviço de águas e esgotos da capital paulista, ajardinamento do Museu do Ipiranga, projetos de saneamento de Santos, estudos sobre conservação e produtividade das terras agrícolas, levantamento geográfico da região da Alta Paulista, Noroeste e Alta Sorocabana, criação de escolas agrícola e formação de núcleos coloniais, inicialmente com espanhóis, alemães, italianos, russos e estonianos (1904) e depois com os asiáticos (1907). Foi quem trouxe o primeiro grupo de imigrantes japoneses ao Brasil para a Fazenda

Kaiserin, antigo navio-hospital russo encontrado em Port-Arthur pelos japonezes. A sua instalação pareceu-me higienica. A impressão que tive desses emigrantes não foi totalmente desfavorável, sobretudo, tendo-se em vista o typo japonês, que é de baixa estatura, de aparência mais fraca do que forte e, em seu conjunto, bastante feio. Os homens da ilha de Riu-shiu (Okinawa), de aspecto agradável, parecerão-me fortes e resistentes. A gente dessa parte do Japão é muito dada a agricultura, obediente e activa, e estou certo que em S.Paulo esses trabalhadores serão justamente apreciados. Falam uma espécie de patois, que os próprios japonezes teem necessidade de interpretes para se entenderem com elles.[...] O japonês, mais do que qualquer outro emigrante, só trabalha sob as ordens de um chefe (oyabun), a quem obedecem cegamente²⁰⁰.

Ofício e listagem redigidos às vésperas do embarque foram recebidos pelas autoridades de São Paulo no dia 13 de junho, cinco dias antes da chegada do *Kasato-maru*, via mala diplomática. Em suas observações, o cônsul relata as dificuldades de organizar o embarque por ser a primeira experiência nesse sentido e adverte que “apesar de nenhuma comunicação ter recebido a respeito deste contrato, acreditei no que disse o dito Presidente”, referindo-se a Ryô Mizuno, diretor da Companhia de Emigração Imperial. Para evitar problemas de documentação durante a checagem dos emigrantes na hora do desembarque, Alcino explica de antemão os critérios diferenciados de contagem de idade e de indicação da chefia familiar, que poderiam causar dúvidas às autoridades brasileiras:

Na parte relativa as edades V.S. notará um contraste entre o numero de annos e as datas de nascimentos declaradas nos passaportes, e que é devido à maneira especial de contar as edades no Japão. Assim é que, a creança tem um anno no dia em que nasce e no anno seguinte, sem que para isto seja preciso o decurso de doze mezes, tem ella dous annos.[...] Na columna destinada aos chefes de familias há tambem um engano, ainda devido ao uso do paiz, pelo qual o chefe de uma família, em todas as circunstancias da vida, é o parente mais chegado e mais velho. D’ahi a menção de alguns chefes que ficaram no Japão. Neste sentido há uma declaração junta a cada passaporte. Demais, pedi ao Sr. Midzuno para organizar a bordo uma lista complementar, mencionando os chefes de famílias que seguiram para o Brazil. V.S. observará também uma falta de uniformidade em alguns passaportes, isto é, Prefeituras há que concedem um passaporte para cada individuo, e outras em um único para cada família. Alem destas faltas é possível, que V.S. encontre outras. Espero

Dourado (Iguape) de propriedade de seu pai, introduzindo o sistema de irrigação nas culturas de arroz. Fundou a Sociedade Rural Brasileira (1907). Disponível em <www.dec.ufcg.edu.br>, <http://www.novaodessa.sp.gov.br/Historia.aspx> Acesso em 04 Jan 2012; <biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/saopaulo/novaodessa.pdf > Acesso em 05 de Jan de 2012.

²⁰⁰ *Kasato-Maru: uma viagem na história da imigração japonesa, op.cit.*, p.44. Mantivemos os grifos.

que ellas seão desculpadas, attendendo a que é a primeira vez que d'aqui se manda emigrantes para o Brazil, e que os costumes desta terra são completamente diferentes dos nossos.

Yokohama, 30 de abril de 1908.

Alcino Santos Silva²⁰¹



Imagem - Emigrantes da província de Kagoshima em visita ao Santuário de Suwa, em Kobe, antes do embarque para o Brasil (1908). Acervo: Memorial do Imigrante, São Paulo.

Além dessas explicações sobre as especificidades da cultura japonesa (critérios de contagem de idade e hierarquia familiar), são significativas as observações do cônsul quanto à aparência e o porte físico (baixo, franzino e feio), adequação ao trabalho agrícola (os emigrantes de Okinawa eram mais fortes e resistentes) e às diferenças linguísticas (*patois*)²⁰². Seu discurso revela o olhar seletivo das autoridades e dos intelectuais brasileiros que era racista – privilegiava-se o europeu, branco e católico²⁰³ – e a preocupação em atender os interesses econômicos das oligarquias paulistas, numa

²⁰¹ *Ibid idem*, p.45-46.

²⁰² Na seção anterior, comentamos sobre a questão da língua de okinawa e a estrutura familiar (*ie*).

²⁰³ DEZEM, Rogério., *op.cit.*, p.61; LESSER, Jeffrey., *op.cit.*, p.29.

conjuntura em que o nacionalismo, a formação de um Estado e uma consciência nacionais estavam em discussão²⁰⁴.

A aceitação da introdução de imigrantes asiáticos no Brasil nunca fora unânime no Império e na República, a despeito de terem sido amplas as referências de práticas, elementos arquitetônicos e paisagísticos, imaginária religiosa, pintura e artes decorativas da China na sociedade luso-brasileira colonial desde o século XVI através da Ásia portuguesa ou na sociedade já brasileira, desde 1822 até o fim do Império. De fato, é ponderável e autêntica a presença chinesa no Brasil ao longo de quatro séculos²⁰⁵ quando “de repente e

²⁰⁴ Cabe aqui fazer uma distinção conceitual básica entre Nação, Estado, Estado Nacional e Nacionalismo, ponto de partida de nossas reflexões. “O conceito de ‘Estado’, segundo Weber, é uma comunidade humana que exige (com sucesso) o monopólio do uso legítimo da força física dentro de um dado território, embora nem todos os estados tenham realizado isso com sucesso, e alguns deles nem tenham pretendido realizá-lo. ‘Nação’ é um grupo humano consciente de formar uma comunidade e de partilhar uma cultura comum, ligado a um território claramente demarcado, tendo um passado e um projeto comuns e a exigência do direito de se governar. Nesse sentido, nação inclui cinco dimensões: psicológica (consciência de formar um grupo), cultural, territorial, política e histórica. ‘Nacionalismo’ é o sentimento de pertencer a uma comunidade cujos membros se identificam com um conjunto de símbolos, crenças e estilos de vida, e têm vontade de decidir sobre seu destino político comum. O ‘estado nacional’ é um fenômeno moderno, caracterizado pela formação de um tipo de estado que possui o monopólio do que afirma ser o uso legítimo da força dentro de um território demarcado, e que procura unir o povo submetido a seu governo por meio da homogeneização, criando uma cultura, símbolos e valores comuns, revivendo tradições e mitos de origem ou, às vezes, inventando-os. As principais diferenças entre uma ‘nação’ e um ‘estado nacional’, quando estes não coincidem (como quase sempre acontece), são que, enquanto os membros de uma nação têm consciência de formar uma comunidade, o estado nacional procurar criar uma nação e desenvolver um senso de comunidade dela proveniente, ou seja, enquanto a ‘nação’ compartilha uma mesma cultura, valores e símbolos, o ‘estado nacional’ tem como objetivo a criação de uma cultura, símbolos e valores comuns. Os membros de uma nação podem relembrar seu passado comum, no entanto, se os membros de um estado nacional fazem o mesmo, podem se defrontar com um quadro em branco – porque o estado nacional simplesmente não existia no passado – ou, então, fragmentado e diversificado, por terem antes pertencido a diferentes nações étnicas. Enquanto que o povo que forma uma nação tem um senso de pátria e se sente ligado a um território, o estado nacional pode ser o resultado de um tratado ou da Vontade de políticos que decidiram onde traçar o limite entre os estados. Contudo, há de se ressaltar que nem todos os teóricos dão igual ênfase à significação do aspecto político do nacionalismo, mas para se compreender o nacionalismo é fundamental levar em conta a vontade de procurar exercer o poder de estado, relativo tanto à pretensão de criar um estado como ao processo de construí-lo.” *apud* “O caráter político do nacionalismo” In: GUIBERNAU I BERDUN, Maria Monserrat. *Nacionalismo. – o estado nacional e o nacionalismo no século XX*. Tradução de Mauro Gama e Cláudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996:56.

²⁰⁵ Não se trata de *chinoiserie*, a China de fantasia ou de mentira, invenção de europeus, que existiu no Brasil em dado momento, porém de autêntica apropriação de referências chinesas nos tempos coloniais. Sobre esse assunto existem vários trabalhos, mas, como ponto de partida, recomendamos LEITE, José Roberto Teixeira. *A China no Brasil: influências, marcas, ecos e sobrevivência chinesa na sociedade e na arte brasileiras*. São Paulo- Campinas: Editora Unicamp, 1999:11. FREYRE, Gilberto. “O Oriente e o Ocidente”. In: *China Tropical e outros escritos sobre a influência do Oriente na cultura luso-brasileira*. São Paulo: Global Editora, 2011:37-107; WERNECK, L.P. de Lacerda. *Ideias sobre colonização precedidas de uma sucinta exposição dos princípios gerais que regem a população*. Rio de Janeiro, 1855; MENDONÇA, Salvador de. *Trabalhadores asiáticos*. Nova Iorque: Novo Mundo, 1879; MOURA, Carlos Francisco de. *Colonos chineses no Brasil no reinado de dom João VI*. Separata do Boletim do Instituto Camões, n.2, v.7 Macau, 1973; CONRAD, Joseph. *The planter class and the debate over chinese immigration to Brazil, 1850-1893*. Nova Iorque, 1975.

quase à força se converte ao Ocidente, afrancesando-se²⁰⁶ e se inglesando²⁰⁷ da noite para o dia, arrependendo-se de ter permanecido por tanto tempo índio, africano e asiático e envergonhado de ter sido senão na epiderme, mentalmente vermelho, negro e amarelo antes de se tornar branco”²⁰⁸.

Durante o Império, os olhos dos estrangeiros, segundo os quais o Brasil devia ascender à condição de Nação ou Reino civilizado, seriam principalmente os olhos dos industriais ingleses e franceses que substituíram o olhar duro, exigente, tutelar dos jesuítas e da Santa Inquisição na direção política e moral das atividades brasileiras. Subjacente a esse olhar europeu existia o interesse econômico na absoluta ocidentalização da vida brasileira para que daqui desaparecesse a tradição de artigos orientais ou o gosto pelo seu uso²⁰⁹.

A ideia de raça – pautada nas diferenças de natureza étnica e cultural que embasaram a política de colonização e imigração no Brasil – e seus usos no discurso sobre a nacionalização contribuíram para reforçar as formas de exclusão dos imigrantes asiáticos, especialmente quando a desqualificação assumiu o imponderável biológico da desigualdade²¹⁰.

As forças antiescravistas nacionais e internacionais, dentre essas a pressão inglesa, a opinião pública e o enfraquecimento cada vez maior da sustentação do regime monárquico no Brasil, foram as principais responsáveis pelo fracasso da tentativa de inserção, em grande escala, de imigrantes de “raça amarela” no Brasil em fins do século XIX, mas a condução da política de emigração e a conjuntura sócio-política e econômica dos países envolvidos foram determinantes para moldar os discursos ora a favor ora contra a emigração oriental. Nesse sentido, os discursos raciais e políticos eram articulados nas esferas governamentais e intelectuais, preocupadas com a formação de uma Nação autenticamente brasileira, ainda que tal postura não fosse unânime, e, baseada na alteridade, alimentasse o processo de construção da identidade

²⁰⁶ Além de ser uma referência cultural, a presença francesa é verificada no comércio de produtos importados, na moda, no vestuário, joalherias, artigos musicais, livrarias e profissões liberais tais como hotelheiros, donos de restaurantes, cabeleireiros, arquitetos, pintores, fotógrafos, cozinheiros, artesãos, professores, governantes, etc. A arquitetura e as artes literárias e o mobiliário também tiveram grande influência francesa. In COSTA, Emília Viotti. “Alguns aspectos da influência francesa em São Paulo na segunda metade do século XIX”. *Revista de História*, 142-143 (2000), p.277-308.

²⁰⁷ Em 1809, foi instituído o “desassombramento” com o slogan “bota-abaixo” que exigia a destruição de rótulas ou gelosias de madeira e os peitoris de estilo oriental existentes nos sobrados do Rio de Janeiro e que deveriam ser substituídos, no prazo de seis meses, por janelas de vidro e grades de ferro, que eram produtos exclusivamente produzidos pelos ingleses. Sob a influência de técnicas ocidentais de produção, de transporte, de urbanização, de iluminação, e pavimentação de estradas, de habitação, de conservação e preparação de alimentos, de recreação, de saneamento de ruas e de casas, o Brasil entrou em nova fase de vida moral e material. Assimilou, inclusive, o uso do chá, da cerveja, até o bife com batata, a residência em subúrbio, o júri e o *habeas corpus*. In: FREIRE, Gilberto., 2011, *op.cit.*, 43-44; FREYRE, Gilberto. *Ingleses no Brasil*. Livraria José Olímpio Editora, 1948:17.

²⁰⁸ LEITE, José Roberto Teixeira., *op.cit.*, p.11.

²⁰⁹ FREYRE, Gilberto., 2011, *op.cit.*, 42-43.

²¹⁰ SEYFERTH, Giralda., *op.cit.*, p. 129.

nacional mediante a noção *euloutro*, geralmente imposta pelo grupo dominante na forma de preconceito racial, renovada pela condição de desigualdade, absoluta e incondicional entre as raças, independentemente das condições físicas do *habitat* e de fatores sociais²¹¹.

As representações dos japoneses na literatura brasileira do começo do século XX estão intrinsecamente relacionadas às imagens contraditórias – positivas e negativas – construídas sobretudo a partir de fins do século XIX. No Brasil, essas imagens contraditórias se tornaram complexas, pois, além de herdarem os estereótipos e os preconceitos existentes sobre os chineses (*chim*), ou *coolie*²¹², após a malograda tentativa de introduzi-los para substituir a mão-de-obra escrava, superpõem-se às imagens construídas e divulgadas pela literatura de viagem e a imprensa, que ora enalteciam a tradição, a cultura, as artes, o exótico, o progresso e as conquistas militares do Japão, ora denunciavam a inferioridade da raça japonesa como o “perigo amarelo” que representava para a nação brasileira.

Os debates contra ou a favor da introdução dos chineses não se concentravam apenas em argumentos relacionados às questões políticas e econômicas decorrentes da proibição do tráfico de escravos (Lei Eusébio de Queirós, 1850), intensificação da campanha abolicionista desde 1868, a Lei do Ventre Livre (1871), abolição da escravatura (1888), consolidação do regime republicano (1889), mas envolviam principalmente questões sócio-culturais, de cunho étnico, contrárias à introdução de um novo grupo étnico (amarelo) que, segundo as teorias raciais, seria nocivo à formação do povo brasileiro.

A introdução de mão-de-obra chinesa passou a ser vista como uma solução paliativa e economicamente viável diante da urgente necessidade enfrentada pela lavoura cafeeira²¹³ e do fato de os trabalhadores assalariados europeus não serem economicamente baratos nem socialmente servís²¹⁴.

Para os fazendeiros, a introdução dessa imigração era duplamente vantajosa:

taparia a boca dos ingleses, cada vez mais insolentes em suas exigências, e garantiria o *status quo*, porquanto nada, em verdade, mudava com a substituição de braços negros por amarelos, já que os “chins livres” a serem introduzidos no Brasil aí continuariam sendo o que de há muito eram

²¹¹ DEZEM, Rogério., *op.cit.*, p.112.

²¹² Como referimos em nota na seção anterior, o termo *coolie* possui várias acepções. Em nosso estudo empregamos o termo para referir o emigrante chinês contratado para trabalhar no Exterior e não apenas os trabalhadores chineses que foram trazidos para a América Latina entre 1840-1870.

²¹³ DEZEM, Rogério., *op.cit.*, p.61; LESSER, Jeffrey., *op.cit.*, p.29.

²¹⁴ Os suíços ou prussianos eram considerados os imigrantes ideais para promover o branqueamento da população brasileira notadamente negra e mestiça, mas além da repercussão de uma série de publicações difamatórias que circulou na Europa entre 1845 a 1875, que qualificavam a imigração para o Brasil como “comércio de carne humana”, como já referimos anteriormente, soma-se também o fato de que no Brasil coexistia o trabalho escravo e o trabalho livre. Esses fatores foram determinantes para que os governos desses países proibissem, de 1859 a 1870, a emigração desses contingentes para o Brasil.

em seu país de origem: pouco menos que escravos. Além do mais, sem conhecerem o idioma e originários de um país longínquo, com o qual o Brasil não mantinha vínculos diplomáticos (só o seria em 1882), os trabalhadores chineses não teriam a quem, e nem como se queixar, caso ousassem fazê-lo²¹⁵.

Argumentos como este, de caráter conservador, revelam que a aristocracia agrária defendia a ideia de que “não deveriam ocorrer mudanças radicais, mas sim apenas algumas modificações conjunturais, para que a ordem das coisas não tomasse outro rumo²¹⁶”. Há de se convir que, naquela época, havia uma intensa emigração chinesa em direção ao Ocidente ou às colônias de potências ocidentais localizadas no Oriente realizada através do comércio de *coolie* (1810-1920), um sistema semelhante ao de trabalhadores contratados, mas que, na prática, eram chineses recrutados mediante todo tipo de engodo, ou sequestrados ou então obrigados a assinar contratos por meio da violência. Embarcados em navios de diferentes bandeiras, socados como animais, boa parte deles morria durante a travessia efetuada em condições terríveis de conforto e alimentação; e, dos que sobreviviam, pouquíssimos eram os que logravam retornar à pátria após o término do contrato, sendo não raro mantidos como “escravos” até à morte²¹⁷.

O comércio de *coolie* foi desencadeado por dois fatores que ocorreram simultaneamente: a Guerra do Ópio (1840) - travada entre a China (dinastia Ching) e a Inglaterra devido à questão de importação de ópio da Índia - e a abolição do comércio de escravos no Atlântico²¹⁸. No século XVIII, a Inglaterra surge como nova potência, desencadeando a Revolução Industrial e a conquista dos mares. Com a invenção da máquina a vapor, passa a liderar a indústria naval e dominar grande parte do mercado asiático. Após conquistar o mercado indiano, passou a cobiçar a China e o Japão, sendo que este último mantinha a política de restrição comercial inaugurada pela dinastia

²¹⁵ LEITE, José Roberto Teixeira., *op.cit.*, p.113.

²¹⁶ DEZEM, Rogério., *op.cit.*, p.69.

²¹⁷ As agências de recrutamento fixavam-se em Hong Kong e Macau, onde não vigorava a lei chinesa, já que esses territórios viviam sob a legislação pertinente aos ocidentais. Chineses de má conduta arregimentavam os emigrantes no interior, mentindo que iriam para as minas da Califórnia e Austrália, mas na verdade o destino era o Peru ou Cuba. A despeito de o Parlamento britânico sancionar uma Lei proibindo os navios ingleses de transportar mais de 20 *coolies*, restritos a viagens que não excedem duas semanas, os navios franceses e portugueses continuaram transportando-os aos milhares para o Novo Mundo. *In*: LEITE, José Roberto Teixeira., *op.cit.*, p.112.

²¹⁸ O ópio era há séculos conhecido dos chineses, que o importavam da Índia para aplicações medicinais. Adquirido o hábito de o fumar misturado com tabaco, o seu consumo aumentou, o que levou os europeus - portugueses, holandeses, ingleses e franceses - a comercializar o produto. Como os chineses passaram a fumá-lo puro, isto é, sem tabaco, o Imperador, em 1729, proibiu a plantação da papoula e restringiu o comércio do produto. Estas medidas não bastaram para combater o hábito e, em 1800, o monarca proibiu a importação da droga. Ingleses e americanos que lucravam com o comércio protestaram, mas, mesmo assim, continuaram a contrabandear-lo pagando propinas às autoridades. Em 1839, um comissário especial do Imperador, enviado a Cantão para averiguação, encontrou e mandou queimar uma volumosa carga apreendida num navio inglês. Este foi o estopim para que o governo de Londres declarasse guerra à China (1840-1841).

Tokugawa em 1639. Segundo Ortiz (2000:44), esse relativo isolamento²¹⁹ só foi possível na medida em que o Japão era um país periférico à economia capitalista mundial, mas não fica incólume diante do desenvolvimento capitalista e a Revolução Industrial que impulsionam a produção em grande escala, obrigando os países ocidentais a sair à procura de novos mercados internacionais. Nessa época, muitos países asiáticos caem sob o domínio ocidental ou sofrem ocupação de parte de seus territórios.

Na Guerra do Ópio, a China é derrotada e se vê obrigada a abrir seus portos ao comércio exterior e aceitar a intervenção anglo-francesa em suas terras. Tratados como o de Nankin (1842), Tientsin (1852) e Pekin (1860) levaram o país à miséria: impostos alfandegários não ficariam mais sob a jurisdição chinesa, levando o país a uma grave crise financeira, agravada por conflitos internos. Paralelamente, a abolição do comércio de escravos no Atlântico levou muitos países ocidentais a buscar fontes alternativas de trabalho de modo que, a partir de meados da década de 1840, milhares de chineses das cidades de Xiamen (Amoy), no sul da China, e, posteriormente, das cidades ao leste, incluindo Hong Kong, Macau, Shantou (Swatow), Guangzhou (Cantão) e Xangai foram recrutados para suprir as demandas dos países ocidentais. Empresas estrangeiras monopolizavam o comércio de *coolie*, contratando agentes chineses para o recrutamento. Os países envolvidos no comércio eram a Grã-Bretanha, os Estados Unidos, a Espanha, o Peru, a Itália, a França e Portugal. De 1847 a 1874, os países que receberam maior contingente desse tipo de mão-de-obra foram Cuba (143.000) e Peru (120.000). Outros destinos incluem colônias britânicas na América Latina, Brasil, Panamá, Chile e Equador. Muitos pesquisadores mencionam que o comércio de *coolie* era idêntico ao tráfico de escravos africanos.

1.4.1. OS CHINESES NO BRASIL, A PARTIR DE 1810.

A vinda dos primeiros chineses para as terras brasileiras se deu em 1810, na época de D. João VI, por sugestão do Conde de Linhares (D. Rodrigo Domingos de Sousa Coutinho Teixeira de Andrade Barbosa) que pretendia introduzir o cultivo de chá preto e participar de seu lucrativo comércio em grande expansão na Europa²²⁰. Foram plantados cerca de seis mil arbustos de chá à beira da lagoa Rodrigo de Freitas, no Rio de Janeiro. Existem três argumentos que tentam justificar o fracasso dessa iniciativa. Um deles foi atribuído à incapacidade, inexperiência ou baixo nível profissional dos chineses que, segundo Rugendas e Oliveira Lima, teriam sido recrutados “entre a ralé de Cantão”. O segundo argumento, segundo o tenente-coronel José Arouche de To-

²¹⁹ Vimos na introdução, página 19, que, durante o período Edo (1603-1868), o único ponto de contato entre o Japão e o Ocidente, e também com a China e a Coreia, foi a pequena ilha de Dejima, em Nagasaki, através do comércio com os holandeses, que durou de 1639 até 1854.

²²⁰ As plantações de chá ocupavam as terras do Jardim Botânico, a Fazenda Imperial de Santa Cruz e a Ilha do Governador. O número de chineses que foram trazidos difere conforme as fontes, variando de 200 (segundo Henrique Câncio), 500 (de acordo com Robert Conrad) e “em grande número”, conforme o padre Perereca. In LEITE, José Roberto Teixeira., *op.cit.*, 99.

ledo Rendon, é que “não terá sido por incompetência mas por má-fé, ou quem sabe por patriotismo, que os chineses não ensinavam os segredos do cultivo, conscientes de proteger um produto que naquela época se constituía numa das maiores riquezas da China”. O terceiro e último argumento é o de que o clima do Rio de Janeiro não se prestava à cultura do chá²²¹.



Imagem - “Plantação chinesa de chá”, de Johann Mortiz Rugendas (1802-1858)²²².

Argumentos como o de Rendon tiveram repercussão na Corte a ponto de o diretor do Jardim Botânico tratar os trabalhadores de forma severa, suspeitando de que eles, propositalmente, mantivessem segredos sobre suas técnicas mais sofisticadas de processamento do chá. Os próprios chineses não aceitaram de forma passiva as condições de servidão dentro da fazenda imperial e, quando dois deles fugiram do Jardim Botânico, o filho de D. João VI caçou-os com cavalos e cães. Muitos outros escaparam em seguida, estabelecendo-se em outros locais da cidade, onde passaram a trabalhar como vendedores ambulantes e cozinheiros²²³.

²²¹ As tentativas de cultivar o chá fora do Rio de Janeiro, em São Paulo e Minas Gerais, obtiveram resultados melhores. Rendon, citado no texto, foi o pioneiro da cultura do chá em São Paulo na área em que hoje se encontra o Largo do Arouche e o Viaduto do Chá e boa parte do atual bairro de Vila Buarque. Como desconfiava dos chineses, Rendon preferiu trabalhar com mão-de-obra africana. *Idem.*, p. 107.

²²² Disponível em <http://www.flogao.com.br/diewithme/141653669>. Acesso em 15 Mar 2012.

²²³ TEIXERIA, José Roberto., *op.cit.*, p. 274-5.

Por volta de 1825, vários chineses registrados com nomes brasileiros já tinham adquirido licença para mascatear²²⁴ e, não raro, os antigos plantadores de chá eram vistos vendendo nas ruas peixes e pastéis, um tipo de comércio que exigia pouco capital e permitia ao vendedor trabalhar sozinho, mesmo não sabendo falar o idioma da terra²²⁵.

Na década de 1880, havia cerca de 3 mil chineses, a maioria concentrada no Rio de Janeiro e a situação deles mantinha-se a mesma, quando retratada por Luis Edmundo no começo do século XX:

No começo do século as ruas de Misericórdia e Fresca, com todas as suas travessas e ruelas adjacentes formavam o quarteirão onde eles se instalavam, criaturas eternamente sorridentes, maneiras e tranquilas, que vendem peixe, camarão, sardinha, ventarolas ou cataventos de papel: – *Piche, camalô! Ulha e sardenha!*

- Tchina inde laque, vindarola e cativenti de papel!

Apregoam com voz mélica ou ceceosa, jogada em falsete e andam como as aves assustadas, aos saltos, aos pulinhos. Alguns, até se azucrinarem com as vaias infundáveis do moleque das ruas, ainda trazem, sobre as costas, o rabicho da tradição mongólica, quando não os escondem em rodilhas sob o fundo ensebado dos chapéus. Moram às dezenas, por casas sem a menor sombra de higiene e conforto e são, quase todos, fumadores de ópio. Por isso há várias *fumeries*, que se espalham pela zona, onde os viciados podem encontrar o que se encontra pelas casas do gênero, as de ínfima ordem, claro, entre os bairros populares de Tien-Tsin, de Ning-Po ou de Changai, na China²²⁶.

²²⁴ Nos quatro volumes do Registro dos Estrangeiros (1808-1842) constata-se que os chineses são portadores de nomes cristãos, e só quatro dentre eles conservam seus nomes nacionais. In: TEIXERIA, José Roberto., *op.cit.*, p. 269-275.

²²⁵ SHENG, Shu Chang. Chineses no Rio de Janeiro. 2009. Disponível em www.controversia.com.br Acesso em 29 Mar 2011.

²²⁶ COSTA, Luis Edmundo de Melo Pereira da (Luis Edmundo). *O Rio de Janeiro do meu tempo*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, v. 1. Cap.VI, 1938:116. Luis Edmundo de Melo Pereira da Costa (1878-1944) foi jornalista, poeta, cronista, memorialista, teatrólogo e orador. Ocupou a cadeira 33 da Academia Brasileira de Letra em 1944. Disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto> Acesso em 28 Mar 2011.



Imagem - “Uma rua do Rio de Janeiro em XIX. Ou os efeitos da colonização chinesa no Brasil. Teremos com essa nova raça de colonos uma interessante mistura de tipos, cores, costumes, religiões, vestuários, etc.” Litografia de Angelo Agostini na *Vida Fluminense*, número 139, de 27 de agosto de 1870²²⁷.

1.4.2. A QUESTÃO CHINESA, 1879.

O motivo de desenvolvermos este subcapítulo se deve ao fato de que a questão chinesa antecedeu os debates sobre a introdução de imigrantes japoneses para o Brasil e, de fato, muito do que se discutiu em torno do chinês seria transferido como argumentos para alimentar os discursos antinipônicos.

As discussões em torno da introdução ou não da imigração chinesa para o Brasil se acentuaram diante da iminente abolição da escravidão de negros e o malogro dessa introdução fez com que a imigração japonesa começasse a ser avaliada como uma solução.

O assunto central do Congresso Agrícola realizado no Rio de Janeiro, em 1878, foi em torno dessa questão e de outras igualmente importantes que, como a do negro (ainda escravo) e do branco (trabalhador nacional ou estrangeiro), não mereceram a devida atenção dos congressistas e fazendeiros. As opiniões divergentes entre aqueles que eram a favor e os que eram contra culminou na Questão Chinesa (1879), promovendo debates de cunho racial, político e econômico com os representantes das principais localidades cafeeiras de São Paulo, Minas, Espírito Santo e Rio de Janeiro²²⁸.

²²⁷ Imagem: TEIXEIRA, José Roberto., *op.cit.*, p. 114.

²²⁸ DEZEM, Rogério., *op.cit.*, p. 40,41, 102, 108.

A partir da década de 1860 houve uma intensa migração de escravos do Nordeste e homens livres de várias partes do país para suprir momentaneamente a necessidade de braços nas lavouras de café, com o abandono do plantio de gêneros de primeira necessidade: milho, feijão, mandioca, batata e a criação de porcos, galinhas, gado *vacum* e ovelhas. As tentativas de formação de núcleos coloniais com o objetivo de estimular a pequena propriedade dedicada a colonos nacionais e estrangeiros se insere nesse contexto, mas não vingaram. Na zona rural do Vale do Paraíba e na zona mineira o consenso foi considerar o escravo negro como ideal para trabalhar na lavoura e, diante da iminência da abolição, e a descrença em relação à solução imigratória europeia, os fazendeiros inclinavam-se a favor dos chineses. No entanto, alguns fazendeiros do Oeste paulista insistiam em continuar com os colonos europeus, a despeito de todas as dificuldades existentes. Para atrair imigrantes europeus, em 1870, o sistema de parceria é abandonado em benefício do trabalho assalariado²²⁹. Dentre os políticos, alguns eram a favor da imigração de trabalhadores, outros eram contrários à imigração, alegando que o estrangeiro tiraria o trabalho dos brasileiros, mas o fato é que, naquela época, não havia mão-de-obra livre, em número suficiente, disponível no país.

Os poucos homens livres geralmente trabalhavam em suas próprias roças, plantando para a sua subsistência. Sem contar que a mão-de-obra escrava tornou-se cada vez mais rara e cara. Para fugir de impostos cobrados nos portos, os traficantes traziam os escravos do Nordeste a pé e acorrentados, pelo interior da Bahia e Minas Gerais até o Oeste paulista²³⁰.

A maioria dos que estavam presentes no Congresso Agrícola (1878) via a necessidade de trazer os chineses por considerarem o trabalhador nacional preguiçoso, pouco dado ao trabalho rotineiro e contínuo, e incapaz de se adequar às necessidades da lavoura cafeeira. Buscavam a explicação para esse fato no clima, na falta de educação do povo, numa questão de mentalidade, como se a preguiça fosse uma vocação nacional. Os caboclos, como era discriminadamente chamada a população rural pobre, eram igualmente desqualificados através de estigmas relacionados à mestiçagem, inferiorizados pelo sangue indígena e por sua suposta tendência ao nomadismo. No entanto, para essa população livre, trabalhar na fazenda, na situação de camarada, era o mesmo que aceitar sua redução à condição de escravo, pois viviam à margem da lucrativa economia de exportação. Condenados a uma economia rudimentar de subsistência, na prática não tinham como adquirir a posse da terra por eles cultivada e beneficiada²³¹.

²²⁹ A partir de 1840, o senador Nicolau Vergueiro começou a introduzir imigrantes portugueses, alemães e suícos e de outras nacionalidades para trabalharem na fazenda Ibicaba, de sua propriedade, situada na cidade de Limeira (SP) In: FREITAS, Sônia Maria de., *op.cit.*, p. 27.

²³⁰ *Ibid idem*.

²³¹ O trabalho livre esteve, desde as primeiras plantações, associado ao escravo nas fazendas de café. Aos caboclos eram atribuídas certas tarefas perigosas e árduas (derrubadas) ou algumas para as quais o escravo não merecia confiança (carreiro, feitor etc). Alguns agregados, remanescentes dos antigos posseiros, permane-

Os que eram a favor da imigração chinesa desejavam braços “baratos, sóbrios e dóceis” que seriam um elemento de transição do trabalho escravo para o livre, num regime pleno de trabalho assalariado. Os chineses faziam os serviços a que os colonos não se adaptavam: limpar pastos, fazer derrubadas, construir açudes, matar formigas, secar café, beneficiá-lo, salvá-los das intempéries. Acreditavam que os chineses eram biologicamente adequados ao trabalho agrícola, podendo contribuir para tornar o Brasil mais competitivo no mercado mundial²³².

O que importava para esses apologistas da importação de “homens livres” do Oriente para o Brasil era satisfazerem a exigência inglesa de abolição do tráfico de escravos. Não ignoravam eles que africanos e chins “livres” seriam, no Brasil, virtualmente escravos, dentro de um sistema patriarcal que se assemelhava ao dos países de origem desses africanos e desses chins²³³.

ram nas fazendas, dedicando-se ao cultivo de gêneros, prestando serviços extras percebendo jornal ou trabalhando por empreitada. In: COSTA, Emília Viotti da. 1997, *op.cit.*, p.188; SEYFERTH, Giralda., *op.cit.*, p.138.

²³² COSTA, Emília Viotti da. 1997, *op.cit.*, p.186; LESSER, Jeffrey., *op.cit.*, p. 39-40.

²³³ FREIRE, Gilberto., 2011, *op.cit.*, 47.



A litografia de Angelo Agostini, *Vida Fluminense*, número 190, de 19 de agosto de 1871, no qual se vê Mariano Procópio²³⁴ como “Hércules mineiro”²³⁵ e pré-histórico, importando trabalhadores chineses (*coolies*). A charge reflete o quanto os imigrantes não-europeus punham em cheque os ideais raciais da elite brasileira conservadora do século XIX²³⁶.

Os que eram contra a introdução dos chineses diziam que eles eram biologicamente degenerados e eivados de maus costumes. E também que eram “corruptos por natureza”, sem princípios de educação, elementos perigosos, fracos e indolentes, “narcotizados física e moralmente pelo ópio e propensos ao suicídio”²³⁷ e que, portanto, não

²³⁴ Minas Gerais fundou a Associação Promotora de Imigração, de caráter particular, constituída por representantes dos interesses econômicos da Zona da Mata diante da postura do Império - que retirou o apoio dado às províncias para introdução de imigrantes que passou a ficar a cargo das províncias, onerando sobremaneira os cofres provinciais - e da ampliação das leis contra a escravidão que influenciou a condução de estrangeiros para as lavouras de café na década de 1880. O grupo de imigrantes preferido inicialmente pelos mineiros eram os asiáticos, chineses em especial, pois eram mais submissos ao trabalho.

²³⁵ Mariano Procópio Ferreira Lage (1821-1872) idealiza e constrói a Estrada de Rodagem União e Indústria, ligando Rio de Janeiro a Minas Gerais. A nova estrada buscou impulsionar as atividades econômicas das duas regiões e, conseqüentemente, do próprio Império. Incentivou a vinda de imigrantes para a construção da estrada União e Indústria, criando colônias de alemães e italianos em Juiz de Fora. Foi fundador da Escola Agrícola União e Indústria, fazendeiro, diretor da Estrada de Ferro D. Pedro II, presidente do Jockey Club Brasileiro e integrante da delegação brasileira à Exposição Universal de Paris, em 1867. Recebeu de D. Pedro II o título de barão que transferiu à sua mãe, Dona Maria José Ferreira Lage. Por todas essas atividades, Procópio foi apelidado de “Hércules mineiro”.

²³⁶ Imagem: TEIXEIRA, José Roberto Teixeira., *op.cit.*, p.115.

²³⁷ A 22 de abril de 1882 o *Diário do Brasil*, do Rio de Janeiro, publicou que muitos chineses, descontentes com o tratamento que recebiam no Brasil tinham-se enforcado, aliás, a exemplo do que ocorreu em outros países que receberam *coolies*. No Panamá os suicídios eram diários. Sabendo-se que uma das máximas aspirações de todo chinês é merecer um bom féretro, pode se imaginar o grau de desespero a que chegaram os chineses que se matavam longe da pátria, sem um recanto propício que pudesse receber sua alma. “Quando alguém sofre uma injustiça considerável, para sua reparação tenha esgotado inutilmente todos os meios ordinários, não é raro que acaba por lançar mão do expediente reparador e vingativo de suicidar-se dentro da propriedade do seu opressor. Os parentes do suicida, prevenidos por

suportariam o trabalho braçal na lavoura. Os chineses eram igualmente acusados de não se adaptarem à sociedade receptora e de insistirem em conservar os seus costumes, a sua religião e a sua língua. Os grandes proprietários de terra estavam convencidos de que apenas os africanos eram biologicamente adequados ao extenuante trabalho na lavoura²³⁸. Alguns condenavam a imigração por contrato e eram a favor da imigração espontânea, outros acusavam que este tipo de imigração seria apenas uma nova forma de escravidão, “já que o chim é bom, obediente, ganha muito pouco, trabalha muito, apanha quando necessário, e quando tem saudades da pátria enforca-se ou vai-se embora.” Havia os que acreditavam que, se o asiático viesse para cá, haveria uma verdadeira paralisação na formação da nossa raça, pois não fugiríamos à regra do que vinha ocorrendo em outros pontos, isto é: “para toda a parte onde se dirige o imigrante asiático, cessou de modo completo a corrente de imigração europeia”²³⁹.

A imprensa dessa época divulgava os assuntos discutidos na Câmara e na Assembleia que realimentavam o imaginário coletivo quanto à “raça amarela”, assim como livros sobre os trabalhadores chineses começaram a ser publicados²⁴⁰.

Nos jornais sucedem-se os artigos em que se defende a excelência da imigração chinesa ou, ao contrário, em que é condenada em nome da Ciência, com o pretexto de uma possível mongolização da raça. Preocupados em corresponder ao modelo de civilização europeia, que era dominante desde a transferência da Corte para o Brasil, os homens de ciência brasileiros da época se posicionavam contra a introdução de

carta por ele deixada, acodem imediatamente ao tribunal e acusam de homicídio o inimigo do defunto, enquanto outros, com seus clamores, atraem o povo ao lugar do suposto crime, a fim de impedir que o cadáver seja atirado ao rio ou desapareça por outra forma. Se o acusado escapa à pena de morte, em atenção à sua elevada categoria e a custo de uma indenização à família, não se exime em nenhum caso das mil vexações dos processos chineses e nem lhes pode valer a proteção oficial, pois está em jogo a piedade filial, e a abnegação do suicida encontra sempre geral simpatia”. Por conseguinte, os chineses que se suicidavam no Brasil ou em outros países não buscavam pela morte somente escapar a uma existência miserável, mas sim também – e até quem sabe principalmente –, com o seu sacrifício pessoal, gerar um grave problema moral para os seus algozes. In LISBOA, Henrique Carlos Ribeiro. *A China e os chins*. Rio de Janeiro: Tipografia da Empresa Democrática Editora, 1894.:288 *apud* LEITE, José Roberto Teixeira, *op.cit.*, p.104-105.

²³⁸ DEZEM, Rogério., *op.cit.*, p.75; FREIRE, Gilberto., *op.cit.*, p.48-49; LEITE, José Roberto Teixeira., *op.cit.*, p.117-119; LESSER, Jeffrey., *op.cit.*, p.44.

²³⁹ NOGUEIRA, Arlinda Rocha. *Companhias interessadas na introdução de asiáticos em São Paulo nos primeiros anos da República*. São Paulo: Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, 1979:2-3.

²⁴⁰ Em 1837, foi publicado na Bahia o *Ensaio sobre a utilidade da importação de chinas para a colonização do Brasil* (Tipografia do Correio Mercantil), de João Antonio Sampaio Viana, advogado e juiz de direito em Salvador. O autor era a favor da introdução de trabalhadores chineses livres e defendia a ideia de que eles tinham condições de desenvolver a colonização no país. Em 1869, temos o livro *Importação de trabalhadores chin*, de José Pedro Xavier Pinheiro (Rio de Janeiro). O autor incentiva a utilização de braços chineses na lavoura brasileira dizendo que os culis da China eram mais laboriosos e robustos que os da Índia, e adverte que a seleção deve ser feita com critério e, tranquiliza os adversários dessa imigração, dizendo que, apesar de sua “fealdade repugnante”, dos seus “hábitos extravagantes”, de sua língua “pouco eufônica” e até dos seus trajes “sem elegância”, na verdade a aparência dos chineses era “mais jocosa que terrível”. Em 1891, o capitão tenente Colatino Marques de Souza publica *O trabalho dos chins no norte do Brasil especialmente na Amazônia*. O autor é a favor da introdução de mão-de-obra chinesa para trabalhar não só na agricultura como também na construção de estradas, barragens, usinas, minas etc. In: LEITE, José Roberto Teixeira., *op.cit.*, p.261-264.

orientais “pois acentuariam ainda mais vergonhosas manchas pretas, pardas e amarelas na face da população”²⁴¹.

A partir de 1879, as narrativas de diplomatas, reminiscências de viagens, ensaios e reportagens sobre curtas permanências na China e no Japão começam a ser publicados. O primeiro livro sobre as impressões de viagem para a China e o Japão foi escrito pelo astrônomo brasileiro Francisco Antonio de Almeida que, em agosto de 1874, por determinação especial do imperador Pedro II, que parte de Marselha rumo ao Japão, com escala na China, com a incumbência de acompanhar, como adido a uma missão científica francesa, a passagem de Vênus no Japão, em 8 de dezembro de 1874. Sua estada foi de três meses, a maior parte concentrada em Nagasaki, região periférica do espaço asiático em que se desenvolveu a maior cristandade do padroado português do Oriente no século XVI²⁴².

No Rio de Janeiro, o céu esteve encoberto pelas nuvens, o que impediu que D. Pedro II, que esteve o dia todo no Observatório, pudesse acompanhar o fenômeno²⁴³. Várias comunicações científicas, que contribuiriam para o desenvolvimento da astronomia e da história natural, realizadas pelos cientistas brasileiros, foram apresentadas por D. Pedro II à Academia de Ciências de Paris. Os múltiplos resultados obtidos por essas missões aumentaram o prestígio das sociedades científicas brasileiras nos séculos XVIII e XIX²⁴⁴.

²⁴¹ FREIRE, Gilberto., *op.cit.*, p.433-4; LEITE, José Roberto Teixeira., *op.cit.*, p.116.

²⁴² Em 1580, a cidade de Nagasaki fora construída com base no modelo de urbanismo das missões jesuítas de Portugal e era administrada por jesuítas. O modelo consistia em construir uma igreja, representando Deus que acolhia toda a população, tendo à direita, a mão do trabalho, onde se localizavam as oficinas; à esquerda, a mão do conhecimento, onde se localizava a escola, a instrução e a cultura. No centro, representando o corpo, construía-se as habitações para o povo. Em frente à igreja, no extremo oposto, desenvolvia-se o espaço de encontro e de reuniões, em zona coberta. Esta tipologia tem muita semelhança com as cidades japonesas imperiais – Nara, Quioto e Osaka – nas quais a cabeceira correspondente à igreja das missões é ocupada pelo palácio imperial, virado ao sul e de costas para o norte. Ao centro desenvolve-se a alameda, correspondente à praça central jesuítica. Lateralmente, localiza-se o povo, implantado em quadras hierarquizadas e divididas conforme as profissões das famílias. *In: CORREIA, João Rosado. “Patrimônio cultural no eixo Portugal – Oriente”. In: Encontros culturais Portugal-Japão-Brasil. Organização de Américo Pellegrini Filho, Mitsuru Higuchi Yanaze. Barueri, São Paulo: Manole, 2002:28-29.*

²⁴³ Durante os séculos XVIII e XIX, ocorreram dois pares de trânsitos de Vênus pelo disco solar: 1761-1769 e 1874-1882. Francisco de Almeida participou da missão, operando o revólver astronômico do astrônomo francês Pierre Janssen (1824-1907) que, em virtude dessa invenção, é considerado um dos precursores do cinema. O Brasil participou desse primeiro grande empreendimento internacional de ciência, ao estabelecer três postos de observação fora do Rio de Janeiro: um em Olinda, sob a chefia do astrônomo Julião de Oliveira Lacaille (1851-1926), e dois outros, um na ilha de Saint Thomas, nas Antilhas, e o terceiro na cidade de Punta Arenas, na Patagônia chilena, respectivamente sob o comando do engenheiro hidrógrafo Antonio Luis von Hoonholtz, Barão de Tefé (1837-1931), e do astrônomo Luís Cruls (1848-1908). Em Pernambuco e nas Antilhas, apesar de as condições não terem sido boas, foi possível acompanhá-lo. O grande sucesso foi a missão à Patagônia, onde Luís Cruls, em Punta Arena, conseguiu observar todas as fases do fenômeno. MOURÃO, Ronaldo Rogério de Freitas. “Nos braços de Vênus às poltronas da Academia”. *In: Artigos Navegador*, no.2/2005. Disponível em www.sumarios.org/sites Acesso em 26 Abril 2011.

²⁴⁴ No Parlamento brasileiro, durante a votação dos recursos destinados às missões brasileiras enviadas à ilha de Saint Thomas e a Punta Arenas, ocorreu um dos mais vivos debates sobre a utilidade da ciência básica, com grande repercussão na imprensa. A pesquisa em história natural avançou consideravelmente, pois as expedições destinadas à observação do trânsito de Vênus foram associadas às explorações das regiões visitadas. *Ibid idem.*

Como resultado dessa participação, Almeida publicou *A paralaxe do Sol e passagem de Vênus* e, cinco anos mais tarde, editou suas impressões de viagem no livro *Da França ao Japão* (Rio de Janeiro, 1879), considerado a obra mais antiga de um autor brasileiro sobre sua estada na China e no Japão. O autor narra alguns detalhes de sua viagem à China, iniciada em Hong Kong e Macau e concluída em Xangai. Discorre ligeiramente sobre aspectos da civilização e dos costumes ou sobre a decadência econômica de Macau e a crescente pujança de Hong Kong; em duas ocasiões alude ao tráfico de *coolies*, e esboça um tímido protesto contra o modo brutal como se desenrolara. Sobre o Japão, o seu conhecimento resumia-se às fontes quinhentistas e seiscentistas (Fernão Mendes Pinto, Diogo do Couto, padre Melchior Nunes Barreto, Kaempfer, etc.) o que o levou a caracterizar o japonês com todas as características positivas que os jesuítas relataram: polido, curioso, corajoso, constante, inteligente, mártir, obediente, respeitoso da hierarquia²⁴⁵. A despeito de o livro *Da França ao Japão* (1879) ser a primeira obra ocidental sobre o Japão após a reabertura dos portos ao Ocidente, *Madame Chrysanthème* (1887), do francês Pierre Loti (Julien Viaud 1850-1923, oficial naval e escritor), é dada como pioneira nos assuntos nipônicos, devido à hegemonia das línguas francesa e inglesa²⁴⁶.

No Brasil, em que a Questão Chinesa era o assunto do momento, sobretudo para os fazendeiros, a publicação de artigos como “A nossa lavoura” (1877), escrito por Pedro Gordilho Paes Leme, de Itaguaí (RJ), que defendia a introdução do chinês apenas como uma solução provisória foi muito bem recebida por aqueles que viam a urgência de se resolver a substituição da mão-de-obra escrava por outra economicamente viável. O autor, após viajar para a Califórnia, Cuba, Martinica e Guadalupe, argumenta que naqueles países havia dois tipos de chineses e que, dependendo do tipo, eram apropriados ou não para o trabalho agrícola e que, por isso, havia a necessidade de se entender a diferença entre os *coolies* e os *chins*²⁴⁷. O *coolie* seria aquele que emigrava à força, apanhado violentamente e metido a bordo pelo agente recru-

²⁴⁵ KUNIYOSHI, Celina., *op.cit.*, p.106-107; NINOMIYA, Masato. “O centenário do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre Brasil e Japão”. In *Revista USP* – volume 28. São Paulo: dez/fev 95/96; TAJIRI, Tetsuya, YAMASHIRO, José., “Alguns episódios históricos”. In: 80 Anos da Imigração Japonesa no Brasil., *op.cit.*, p.60. TEIXEIRA, José Roberto., *op.cit.*, p.262.

²⁴⁶ O romance *Madame Chrysanthème*, narrado em primeira pessoa, foi inspirado em sua estada de três meses ao Japão (Nagasaki, 1885) onde se casou com uma japonesa de dezoito anos chamada Okane. No romance, Okane foi mudado para Okiku (Crisântemo) e o critério de veracidade foi substituído pelo da verossimilhança. Narra a história de um oficial naval que se casa com uma japonesa apenas para satisfazer a sua curiosidade. A escolha da noiva é uma transação comercial e era muito comum que famílias necessitadas vendessem suas filhas intermediadas por algum dono de uma casa de chá. Seu olhar não se concentra apenas no cotidiano japonês, mas também na busca de aspectos exóticos e misteriosos de sua cultura. Vincent van Gogh pintou um retrato imaginário de Madame Chrysanthème. A ópera *Madame Butterfly* (1904), de Puccini, também foi inspirada na obra de Loti. *Minha esposa japonesa* (1895), do inglês Clive Holland também é uma das variações do tema de Chrysanthème. Além desse romance, Loti publicou *Japponeries d'automne* (1889) e *La troisième jeunesse de Madame Prune* (1905), obras nas quais se nota um maior conhecimento sobre o Japão, bem como seu descontentamento em relação à ocidentalização deste e o fascínio pelas coisas tipicamente japonesas. In: KUNIYOSHI, Celina., *op.cit.*, p.86.

²⁴⁷ LESSER,, Jeffrey., *op.cit.*, p.52;

tador, enquanto que o chim seria aquele que emigrava espontaneamente mediante acordos reconhecidos oficialmente. E conclui que “a superioridade do trabalhador chinês é superior a do *coolie*”²⁴⁸.

Em 1879, no auge da Questão Chinesa, o escritor e diplomata Salvador de Mendonça, cônsul-geral nos Estados Unidos, redige um relatório sobre a imigração chinesa por incumbência do conselheiro João Lima Vieira Cansansão de Sinimbu (nomeado ministro em 1879), com a finalidade de estimular a importação de braços chineses para a agricultura.

O relatório, posteriormente impresso em livro, *Trabalhadores asiáticos* (Nova Iorque), gerou protestos indignados da parte dos positivistas brasileiros. O autor sustenta que o Brasil deveria optar por trabalhadores chineses livres, do tipo dos que se tinham estabelecido nos Estados Unidos, cuja operosidade ressalta. Mas não deixa de elencar os defeitos étnicos, observados como se estes pertencessem a um bloco homogêneo: mentirosos, desleais, desconfiados, dados ao latrocínio e ao jogo, hipócritas, pouco asseados e incapazes de criar amor pela nova terra, sem falar no perigo da “mongolização”, para o qual à época muitos higienistas brasileiros vinham também chamando a atenção das autoridades imperiais. Ainda em 1879, Sinimbu enviou uma delegação brasileira a Londres para discutir questões trabalhistas com os diplomatas chineses. No entanto, os diplomatas chineses rejeitaram as tentativas de aproximação, após terem recebido dos abolicionistas britânicos e brasileiros transcrições dos debates ocorridos na Câmara e no Senado, as atas publicadas do Congresso Agrícola e o relatório oficial de Salvador de Mendonça²⁴⁹. *A Gazeta de Notícias* (15/12/79) noticiou a malograda missão de Sinimbu, criticando que o governo imperial “zelando por melhorar nossa raça, dando-lhe alguns toques amarelos, sofre uma tremenda censura, uma vez que nosso país não é julgado de forma desfavorável apenas pelos europeus... a força de trabalho não pode continuar na incerteza, quanto a se ela poderá ou não contar com os chineses para progredir”²⁵⁰.

Esses debates que se arrastaram por décadas, opondo os adeptos da imigração chinesa em larga escala aos que nela viam perigosa ameaça de mongolização da raça, eram alimentados por médicos, intelectuais, eugenistas, políticos, fazendeiros, impregnados de ideais positivistas, evolucionistas e liberais que eram transformados pela imprensa - notadamente através de suas charges políticas e artigos publicados em periódicos - em imagens povoadas de representações estereotipadas “daquele que é discriminado como o outro e tratado como diferente do ponto de vista racial, étnico e/ou religioso”²⁵¹. Dos gêneros de ilustração em voga, a caricatura foi privilegiada fosse pela fácil leitura da

²⁴⁸ MENDONÇA, Salvador de. *Trabalhadores asiáticos*. Nova Iorque: Novo Mundo, 1879, p. 21. IEB-USP *apud* DEZEM, Rogério., *op.cit.*, 78-80.

²⁴⁹ Segundo Lesser (2000:57), as elites brasileiras regiram como se houvessem levado um “tapa na cara”, incapazes de crer “que nem mesmo os chineses... querem saber de nós.”

²⁵⁰ LEITE, José Roberto Teixeira., *op.cit.*, p.262; LESSER, Jeffrey., *op.cit.*, p.56-59.

²⁵¹ TAKEUCHI, Márcia Yumi. *O perigo amarelo: imagens do mito, realidade do preconceito*. São Paulo: Humanitas, 2008:31.

mensagem, independentemente de legenda, como pelo clima de circunstância, ritmada com o episódico. O didatismo do desenho contribuía para a imediata absorção do recado numa sociedade de baixa escolaridade como era o caso do Brasil²⁵².

Enquanto que em Londres os diplomatas chineses recusavam-se a receber a delegação brasileira para tratar da imigração chinesa para o Brasil, o governo imperial envia uma missão brasileira para a China e o Japão, chefiada pelo almirante barão de Jaceguay, e uma equipe composta por Artur Silveira da Mota²⁵³, Eduardo Callado, Henrique Carlos Ribeiro Lisboa e o adido naval Luis Felipe de Saldanha da Gama, incumbida de negociar o tratado de amizade, comércio e navegação com a China e garantir braços “livres” chineses para a agricultura brasileira. Partiram de Toulon em junho de 1880, passando por Cantão, Macau, Xangai e finalmente Tientsin, em 5 de setembro. Como os termos do tratado não foram aceitos pelo governo brasileiro, Henrique Lisboa permaneceu em Tientsin por mais um ano, secretariando o ministro Callado²⁵⁴. Finalmente, novo tratado é assinado em 1881, seguindo o modelo dos firmados pela China com as potências ocidentais, denominados de tratados desiguais²⁵⁵. Apesar de não se concretizar essa corrente migratória pela proibição formal da China, o Brasil instala um consulado em Shangai em 1883. As razões para o Governo chinês proibir a contratação de mão-de-obra se pautavam nas injustiças que as primeiras correntes migratórias para o continente americano tinham sofrido, em especial em Cuba, no Peru e na Califórnia, e por estar ciente de que os brasileiros proprietários de terras tratariam os trabalhadores como escravos e não como colonos livres.

Diante das reiteradas recusas do Governo chinês de oficializar a imigração chinesa para o Brasil, o almirante barão de Jaceguay parte para o Japão numa visita de três semanas, tendo sido recebido pelo Vice-Ministro de Negócios Estrangeiros, então em exercício da pauta, Kagenori Ueno. Este transmitiu a vontade do seu governo de celebrar

²⁵² MARTINS, Ana Luiza. “Desenho, letra e humor – estereótipos na caricatura do Império”. In: LUSTOSA, Isabel (organizadora). *Imprensa, humor e caricatura: a questão dos estereótipos culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011:529.

²⁵³ Artur Silveira da Mota publicou em 1906-1907-1908, o livro *De aspirante a almirante* (Rio de Janeiro, 3 volumes.) e, no volume 2 de sua autobiografia, relata sobre a assinatura do Tratado e descreve a personalidade de Li-Hung Chang (1823-1901). In: LEITE, José Roberto Teixeira., *op.cit.*, p.264.

²⁵⁴ Aproveitando o tempo de sua permanência, Henrique Lisboa publicou dois livros: *A China e os chins – recordações de viagem* (Montevideú, 1888) e *Os chins do Telarlos* (Rio de Janeiro, 1894). O livro *A China e os chins* é dividido em 11 capítulos e descrevem a sua viagem para Hong Kong, Cantão, Macau, Shangai, Tientsin e trazem informações históricas, econômicas e sociais. O último capítulo trata da “Emigração chinesa”, seguindo-se os apêndices, um deles reproduzindo o texto do Tratado de 1880. O autor chegou a estudar o idioma. In: LEITE, José Roberto Teixeira., *op.cit.*, p.261-262.

²⁵⁵ As razões que levaram o governo imperial brasileiro a celebrar relações diplomáticas com a China foram, além do fato de ser esta, à época, o maior Estado independente da Ásia, a necessidade de oficializar a imigração chinesa. Nessa época, a China da dinastia Ching era governada formalmente pelo décimo-primeiro imperador Guán Xú Di, mas, dada sua tenra idade, o Império estava sob a regência de sua tia Xí Tàì Hòu. As negociações diplomáticas, contudo, foram realizadas em Tientsin com o vice-rei Li Hòng Zhāng.

com o Brasil um tratado de amizade, comércio e navegação, desde que em moldes completamente diferentes dos tratados até então celebrados com os demais Estados²⁵⁶.

No ano seguinte, em 1882, o almirante barão de Jaceguay acompanhado de Eduardo Calado, na qualidade de ministro plenipotenciário brasileiro acreditado junto ao governo chinês, fizeram uma visita a Tóquio. Segundo o relatório do ministro Calado e Arthur Silveira da Mota, o Governo japonês teria feito as mesmas propostas, e aguardava o Governo brasileiro tomar a iniciativa das negociações. Enquanto isso, o Governo brasileiro aguardava que alguma potência europeia celebrasse o tratado em pé de igualdade desejado pelo Japão²⁵⁷. Numa carta a Joaquim Nabuco, Mota relata suas observações favoráveis em relação ao Japão:

A história humana está repleta de mistura racial e embora há menos de trinta anos, os viajantes, os geógrafos e os publicistas do Ocidente consideravam os japoneses uma raça desprezível... neste curto lapso de tempo esse povo está nos assombrando pelo seu poder de assimilar tudo quanto tem de mais requintado a civilização europeia, nas letras, nas ciências, nas artes, nas indústrias, e até nas instituições políticas²⁵⁸

O Correio Paulistano (5/8/1882) publicava um grande anúncio do *Iris du Japon, Parfum Esquis* com a imagem de uma mulher oriental abanando-se com coquetismo, deitada numa rede, com montanhas e juncos como pano de fundo; e um enorme pássaro em primeiro plano a lançar-lhe um olhar lascivo, sugerindo o peculiar apelo sensual e a qualidade de um perfume japonês²⁵⁹.

Com a proibição oficial da China de proporcionar mão-de-obra para o Brasil, a saída encontrada foi o de trazer trabalhadores chineses das colônias ocidentais através do contrabando de *coolies*. Em 1882, foi fundada no Rio de Janeiro a Companhia de Comércio e Imigração Chinesa (CCIC), para trazer, em sociedade com a Companhia de Navegação China Merchants, 21 mil *coolies*, no período de três anos, mas D. Pedro II recusa subvencionar a manutenção de uma linha de navegação entre os países.

O primeiro grupo de mil chineses foi enviado pela CCIC a Minas Gerais para trabalhar na Companhia Mineradora de São João d'El-Rey, de propriedade britânica desde 1834 e dona da maior mina da América do Sul, a de Morro Velho²⁶⁰.

²⁵⁶ Os grandes problemas diplomáticos dessa época consistem na revisão dos tratados injustos, impostos pelas potências ocidentais (como o direito de extraterritorialidade) e as relações conturbadas que o Japão enfrentava com a China e a Coreia.

²⁵⁷ NODA, Ryôji. *Jissa jyuhachinen Burajiru jin koku ki* (Dezoito anos de pesquisas – relatórios sobre o Brasil e os brasileiros). *Apud* Ninomiya, Masato, *op.cit.*, p.246.

²⁵⁸ *Apud* LESSER, Jeffrey., *op.cit.*, p.155.

²⁵⁹ *Ibid idem*, p.156.

²⁶⁰ Esta empresa é a mesma que, anteriormente, dissemos ter sido visitado pelo ministro Suguimura, em 1905, encarregado de verificar as condições de trabalho a que seriam submetidos os imigrantes japoneses.

A decepção foi geral: mais da metade deles recusou-se a pôr os pés na mina e, os que aceitaram, fugiram pouco tempo depois. Diante desse fracasso, os governos inglês e português proibem o engajamento e o embarque em Hong Kong e Macau²⁶¹.

A última tentativa de trazer os chineses ocorreu em outubro de 1882, ao desembarcar no Rio de Janeiro Tong King Sing, diretor da China Merchants, rico empresário de Cantão²⁶².

O objetivo era estabelecer uma linha marítima regular entre os dois países e fazer contatos com os fazendeiros interessados em contratar trabalhadores chineses, uma vez que os Estados Unidos haviam proibido a imigração chinesa naquele mesmo ano²⁶³. Isso porque, a partir da segunda metade do século XIX, com o fim dos desbravamentos de novas fronteiras, os Estados Unidos adotam uma nova política de imigração e passam a selecionar os imigrantes, sendo a primeira vítima o chinês. A emigração chinesa para aquele país teve início na época do *gold-rush* (1850) em que muitos foram para lá em busca do ouro e enriquecimento rápido.

Em 1860, sob forte pressão sindical, o Congresso do Estado da Califórnia aprova uma lei proibindo a entrada de imigrantes chineses, mas não entra em vigor pela escassez de mão-de-obra e por infringir artigos da Constituição dos Estados Unidos. Os chineses eram hostilizados por se sujeitarem a trabalhar com salários muito baixos, suportando qualquer dificuldade e sofrimento. O fato de eles morarem em cortiços, economizarem ao máximo para poupar e remeter o dinheiro aos seus familiares e conservarem a língua, os hábitos e os costumes, provocou um intenso movimento anti-chinês a ponto de, em 1882, o sindicato conseguir aprovar a lei que proibia a entrada de imigrantes chineses no país. Essa medida de restrição será imposta aos japoneses, como veremos adiante²⁶⁴.

²⁶¹ OLIVEIRA, Henrique Altemani. "Brasil-China: trinta anos de uma parceria estratégica. Revista Brasileira de Política Internacional. Vol.47/1. Brasília, 2004. Disponível em <http://www.scielo.br>; SHENG, Shu Chang., *op.cit.*, Disponível em www.controversia.com.br Acesso em 29 Mar 2011.

²⁶² T'ang T'ing-shu (1832-1892), conhecido no ocidente como Tong King Sing, tornou-se o principal comprador da Jardine, Matheson & Company, os principais mercadores de ópio da costa chinesa e dominava a produção e a comercialização de molho de camarão em Macau. Investiu em vários segmentos tais como lojas de penhores, bancos e jornais. Em 1873 passa a supervisionar a Companhia de Companhia Chinesa de Navegação Mercante, de Li Hung-chan (1823-1901), primeiro-ministro em Pequim, e as minas de carvão de Kaiping. Em 1880, a companhia possuía 45 navios e este resolveu expandir as exportações chinesas de chá e o transporte de imigrantes para a América do Sul. In LESSER, Jeffrey., *op.cit.*, p.59.

²⁶³ A independência dos Estados Unidos (1776) promoveu um intenso movimento imigratório da Europa, principalmente nas primeiras décadas do século XIX, para povoar, explorar e desenvolver seus territórios. Por volta de 1850 estoura o *gold-rush* na Califórnia e, em 1863 é decretada a abolição da escravatura, até então muito criticada e condenada na Europa. No decorrer da Guerra de Secessão (1861-1865), que consolidou a política de libertação da escravidão, o governo de Washington instituiu uma lei que doava 65 hectares para qualquer adulto. Essa generosa legislação atraiu os europeus para a América. In: TAJIRI, Tetsuya; YAMASHIRO, José. "Antecedentes da imigração japonesa no Brasil", In *Uma epopéia moderna: 80 anos da imigração japonesa no Brasil.*, *op.cit.*, p.16-17.

²⁶⁴ *Ibid idem.*, p.18-19.

Tong foi recepcionado na suntuosa mansão de Maurício Haritoff²⁶⁵ e teve uma audiência com D. Pedro II. A sua estada se prolongou por mais alguns dias para visitar algumas fazendas, como a de Ibicaba, em São Paulo, de propriedade do comendador José Vergueiro. Um tempo depois, Tong resolve partir para Londres sem aviso, pegando de surpresa seus anfitriões brasileiros e deixando em ponto morto as negociações, que nunca seriam retomadas²⁶⁶.

Teria pesado para a sua misteriosa fuga a oposição que – percebeu – setores ponderáveis da sociedade brasileira votavam à entrada de trabalhadores chineses no país, fosse sob alegações humanitárias, fosse por motivos de eugenia ou por outros quaisquer; mas pesou tanto ou mais, decerto, a negativa do governo imperial em subvencionar a empresa do sr. Tong com 100 mil dólares norte-americanos, como ao que parece ele exigira. Seja como for, já em novembro do mesmo ano de 1883 a Companhia de Comércio e Imigração Chinesa era desativada e se esboroava de vez a ideia da imigração chinesa em larga escala no Brasil, embora ainda em 1893 chegassem ao país 475 culis²⁶⁷.

Outra versão de sua repentina partida seria a eclosão de hostilidades contra a França provocada por Li Hung-chang, o patrono político e comercial de Tong King Sing²⁶⁸.

Carl von Koseritz²⁶⁹, que esteve presente na audiência de Tong com o imperador em 13 de outubro de 1883, faz uma descrição do mandarim:

O chinês veio aqui para tentar o comércio de carne mongólica, e deles falarei ainda. Seu secretário é um negro da Califórnia resplandescente de diamantes. O mandarim trazia um escuro traje chinês de seda, e o curioso barrete de uso no seu país, provido do botão azul dos mandarins. O rabicho naturalmente pendia-lhe atrás; de bom tamanho e trançado com arte.[...] Quando eu vi hoje no palácio imperial o longo rabicho do chinês pensei que todos os partidários da imigração amarela deveriam também usar um apêndice semelhante, para assim se distinguirem mais facilmente dos outros filhos dos homens, o que seria muito prático. E são de fato

²⁶⁵ Haritoff era russo e adquiriu fortuna como fornecedor de armas do Exército do Czar. Casou-se com Ana Clara de Moraes Costa, sobrinha do comendador José Breves (1790-1879), considerado o mais rico cafeicultor de seu tempo. Radicou-se no Rio de Janeiro após residir em Paris, São Petersburgo, Viena, Berlim e Londres. Entusiasta da imigração chinesa, foi um dos homens mais influentes do café. Viúvo e tendo perdido a fortuna com a República, tornou-se pequeno lavrador em Barra do Pirai e, em 1915, estava amasiado com uma negra. In: LEITE, José Roberto Teixeira., *op.cit.*, 119.

²⁶⁶ LEITE, José Roberto Teixeira., *op.cit.*, p.120.

²⁶⁷ *Idem*, p. 121-122.

²⁶⁸ LESSER, Jeffrey., *op.cit.*, p.62.

²⁶⁹ Fundador da Sociedade Brasileira de Imigração (1883), Carl von Koseritz era uma dos principais defensores da imigração alemã e, portanto, contra a imigração de asiáticos. Estava convicto de que somente uma forte imigração de origem germânica poderia salvar o Brasil. In: TEIXEIRA, José Roberto., *op.cit.*, p. 120.

os enrabichados do Brasil, esses barões do café, que na sua importância e ambição espremem o negro como um limão, para deixá-lo faminto e mendigando pelas ruas, quando ele fica velho²⁷⁰.

Sobre a recepção na suntuosa mansão de Maurício Haritoff, Carl - que era contra a introdução de chineses - é ainda mais sarcástico:

Certamente o chinês foi ali considerado um hóspede muito em vista e muito festejado. Que ele tenha surgido com um secretário negro é uma ironia do destino que com isto chegava a fazer sensação; porque aquela brilhante sociedade, que olha o negro com o maior desprezo, fazendo-o trabalhar como um animal de carga, tinha sido forçada a receber um representante da raça desprezada nos seus dourados salões - e a festejá-lo. Mas a alta roda sabe fazer das tripas coração; o negro poderia ter influência no comércio da carne humana, que deve trazer um novo gênero de escravos ao país e um novo elemento ao sangue do povo, e por isso era mister tratá-lo bem. Além disso ele estava coberto de brilhantes e tinha a aparência de um verdadeiro *gentleman*. Assim os chineses virão, provavelmente, e trarão um novo elemento à vida nacional²⁷¹.



Fonte: LEITE, José Roberto Teixeira. *A China no Brasil. Influências, marcas, ecos e sobrevivências chinesas na sociedade e na arte brasileiras*, Campinas: UNICAMP, 1999:119.

²⁷⁰ Carl von Koseritz. *Imagens do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; Edusp, 1980:222-223. Apud TEIXEIRA, José Roberto Teixeira., *op.cit.*, p.119.

²⁷¹ *Idem.*, p.120.

Machado de Assis (1839-1908) acompanhou ao longo do século XIX e no começo do século XX as alterações vastas e profundas no cenário internacional, nos costumes, nas ciências da natureza e da sociedade, nas técnicas e em tudo o que se entende por “progresso material”, fazendo da observação dos fatos e das notícias de jornal uma espécie de laboratório para recriar a realidade com a fantasia da ficção²⁷².

Em sua coluna “Balas de Estalo”, na *Gazeta de Notícias* (16/10/1883)²⁷³, Machado, oculto sob o pseudônimo de Lélío, finge transcrever a carta de um ilustre hóspede mandarim que expõe uma “modesta impressão sobre o nosso país”. Argumenta que não traduziu a carta para “não lhe tirar o valor” e que, por ter “alguns juízos demasiados crus”, achou por bem que estes “fiquem conhecidos tão somente dos que sabem a língua chinesa”. Interessante é a escrita entremeada macarronicamente de expressões portuguesas que o narrador explica: “em alguns lugares, o meu ilustre correspondente inseriu expressões nossas; ou por não achar equivalente na língua dele ou (como me parece) para mostrar que já está um pouco familiar com o idioma do país”.

Vu pan Lelio.

Lamakatu apá ling-ling Balas de Estalo, mapapi tung? Keré siri mamma, ulamali tiká?

Ton-ton pacamaré rua do Ouvidor nappi Botafogo, nappi Laranjeiras mappi Petrópolis gogô. China cava miraka rua do Ouvidor! Naka ling! tica milung! Ita marica armarinho, gavamacú moça bonita, vala ravala balcão; caixeiro sika maripú derretido. Moçanigu vaia peça fita, agulha,

²⁷² Machado de Assis escreveu 18 crônicas sobre os chineses e japoneses. O levantamento das crônicas (período de 1876 a 1900) foi realizado nas seções dos seguintes periódicos: “História de quinze dias” (sob o pseudônimo de Manassés) da *Ilustração Brasileira*; “Balas de Estalo” (sob o pseudônimo de Lélío), “Bons Dias!” (sob o pseudônimo de *Boas Noites*), a série “A Semana” (anônima) da *Gazeta de Notícias*; e no “Folhetim do Cruzeiro – Notas semanais” (sob o pseudônimo de Eleazar), em *O Cruzeiro*. Segundo Osmar Pereira Oliva, o tema Oriente aparece como matéria poética para a criação literária de Machado de Assis em 30 das 180 crônicas publicadas no *Jornal Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro, de 1892 a 1897. Dessas crônicas, 6 discutem a imigração chinesa e japonesa, 2 refletem sobre o socialismo e o espiritismo na China, 5 descrevem guerras, conflitos e mortes na China, no Japão e na Pérsia, 1 narra a presença de turcos no Rio de Janeiro, 1 é dedicada ao liberalismo chinês, 1 ao casamento no Oriente, 1 é escrita em forma de poema oriental dialogado, 10 são reescrituras do livro da Bíblia, com predominância de passagens do livro de Gênesis, especialmente as passagens sobre Adão e Eva e a origem do mundo cristão e sobre o dilúvio, e 3 estabelecem uma relação entre Oriente e Romantismo, pela perspectiva da fantasia, do mistério e da imaginação. In: OLIVA, Osmar Pereira. “Orientalismo e Romantismo: operadores conceituais e filosóficos para a criação literária em crônicas de “A Semana”. Disponível em http://www.filologia.org.br/machado_de_assis/Orientalismo. Acesso em 29 Jan 2011. Para um panorama dos estudos e edições das crônicas de Machado de Assis e os recentes estudos sobre esses textos consultar, dentre outros, o artigo de GRANJA, Lúcia. “Das páginas dos jornais aos gabinetes de leitura: rumos dos estudos sobre a crônica de Machado de Assis”. In: *Tereza*. Revista de literatura brasileira 6/7. São Paulo: Editora 34, 2006: 385-399.

²⁷³ O objetivo de selecionar alguns trechos das crônicas se Machado é o de trazer uma fonte de informação e testemunho de temas e ideias em face dos problemas da época e associar determinados trechos aos acontecimentos do período, isentando-nos de fazer uma análise literária criteriosa no que tange à sua complexa composição textual.

veludo, colchete, iva cuca trapalhada. Moço lingu isto passa na rua, cheberú pitigaia entra, namora, rini mamma: Viliki xaxi xali xaliman. Acalag ting-ting valixú. Upa Costa Braga relá minag katu Integridade abaxung kapi a ver navios. Lamarika ana bapa bung? [...] Brasil desfalques latecatú. Inglese poeta, Shakespeare, kará: make Money; upa lamaré in língua Brasil: - mete dinheiro no bolso. Vaia, vaia, gapaling capita passa a unha simá teka laparika. Eting põe-se a panos, etang merú xilindró [...]

Aba Lili tramway Copacabana. Vasi lang? Pacatú, pacatú, pacatú. Baba China pártiu. Hêhê... [...] Xulica Brasil pará; aba lingú retórica, palração, tempo perdido, pari mamma; xulica Kurimantú. Iva nenê, iva tatá. Brasil gamela tika moka, inglês ver. Veriman? Calunga, mussunga, moau dengue. Valavala. Dara dará bastonara. Malan drice pakú. Ocuôco; momeréo-diarê. Ite, issa est.

Mandarim de 1ª classe, Tong King Sing.

O narrador termina a crônica elogiando o estilo de escrita do mandarim e compartilha com o leitor a interpretação que fez sobre a carta:

Como se terá visto, no meio de alguns reparos crus, há muita simpatia e viva observação. Quanto ao estilo, é do mais puro, é da escola de Macau, fiel às doutrinas do século XII antes da Criação. A nossa crítica terá notado a linda imagem com que o ilustre escritor define o progresso, chegando à praia da Copacabana: pacatú, pacatú, pacatú. Em suma, é um documento honroso para o autor e para nós.

Lelio²⁷⁴

Se isolarmos as palavras da língua portuguesa e uma ou outra palavra inglesa, temos:

Balas de Estalo, rua do Ouvidor, Botafogo, Laranjeiras, Petrópolis. China, rua do Ouvidor! Armarinho, moça bonita, balcão, caixeiro derretido, peça, fita, agulha, veludo, colchete, cuca trapalhada. Moço, passa na rua, entra, namora. Costa Braga, Integridade, a ver navios. Brasil desfalques. Ingles poeta, Shakespeare: make Money; língua Brasil: - mete dinheiro no bolso. Vaia, vaia, passa a unha, põe-se a panos, xilindró. Trainway Copacabana. China pártiu. Hêhê... Brasil; retórica, palração, tempo perdido. Brasil, inglês ver. Calunga, mussunga, dengue.

²⁷⁴ ASSIS, Machado de. *Balas de estalo de Machado de Assis*. Organização de Heloisa Helena Paiva De Luca. São Paulo: Annablume, 1998, p. 68-69. A transcrição integral das crônicas encontra-se no anexo.

O texto é interessante se partirmos do pressuposto de que a linguagem explora algumas especificidades da língua chinesa²⁷⁵. Apesar de a língua chinesa possuir a mesma estrutura sintática do português – sujeito, verbo, objeto – trata-se de uma sintaxe puramente relacional baseada exclusivamente na ordem das palavras. O uso predominante de substantivos funciona como os ideogramas chineses (representação gráfica de conceitos ou ideias) e, para tornar a frase compreensível, exige do leitor um esforço para relacionar os substantivos inserindo artigos, preposições, auxiliares verbais e tempos verbais etc. O uso excessivo de palavras com acentuação (*apá, tiká, gogó...*) imita os vários tons (4 tons e um neutro) responsáveis pela entonação que faz parte da estrutura semântica do chinês, ou seja, dependendo do tom, um conjunto de sons ou sílabas pode significar coisas muito diferentes²⁷⁶.

A ironia consiste em supor que o leitor é intelectualmente capaz de ler a carta por dominar a língua chinesa (“como se terá visto, no meio de alguns reparos crús, há muita simpatia e viva observação”) e que possui erudição em relação à literatura chinesa clássica (“quanto ao estilo, é do mais puro, é da escola de Macau, fiel às doutrinas do século XII antes da Criação”). Uma possível interpretação para a escolha desse tipo de recurso linguístico pode ser atribuída à intenção do narrador de mostrar que a interpretação de um texto é relativa e que, portanto, argumentos podem ser articulados e ditados como verdade aos que desconhecem o assunto. O leitor se torna refém do narrador, sentindo-se incapaz de refutar sua interpretação ou proporcionar um outro ponto de vista que faz uma crítica velada aos que aceitavam passivamente as teorias científicas e os discursos supostamente intelectuais para legitimar os interesses notadamente econômicos de alguns setores da sociedade brasileira.

A crônica desmascara os argumentos de cunho ético e social subjacentes aos interesses predominantemente econômicos e políticos. Contrapõe-se, portanto, aos argumentos daqueles que condenavam a introdução do chinês em nome da eugenia lamarckiana²⁷⁷ que considerava as raças amarelas e negras inferiores e teorizava que “uma única raça nacional era biologicamente possível”. Era um arcabouço ideológico conveniente às políticas que visavam promover a entrada de trabalhadores alemães, portugueses, espanhóis e italianos que embranqueceriam o país²⁷⁸.

²⁷⁵ Machado de Assis inseriu em *Falenas* (1870), oito poemas chineses por ele traduzidos adaptando-os a metros, rimas e formas ocidentais. Baseou-se, no entanto, numa tradução do francês realizada por Judith Walter (pseudônimo de Judith Gautier, filha do poeta Théophile Gautier) em seu livro *Le Livre de Jade*, 1863. In: TEIXEIRA, José Roberto Teixeira., *op.cit.*, p.257-258.

²⁷⁶ O chinês é uma língua tonal: 1º tom: é um tom agudo que sempre se mantém em uma posição elevada e uniforme; 2º tom: é um tom ascendente que sobe de tom médio ao tom mais agudo. É muito parecido ao português: sim? (ao perguntar). 3º tom: é um tom de curva, que baixa e logo sobe, 4º tom: é um tom descendente que baixa. 5º tom: é um tom leve. Por exemplo, a frase “sua mãe repreendeu o cavalo?” em mandarim se diz /*mā mà mǎ ma?*/. In: Aula fácil.com seleção de cursos grátis online. Disponível em: <http://www.portalcursos.com/Linguachinesa/Curso/Lecc-2.htm>. Acesso em 6 Feb 2012.

²⁷⁷ Em 1879, o médico Costa Ferraz publica o ensaio “O mongolismo ameaça o Brasil” nos *Anais Brasilienses de Medicina*, Tomo XXXI, n.2, Rio de Janeiro., alertando para o perigo de se introduzir no Brasil uma raça em que a degradação moral era perceptível em seus hábitos seculares. *Apud*: TEIXEIRA, José Roberto Teixeira., *op.cit.*,116.

²⁷⁸ LESSER, Jeffrey., *op.cit.*, p.20-21.

Acreditava-se que as condições do homem e da sociedade poderiam ser melhoradas “apenas através da melhoria genética da espécie humana por meio da concentração e incentivo às estirpes humanas de valor (em geral identificadas à burguesia ou a raças como a nórdica) e da eliminação das indesejáveis (em geral identificadas aos pobres, colonizados ou estrangeiros impopulares)”²⁷⁹.

Para legitimar esse discurso racista, era preciso reescrever a história começando por menosprezar a cultura e a civilização milenar chinesa que outrora fora enaltecida e que fora o berço de grandes invenções que propiciaram o desenvolvimento da ciência moderna. A China não apenas constituiu a base da ciência moderna como fez ciência, a despeito de o pensamento hegemônico ocidental insistir em negar aos chineses seu verdadeiro papel no movimento evolutivo do conhecimento produzido pela humanidade²⁸⁰. Machado, inclusive, reconhece a contribuição da China numa crônica publicada posteriormente na coluna “A semana”, da *Gazeta de Notícias*, em 15 de abril de 1894:

Tudo está na China. De quando em quando aparece notícia nas folhas públicas de que um invento, de que a gente supõe da véspera, existe na China desde muitos séculos. Esta *Gazeta*, para não ir mais longe, ainda anteontem noticiou que o socialismo era conhecido na China desde o século XI. [...] Creio que já li (ou estarei enganado) que o telefone também existia na China, antes de descoberto pelos americanos. O velocípede não sei, mas é possível que lá exista igualmente, não com o mesmo nome, porque os chins teimam em falar chinês, mas com outro que signifique a mesma coisa ou dê o som aproximado da forma original. O bonde verão que já é usado naquelas partes, talvez com outros cocheiros e condutores. Não falo dos grandes inventos que tiveram berço naquela terra prodigiosa²⁸¹.

²⁷⁹ TEIXEIRA, José Roberto Teixeira., *op.cit.*, p.122.

²⁸⁰ Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831) interpreta a história da humanidade fundada na superioridade do Ocidente sobre o Oriente ao divulgar a ideia de que o Oriente não passa de ponto de partida para as diferentes manifestações do Espírito ou da cultura humana (religião, arte, ciência, filosofia) que encontraram sua plena realização no mundo ocidental, tornando-o mais elevado e mais desenvolvido. É preciso rememorar que, enquanto a Europa estava lançada na paralisia do pensamento científico no período histórico do Feudalismo, a China realizava grandes saltos investigativos. As descobertas chinesas não estão circunscritas à bússola e à pólvora, mas estendem-se aos diferentes campos que constituíram o terreno avançado da ciência moderna. Além dos instrumentos de marear como astrolábio, quadrante, sistemas de velas com roldanas e do telescópio utilizado por Kepler e Galileu, os chineses foram os inventores do relógio, que serviu e ainda serve para medir o tempo da produção no sistema capitalista. Os inventos chineses estão na base dos sistemas complexos como observatórios astronômicos, sistemas hidráulicos, fábricas de metalurgia, periscópio, balança de peso, papel moeda, pluviômetro, mapas geográficos, estudos complexos do movimento da terra (sismógrafo) etc. Antes de Johannes Gutenberg (1400-1468) introduzir a imprensa no Ocidente, os monges chineses haviam produzido, no século IX, as primeiras impressões móveis em papel. Sem falar das pipas, dos guarda-chuvas, do ábaco (primeiro instrumento de contagem), do uso de animais para o trabalho na agricultura, da moagem de grãos com maquinário de bambu, do uso da seda (bicho-da-seda) para manufatura de tecido e dos brinquedos de diferentes tipos. In: NETO, Artur Bispo dos Santos. “A ciência e o brinquedo: uma abordagem histórico-ontológica”. *Revista Pesquisa em Foco: Educação e Filosofia*. Volume 5, n.5, Ano 5, Março 2012:90-91. Disponível em <http://www.educacaoefilosofia.uema.br/v5/7.pdf>. Acesso em 15 Ago 2012.

²⁸¹ ASSIS, Machado de. *Obra completa, em quatro volumes*: volume 4. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2008, p. 1063-1065.

O auge da expansão imperialista europeia coincidiu com o climax da ideologia do progresso, de que as exposições industriais e universais e a *Belle Époque* seriam testemunhos ostensivos. Não por acaso, as políticas colonizadoras dos Estados validavam-se de discursos lastreados pela crença na civilização, palavra-chave da época²⁸², e, na crônica, o narrador está ciente de que as justificativas forjadas pelos políticos e intelectuais brasileiros da época eram especulativas e que todo esse exercício discursivo tinha uma finalidade comum: gerar uma solidariedade mecânica entre os membros de um povo fragmentado pela ameaça da mongolização. O exercício mental que o narrador obriga o leitor a fazer, na tentativa de entender a carta do mandarim, pode ser interpretado como um modo lúdico de mostrar como se processa a manipulação das informações e revela, na prática, que entendemos somente a parte de um todo.

Uma semana após a publicação da crônica sobre a carta do mandarim, Machado retoma o assunto da imigração chinesa na coluna “Balas de estalo”, da *Gazeta de Notícias* (23/10/1883), transcrevendo um documento que, segundo o narrador, era “um documento importante publicado na Gazeta de Londres, em seu número de 8 do mês passado, um ofício do vice-rei da Índia ao conde Granville, secretário de Estado dos negócios estrangeiros, contendo informações interessantíssimas para a questão dos trabalhadores asiáticos. Visto que há tanto horror aos chins”:

Calcutá, 13 de agosto de 1883.

Senhor Conde, [...]

Em primeiro lugar, devo lembrar a V. Excia. que é preciso distinguir o chim do chim. O chim comum está de há muito abandonado em toda a Ásia, onde foi suplantado por uma variedade de chim muito superior à outra. Essa variedade, como já tive ocasião de dizer ao governo de Sua Majestade, é o chim-panzé.

O deplorável equívoco que, durante dilatados anos, classificou o chim-panzé entre os macacos, estava há muito abandonado. Mas persistia a convicção de que, embora pertencente à família humana, o chim-panzé fosse refratário ao trabalho. [...]

A primeira vantagem do chim-panzé é que é muito mais sóbrio que o chim comum. As aves domésticas, geralmente apreciadas por este (galinhas, patos, gansos, etc.), não o são pelo outro, que se sustenta de cocos e nozes.

²⁸² BOSI, Alfredo. “O teatro político nas crônicas de Machado de Assis”. *In*: IEL-Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, p.11. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/textos/bosimachado.pdf>. Acesso em 18 Jun 2012.

O chim-panzé não usa roupa, calçado ou chapéu. Não vive com os olhos na pátria; ao contrário, Sir John Sterling e seus parentes afirmaram que têm conseguido fazer com que os chim-panzés mortos sejam comidos pelos sobreviventes, e a economia resultante deste meio de sepultura pode subir, numa plantação de dois mil trabalhadores, a duzentas libras por ano.

Não tendo os chim-panzés nenhuma espécie de sociedade, nem instituições, não há em parte alguma embaixadas nem consulados; o que quer dizer que não há nenhuma espécie de reclamação diplomática, e pode V. Excia. calcular o sossego que este fato traz ao trabalho e aos trabalhadores. Está provado que toda a rebelião do chim comum provém da imagem, que eles têm presente, de um governo nacional, um imperador e inúmeros mandarins. Por outro lado, a imprensa não poderá tomar as dores por ele, para não confessar uma solidariedade da espécie, que ainda repugna a alguns.

A princípio houve relutância em admitir o chim-panzé pelo fato de andar muita vez a quatro pés; mas Sir John Sterling, que é naturalista e antropologista emérito, fez observar aos parentes e amigos, que a atitude do chim-panzé é uma questão de costumes. Na Europa e outras partes, há muitos bípedes por simples hábito, educação, uso de família, imitação e outras causas, que não implicam com as faculdades intelectuais. Mas tal é a força do preconceito que, assim como no caso daqueles bípedes se conclui da posição das pernas para a qualidade da pessoa, assim também se faz com o chim-panzé; sendo ambos o mesmíssimo caso — uma questão de aparência e preconceito. Felizmente, a propaganda vai fazendo desaparecer esse erro funesto, e o chim-panzé começa a ser julgado de um modo eqüitativo, científico e prático.

Webster.

E o narrador termina a crônica de modo irônico:

Esta carta é realmente importante, e espero sejam devidamente apreciadas e não fiquem perdidas as lições que contém. O nosso defeito é não dar atenção a coisas sérias! Esta é das mais sérias.

As pessoas que preferem os chins, não podem deixar de aceitar este substituto. Segundo a carta transcrita, o chim-panzé tendo as mesmas aptidões do outro chim, é muito mais econômico. Por outro lado, os adversários, os que receiam o abastardamento da raça, não terão esse argumento, porque o chim-panzé não se cruzará com as raças do país.

Lelio²⁸³

²⁸³ ASSIS, Machado de. 1998, *op.cit.*, p. 70-72.

O narrador assume um tom professoral para pôr um ponto final na discussão em torno do imigrante chinês. Ao transcrever um ofício de uma autoridade diplomática publicada num conceituado jornal de Londres, o narrador não dá margens para contestações, o que torna o assunto em si um motivo de riso. Ao associar o *chim* com os chineses e designar o chim-panzé como espécie superior, o narrador ironiza o artigo “A nossa lavoura” (1877), escrito por Pedro Gordilho Paes Leme, que ressaltava como de extrema importância diferenciar o *coolie* do *chim*. Como vimos anteriormente, Paes Leme define o *coolie* como sendo aquele que emigrava à força, apanhado violentamente e metido a bordo pelo agente recrutador, enquanto que o *chim* seria aquele que emigrava espontaneamente, mediante acordos reconhecidos oficialmente, concluindo, portanto, que “o trabalhador chinês é superior ao *coolie*”. O narrador utiliza parodicamente os argumentos eugênicos aplicados na distinção e hierarquização de espécies e constrói um novo discurso que, apesar de absurdo, e por isso engraçado, tem similaridade com os discursos eugênicos que eram explícita e impenitentemente preconceituosos.

As vantagens econômicas do chim-panzé são as mesmas apregoadas por aqueles que eram favoráveis à imigração chinesa: dóceis, servis e incapazes de se rebelarem ou se indisporerem ao serviço. A ausência de um sentimento de nacionalidade, a inexistência de vínculos familiares, a alimentação restrita a cocos e nozes, o hábito de andarem nus e a prática de comerem os mortos os tornam ainda mais rentáveis e, portanto, trabalhadores perfeitos para a lavoura brasileira. Para que a carta não pareça ser tendenciosa, o narrador expõe um ponto considerado negativo e que desabona essa espécie, que é o fato de “andar muita vez a quatro pés”. Mas, citando Sir John Sterling, naturalista e antropologista, diz que essa falha é uma questão de costume e em nada afeta as capacidades intelectuais e as qualidades do chim-panzé. Para dar credibilidade à informação, o vice-rei da Índia relata a observação de Sir John de que “na Europa e outras partes, há muitos bípedes por simples hábito, educação, uso de família, imitação e outras causas, que não implicam com as faculdades intelectuais” e que tudo era “uma questão de aparência e preconceito”. O modo como a doutrina eugênica é desconstruída torna o texto extremamente crítico e irônico, na medida em que elucida o ridículo de alguns critérios científicos que são adotados para determinar as características do outro imigrante. E, principalmente, como as teorias podem ser relativizadas de acordo com seus interlocutores. A crônica revela, através da hilaridade e do ridículo, o preconceito que subjaz aos argumentos supostamente científicos.

A crônica de Machado de Assis revela que preconceito de raça no Brasil fundamenta-se na aparência física (feios, miseráveis, criminosos etc) e que os gestos, hábitos, sotaque e as características socioeconômicas do indivíduo são considerados como elementos naturalmente integrantes da raça. Esse tipo de associação constituía a argumentação utilizada por aqueles que pretendiam justificar a existência de uma nítida hierarquia natural de um grupo dominante branco sobre os demais grupos não-brancos.

De fato, os discursos sobre as vantagens ou desvantagens de se introduzir a mão-de-obra chinesa, sintetizados em imagens e discursos negativos, tornaram-se uma poderosa ferramenta para construir e perpetuar um imaginário coletivo sobre o chinês com o objetivo de torná-lo diferente e, portanto, passível de ser indesejável²⁸⁴.

Dezem (2005:103) observa que desde 1878 a imagem do chinês era associada ao do chimpanzé e cita o poema *Chinoiserie* publicado na *Revista Ilustrada* em junho de 1878 em que o autor, sob o pseudônimo de H.Pito, faz alguns trocadilhos:

Gê-yué
é na China – e cá, José. [...]
Ora este chim-zé
ou chimpanzé,
é o seu caro mentor
nas suas coisas da China. [...]

No caso do Brasil, a China foi associada à representação de país atrasado e na contramão do progresso; e os poucos milheiros de chineses que, entre o século XIX a meados do XX, se concentravam no Rio de Janeiro, abandonados à própria sorte, reduzidos à mendicância ou à vagabundagem, marginalizados, perseguidos na rua pela molecada, que lhes atirava pedras e insultos, morando em cortiços infectos e sobrevivendo graças a pequenos ofícios, serviram de exemplo para fortalecer as doutrinas racistas de hierarquização das raças que os viam como elemento inferior e nocivo. No entanto, em nossa explanação, vimos que a razão de não se ter concretizado a introdução dos chineses foi, sobretudo, a proibição do Governo chinês em enviar trabalhadores chineses para o Brasil e a proibição do engajamento e o embarque de *coolies* em Hong Kong e Macau e, especificamente, por se eleger o imigrante “branco” para promover o branqueamento da população negra, índia e mestiça.

Segundo Dezem e Lesser, a questão dos chineses como opção de mão-de-obra e o debate sobre a sua integração étnica deixaram como saldo negativo um paradigma abrangente contra o qual teriam de lutar todos os demais grupos não-europeus. O fato de não se ter efetivado a imigração de trabalhadores chineses para o Brasil deu ensejo a que, a partir de 1884, a imagem negativa do chinês passasse a ser associada ou contrastada à de “outro” elemento “amarelo”, o japonês. E, a partir da década de 1890, a palavra *chim* praticamente desapareceu dos discursos imigratórios, sendo substituída pela palavra *japonês*. Há de se observar que os discursos e debates contra a entrada de asiáticos ou a favor dela no país – tanto os discursos das autoridades quanto os da opinião pública e da imprensa nacional –, principalmente com relação aos *chins*, foram

²⁸⁴ DEZEM, Rogério., *op.cit.*, p. 102,108-9. NOGUEIRA, Arlinda Rocha. 1979, *op.cit.*, p. 7.

notadamente marcados pela perspectiva norte-americana que, por questões de competição no mercado de trabalho americano, utilizou a discriminação racial para segregá-los da sociedade. Porém, há de se ressaltar que o Governo chinês somente reconheceu o novo regime político brasileiro em 1893²⁸⁵.

Os predicados atribuídos aos chineses de serem inassimiláveis, portadores de língua e costumes inteiramente estranhos aos brasileiros, propensos ao suicídio, e seu aspecto físico supostamente asqueroso, atribuído a problemas de ordem eugênica, foram igualmente atribuídos aos japoneses. A sua introdução no país era vista com receio pelos membros do Governo brasileiro, tanto na esfera federal quanto na estadual, receosos de que viesse para cá somente a escória do Japão. Outros, e não eram poucos, temiam que a presença do asiático inibisse ou interrompesse a entrada de europeus, como já fora observado em outras partes do mundo. No entanto, vimos que outros fatores atuaram negativamente na concretização dos objetivos das companhias de imigração: o Japão e o Brasil não haviam assinado o Tratado de Comércio e Amizade; a inexistência de representação diplomática entre os países envolvidos no movimento migratório; a distância entre esses países e, principalmente, o preço do asiático que era de 18 a 22 libras, enquanto que o europeu custava em torno de 6 e 7. Com tantas desvantagens, somente em último caso é que a introdução dessa mão-de-obra tão mais dispendiosa seria efetivada. Situação que São Paulo ainda não atingira, pois, de 1880 a 1900, recebeu mais de 500 mil italianos. Eram constantes os pedidos de braços, mas o número de europeus entrados mantinha-se em níveis altos.

Herculano de Freitas, falando na Câmara dos Deputados do Estado de São Paulo em 1892, declarou que não teria dúvidas de trazer os asiáticos se essa fosse a única solução plausível para salvar a lavoura, mas, segundo ele, a Europa estava apta a fornecer o número de imigrantes de que São Paulo necessitava. Isso explica a Lei no 356, sancionada em São Paulo em 29 de agosto de 1895, que admitia somente imigrantes italianos, suecos, alemães, noruegueses, suíços, holandeses, dinamarqueses, ingleses, austríacos, portugueses e espanhóis, estes últimos restritos aos procedentes da Galícia, Navarra e Vascongadas. Das Américas, os canadenses da província de Quebec e os naturais da ilha de Porto Rico. Da África, apenas os canarinos. Enquanto isso, Minas Gerais e o Estado do Rio de Janeiro continuavam a estudar a introdução de imigrantes asiáticos²⁸⁶.

Machado de Assis publica na coluna “A semana”, da *Gazeta de Notícias* (18/09/1892), uma crônica em que o narrador considera plausível que tanto a China quanto o Japão proibam a emigração de trabalhadores para o Brasil ao tomarem conhecimento de quão racistas, desumanos e preconceituosos eram os discursos sobre os imigrantes asiáticos:

²⁸⁵ DEZEM, Rogério. *op.cit.*, p. 237. LESSER, Jeff., *op.cit.*, p. 266-267.

²⁸⁶ NOGUEIRA, Arlinda Rocha. 1979., *op.cit.*, 35-38; FREITAS, Sônia Maria de., *op.cit.*, p.45-47.

Quando a China souber que a vinda dos seus naturais (votada esta semana em segunda discussão) tem dado lugar a tanto barulho, tanta animosidade, tanto epíteto feio, é provável que mande fechar os seus portos e não deixe sair ninguém. Eu conheço a China. A China tem brios. A China não é só a terra de porcelanas, leques, chá, sedas, mandarins e guarda-sóis de papel. Não, a China manda-nos plantar café e deixa-se ficar em casa.

E o Japão? O Japão, que sabe estarem os japoneses no projeto e não vê descompor japoneses nem malsiná-lo a ele, o Japão cuida que entra no projeto só para dar fundo ao quadro, e fecha igualmente os seus portos. Eu conheço também o Japão. O Japão é muito desconfiado, mais desconfiado ainda que parlamentar²⁸⁷.

Os argumentos contrários à imigração asiática pautavam-se em metáforas biológicas que associavam a identidade nacional a um organismo vivo propondo que o Brasil estava “inoculando em suas veias um sangue pobre e degenerado, tóxico e nocivo às grandes leis do cruzamento de raças”. Posições extremamente preconceituosas como a de Joaquim Nabuco, que se manifestou contra o chinês “etnologicamente, porque vem criar um conflito de raças e degradar as existentes no país... moralmente, porque vem introduzir na nossa sociedade essa lepra de vícios que infesta todas as cidades onde a imigração chinesa se estabelece”, eram constantemente reproduzidas na imprensa acrescidas de novidades que alimentavam os argumentos da campanha antichinesa.

O Correio Paulistano, por exemplo, publicou um artigo intitulado “superstições chinesas” e questionava os valores morais daquele povo: “nunca um chinês, a menos que seja pirata, salva um homem que afoga, isso porque os chineses acreditam que o espírito mau de um afogado sobe à tona para encontrar um outro corpo, e qualquer pessoa que se encontre por perto poderia ser possuída por ele.”²⁸⁸.

A Questão Chinesa mostrou que não havia unanimidade de opinião quanto à conveniência ou não da introdução de imigrantes asiáticos no país e, com a recusa do Governo chinês de liberar a emigração de mão-de-obra chinesa para o Brasil, o assunto perdeu fôlego. Agora quem entrava em cena era o Japão, tendo como pano de fundo a China.

O que os emigrantes do Kasato-maru não podiam sequer imaginar era a polêmica existente no Brasil sobre a introdução ou não de emigrantes asiáticos e os discursos acalorados baseados nos projetos e nas discussões sobre a substituição da mão-de-obra escrava que tiveram início na década de 1850, associados à expansão da cafeicultura. Não podiam igualmente imaginar que os debates acerca do trabalhador chinês e, posteriormente, do japonês, sempre se pautaram na comparação entre eles e que o preconceito contra a introdução de imigrantes asiáticos era muito forte. Todos os asiáticos eram considerados raças inferiores que prejudicariam a formação do povo brasileiro.

²⁸⁷ ASSIS, Machado. *A semana*. Organização de John Gledson. São Paulo: HUCITEC, 1996, p. 120-3.

²⁸⁸ LESSER, Jeffrey., *op.cit.*, p.53-57, 62, 65-66.

Havia, também, o medo de que as grandes populações orientais se espalhassem étnica e culturalmente pelas Américas como um “perigo amarelo”, um “quisto inassimilável”, devido a seus costumes e religião. Não podiam imaginar que seriam considerados cruéis espiões representantes de uma raça frígida, fanática e traiçoeira, características exacerbadas pelo expansionismo militarista do Império nipônico.

Alheios a essa conjuntura, os emigrantes do *Kasato-maru* procuravam ocupar-se para dissipar o tédio. Segundo Kôyama (1949:54), ao serem informados de que o navio passava pela famosa ilha vulcânica de Suwanose, ao sul da província de Kagoshima, as melodias dedilhadas no *shamisen*²⁸⁹ e acompanhadas de *shakuhachi*²⁹⁰ preenchiam o silêncio respeitoso que prevalecia no convés.

Um pouco antes do pôr do sol, quando informados de que o navio passaria bem próximo à ilha de Okinawa, alguns emigrantes okinawanos se agruparam no convés e viram o navio se distanciar de suas ilhas. A melodia dedilhada no *sanshin*²⁹¹, que muitos trouxeram na bagagem, diluía-se sobre as ondas escuras, sob o imenso céu estrelado²⁹².



shamisen



shakuhachi



sanshin

Disponível em <iconoarchive.com>; <carrotmusic.org>; <jetaany.org>²⁹³

As canções compostas durante a viagem seguiam a tradição do *kaeuta*, que consistia em parodiar uma canção substituindo letras a uma mesma melodia. Uma das canções compostas pelos emigrantes do *Kasato-maru* “antecipava o desejo ardente de retorno à Terra Natal²⁹⁴” e referia-se ao Amazonas que nunca tinham visto. Ela foi ins-

²⁸⁹ *Shamisen*, tipo de alaúde japonês com três cordas, com caixa de ressonância quadrangular coberta com pele de gato.

²⁹⁰ *Shakuhachi*, flauta vertical de bambu com um bocal chanfrado e cinco orifícios.

²⁹¹ *Sanshin*, instrumento originário de Okinawa que possui três cordas e se assemelha ao banjo, composto por caixa de ressonância quadrangular, braço e cravelhas. Geralmente é fabricado com pele de cobra. É o precursor do *shamisen* japonês.

²⁹² HANDA, Tomoo. 1987. *op.cit.*, p. 3.

²⁹³ Todas as imagens foram acessadas em 18 Jan 2012.

²⁹⁴ HOSOKAWA, Shûhei. “A História da Música entre os Nikkei no Brasil enfocando as melodias japonesas”. In: *Anais do IV Encontro Nacional de Professores Universitários de Língua, Literatura e Cultura Japonesa*. São Paulo: Centro de Estudos Japoneses da Universidade de São Paulo, 1993:127.

pirada na melodia *Ao ritmo da trombeta (rappabushi*²⁹⁵), uma canção muito popular no período da guerra russo-japonesa.

Derrubada soberba árvore da margem
Das mil léguas do Amazonas
Farei uma jangada, com bandeira do Sol Nascente
Quisera com ela descer o rio Sumida²⁹⁶.

No dia 30 de abril, os emigrantes se despediram da última província que pertencia ao arquipélago japonês e, no silêncio da noite, as canções de encorajamento eram substituídas pelo intrépido barulho do casco do navio cortando as águas do mar.

Avante companheiros, além-mar,
Ao Brasil, terra prometida,
Conquistar fortuna desconhecida.
Eis o corajoso desbravador.

Extensos oceanos sem fim;
Grande continente, dezenas de milhares, sem fim;
Tornar-se-ão depósito de fortuna, algum dia,
O dia da vitória está próximo:
Banzai, banzai, ban-banzai!²⁹⁷.

²⁹⁵ Azenbô Soeda (1872-1944) foi muito popular a partir do final da Era Meiji e suas músicas costumavam satirizar os acontecimentos da época. A canção *Rappabushi* criticava a Guerra Russo-Japonesa.

²⁹⁶ Rio que corre na cidade de Tóquio.

²⁹⁷ *Banzai* significa "Viva!". A música que transcrevemos é citada in ISHIKAWA, Tatsuzô. *Sôbô: uma saga da imigração japonesa*. Tradução de Maria Fusako Tomimatsu e outros. São Paulo: Ateliê Editorial, 2008:206.

1.5. A POLÍTICA DE EMIGRAÇÃO JAPONESA.

Vimos anteriormente que, de 1908 a 1986, chegaram ao Brasil cerca de 251.981 mil imigrantes japoneses. Para sermos mais precisos, temos que, deste contingente, 190 mil vieram antes da Segunda Guerra Mundial e, posteriormente, vieram mais 50 mil que se dirigiram aos núcleos coloniais das regiões da Amazônia, Nordeste e Sul do país, entre 1953 e 1987²⁹⁸.

Há de se observar que a soma total de emigrantes japoneses, cerca de 190 mil, antes da Segunda Guerra Mundial, é inexpressiva, se considerarmos que no mesmo período entraram no Brasil cerca de 2.200 milhões de emigrantes oriundos de outros países, notadamente, da Europa²⁹⁹.

A quantidade relativamente pequena de emigrantes japoneses que vieram para o Brasil se deve, principalmente, a três diretrizes adotadas no período Meiji: incentivo às migrações internas, a política de emigração e colonização ultramarina.

Segundo Motoyama (2011:74), a política de incentivo às migrações internas foi viabilizada a partir do Plano de Desenvolvimento de Hokkaido (1872). O objetivo era o de construir grandes indústrias, estações agrícolas, fazer a prospecção e exploração de reservas minerais da região, contratar técnicos e equipamentos americanos de modo a promover o deslocamento do excedente populacional das regiões setentrional e nordeste para áreas menos habitadas no norte do Japão e conter a expansão da Rússia, que já ocupava as ilhas Sakalinas e ameaçava invadir essa região. A mão-de-obra foi recrutada entre a grande massa de desempregados oriundos das diversas camadas sociais prejudicadas pela Restauração Meiji:

A leva inicial dos migrantes à Hokkaido era constituída na sua maioria de samurais desempregados. Eram os chamados *tonden-hei* (*ton*: ficar para defender, *den*: rizicultura, *hei*: soldado)³⁰⁰. Os primeiros deles chegaram em 1875. Tinham ao mesmo tempo a incumbência de defender as fronteiras nacionais, desbravar o campo e promover proteção policial. Seguiram-se,

²⁹⁸ BOLOGNINI, Carmen Zinki e PAYER, Maria Onice. "Línguas de imigrantes". *Ciência e Cultura* [online]. Vol 57 n.2. São Paulo Apr/June 2005. Disponível em <cienciaecultura.bvs.br> Acesso em 12 de jan. de 2011.

²⁹⁹ Hoje, a população japonesa no Brasil está estimada em um milhão e quinhentas mil pessoas, sendo a maior população nipônica fora do Japão.

³⁰⁰ Conforme desenvolvemos em 1.1, o *tondei-hei* corresponde à primeira frente pioneira na ilha.

depois, os camponeses. [...] No período de 1891 a 1920, transferiram-se para a ilha de Hokkaido cerca de 1.600.000 de pessoas³⁰¹.

Okubaro (2008:46), porém, observa que o Governo japonês concentrou seus esforços na promissora ilha de Hokkaido, no extremo norte do arquipélago japonês, para não desperdiçar trabalho, tempo e dinheiro numa área condenada à pobreza, como a de Okinawa.

A política de emigração japonesa tomou impulso após a renegociação dos chamados “tratados desvantajosos” que, como também vimos anteriormente, o Japão foi coagido a assinar com os Estados Unidos, Holanda, Rússia, Inglaterra, França e Império Austro-húngaro, durante o governo feudal de Tokugawa que garantia uma série de privilégios e imunidades às potências ocidentais³⁰².

A fim de eliminar as cláusulas injustas e renegociar o tratado com base na reciprocidade, o Governo japonês consegue, após longas e difíceis negociações, firmar um Tratado de Amizade e Comércio Anglo-Inglês (1893), eliminando o direito de extraterritorialidade e restabelecendo, ainda que parcialmente, a soberania nipônica em relação à alfândega. Nos anos posteriores, acordos similares são firmados com os Estados Unidos, Alemanha, França e Rússia, dentre outros. Os novos tratados entram em vigor em 1899, mas a questão alfandegária só se resolveria definitivamente em 1911. Paralelamente, o Japão firmava novos Tratados de Amizade e Navegação com o Peru (1873) e o México (1889), que ainda não tivessem relações diplomáticas com nenhum país asiático, marcando o início do processo de universalização da política externa japonesa, com base na reciprocidade, num grande esforço diplomático para convencer os países ocidentais de que o Japão era uma nação diferenciada no cenário asiático. Nesse sentido, além de revisar os tratados desiguais com as potências imperialistas do Ocidente, buscava-se firmar novos tratados no intuito de ampliar o seu mercado – conscientes do perigo e da vulnerabilidade de uma política externa dependente de uns poucos parceiros imperialistas – e escapar do destino dos seus vizinhos asiáticos reduzidos a colônias das potências ocidentais. E, dentre as várias medidas que precisava tomar, seria necessário ampliar a emigração para as Américas, onde a influência americana ou inglesa era predominante³⁰³.

Na introdução observamos que a crença de que o Japão era “protegido pelas divindades” (*shinkoku ishiki*) e que o povo japonês formava uma sociedade racialmente homogênea e uma cultura totalmente diferenciada das demais seriam constantemente realimentadas e readaptadas no decorrer da história do Japão, em especial no período Meiji (1868-1912). A idéia de coesão e unidade fictícias para a consolidação do Estado

³⁰¹ IROKOWA, 1974:228-253, 235-236; ANDO, 1976:70 in *apud* MOTOYAMA, 2011:74.

³⁰² O Tratado de Amizade Russo-Japonês definia também as fronteiras japonesas ao norte do Japão em que se estabelecia como limite territorial ao norte as ilhas Curilas, inclusive, e ao sul pelas ilhas Ogasawara e Okinawa, inclusive, perfazendo o total de 377.384 km². In. YAMASHIRO, José, *op.cit.*, p.249.

³⁰³ NINOMIYA, Masato. O centenário do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre Brasil e Japão. Disponível em <www.usp.br/revistausp/28/17-masato.pdf>. Acesso em 15 Jan. 2012; YAMASHIRO, José. 1997, *op.cit.*, p. 250-252.

nacional japonês, tendo por primazia a figura do Imperador, prescrevia um código de conduta baseada em ideais etnocêntricos, com fortes traços de uma comunidade étnica.

Em Meiji, com a consolidação da reforma linguística e o ensino público obrigatório, a educação primária foi rigorosamente controlada pelas autoridades de Tóquio, reforçando a ideologia dominante que, através do conteúdo dos *curricula* escolares, incutia na mente das crianças a dedicação ao estudo e ao trabalho, a piedade filial, a solidariedade e o amor à pátria inclusive com o objetivo de formar trabalhadores agradecidos, dóceis e diligentes. O Japão precisava estabelecer não só um Estado, mas também, e sobretudo, um exército moderno, ambos exigindo naturalmente uma população alfabetizada.

A emigração japonesa foi oficializada em 1868, no primeiro ano do período Meiji, mas o movimento emigratório nipônico adquire importância somente em 1885, quando o Japão já havia concretizado a integração do país e assentado as bases do capitalismo³⁰⁴. Vimos, também, que a modernidade no Japão foi definida como “acompanhar os tempos através da escolha e do redirecionamento da tradição; dominar, selecionar e adaptar as influências e a tecnologia ocidental e conquistar o seu lugar na arena internacional”. Uma missão nacional sintetizada em dois slogans: “Civilização e ilustração” (*bun’mei kaika*) e “País rico, exército forte” (*fukoku kyôhei*).

Após a assinatura do Tratado de Comércio e Navegação firmado entre o Japão e o Havaí em 1884 (incorporado aos E.U.A. em 1897), foram enviados emigrantes japoneses para as plantações de cana-de-açúcar através de “contrato oficial entre os governos” (*kan’yaku imin*). Os emigrantes que partiram para o Havaí – e, posteriormente, para os Estados Unidos, Austrália, Nova Caledônia e Guadalupe (possessão francesa), Peru, México, Canadá, Filipinas e Brasil (plantação de café, 1908)³⁰⁵ – foram recrutados principalmente nas regiões a oeste de Kantô (Tóquio e adjacências), nas ilhas de Shikoku, Kyûshû (respectivamente situadas na parte leste e sul do arquipélago japonês)

³⁰⁴ Em 1868, um funcionário do Consulado dos EUA intermediou a ida de emigrantes japoneses para a ilha alemã de Guam (plantação de arroz d’água, 42 pessoas) e Havaí (plantação de cana-de-açúcar, 153 pessoas) que, portanto, não tinha caráter oficial, uma vez que o governo proibiu a saída dos mesmos por considerá-la uma espécie de tráfico disfarçado de escravos. Mesmo assim, os emigrantes partiram clandestinamente e, de fato, devido às péssimas condições de vida e trabalho, muitos não resistiram e faleceram antes de regressarem à terra natal. Isso acarretou um incidente diplomático entre os dois países que levou o governo japonês a estabelecer as diretrizes de sua futura política emigratória. Um caso à parte foi o que ocorreu com os 40 emigrantes de Aizu (atual Fukushima) que partiram para o sul de Sacramento (Califórnia) em 1869, com a finalidade de se fixarem de modo definitivo no EUA, após serem derrotados na Guerra de Boshin (1868-1869), ao enfrentar o governo Meiji. In: MITA, Chiyoko. *Bastos: uma comunidade étnica japonesa no Brasil*. São Paulo: Humanitas/FFLC/USP, 1999, pp 9, 22-23; MASUJI, Kiyotani. “Do Kasato-maru até a década de 1920”. In: *Uma epopéia moderna: 80 anos da imigração japonesa no Brasil*. São Paulo: Hucitec / Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa, 1992:27-28; MOTOYAMA, Shozo. , *op.cit.*, p. 72-74.

³⁰⁵ Nos Estados Unidos, os emigrantes japoneses foram contratados principalmente para trabalharem na mineração, construção de ferrovias e agricultura (a partir de 1885), Austrália (plantação de cana-de-açúcar em Queensland, 1888), possessão francesa de Nova Caledônia (mineração de níquel, 1892), possessão francesa de Guadalupe (plantação de cana-de-açúcar, 1894), Peru (plantação de cana-de-açúcar e extração de borracha, 1899), México (plantação de cana-de-açúcar, 1899), Canadá (mineração de carvão de pedra e atividade pesqueira, 1900), Filipinas (construção de rodovias, 1903). In: MOTOYAMA, Shozo, *op.cit.*, p.75.

e, principalmente, da recém anexada Okinawa (1879), pobre de recursos, com um problema crônico de superpopulação e uma economia baseada na plantação de cana-de-açúcar, vulnerável às oscilações de preços no mercado internacional. O crescimento rápido da população – de 150 mil habitantes em 1881 a 396 mil em 1914 – tornava as coisas ainda mais difíceis para as famílias de lavradores, que compunham a imensa maioria do local. Somam-se a isso as grandes tempestades (1899 e 1901), a erupção do vulcão Torishima (1902), uma longa seca (1904) e uma epidemia de cólera suína (1908) que assolaram a região³⁰⁶.

Com a permissão de construir embarcações de grande porte, surgem as companhias de navegação estatais que, posteriormente, foram privatizadas. Empresários e políticos, interessados nesse novo e promissor empreendimento estatal, passaram a pressionar o Governo para que liberasse esses serviços à iniciativa privada. Para incentivar a política de emigração, o Governo cria o Departamento de Emigração (1891), autoriza a privatização dos serviços e estabelece a Norma de Proteção ao Emigrante (1893)³⁰⁷ que, mais tarde, se tornou Lei de Proteção ao Emigrante (1896), aprovada pela Câmara dos Deputados, definindo claramente as responsabilidades cabíveis à companhia de emigração com o intuito de proteger os interesses dos trabalhadores que viajavam³⁰⁸. Após a privatização, as empresas passam a estabelecer “contratos particulares” (*shiyaku imin*) e intermediar os emigrantes sem contratos ou “livres” (*jiyû imin*). Em 1891, é fundada a primeira empresa privada de emigração japonesa, a Companhia Kichisa de Emigração Ltda (Nippon Kichisa Imin Kaisha) por Yasujiro Yoshikawa, presidente da Companhia de Navegação (Nippon Yusen) e Teiichi Sakuma, originário da ex-classe de samurai e empresário de destaque da era Meiji.

Moriyama observa que a privatização de empreendimentos estatais foi uma das estratégias políticas do governo Meiji para impulsionar o desenvolvimento industrial e, segundo Mita (1999:24), nesse contexto, a privatização do serviço de emigração era igualmente interessante por desobrigá-lo de arcar com os altos encargos do transporte de emigrantes³⁰⁹. Encargos que durante a Guerra Sino-Japonesa (1894-1895) se tornaram ainda mais vultosos pela necessidade de se contratar navios estrangeiros para o

³⁰⁶ OKUBARO, Jorge., *op.cit.*, p.57.

³⁰⁷ A partir de 1880, o governo japonês passa à iniciativa privada o controle do setor industrial até então em poder do Estado. Grupos como a Mitsubishi, Mitsui, Furukawa, Kawasaki e outros recebem fábricas de fiação, tecelagem, cimento, minas, estaleiros etc do governo, a preços convidativos. São os chamados empresários-políticos (*seishô*) que mais tarde evoluem para os chamados *zaibatsu*, grandes grupos familiares, verdadeiras oligarquias que dominam a economia do país. Instala-se o Banco de Yokohama (predecessor do atual Banco de Tóquio), especializado em operações cambiais para promover o comércio exterior. In YAMASHIRO, José, *op. cit.*, p.257.

³⁰⁸ MITA, Chiyoko, *op.cit.*, p. 23-25.

³⁰⁹ MORIYAMA, Alan Takeo. “Nihon no imin shakai to Hawaii (1894-1908)” (Havai e a sociedade japonesa de emigrantes (1894-1908). *Ijû Kenkyû* (Estudos sobre a emigração), n.20 (Março, 1983, Tóquio), p.46-54. In: MITA, Chiyoko., *op.cit.*, p. 24.

transporte de emigrantes, uma vez que os navios japoneses de emigração foram utilizados para o transporte de soldados.

As despesas de viagem corriam por conta do Governo havaiano e durante sua vigência, de 1885 a 1894, cerca de 30 mil emigrantes japoneses foram enviados para trabalhar nos canaviais³¹⁰. O resultado econômico ficou muito acima da expectativa das autoridades nipônicas. “Em média, as remessas para o Japão eram acima de 700 mil dólares anuais e a demanda de produtos japoneses no Havaí aumentou consideravelmente os nossos índices de exportação”, comentou o chefe da divisão de emigração do Ministério das Relações Exteriores em reportagem concedida a uma revista econômica³¹¹. Estimativas apontam que de 1885 a 1894 somente os emigrantes oficiais do Havaí teriam remetido para o Japão cerca de 2.650.000 dólares, em dez anos; em 1915, a quantia chegou a 2,5 milhões de dólares por ano³¹². Nesse período, a emigração era predominantemente jovem e masculina e insere-se num projeto de regresso, que determina forte corrente de remessas de divisas e que, conforme Pereira, citada no início deste capítulo, essa corrente emigratória resulta da não-absorção pelos respectivos mercados nacionais da enorme massa de camponeses e correspondem à solicitação de mão-de-obra assalariada para substituição de mão-de-obra escrava, no outro lado do Atlântico.

Naquela época, as justificativas veiculadas pelo Governo japonês para a emigração eram pautadas na necessidade de diminuir o excedente populacional (50 milhões), aumentar o fluxo de circulação de capital e de mercadorias (através da exportação de produtos japoneses e da remessa de dinheiro dos emigrantes), obter experiências e conhecimentos técnicos no Exterior para serem aplicados após o retorno e fundar colônias que cultivariam gêneros alimentícios que seriam reexportados para o Japão³¹³. No entanto, o objetivo principal era sanar o desgaste ocasionado

³¹⁰ O salário mensal era de 12,5 dólares para os homens e 7,5 dólares para as mulheres. Os emigrantes trabalhavam 25 dias por mês sendo que o trabalho diário era de 10h para serviço em céu aberto e 12h para serviço interno. In: *Uma epopéia moderna.*, *op.cit.*, p.31.

³¹¹ IJÛ SHICHÔ (Corrente emigratória). *Gaimushô Chû-nambei ijûkyoku* (Ministério das Relações Exteriores – Departamento de Emigração para América Central e América do Sul). Tóquio, no. 4, dez. 1966:11. In: MITA, Chiyoko., *op.cit.*, p. 23. A tradução do comentário é nossa.

³¹² *Uma epopéia moderna: 80 anos de imigração japonesa no Brasil*. São Paulo: Hucitec / Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa, 1992:31. Segundo Irie, *apud* Mita (1999:25), em 1899, uma pesquisa realizada pelo governo americano revelou que a população do Havaí era composta por 18,7% de brancos, 19,3% de nativos havaianos e 39,7% de japoneses.

³¹³ Na fase final do xogunato Tokugawa, a população japonesa esteve estacionária em cerca de 30 milhões de habitantes (de 1720 a 1830), dos quais 84% constituída de lavradores (*nô*), 7% de samurais (*shi*). Os restantes 9% representavam as demais classes: artífice (*kô*), comerciantes (*shô*), nobres palacianos (*kuge*), sacerdotes shintoístas, monges budistas, homens de letras e estudiosos (*gakusha*); e mendigos e os eta (ou *hinin*, os não-homens). Enquanto que os mendigos eram aqueles indivíduos (lavradores, comerciantes, artesãos etc) que caíam em miséria e se tornavam pedintes, especialmente em épocas de fome e calamidades naturais, os eta pertenciam congenitamente a essa casta, visivelmente correspondente aos párias indianos, aos intocáveis, renegados da sociedade. Em 1888 a população chegava a 38 milhões e em 1909 ultrapassava 50 milhões. In: MITA, Chiyoko, *op.cit.*, p.22; YAMASHIRO, José, *op.cit.*, p. 182-186; TAJIRI, Tetsuya. “A abertura da emigração no Japão”. In. *Uma epopéia moderna*, *op.cit.*, p.27; 154.

pela primeira crise econômica capitalista no Japão (1890), que aumentou o número de desempregados oriundos do excesso populacional da zona rural, que não foi suficientemente absorvido pelos centros urbanos, a despeito da política governamental de incremento do comércio e da indústria³¹⁴.

A onda emigratória toma impulso logo após a Guerra Sino-Japonesa (1894-1895), uma vez que grande parte dos soldados que voltaram para o Japão emigrava para o Havaí e uma parte deles reemigrava para o continente norte-americano, que oferecia melhores salários e, concomitantemente, o número de companhias de emigração também aumentou: em 1898, havia dez empresas de emigração e, em 1905, esse número subia para 29. Segundo Irie, *apud* Mita (1999:25), em 1899, uma pesquisa realizada pelo governo americano revelou que 39,7% da população do Havaí eram compostos de japoneses, a despeito de, a partir de 1895, o Governo havaiano tomar medidas restritivas à imigração japonesa, permitindo apenas a entrada daqueles contratados que tivessem licença do Departamento de Imigração do Havaí³¹⁵. Essa medida tinha como objetivo conter essa corrente imigratória que não parava de crescer. Isso provocou uma aversão anti-japonesa nos EUA. Apesar de o Governo havaiano determinar que o número de emigrantes não deveria passar de 700 por ano, em 1896, chegaram ao Havaí 6.245 japoneses (4.476 imigrantes contratados e 1.769 livres)³¹⁶. A medida restritiva não foi bem sucedida devido à pressão dos fazendeiros que enfrentavam a carência de mão-de-obra para as plantações de cana-de-açúcar. Em 1897, quando o Havaí foi incorporado aos Estados Unidos e, posteriormente, colocado sob sua jurisdição, em 1900, a lei americana que proibia a imigração de trabalhadores estrangeiros contratados passou a vigorar. Diante disso, o Japão passa a redirecionar o seu excedente populacional para o Peru e o México, países com que o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação havia sido firmado com base na reciprocidade.

Com o objetivo de se tornar a primeira potência asiática no final do século XIX, o Japão precisava, portanto, adequar-se às coordenadas do imperialismo e assimilar as competências tecnológicas que se delineavam na segunda metade do século XIX num concerto internacional que distinguia nações fortes e “civilizadas” das fracas e “incultas” e que se caracterizava pelo desrespeito das primeiras para com as segundas. Para se tornar um Estado moderno e manter a sua autonomia, era imprescindível tornar-se militarmente forte, enfrentando o peso da responsabilidade de ter de assimilar rapidamente os avanços tecnológicos do Ocidente, a despeito de incorrer em inúmeras contradições e agravar tensões internas decorrentes do desequilíbrio social causado

³¹⁴ ANDO, Zempati e Wakisaka, Katsunori, *op.cit.*, p.22.

³¹⁵ O regulamento exigia a posse de um capital de no mínimo 50 dólares por emigrante livre, com o objetivo de impedir não somente a entrada de emigrantes pobres mas, principalmente, a entrada de japoneses. *In: MITA, op.cit.*, p.26.

³¹⁶ NISHIMUKAI, Yoshiaki. “Senzen no imin-yûsô to waga kuni no kaingyo – hôron” (Transporte de emigrantes japoneses e a marinha mercante japonesa). *Keizai Keiei Kenkyû Nempo* (Boletim sobre os primórdios da emigração japonesa para o México). *Nambeï Kenkyû* (Estudos Latino-Americanos). Número 15 (1970, Kobe), p. 31-44. *In. MITA, Chiyoko., op.cit.*, p.25.

pela superpopulação e pelo vertiginoso empobrecimento dos agricultores que, devido à baixa produtividade agrícola e industrial, contribuía para o aumento considerável do índice de desemprego e de miséria no país.

Para conter possíveis rebeliões da população e buscar soluções para o abastecimento de matérias primas para iniciar o seu processo de industrialização, são colocadas em prática a colonização e a emigração como política de Estado, normatizadas por uma legislação especial e amparadas por um corpo de instituições³¹⁷.

Desenvolver a indústria tornou-se uma das prioridades do governo. Para estudar atentamente a organização industrial do Ocidente, uma missão chefiada por Tomomi Iwakura parte para a Europa e América, de 1871 a 1873³¹⁸. Informações de todo tipo foram recolhidas pelos membros dessa missão, que incitaram o governo de Meiji a fazer reformas e a modernizar-se para recuperar o atraso do Japão, em todas as áreas, em relação às nações ocidentais, sob o lema “Civilização e ilustração” (*bun’mei kaika*) e “País rico, exército forte” (*fukoku kyôhei*), de que falamos há pouco.

Decidido a enfrentar o imperialismo europeu e norte-americano, adotou a estratégia de aprender com o inimigo. O Japão toma o caminho da industrialização acelerada, transformando de forma sistemática o conhecimento científico em técnica³¹⁹.

Impassíveis no mundo

tal qual pinheiro sobre a rocha

enfrentando tempestades³²⁰

Imperador Meiji

³¹⁷ SAKURAI, Célia., *op.cit.*, p.12.

³¹⁸ Em Veneza, Iwakura descobre que Hasegawa Tsunegawa (1571-1635) esteve numa missão ao México, Madri e Roma a fim de estabelecer relações comerciais em 1631, promovido pelo poderoso senhor feudal Date Masamune, da região de Tōhoku (atual província de Sendai). A existência dessa missão somente foi divulgada em 1909.

³¹⁹ Segundo Motoyama (2011:58), no último quartel do século XIX, estava em alta a chamada Segunda Revolução Industrial, mais conhecida como Revolução Técnica Científica (RTC), que impulsionou a indústria com o desenvolvimento do gerador (1866) de Werner Von Siemens (1816-1892), do gerador de corrente alternada (1887) de Nikola Tesla (1856-1943) e do transformador (1886) de William Stanley (1858-1916). Esses novos conhecimentos contribuíram para a automatização e racionalização da indústria, a mecanização da lavoura e o desenvolvimento dos meios de comunicação (telégrafo, telefone, rádio, telégrafo sem fio) e os meios de transporte como o automóvel e o avião.

³²⁰ *Arashifuku yonimo ugokuna hitogokoro Iwaoni nezasu matsuno gotokuni. In. TOIDA, Helena Hisako., op.cit.*, p. 17-28.

Foi um período de turbulências provocadas pelas mudanças vertiginosas das estruturas sócio-político-culturais. Criam-se sucessivamente os ministérios da Educação, da Indústria, de Assuntos Militares, do Interior, Agricultura e Comércio, dentre outros.

Inúmeras medidas são tomadas simultaneamente para cumprir essa missão. Com a inauguração da primeira estrada de ferro do Japão, que liga Tóquio a Yokohama (1872), com 25 km de extensão, e a estrada de ferro Tōkaidō, que liga Tóquio a Osaka (1889), importantes centros comerciais e urbanos passam a estar interligados, aumentando o fluxo de mercadorias e de pessoas.

A construção de navios a vapor e a utilização de bondes, jinriquixá e charretes tornam mais rápida e cômoda a locomoção, antes bem mais demorada com os barcos a vela, cavalos e palanquins.

Instalam-se os correios, e selos e cartões postais passam a agilizar a comunicação. O Edito Imperial aos Soldados e Marinheiros (*gunjin chokuyū*), de 1882; a Constituição do Império Meiji, de 1889; e o Edito Imperial de Educação, de 1890, foram três dos principais documentos que serviram de base para o surgimento de um novo tipo de cidadão japonês.

O Édito Imperial aos Soldados e Marinheiros serviu para formar a ideologia dominante no Japão desse período em que se enfatizava a virtude suprema dos militares, o dever para com o Imperador e a pátria, exaltando a disciplina, a hierarquia, a coragem e a sobriedade. Patriotismo e lealdade ao Imperador eram os princípios mais destacados dessa nova ética, além de instruir os militares a se manterem afastados da política. A vitória contra a poderosa China, em 1895³²¹, que por séculos dominara a Ásia, representou o primeiro grande momento da política expansionista do Império japonês, êxito da política externa que fortalecia os valores constitutivos do caráter nacional³²².

A Constituição Meiji definia a relação dos súditos com o Imperador, considerado “um ser sagrado e inviolável”. Como símbolo supremo da unidade e da perpetuidade do Japão, descendente direto da divindade Amaterasu, não se lhe podia imputar culpa ou responsabilidade por atos de seus subordinados, como os ministros de Estado. Como vimos anteriormente, essa distinção era a base da moderna ordem política japonesa que fundamentava sua legitimidade na benevolência do Imperador e, portanto, a

³²¹ A China aceitou o domínio formal que o governo japonês impôs às ilhas Ryūkyū em 1874, mas havia a questão da Coreia, então mantida como um Estado vassalo do governo chinês. Em 1876, o Japão conseguiu da China a abertura para o comércio dos portos da Coreia, passagem obrigatória para o Japão chegar ao nordeste do continente asiático. No ano seguinte, a recusa de sua proposta de invasão da Coreia foi o motivo que levou o último samurai dos tempos do shogunato, Saigo Takamori, a rebelar-se contra o Imperador. Não que o império Meiji não quisesse fazer isso; apenas considerava inoportuno fazê-lo naquele momento, em que se consolidava o poderio militar japonês. Em 1894, irrompeu uma rebelião anticidental na Coreia e, para contê-la, o rei coreano, na condição de vassalo, pediu ajuda à China. O Japão entendeu que essa ajuda contrariava uma convenção assinada em 1885 e enviou tropas para a Coreia. Em julho daquele ano, advertiu a China de que não deveria enviar mais soldados para a Coreia e, em seguida, suas tropas ocuparam o palácio real coreano. Ou a China rejeitava o ultimato e entrava em guerra com o Japão, ou se submetia a esse país. Era o começo da guerra sino-japonesa. In. OKUBARO, Jorge., *op.cit.*, p.50-51.

³²² OKUBARO, Jorge., *op.cit.*, p.50-51.

instituição imperial (*kokutai*) estava acima da política (*seitai*). Enquanto que a *kokutai* (representada pela instituição imperial) foi sacralizada, a *seitai*, a esfera do governo, ou da política, manteve-se profana e secular.

O xintoísmo, literalmente “caminho das divindades tutelares de todas as coisas”³²³, patrocinado pelo Estado, pregava, sem se opor frontalmente aos ensinamentos confucionistas, que a autoridade do Imperador era inquestionável³²⁴. A nova autoridade, moderna e industrializante, encontra sua justificativa no pretérito e a concepção de ancestralidade e o vínculo com a natureza se coadunam ou, em outras palavras, “o passado, convenientemente lido pela ótica do presente, se apresenta como um *continuum* que teria sempre existido”³²⁵.

O budismo, introduzido no Japão pelo Imperador Shômu, permaneceu unicamente vinculado à aristocracia com o objetivo de unificar a nação japonesa ainda no século VIII. No período Kamakura (1180-1336), quando na forma Zen se difunde entre os samurais e, nos estratos sociais inferiores, vincula-se às crenças mágicas, transforma-se radicalmente. Introduzindo-se entre os samurais, molda-se a uma ética guerreira em que a disciplina e o controle da mente se tornam essenciais; mesclando-se com o xintoísmo, o budismo se populariza, ganhando uma audiência religiosa mais generalizada permitindo a adaptação da sua complexidade interpretativa às necessidades do homem comum³²⁶.



Imagem - “Bairro de Ginza, com suas casas de tijolos em estilo ocidental”, 1871. Acervo exposto na biblioteca da Universidade de Waseda.

Disponível em <http://ohmoriws1.ms.kagu.tus.ac.jp/public_page/kidland/JapaneseHistory/Sekai-Meiji-Bunmeikaika.html>Acesso em 17 Fev 2012.

³²³ A fonte mais antiga referente às tradições étnicas do Japão é o *Kojiki* (História das coisas antigas, 712), *Nihongi* (Crônicas do Japão, 712), *Fudoki* (VIII), *Kogoshui* (807-8) e *Engishiki* (927).

³²⁴ OKUBARO, Jorge., *op.cit.*, p.49.

³²⁵ ORTIZ, Renato., *op.cit.*, p.52.

³²⁶ *Idem*, p.45.

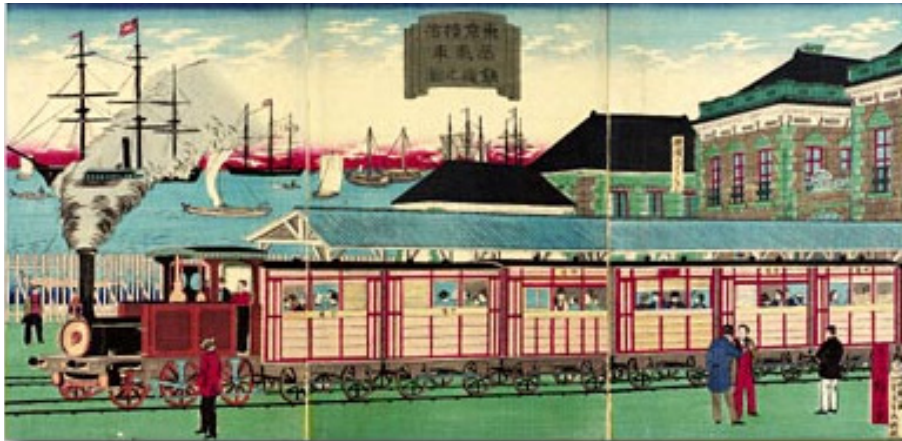


Imagem – “Trem a vapor entre Tóquio e Yokohama”
by Utagawa Hiroshige III, 1875 [2000.549]

Sharf Collection, Museum of Fine Arts, Boston.

Disponível em <<http://ocw.mit.edu/ans>> Acesso em 24 Jan 2011.

A Constituição Meiji de 1889 e o Édito Imperial de Educação de 1890 possuem fortes traços neo-confucionistas. O neo-confucionismo originou-se na China, durante a dinastia Song (960-1279), como uma nova abordagem do confucionismo. Teve influência do Budismo, principalmente da doutrina Zen, e englobava conceitos como *riki* (origem do Universo), os cinco princípios do *yin* e *yang*, que teorizam as relações conceituais entre o Universo, a Natureza e o Homem. Este conhecimento ficou restrito aos monges dos templos zen-budistas e não chegou a exercer fortes influências na sociedade. Essa situação sofre uma grande transformação na Idade Pré-Moderna, por volta do século XVII, após o período de intensas guerras civis (1467-1568). O fim das constantes guerras civis, a decadência dos nobres, o declínio do poder dos templos budistas e o caos ideológico (rebeliões contínuas, pessoas sem motivação para viver e a corrupção da ética) propiciaram, finalmente, a divulgação do neo-confucionismo na sociedade.



Imagem - “Famoso edifício em Tóquio: O prédio dos Correios em perspectiva, situado em Edobashi” by Kobayashi Ikuhide, 1889 [2000.509] Sharf Collection, Museum of Fine Arts, Boston.

Disponível em <<http://ocw.mit.edu/ans>> Acesso em 24 Jan 2011.

A casa xogunal Tokugawa, que unificou o país pelo poder da espada, serviu-se desses ensinamentos não só para legitimar o seu poder como também para educar o povo. No período pré-moderno, início do século XVIII, criam-se Escolas Oficiais em cada *han* (feudo) e, até mesmo entre o povo, surgem academias particulares e escolas do tipo *terakoya*, assim denominadas por se aglutinarem a templos. Nessas escolas eram ensinados os princípios básicos das letras e dos números, tendo originado uma educação popular fundamentada nos escritos clássicos dos preceitos confucionistas, a começar pelo *rongo*, os Analetos de Confúcio. Segundo Kitsukawa (2003:24), a função principal do neo-confucionismo foi a de servir de fundamento lógico e ideológico para o estabelecimento e o domínio do sistema xogunal *baku-han* e justificar os mandos e desmandos da classe dominante e, em nenhum momento, pensou-se em estabelecer uma política voltada para seus princípios ideológicos, em que se valorizava e se estimulava o desenvolvimento individual³²⁷. Com o intuito puramente pragmático da classe dominante, na prática, os confucionistas foram apenas “usados” para cumprir tal objetivo e, portanto, é fácil entender porque eles não ocuparam uma posição privilegiada no sistema organizacional do xogunato, diferentemente dos estudiosos oficiais do período anterior.

No Japão, os ideais religiosos deviam ser contemporizados com as exigências mundanas, e a sociedade estamental, organizada segundo a hereditariedade, dava apenas aos descendentes de samurais o direito de exercer cargos administrativos. A posição da casta falava mais alto do que as qualidades laboriosamente adquiridas com o estudo. [...] O modelo de reflexão neoconfucionista teve de evoluir num direção distinta, integrando elementos que inexistiam na sociedade chinesa³²⁸.

Com o lema “País rico, exército forte” (*fukoku kyôhei*), o Governo investe em equipamentos modernos, formação pessoal e profissional, e assimila as técnicas de comando e controle. Oficiais são enviados para as escolas militares da Prússia e oficiais prussianos são contratados para instruir os cadetes japoneses. O objetivo era aprender com o exército teuto-prussiano, que havia vencido a França em 1870. O general prussiano Von Meckel foi quem, em 1885, treinou o Exército Japonês. Em 1904 estava formado um corpo de oficiais altamente competentes e de extrema lealdade ao Imperador.

Quanto à Marinha, os japoneses aprendem com a Inglaterra. Engenheiros ingleses constroem os primeiros estaleiros e as primeiras unidades modernas da marinha de guerra japonesa: cruzadores fabricados com ferro, couraçados movidos a vapor, equipados com canhões de longo alcance. Fumegam os primeiros navios de dupla válvula da frota comercial japonesa, e os *marus* – navios comerciais – japoneses fazem sua aparição em todos os portos

³²⁷ Segundo Kitsukawa, *op.cit.*, p.22, entende-se aqui que cada *han* tinha um *daimyô* (chefe local) e este possuía autonomia administrativa; diferentemente do sistema feudal da Europa.

³²⁸ ORTIZ, Renato., *op.cit.*, p.45-46.

da Terra³²⁹. A aliança com a Inglaterra significou também uma estreita parceria técnica e tática. No domínio técnico, os britânicos forneceram a tecnologia das transmissões sem fio e, durante a guerra russo-japonesa, observadores navais britânicos estiveram a bordo dos navios de guerra japoneses. No campo tático, as doutrinas propostas pelo Almirante Fisher para derrotar a frota russa do Mar Negro com torpedeiros foram usadas pelos japoneses no ataque surpresa a Porto Artur em fevereiro de 1904. O grande mérito da aliança Anglo-Japonesa foi permitir que o Japão se aventurasse contra a Rússia e o fizesse a tempo de impedir que a construção naval russa permitisse dar um salto qualitativo e quantitativo de modo a desequilibrar desfavoravelmente o potencial de combate japonês³³⁰.

Segundo o historiador inglês Andrew Cobbing, Honda Toshiaki (1743-1820)³³¹ foi pioneiro no sentido de argumentar a importância de se adotar uma política colonial, reforçar a defesa costeira e desenvolver o comércio exterior; e de que, se o governo japonês seguisse seu plano para a construção de um império comercial envolvendo os territórios setentrionais, “sem dúvida surgirão dois países supremamente prósperos e poderosos no mundo: o Japão no Leste e a Inglaterra no Oeste”. As ideias de Honda poderiam ser resumidas no lema posteriormente adotado pelo governo Meiji: “País rico, exército forte”.

Com as vitórias do Japão nas guerras Sino-Japonesa (1894-1895)³³² e Russo-Japonesa (1904-1905)³³³, ocorrem radicais modificações geopolíticas que influíram no equilíbrio de poderes entre as potências dominantes no Extremo Oriente. Na guer-

³²⁹ ZIERER, Otto., *op.cit.*, p.96.

³³⁰ FREIRE, José Miguel Moreira. “Há Cem Anos a Guerra Russo-Japonesa. Consequências Diplomáticas. Equilíbrio Internacional e Europeu”. Disponível em <www.revistamilitar.pt> Acesso em 12 de Janeiro de 2012.

³³¹ Matemático e navegador (1744-1821). Abriu em Edo uma escola de matemática e astronomia e estudou essas ciências nas obras ocidentais. Explorou a costa litorânea japonesa e, principalmente, a região de Hokkaido, em 1801. Em sua obra *Keisei Hisaku* (Plano secreto para governar o país), escrita em 1798, defendia a idéia de que se deveria fazer uma colonização racional na ilha de Hokkaido e em seu *Saiiki monogatari* (*Contos do oeste*), publicado no mesmo ano, propunha mudar a capital do Japão de Edo para Kamchatka e abolir a política xogunal de isolamento do país, a fim de poder participar do desenvolvimento comercial internacional. Seus estudos mostraram-lhe que o Japão somente poderia sair do impasse econômico, adotando os modelos europeus de gestão da economia.

³³² O governo Meiji tenta obter influência sobre a Coréia para fazer deste país a muralha de proteção dos ataques estrangeiros. Porém, essa estratégia só serviu para criar atritos políticos com a China, que a considerava como parte do seu protetorado. A guerra tem início em agosto de 1894, com o bombardeamento de barcos japoneses pelas forças navais chinesas. O contra-ataque do Japão é rápido e fulminante, derrotando a China em pouco tempo. No início de 1895, o Japão invade a Manchúria e a província de Shantung, toma Porto Arthur e controla o acesso marítimo e terrestre a Pequim. A China admite a derrota e, ao assinar o Tratado de Paz de Shimonoseki, reconhece a independência coreana, cede as ilhas de Formosa (Taiwan) e a península de Liaotung, na Manchúria, compromete-se a pagar uma indenização ao Governo nipônico e abre quatro portos em seu território ao comércio japonês. Para os dirigentes russos, a cessão da península de Liaotung ao Japão desequilibra o mapa político do Extremo Oriente. Assim, pedem a imediata modificação do tratado de paz, com o apoio dos governos da França e da Alemanha, formando uma Intervenção Tripartida, para forçar o Japão a devolver a península de Liaotung à China. O Japão cede, exigindo, em contrapartida, um aumento da indenização paga pela China. Porém, temendo a expansão russa até às portas do Japão através da península coreana, o Governo japonês alia-se à Inglaterra e aos EUA para, anos mais tarde, em 1904, desencadear a Guerra Russo-Japonesa.

³³³ O Japão teve o apoio diplomático da Inglaterra e dos EUA, ambos contrários à intenção russa de conquistar a Coréia e a Manchúria, enquanto que a Rússia tinha o apoio de franceses e alemães. Vários acordos diplomáticos foram tentados, sem sucesso. Em 6 de fevereiro de 1904, o Japão corta as relações diplo-

ra Russo-Japonesa, o Japão já não estava sozinho diplomaticamente, pois tinha como aliados a Inglaterra e os Estados Unidos.

O Japão conseguiu um conjunto de conquistas que assustaram as potências europeias ao firmar o Tratado de Paz de Portsmouth, em 5 de setembro de 1905. Neste acordo, a Rússia reconhecia os interesses japoneses na Coreia, transferia o arrendamento da península de Liaotung dos russos ao Japão, o controle de Port Arthur, arrendamento do território de Kwantung, além das concessões ferroviárias da Companhia de Estradas de Ferro Sul Manchuriana e o direito de pesca até as províncias marítimas da Sibéria Oriental. E, contrariando as expectativas do Japão, que havia se endividado com os britânicos e os americanos para fazer a guerra, não receberam uma indenização, mas sim a metade sul da ilha de Sacalina, situada ao norte de Hokkaido.

Após a vitória sobre os russos, o Japão aumenta seu prestígio na Ásia e intensifica cada vez mais o movimento para a colonização da Coreia³³⁴. Diante deste novo quadro, o Governo passa a incentivar concomitantemente a colonização e a emigração, passando também a assumir características imperialistas de aumento do poder econômico pela expansão territorial no contexto de competição dos países ocidentais pela implantação de colônias no Exterior. Por ocasião da Conferência Imperial realizada em Tóquio em 1909, Jûtarô Komura, ministro das Relações Exteriores, pronuncia:

Como resultado da guerra, a postura adotada pelo Império precisou ser radicalmente alterada. A anexação de extensas regiões [referindo-se principalmente à Coreia e Manchúria] ampliou o território japonês e isso

máticas com a Rússia e, dois dias depois, na noite de 8 de fevereiro, ataca a esquadra russa em Porto Artur, sem qualquer declaração de guerra. Na batalha naval de 27 de maio de 1905, a esquadra russa, com 38 belonaves, sofreu uma terrível derrota (20 navios afundados e 5 aprisionados) enquanto que o Japão perdeu apenas 3 torpedeiros. No confronto terrestre, o Japão teve uma larga vantagem em contingente de soldados, enquanto a tropa Russa contava com 80 mil soldados mal preparados, os japoneses possuíam 270 mil soldados treinados e equipados. No início do século XX, enquanto o Japão tinha uma identidade própria como povo, os Czares governavam uma população de 130 milhões, não só desagregada culturalmente, mas também com focos de instabilidade resultantes do atrito com minorias religiosas, entre nacionais e com um proletariado operário com as piores condições da Europa, aspectos essenciais para a crise social que se agravava, principalmente pelas condições de vida e de trabalho, opressão por uma economia débil e um cenário político despótico e conservador. Depois de 16 meses de guerra, o Japão, vitorioso não absoluto, mas com os recursos financeiros e humanos no limite, não teve outra solução senão procurar a paz. Secretamente, os japoneses solicitam ao então presidente dos Estados Unidos, Theodore Roosevelt, mediação de paz.

³³⁴ Em 1905, o Japão anula os direitos diplomáticos da Coreia, e em 1907, o imperador coreano é obrigado a abdicar, forçando a dissolução do exército coreano, e o país passa a ser administrado por um governador geral nomeado por Tóquio. Essas medidas do governo japonês causam a revolta do povo coreano, surgindo vários levantes e resistências. Em 1909, o primeiro ministro japonês, Hirobumi Ito, o primeiro a ocupar o cargo de chefe de gabinete ministerial do Japão é assassinado por um coreano, durante a sua viagem à Manchúria. Porém, o movimento para a anexação da Coreia segue o seu processo e em 1910, a Coreia é anexada ao Japão. É fundada uma capitania para desenvolver a política de colonização. Nas escolas coreanas são ensinadas a língua e a história do Japão, forçando-os a assimilar a cultura japonesa. A Coreia se torna independente somente após a rendição do Japão na Segunda Guerra Mundial, em 1945.

exige que, a partir de agora, cuidemos de controlá-las. Os japoneses devem se manter unidos para que não se dispersem em terras estrangeiras³³⁵.

A emigração e a colonização eram, portanto, uma política de Estado que foi reforçada após a vitória japonesa contra a China e a Rússia. A vitória contra o colosso russo foi um “divisor de águas” na maneira como o Japão era e passaria a ser visto mundialmente, contribuindo para a redefinição dos discursos que estavam em circulação na América e na Europa relativos ao país e aos japoneses.

Os progressos conseguidos pelo imperialismo nipônico eram significativos para inquietar os concorrentes ocidentais, especialmente os Estados Unidos, cujos interesses corriam o risco de ter de enfrentar a concorrência japonesa no Extremo Oriente e no Pacífico. O que os Estados Unidos temiam era a concorrência econômica que, em longo prazo, poderia ameaçar os seus interesses, mas temiam sobretudo as ambições territoriais do Japão, desconfiando de que este cobiçasse as recentes aquisições insulares dos Estados Unidos, o Havaí e as Filipinas. Outro motivo que igualmente inquietava os Estados Unidos era o fluxo de emigrantes japoneses para a costa oeste dos Estados Unidos. Os habitantes de Los Angeles e de São Francisco não viam com bons olhos a “invasão” de japoneses que se concentravam nos bairros pobres e que constituíam uma mão de obra barata, com grande peso no mercado de trabalho. Pressionado pela população, o governador do estado da Califórnia adotou medidas discriminatórias da imigração japonesa. Tóquio protestou contra essas disposições que não tinham o apoio do presidente Roosevelt. Em 1907, Roosevelt consegue obter do Japão a limitação da emigração para os Estados Unidos, em troca da supressão das medidas consideradas humilhantes. A manutenção do *status quo* no Pacífico foi estabelecida por acordo, através do *Gentleman's Agreement* (1908). O próprio Governo japonês, para cumprir o acordo firmado, limitou voluntariamente a emissão de passaportes para novos imigrantes com destino aos Estados Unidos³³⁶.

Dezem (2005:179-182) observa que os primeiros imigrantes japoneses que chegaram nos Estados Unidos (1885) foram associados à imagem estereotipada reservada aos chineses, mas, com o decorrer dos anos, passaram a ser vistos como diferente do imigrante chinês. O japonês tinha a proteção do Governo japonês, pertencia a uma nação em ascensão que despontava como a maior potência asiática, sentia o dever de cumprir uma missão, era trabalhador, organizado e, portanto, sério concorrente no campo de trabalho e, conseqüentemente, perigoso. Os discursos raciais contra os chineses (inassimiláveis, maus hábitos, baixo padrão de vida, alto índice de natalidade, perigosos) foram reativados no período em que o número de trabalhadores japoneses atingiu o seu ápice (127 mil), entre 1901-1908. O fato de serem diferentes e indesejáveis, tal qual os chineses o eram, fortaleceu o discurso antinipônico. Por outro lado, as

³³⁵ IRIE, Toraji. *A história da expansão ultramarina dos japoneses (Hôjin kaigai hatten shi)*. Tóquio: Kotoshobo, 1939:507.

³³⁶ MITA, Chiyoko, *op. cit.*, p. 26.

qualidades também eram muitas e eram reconhecidas pelo Governo norte-americano: trabalhador, calmo, inteligente, estudioso, asseado, ambicioso e obediente às leis norte-americanas. Em suma, qualidades que o tornavam um sério concorrente. As diretrizes da política emigratória do Japão foram interpretadas como sendo parte de um projeto de invasão japonesa e os discursos para tentar excluir esse elemento perigoso foram enfatizadas e insistentemente divulgadas pela imprensa.



Imagem - Coleção de pinturas da Era Meiji "Local pitoresco em Osaka"
O antigo castelo de Osaka foi utilizado como quartel general, 1871.
Disponível em <taka4027.exblog.jp> Acesso em 16 Fev 2011.

1.5.1. A QUESTÃO JAPONESA NO BRASIL

Como vimos anteriormente, o processo de aproximação diplomática entre o Brasil e o Japão vinha ocorrendo timidamente desde 1882, quando da visita de Eduardo Calado, ministro plenipotenciário brasileiro em Pequim, a Tóquio, onde conversou sobre o assunto com autoridades japonesas; mas as negociações não vingavam tanto pela exigência nipônica de celebrar um tratado com base na reciprocidade quanto pelo fato de ambos os países estarem reticentes quanto às vantagens de se estabelecer esse fluxo emigratório e comercial.

Do lado brasileiro, a política externa mantinha o firme direcionamento das relações exteriores para os Estados Unidos, o grande mercado consumidor do café brasileiro, inclusive sancionando a lei aduaneira que facultava ao Governo ceder tarifas mínimas a fornecedores estrangeiros em troca de facilidades para a entrada do café. Nos

demais países, o objetivo dessa política era o de manter legações e consulados para fomentar o mercado de café e a captação de imigrantes para a lavoura, condicionados aos interesses restritos da agroexportação. O desenvolvimento da riqueza nacional durante a fase de implantação da República (1889-1902) resumia-se, portanto, ao fomento comercial da agricultura de exportação, sem se questionar o modelo agroexportador:



Imagem - Guerra Russo-Japonesa (1904-1905) Área em disputa pelos russos e japoneses
-Disponível em < <http://www.areamilitar.net>> Acesso em 12 Out. 2011.

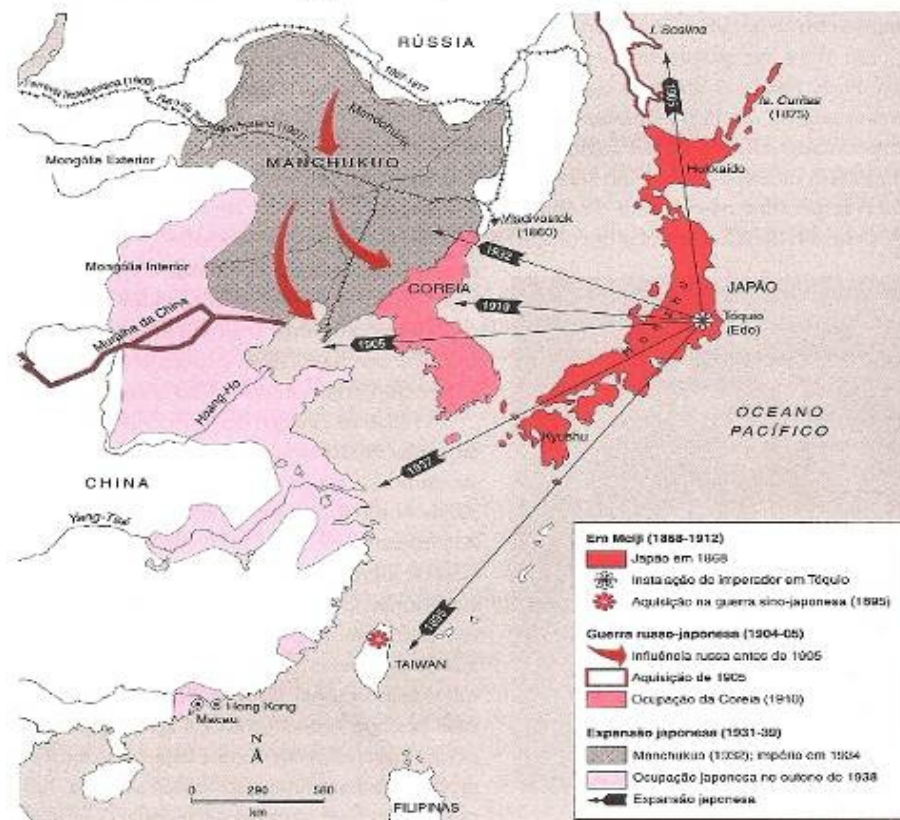
[...] os parâmetros da política exterior da República se fazem, por um lado, progredir a lavoura e até mesmo – por efeito impensado – a modernização da infraestrutura nacional e a urbanização, mas, por outro lado, contribuem para manter a infância da sociedade, protelando o desenvolvimento equilibrado dos fatores econômicos³³⁷.

No dia 28 de junho de 1890, foi baixado o decreto no. 528, que permitia a entrada de todas as pessoas válidas e capazes para o trabalho com uma exceção: ficava proibida a entrada de indígenas africanos e asiáticos, exceto com autorização expressa do Congresso Nacional. No entanto, vários setores da economia, sobretudo da lavoura, pressionam o Governo a revogar essa lei. Após dois anos de discussão, a despeito dos argumentos antichineses, a Câmara dos Deputados aprovava, em 24 de setembro de 1892, sob forte pressão dos fazendeiros, o projeto do senador Monteiro de Barros que liberava a entrada de chineses e japoneses no país - não para o

³³⁷ BUENO, Clodoaldo., *op. cit.*, p. 8.

asiático indiscriminadamente -, desde que não estivessem incursos em ação criminal no seu país de origem. Tal preocupação deu origem à Lei no. 97, sancionada a 5 de outubro 1892, em que o Brasil se comprometia não só a manter relações diplomáticas com a China e o Japão, como também a enviar agentes diplomáticos encarregados, dentre outras coisas, de fiscalizar o movimento emigratório com destino ao país. O projeto Monteiro de Barros previa a possibilidade de subvenção parcial do Governo às companhias introdutoras, desde que seus acionistas e organizadores fossem na maioria lavradores ou proprietários rurais, a fim de evitar a formação de sociedades com objetivos unicamente especulativos. No entanto, a Comissão de Finanças e Colonização do Senado não estabeleceu qualquer subvenção, alegando que, se por um lado o Brasil não tinha o direito de impedir a vinda de asiáticos, por outro, não havia razão que o obrigasse a canalizar o capital com a introdução desses imigrantes³³⁸.

A esfera de influência japonesa (1868-1939)



Fonte: Magnoli, Demétrio. O mundo contemporâneo. 2ª. Ed. São Paulo: Atual, 2008: 228. Disponível em <<http://marcosbau.files.wordpress.com>> Acesso em 15 Jan 2011

³³⁸ BUENO, Clodoaldo., *op.cit.*, 42.; NOGUEIRA, Arlinda Rocha. 1979, *op.cit.*, p. 3-5.

Sancionada a Lei, várias companhias se interessaram em trazer o imigrante asiático – chineses e japoneses – para o Brasil: Mutualidade Agrícola (com sede no Rio de Janeiro e filial em São Paulo), Associação Promotora da Imigração Asiática (Rio de Janeiro), Sindicato Paulista e a Companhia Prado & Jordão, ambas na cidade de São Paulo, sendo que esta última tinha o propósito único de introduzir japoneses. Em comum, todos objetivavam introduzir agricultores. As intenções, porém, eram múltiplas e amplas: introduzir bons trabalhadores, aptos a desempenhar suas funções; fornecer ao imigrante certificado de sua procedência; manter agentes ou representantes credenciados na China e no Japão para procederem ao recrutamento e à fiscalização do emigrante; garantir a estabilidade da mão-de-obra e despesas não excessivas; auxiliar o proprietário a efetuar os pagamentos em moeda metálica – uma das exigências dos chineses –, e não em espécie, como vinha ocorrendo com os europeus; evitar a especulação por parte dos agentes; fiscalizar os contratos; sustentar os imigrantes até encontrar-lhes nova colocação, caso houvesse problema na propriedade para a qual fossem destinados; entregar a mão-de-obra no porto de Santos ou outro a combinar; possibilitar ao proprietário reaver a quantia empregada mediante o desconto no salário do imigrante; providenciar a presença de intérpretes para facilitar as comunicações e assim por diante³³⁹.

Após minucioso estudo nos estatutos dessas companhias de imigração, Nogueira observa que o chinês, embora também alvo de críticas, era considerado “superior” ao japonês. Essa maneira de encarar o japonês só começou a ser gradativamente modificada quando o Japão vence a Guerra Sino-Japonesa (1894-1895) e os fazendeiros se batiam por um número cada vez maior de imigrantes para garantir a manutenção da oferta de mão-de-obra e com isso reduzir o nível dos salários. Todavia, a iniciativa particular não conseguiu trazer para a lavoura brasileira o asiático, como pretendia³⁴⁰.

Em 1892, o Governo brasileiro volta a retomar as negociações sobre a vinda de asiáticos e decide promover conjuntamente a imigração chinesa e a japonesa. Em 1893, José da Costa Azevedo sabotava sua missão de tratar assuntos imigratórios com a China, decidindo-se por visitar o Japão. Suas declarações, que enalteciam a nação e o povo japoneses, “A capacidade dos japoneses de receber a civilização e os costumes de povos cultos demonstra que os japoneses têm, em geral e naturalmente, qualidades jamais consideradas nos chineses”, e a declaração favorável à imigração japonesa irritaram tanto os chineses que, posteriormente, não lhe permitiram entrar no país, a despeito de suas credenciais³⁴¹.

Henrique Lisboa, que participou da primeira missão diplomática realizada em 1882, por ocasião da assinatura do Tratado de Comércio e Navegação entre o Brasil e a China, e que acompanhou a missão de Costa Azevedo, relata em seu livro *Os chins e*

³³⁹ NOGUEIRA, Arlinda Rocha. 1979, *op.cit.*, p. 23-26.

³⁴⁰ NOGUEIRA, Arlinda Rocha. 1979, *op.cit.*, p. 18; 36.

³⁴¹ LESSER, Jeffrey, *op.cit.*, p.156

os *Tetartos* (Lisboa, 1894) que “tudo, desde o som da língua até a introdução do cristianismo, fazia do país a fonte perfeita de imigrantes” e, em determinado trecho do livro, exalta a beleza requintada e exótica do Japão:

Quando penso na deliciosa pátria de *Mme. Chrysantème*, a minha imaginação só pode vê-la coberta de coloridas e mimosas flores, e inundada de alegres raios solares³⁴².

Em julho de 1885, o Cruzador Almirante Barroso da Marinha de Guerra do Brasil Império, comandado pelo contra-almirante Custódio José de Mello (1840-1902), que realizava, desde meados da década de 1880, uma viagem de circunavegação levando a bordo os guardas-marinha da Escola Naval que completariam o seu curso em 1886, chega ao Japão³⁴³.

O comandante e mais oito oficiais foram recebidos em audiência pelo Imperador Meiji, graças à intercessão do encarregado de negócios de Portugal, José Loureira, já que ainda não havia relações diplomáticas entre o Brasil e o Japão. Fato relevante é que a bordo do Almirante Barroso, entre os guardas-marinha, encontrava-se o Príncipe Augusto Leopoldo de Saxe-Coburgo e Bragança, segundo filho de Luiz de Saxe-Coburgo e da Princesa Leopoldina, irmã da Princesa Isabel.

A comitiva visitou ainda, com a mediação do diplomata português, o arsenal e estaleiro da Marinha japonesa, na cidade portuária de Yokosuka. Retribuindo as atenções recebidas, Custódio de Mello ofereceu a todos os seus anfitriões e pares um banquete a bordo do Almirante Barroso, no dia 29 de julho de 1885, data do aniversário da Princesa Isabel.

Durante a sua estada, o príncipe Augusto veio a conhecer um estudante de 17 anos que falava um pouco de francês e inglês, natural de Yokohama, Wasaburo Ôtake³⁴⁴, que visitou o navio e manifestou a vontade de conhecer o país distante. O príncipe aceitou que o jovem o acompanhasse na viagem de volta para o Brasil. Embora o príncipe tivesse deixado o navio em Colombo, devido à notícia da proclamação da República, o jovem seguiu a sua viagem ao Brasil e, durante sua permanência de sete anos, estudou na Escola Naval do Rio de Janeiro. Após regressar para o Japão, passou a trabalhar na legação brasileira instalada em Tóquio em 1897, na qualidade de tradutor e intérprete. Mais tarde, Ôtake publicou o primeiro dicionário português-japonês

³⁴² *Idem*.

³⁴³ VINHOLES, L.C. Intercâmbio Cultural e Artístico nas Relações Brasil-Japão. Centenário do Tratado de Amizade, de COMÉRCIO E DE NAVEGAÇÃO 05.11.1895 - 05.11.1995 Disponível em <http://www.usinadeletras.com.br/exibelotexto.php?cod=44114&cat=Artigos&vin> Acesso em 15 Nov 2010.

³⁴⁴ Simultaneamente ao trabalho de tradutor e intérprete, Ôtake lecionou português aos interessados, preparou e publicou duas obras consideradas monumentais e utilizadas por todos quantos se iniciaram na aprendizagem da língua portuguesa no Brasil. São o *Dicionário Português-Japonês* (1918) e o *Dicionário Japonês-Português* (1925-1927). In: TAJIRI, Tetsuya; YAMASHIRO, José. *“Alguns Episódios Históricos”*. In: *Uma epopéia moderna: 80 anos da imigração japonesa no Brasil*. São Paulo: Hucitec; Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa, 1992, p.60.

(1918) e, posteriormente, o dicionário japonês-português (1925) que o tornou muito conhecido entre os japoneses³⁴⁵.

A partida do Cruzador Almirante Barroso de Yokohama com destino a Shangai, via Nagasaki, onde também aportou, ocorreu à 1 hora e 56 minutos da tarde do dia 4 de agosto de 1885, assim terminando a sua visita ao Japão e a primeira e última de um membro da Casa Imperial brasileira ao Império do Sol Nascente, marcada por memorável encontro com o imperador Meiji. Esta viagem de circunavegação se realizou atendendo à determinação e aos interesses do Imperador D. Pedro II, desejoso de intensificar relações com os países amigos e iniciar contatos com outros, inclusive o Japão. Em 27 de outubro de 1888, o *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro publica a relação dos participantes desta viagem e dela consta o nome do Príncipe Augusto Leopoldo, já como 2o. Tenente.

Em 1889, Custódio de Mello publica o livro *Vinte e um mezes ao redor do planeta: descrição da viagem de circunavegação do Cruzador "Almirante Barroso"*. Além das informações típicas de um diário de bordo, Custódio de Mello registra suas impressões a respeito do que ocorreu durante os encontros de que participou com autoridades japonesas e estrangeiras que lá estavam, dedicando um capítulo à sua estada no porto de Yokohama, durante quatorze dias, em julho de 1885. Sua Magestade saudou-nos muito amavelmente e por intermedio do mestre de cerimoniaes, que dirigia-nos a palavra em francez, perguntou-me qual o itinerario da nossa viagem, assim como disse-nos que muito desejava estabelecer com o Brazil relações de commercio e amizade; e como lhe perguntasse eu, sempre pelo orgão do visconde de Hojikata, porque não mandava ao nosso paiz um navio de guerra, respondeu-me que era muito longe, e então redarguindo-lhe que tão longe ficava para os brasileiros o Japão quanto o Brazil para os japonezes, riu-se Sua Magestade ao ouvir do mestre de cerimônias a objecção que lhe vinha de fazer. Ao principe D. Augusto, que era um dos oito officiaes, perguntou o Mikado pela saúde do ex-imperador, depois de o haver Sua Alteza cumprimentado da parte deste. No dia seguinte ao da audiência com o Imperador japonês, o Conde Tsugumichi recebeu os brasileiros em sua residência em Tóquio, onde estiveram presentes todos os ministros, o príncipe Sanjô Sametoni, o governador de Yokohama e outros magnatas. (MELLO, Custódio. p.165)

Yokohama era, ao lado de Hyôgo, hoje Kôbe, Nagasaki, Niigata e Hakodate, a grande porta de contato do Japão com o Exterior, pois ficava a pouca distância da sede do Governo Imperial, Edo, atual Tóquio, e era ligada pela primeira estrada de ferro construída com tecnologia britânica.

No livro escrito por Custódio de Mello está registrado que, antes da sua visita, uma outra unidade da Marinha brasileira, a Corveta Vital de Oliveira, lá esteve, em 1879, também em pleno reinado de D. Pedro II. O Comandante da Corveta e seus

³⁴⁵ Ninomiya, Masato., *op.cit.*, p. 245; LESSER, Jeffrey., *op.cit.*, p.156; TAJIRI, Tesuya; YAMASHIRO, José., *op.cit.*, p.61.

oficiais foram recebidos pelo Almirante Visconde Takeaki Enomoto (1836-1908) - que esteve no Brasil em 1867³⁴⁶ - e que, em 1885, exercia o cargo de Ministro da Instrução Pública, tendo recepcionado também o Cruzador Almirante Barroso na sua estada em Yokohama³⁴⁷. Anos mais tarde, Enomoto ocuparia o Ministério das Relações Exteriores do Japão (1891-1892) e seria o principal promotor de emigração japonesa no período Meiji, principalmente como grande incentivador da emigração para o México³⁴⁸.

No mesmo ano da publicação do citado livro de Custódio de Mello, o positivista Marechal Deodoro da Fonseca inaugurava a República e o Império brasileiro e seus feitos passariam para a história. Com a proclamação da República (1889), fez-se necessária uma definição governamental com relação à entrada de imigrantes no país.

Cumprir registrar que, antes da data da assinatura do Tratado de Amizade, de Comércio e de Navegação Brasil-Japão (1895), era muito reduzida a literatura sobre o Japão disponível em línguas ocidentais. Nos anos de 1877 e 1895, foram publicadas na França as obras *Outamaro, le peintre des maisons vertes* (1891), de Edmond de Goncourt, e *Le Japon de nos jours* (1877), do jurista francês George Bosquet, e mais duas obras abordando temas relativos ao Japão e às singularidades de sua cultura e sociedade, intituladas *Madame Chrysanthème* (1887), já referida, e *Japoneries d' Automne* (1889), de autoria do oficial de marinha Pierre Loti (Julien Viaud 1850-1923), que permitiam uma tênue aproximação com a realidade japonesa. Os dois livros foram escritos depois de uma estada curta no Japão, três meses, verão e outubro de 1885, enquanto o navio em que o oficial servia fazia escala em Nagasaki. *Madame Chrysanthème*, por exemplo, nunca foi conceituada como um trabalho de substância. O escritor Afrânio Peixoto, quase uma década depois do seu lançamento, refere-se a ela como um trabalho que “fez fé, mercê do estilo xaroposo e do esnobismo dos diletantes que aí acharam todas as fantasias estafadas sobre o Japão”. Dantas (1984:24), citando Setsuko Ono (*A Western image of Japan*, 1972), observa que Loti, ao descrever ou fazer comentários sobre o Japão, usa constantemente adjetivos tais como *pequeno, artificial, polido, animal, monótono, frágil, velho, cerimonioso, numeroso, servil, simples, limpo, amarelo*, e que essas palavras ou seus sinônimos criaram uma imagem que acabou se divulgando, devido ao sucesso que suas obras alcançaram³⁴⁹.

Além de Pierre Loti, houve outros escritores japonistas, alguns que, inclusive, optaram por viver definitivamente no Japão, como o americano Lafcadio Hearn (1850-1904) e o português Wenceslau Moraes (1854-1929), que ficaram fascinados

³⁴⁶ A bordo do vapor Kairyô-Marú, construído na Holanda por encomenda do penúltimo xogun Tokugawa, Takeaki Enomoto (1836-1908) deixa o porto de Vlissingen em dezembro de 1866 rumo ao Japão, via Oceano Atlântico, e chega ao Rio de Janeiro em 21 de janeiro de 1867. Anos mais tarde, ocupará o cargo de ministro das Relações Exteriores do Japão (1891-1892) e o principal promotor de emigração japonesa no período Meiji e grande incentivador da emigração. In: *Uma epopéia Moderna: 80 anos da Imigração Japonesa no Brasil.*, op.cit., p.59.

³⁴⁷ *Idem.*

³⁴⁸ MITA, Chioko., op.cit., p. 27.

³⁴⁹ DANTAS, Luiz. “O Japonismo” In: AZEVEDO, Aluisio., op.cit., p. 24.

com a descrição da mulher japonesa de Loti e, alguns anos mais tarde, casaram-se com *mussumês* (jovens japonesas). E, a despeito de se adaptarem aos hábitos e costumes do povo japonês, perceberam, ainda que tardiamente, que para esse povo um estrangeiro seria sempre um estrangeiro.

Segundo Lesser (2001:269), “todos [viajantes brasileiros] haviam lido as obras de Wenceslau de Moraes, criando uma forma de discurso fechado sobre o Japão”. A atração que o Japão exercia em Wenceslau de Moraes era tão intensa que nunca mais quis sair do arquipélago. Procurou conhecer e entender os hábitos e costumes dos nipônicos, a fim de assimilar o que considerava o caráter, a alma do povo japonês. No fim da vida, teve a amarga consciência da impossibilidade de realizar tais propósitos. Pela formação cultural e, principalmente, pelo aspecto físico, não era possível deixar de ser considerado um estrangeiro *ketô-jin* (selvagem barbudo).

Portanto, os livros de Custódio de Mello, *Vinte e um mezes ao redor do planeta: descrição da viagem de circumnavegação do Cruzador “Almirante Barroso”* (1889) e Henrique Lisboa, *Os chins e os Tetartos* (1894), com capítulos específicos sobre o Japão, foram os primeiros trabalhos de autores brasileiros que tiveram a intenção de mostrar ao Brasil o que era o Japão em fins do século XIX, repleto de tradições e de mitos, mas empenhado em modernizar-se, em inserir-se no contexto do mundo ocidental, em acrescentar à sua realidade o que via de útil e de positivo naquele mundo do qual se mantivera isolado por mais de dois séculos.

Em 1894, o Governo japonês enviou o comissário Shô Nemoto, do Ministério das Relações Exteriores do Japão, para verificar pessoalmente a situação do Brasil e, mais particularmente, a da lavoura, com o objetivo de analisar as possibilidades de se estabelecer uma corrente migratória para o Brasil. Nemoto visita os estados de Pernambuco, Bahia, Minas Gerais e São Paulo, vindo a conhecer a Hospedaria de Imigrantes da capital e algumas fazendas do interior. O seu relatório evidencia sua boa impressão: “Podemos melhorar o nível de vida, obter propriedades, dar educação a nossos filhos e viver com alegria sem que nada nos falte”. O *Correio Paulistano* publica carta de Nemoto em que relata: “Hoje estou convencido... o imigrante pode perfeitamente se instalar no Brasil e formar aí um pecúlio bem regular num prazo não muito longo”³⁵⁰. As elites brasileiras sentiram-se lisonjeadas com o artigo que estampou a primeira página do *Correio Paulistano*. Nemoto vendeu a imagem dos imigrantes japoneses como sendo tudo o que os europeus não eram: quietos, trabalhadores e ansiosos por se tornarem brasileiros³⁵¹.

Nemoto, porém, deixou o Brasil sem um contrato de colonização, pois a inexistência de um tratado entre os dois países impossibilitava a formalização das negociações.

³⁵⁰ NOGUEIRA, Arlinda Rocha..1992., *op cit.*, p.46.

³⁵¹ LESSER, Jeffrey., *op.cit.*, p.154.

A partir de 1894, Machado de Assis escreve algumas crônicas a respeito do Japão e praticamente deixa de falar sobre os chineses, a não ser para compará-los. Em 28 de outubro de 1894, na coluna “A semana”, da *Gazeta de Notícias*, Machado relata a visita de Shô Nemoto:

O momento é japonês. Vede o contraste daquele povo que, enquanto acorda o mundo com o anúncio de uma nova potência militar e política, manda um comissário ver as terras de São Paulo, para cá estabelecer alguns dos seus braços de paz. Esse comissário, que se chama Sho Nemotre, escreveu uma carta ao *Correio Paulistano* dizendo as impressões que leva daquela parte do Brasil:

Levo, da minha visita ao Estado de S. Paulo, as impressões mais favoráveis, e não vacilo em afirmar que acho esta região uma das mais belas e ricas do mundo. Pela minha visita posso afiançar que o Brasil e o Japão farão feliz amizade, a emigração será em breve encetada e o comércio será reciprocamente grande.

Ao mesmo tempo, o Sr. Dr. Lacerda Werneck, um dos nossos lavradores esclarecidos e competentes, acaba de publicar um artigo comemorando os esforços empregados para a próxima vinda de trabalhadores japoneses. “É do Japão (diz ele) que nos há de vir a restauração da nossa lavoura.” S. Ex. fala com entusiasmo daquela nação civilizada e próspera, e das suas recentes vitórias sobre a China. (Machado de Assis, 28/10/1894)

O narrador comenta indiretamente sobre a Guerra Sino-Japonesa, que teve início em agosto de 1894 e que terminaria no início de 1895, e ressalta o poder militar do Japão, superior ao da China. Ao transcrever um trecho da reportagem de Nemoto, elogia o artigo de Werneck, favorável à introdução de mão-de-obra japonesa. O discurso do narrador é expressamente favorável à imigração japonesa que é aguardada com expectativa. O progresso alcançado pelo Japão em curto espaço de tempo é observado com admiração e respeito.

Enquanto São Paulo listava suas preferências quanto aos imigrantes que queria receber, Minas Gerais, ao contrário, sancionou, em 1893, o Decreto no. 612 para criar a infraestrutura necessária à implementação do movimento imigratório, admitindo a entrada de asiáticos. Nos artigos de números 14, 25 e 37 estabeleceu as seguintes condições: o Governo subsidiaria no máximo 25 imigrantes por propriedade agrícola, manteria superintendentes e emissários na Ásia de acordo com as necessidades e, também, uma hospedaria especial para os asiáticos, onde o prazo de permanência seria o mesmo dos europeus, ou seja, três dias, salvo situações de caráter excepcional. Minas Gerais queria

empregá-los nos serviços de mineração. Enquanto isso, o Rio de Janeiro estudava a possibilidade de introdução de 500 asiáticos para empregá-los no cultivo do arroz ³⁵².

Desde a década de 1870, o Estado de São Paulo liderava a economia brasileira com as quantidades cada vez mais crescentes da exportação de café. Por volta de 1888, milhares de imigrantes italianos chegavam a São Paulo e foram acolhidos com entusiasmo, pela colaboração que vinham trazer ao embranquecimento do Brasil. No entanto, sua incapacidade de sair de uma situação de pobreza, bem como os frequentes protestos dos imigrantes contra as condições sociais e de trabalho convenceram muitos integrantes da elite de que um erro havia sido cometido. À época em que Nemoto desembarcou no Brasil, alguns imigrantes italianos já haviam sido deportados sob a acusação de anarquismo e a procura por uma gente mais dócil havia começado. A busca de mão-de-obra submissa casava-se bem com a afirmação nada sutil de Nemoto de que os japoneses eram os “brancos” da Ásia³⁵³.

Com a persistência da crise, muitos imigrantes de origem europeia, principalmente italianos, começaram a abandonar as fazendas onde trabalhavam para irem se instalar nos subúrbios de São Paulo; muitos retornaram à Itália e outros se aventuraram partindo para a Argentina. Este fato contribuiu para agravamento da crise e o Governo brasileiro passa a elaborar um plano para a introdução dos japoneses. A primeira tentativa para viabilizar o início da imigração japonesa no Brasil foi firmar o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre os dois países.

A assinatura do Tratado teve como prelúdio uma série de encontros e entendimentos entre as duas partes, fatos estes que ocorreram longe das respectivas capitais dos dois países, Rio de Janeiro e Tóquio, mas sim naquela que desfrutava, à época, do conceito de centro mundial dos mais importantes eventos políticos e que irradiava também ideias relativas a valores culturais e artísticos. Foi na Paris de 1890 que, depois de rápida passagem pela Alemanha, Gabriel de Toledo Piza e Almeida regressou como Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário do Senhor Presidente dos Estados Unidos do Brasil junto ao Governo da França.

³⁵² Minas Gerais. *Coleção das Leis e Decretos do Estado de Minas Gerais em 1893*. Ouro Preto, 1893, p. 277-89; Mensagem enviada à Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro pelo primeiro vice-presidente Manoel Martins Torres, na 2ª. Sessão ordinária – 1º de agosto de 1893. Rio de Janeiro, 1893, p.12. In: NOGUEIRA, Arlinda Rocha., 1992., op. cit., 47.

³⁵³ LESSER, Jeffrey., *op.cit.*, p.153.



Shô Nemoto

Imagem - Disponível em <ipcdigital.com>

Acesso em 9 Abr 2011.

A correspondência entre os representantes do Brasil e do Japão acreditados em Paris mostra que, desde meados de 1893, o Ministro Piza e o Visconde de Nomura tratavam da ida de uma missão brasileira ao Japão para negociar o Tratado “de amizade e comércio”. Entretanto, Prudente José de Moraes e Barros, primeiro Presidente civil brasileiro, empossado em 15 de novembro de 1894, decidiu que o documento seria assinado em Paris e autorizou que as negociações fossem retomadas pelo Chefe da Legação do Brasil com o Ministro Arasuke Sone, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário, também em Paris, de sua Majestade, o Imperador Meiji.

Uma vez que os japoneses estavam conseguindo renegociar os tratados desvantajosos, o Brasil decide aceitar a reciprocidade e firma o Tratado de Amizade, de Comércio e de Navegação com o Japão em 5 de novembro de 1895³⁵⁴.

O acordo foi assinado em Paris, através de seus ministros plenipotenciários Sone Asasuke e Gabriel de Toledo Piza e Almeida. Naquele mesmo dia, o ministro brasileiro envia uma breve mensagem telegráfica ao chanceler Carlos Augusto de Carvalho relatando o fato: “Tratado Japão assinado hoje”³⁵⁵.

³⁵⁴ A redação da minuta do Tratado, assim como ocorria e ainda ocorre com outros documentos desse gênero, muito pouco teve de novidade, uma vez que um quase-padrão foi usado como parâmetro. Nas correspondências trocadas pelos negociadores e entre estes e seus respectivos governos, há referências ao tratado similar do Japão com o México e ao que há pouco havia sido assinado com a Inglaterra, ambos servindo de subsídio. NINOMIYA, Masato., *op.cit.*, p. 245.

³⁵⁵ O tratado foi celebrado em línguas portuguesa, japonesa e francesa, porque, segundo o artigo 14, o texto em francês era obrigatório para ambos os governos em caso de divergência na interpretação dos dois outros. *Idem*, p. 250., NOGUEIRA, Arlinda Rocha., 1992., *op. cit.*, 47.

No entanto, a mensagem do então chanceler Carlos Augusto de Carvalho, emitida ao Legislativo, sinaliza o interesse do Governo brasileiro na questão imigratória, com pouco interesse no tocante ao comércio propriamente dito³⁵⁶.

Nada se estipulou a respeito da imigração, porque não é preciso. O Governo Japonez resolveu, como sabeis, não permiti-la para Países que não tivessem com elle Tratados de reciprocidade. Temos Tratado, e pois elle, que é interessado em diminuir o excesso da sua população, não nos creará dificuldades³⁵⁷.

Após a assinatura do tratado Brasil Japão, deu-se início a inúmeros debates oficiais sobre a mão-de-obra japonesa. Em 1897, dois anos após a assinatura do Tratado, instalou-se oficialmente no Brasil a delegação japonesa, em Petrópolis, representada pelo diplomata Sutemi Chinda e Henrique Carlos Ribeiro Lisboa torna-se Ministro Plenipotenciário do Brasil na Legação de Tóquio, em Yokohama, tendo como vice-cônsul Aluísio de Azevedo, o romancista-diplomata, que, nesse mesmo ano, é eleito para ocupar a cadeira no 4 da Academia Brasileira de Letras³⁵⁸. Henrique Lisboa passou a fazer campanha por um aumento das relações comerciais e culturais. Em ofício enviado ao ministro das relações exteriores relata:

Durante perto de dois meses de permanecer neste país, já pude convencer-me das vantagens que poderão resultar para o Brasil do estabelecimento de uma corrente de emigração japonesa e do fomento de um comércio direto... o carácter desse povo é inexcedível para o aperfeiçoamento do trabalho... possui o japonês um espírito de iniciativa, invenção e adaptação³⁵⁹.

A primeira etapa do processo de imigração japonesa para o Brasil tinha sido, todavia, precedida por alguns contatos preliminares entre os grandes fazendeiros paulistas e os representantes das autoridades japonesas, e que datam precisamente do mesmo ano de 1897; porém, em função de uma crise cafeeira, superprodução e baixa de preço, este acordo foi suspenso³⁶⁰.

³⁵⁶ *Ibid idem*; NOGUEIRA, Arlinda Rocha. "Antecedentes da imigração japonesa no Brasil" in *Uma epopéia moderna: 80 anos da imigração japonesa no Brasil*. Hucitec, Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa, 1992:46; YAMAMURA, Roberto Jimmy Hideki. "O estabelecimento das relações Brasil – Japão no século XIX" in *Textos de História*, v. 4. Universidade Federal de Brasília. 1996:125-148.

³⁵⁷ CARVALHO, Carlos Augusto de. "Mensagem ao Congresso Nacional", de 16 de dezembro de 1895. *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro de Estado das Relações Exteriores*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 30 de abril de 1895, p. 187, in YAMAMURA, Roberto, *op.cit.*, 141.

³⁵⁸ DANTAS, Luiz. *O Japão – Aluísio Azevedo. Apresentação e comentários*. São Paulo: Roswitha Kempf Editores, 1984:20.

³⁵⁹ LESSER, Jeffrey., *op.cit.*, p.157.

³⁶⁰ NOGUEIRA, Arlinda., *op.cit.*, p. 11.

Durante sua estada no Japão, Aluísio publicou um ensaio no *Almanaque Brasileiro Garnier* (1904) com o título “Japonesas e Norte-Americanas” e escreve o livro *O Japão (1897-1899)*, que acabou sendo publicado somente em 1984, numa edição patrocinada pela Fundação Japão³⁶¹. Este teria sido o primeiro documento literário que marcaria a “descoberta” do Japão pelo Brasil e que discute o problema da modernização do Japão, em contato com a civilização Ocidental. Ferrenho defensor do isolacionismo japonês, ele se deixa voluntariamente convencer pelos argumentos do nacionalismo exaltado. Afirma que o Japão só teria a perder no convívio com as grandes potências imperialistas ocidentais, pois não tardaria a adquirir as mesmas taras congênicas delas (desrespeito dos valores cavalheirescos, ambição desmedida, decadência das velhas formas de arte em proveito do industrialismo banal etc). O ensaio “Japonesas e Norte-Americanas” é uma apologia da mulher oriental enquanto exemplo de submissão e de virtudes domésticas tradicionais, em oposição à mulher americana, liberada, mas já contaminada pelos mesmos vícios que afetam a sociedade masculina. O elogio da mulher japonesa opõe como contrário a figura da americana que, copiando as maneiras masculinas (assim chama o direito a um trabalho idêntico, livre escolha na vida sentimental, possibilidade de conviver socialmente em pé de igualdade etc.), acabou por perder todo um patrimônio de virtudes, a felicidade dentro da submissão, sabedoria que o escritor afirma bem viva ainda entre as japonesas³⁶².

Sobre o Japonismo em voga na França e sua repercussão no Brasil como modismo existente no Rio de Janeiro, fortemente influenciada pela cultura francesa, Machado de Assis escreve em crônica de 28 de outubro 1894, da *Gazeta de Notícias*:

Aqui, há anos, o mundo inventou uma coisa chamada japonismo. Nem foi precisamente o mundo, mas os irmãos de Goncourt, que assim o declaram e eu acredito, não tendo razão para duvidar da afirmação. O *Journal des Goncourt* está cheio de japonismo. Uma página de 31 de março de 1875 fala do “grande movimento japonês”, e acrescenta, por mão de Edmundo: *Ça a été tout d’abord quelques originaux, comme mon frère et moi... [...]*

Mas, enquanto os irmãos de Goncourt inventaram o japonismo, que faria o Japão, propriamente dito? Inventava-se a si mesmo. Forjava a espada que um dia viria pôr na balança dos destinos da Ásia. Enquanto uns coligiam as suas galantarias, ele armava as couraças e forças modernas e os aparelhos liberais. Mudava a forma de governo e apurava os costumes, decretava uma constituição, duas câmaras, um ministério como outras nações cultas vieram fazendo desde a Revolução Francesa, cuja alma era mais ou menos introduzida em corpos de feição britânica. Vimos agora mesmo que o Micado, abertas as câmaras, proferia a fala do trono, e ouvia delas

³⁶¹ ORTIZ, Renato., *op.cit.*, p. 20.

³⁶² DANTAS, Luiz., *op.cit.*, p. 17-18.

uma resposta, à maneira dos comuns de Inglaterra, mas uma resposta de todos os diabos, mais para o resto do mundo que para o próprio governo. Este acaba de recusar intervenções da Europa, nega armistícios, não quer padrinhos nem médicos naquele duelo, e parece que há de acabar por dizer e fazer coisas mais duras³⁶³.

O narrador comenta que enquanto o Ocidente se contentava em adquirir ‘coisas japonesas’, o Japão se tornava um Estado moderno, militarmente forte, prestes a se tornar uma potência na Ásia. Os Tratados desiguais que o Japão estava conseguindo reverter, e o respeito que estava conseguindo obter perante os países ocidentais são analisados como fatores determinantes para a consolidação do Japão como potência perante o mundo. A Guerra Sino-Japonesa (1894-1895) era uma prova cabal dos avanços que o país alcançava adotando medidas estratégicas para seu desenvolvimento através de uma política eficiente. O narrador reconhece a superioridade do Exército e da Marinha japoneses e elogia o modo como a política governamental estava sendo conduzida.

Todos os esforços diplomáticos empreendidos para estreitar os laços comerciais e promover a imigração japonesa para o Brasil foram em vão. O ministro plenipotenciário do Brasil em Tóquio, Manuel de Oliveira Lima (1867-1928)³⁶⁴, que sucedeu Henrique Lisboa, era de opinião de que seria “um perigo que oferece de uma maior mistura de raças inferiores na nossa população.” Makoto Morioka, agente da Companhia de Imigração Japonesa, responsável pelo transporte e assentamento de trabalhadores japoneses no Havaí, havia visitado o Brasil em 1898, partindo com má impressão. Segundo uma notícia publicada no *The Japan Times*, as fazendas brasileiras estavam superlotadas de italianos, que seriam dados a todo o tipo de hábitos vergonhosos, e os fazendeiros não eram pontuais no pagamento dos salários. Um plano de estabelecer colônias do vale do Amazonas foi abandonado após o visconde Shuzo Aoki, do Ministério do Exterior, ter se referido ao local como “a pior região do Brasil”³⁶⁵.

Muitos brasileiros influentes passaram a reavaliar a mão-de-obra japonesa após o Governo italiano, em 1902, ter proibido seus cidadãos de aceitar transporte subsidiado para o Brasil. Como já vimos anteriormente, entre 1903 e 1907, certos acontecimentos viriam a produzir mudanças na atitude do Governo japonês e um renovado interesse por parte do Governo paulista. Do lado brasileiro, a política de valorização dos preços do café, consubstanciada no Convênio de Taubaté, de 1906, e a consequente retomada de confiança da lavoura, revigoraram substancialmente a demanda de mão-de-obra e atraíram a atenção para um fenômeno que a crise provocara: o alarmante número de saídas de imigrantes do Estado de São Paulo, superior, nos anos de 1903, 1904 e 1907,

³⁶³ ASSIS, Machado de. 2008, *op.cit.*, p.114-116.

³⁶⁴ Encarregado de negócios do Brasil em Tóquio (1901-1903) publicou a obra *No Japão: impressões da terra e da gente* (1904), posteriormente, publicou o livro *O Japão* (1904), e dois artigos na revista *Kosmos*, “Vultos japoneses” (agosto de 1904) e “Rússia e Japão” (outubro de 1904).

³⁶⁵ LESSER, Jeffrey., *op.cit.*, p.157.

ao número de entradas. Tornava-se indispensável reativar a imigração. Do lado japonês, o agravamento do quadro conflitivo em relação ao imigrante nipônico na Califórnia a partir de 1906, a debilitação econômica provocada pela guerra russo-japonesa de 1904-1905 e a própria revitalização da economia brasileira atuaram como fatores a despertar o interesse pelo Brasil. As opiniões japonesas também mudaram rapidamente quando os Estados Unidos, em dezembro de 1907, proibiram a maior parte do ingresso de japoneses. Os diretores de um grupo de companhias japonesas de imigração lançaram-se a convencer seu próprio Governo de que, no Brasil, “nossos imigrantes poderiam ir e progredir sem causar problemas diplomáticos”³⁶⁶.

Nesse sentido, pode-se dizer que o Brasil se torna uma alternativa concreta para o Governo japonês a partir de 1906, diante da iminente proibição dos Estados Unidos, Canadá e Austrália de receber os emigrantes japoneses.

A chegada dos primeiros imigrantes japoneses ao Brasil coincidiu com o momento de redefinição dos discursos sobre o Japão e os japoneses. Se antes eram representados por metáforas ocidentais como o exotismo da gueixa e a bravura do samurai, ao vencer a guerra russo-japonesa (1904-1905) e consolidar sua imagem político-militar como a principal potência na Ásia, a nascente opinião pública brasileira passou a ter uma dupla imagem desse possível imigrante, uma mistura entre alerta e admiração: à distância, eram vistos como “civilizados, bravos e heróicos” e, até mesmo, “exóticos, simpáticos e pacíficos” por alguns, e “perigosos, atrasados e inferiores” por outros. A redefinição dessas imagens se deu a partir de sua chegada ao Brasil, quando as características negativas acerca do imigrante japonês são ressaltadas, associando-o a ideia de “perigo amarelo”, identificando-o com o imperialismo sem fronteiras e raças enquistadas no território nacional³⁶⁷.

Ao final do século XIX, o Japão insistia no reconhecimento cultural, político, econômico e principalmente racial das suas potencialidades por parte do Ocidente. Nesse projeto, a política emigratória japonesa tornou-se uma de suas principais vertentes. “Primeiramente, buscou a valorização de aspectos da cultura japonesa por parte da Europa para, logo depois, consolidar sua imagem político-militar; sendo esta recebida com desconfiança.”

Lesser ressalta tanto a influência norte-americana nas questões imigratórias no Brasil como também distingue as narrativas de viagens ao Japão feitas por autores brasileiros dos livros e artigos escritos por viajantes ocidentais ao Oriente. “Nestes últimos, os imperialistas europeus e norte-americanos, cheios de autoconfiança, retratavam a Ásia como um lugar a ser ocupado, possuído e talvez redimido; e as representações brasileiras, contudo, tendiam mais à emulação que à posse.” Os imigrantes japoneses, ao contrário dos chineses, levaram consigo o lastro de serem uma potência mundial. O discurso brasileiro sobre a imigração japonesa combinava, portanto, o medo social da

³⁶⁶ *Idem.*, p.158; NOGUEIRA, Arlinda Rocha.1979., *op.cit.*, 35-38; FREITAS, Sônia Maria de., *op.cit.*, p.45-47.

³⁶⁷ *Idem.*, p. 292-293; KUNIYOSHI, Celina., *op.cit.*, p.106; TAKEUCHI, Márcia. *op.cit.*, p.54.

“mongolização” e o desejo de imitar o desenvolvimento econômico e social do Japão. A Marinha japonesa era reconhecida pela sofisticação e competência³⁶⁸.

Mas o cônsul Alcino Santos Silva temia que os “feios e baixos” japoneses não estivessem preparados para “adaptar-se aos costumes ocidentais”.

As teorias de eugenia que constituía a base intelectual de muitos diplomatas, como era o caso de Luiz Guimarães, segundo secretário da delegação em Tóquio, apregoavam que “infetar sangue asiático em um organismo ainda etnicamente balbuciante entravar-lhe-á a marcha para a homogeneidade de um tipo nacional... perderá a coesão que necessita para ser um grande país, uma nação de brasileiros”. Mas, por outro lado, muitos integrantes das elites brasileiras consideravam os imigrantes japoneses numa posição hierárquica igual ou superior à dos europeus³⁶⁹.

Nesse sentido, assinado o contrato, a expectativa era grande, mas receosa.

Durante a longa travessia, os emigrantes do Kasato-maru participavam de apresentações de dança, teatro e música, realizadas em determinados horários do dia, com o objetivo de promover a confraternização e a de compartilharem momentos de entretenimento. Alguns tocavam o *shamisen*, um dos instrumentos musicais preferidos dos agricultores daquele período para executar o *rôkyoku* (ou *naniwabushi*, tipo de balada entoada ritmicamente com acompanhamento de *shamisen*) e as músicas folclóricas (*min'yô*)³⁷⁰.

Em seus registros, o monge Ibaragui relata que no decorrer da viagem, ainda no hemisfério norte, via muitas pessoas, principalmente mulheres, no deque, vomitando pelo mal-estar decorrente do constante mau tempo, chuvas e mar revolto. Às vezes se deparavam com ondas tão altas que pareciam ser intransponíveis, porém não relata muitos incidentes, que nos parecem terem sido abafados na medida do possível. No entanto, Correia (2008:68-70) e Resende (2008:74-75) transcrevem alguns detalhes da travessia citados no diário de bordo de Mizuno:

Em 6 de maio, um foguista é grosso com um dos passageiros, até aqui fato isolado. Mas no dia 7 ocorreu um tumulto devido à invasão dos foguistas nos quartos das mulheres emigrantes. Era o começo de um incidente que culminaria em assassinato a bordo, a três dias da chegada ao Brasil. [Correia, p.68]

Dia 09 de maio. Tempo bom. Sábado. O navio atraca em Singapura, após percorrer 1.000 km. Há boatos de que parte da tripulação pretende se insurgir. Mizuno é alertado e pede que se tomem as devidas precauções. No dia seguinte, o navio parte com destino a Capetown. Durante o trajeto, é descoberto um passageiro clandestino, assustado e encolhido no porão, junto aos sacos empilhados de arroz. Mizuno pede a Jooma que cuide do clandestino e lhe dá assistência, pois não lhe parece má pessoa. [Resende:75].

³⁶⁸ LESSER, Jeff., *op.cit.*, p. 160; 266-267.

³⁶⁹ *Ibid idem*.

³⁷⁰ Kôyama, Rokurô., *op.cit.*

O dia 16 de maio era muito esperado. Era o dia em que o navio passaria pela linha do Equador. Houve uma grande festa e todos comemoraram a travessia para o outro hemisfério.

Ao passar pela linha do Equador muitos curiosos foram ver se a água da pia escorria pelo ralo em sentido anti-horário, pois no Japão, os redemoinhos se formavam em sentido horário. Coisas da física que antigamente pareciam imaginação, agora podiam constatar. Para os jovens era tudo muito divertido. Ficaram maravilhados em constatar tal fenômeno.[Correia, p.68]

A “Festa do Equador” era uma festividade simbólica para apaziguar a ira do deus do mar, Netuno, que protegia o Equador³⁷¹. Nesse dia, os imigrantes apresentaram um grande *show* de variedades (*engeitaikai*) com danças de *sanshin* e de karatê, de Okinawa, execuções de *shin'naibushi* (canção entoada principalmente no século XVIII nos momentos trágicos do *Jôruri*³⁷²), de *sômabushi* (música folclórica da província de Fukushima), de *shigin* (arte de declarar poesias entoando-as), de *shakubachi* (flauta vertical de bambu com um bocal chanfrado e cinco orifícios) e concurso de fantasias³⁷³.

Em 24 de maio, avistaram as ilhas Maurício, território inglês, e no dia 27 avistaram pela primeira vez Madagascar.

No dia 28, Tsunako, esposa de Ôno Motonao (um dos cinco intérpretes que partiram antecipadamente ao Brasil com o intuito de preparar a recepção dos imigrantes) desaparece por cinco horas. A companheira de quarto, Nihei Matsuko³⁷⁴, anunciou seu desaparecimento armando o tumulto. A desaparecida estava num quarto de primeira classe, em encontro íntimo como Kôyama Rokurô. Seu marido havia partido no dia 18 de abril em outro navio e ainda se encontrava em alto mar, chegando ao Brasil em 1º de junho de 1908. Após essa desastrosa atitude, Tsunako chorava diariamente, o que promoveu rumores de que Mizuno e Uetsuka estariam abusando de duas mulheres ou aprisionando-as para venderem após a chegada ao Brasil³⁷⁵.

Segundo Mizuno, após essa desastrosa atitude, acompanhada de Matsuko, sua companheira de quarto, Tsunako chorava diariamente em sua cabine de primeira classe. Ao ser vista chorando pela janela da cabine por tripulantes subalternos, rumores começaram a se espalhar sobre Mizuno e Uetsuka de estarem abusando de duas

³⁷¹ HOSOKAWA, Shûhei. *op.cit.*, p.140.

³⁷² Textos recitados com acompanhamento de *shamisen* (tipo de alaúde japonês com três cordas, com caixa de ressonância quadrangular coberta com pele de gato) e de espetáculo de marionetes.

³⁷³ HOSOKAWA, Shûhei., *op.cit.*, p.127.

³⁷⁴ Esposa de Nihei Takashi, um dos intérpretes que juntamente com Ôno Motonao haviam partido antes via Sibéria para receber os emigrantes do Kasato Maru.

³⁷⁵ CORREIA, Kyohaku., *op.cit.*, p. 68-69.

mulheres ou quem sabe, aprisionando-as para as venderem após a chegada ao Brasil. Boatos absurdamente falsos que, porém, preocuparam Mizuno, que temia a fúria da tripulação subalterna, pois ele a proibiu de se aproximarem das mulheres. As mulheres também foram proibidas de perambular pelo convés à noite por causa dos incidentes anteriores. Era muita gente para conviver tanto tempo num espaço tão limitado. Na manhã de 1º de junho, avistaram o continente africano, e, no dia seguinte, chegaram à Cidade do Cabo³⁷⁶.

Ibaragui diz que até a Cidade do Cabo a viagem havia transcorrido com normalidade, exceto algumas brigas. Numa delas, um tripulante, ferido gravemente, havia sido desembarcado e levado ao hospital da Cidade do Cabo. Muitos passageiros reclamavam da comida que, ao invés de arroz, era feita à base de trigo cozido que, para ele, estava muito bom³⁷⁷.

No dia 15 de junho, a três dias da chegada a Santos, foi realizada uma grande festa com farta comida e bebida. Um dos foguistas, bêbado, armado de uma faca de lâmina grande e afiada, afirma que vai matar Mizuno e se dirige ao camarim da primeira classe. O chefe dos foguistas, Seizo Yokogawa, ao tentar impedir esse gesto, é esfaqueado gravemente na barriga pelo pretenso matador, que é dominado a seguir. Imediatamente assistido no ambulatório do navio, Seizo chega a ser internado na Santa Casa de Santos, mas não resiste aos ferimentos e falece. Seu corpo foi sepultado no túmulo 50 do cemitério santista. O foguista tentara se vingar de Mizuno, responsável pela humilhação que sofrera diante dos emigrantes quando Mizuno proibiu as mulheres de circularem no convés à noite evitando o assédio dos foguistas. Foi o trágico fim do incidente que havia começado no dia 6 de maio³⁷⁸.

O monge Ibaragui relata que no interior do navio a agitação era imensa. Seria a última noite a passarem ali e precisavam arrumar tudo para o desembarque. Diferentemente de muitos outros imigrantes, os japoneses carregavam uma enorme quantidade de bagagem. Para aproximadamente 791 passageiros, a quantidade de malas ultrapassava o número de mil.

Segundo Kôyama, na noite do dia 17 de junho, com a notícia dada pelos tripulantes de que ao raiar o dia “os senhores avistarão as montanhas do continente sul-americano, os imigrantes se alvoroçaram, tocados de ânimo repentino. Viam-se tripulantes a erguer os filhos de imigrantes ao colo, achegando suas faces às deles em sinal de despedida”.

³⁷⁶ CORREIA, Kyohaku, *op.cit.*, p.68-69.

³⁷⁷ *Idem*, p.69.

³⁷⁸ *Idem*, p.70; RESENDE, Tereza Hatue de, *op.cit.*, p.75.

1.5.2. OS PRIMEIROS JAPONESES QUE VIERAM AO BRASIL EM 1803.

O dia 18 de junho é o dia oficial da Imigração Japonesa no Brasil. Desde as primeiras tentativas de aproximação, em 1882, até a data de chegada do Kasato, foram necessários 26 anos de negociações. Era a primeira vez que um grupo tão grande de emigrantes japoneses chegava ao Brasil, mas, em termos históricos, existe o registro de que quatro japoneses que partiram da Rússia em junho de 1803 com destino ao Japão desembarcaram no porto de Santa Catarina. Foram, portanto, os primeiros japoneses a pisar em solo brasileiro. Eles partiram da Rússia, em 1803, com dois navios de guerra russos comandados pelo capitão Ivan Fyodorovich Krusenshtern e Nikolai Petrovitch de Rezánov.

O relato dessa viagem foi registrado na obra *Kankai ibun* (*Informações exóticas ouvidas na viagem ao redor do mundo*) organizada por Gentaku Otsuki (1757-1827) e Hiroyuki Shimura (1769-1845) em 1807³⁷⁹. Este é o documento mais antigo que registra a permanência de japoneses por setenta e um dias em Nossa Senhora do Desterro, atual Florianópolis, Santa Catarina, em 1803. O livro relata que eles saíram com o barco a vela Wakamiya-maru (carregado de 1300 sacos de arroz e 400 toras de madeira) do porto de Ishinomaki (Miyagi), ao norte do Japão, com destino a Edo (Tóquio), no dia 27 de novembro de 1793, com o total de 16 tripulantes e, após enfrentar uma tempestade no Mar do Japão, ficaram à deriva por seis meses, até chegar à Sibéria, onde foram resgatados. Os 14 sobreviventes permaneceram oito anos na Sibéria até serem enviados a São Petersburgo³⁸⁰.

Naquela época, a Rússia era governada pela czarina Catarina II (1729-1796), sob regime absolutista, e sua meta era conquistar e expandir o território russo, mas pouco depois de sua morte irrompe a guerra napoleônica e seu sucessor, o czar Pavel I (Paulo I), suspende o plano de expansão nas regiões do Extremo Oriente. Com o assassinato deste, assume o czar Alexandre I (neto de Catarina II), que retoma a política da avó, que pretendia expandir seu império e retoma a negociação com o Japão interrompida durante o reinado do czar Pavel. O czar Alexandre I chamou os japoneses náufragos resgatados em 1793 e indagou pessoalmente se desejavam retornar ao país natal. Dentre os 14 náufragos, 10 resolveram permanecer na Rússia e 4 responderam que queriam voltar para o Japão: Tsudayu (49 anos), Gihei (32), Sahei (31) e Tajurou (23). Dentre os que optaram por ficar na Rússia, Zenroku (24), trabalhava como intérprete e professor de língua japonesa³⁸¹.

³⁷⁹ OTSUKI, Gentaku; SHIMURA, Hiroyuki. *Kankai Ibun* (Informações exóticas ouvidas na viagem ao redor do mundo) –1840. Transcrição para a língua japonesa moderna por Akira Ikeda. Tóquio: Yúmatsumô, 1989.

³⁸⁰ GAUDIOSO, Tomoko Kimura., *op.cit.*, p. 149.

³⁸¹ Idem, p.150; ZIERER, Otto., *op.cit.*, p.81-82,

Foi assim que uma missão russa partiu do porto de São Petersburgo em 16 de junho de 1803 rumo ao Japão com os quatro japoneses. A rota foi traçada pelo Atlântico, passando inicialmente pela Inglaterra e Ilhas Canárias. Abastecidos em Santa Catarina, seguem a rota para o Pacífico, atravessando o perigoso estreito de Magalhães e visitando as Ilhas Marquesas. A chegada dos japoneses ao porto de Nagasaki ocorreu somente em 1804 (11 anos após o naufrágio) devido a esses eventos políticos ocorridos na Rússia.

A obra *Kankai ibun* possui uma introdução e 15 capítulos. O primeiro narra sobre o naufrágio até serem salvos por nativos das Ilhas Aleutas, fazendo a descrição minuciosa de usos e costumes locais, além da descrição da fauna encontrada na ilha. Os capítulos 2 a 11 descrevem o acolhimento dos naufragos pelos russos, colonizadores da Ilha Aleutas, até chegarem em São Petersburgo, então capital da Rússia, com descrições detalhadas de sua passagem por Okhotsk e Irkutsk. Há a descrição da desenvolvida tecnologia encontrada. Os capítulos 12 e 13 narram a viagem de retorno dos naufragos para o Japão pela rota atlântica até chegarem à Ilha de Santa Catarina – quando relatam a passagem pelo Brasil, seguindo viagem rumo ao Oceano Pacífico pelo Estreito de Magalhães. O capítulo 14 descreve a chegada dos naufragos no porto de Nagasaki, em fevereiro de 1804, a inspeção dos objetos do navio e a entrega da carta imperial da Rússia propondo o intercâmbio comercial com o Japão³⁸². O último capítulo contém informações de assuntos variados e as impressões que os naufragos tiveram dos lugares em que estiveram. Num dos relatos, um deles indaga se o Brasil é terra de negros e o outro comenta que os portugueses que estavam em Santa Catarina também brincavam com cartas de baralho muito parecidas com as cartas com figuras (*karuta*) dos japoneses³⁸³.

No volume 12, os naufragos japoneses contam sobre o que viram e o que ouviram dizer sobre o Brasil³⁸⁴. Selecionamos alguns trechos a título de apresentação:

Fomos informados de que o navio atracaria num local chamado América do Sul. Conforme o navio se aproximava do local, sentíamos um calor tão insuportável que tínhamos que tomar banho diariamente. Na tarde do dia dez de novembro³⁸⁵, aportamos num grande porto chamado Ecatirina³⁸⁶ que devia ser parte da América do Sul. E nos pareceu ser este um dos maiores portos existentes na América do Sul.

³⁸² GAUDIOSO, Tomoko Kimura., *op.cit.*, p.150-152.

³⁸³ OTSUKI, Gentaku; SHIMURA, Hiroyuki., *op.cit.*, p. 273-274.

³⁸⁴ O capítulo sobre a passagem dos japoneses na ilha de Santa Catarina (Florianópolis) foi traduzido para o português por Tomoko Kimura Gaudioso e, em novembro de 2003, o Consulado Geral do Japão em Porto Alegre mandou imprimir uma brochura de 32 páginas intitulada “Os japoneses no Brasil: suas primeiras impressões”. Os trechos selecionados para este trabalho têm como base essa tradução, mas tomamos a liberdade de cotejá-la com a edição em língua japonesa moderna e fazer pequenas alterações. As notas são de Gaudioso.

³⁸⁵ Segundo Ikeda, *Kankai ibun*, *op.cit.*, p.225: “Ao analisar a rota de navegação, eles aportaram no dia 29 de novembro 1803 do nosso calendário que corresponde ao dia 16 de outubro do calendário japonês”.

³⁸⁶ No documento consta um mapa onde se lê Ilha de *San* Catarina. “Ecatirina” é a pronúncia russa para Catarina.

Disseram-nos que esse local era território de Portogari [Portugal]. O porto é grande, mas por estar localizada em uma baía, as águas são rasas, de modo que os navios grandes não podem se aproximar da costa. Parece que vários rios pequenos desembocam nesta baía. No porto havia dois navios ingleses e mais outros dois navios estrangeiros. Na praia, viam-se canhões para guardar a costa. [...] Os barcos dos nativos eram finos e compridos como se fossem as folhas de bambu. Seu fundo consistia em uma tábua pregada num tronco de árvore partido ao meio. O comprimento dos barcos era menor que o *tyokibune*³⁸⁷.

Santa Catarina entrará para a história política e administrativa da colônia em fins do século XVII; mas economicamente somente na segunda metade do século XVIII. Antes disso é apenas um território arduamente disputado por espanhóis e portugueses. A agricultura somente se estabelecerá nas áreas costeiras, onde atualmente se localiza a capital do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, e em Santa Catarina. Nestas áreas foi tentado um sistema de colonização original para o Brasil e que oferece particularidades que o distinguem nitidamente no conjunto da colonização. Como não se tratava de regiões aptas para a produção de gêneros tropicais de grande valor comercial, como o açúcar ou outros, foi-se obrigado para conseguir povoadores (providência necessária porque se tratava de territórios contestados pela Espanha) a recorrer às camadas pobres ou médias da população portuguesa, e conceber grandes vantagens aos colonos que aceitavam se estabelecer nessas regiões³⁸⁸.

Os nativos tinham peles escuras. Os negros vistos em Peterburca eram totalmente pretos, mas os nativos deste lugar tinham cores um pouco menos escuras do que aqueles. Tanto homens como as mulheres andavam descalços e sem roupas, usando somente um *han matabiki*³⁸⁹. Assemelhavam-se às pessoas vistas nas Ilhas Canárias. Eles tinham cabelos e pelos do corpo crespos. Os olhos eram pretos. As mulheres também eram escuras. Elas pareciam as senhoras russas por vestirem roupas semelhantes a *hakama*³⁹⁰, larga e armada, da cintura para baixo, feitas de algodão ou linho. Nas costas carregavam coisas com desenhos parecidos com os de *furoshiki*³⁹¹. Tanto homens como mulheres não tinham tatuagens. As crianças também eram pretas e andavam completamente nuas. Os dentes, tanto dos homens como os das mulheres eram pretos e estavam sempre mascando uma coisa parecida com resina de pinheiro. Parecia que não paravam de mexer a boca.

³⁸⁷ Barco pequeno e esguio usado no rio Sumida, em Edo (Tóquio), para transporte de passageiros.

³⁸⁸ PRADO Jr., Caio., *op.cit.*, p.99-100.

³⁸⁹ Espécie de calças curtas; ceroulas.

³⁹⁰ Tipo de calça larga, pregueada, com fendas nos lados e preso com um cinto amarrado na cintura.

³⁹¹ Pano quadrado usado para embrulhar diversas coisas e que serve como bolsa.

Entrando território adentro uns vinte ri (78 km) a partir do porto, havia um lugar com aproximadamente mil casas [isso foi observado por Tajurô que desembarcou do navio]. As casas utilizavam telhas sobrepostas na base e na altura de uns 2 *shaku* (60,6 cm) em diante, eram usadas pedras. Usava-se casca de cerejeira como telhado.

Existia um templo, também. Era uma construção que possuía um objeto em forma de cruz similar ao que tem no telhado do templo russo. O seu interior não foi visto. Observando a maneira de rezar, constatamos que parecia com a nossa reza, a dos japoneses. Tsudayu desembarcou e viu o local onde se beneficiava o arroz com um moinho de água. As casas eram feitas de pedras e seus telhados eram feitos de madeira de cerejeira rachada ao meio. Cada moinho d'água tinha trinta e seis moendas.

O recrutamento dos colonos se fez sobretudo nas ilhas dos Açores, onde o excesso de população, que o exíguo território do arquipélago não comportava, sempre constituiu um viveiro de braços. Foram escolhidos de preferência camponeses que emigravam em grupos familiares, o que também é quase único na colonização do Brasil. Nesse sentido, nessas áreas desenvolve-se um tipo de organização singular em que a propriedade fundiária é muito subdividida, o trabalho escravo é raro, quase inexistente, a população é etnicamente homogênea; mas, posteriormente, vieram os escravos africanos, o que resultou na miscigenação entre portugueses, negros e os índios tupi-guarani, estes últimos fortemente explorados no período colonial³⁹².

Disseram que nesse país eram plantadas as sementes diretamente no chão e que se exportava o arroz polido para outros países. No próprio país, é proibido comer arroz. Preparam farinha de milho, colocam-na na água quente, fazendo uma espécie de cola e comem. O milho é igual ao do nosso país; as cumbucas são feitas de madeira. [...]

Antes de aportar nesse local, ainda em alto-mar, o navio sofreu danos no mastro, de modo que, após a chegada, os oficiais e o emissário desembarcaram, compraram árvores em pé e construíram o mastro. Ficamos observando a chegada da madeira no porto. Era madeira muito dura onde se misturavam partes vermelhas e pretas. Os russos chamavam-na de *karasunazeriva* que significa madeira vermelha.

A árvore citada possivelmente é a maçaranduba, madeira de coloração vermelho-escuro, dura e homogênea, que se destaca por sua resistência à umidade e nativa dessa

³⁹² PRADO Jr., Caio., *op.cit.*, 101.

região, que deu o nome ao atual município de Massaranduba (SC)³⁹³. O aproveitamento das madeiras do Brasil tornar-se-á mais intenso após 1810, quando é dada aos ingleses a autorização de explorar as matas da colônia³⁹⁴.

Havia muitos produtos locais que foram comprados para suprir o depósito de mantimentos: couves, nabos, rábanos, melões chineses, melões, melancias, abóboras, pepinos, uvas, pimenta (os frutos são pequenos e as pimenteiras crescem como árvores), laranjas, nozes (pequenas), maçãs, cana-de-açúcar (as grossas tinham o diâmetro de um punho. Compraram-na em grande quantidade para servir de alimento para o gado) e açúcar branco.

Havia umas frutas muito grandes. A casca externa era grossa. Ao removê-la, via-se a casca interna muito dura, parte dela parecida com o rosto de uma pessoa. O seu interior estava cheio de carne oleosa, doce como nozes. Os negros colocavam essa fruta num recipiente e vinham a nado até o navio, para vendê-las. Nós também a compramos. Ao experimentarmos, sentimos o frescor na boca e esquecemos o calor intenso, de modo que nós compramos e as comemos várias vezes.

Ouvimos falar que *suô*³⁹⁵ era nativa da região, mas não as vimos. Existem plantas que produzem cachos de coisas compridas. O seu corpo é verde e em cada cacho crescem pencas de coisas com 3 arestas longitudinais. Com dois *sun*³⁹⁶ de comprimento. No início são verdes, mas quando amadurecem, sua carne torna-se amarela. Colhidas verdes, a sua cor torna-se igual à coisa madura dentro de uns dois dias. O interior dessa coisa é branco e o sabor doce como *akebi*³⁹⁷. Não possui sementes. Aquelas que produzem cachos com vinte a trinta pencas de coisas, chegam a atingir mais ou menos três *shaku*³⁹⁸ de comprimento. Não se sabe como classificá-las, se é fruta de árvore ou de arbustos. Elas têm a forma aproximada do seguinte desenho.

O que chamou especialmente a atenção dos japoneses foram o coco e a banana. Eles a descrevem e contam como os negros a vendiam trazendo-as dentro de cestos e a nado. É interessante observar o modo como os japoneses descrevem as frutas. O comentário sobre a inexistência de pau-brasil naquela área significa que desde a primeira

³⁹³ Massaranduba. Disponível em <http://ecoviagem.uol.com.br/brasil/santa-catarina/massaranduba> Acesso 28 Jun 2011.

³⁹⁴ *Idem*, p. 110.

³⁹⁵ Madeira de cor vermelha escura chamada pelos ingleses de sapanwood. Também é conhecida como *indian redwood* ou *Judas tree*. No caso, trata-se do pau-brasil.

³⁹⁶ Cada *sun* equivale a 3,03 cm.

³⁹⁷ Árvore frutífera japonesa (*Aquebia quinata*)

³⁹⁸ Cada *shaku* equivale a 30,3 cm.

exploração regular do território brasileiro já se encontrava praticamente extinto em princípios do século XIX.

Há passarinhos de cor muito bela, de cor azul e com bico e orifícios nasais vermelhos. Eles cantam fazendo kiu-kiu. Quando alguém mostra a língua, eles chupam-na com seu bico. Não perguntaram o nome.

Há peixes com carapaça quadrada semelhante à da tartaruga. Não perguntaram o nome. Sua pele era parecida com a do baiacu.

Havia macacos de rabos compridos. Criávamos um no navio, mas morreu durante a viagem. Havia um animal cujos pelos eram de cor cinza esbranquiçada, com um focinho comprido e rabo listrado. Seu tamanho era de uns dois *shaku* e era um animal fácil de ser domesticado. Exalava cheiro ruim por todo o corpo. Compramos quatro deles para criá-los a bordo do navio. Demos um de presente para o escritório do porto quando aportamos em Kamíchakka. Os três restantes acabaram morrendo no navio³⁹⁹.

Trouxeram um animal de quatro patas a bordo dizendo que se tratava de um filhote do animal chamado *garukaruzeru*. Media uns 3 ou 4 *shaku*⁴⁰⁰. A sua pele era grossa e escura. Viam-se escamas em seus pés e espinhos no rabo. A sua boca tinha abertura de uns sete *sun*, cheia de dentes descontraídos. Em cima dos olhos tinham coisas que se pareciam com calos. Cada pata tinha três unhas que mediam em torno de um *sun* de comprimento. Disseram-nos que esses calos de cima dos olhos transformam-se em chifres quando crescem, e que vivem tanto no mar como nas montanhas e que chegam a caçar e a devorar homens. Vendo o desenho de um dragão, o achamos parecido. Chegamos a comentar que se tratava de um filhote de dragão. Os russos mataram-no, colocaram uma substância química branca, e retiraram suas vísceras e olhos. Em lugar dos olhos colocaram esferas e conservaram-no como se estivesse vivo.

As compras nesse local são feitas com as moedas da *ishipantsuke* [Espanha]. Permanecemos nesse local por certo período e, após concluirmos os preparativos, zarpamos do porto da Ecaterina no dia 28 ou 20 de dezembro⁴⁰¹.

³⁹⁹ Refere-se ao quati.

⁴⁰⁰ De 90 cm a 1m20cm.

⁴⁰¹ Constata-se no diário de bordo que a data da partida foi 8 de fevereiro de 1804. Esta data corresponde a 27 de dezembro de 1803 do nosso calendário. Mais ou menos, coincide com aquela data que foi memorizada pelos náufragos. Assim, eles permaneceram nesse porto por aproximadamente setenta e um dias.

Infelizmente, não conseguimos identificar os nomes da ave e do “peixe com capanga de tartaruga”. Os japoneses ficaram igualmente admirados com o que provavelmente sejam o quati e o jacaré, que foi confundido com o crocodilo. Interessante observar que não existe crocodilo no Brasil⁴⁰².

No início do período colonial, o meio circulante brasileiro foi sendo formado de modo aleatório, com as moedas trazidas pelos colonizadores, invasores e piratas que comercializavam na costa brasileira. A partir de 1580, com a formação da União Ibérica, verificou-se uma afluência muito grande de moedas de prata espanholas (*reales*), provenientes do Peru, graças ao florescente comércio que se desenvolveu através do Rio da Prata. Até o final do século XVII, os *reales* espanhóis constituíram a parcela mais expressiva do dinheiro em circulação no Brasil. As moedas portuguesas que aqui circulavam eram as mesmas da Metrópole, oriundas de diversos reinados. Cunhadas em ouro, prata e cobre, essas moedas tinham os seus valores estabelecidos em réis e possuíam às vezes denominações próprias, como Português, Cruzado, São Vicente, Tostão, Vintém.

O comentário sobre a moeda utilizada nas compras nos revela que nos séculos XVIII e XIX, devido à indefinição das fronteiras entre a colônia portuguesa e espanhola, entre a província de São Pedro (parte portuguesa) e a província da parte oriental do rio da Prata – Vice-reino do Rio da Prata (parte espanhola em litígio), as pesetas circularam como dinheiro não oficial, porém corrente no comércio e nos negócios. A palavra gaúcha “pilas”, dicionarizada como sendo desse período, origina-se dessa moeda espanhola, que possuía dois pilares em seu averso, ladeando o escudo de armas de Castela e Leão⁴⁰³.

⁴⁰² Os jacarés são de uma família (Alligatoridae) e crocodilos, de outra (Crocodylidae). Uma diferença marcante é que os crocodilos têm o quarto dente inferior (na parte de baixo) à mostra, mesmo com a boca fechada (ele sai para cima do crânio). Já os jacarés não possuem esses dentes tão longos. No Brasil, são seis espécies de jacarés: espécies de jacarés: *Caiman crocodilus* – jacaretinga; *Caiman latirostris* - jacaré do papo amarelo; *Caiman yacare* - jacaré do pantanal; *Melanosuchus niger* – jacareaçu; *Paleosuchus palpebrosus* - jacaré coroa; *Paleosuchus trigonatus* - jacaré coroa. FOLHA DE SÃO PAULO. Caderno Folhinha. “Qual a diferença entre crocodilo e jacaré”. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br> Acesso em 26 Maio 2012.

⁴⁰³ PLAGGERT, Paul Gerritsen. “Da circulação das “Pesetas Sevilhanas” no século XIX”. Disponível em <http://www.forum-numismatica.com> Acesso em 13 Mar 2012. Na primeira metade do século XVIII, a elevada produção de ouro possibilitou o funcionamento simultâneo de três casas da moeda e a cunhagem de grande quantidade de peças, cujos valores e beleza testemunham a opulência que caracterizou o período do reinado de D. João V (1706-1750). Para uniformizar o meio circulante brasileiro, onde moedas do mesmo metal e do mesmo peso tinham valores diferentes, D. João VI determinou, em 1809, a aposição de carimbo em forma de escudete nas moedas da série “J”, para equipará-las às da série das “patacas”, e nas moedas de cobre cunhadas antes de 1799, para duplicar seus valores. In “O Dinheiro no Brasil - do Descobrimento ao Reino Unido” Disponível em <http://www.bcb.gov.br> Acesso em 13 Mar 2012.

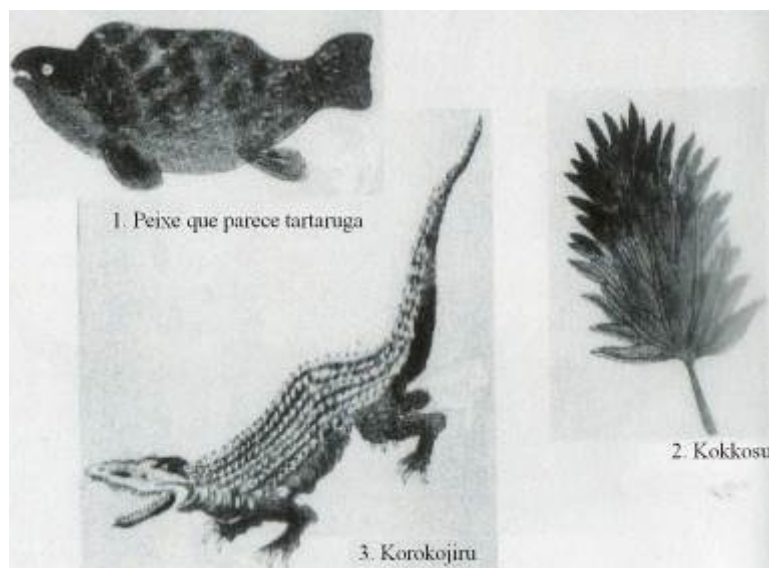


Imagem - A legenda 2 é a transcrição do som da palavra coco em japonês e a legenda 3 é a do crocodilo, que na verdade, é o jacaré⁴⁰⁴.

A obra, compilada no início do século XIX, em pleno xogunato, teve uma importância ímpar ao divulgar informações sobre o Brasil até então desconhecidas pelos japoneses.

Cerca de um século depois, atracava no porto de Santos, no cais número 14, o *Kasato-maru*, com a bandeira japonesa tremulando na proa, após uma longa travessia de 52 dias em alto mar. Era o dia 18 de junho de 1908, quinta-feira, 17 horas⁴⁰⁵.

O monge Ibaragui realizou a primeira oração exatamente às 18h, abençoando a terra brasileira.

Estavam na terra da esperança.

Fogos de artifícios estouravam por ocasião das festas juninas.

Os emigrantes ficaram contentes achando que se tratava de uma saudação de boas-vindas. Não era. Às 21h, conduzidos por um pequeno barco, algumas pessoas subiram a bordo a fim de verificar as condições de todos e apresentar relatórios a Mizuno. Era a comissão de recepção formada por Miura, funcionário e intérprete da Legação Japonesa em Petrópolis; Teijiro Suzuki, Secretário da Hospedaria dos Imigrantes de São Paulo; Takeo Goto, subgerente da Comercial Fujisaki, de São Paulo; e Rafael Monteiro, representante brasileiro da Companhia Imperial de Navegação.

O coordenador da viagem, Shûhei Uetsuka, registra o momento da chegada:

⁴⁰⁴ Fonte: OTSUKI, Gentaku; SHIMURA, Hiroyuki Kankai Ibun (*Informações exóticas ouvidas na viagem ao redor do mundo*) –1840. Tóquio: Yûmatsudô, 1989. Anexo: s/p.

⁴⁰⁵ MIZUNO, Ryô., *op.cit.*, p. 5.

A nau imigrante
chegando: vê-se lá no alto
a cascata seca.

Hyôkotsu⁴⁰⁶.

No dia 19 de junho, acordaram às 3h30m e vestiram suas roupas ocidentais. Nesse dia, tomaram café da manhã às 5h e desembarcaram, após passarem pela inspeção médica oftalmológica. Qualquer indício de tracoma⁴⁰⁷ impediria o passageiro de desembarcar, mas como já se haviam submetido a um exame anterior no momento do embarque no Japão, todos puderam desembarcar.

Os emigrantes do Kasato-maru pisavam o solo brasileiro após uma longa travessia. Iludidos pelas propagandas veiculadas pela companhia de emigração e os órgãos governamentais, suas expectativas eram muitas. Não eram informados sobre as reais condições oferecidas pelo país escolhido, nem sobre as dificuldades que teriam de enfrentar. A maioria deles desconhecia a realidade brasileira, não tendo informação sobre o mercado de trabalho e as condições econômicas, políticas e sociais do país. Muitos nem sequer tinham condições de localizá-lo no globo terrestre, mas acreditavam que a terra era um verdadeiro paraíso, uma terra onde bastava sacudir os galhos de uma árvore para que caísse ouro, numa alusão aos grãos de café que trariam riqueza a todos aqueles que se dispusessem a vir.

Em comum, todos estavam em busca de melhores condições de vida, e acalentavam o sonho do mito do enriquecimento e do retorno rápidos. Apesar de o Brasil ser apenas um local de estadia temporária, os jovens imigrantes estavam curiosos em conhecer a terra e se esforçavam em aprender a língua portuguesa. Tinham consciência de que precisariam trabalhar muito, mas isso era o de menos. O esforço era válido para que pudessem retornar para o Japão e aos seus familiares. No entanto, como vimos ao longo deste capítulo, os juízos sobre a introdução de mão-de-obra japonesa nunca foram unânimes; razão de esta ter sido alvo de críticas e do fomento do racismo e diversos estereótipos em relação aos japoneses. Não bastava a força de vontade de trabalhar e lutar por uma vida melhor. Aos emigrantes restava enfrentar as vicissitudes que a situação histórica lhes reservara. Uma dura realidade que lhes foi revelada no cotidiano de suas vidas anônimas.

⁴⁰⁶ *Karetaki o miagete tsukinu iminsen*. Tradução de Masuda Goga.

⁴⁰⁷ O tracoma é uma afecção inflamatória crônica da conjuntiva e da córnea que provoca danos na conjuntiva palpebral, lesões na córnea e inclusive cegueira.

CAPÍTULO 2.

OS JAPONESES E A SÃO PAULO DOS IMIGRANTES

O objetivo deste capítulo é estudar textos modernistas brasileiros de gêneros diversos cujos enredos põem em cena experiências de personagens de origem japonesa no presente brasileiro.



Imagem: Desembarque dos emigrantes do Kasato-maru no porto de Santos em 19/06/1908.
Disponível: <http://www.nipocultura.com.br/wp-content/uploads/2008/05/primeirasimpressoes.jpg> Acesso em 15 abril 2012.

Para constituir o *corpus*, selecionamos as obras *Amar, verbo intransitivo – idílio* (1927,1944), de Mário de Andrade ⁴⁰⁸; *Marco Zero I – A revolução melancólica* (1943) e *Marco Zero II – O Chão* (1945), ambos de Oswald de Andrade, e três crônicas da colu-

⁴⁰⁸ Em 1927, Mário de Andrade edita o romance *Amar, verbo intransitivo – idílio* (1923-1924) pela Casa Editora Antonio Tisi, de São Paulo. Anos depois, 1933, o livro é editado em inglês pela Editora Macaulay, de Nova Iorque, com o título *Fräulein*, tradução de Margaret Richardson Hollingsworth. Quase duas décadas após a primeira edição brasileira, *Amar, verbo intransitivo* volta a ser publicado, em 1944, pela Livraria Martins Editora como o volume III das Obras Completas de Mário de Andrade e, a partir de então, essa 2ª edição passa a ser considerada como primeira para as sucessivas edições. Para a reedição do

na “Taka-shumbo shimbun”, do jornal semanal *Diário do Abax’o Piques* (1933), de Juó Bananére (Alexandre Ribeiro Marcondes Machado). Publicados entre 1927 e 1945, os textos transformam matérias referentes ao Japão e aos japoneses que se inserem no contexto político, econômico e cultural de fins da década de 20 e meados da década de 30, período em que o fluxo de imigrantes japoneses foi regular e expressivo, tendo atingido seu ápice entre 1932 e 1935, quando os japoneses corresponderam a 44,2% de todas as entradas em território brasileiro. Em *Amar, verbo intransitivo - idílio*, de 1927, o narrador desenvolve trechos em que o envolvimento do personagem Carlos com a língua e a cultura japonesas instaura uma reflexão sobre a influência da cultura estrangeira na formação do caráter nacional brasileiro. No entanto, na reedição de 1944, esses trechos são omitidos, mantendo-se apenas a figura do japonês serviçal, que ganha relevo ao se contrapor ao outro estrangeiro da casa, Fräulein. Com base nas diferenças encontradas nessas duas edições, elaboramos um quadro comparativo, destacando em vermelho, na edição de 27, os trechos que foram omitidos na de 44 (vide anexo).

Em termos numéricos, os principais grupos de imigrantes entrados no Estado de São Paulo, no período de 1872 a 1952, foram os italianos, espanhóis, portugueses, japoneses, alemães e austríacos⁴⁰⁹. Entre eles, o fluxo migratório japonês era o mais recente, tendo como marco inicial a chegada do navio Kasato-maru, no dia 18 de junho de 1908, com 781 imigrantes contratados e 12 espontâneos.

Segundo Saito, a evolução da imigração japonesa no Brasil pode ser dividida em dois períodos: o primeiro, de 1908 a 1923, em que a imigração pode ser qualificada de experimental, subsidiada pelo Governo do Estado de São Paulo⁴¹⁰, e o segundo, de 1924 até 1941, durante o qual foi promovida e subsidiada pelo Governo japonês, que

Amar, verbo intransitivo de 1944, o escritor constrói uma nova versão por meio das rasuras: acréscimos, supressões, substituições e deslocamentos, suprimindo longos trechos e acrescentando um novo “capítulo”, configurando então um manuscrito/exemplar de trabalho na junção da parcela autógrafa com a impressa. Mas, segundo Marlene Gomes Mendes, a 2ª. edição “curiosamente não cristaliza, na íntegra, a versão final presente no manuscrito/exemplar de trabalho”, levantando a hipótese de que a continuação do processo criativo se estabeleceu durante a prova tipográfica ou que o autor, ao passá-la a limpo, a modificou. Porém, esse documento da criação perdeu-se na gráfica da Revista dos Tribunais, contratada pela Livraria Martins, que não conservou os originais e as provas. Em 2008, a Editora Agir, do Rio de Janeiro, reedita *Amar, verbo intransitivo: idílio* pautado num viés da crítica genética que diz respeito à sondagem de um longo processo criativo – de 1927 a 1943 – que estabeleceu uma gênese textual atestada por vários testemunhos (das correspondências do autor) e que se manifesta no seu trabalho de escritura, tendo em vista a obra em sua última versão. A edição de 2008 é a versão final do manuscrito/exemplar de trabalho deixado pelo autor. Para nosso estudo, selecionamos as edições de 1927 e 2008 para análise e levantamento do *corpus*, uma vez que não encontramos diferenças entre a edição de 1944 e a de 2008 nos trechos que propomos analisar. [anexo]

⁴⁰⁹ Italianos (878.102), portugueses (460.929), espanhóis (395.844), japoneses (189.764), alemães (69.161) e austríacos (39.305). In: FREITAS, Sônia Maria de., *op.cit.*, p. 44.

⁴¹⁰ De 1908 a 1923, o fluxo migratório caracterizou-se por variações nos números de chegadas, explicadas essencialmente pela instabilidade inicial do colono, pelas oscilações da política imigratória paulista e pela persistência da emigração japonesa para os Estados Unidos. Neste período o Governo paulista subsidiava uma parte do valor da passagem de Kôbe a Santos e, posteriormente, os fazendeiros descontavam de 40% a 50% do valor subsidiado dos salários do imigrante, ou seja, a maior parte da despesa da passagem era paga pelo próprio imigrante.

passou a financiar o custo da viagem e, posteriormente, a partir de 1932, além do subsídio da passagem, a auxiliar com 50 ienes os que tinham idade acima de 12 anos⁴¹¹.

Os japoneses que vieram para o Brasil no período inicial da imigração (1908-1923) eram, em sua maioria, imigrantes temporários ou de curto prazo e nutriam as esperanças do mito da riqueza e do retorno rápido. Dentre eles, 83,6% eram de camponeses e trabalhadores de ofícios variados, oriundos das províncias ao sul da ilha de Honshû, algumas da ilha de Kyûshû e, principalmente, de Okinawa. No segundo período, vieram imigrantes das demais regiões do Japão, inclusive da região norte de Honshû, bem como da ilha de Hokkaido e Shikoku, até então com pequeno índice de emigração para o Brasil. O fato de terem vindo imigrantes de praticamente todas as regiões do país fez do Brasil um pequeno Japão, reproduzindo a diversidade cultural e linguística existente na terra natal dos imigrantes⁴¹².

As negociações em torno da introdução de imigrantes japoneses sempre foram cercadas de entraves por ser considerada inadequada tanto do ponto de vista racial quanto do político. Ao longo do século XIX e início do XX, a elite brasileira, partidária das teorias racistas europeias, idealizava a admissão do Brasil no rol das nações desenvolvidas e modernas⁴¹³.

No início do século, o Brasil havia passado para o sistema republicano, mas essa alteração no regime político não implicava mudanças substanciais nas estruturas herdadas do Estado monárquico. A proclamação da República (1889) não tinha contado com a participação popular e, do ponto de vista econômico, o país continuou tipicamente rural, produzindo extensivamente e em grande escala produtos como o café, a borracha, o cacau, o mate, o açúcar e o fumo para a exportação e, por conseguinte, permanecendo dependente do mercado internacional e sujeito às suas variações.

Durante a República Velha (1889 a 1930), os empreendimentos gerados pela produção cafeeira haviam transformado São Paulo em um importante centro econômico e cultural - símbolo de trabalho, modernização e progresso - com uma classe

⁴¹¹ SAITO, Hiroshi., *op.cit.*, p. 61.

⁴¹² ANDO, Zempati e WAKISAKA, Katsunori., *op.cit.*, p. 25-26. NODA, Ryoji. *Imin chôsa hôkokusho* (História da expansão dos japoneses), p.286, *apud* KIYOTANI, Masuji; YAMASHIRO, José., *op.cit.*, p. 33, 34, 76. SAKURAI, Célia. Os japoneses. São Paulo: Contexto, 2008:245.

⁴¹³ TAKEUCHI, Márcia. "A comunidade nipônica e a legitimação de estigmas: o japonês caricaturizado." *In: Revista USP*, n. 79, São Paulo, 2008. Disponível em www.revistausp.sibi.usp.br/scielo Acesso em 23 Ago 2010.

média urbana e formação de uma classe operária, resultante do crescimento industrial verificado a partir do início do século XX.

Os números relativos à população da cidade dão uma ideia do seu crescimento abrupto: em 1890, havia 64.934 habitantes e em 1920 já viviam na capital 579.033 pessoas, das quais dois terços eram de imigrantes. Em 1929, a cidade contava com 851.838 habitantes⁴¹⁴.

A representação do “não-nacional” nas literaturas hegemônicas, particularmente na situação brasileira, pode ser pensada por meio do seguinte referencial teórico:

Estrangeiros e imigrantes aparecem na literatura brasileira de formas distintas. Os estrangeiros vêm ao Brasil principalmente entre 1850 e 1910, com a abertura ao capital internacional, dado o surto desenvolvimentista infraestrutural, com aplicações nos transportes, comunicações, aparelhamento urbano, e uma grande demanda de pessoal qualificado inexistente no país. Por isso, promove-se a vinda de estrangeiros, que configurarão um padrão de referência, dada a superioridade de formação que os distingue. Assim, eles merecerão um tratamento literário distinto daquele que receberá o imigrante. [...] Já os imigrantes serão sempre apresentados como instrumentos desumanizados, ao mesmo tempo reduzidos a braço-de-trabalho e semeadores do embranquecimento da população brasileira, contribuindo para apagar as marcas de sua origem⁴¹⁵.

Desde os princípios do século XX, as autoridades federais brasileiras mantinham o controle dos surtos migratórios e de povoamento com o objetivo de evitar conflitos entre patrões e empregados e reprimir o levante das massas formadas por levas de imigrantes e migrantes que passaram a representar uma ameaça às elites. Interessava-lhes manter no campo e na cidade homens disciplinados como trabalhadores incorporados de forma orgânica ao sistema de produção⁴¹⁶. Juntamente com essa informação, deve-se ressaltar que, a partir da década de 1920, o território paulista recebeu levas cada vez maiores de migrantes, sobretudo dos estados nordestinos do país, superiores à de estrangeiros.

No Brasil, os imigrantes eram selecionados através do critério de “raça” (a “raça branca”, ao se misturar com a “raça negra” e com os mestiços, possibilitaria o gradativo branqueamento do país) e do conceito de “assimilação” (com a conotação específica de o imigrante ser apto a adequar-se à formação latina e católica do país), o que explica a opção preferencial pelos europeus católicos da Península Ibérica e da Itália no final do

⁴¹⁴ PADILHA, Márcia. *A cidade como espetáculo: publicidade e vida urbana na São Paulo dos anos 20*. São Paulo: Annablume:2001:19.

⁴¹⁵ WALDMAN, Berta. *Entre passos e rastros: presença judaica na literatura brasileira contemporânea*. São Paulo: Perspectiva, Fapesp, Associação Universitária de Cultura Judaica, 2003: XIX.

⁴¹⁶ WALDMAN, Berta. ., *op. cit.*, XVI, XVII, XX.

século XIX e no início do século XX, quando alemães protestantes e nações avessas à assimilação passaram a ser considerados indesejáveis⁴¹⁷.

Nesse contexto, a vinda de orientais, sobretudo de “raça amarela” - já que a “raça negra” era impensável - não condizia com o futuro almejado para a nação brasileira; razão pela qual a introdução de mão-de-obra japonesa, no final do século XIX e durante a primeira metade do século XX, teve fortes opositores no campo político e intelectual, inclusive dentro do corpo diplomático brasileiro. Em dezembro de 1906, por exemplo, Luiz Guimarães, Encarregado de Negócios do Brasil em Tóquio, manifestava sua opinião:

não enxergo a vantagem de se introduzir na vitalidade do nosso organismo nacional um elemento completamente disparatado, como seja o sangue mongólico, sem falar na fealdade desta raça - o que também é um elemento a considerar - parece-me, Senhor Ministro, que seria de avisada política cortar desde já as asas à ideia que está dia a dia tomando maior vulto sobre a emigração japonesa para o Brasil⁴¹⁸.

A fim de acalmar os ânimos daqueles que eram contrários à iniciativa de introduzir mão-de-obra japonesa no Brasil, São Paulo afirmava que a utilização de braços japoneses na lavoura cafeeira paulista era um ensaio, e não de uma efetiva colonização nipônica. Como confirmação dessa postura, o subsídio paulista aos imigrantes nipônicos foi suspenso em 1914, alegando-se a baixa fixação dos trabalhadores japoneses nas fazendas e a necessidade de se avaliar as consequências da introdução de sangue asiático no território paulista. No entanto, em 1917, o subsídio foi retomado pelo Governo diante da diminuição do ingresso de europeus, afetado pela Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Em 1922, a subvenção é definitivamente cancelada, quando se normaliza a imigração europeia para o Brasil. Através dessas ações oficiais em relação ao interesse em aceitar ou não os trabalhadores japoneses, observa-se que estes eram considerados substitutos temporários dos imigrantes portugueses, italianos e espanhóis⁴¹⁹.

Para o Governo japonês, até os Estados Unidos adotarem a política de restrição à emigração japonesa (*Gentlemen's Agreement*, 1908), o Brasil era a segunda opção. Com o movimento antinipônico instalado em São Francisco, a política emigratória japonesa passa a considerar os cafezais paulistas como alternativa viável. Contudo, com a perspectiva de que o preconceito racial contra os imigrantes japoneses existente nos Estados Unidos se repetisse no Brasil, o Governo japonês assumiu os subsídios dados aos seus nacionais que desejassem recomeçar a vida em terras brasileiras. Essa política de Estado foi ampliada em 1924, com a aprovação da Lei de Origem Nacional pelo

⁴¹⁷ SEYFERTH, Giralda., *op. cit.*, p. 129.

⁴¹⁸ LEÃO, Valdemar Carneiro. *A crise da imigração japonesa no Brasil (1930-1934) Contornos diplomáticos*. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais IPRI, 1990:156.

⁴¹⁹ TAKEUCHI, Márcia., *op.cit.*, p.2.

Congresso dos Estados Unidos, que vedava categoricamente a entrada de japoneses por terem sido considerados incapazes de adquirir nacionalidade norte-americana. A consequência é que, a partir de 1924, o Japão começava não só a subsidiar as passagens dos seus súditos, mas também a investir capital nas companhias de emigração a fim de que essas pudessem adquirir terras no Brasil e instalar as benfeitorias necessárias para que os colonos japoneses tivessem condições de se manterem em sua nova pátria de adoção e auxiliar na produção de matérias-primas que seriam exportadas para as indústrias japonesas⁴²⁰.

A introdução maciça de imigrantes oriundos de vários países alterou a composição geral das populações do Brasil, pondo em pauta de reavaliação o conceito de nação homogênea com base na mestiçagem formada pela herança ibérica, africana e indígena. Médicos eugenistas e higienistas passam a identificar grupos parasitários, usando o conhecimento técnico para detectar focos de disfunção social e racial, tentando dominar os movimentos aleatórios, punir revoltas e eliminar os males que atormentam o corpo social. Sendo assim, ao mesmo tempo em que se rebaixava a figura do negro, do judeu e do japonês, o europeu ariano e católico despontava como opção de mão-de-obra produtiva⁴²¹.

Retomando o que dissemos no capítulo anterior, a ideia de “raça” – pautada nas diferenças de natureza étnica e cultural que embasaram a política de colonização e imigração no Brasil – e seus usos nos discursos sobre a nacionalização, contribuíram para reforçar as formas de exclusão dos imigrantes asiáticos, especialmente quando a desqualificação assumiu o imponderável biológico da desigualdade. Esses discursos eram utilizados como instrumentos para manipular as noções eu/outro, geralmente impostas pelo grupo dominante na forma de preconceito racial, renovada pela condição de desigualdade, absoluta e incondicional entre as raças, independentemente das condições físicas do *habitat* e de fatores sociais⁴²².

A crônica de Machado de Assis analisada no capítulo anterior nos revela que o preconceito de raça no Brasil fundamenta-se na aparência física (tipos feios, miseráveis, criminosos etc.) e que os gestos, hábitos, sotaque e as características socioeconômicas do indivíduo são considerados como elementos naturalmente integrantes da raça. Esse tipo de associação era a principal argumentação utilizada por aqueles que pretendiam justificar a existência de uma nítida hierarquia natural de um grupo dominante branco sobre os demais grupos não-brancos. De fato, os discursos sobre as vantagens ou desvantagens de se introduzir a mão-de-obra chinesa, sintetizados em imagens e discursos negativos, tornaram-se uma poderosa ferramenta para construir e perpetuar um

⁴²⁰ MITA, Chiyoko., *op. cit.*, pp 37-41; TAKEUCHI, Márcia. “A comunidade nipônica e a legitimação de estigmas: o japonês caricaturizado.” *In: Revista USP*, n. 79, São Paulo, 2008. Disponível em www.revistausp.sibi.usp.br/scielo Acesso em 23 Ago 2010.

⁴²¹ WALDMAN, Berta. 2003., *op.cit.*, p. xvi, xvii, xviii.

⁴²² SEYFERTH, Giralda., *op. cit.*, p. 129.

imaginário coletivo negativo sobre os orientais com o objetivo de torná-los diferentes e, portanto, passíveis de serem indesejáveis⁴²³.

Vimos também que, antes da chegada dos imigrantes japoneses, a China e os Estados Unidos foram os principais responsáveis pela gênese do discurso brasileiro sobre o Japão. Criou-se uma profusão de imagens herdadas dos estereótipos e dos preconceitos, notadamente marcados pela perspectiva norte-americana que – por questões de competição no mercado de trabalho americano – incentivava a discriminação racial para poder segregar os imigrantes chineses e, posteriormente, os japoneses.

Antes de prosseguirmos nosso estudo sobre a representação dos japoneses na literatura brasileira, vamos abrir um pequeno parêntese para expor o modelo clássico das definições sociais do “estrangeiro” e do “imigrante” desenvolvido por Abdelmalek Sayad em *A imigração*:

A diferença entre um estrangeiro e um imigrante é principalmente e antes de mais nada a relação desigual (política, econômica, cultural etc.) e de dominação estabelecida entre dois países, as duas sociedades, as duas culturas. [...] De todas as negociações que são feitas dessa forma entre os países pertencentes ao “pólo norte” – países ricos e poderosos, industrializados e desenvolvidos – e os países pertencentes ao “pólo sul” – países pobres e dominados, com a chamada economia tradicional, isto é, não-industrializada e, portanto, subdesenvolvidos –, as negociações de mão-de-obra talvez sejam as que revelam mais claramente sua natureza assimétrica. [...] Um mundo dominante produziria o estrangeiro [...] e um mundo dominado só forneceria imigrante⁴²⁴.

Diante dessa definição, Kirschbaum observa que, se a figura do estrangeiro tem seu equivalente no Brasil, a do imigrante apresenta aspectos diferenciais que exigem uma análise mais específica. Isso porque, enquanto Sayad se refere ao deslocamento de argelinos para a França como sendo de *imigração de trabalho temporário*, os deslocamentos para o Brasil tiveram como característica a *imigração de povoamento*: alemães, italianos e portugueses vêm para o Brasil em definitivo, trazendo suas famílias, sem a expectativa ou a intenção de retornar para suas terras natais⁴²⁵.

Além desse tipo de *imigração de povoamento*, há de se considerar que, no caso do Brasil, existiu outra modalidade, com vistas ao *embranquecimento* da população. Nesse sentido, certas correntes migratórias foram consideradas “desejáveis” (alemães,

⁴²³ DEZEM, Rogério., *op.cit.*, p. 102,108-9. NOGUEIRA, Arlinda Rocha. 1979., *op. cit.*, p.7.

⁴²⁴ SAYAD, Abdelmalek., *op. cit.*, pp 244-245.

⁴²⁵ KIRSCHBAUM, Saul. *A figura do judeu em O Tempo e o Vento de Érico Veríssimo.*, p.10

portugueses, espanhóis, italianos), enquanto que as não-europeias (árabes, judeus, chineses, japoneses) e sobretudo as africanas foram consideradas “indesejáveis”.

O fato de uma corrente migratória ser considerada “desejável” ou “indesejável” terá suas repercussões no modo como esta será representada na literatura, mas, no caso específico dos imigrantes japoneses que vieram para o Brasil, apesar de serem considerados imigrantes “indesejáveis” - por questão de raça e não possuírem uma formação latina e católica - havia uma constante tensão, como diz Jeffrey, “entre emulação e repúdio” em relação a esse povo oriundo de um Japão que, no início do século XX, despontava como uma grande potência asiática⁴²⁶.

O conjunto de textos selecionados possui em comum a tentativa de expor as contradições que, nas décadas de 20 e 30, ecoavam em uma São Paulo repentinamente internacionalizada na qual se discutia o caráter nacional brasileiro, pondo-se em pauta as questões sobre imigração, raça, etnicidade e identidade nacional.

2.1. A REPRESENTAÇÃO DO JAPONÊS EM AMAR, VERBO INTRANSITIVO.

A chegada dos primeiros imigrantes japoneses ao Brasil coincidiu com a redefinição dos discursos sobre o Japão e os japoneses, quando as características negativas acerca do imigrante japonês são ressaltadas, associando-o à ideia de “perigo amarelo”, ameaça à integridade nacional e territorial, e ao repúdio da “mongolização”, inadequada ao projeto de construção da brasilidade eugenicamente branca⁴²⁷.

Waldman, citando Antonio Cândido, diz que o nacionalismo brasileiro teve vários enfoques ao longo do século XX: cautela contra a fascinação provinciana por fontes estrangeiras; valorização dos interesses e componentes locais, na sua pluralidade, de modo a se defender contra a dominação por parte de outros países, sobretudo os imperialistas e a consciência da diferença local como critério para definir a identidade nacional, num contexto em que a chegada de imigrantes, com diferentes padrões de cultura e de vida, imprimiu feições novas à cidade⁴²⁸.

A desvalorização internacional do preço do café (1928) e a quebra da Bolsa de Nova Iorque (1929) golpearam as oligarquias rurais ou a assim chamada nobreza fundiária da política café-com-leite de São Paulo e Minas Gerais, tornando-se cada vez mais evidente que o país pedia uma renovação política, que culminaria na Revolução de 30, quando Getúlio Vargas ascendeu ao poder, tirando aparentemente o poder político das mãos das oligarquias rurais e estabelecendo um programa para acelerar o processo de industrialização e urbanização do país. A renovação política acompanha

⁴²⁶ LESSER, Jeffrey., *op.cit.*, p.268.

⁴²⁷ LESSER, Jeffrey., *op.cit.*, p. 292-293; KUNIYOSHI, Celina., *op.cit.*, p.; TAKEUCHI, Márcia. *op.cit.*, p.54.

⁴²⁸ WALDMAN, Berta., *op. cit.*, p. 410.

a renovação artística e cultural que vinha ocorrendo desde 1922, centenário da Independência do Brasil, com a Semana de Arte Moderna, realizada nos dias 13, 15 e 17 de fevereiro de 1922 no Teatro Municipal de São Paulo.

Foi nesse período de turbulências que Mário de Andrade publica *Amar, verbo intransitivo - idílio* (1927), uma história que conta a iniciação amorosa de Carlos, adolescente da burguesia paulistana, apresentada como burguesia industrial urbana, tipicamente brasileira. A governanta contratada pelo pai do rapaz – personagem denominada Fräulein⁴²⁹ ou Elza – é também professora de alemão e piano, e tem por meta introduzir o jovem na prática sexual, para poupá-lo das doenças, das prostitutas e dos perigos do sexo⁴³⁰.

No capítulo anterior, lembramos que Waldman (2003) observa que é possível constatar, na ficção brasileira, uma sensível diferença de apreciação e tratamento de acordo com os modos segundo os quais origem nacional e condição social das personagens são combinadas. O exame da condição social com que os personagens Fräulein, a governanta alemã, e Tanaka, o criado japonês, são identificados em *Amar, verbo intransitivo - Idílio* permite definir duas classes perfeitamente distintas: a dos estrangeiros (Fräulein) e a dos imigrantes (Tanaka)⁴³¹. A categoria de *estrangeiro*, nesse sentido, deve ser reservada para a referência a personagens oriundas das nações mais ricas (ou, no mínimo, das camadas altas de nações não tão ricas), de boa posição social, seja na nação de origem seja no Brasil, não raro possuidoras de educação formal, amiúde especializada, e que exercem cargos ou funções de relevo na sociedade brasileira⁴³².

Em *Amar, verbo intransitivo*, Fräulein é tratada com respeito, admiração e ostentação:

As crianças lhe chamariam sempre Fräulein...[...] Fräulein era Elza. Elza era a governanta. Professora. [...] Fräulein é muito instruída, lê tanto! [...] Depois não é barato não! Tratei Fräulein por oito contos! Sim senhora: oito contos, fora a mensalidade⁴³³.

Por oposição, “imigrante” designa personagens oriundas de nações pobres - ou das classes baixas de nações não tão pobres - com pouca ou nenhuma educação formal e que mantêm posição inferior na hierarquia social. O criado japonês, Tanaka, é

⁴²⁹ “Forma de tratamento (senhorita) usada, na Alemanha, para designar professora”, conforme Telê Porto Ancona Lopes, “Um idílio no modernismo brasileiro” In: ANDRADE, Mário. 2008, *op. cit.*, p.161.

⁴³⁰ Em nome da higiene pública, saneamento e profilaxia das moléstias contagiosas, os pesquisadores-médicos evidenciavam a pretensão de curar as raças através do aprimoramento biológico e a necessidade da atuação médica para os destinos da nação.

⁴³¹ WALDMAN, Berta. 2003., *op. cit.*, p. xix.

⁴³² WALDMAN, Berta. 2010., *op. cit.*, p. 407-430.

⁴³³ ANDRADE, Mário de. 1927, *op. cit.*, p. 15-35-76. As demais citações desta edição serão indicadas pelo ano de publicação e a página correspondente.

apenas um serviçal, cujo papel é hierarquicamente inferior à de Fräulein, com a função de obedecer e servir à família e, ainda que a contragosto, à governanta:

O criado japonês botara as malas bem no meio do vazio.[...] Logo o criado viria chamá-la pro almoço... [...] Não encontrou ninguém e Tanaka se aproveitou disso pra servi-la mal. Fräulein nem pôs reparo na escaramuça do japonês. [...] – Tanaka, pode botar o jantar na mesa. – Sissenhôra. [1927:8-79]

No entanto, a despeito de Waldman apontar as diferenças de tratamento entre os empregados da casa, observamos que as representações de Fräulein e Tanaka – ambos oriundos de países capitalistas industrializados e com uma milenar história cultural – não diferem quanto à realidade de serem imigrantes no Brasil e de, no espaço social em que convivem, não passarem de empregados contratados para servir aos patrões, ainda que, no caso de Fräulein, o ato de servir sexualmente – como as escravas serviam ao sinhozinho – seja camuflado pela nobre intenção de proporcionar cultura (ensino de alemão e piano) e instrução (educação e modos) aos filhos. Nesse sentido, Fräulein e Tanaka são representados como imigrantes a serviço de uma família burguesa que preserva uma tradição cultural oitocentista ou colonial.

Há de se observar, segundo Lopez, que esta obra, classificada ironicamente pelo autor como um *idílio*⁴³⁴, faz parte de um momento de luta modernista em que Mário desdenha rótulos canônicos quanto ao gênero, impondo novas denominações, aberto à experimentação e autoproblematização. Nesse sentido, ela é uma proposta de renovação de cunho estético, ideológico e linguístico. Além da protagonista Fräulein, existe outra personagem principal, sem participação direta na intriga, mas que vivencia a complexidade da ação de contar: o narrador. Um narrador que torna o romance de leitura difícil, entrecortada de diálogos intertextuais dele e do autor com outros autores. Sua prosa é como uma espécie de laboratório de pesquisa literária que conjuga as linguagens musicais, da fotografia, do cinema, das artes plásticas e de poemas⁴³⁵.

⁴³⁴ Como se sabe, o termo grego *idílio* foi usado pelos romanos para classificar os poemas de Teócrito, que figuram episódios ou cenas da vida rural idealizada. O gênero figura cenas de felicidade tranquila, principalmente de natureza pastoral, em que o mundo dos negócios e os interesses mercantis não existem. No caso do romance de Mário de Andrade, o termo é usado para referir ironicamente a situação na qual a governanta alemã é paga pela família burguesa de São Paulo para iniciar o rapaz Carlos no sexo e no amor. A significação dos usos tradicionais do termo contradiz frontalmente a natureza meretrícia do acordo comercial firmado entre o pai de Carlos e Elza, paga para amar intransitivamente.

⁴³⁵ LOPEZ, Telê Porto Ancona. “Um idílio no modernismo brasileiro”. In: ANDRADE, Mário. 2008, *op. cit.*, p.162 a 164.

Em *Amar, verbo intransitivo*, encontramos a estrutura do romance expressionista, prosa de vanguarda que tem vigência especialmente entre 1910 e 1925 na Alemanha e na Áustria, e que, ao lado da poesia da mesma estética, ganha, nas estantes do leitor paulistano, a força de matriz da invenção moderna que desponta no Brasil⁴³⁶.

As pesquisas de Mário de Andrade em torno do Expressionismo seguiram paralelas à sua elaboração de um conceito de nacionalismo que pudesse atender provisoriamente às necessidades do momento⁴³⁷. Um dos recursos da prosa expressionista é a digressão acompanhada da metáfora, que retira do foco uma cena, como a do beijo de Carlos e Fräulein na biblioteca, ou usa da citação paródica de “Queimada”, poema de Castro Alves, para transpor a fragilidade da condição dos estrangeiros, afastando-se da “cena do quarto”, onde incendeia o amor contratado ou, ainda, quando o narrador comenta o interesse de Carlos pela língua e cultura japonesa, criticando-o por desconhecer a própria cultura popular brasileira. Esta última cena, no entanto, não consta na segunda edição. O narrador comenta os acontecimentos, expõe a psicologia das personagens, pressupõe os rumos do romance/idílio e expõe um projeto literário inovador, “consciente da própria condição de brasileiro, no qual a preocupação com a nacionalidade ecoa. Esse projeto, no que tange à transposição literária da língua portuguesa falada no Brasil, [...] afina-se com o expressionismo alemão que advoga a adoção do alemão falado nas ruas”⁴³⁸.

Em carta endereçada a Carlos Drummond de Andrade (20/2/27), Mário de Andrade queixa-se de que a crítica a *Amar, verbo intransitivo* só fez “as observações mais comuns e francamente burras” ao se limitar a levantar questões de ortografia e língua popular, freudismo, expressionismo, humorismo espelhado em Machado de Assis e a psicologia da família burguesa brasileira⁴³⁹.

Diante das críticas sobre sua obra, Mário de Andrade publica uma carta aberta no *Diário Popular de São Paulo* (4/12/27), com o título *A propósito de Amar, verbo intransitivo*. Neste artigo, o autor lastima que os críticos tenham acentuado o freudismo, que já está estigmatizado na própria obra, e não tenham observado como se processou o jogo estético para “transformar em lirismo dramático a máquina fria de um racionalismo científico” e cita como exemplo a cena em que ele “inventa” o crescimento de Carlos, seguindo passo a passo a doutrina freudiana. Mas o que o autor considera

⁴³⁶ CARVALHO, Luciano Ribeiro. *Entre a vida e o sonho: contribuições para uma análise crítica do romance Amar, verbo intransitivo*. FFLCH-USP. Área de Literatura Brasileira. Tese de doutoramento, 2009:16.

⁴³⁷ FIGUEIREDO, Priscila. *Em busca do inespecífico: leitura de Amar, verbo intransitivo de Mário de Andrade*. São Paulo: Nankin Editorial, 2001:31. “A vanguarda alemã traz a categoria estética da deformação, que Mário considera uma categoria central na arte moderna. Diferentemente do Cubismo e do Futurismo, o Expressionismo teria uma orientação social e guardaria profundas afinidades, por meio justamente da deformação e da ênfase em expressões pré-lógicas, com o gótico, o barroco, a arte primitiva e a popular.”

⁴³⁸ LOPEZ, Telê Porto Ancona. “Um idílio no modernismo brasileiro”. In: ANDRADE, Mário. 2008, *op. cit.*, p.162 a 164.

⁴³⁹ ANDRADE, Carlos Drummond de (Org.). *A lição do amigo. Cartas de Mário de Andrade a Carlos Drummond de Andrade*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1982.

realmente lastimável é a crítica não ter percebido as doutrinas de neo-vitalismo⁴⁴⁰ contidas no livro, como por exemplo na cena em que descreve o crescimento de Carlos dando a entender que o garoto será honesto em vida por causa das reações fisiológicas que efetuam uma honestidade por “reação capilar”: Carlos não consegue se olhar no espelho depois de praticar alguma ação desonesta e, como pentear sem espelho na frente faz o repartido sair torto e isso deixa os cabelos doendo, ele se conserva honesto para poder olhar-se no espelho. Um neo-vitalismo que não se limita à simples fenomenologia biológica, mas a transcende, segundo o autor, pois Carlos se rege por ideais de justiça, de religião, de sociabilidade, de verdade etc. O último ponto ressaltado pelo autor é quanto às intenções de fazer uma sátira, ainda que dolorosa, do indivíduo que, por se sujeitar às grandes normas sociais, não consegue mais perceber a verdade de si mesmo. Por fim, explica que Carlos não passa de um burguês chatíssimo do século passado e que ele é tradicional dentro da única coisa a que se resume até então a cultura brasileira: educação e modos; ou má educação e maus modos⁴⁴¹.

As personagens Fräulein e Tanaka inserem-se numa situação em que se observa a participação de São Paulo na absorção do movimento imigratório maciço em terras brasileiras no início do século XX. Com a desculpa de ter de cortar a cena em que Fräulein e Carlos estão juntos no quarto pela primeira vez, o narrador propõe, de modo bem humorado, resolver uma “questão pançuda” em relação aos dois empregados da casa:

Quais eram de fato as relações entre Fräulein e o criado japonês? Inimigos? Quem me falou que eles se entendem?... [2008:80]

Para inventar um território poético, o narrador faz uma recriação moderna parodiada do poema “Queimada”. O poema de Castro Alves descreve os vários animais - gaviões, jibóia, leão, iraras, cascavéis, tapir, jaguar, corça e tigre - tentando desesperadamente sobreviver à queimada que avança consumindo a floresta. Num último momento,

⁴⁴⁰ O “vitalismo” é um termo oitocentista e indica qualquer doutrina que considere os fenômenos vitais não redutíveis a fenômenos físico-químicos. O neovitalismo foi partilhado por Reinke, Driesch e Bergson e trata-se de uma teoria segundo a qual os fenômenos vitais não são consequência exclusiva de influências externas, mas sim da ação interna de agentes físicos e químicos. In: NAPOLI, Ricardo Bins di. “A filosofia da vida de Wilhelm Dilthey”. *Revista Sociais e Humanas*, v. 12, n. 1, 1999. Santa Maria-RS, p.4.

⁴⁴¹ ANDRADE, Mário. “A propósito de *Amar, verbo intransitivo*”, 1927. In: LOPES, Telê Porto Ancona. “Um idílio no modernismo brasileiro”. In: ANDRADE, Mário. 2008, *op. cit.*, p.155 a158.

descortina-se um “drama augusto...” no qual animais desiguais na força (corça e tigre) vão-se unir num espaço conciliatório para tentar escapar do perigo comum:

(...) E às vezes sobre o cume de um rochedo

A corça e o tigre – náufragos do medo –

Vão trêmulos se unir!⁴⁴²

O narrador ressalta a imagem da corça e do tigre sobre a mesma rocha e propõe, para o idílio, deixar de lado a tentativa de descobrir em que país do mundo Castro Alves viu a “Queimada” dele, pois não importa que aquela fauna panterrestre tenha sido “nalgum Éden bíblico ou nas bíblicas proximidades da moradia de Tamandaré, depois do dilúvio”. O que o narrador nos propõe é tentar estabelecer uma relação entre Fräulein, Tanaka, corça e tigre:

Mas da relação íntima que possa existir entre os quatro inda me resta o que falar. Não sei porém como igualar Fräulein a uma corça... A comparação tomava assim uns ares insinuantes de pureza que não ficam bem, pois nós todos já sabemos que. O japonês então, gente guerreira aquela! é que de todo não pode ser a tímida veadinha...

De mais a mais confesso que não vejo, entre os brutos escolhidos por Castro Alves para o mesmo habitat conciliatório, mais que antítese inócua, nem são tão opostos assim! Mais inimigos ainda, mas muito mais! são o tigre e o tigre. Agora sim a metáfora pode convir. São tigres pois, no sentido que mais convier a cada um, a governanta e o criado japonês dos Sousa Costas [*Amar*, 2008:80].

O narrador ironicamente explica os motivos de não poder associar Fräulein e Tanaka à corça e, por exclusão, elege o tigre para representá-los: o tigre-alemão e o

⁴⁴² Castro Alves. *A Cachoeira de Paulo Afonso, em Obra Completa*. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1976, p. 319-320.

tigre-japonês. E propõe explicar a relação dessa analogia com o fato de ter-se lembrado do verso de Castro Alves.

Segundo Lopez (1996:53), “enquanto Carlos e Fräulein ardem na primeira noite de amor, a ‘Queimada’ de Castro Alves, em recriação brasileira moderna ‘desgeografada’⁴⁴³, admitindo tigres, tem a eloquência condoreira parodiada; e abre a discussão sobre o estrangeiro, o exílio e nossa nacionalidade incorporadora”⁴⁴⁴.

Os tigres não são da fauna brasileira e são animais territorialistas. Se algum deles sente que outro macho vai tentar conquistar o seu território, lutará ferozmente para defendê-lo e, se eventualmente perder o combate, lutará até conseguir uma vitória noutra território. A imagem do tigre, neste contexto, reforça a ideia de que ambos são imigrantes (no sentido de serem oriundos de lugares geográfica e culturalmente distantes) e igualmente perigosos (sendo, portanto, imigrantes indesejáveis).

Fräulein é descrita como uma pessoa capaz de se adaptar a qualquer lugar e, por isso, mostra estar à vontade na casa dos Sousa Costa; mas o narrador diz que essa suposta adaptação se deve ao fato de os alemães saberem fingir:

Qual! Fräulein não podia se sentir a gosto com aquela gente! Podia porque era bem alemã. Tinha esse poder de adaptação exterior dos alemães, que é mesmo a maior razão do progresso deles. [2008:24]

Os traços prototípicos dos alemães, representantes de uma raça superior, e a discriminação racial que implicam em relação aos latinos, miscigenados, índios e negros também são descritos pelo narrador, pois “Fräulein não ousa dizer. Por adaptação. Só quando entre amigos de segredo, e alemães”. Afinal, isso era compreensível, pois Sousa Costa era descendente de portugueses “e de Camões herdara ser femeeiro irredutível”; a esposa, Dona Laura, “em tempos de calorão surgiam nos cabelos negros umas ondulações suspeitas” e Carlos era “moreno rosado...” [2008: 38,26,76]:

⁴⁴³ No segundo prefácio a *Macunaíma*, Mário de Andrade explica a ideia de “geograficar”, unir, num mesmo espaço elementos de todas as regiões do Brasil, fundindo-os ou deslocando-os para servir ao nacionalismo, para ele mais fecundo do que o regionalismo. In: LOPES, Telê Ancona. *Mariodeandradiando*. São Paulo: Editora Hucitec, 1996: 66.

⁴⁴⁴ LOPES, Telê Ancona., *op. cit.*, p. 53.

Vejam por exemplo a Alemanha, quedê raça mais forte? Nenhuma. E justamente porque mais forte e indestrutível neles o conceito de família. Os filhos nascem robustos. As mulheres são grandes e claras. São fecundas. O nobre destino do homem é se conservar sadio e procurar esposa prodigiosamente sadia. De raça superior, como ela, Fräulein. Os negros são de raça inferior. Os índios também. Os portugueses também. Mas esta última verdade Fräulein não fala aos alunos. [...]

Fräulein e Tanaka “viviam se arranhando em contínua rivalidade” [2008:82]. Tanaka que, até então, se sentia o “dono daquela família”, trata mal a intrusa:

Falemos dos tigres. O japonês arripou logo o pelame elétrico e grunhiu zangadíssimo. Mais uma estrangeira na casa que ele pretendia conquistar, ele só... [2008:80]

Fräulein, por se sentir muito superior “tanto na hierarquia solarenga como na instrução ocidental, lhe secundou ao grunhido com o muchocho desdenhoso”, fingia não se importar com as “picuinhas” que Tanaka lhe fazia, mas, por dentro, criticava as atitudes dele: “o criado japonês botara as malas bem no meio do vazio. Estúpidas assim. As caixas, os embrulhos perturbavam as retas legítimas”, ou se irritava: “Logo o criado viria chamá-la pro almoço... Se impacientou. Quis pensar prático, e o almoço? Por que o criado não chegava?”. Às vezes, sente raiva. Principalmente quando ele vem bater à porta de seu quarto e, de propósito, não lhe passa o recado da patroa, obrigando-a a descer as escadas para saber do que se trata. Quando os patrões não estão à mesa, Tanaka aproveita para “servi-la mal” e Fräulein finge ignorar a “escaramuça do japonês” [2008:64].

Mas, de vez em quando, Fräulein dá-lhe o troco. Na mesa, Tanaka às vezes “deixava de servir tudesco ou esbarrava nele com pêso e malvadez”. Quando isso acontece, Fräulein conta o fato para o senhor ou a senhora Sousa Costa que, imediatamente, ordenam ao “inimigo” tal serviço. Ao vê-lo obedecendo servilmente, ela se sente vingada. Nessas horas, “era na alma que (Tanaka) rosnava tiririca. E assim os dois tigres se odiavam.” [2008:82].

E o narrador observa:

Cada um se acreditava o dono daquela família, o conquistador da casa e do jardim, ou quem sabe? futuro possuidor do Estado e próximo rei da terra brasileira toda do Amazonas ao Prata. [Amar, 2008:80]

No contexto nacional brasileiro, observa-se que, desde 1824, o “tigre-alemão” já se concentrava não só no Espírito Santo, mas também na região sul (notadamente em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul). Já o “tigre-japonês”, cuja imigração iniciou-se bem mais tarde, em 1908, concentrava-se no interior do Estado de São Paulo, norte do

Paraná, Mato Grosso do Sul e se dirigia para o Amazonas, no município de Acará, a cerca de 200 km de Belém.

Em que companhia horrorosa a gente Sousa Costa foi se meter! Porém no Brasil é assim mesmo e nada se pode melhorar mais! [2008:81].

O narrador explica que isso acontece porque “os empregados brasileiros rareiam, brasileiro só serve pra empregado público”:

Aqui o copeiro é sebastianista quando não é sectário de Mussolini. Porém os italianos preferem guiar automóveis, fazer a barba da gente, ou vender jornais. Se é que não partiram pro interior em busca de fazendas por colonizar. Depois compram um lote nos latifúndios tradicionais, desmembrados em fazendas e estas em sítios de dez mil pés. Um belo dia surgem com automovelão na porta do palacete luís-dezesseis na avenida Paulista. Quem é, heim? E o ricaço Salim Qualquer-Coisa, que não é nome italiano mas, como verdade, é também duma exatidão serena. Porém se o copeiro não é fascista, a arrumadeira de quarto é belga. Muitas vezes, suíça. O encerador é polaco. Outros dias é russo, príncipe russo. [2008:81]

Nos anos 20, a elite burguesa de São Paulo tornava-se cada vez mais diversificada, aproveitando-se das novas oportunidades de negócios originadas da produção e comercialização do café e pelos novos serviços oferecidos por um centro urbano em expansão. As sociedades formadas por alianças matrimoniais de donos de fazendas e de fábricas e da “aristocracia” nativa brasileira e do imigrante *nouveau riche* evidenciavam a dependência que a elite brasileira tinha da europeia para a obtenção de capital financeiro e simbólico. A identidade da elite regional não excluía a expectativa de que os europeus trouxessem sugestões de comportamento social civilizado e aceitável para a vida urbana. Nas colunas sociais das revistas da época, misturavam-se aos já conhecidos sobrenomes das elites paulistas, como os Prado e os Penteado, outros mais recentes, como os dos imigrantes Crespi, Matarazzo e Jafet⁴⁴⁵.

Os imigrantes, em geral, passam a exercer profissões liberais, como engenheiros e médicos, ou a ter empregos subalternos, como vendedores de jornal, copeiros, arrumadeiras etc., abrindo e ocupando gradativamente o seu espaço nos vários setores da economia. No romance, o processo social de construção da “identidade brasileira” é interpretado parodicamente por meio da associação de nomes próprios locais, por exemplo Maria, Carlotinha, Pery, com nomes estrangeiros, Blavatsky, Manolo, Sternheim, que produz mistos cômicos- Pery Sternheim - que justamente negam a suposta identidade. O misto cômico dos nomes corresponde homologamente ao misto dos estilos arquitetônicos arquitetônicos - ou à falta de estilo ou, ainda, ao nenhum estilo- dessas elites, visível, por exemplo, no bangalô de estilo neocolonial indiano-americano-tupiniquim comicamente condensado nos nomes (Chandernagor, Bay Shore, Tabatinguera):

⁴⁴⁵ PADILHA, Márcia., *op. cit.*, p. 20.

E assim aos poucos o Brasil fica pertencendo aos brasileiros, graças a Deus! dona Maria Wright Blavatsky, dona Carlotinha não-sei-que-lá Manolo. Quando tem doença em casa, vem o dr. Sarapião de Lucca. O engenheiro do bengaló neo-colonial (Ásia e duas Américas! Pois não: Chandernagor, Bay Shore e Tabatinguera) é o snr. Pery Sternheim. [2008:81]

Entre os japoneses, São Paulo era a cidade para onde iam aqueles que se desiludiam com a vida de agricultor no Brasil. Poucos eram os que vinham com a intenção de ficar em São Paulo desde o início, sendo que esses normalmente eram imigrantes espontâneos ou livres. As atividades mais comuns entre os imigrantes que vinham para São Paulo foram as de carpinteiro, pintor de parede, serviços domésticos e operários em pequenas fábricas. Eram serviços que não requeriam a fluência da língua portuguesa e a vantagem dos que se empregavam como criados (as) era ter comida e lugar para dormir garantidos, além da oportunidade de aprender o português.

A proclamação da República fortaleceu o papel político das elites de São Paulo que desfrutaram, entre os anos de 1889 e 1930, de posição privilegiada no cenário nacional. Para legitimar essa posição, foi criado o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP, 1894), um dos principais centros intelectuais brasileiros até a fundação da Universidade de São Paulo, em 1930⁴⁴⁶.

Um dos alicerces do processo de urbanização da capital paulista foi justamente o cosmopolitismo pacifista de suas elites esperançosas de que o Brasil pudesse estabelecer relações de igualdade com países da Europa e os Estados Unidos. A essa expectativa correspondeu o projeto de urbanização de São Paulo dessas elites, a despeito de estarem diante de uma somatória contraditória de imagens díspares do arcaico e do moderno, do universal e do particular, da província e da metrópole. O discurso higienista, a exaltação da ciência moderna e do progresso, o culto à saúde e à beleza, assim como a valorização da cultura e da arte devem ser entendidos, portanto, em um contexto de invenção de indicadores de uma nação civilizada. No entanto, o ideal civilizador contrastava com a memória colonial de uma cidade provinciana, de um país periférico, das enchentes frequentes e da pobreza geral equilibrando-se entre um modelo europeu de urbanidade e o cotidiano precário e improvisado das inúmeras etnias e novos grupos sociais que se formavam⁴⁴⁷.

As diferenças físicas entre os povos eram aceitas por grande parte de intelectuais na virada do século XIX, mas não a miscigenação. A solução encontrada no Brasil foi a readaptação das teorias raciais à realidade brasileira a partir dos matizes locais⁴⁴⁸.

⁴⁴⁶ MAHL, Marcelo Lapuente. "O paulista e o outro: a construção de uma identidade racial no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (1894-1940)". In: *Letras e Identidades – São Paulo no século XX, Capital e Interior*. Antonio C. Ferreira e Marcelo Lapuente Mahl (org). São Paulo: Editora Annablume, 2008:27-47.

⁴⁴⁷ PADILHA, Márcia. , *op. cit.*, p. 18.

⁴⁴⁸ MAHL, Marcelo Lapuente. "O paulista e o outro: a construção de uma identidade racial no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (1894-1940)". In: Ferreira, Antonio C.; Mahl, Marcelo Lapuente (org)., *op. cit.*, p. 27-47. O termo "raça" foi utilizado pela primeira vez no mundo científico acadêmico por Geor-

Para legitimar uma nova identidade racial paulista fundamentada na explicação determinista, enalteceu-se o “mameluco”, definido como produto da mistura entre os colonizadores portugueses e os índios guaianás bondosos e afeitos à força civilizadora do branco⁴⁴⁹. O mameluco foi proposto como uma nova raça com características positivas, superlativas e laudatórias, uma raça paulista supostamente pura, de características eugênicas. Os trabalhos publicados entre 1894 e 1940 tinham o objetivo de fortalecer uma cultura paulista que correspondesse às exigências dos grupos que pretendiam manter suas posições de classe na hierarquia social, valorizando especialmente os feitos paulistas e sua influência no país. Na invenção dessa história regional, o bandeirante foi elevado à categoria de herói nacional pelo seu espírito desbravador e o seu empenho de ampliar as fronteiras “brasileiras”. As novas elites paulistas se autodenominavam “modernos bandeirantes”, constituindo-se como herdeiras desses bandeirantes míticos. Foi nesse processo de construção de um imaginário sobre o bandeirante que importantes discussões sobre as teorias raciais europeias se destacaram⁴⁵⁰.

Coincidência ou não, o narrador não inclui a figura do “mameluco” entre os que estão em posição inferior na hierarquia social:

Nas mansões tradicionalistas só as cozinheiras continuam ainda mulatas ou cafusas, gordas e pachorrentas negras da minha mocidade!... Brasil, ai, Brasil!⁴⁵¹

O mameluco foi destacado para legitimar a elite paulista no cenário étnico brasileiro. Seu tipo não rompia totalmente com as teorias raciais e a realidade miscigenada brasileira, na medida em que não negava a existência de grupos hierarquizados distintos, mas permitia inventar o bandeirante como evolução de uma raça formada nos trópicos. Porém o negro e seus matizes, assim como determinados grupos indígenas e os asiáticos, eram grupos estigmatizados pela ideologia racista, que defendia a existência de uma hierarquia entre as raças.

ges Cuvier levando em consideração as diferenças físicas entre os seres humanos agrupando-os em tipos raciais. Essas diferenças raciais foram relacionadas às expressões culturais e sociais e eram utilizadas para explicar as desigualdades entre os homens. Havia dois grupos: os monogenistas, que acreditavam na superioridade cultural e racial dos brancos, afirmando que o negro e o índio eram raças em processo de desenvolvimento. Já os poligenistas acreditavam que a origem das várias raças era o resultado final de processos evolutivos diferentes e por isso criticava a miscigenação entre os povos, defendendo a pureza racial.

⁴⁴⁹ Segundo Monteiro, John. *Caçando com gato: raça, mestiçagem e identidade paulista na obra de Alfredo Ellis Jr.* Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, 1994, a existência dos guaianás foi questionada por alguns escritores do período.

⁴⁵⁰ MAHL, Marcelo Lapuente. “O paulista e o outro: a construção de uma identidade racial no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (1894-1940)”. In: FERREIRA, Antonio C.; MAHL, Marcelo Lapuente (org)., *op. cit.*, p. 27-47.

⁴⁵¹ *Amar, verbo intransitivo.*, *op.cit.*, 1927:188; 2008:81.

Contrariando o discurso racial determinista das premissas científico-ideológicas das primeiras décadas do século XX, os discursos dos agremiados defendiam a crença na força do sangue bandeirante e em seu caráter eugênico que garantiriam a assimilação dos grupos de imigrantes e migrantes pelo povo paulista⁴⁵². No IHGSP, não havia um consenso acerca da visão poligenista da humanidade e as conclusões monogenistas sacadas das escrituras bíblicas. O darwinismo sócio biológico explicava o natural branqueamento da população, enquanto que a ideologia do determinismo racista condenava a mistura racial no país. Na prática, defendia-se a vitória do elemento nacional sobre o estrangeiro e, ao mesmo tempo, acreditava-se no poder assimilador do sangue europeu sobre os miscigenados brasileiros. Os historiadores paulistas lançavam as bases do “mito paulista” em que a figura do bandeirante foi valorizada e incorporada à historiografia oficial como símbolo do destemido aventureiro desbravador de modo a legitimar as histórias de certos grupos regionais influentes⁴⁵³.

Em 1923, o deputado estadual Fidélis Reis, após apresentar à Comissão de Agricultura do Congresso Nacional o projeto que proibia a entrada de negros e impunha a restrição de 5% para os indivíduos de “raça amarela” no país, recebeu o apoio da Academia Nacional de Medicina, presidida por Miguel Couto⁴⁵⁴, que assim o justificou:

Estou com Gobineau⁴⁵⁵ propenso a admitir a influência decisiva e incontestável do sangue ariano, ou antes, do louro dolicocefalo de Lapouge e Huxley, em todos os progressos da civilização⁴⁵⁶.

A chamada campanha anti-nipônica, reprodutora da teoria da superioridade da “raça branca” e da crença na não assimilação do elemento “amarelo”, era intrinsecamente relacionada ao temor do militarismo expansionista japonês, de fins da década de 20. Tal campanha torna-se mais opressiva à comunidade nipônica aqui radicada com as complicações da política internacional, agravadas pela ação militar de Tóquio na Ásia Oriental e a subsequente confrontação direta com os Estados Unidos e seus aliados⁴⁵⁷.

⁴⁵² Criado no período republicano, o objetivo do IHGSP foi o de buscar no passado fatos e vultos da história do Estado que fossem representativos para constituir uma historiografia marcadamente paulista, mas que desse conta do país como um todo. O perfil de seus associados era diverso e comprova, em sua formação, seu caráter classista. Era composto por boa parte da reduzida elite intelectual paulista, que em sua maioria já participava do Museu Paulista e da Academia de Direito, de grupos abastados da região, entre fazendeiros, profissionais liberais e elementos ligados à Igreja. Os sócios eram escolhidos antes de tudo por suas relações sociais e, de maneira diversa, a produção científica sofreu com todas as limitações de um tipo de associação que congregou lado a lado a elite intelectual e a elite econômica e financeira. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p.100-101.

⁴⁵³ *Idem*, p. 102-105.

⁴⁵⁴ Miguel de Oliveira Couto (RJ, 1864-1934). Médico, presidiu a Academia Nacional de Medicina durante 20 anos (1914-1934).

⁴⁵⁵ Joseph Arthur de Gobineau (1816-1882). Diplomata, escritor e filósofo francês. Importante teórico do racismo e da eugenia no século XIX.

⁴⁵⁶ LEÃO, Valdemar Carneiro., *op. cit.*, p.156.

⁴⁵⁷ UCHIYAMA, Katsuo et alii. “A campanha antijaponeses”, In: *Uma epopeia moderna – 80 anos da imigração japonesa o Brasil*, *op.cit.*, p.162.

Coube ao deputado Oliveira Botelho⁴⁵⁸ contestar os argumentos de Fidélis Reis, depois de visitar algumas colônias japonesas de São Paulo e Minas:

O interesse dos japoneses pela educação e a sua incorporação... afeitos aos nossos hábitos; exemplo de constância no trabalho, de disciplina, ordem e economia. O preconceito de raça e a vitoriosa concorrência econômica exasperaram os norte-americanos – numa alusão à campanha antinipônica em curso nos Estados Unidos⁴⁵⁹.

Sobre a alegada feiúra do japonês argumenta:

Os nossos aborígenes, de origem evidentemente mongol, de cujo cruzamento com os portugueses resultaram os tipos varonis dos bandeirantes... não são mais belos⁴⁶⁰.

A expressão “perigo amarelo” passou a ser muito difundida a partir da década de 20 como um alerta contra a ameaça japonesa. No Brasil, principalmente durante as discussões da Constituinte, essa noção passou a fazer parte da pauta de discussões, quando se temia pela própria soberania nacional.

Não se trata porém, repito, de imigração: trata-se da própria existência nacional. Se não se acautelar em tempo e por todos os modos, o Brasil dentro em pouco será uma possessão japonesa. (...) Aqui será o Império do Sol Poente, como está decidido lá, entre a gente do Sol Levante (deputado constituinte Miguel Couto)⁴⁶¹.

A imagem da nação em perigo se apresentava como argumento necessário para a implantação de um projeto de Estado sustentado por aparatos de repressão que atuavam em nome da “paz social”. A raça era o alibi para justificar o preconceito, a discriminação e a exclusão de grupos de imigrantes considerados indesejados.

Em *Amar, verbo intransitivo*, quando faz a associação entre o tigre (animal selvagem que não pertence à fauna brasileira) e os não-nacionais Fräulein e Tanaka, o narrador alude ao imigrante que vive no Brasil e é considerado um “perigo amarelo” ou um “perigo alemão”, expressões então muito utilizadas.

No entanto, quando os Sousa Costa saem para ir ao teatro ou a algum baile, o narrador conta que Fräulein, após colocar as meninas para dormir, costuma sentar-se no hall para ler um livro, ainda que sem vontade. “Não sei se lhe pesava a solidão”, diz a certa altura o narrador.

⁴⁵⁸ Francisco Chaves de Oliveira Botelho (1868-1943). Médico, deputado estadual e federal, presidente do Estado do Rio (1910-1914). Ministro da Fazenda em 1928, no governo Washington Luís.

⁴⁵⁹ BOTELHO, Oliveira. *A imigração japonesa*. Rio de Janeiro:1925:34, 35, 41.

⁴⁶⁰ *Idem.*, p.35.

⁴⁶¹ Leão, Valdemar Carneiro., *op. cit.*, p. 92-93.

O ódio entre os dois tigres restringe-se à disputa entre serviçais para estabelecer e defender a respectiva posição hierárquica dentro da casa dos Sousa Costa. Quando os patrões se ausentam, essa disputa deixa de fazer sentido e a condição de exilados os mantém unidos, acuados pelas circunstâncias da vida:

a carantonha chata do tigre japonês aparecia, glabra, polida pelo reflexo lunar. Com o passo enlulado, cauteloso, ele rondava à espera dum carinho. E o carinho chegava fatalmente. Fräulein, fingindo indiferença, fechava o livro.[...] Se aproximava. Vinha felinamente estacar em frente do tigre germânico. [2008:82]

Fräulein:

- Muito serviço, Tanaka?
- Nem tanto, senhora, êêê... na terra era pior.
- Você é de Tóquio?
- Êê... senhora, não. [2008:82]

Nesse espaço idílico, sob a luz do luar, as maldades cotidianas são redimidas e as diferenças raciais e sociais se tornam irrelevantes:

Então eles conversavam. Falavam longamente. Comovidamente. Se contavam as mágoas exteriores. Confiantes, solitários. Doloridos. Se contavam as mágoas exteriores. As infâncias passavam lindas, inocentes, brincados, primavera, mamãe... Algumas vezes mesmo uma lágrima iluminava tanta recordação, tanta alegria. Tanta infelicidade. Batia sobre eles o luar, e os santos óleos da Lua como que lhes redimiam as maldades pequeninas. Se olhavam comovidos.[2008:82-3]

Esse momento de comoção e de conciliação entre o “tigre-alemão” e o “tigre-japonês” é registrado através dos olhos do pintor gótico alemão Martin Schongauer (1450-1491), famoso por retratar a série sobre a Paixão de Cristo e a Morte e Coroação da Virgem⁴⁶², e pelos olhos sábios de Dazai Shundai⁴⁶³ (1680-1747), um dos principais mestres do neo-confucionismo que orientou o pensamento filosófico e econômico do Japão moderno:

⁴⁶² *Arte românica e gótica*. Barueri, SP: Videolar Multimídia, 2004. 1 CD-RM (Enciclopédia Caras, 5).

⁴⁶³ Na edição de 1927 de *Amar, verbo intransitivo*, está escrito Shuntai (com s), já na de 1944, escreve-se Chuntai (com c). No japonês, o nome desse estudioso pode ser lido como Shuntai ou Shundai, mas a leitura Shundai é a mais consagrada nas literaturas acadêmicas.

O tigre alemão, longo, desgracioso, espiritual, ver um Schongauer. O tigre japonês, chato, contorcido, ver um Chuntai. [Amar, 2008:83]

Nesse encontro entre o tigre-alemão e o tigre-japonês, “as recordações, as esperanças, tão lentas de se realizar! derivavam os exasperos e as revoltas. Até calúnias, tão eficientes pra consolar”, mas é principalmente na revolta e nos rotineiros comentários maldosos sobre a família, abertamente ditos pelo japonês e ouvidos com aquiescência pela alemã, que ambos se unem e se consolam:

A roupa suja da família se quotidianizava ali. Os defeitos da pátria emprestada eram repassados com exagero. Principalmente o nipônico falava, que o alemão tinha as pernas mais altas do estudo pra se rojar no lamedo. Porém se percebia que escutava com prazer. E os dois tigres se aproximavam, olhos úmidos, eram irmãos. Se a distância lhes impedia pra sempre o beijo sem desejo, insexual mas físico de irmãos, eles se davam, não tem dúvida, aquele beijo consolador, espiritual, redentor e reunidor das almas desinfelizes e exiladas. [2008:83]

Fräulein e Tanaka são almas infelizes, solitárias, irmanadas pelo exílio.

Apalermados pela miséria, batidos pelo mesmo anseio de salvação, sofrizados pelo fogaréu do egoísmo e da inveja, na mesma rocha vão trêmulos se unir. A queimada esbraveja em torno. [...] Os dois tigres ofegam. Falta de ar. Sufocam, meu Deus! Deus? Porém que Deus? Odin de drama lírico, sáxeo Budá no contraforte das cavernas? [2008:83]

Figueiredo (2001:180) observa que os empregados tornam-se irmãos por um momento graças ao exílio, mas “a distância, menos que de raças que a da hierarquia da mansão e da instrução, impede-os de trocarem um beijo físico de irmãos.” O exílio nivelou o homem culto e cioso de sua excelência a homem mais simples. Ambos ocupam o mesmo lugar social, o mesmo cotidiano humilde, e, embora apenas o mais simples manifeste seu rancor de forma despudorada, ambos se deliciam igualmente. O exílio passou a ser menos geográfico que social. “O homem cujas pernas o estudo afastou do rés-do-chão sente o mesmo que os mais próximos do rés-do-chão.”

Numa alusão às questões que envolvem as discussões sobre a raça, a eugenia, a miscigenação e a identidade racial paulista, o narrador transfere essa disputa a Tupã (entidade mitológica tupi-guarani, manifestação do trovão), Gobineau (figura central do racismo no século XIX), Odin (deus dos vikings, senhor da magia) e Buda (“o iluminado”, mestre e fundador do Budismo) prognosticando que é o racismo que defende a supremacia da raça ariana, da qual o ramo ilustre é o dos teutos, representado por Gobineau, que vencerá, apesar da força física de Tupã. E questiona a assimilação do tigre-japonês:

Mas porém sobre a queimada, Tupã retumba inda mais mucudo, de lá dos araxás de Tapuïrama. Por enquanto. Creio mesmo que vencerá. Os dois tigres acabarão por desaparecer assimilados. Mesmo o japonês? Homem, não sei. Avisto Gobineau fraudulento a estudar o facies de Tupã. Odin e Budá inda Tupã podia vencer, que em brigas entre iguais a vitória parece discutível. Mas Gobineau é homem, Homo Europeus, e sempre constatei que os homens são muito mais fortes que os deuses. Gobineau vencerá pra maior gozo de alemães. [Amar, 2008:83-84]

A dúvida suscitada neste trecho quanto à assimilação do japonês evidencia a força ideológica com que o pensamento europeu da eugenia e do racismo se impregnou na elite brasileira. Em contrapartida, o narrador critica a alienação da família Sousa Costa e lança a dúvida quanto ao encaminhamento dessas questões:

Mas que bem importa isso à família Sousa Costa? Não importa nada, nem dona Laura tem que ver com os futuros da pátria, francamente. Só o presente é realidade. Qual será o futuro? Paradigma de que conjugação seguirá? Ou irregular? Ou não tem futuro e família e pátria são defectivas?... Ninguém o saberá jamais... [Amar, 2008:84]

Por fim, o narrador aconselha aos leitores:

A gente não deve culpar nem Fräulein nem o criado japonês. Não adianta nada, nem são tão culpados assim. [...] Todos os exilados afinal têm direito a recordações e esperanças. E enviados pro Brasil, [...] inda por cima vieram adquirir essa coisa tristonha e desagradável que de portugueses herdamos: a saudade. [Amar, 2008:84]

Neste último trecho, o narrador passa a denominá-los novamente Fräulein e criado japonês, recolocando-os em seu espaço social e distanciando-os quanto ao nível de instrução. No entanto, a estratégia narrativa de colocá-los ironicamente em uma cena idílica permite identificá-los como seres humanos com suas respectivas histórias de vida, como denúncia à teoria evolucionista do século XIX que por aqui criou o hábito de perder de vista o individual na espécie.

Na primeira edição de *Amar, verbo intransitivo*, o narrador desenvolve um dilema permanente: rejeição ou admiração pelo estrangeiro. E descreve o interesse e a motivação que o personagem Carlos tem em aprender a língua japonesa:

- Como vão os estudos de japonês, irmãozinho!

- Muito bem! Ora! Já não morria de fome em Nagasáqui! A dificuldade sempre parece maior do que é. [Amar, 1927:122; 2008:87]⁴⁶⁴.

⁴⁶⁴ Na edição de 1944 e subsequentes este diálogo ficou solto no contexto, sem relação com o enredo.

Falar nisso... Aquele estudante japonês já traduz revistas ilustradas. De primeiro andou desiludido cansado. Quase desistiu. Porém seguiu a lição deste idílio. Teve paciência. Tenteou. De repente criou fôrças. Foi crescendo em progresso rápido. Agora deu pra ler um livro truculento com desenhos de Okussai [Amar, 1927:225-6]

Aqui, “revistas ilustradas” nomeiam os atuais mangás, quadrinhos japoneses muito populares no Japão. “Okussai” é Katsushika Hokusai (1760-1849), pintor, gravador e ilustrador de livros japoneses, considerado o mestre da escola *ukiyo-e* e o pai do *mangá*. Hokusai foi apropriado na arte ocidental, sobretudo por meio de Van Gogh, Edgar Degas, Toulouse-Lautrec, Claude Monet e Paul Gauguin.

No acervo particular de Mário de Andrade encontramos vários livros (cerca de 20) sobre o Japão. Dentre eles, destacamos um volume de *Art et Esthétique- Hokousai*, de Henri Focillon, de 1914, com 24 ilustrações; um exemplar de *Le livre du thé*, do mestre Kakuzo Okakura, edição de 1906, traduzido do inglês por Gabriel Mourey, Payot & Cie, Paris. Trata-se de um livro-miniatura, que cabe na palma da mão. Há vários trechos sublinhados que se referem ao Zen-Budismo e ao Budismo. E, também, o *Histoire de la littérature japonaise, des temps archaïques a 1935*, de Kuni Matuso, 1935.

O *livro do chá* (1906), de Okakura, foi escrito num período em que o Japão enfrentava um afluxo de ideias e instituições ocidentais, correndo o perigo de perder sua orientação cultural:

É muito lamentável que tanto do aparente entusiasmo pelas artes nos dias de hoje não se fundamente em sentimentos reais. Nesta nossa era democrática, os homens clamam por aquilo que é popularmente considerado o melhor, independente de seus sentimentos. Querem o caro, não o refinado; o que está na moda, não o belo. Para as massas, a contemplação de periódicos ilustrados, digno produto do próprio industrialismo, proporcionaria mais alimento para o prazer artístico do que os italianos antigos ou os mestres do período Ashikaga, aos quais fingem admirar. [...] Esta falta de apreciação genuína é responsável pelos horrores pseudo-clássicos que nos saúdam para onde quer que nos voltamos⁴⁶⁵.

De fato, a descoberta do Japão artístico pela Europa, na segunda metade do século XIX e início do XX, revelou que o período Edo, de reclusão voluntária (1639-1854), não impediu o desenvolvimento de uma cultura própria, diferente, e, mais que tudo, refinada, e não primitiva como se esperava de um povo conservado à margem da transformação industrial europeia e norte-americana.

A influência da pintura oriental sobre a europeia, em fins do século XIX, se deve ao seu exotismo e ao fato de introduzir uma nota diferente em padrões envelhecidos pelo uso. Nas circulações estéticas, um aspecto fundamental parece ser o “cansaço”

⁴⁶⁵ OKAKURA, Kazuko. *O livro do chá*. Tradução Leiko Gotoda. São Paulo: Editora Estação Liberdade, 2008:91.

ou a saciedade das formas tradicionais; aparentemente, todo movimento artístico tem uma duração limitada, a partir da qual precisa renovar-se com elementos exóticos. E estes são quase sempre obtidos em grupos estranhos – às vezes de outra classe social, às vezes de outro povo. No caso do fenômeno que ficou conhecido como Japonismo, parece evidente que a pintura europeia tinha uma história muito mais rica e complexa do que a oriental, mas, apesar disso, o exotismo desta última representou um significativo elemento de renovação⁴⁶⁶.

Segundo Kuniyoshi (1998:79), essa paixão pelo “Japão artístico” converteu-se numa moda – a “moda do Japão” – e foi batizada como *Japonisme* para descrever o entusiasmo pelos artefatos japoneses em voga em Paris desde 1860 e que, em processos e formas diferentes, foi citado, estilizado e macaqueado nos vários campos culturais do Ocidente, propiciando um novo campo de estudos, artísticos, históricos, etnográficos⁴⁶⁷.

O Japonismo no Brasil não se expandiu nas artes plásticas, arquitetura, artes decorativas e literatura entre os anos 1850-1920. Com exceção dos relatos de viagem ao Japão, são muito escassas as referências de uma contribuição direta, sem o filtro europeu ou norte-americano, da arte e literatura japonesa nas manifestações culturais. Contudo, os brasileiros também viveram a sua “moda do Japão” por ser ela a última moda em Paris. Em abril e maio de 1903, a Imperial Companhia Japonesa Kudara, teatro *kabuki*, de Tóquio, em turnê pela América do Norte e do Sul, apresentou-se no Teatro São Pedro de Alcântara, no Rio de Janeiro, causando críticas negativas (falta de originalidade, imperfeição) entre o público virgem das “coisas do Japão”⁴⁶⁸.

Machado de Assis, na crônica de 28 de outubro de 1894, publicada na coluna “A Semana”, da *Gazeta de Notícias*, comenta:

Aqui, há anos, o mundo inventou uma coisa chamada japonismo.[...] Esse “grande movimento japonês” não era o que parece à primeira vista; reduzia-se a colecionar objetos do Japão, sedas, armas, vasos, figurinhas, brinquedos. Espalhou-se o japonismo. Nós o tivemos e o temos. Esta mesma semana fez-se um grande leilão na rua do Senador Vergueiro, em que houve larga cópia de sedas e móveis japoneses, dizem-me que bonitos. Muitos os possuem e de gosto. Chegamos (aqui ao menos) a uma coisa, que não sei se defina bem chamando-lhe a banalidade do raro⁴⁶⁹.

Em *Amar, verbo intransitivo*, o narrador diz que Carlos sente-se orgulhoso por poder ‘ler’ e ‘falar’ em japonês e exhibe prazerosamente, em público, tais habilidades:

⁴⁶⁶ LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro – História de uma ideologia*. São Paulo: UNESP, 1981:21.

⁴⁶⁷ Sobre o *japonisme*, vide nota 125, página 64.

⁴⁶⁸ KUNIYOSHI, Celina., *op.cit.*, p.76.

⁴⁶⁹ ASSIS, Machado. 2008, *op. cit.*, p. 114-116.

Anda cheio de japonesadas satisfeito de si confiante. Principalmente no bonde quando abre uns livros assombrados, só vendo o espanto dos vizinhos! Espanto respeitoso, a gente nota facilmente. E só passeia nos peixes-fritos da Garagem Mikado. Sorri pro motorista umas ordens cabalísticas e o japonês conduz o automovel direitinho adonde a gente quer. Maravilhoso! [Amar, 1927:226]

Na década de 20 havia em São Paulo uma profusão de serviços considerados tipicamente nipônicos. Os primeiros imigrantes que trocaram o campo pela capital encontravam espaço apenas como carpinteiros, empregados domésticos (copeiros, em sua maioria) e motoristas de praça. Havia, inclusive, dois pontos de táxi com telefone e que eram chamados de “garage”: na Avenida São João existia a Garage Mikado e na Praça João Mendes, a Garage Congresso.

O narrador descreve as japonesadas de Carlos, que o fazem se sentir respeitado pela sua cultura e modernidade, como um conhecedor de línguas e culturas diferentes. E o narrador prossegue irônico:

Aprende o teu japonês si queres ser feliz!

Carlos nunca aprenderia o japonês...

Praquê, meu Deus! E tem razão. Os melhores haicais andam traduzidos em qualquer língua. Budá e o zenismo não podem interessar um moço brasileiro batizado e católico. Além disso acho inteiramente desnecessário o estudo da poesia japonesa.

Tem muito mais sabedoria nas nossas quadrinhas populares que nos tancas⁴⁷⁰ e haicais do Japão. [Amar, 1927:226-7]

O narrador afirma que “Carlos nunca aprenderia o japonês”, uma crítica ao tradicionalismo cultural brasileiro burguês oitocentista que Mário de Andrade expôs em sua *A propósito de Amar, verbo intransitivo*: “Carlos não chega a manifestar o estado bio-psíquico do indivíduo que se pode chamar de moderno. Carlos é apenas uma apresentação, uma constatação da constância cultural brasileira.”

Goga, em *O haikai no Brasil* (1988), informa-nos que os primeiros divulgadores dessa forma poética japonesa em português foram Afrânio Peixoto, com *Trovas populares brasileiras* (1919), e Wenceslau de Moraes, com *Relance da alma japonesa* (1926). E acrescenta que, conforme esclarecimento do próprio Afrânio Peixoto, a poesia por ele apresentada não constituía a introdução direta do *haiku* do Japão e sim uma retradução da versão feita para a língua francesa. A primeira coletânea de *haikai* escrita em português no Brasil é da lavra de Waldomiro Siqueira Júnior: *Haikais* (1933)⁴⁷¹.

⁴⁷⁰ *Tanka* é poema composto de 31 sílabas: 5-7-5-7-7. Vide nota 113, capítulo 1.

⁴⁷¹ GOGA, Masuda., *op. cit.*, p. 33.

No prefácio de *Trovas populares brasileiras* (1919), Afrânio Peixoto diz: “Os japoneses possuem uma forma elementar de arte, mais simples ainda que a nossa trova popular⁴⁷²: é o *haikai*, palavra que nós ocidentais não sabemos traduzir senão com ênfase, é o epigrama lírico. São tercetos breves, versos de cinco, sete e cinco pés, ao todo dezessete sílabas. Nesses moldes vazam, entretanto, emoções, imagens, comparações, sugestões, suspiros, desejos, sonhos... de encanto intraduzível”. E no rodapé da página 19 do mesmo livro, apresenta como exemplo para compreensão:

Uma pétala caída
Que torna a seu ramo:
Ah! é uma borboleta!⁴⁷³

O narrador comenta que, a despeito de Carlos se interessar pelas coisas estrangeiras, deveria conhecer as toadas brasileiras, uma das expressões da cultura nacional ou um modo de conhecer o seu próprio país e seu povo:

Poderíamos lembrar ainda que Carlos também ignora as nossas toadas... Porém a culpa é do clima paulistano que faz em vez de tenores mocinhos desafinados. Si Carlos nascesse mineiro é provável que entoasse a moda:
Vancê diz que sabe muito,
Barbuleta sabe mais:
Anda de perna pra riba
Coisa que vancê não faiz.
Diante dessa sabedoria popular ele nunca aprenderá o japonês. Será que lhe comunicaram a quadra? Tem tantas dessas dentro da gente!.... Ninguém o saberá jamais. [1927:226-7]

Ao criticar a falta de interesse de Carlos quanto à cultura brasileira, o narrador observa ironicamente que o encanto pelo novo é apenas superficial, como tipo de reação e interação resultantes de um mundo cosmopolita onde o conhecimento do estranho e do diferente representava uma forma esnobe de ilustração pessoal e amadurecimento. A ociosidade levava as pessoas a mudarem constantemente de gostos e de ideias:

⁴⁷² Poema curto apreciado como arte poética popular do Brasil. Comumente, a quadra tem cinco ou sete sílabas por linha. Dois trovadores desafiavam-se, com acompanhamento de instrumentos de corda.

⁴⁷³ PEIXOTO, Afrânio., *op. cit.*, p. 19.

Porém creio que em dois ou três anos (Carlos) esquecerá o alemão. Que pena! Praticar não pratica porquê não tem conhecidos alemães. Não lê porquê não gosta de ler. Assim a gente esquece logo as sabedorias com que a providencia dos pais nos enriquece. Não tem mais remédio oito contos perdidos! [1927:226]

Durante a década de 20, a percepção do imigrante japonês pela elite brasileira estava passando por um redimensionamento, embasado no poder mobilizador dos ideais nacionalistas reforçado pela crescente identificação entre nação e Estado. Um Estado no qual todos os seus membros compartilhariam um destino comum originado no passado dos fatores geográficos, étnicos e culturais. Nessa ideologia, a homogeneidade asseguraria a existência de uma solidariedade nacional⁴⁷⁴.

Nesse período, a campanha antinipônica entra numa fase mais pública. Artigos publicados pelo *Jornal do Commercio* alertavam a nação contra o “perigo amarelo” e os supostos planos secretos do Japão. O *Memorando Tanaka*, originalmente intitulado *Por uma política positiva na Manchúria*, que foi divulgado na China, continha os supostos planos de conquista do primeiro-ministro Giichi Tanaka e foi amplamente veiculado como documento que detalharia o domínio do mundo pelo Império do Sol Nascente a partir da conquista da China e da Mongólia, sendo citado e reproduzido como um verdadeiro manual do imperialismo. Relacionando esses planos ao “problema japonês no Brasil”, enfatizava-se que o país estava passando pelo mesmo processo que levou à dominação da Coreia e da Manchúria pelos japoneses: a infiltração de militares nipônicos disfarçados de colonos e a monopolização dos serviços públicos e da produção agrícola⁴⁷⁵.

Deve-se ressaltar que o Governo japonês jamais reconheceu a sua autenticidade, acusando as potências ocidentais de terem forjado o texto com o intuito de prejudicar, como haviam feito antes, os interesses nipônicos na Ásia. Contudo, o expansionismo nipônico voltado para as riquezas do território chinês e o fato de ex-militares emigrarem para o Brasil deu credibilidade ao documento, cuja falsidade ficou comprovada no Tribunal de Tóquio, instalado pelos Aliados em 1946, para julgar os crimes de guerra cometidos pelo Japão⁴⁷⁶.

Coincidência ou não, o personagem japonês de *Amar, verbo intransitivo* chama-se Tanaka. Enquanto a imagem do imigrante japonês era associada ao imperialismo e os japoneses eram considerados inimigos da nação, o personagem Carlos se encanta com as coisas do Japão.

⁴⁷⁴ OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Estado Novo: ideologia e poder. Rio de Janeiro: Zahar, 1982:9-24. *Apud* TAKEUCHI, Márcia Yumi., *op. cit.*, p. 106-107.

⁴⁷⁵ *Ibid idem*, p.139-140.

⁴⁷⁶ *Ibid idem*, p.192-3.

A representação do japonês em *Amar, verbo intransitivo*, 1927, mantida na edição de 1944, é a do criado obediente e servil aos patrões. Apesar de fazer picuinhas e algumas maldades com Fräulein, é individualizado de modo a corroborar as imagens estereotipadas que então circulavam sobre os homens do Sol Nascente: dóceis, educados, dissimulados e, portanto, perigosos. Nesse sentido, a escolha do nome Tanaka para designar o personagem japonês pode estar relacionada à divulgação do *Memorando Tanaka*. Ou não. Isso porque Tanaka é um sobrenome comum entre os japoneses.

Observa-se que, na representação de Tanaka, as poucas frases que o personagem diz não imitam necessariamente a pronúncia ou o sotaque dos japoneses, mas demonstram alguns erros gramaticais que não prejudicam a compreensão do que fala. O narrador dá a entender que Tanaka fala e entende o português, pois consegue conversar longamente com Fräulein, contrariando a ideia rotineira de que os japoneses se recusavam a aprender o português. Mas, a despeito de o narrador desenvolver as personagens Tanaka e Fräulein como iguais na condição de imigrantes, a ideia de perigo, associada aos alemães e japoneses, é mantida por meio da metáfora do tigre, com suas sutis conotações raciais e políticas.

Em 1944, ano em que foi editada a segunda edição de *Amar, verbo intransitivo*, a ideia do “perigo amarelo” tomava proporções alarmantes como resultado da entrada do Japão na guerra, em 1941, e o rompimento das relações diplomáticas com o Brasil. A Segunda Guerra Mundial afeta sobremaneira o cotidiano dos imigrantes japoneses no Brasil, reforçando sua condição de representantes dos inimigos, sujeitos a diversas restrições. Diante dos acontecimentos que marcaram o início da década de 40, entendemos as razões que levaram Mário de Andrade a omitir na edição de 1944 os trechos que ressaltam as japonesices de Carlos. Naquela época, dando prosseguimento à política nacionalista, o ensino de línguas estrangeiras foi proibido, assim como a circulação de jornais e a importação de livros didáticos em língua estrangeira. As cidades litorâneas não podiam mais abrigar japoneses, italianos e alemães, e qualquer pessoa poderia ser presa por espionagem, assim como os domicílios poderiam ser revistados sem aviso prévio. As prisões e invasões de residências à procura de material considerado suspeito (na prática, qualquer coisa escrita em japonês) eram atos corriqueiros e, diante dessas circunstâncias, Mário de Andrade optou ou teve de optar por excluir os trechos relacionados à língua, literatura e cultura japonesas, mesmo por que tais práticas eram proibidas até entre os japoneses. No entanto, na edição de 1944, foram mantidos apenas dois trechos:

Tem também estudantes dignos de elogio, que pretendem aprender a língua japonesa. Ora eu falo pra esse estudante: irmãozinho, principie e siga corajoso. A dificuldade sempre parece maior do que é. A gente chega ao fim, ora se chega [2008:75]

- Como vão os estudos de japonês, irmãozinho!

- Muito bem! Ora! Já não morria de fome em Nagasáqui! A dificuldade sempre parece maior do que é. [2008:87]

Esses trechos recuperam parcialmente o interesse que o personagem Carlos tem pela língua japonesa, mas, por estarem soltos no contexto, não cumprem o papel crítico – como observado na edição de 1927 – que recupera, através das japonesices de Carlos, o seu estado de alienação diante dos acontecimentos que marcaram a década de 20, época em que a campanha antinipônica reforçava a ideia de que os imigrantes japoneses eram indesejáveis porque ameaçavam a integridade nacional.

2.2. A REPRESENTAÇÃO DO JAPONÊS NA COLUNA “TAKA-SHUMBO SHIM-BUN” (1933)

Um dos resultados da grande diversidade étnica da população paulista na década de 1930 pode ser constatado no levantamento realizado pelo Departamento Nacional de Estatística (1931), que registrou um número significativo de jornais e revistas impressos em línguas estrangeiras, mais de 30 títulos só no Estado de São Paulo - 13 em italiano, 5 em inglês, 4 em alemão, 1 em polonês, 5 em árabe, 4 em japonês⁴⁷⁷ e 1 em húngaro – produto da existência de várias comunidades agregadas em bairros típicos, que fundavam suas associações, clubes de recreação e igrejas, numa tentativa de perpetuar na nova terra sua cultura original. Sintomático do período de maior entrada de imigrantes japoneses é constatar que, em maio de 1933, o número de jornais e revistas publicados em língua japonesa que era 4, em 1931, ter aumentado para 20, em menos de dois anos⁴⁷⁸.

O levantamento realizado pelo Departamento de Estatística também constatou a existência de 2.959 títulos de jornais, almanaques e revistas de variedades concentrada no circuito Rio-São Paulo⁴⁷⁹. Nesse contexto, algumas revistas de variedades e jornais humorísticos passam a registrar a simbiose cultural ocorrida com a chegada do imigrante no espaço brasileiro, em particular no ambiente urbano, através de textos macarrônicos que, com uma representação gráfica peculiar, imitam padrões discursivos da oralidade

⁴⁷⁷ O primeiro jornal japonês publicado no Brasil foi o *Nanbei*, lançado por Ken-ichiro Hoshina, em janeiro de 1916. Segundo o livro *Uma epopéia moderna – 80 anos da imigração japonesa no Brasil* (1992:230), em 1933, no Estado de São Paulo, havia 4 jornais veiculados em língua japonesa: o primeiro jornal japonês publicado no Brasil: *Nippak Shinbun* (1916, Sack Miura, semanal, 8 páginas); *Burajiru Jiho* (1917, Seisaku Kuroishi, bimensal, 12 páginas); *Seishu Shinpo* (1921, Rokuro Kôyama, bimensal, 8 páginas); *Nippon Shinbun* (1932, Sukenari Onaga, semanal, 6 páginas) .

⁴⁷⁸ *Uma epopéia moderna., op. cit., p. 231.*

⁴⁷⁹ COHEN, Ilka Stern. “Diversificação e segmentação dos impressos”. In: *História da imprensa no Brasil*. Organização: Ana Luiza Martins e Tânia Regina de Luca. São Paulo: Contexto, 2008. Páginas 103-105.

híbrida de indivíduos de origem não nacional, quando forçados a expressar-se em diversas variantes do português, como a erudita, a popular e mesmo a caipira.

O macarrônico surgiu na imprensa caricata paulista de forma esparsa – uma carta ou outra de caipiras nas folhas de humor⁴⁸⁰ – mas, na década de 30 e 40, tornou-se expressivo a ponto de folhas e jornais inteiros privilegiarem escritos macarrônicos⁴⁸¹. Vale lembrar que, em fins do século XIX, Machado de Assis utilizou a linguagem macarrônica para transcrever uma suposta carta do mandarim Tong King Sing em sua coluna “Balas de Estalo” (16/10/1883), no periódico *Gazeta de Notícias*⁴⁸².

A literatura macarrônica foi um gênero muito conhecido e explorado já em Itália, França, Inglaterra, Alemanha nos séculos XVI e XVII e, em Portugal, no século XVIII. Em todas as literaturas européias, mais ou menos, o gênero fora cultivado. O primeiro registro de uma obra deste gênero de composição burlesca foi publicado na Itália, o *Carmen Maccaronicum*, de Tifi Odasi, de Pádua, ainda no século XV – em 1488 –, que em 1490 publicou *De Pataviciis quibusdam arte magica delusus*. Em Portugal, um folhetozinho de 1746, de Antônio Duarte Ferrão, intitulava-se picarescamente *Palito Métrico*, gênero que consiste na associação da linguagem corrente, a que se dá flexão latina, com uma ou outra palavra do vocabulário latino e com a construção sintática prescrita pela gramática e pela métrica do Latim⁴⁸³. Na Itália, surgiu um grande poeta macarrônico, Teófilo Folengo (1491-1544) que, sob o pseudônimo de Merlin Cocaio, escreveu poemas que posteriormente foram publicados com o título de *Baldus* (1517), muito emulados por Rabelais e Cervantes⁴⁸⁴.

Segundo Capela, a profusão de textos inventados com base no aproveitamento de estereótipos e estigmas relacionados aos grupos representados e na imitação da linguagem híbrida autoriza falar na existência de uma tradição macarrônica que percorre a cultura brasileira, em especial na primeira metade do século XX, e considerar o macarrônico como um gênero textual específico⁴⁸⁵.

⁴⁸⁰ As correspondências macarrônicas registradas nos periódicos de narrativa irreverente entre os anos de 1900-1910 são: *O Buraco*, 1900 (“Carta Amorosa”, K. Gado; caipira); *Azeite*, 1903 (“Cartas da uno tale-nano”, Chichillo; italiano); *Gil Braz*, 1903 (“O fechamento”, Luigi Capalunga; italiano); *O jagunço*, 1903 (“Quadrilha caipira”, Zé K. Della; caipira); *A ronda*, 1908 (“Bilhetes do Bom Retiro”, Luigi Capalunga; italiano); *O bicho*, 1909 (“Correspondencia de Santa Catharina”, Franz Buller; alemão); *A Farpa*, 1910 (“Cartas matutinas”, Coroné Bastião; caipira); *A lua*, 1910 (“Cartas Pomeranas”, Friz Helmoz Belotas, alemão). JANOVITHCH, Paula Ester. “Os jornalistas macarrônicos da imprensa humorística paulista”. In: *Imprensa, humor e caricatura: a questão dos estereótipos culturais*. Organizadora Isabel Lustosa. /belo Horizonte: Editora UFMG, 2011:273-274.

⁴⁸¹ JANOVITHCH, Paula Ester., *op.cit.*, p. 271.

⁴⁸² ASSIS, Machado. 1998., *op. cit.* p.68-69.

⁴⁸³ MADAHIL, A.G. *Palito Métrico e correlativa Macarrónea latino-portuguesa*. Nova Edição. Coimbra: Oficinas da Coimbra-Editora, junho de 1942[1792].

⁴⁸⁴ JANOVITHCH, Paula Ester., *op.cit.*, p.272.

⁴⁸⁵ CAPELA, Carlos Eduardo Schmidt; ENGERROFF, Ana Carina Baron. *Zubblemend to Alle...Manha - Barão de Itararé* [textos do suplemento] Introdução, seleção, estabelecimento de notas. Projeto Barão, Série Letras do Brasil, no 2. Curitiba: Editora UFPR, 2006: 11.

Otto Maria Carpeaux observa que o escritor Juó Bananére, pseudônimo de Alexandre Marcondes Machado (1892-1933), muito contribuiu na imprensa humorística paulista ao misturar duas línguas com finalidade paródica para ridicularizar a língua parnasiana dos “cartolas”, cujo reino acabou em 1929⁴⁸⁶.

Os textos macarrônicos deram visibilidade aos imigrantes italianos, alemães, japoneses, portugueses, sírio-libaneses e ao caipira como personagens que representavam o dia-a-dia urbano de uma cidade em transformação. A profusão de macarrônicos na imprensa caricata dessa época também se justifica como um espaço para a experimentação de novas formas de expressão que rompiam com os parâmetros ortográficos rígidos. Desde as primeiras décadas do século XX, havia inúmeros debates entre escritores, acadêmicos e estudiosos de gramática sobre a atualização ortográfica. Uns eram contra ela, outros a favor. Nesse contexto, o português “errado”, com fortes acentos de estrangeirismos, utilizado na imprensa caricata paulista permitia “capturar os sons das ruas e, ao mesmo tempo, através dessa ‘outra língua’, romper com as regras escorregadas sem abrir aspas e nem pedir desculpas”⁴⁸⁷.

Dos periódicos que publicaram colaborações macarrônicas a partir de 1911 destacamos: *O Pirralho* (1911-1917)⁴⁸⁸; *O Queixoso* (1915-1916)⁴⁸⁹; *O Estado de São Paulo*, seção “A Grizia pulittica” (1924); *Diário Nacional* (1927-1930), coluna “Crônicas de Juó Bananére” ou, esporadicamente, inseridos na “Secção Livre”; *O Diário do Abax’o Piques* (1933), todos publicados em São Paulo; e *A Manha*⁴⁹⁰ (1926-1952), publicado no Rio de Janeiro.

Dentre esses periódicos, selecionamos para o nosso *corpus* o jornal semanal *Diário do Abax’o Piques* (SP, 1933) assinado por Juó Bananére, que se caracterizou por editar farta colaboração em macarrônicos diversos. O jornal contava – além dos textos de Juó Bananére, em macarrônico do italiano – com várias seções, como os “Pilhetinhos do Zante Gatrín”, assinados pelo alemão Franz; a folha nipo-brasileira “Taka-shumbo shimbun”, dirigida por Tebato Nakara e secretariada por Kozi Montêlo; o “Diário du Avaix’o Piques”, do português Pacheco d’Eça; e alguns textos escritos pelo turco Salin Gamons (que escrevia em uma mistura de árabe, armênio e ídiche).

⁴⁸⁶ OTTO MARIA, Carpeaux. Pequena bibliografia crítica de literatura brasileira. Rio de Janeiro: INL-MEC, 1958:200-204.

⁴⁸⁷ JANOVITHCH, Paula Ester., *op.cit.*, p.280; 283.

⁴⁸⁸ Em virtude do estrondoso sucesso de público, a partir do número 80 d’*O Pirralho* (1/3/1913) o jornal passou a publicar “O Rigalegio” (até 9/5/1914), uma folha independente assinada por Bananére. De 27 de março a 22 de junho de 1917, publica outra folha independente, similar a “O Rigalegio”, intitulada “O Féxa”. ANDRADE, Ana Paula Freitas de. *Juó Bananére: Verve, litteratura, futurismo, cavaco, ecc, ecc.* (Indexação e reunião de textos macarrônicos publicados de 1911 a 1933). Dissertação de Mestrado. São Paulo. FFLCH-USP, 1999:12, 17.

⁴⁸⁹ Juó Bananére, afastado de *O Pirralho*, lança a revista quinzenal ilustrada “O Queixoso”, em parceria com Voltolino, para combater o governo de Altino Arantes. Em 6 de abril de 1916, era anunciado que dali em diante passaria a se chamar “A Vespa” (1916) como uma manobra para “impedir os abusos de Altino Arantes e outros medalhões”. (*op cit* :21)

⁴⁹⁰ *A Manha* (RJ 1926-1952) com macarrônicos do alemão, do italiano, do português de Portugal, e do “turco”, como eram chamados os estrangeiros e imigrantes de origem sírio-libanesa.

Neste trabalho, destacamos três crônicas: uma publicada em 18/5/1933 (ano I, no. 3 página 7) e as demais publicadas em 1/6/1933 (ano I, no. 5, página 8). O nosso objetivo é fazer uma análise temática e textual dessas crônicas que desenvolvem uma maneira particular de abordar assuntos políticos, sociais e culturais que envolvem os imigrantes japoneses num contexto em que se comemoravam os 25 anos da imigração japonesa no Brasil e se discutia a questão da imigração na Assembléia Nacional Constituinte (1933), instaurada para redigir a nova Constituição Brasileira a ser promulgada em 1934.

O estudo desses folhetins redigidos em linguagem macarrônica, tão populares na década de 30, evidencia que tiveram um papel importante no contexto histórico e cultural, ao proporcionarem, através do riso, um jeito diferente de abordar os problemas nacionais e internacionais pela perspectiva fictícia de um não nacional, aproveitando os estereótipos constantemente reforçados e divulgados pela imprensa brasileira.

2.2.1. JUÓ BANANÉRE

Juó Bananére é o pseudônimo literário do engenheiro, poeta e jornalista Alexandre Ribeiro Marcondes Machado, natural de Pindamonhangaba. Nasceu em 11 de abril de 1892 e faleceu em São Paulo, aos 41 anos, em 22 de agosto de 1933, vítima de anemia perniciosa. Formou-se engenheiro civil pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo e, paralelamente à sua promissora carreira de engenheiro, multiplicou-se em inúmeros pseudônimos como cronista, produzindo extenso trabalho em língua macarrônica.

Segundo Antunes, Juó Bananére foi uma figura muito popular na cidade de São Paulo, entre 1910 e 1920. De início aparece em caricaturas gráficas, em charges assinadas por Voltolino. Já o Juó Bananére em versão verbal estréia no dia 14 de outubro de 1911, no no 10 de O Pirralho (1911-1917, semanário criado por Oswald de Andrade, assinando “As cartas d’Abaix’o Piques”⁴⁹¹.

Em 1915, publicou o livro de poemas *La divina increnca* e, em 1917, Galabáro, em parceria com Antônio Paes (pseudônimo de Moacir Piza). Em 1926, escreveu um livro de arquitetura *A arquitetura colonial no Brasil* e, em 1931, lançou dois pequenos discos pela Columbia, declamando quatro poemas.

Retorna à imprensa em 3 de maio de 1933, lançando o jornal *Diário do Abax’o Piques*⁴⁹², onde se multiplicou como cronista em inúmeros pseudônimos: além dos textos de Juó Bananére (em macarrônico do italiano) – que ocupavam boa parte de suas páginas –, o *Diário* se caracterizou por publicar farta colaboração em macarrônicos diversos, dentre os quais os portugueses, alemães e “turcos”. Segundo Saliba, a última aparição pública de Juó Bananére seria neste pasquim que ele escrevia “sozinho, nos

⁴⁹¹ ANTUNES, Benedito. *Juó Bananére: Cartas d’Abax’o Piques*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998:15-18.

⁴⁹² Atualmente, grande parte da região do Abaix’o Piques pertence à Praça da Bandeira.

fundos de sua casa na Rua Alagoas”, sem ter de “prestar contas a ninguém”⁴⁹³. O jornal, que sobreviveu a seu fundador, teve 21 edições publicadas, a última delas em 27 de outubro de 1933, dois meses após sua morte⁴⁹⁴.

2.2.2. A COLUNA *TAKA-SHUMBO SHIMBUM* - UMA ANÁLISE TEMÁTICA E TEXTUAL

Das 21 edições do *Diário do Abax'o Piques*, a coluna “Taka-Shumbo Shimbun” é mantida até a edição de número 20 (27/10/33), dois meses após a morte de Juó Bananére. Até a 16ª, a coluna ocupa uma página inteira e, a partir da 17ª (quando o jornal passou a ser dirigido por Pepino Borbagatti, após a morte de seu fundador), passa a ocupar meia página; e, nas três últimas edições, a ocupar um quarto da página⁴⁹⁵. A notícia de destaque, não raro, era acompanhada de fotografias montadas ou alteradas e, em algumas edições, na parte inferior da coluna, havia reclames de anunciantes.

No conjunto, a sátira política e social é desenvolvida por meio de textos diversos (crônicas, reportagens, paródias, comentários ligeiros e poesia) que repercutem eventos da atualidade com assuntos relacionados principalmente à imigração japonesa, os problemas enfrentados pela comunidade japonesa no Brasil, em circunstâncias tanto internas quanto externas, e noticiários internacionais sobre o Japão.

Alexandre Ribeiro Marcondes Machado

1892-1933



Juó Bananére,
por Voltolino



⁴⁹³ SALIBA, Elias Thomé. “Juó Bananére, o raté do modernismo paulista?” p. 113-122 In: *Revista de História*. FFLCH-USP 1997:119.

⁴⁹⁴ ANDRADE, Ana Paula Freitas., *op.cit.*, p.:34, observa que é difícil saber “se essas novas personagens de imigrantes eram criação de Alexandre Machado, ou não” e indica que havia outros colaboradores tais como Lellis Vieira, Osw. Sylveyra, Pacheco d’Eça, Fon e Lallemand.

⁴⁹⁵ Infelizmente, a coluna “Taka-shumbo Shimbun” (1ª. Edição) sofreu a deterioração causada pelo tempo, impossibilitando sua leitura.

Segundo Carelli, trata-se de uma literatura de fronteira, que se localiza entre o ficcional e a reportagem, entre a fantasia e a referência histórica, mediada pela voz maliciosa de uma *persona* que é utilizada como instrumento para a crítica⁴⁹⁶.

Vamos examinar as informações contidas no cabeçalho da coluna *Taka-shumbo shimbun*⁴⁹⁷:

Do ponto de vista gráfico, o cabeçalho aparece em destaque: o título é grafado em tipos grandes, em negrito, e ladeado por informações editoriais. No quadro, à esquerda, constam as seguintes informações: Ledaçam. Ministaçam. Kimêmo. (Redação. Administração. Aqui mesmo); Pázina Fotogavula Kololida. (Página Fotografia Colorida) e o nome do Diletó (diretor): Tebato Nakara (em negrito). Do lado direito temos a informação Kolespondente Shangai (Correspondente em Xangai). Kolabolaçam di Karona (Colaboração de Carona), que pode indicar tanto a expressão “de carona” – no sentido de “gratuito, sem pagar passagem ou entrada”- quanto o de “aproveitar a carona”, no caso, aproveitar as informações veiculadas em outros jornais e revistas. *Tiligamma pô tiliphoni* (Telegrama por telefone), que se refere ao telegrama fonado. *Seketáro* (secretário): *Kozi Montêlo* (em negrito). No centro temos o nome da coluna: *Taka-shumbo shimbun* (*shinbum* significa “jornal” em japonês e, em português, equivaleria a se denominar Jornal Taca Chumbo, mas o termo também é usado como onomatopeia, significando o estrondo do tiro de canhão).

A ilustração é assinada por Valdo (parte inferior da nuvem esquerda) e traz a caricatura de um japonês vestido de quimono e segurando um leque na mão esquerda – imagem estereotipada reforçada pelo japonismo – que olha para o leitor com um sorriso maroto e cordial estampado no rosto e que, ao mesmo tempo, com a mão direita, discretamente puxa a corda do canhão fazendo o maior estardalhaço – imagem estereotipada reforçada pelo expansionismo militar do Japão, que é citado também no quepe de soldado japonês do tipo.

Em português, o nome e o sobrenome do diretor, Tebato Nakara, “Te bato na cara” tem evidentemente outra significação, que, ironicamente, insinua que o leitor deve ficar esperto para não levar um “tapa na cara”. O recurso da paronomásia, em que se aproveita a semelhança de som para explorar outros sentidos, pressupõe inclusive que os assuntos apresentar-se-ão de forma direta, sem rodeios.

O nome do secretário, Kozi Montêlo, é o empréstimo de um nome de conhecimento público, ajaponesado e, ao que tudo indica, refere-se ao General Pedro Aurélio de Góis Monteiro (1889-1956), chefe do Estado-Maior do Exército e, posteriormente, Ministro da Guerra 1934-1935, que teve decisiva participação na vida política brasileira a partir de 1930.

⁴⁹⁶ CARELLI, Mário. *Carcamanos e comendadores: os italianos de São Paulo: da realidade à ficção (1919-1930)*. São Paulo: Ática, 1985.

⁴⁹⁷ A partir da edição de no. 17, o cabeçalho ocupa apenas a metade esquerda da página. São mantidos a ilustração e os nomes do diretor (Tebato Nakara) e o do secretário (Kozi Montêlo).

Góes foi um dos poucos militares que conseguiu concentrar poder, posição, influência política e doutrinária no governo Vargas, um regime autoritário e nacionalista manipulado pelo Exército. Dentre suas inúmeras atribuições, fez parte da chamada Subcomissão do Itamarati, com a finalidade de elaborar um anteprojeto de Constituição, que seria levado à apreciação da Assembléia a ser eleita em maio de 1933⁴⁹⁸. O empréstimo de um nome de homem de conhecimento público, respeitado e temido na esfera política nacional e internacional, trazia ironicamente dignidade à página, uma dose de autoridade, um tipo de sanção, de verossimilhança. A escolha do secretário torna-se também um simulacro da situação política do Japão, que era comandado pelo Exército tendo à frente a figura do Imperador Hiroito.



Um pacto com o leitor era assim estabelecido e a figura pública – cujo nome funcionava como uma espécie de marca – facultava a sugestão de que artigos e textos respondiam a demandas e preocupações da comunidade japonesa, resultando numa atmosfera que tinha um quê de realismo e de pertinência, numa tensão constante entre ficção e realidade.

Segundo Capela e Engeroff, tais autores supostos, dada a origem estrangeira, empregam uma linguagem não convencional, imitando a prosódia característica das comunidades por eles simbolizadas.⁴⁹⁹ Outra característica é ancorar o enunciado em fatos políticos do cotidiano e relatar acontecimentos segundo supostos interesses japoneses.

Vimos anteriormente que os discursos antinipônicos que se veiculavam na imprensa brasileira eram pautados por classificações de pontos de vista raciais, políticos e militares: raça inferior, culturalmente inassimilável, constituindo-se os japoneses como um povo perigoso – “perigo amarelo” – uma vez que os projetos de colonização promovidos pelo Governo japonês eram tidos como estratégicos para o domínio político e militar sobre o Brasil.

⁴⁹⁸ SUANO, Marcelo José Ferraz. *A doutrina Góes Monteiro e o pensamento político brasileiro nos anos 30* (O intelectual do Partido Fardado e a Dinâmica das Intervenções Militares). Tese. FFLCH-USP, 2002:15-30.

⁴⁹⁹ Capela e Engeroff indicam em Nota as seguintes leituras (2006:17): sobre o conceito de autor suposto, ver Mikhail Bakhtin, *Questões de literatura e de estética (a teoria do romance)*. São Paulo: Hucitec, 1988, p.117e ss. Discussões sobre a linguagem e a literatura macarrônica foram propostas, entre outros, por Ernst Curtius, *European Literature and Latin Middle Ages*. London, Henley: Routledge & Kegan Paulo, 1979, e Mikhail Bakhtin, em *Problemas da poética de Dostoiévski*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1981, e em *Questões de literatura e de estética. No Brasil*, Otto Maria Capeaux, em “Uma voz da democracia paulista”, *Presenças*. Rio de Janeiro: MEC, INL, 1958, e em *História da literatura ocidental*, volume 2. 2ª edição. Rio de Janeiro: Alhambra, 1978, foi um dos primeiros a tratar da matéria, enfocando em particular a produção de Juó Bananére.

Importante salientar que, no ano de 1933, os imigrantes japoneses estavam pensados entre dois nacionalismos: o do Japão, orientado por governos ultranacionalistas, dominados por militares ambiciosos favoráveis à conquista territorial na China e no Sudeste Asiático, e o do Brasil, pelo fortalecimento do nacionalismo sob o governo Vargas (1930-1945), que objetivava a construção de uma sociedade brasileira coesa, na qual todos os cidadãos, inclusive filhos de imigrantes das mais diferentes procedências, se conscientizassem da sua cidadania brasileira.



Imagem: Getúlio Vargas e Góes Monteiro
www.politicaparapoliticos.com.br Acesso em 01 set.
2011.

Longos discursos, debates acalorados, brilhantes duelos verbais entre correntes contrárias e favoráveis ao imigrante nipônico tiveram como palco a Assembléia Constituinte de 1933, que aprovaria a nova Constituição Brasileira em 34. O período inaugurado com a Revolução de 30 e que se estende até 1945 caracteriza-se como um período de transição entre a hegemonia da burguesia agrária e a hegemonia da burguesia industrial. Apesar de ser um período de crise de hegemonia, o capitalismo já é o modo de produção hegemônico no Brasil e o Estado brasileiro já é burguês, sem que, no entanto, nenhuma das frações de classe da burguesia consiga impor seu domínio às demais⁵⁰⁰.

Os assuntos que afetavam diretamente os imigrantes eram a aprovação da lei restritiva chamada “dos dois por cento” (anuais), que era calculada sobre o total de imigrantes de cada nacionalidade que entrara no país nos últimos 50 anos, e que também

⁵⁰⁰ FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *Vargas, o capitalismo em construção, 1906-1954*. São Paulo: Brasiliense, 1989: 28,323-324.

seria mantida na Constituição de 1937 (Estado Novo); a determinação de que as empresas de capital estrangeiro deveriam ter pelo menos 2/3 de empregados brasileiros e o projeto de lei concernente à naturalização de estrangeiros, em que o ponto central era o de considerar, ou não, a naturalização como uma acumulação de nacionalidades. Para os japoneses, no entanto, a preocupação maior era com respeito aos debates entre as correntes favoráveis e as contrárias à imigração japonesa, que poderiam resultar em sua proibição, como já acontecia em outros países⁵⁰¹.



Imagem: Imperador Hiroito
[http:// Hirohito_in_dress_uniform.jpg](http://Hirohito_in_dress_uniform.jpg) Acesso em 1
set. 2011.

O assunto de maior destaque na coluna *Taka-shumbo shimbun* é relativo ao campo da política local e, não raro, abrange o plano internacional, razão pela qual a referência ao imperador Hiroito é frequente.

O critério adotado para a seleção do *corpus* teve como premissa garantir o máximo de representatividade, levando em consideração os temas e as diferenças encontradas na caracterização de traços estereotipados. Nesse sentido, selecionamos uma crônica publicada na edição de número 3 e duas publicadas na edição de número 5. Para a transcrição dos textos, procuramos ser o mais absolutamente fiéis aos originais e, para dar início à análise, propomos verificar como se constrói a linguagem macarrônica do japonês:

⁵⁰¹ Na Constituição de 1934, fixou-se a entrada de novos contingentes em um taxa de 2% sobre o número de compatriotas já residentes no País. Para os japoneses, isso correspondia a 3.500 imigrantes por ano.

Kôzi Montêlo, seketáro pariculá di “Taka-Shumbo”, iskorido nanimentimenti pá pijidenti di Kinstitinti.

Stá munto batanti diffixi skorimento di póximo futulo pijidenti di Kinskitinti pá num havé biga ni tabáro di lipijintanti di tudo zestado di Bazi.

Este matutinho tabariando munto pá rezove este inkirênka, dêski zoná farando di “caso séro” ki pondo púruga atarázi di orêia di poritikos.

Mas esti num tem poritanxa.

Nózi ki di zona zá rezoveu situaxão munto kum fericidade zerá di naxão.

Pezenti tudo ledatô, reperezentanti di poricia di kistume⁵⁰² i abarizada⁵⁰³ personaridade di parácio di govêno, nossa sheffi perezentô ni nomi di korónia nipôniko, a nomi di zenerá Kôzi Montêlo, iruste seketáro di este fôria di parêra⁵⁰⁴, pá pijidenti di pôximo futulo Kinstitinti.

Dispozi farou kompanhêro Tebato Nakara, ki erojiando personaridade di essi sheff, ponhando êri in-xima di tudo zôto.

Ningham pissôa mázi munito ni mázi tilizenti ki êri.

Kôzi Montêlo istá bazirêro, vacunado, miritá i xivi, i únika zenerá ki nunca fazeu poritika ni xenário skurambado di este garandi korónia zapanezi diskubereta pa Pedáwis Karabá⁵⁰⁵. Eri istá, tamem, únika miritá ki é xivi kando fika di ropão di banho. Kinhé mirio di êri

Num tem lisposta.

Tudo zenti di Sampáro fikando munto kontenti kum karindatura ki nossa seketáro pá poritante kárigo.

I pá Kôzi Montêlo, nada?

Tudo, tudo, tudo!

⁵⁰² A Polícia de Costumes atendia às contravenções como prostituição, vadiagem e jogos de azar. O objetivo dessa Polícia era combater os males, vícios e perversões com os quais certos indivíduos atentam contra a moral, a decência, o trabalho e as boas maneiras da sociedade. In: MEIRELES, Hely Lopes. *Direito Municipal Brasileiro*. São Paulo: Editora Malheiros: 2008. Disponível em <http://www.guardamunicipal.com.br/poder-policia.htm>. Acesso 20 dez 2011.

⁵⁰³ Abalizada personalidade = de grande competência; idôneo, notável, competente.

⁵⁰⁴ Folha de primeira.

⁵⁰⁵ Pedro Álvares Cabral

Os recursos utilizados para compor o texto macarrônico levam em consideração as deformações de termos do português que enfatizam algumas diferenças fonológicas e morfosintáticas existentes entre a língua japonesa e a portuguesa.

A língua japonesa não possui artigo e nem preposição. Os substantivos e os adjetivos não se flexionam em gênero e número. Os verbos, por sua vez, também não se flexionam em número, pessoa, tempo, modo e voz. São subdivididos em dois verbos irregulares e três tipos de conjugação regulares. O japonês é uma língua predominantemente aspectual, o que, *grosso modo*, significa que os verbos se subdividem em *perfectivo* (acabado, concluído) e *imperfectivo* (inacabado e contínuo). O *imperfectivo* normalmente é traduzido para o português na forma de gerúndio.

No nível fonológico e ortográfico, verificamos a deformação de termos do português com o intuito de imitar a pronúncia deles pelos japoneses habituados aos fonemas de sua língua de origem:

1) troca do /l/ pelo /r/ e vice-versa: Montêlo (Monteiro); futulo (futuro); êri (ele); poritikos (políticos); lisposta (resposta)...

2) dígrafos simplificados e síncope (queda de fonema no interior do vocábulo): Seketáro (secretário: crê ke), lipijintanti (representante), póximo (próximo)...

3) uso exagerado de gerúndio: fikando munto kontenti (ficando muito contente); tabariando munto pá rezove (trabalhando muito para resolver)

4) erro de concordância verbal e uso verbal analógico, que transformam verbos irregulares em regulares: nunca fazeu poritika (nunca fez política); istá bazirêro (é brasileiro)...

5) ausência de concordância nominal de gênero e número: nossa sheffi (nosso chefe), a nomi di zenerá (o nome do general), únika zenerá (único general), unika miritá (único militar)...

6) colocação – uso exagerado de advérbio de intensidade – como característico na fala do japonês: munto batanti (pleonasma); munto kum fericidade (muito com felicidade); fikando munto kontenti (muito contente)...

7) padronização de preposições sem a flexão do artigo definido que refere o substantivo: di “Taka-Shumbo” (do Taka-Shumbo), di Kinstitinti (da Constituinte); di zona (do jornal); di govêno (do governo); ropão di banho (roupão de banho); di tudo (de tudo); ni xenário (no cenário); ni tabáro (no trabalho);

8) interjeições e expressões que atuam como verdadeiros bordões: num tem poritanxa (não tem importância); Mázi será o Minidito? (Mas será o Benedito?); Sim-sinhó! (Sim, senhor!) – estes dois últimos exemplos serão apresentados na crônica seguinte.

Os recursos técnicos do macarrônico do japonês seguem o padrão acima, o que dificulta a sua leitura e compreensão. Com o objetivo de facilitar o entendimento do texto, optamos por inserir uma transcrição aportuguesada para servir de suporte para a leitura. As cópias da coluna *Taka-shumbo shimbum* utilizadas no *corpus* foram inseridas no anexo.

O narrador, após informar que a escolha do futuro representante da Constituinte é um “caso sério” e que os políticos estão “com a pulga atrás da orelha”, tranquiliza o leitor que “isso não tem importância”, pois “o pessoal do jornal já resolveu a situação para a felicidade da nação”. E anuncia que, em nome da colônia japonesa, o chefe do jornal (Te-bato Nakara) oficializou diante das autoridades governamentais a indicação do secretário do jornal, o general Kózi Montêlo, como presidente da próxima Constituinte, e diz de modo hiperbólico que todos os paulistanos ficaram contentes com essa indicação:

Pezeni tudo ledatô, reperezantanti di poricia di kistume i abarizada personaridade di parácio di govêno, nossa shéffi perezentô, ni nomi di korônia nipôniko, a nomi de zenerá Kózi Montêlo, iruste sekretáro di este fôria di parêra, pá pijidenti di póximo futulo Kinstitinti.[...] Tudo zenti di Sampáro fikando munto kontenti kum karindatura di nossa sekretáro pá poritante kárigo.

Na presença de todos os redatores, representantes da polícia de costume e abalizada personalidade do palácio do governo, nosso chefe apresentou, em nome da colônia nipônica, o nome do general Kózi Montêlo, ilustre secretário deste jornal de primeira, para presidente da próxima e futura constituinte [...] Toda gente de São Paulo ficou muito contente com a candidatura de nosso secretário para importante cargo.

O texto segue elogiando o general e ressalta que a indicação de Kózi Montêlo para presidir a Constituinte é por ele ser considerado bonito e inteligente:

ninghem pissôa mázi munito ni mázi tilizenti ki êri.

ninguém é mais bonito nem mais inteligente que ele.

A escolha do general é, obviamente, inconveniente para a colônia japonesa e essa ingenuidade é que provoca o riso, que se constrói através da *simulatio*⁵⁰⁶ e da *perspicuitas*⁵⁰⁷. A *simulatio* consiste na representação positiva da opinião do adversário, a qual provoca efeitos afetivos, com a firme convicção de que o público reconhecerá a incredibilidade desse argumento. Muitas vezes também se apresenta enfaticamente, sem má intenção, uma vez que o público reconhecerá e compreenderá as palavras irônicas num sentido que é contrário ao seu sentido próprio. A *perspicuitas* consiste na “compreensão” intelectual do discurso. Segundo Lausberg (2004:127), “a compreensibilidade intelectual é, ela própria, condição prévia da credibilidade: só aquilo que é compreendido, pode ser crível. A credibilidade, por seu lado, conduz ao sucesso da persuasão”. A *perspicuitas* é, portanto, uma condição do sucesso do discurso tanto no nível do pensamento quanto no da formulação linguística. A ironia é, portanto, apreendida na situação do discurso, tal como a situação dentro do contexto.

Em outras palavras, a argumentação do narrador gira em torno da imagem do japonês como sendo um indivíduo respeitado, politicamente engajado e solidário às questões nacionais, sem ninguém melhor que ele para resolver os problemas do Brasil. O fato de a colônia japonesa indicar uma candidatura e esta ser aceita significa que os japoneses já conquistaram a boa vontade das autoridades e, portanto, reforça a ideia de que são perigosos e que estariam conspirando um plano de conquista e de colonização do Brasil, infiltrando-se nas instâncias superiores com a conivência dos políticos brasileiros. A ironia é constatar que o general Góes Monteiro trabalha para os japoneses, numa posição um tanto subalterna, na função de secretário particular.

Para reforçar esse argumento, que torna plausível o medo de que os japoneses venham a se apoderar do Brasil, o narrador ironicamente diz que a colônia japonesa foi descoberta por Pedro Álvares Cabral:

Kôzi Montêlo istá bazirêro, vaxinado, miritá i xivi, i únika zenerá ki nunka fazeu poritika ni xenário skurambado di este garandi korónia zapanezi diskubereta pa Pedáwis Karabá.

⁵⁰⁶ LAUSBERG, Heinrich. *Elementos de retórica literária*. Tradução, prefácio e aditamentos de R.M. Rosado Fernandes. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 5ª. Edição. 2004: 251-254.

⁵⁰⁷ *Idem*, p.126-138.

Kózi Montêlo é brasileiro, vacinado, militar e civil, e é único general que nunca fez política no cenário esculhambado desta grande colônia japonesa descoberta por Pedro Álvares Cabral.

Os japoneses – associados sarcasticamente aos índios, devido à semelhança física – estariam no Brasil há muito tempo e, através dessa comparação, há uma intenção de ridicularizá-los, promovendo um paralelo entre a colônia japonesa e as tribos indígenas. E, igualmente, ressalta que os japoneses são perigosos, pois essa comparação amplifica a tensão existente entre os nativos indígenas e os brancos colonizadores no decorrer dos séculos.

O fato de escolher o general Kózi Montêlo, secretário particular de um jornal que se autodenomina como de primeira linha, ressalta a imagem de um povo orgulhoso e oportunista.

A constatação de que o discurso é relativo e depende de quem o utiliza é que provoca o riso. Isso porque esse argumento não era de todo infundado, pois havia um discurso desenvolvido no Peru, no século XIX, em que os integrantes do movimento pró-japonês asseguravam que os incas haviam vindo do Japão e que os dialetos indígenas falados na região de fronteira entre o Brasil e a Bolívia apresentavam relação com o japonês. Essa ideia era buscada em autores dos séculos XVII e XVIII, que defendiam a teoria da existência de um vínculo entre os incas e os chineses.

Hachiro Fukuhara, personagem que retomaremos posteriormente, ao voltar de uma viagem exploratória à Amazônia, afirmava que o Brasil havia sido “fundado por asiáticos”, porque “os nativos que vivem ao longo do rio Amazonas se parecem exatamente com os japoneses.” Segundo ele, havia muita semelhança entre eles, em termos de maneiras e costumes⁵⁰⁸.

A próxima crônica é um exemplo de como a questão da assimilação cultural é desenvolvida a partir da invenção e composição do texto, adaptado para o espaço e os leitores brasileiros.

Kum ki Lôpa - A myó vistido pá visti: a “kimono”

Umo garandi paéta zapanezi ki shama Fuji Dassaya, skereveu, sékuro tarazado, versinha ki fará anssim:

Agóra ieu pigunta:

Kum ki lôpa,

Kum ki lôpa ieu vai,

Pá samba ki ocê mi kunvidô

⁵⁰⁸ LESSER, Jeffrey., *op.cit.*, p.188.

Era ni tempo ki ni Zapan tudo vistia lôpa kumpirikada, diffixe di ponhá-tirá poke munto tarapaiado. Era paritó, korête, garavata, kararinho, gibêra⁵⁰⁹, karça, butina i mázi porçom di inkerenka.

Hiroito fazendo entom dekeréto obirigando tudo cidadom i cidadona di Impero visti umo kamizóra ki shama “kimono”.

Na princípio ninguém pissôa kostumáro ka kamizóra pokê ventania pinxava pá cyma a vistido i as pissôa fikava veregonhado. Entom zarfaiáte ponháro fitinha na meyo da kimono pá sigurá.

Agôra Rijanêro, o zómi vae visti saya e as muyé vae visti paritó-karça pá kumpanhá pogueréssô di suciarismo.

Mázi será o Minidito

Pá-ké faiz êsse

Eris som bôbo. Munto bôbo. Sim-sinhó!

Pixiza agôra tudo zenti visti “kimono”.

“Kimono” kustando munto barato.

Zá ni Sampáro ateréta Zé Omóri usando “kimono” kuando biga kum diversário, i nunca tomo kabessa.

Tamem nossa seketáro Kôzi Montêlo passiendo onti ni Rijanêro kum saya di muyé suciarista. Eri fika mázi munito di “kimono” pokê é kompirido i barigudo.

“Taka-Shumbo” vae pispiá papaganda di vistido nacioná zapanezi, kum garandi importaçom pá Bazi e pá Sampâro.

Okê num perésta é o zômi i muyé di Rijanêro breganhá a lôpa, kinem Karnavá.

Kuando argúem fara:

Kum ki lôpa ieu vae?

Lesposta é êssi:

“Vai di kimono, ki é a kamizôra di zapanezi”.

O nome do poeta japonês, Fuji Dassaya (Fugi da saia), é um jogo de palavras como em Tebato Nakara (Te bato na cara), e o que se diz ser um poema japonês clássico é, na verdade, uma paródia do refrão do samba “Com que roupa”, de Noel Rosa, sucesso nos anos 30:

⁵⁰⁹ Gibeira: bolso.

Agora vou mudar minha conduta, eu vou pra luta
Pois eu quero me aprumar
Vou tratar você com a força bruta, pra poder me reabilitar
Pois esta vida não está sopa e eu pergunto: com que roupa?

Com que roupa eu vou pro samba que você me convidou?
Com que roupa eu vou pro samba que você me convidou? (...)

Na crônica, o poema imita a estrutura de um haikai abrasileirado para dar a impressão de que realmente se trata de um poema japonês:

Agóra ieu pigunta:
Kum ki lôpa,
Kum ki lôpa ieu vai,
Pá samba ki ocê mi kunvidô

O narrador informa que as vestimentas ocidentais foram substituídas pelo quimono por um decreto promulgado pelo Imperador Hiroito e que tal medida foi adotada para facilitar a vida dos japoneses. Mas o que de fato ocorreu no Japão do período Meiji – final do século XIX e início do XX – é que os japoneses passaram a adotar as roupas ocidentais, incentivadas pelos meios de comunicação da época e o próprio Governo, que obrigava o seu uso em cerimônias oficiais.

As informações distorcidas provocam o riso quando se reconhece o seu sentido contrário, a despeito de seus argumentos serem convincentes para os que desconhecem a história:

Era ni tempo ki ni Zapan tudo vistia lôpa kumpirikada, diffixe di ponhá-tirá poke munto tarapaiado. Era paritó, korête, garavata, kararinho, gibêra, karça, butina i mázi porçom di inkerenka. Hiroito fazendo entom dekeréto obirigando tudo cidadom i cidadona di Impero visti umo kamizóra ki shama “kimono”. Na princípio ninguém pissôa kostumáro ka kamizóra pokê ventania pinxava pá cyma a vistido i as pissôa fikava veregonhado. Entom zarfaiáte ponháro fitinha na meyo da kimono pá sigurá.

Era no tempo em que no Japão todos vestiam roupa complicada, difícil de ponhá-tirá porque muito atrapalhado. Era paletó, colete, gravata, colarinho, gibeira, calça, botina e mais porção de encrenca. Hiroito fez então um decreto obrigando todos os cidadãos e cidadás do Império vestir uma camisola que se chama “kimono”. No princípio ninguém se acostumou com a camisola porque a ventania puxava prá cima o vestido e as pessoas ficavam envergonhadas. Então alfaiates ponharo uma fitinha no meio do quimono pra segurá.



Legenda: Kózi Montêlo di lópa suciarista

Do ponto de vista da representação, ressaltam-se a disciplina e a obediência dos japoneses perante o Imperador de modo a reforçar uma inflexível herança cultural. Soma-se a isso a ideia de que os japoneses eram inteligentes, práticos, criativos para solucionar eventuais contratempos e que possuíam facilidade de adaptação às mudanças. Entretanto, reforça a imagem do japonês xenófobo, que valoriza a sua milenar tradição cultural e histórica que, ao serem enaltecidas em exagero, acabam por esbarrar na afetação.

O texto também põe em cena assuntos corriqueiros que, na época, eram populares. É o caso do atleta Geo Omori, que no texto é referido como “Zé Omori”.

Zá ni Sampáro ateréta Zé Omóri usando “kimono” kuando biga kum diversário, i nunca tomo kabessa

Já em São Paulo atleta Zé Omori usa “kimono” quando briga com adversário, e nunca toma na cabeça.

No início dos anos 20, havia duas correntes de lutadores de judô, aqueles que, lançando e aceitando desafios, lutavam publicamente, fazendo disso uma forma de subsistência ou complemento financeiro (Mitsuyo Maeda – Conde Koma; Takagi Saigo, Geo Omori) e a outra, formada pelos pioneiros do Kasato Maru e seus descendentes, que praticavam o judô restrito a pequenos grupos e sem fins lucrativos.

O narrador também comenta que em vez de o general Góes Monteiro usar saia, este deve optar por usar um quimono, mais adequado para quem é alto e barrigudo como ele:

Tamem nossa seketáro Kôzi Montêlo passiando onti ni Rijanêro kum saya di muyé suciarista. Eri fika mázi munito di “kimono” pokê é kompirido i barigudo

Também nosso secretário Kôzi Montêlo passeando ontem no Rio de Janeiro com saia de mulher socialista. Ele fica mais bonito de kimono porque é comprido e barrigudo.

Há de se ressaltar que nessa época o general era estigmatizado como nazista por lutar pelo fortalecimento orgânico e institucional do Exército. A luta pela Assembléia Constituinte não foi apenas da oligarquia paulista. A esquerda paulista em seus dois grupos mais importantes - a Liga Comunista e o Partido Socialista Brasileiro - realizaram vigorosa ação política pela sua convocação e pela eleição de deputados que representassem os interesses dos trabalhadores. No texto, critica-se o fato de os homens e as mulheres trocarem suas vestimentas; imagem que é associada aos integrantes do Partido Socialista:

Agôra Rijanêro, o zómi vae visti saya e as muyé vae visti paritó-karça pá
kumpanhá pogueréso di suciarismo.

Mázi será o Minidito

Pá-ké faiz êsse

Eris som bôbo. Munto bôbo. Sim-sinhó!



Imagem: Atleta Geo Omori em disputa.
tonyferraz.wordpress.com

Agora, no Rio de Janeiro, os homens vão vestir saia e as mulheres vão vestir palitó-calça para acompanhar progresso do socialismo. Mas será o Benedito? Para que fazer isso? Eles são bôbo. Muito bôbo. Sim senhor.

Pixiza agôra tudo zenti visti “kimono”.

“Kimono” kustando munto barato.

Precisa agora todo mundo vestir “kimono”.

“Kimono” custando muito barato.

O quimono – *bistido nacioná zapanezi* (vestido nacional japonês) – é descrito como *kamizôra di zapanezi* (camisola de japonês) e, para ressaltar o exacerbado nacionalismo, há uma nítida alusão do interesse capitalista de conquistar novos mercados de consumo voltado para as massas:

Pixiza agôra tudo zenti visti “kimono”. “Kimono” kustando munto barato.

Taka-shumbo vae pispia papaganda...kum garandi importaçom pá Bazi e pá Sampâro.

Precisa agora todo mundo vestir “kimono”. “Kimono” custando muito barato

Taka-shumbo vai principiar a propaganda...com grande importação para o Brasil e para São Paulo.

Para finalizar, o texto retoma o título *Kum ki lôpa - A myó vistido pá visti: a kimono* (Com que roupa – o melhor vestido para vestir: o kimono) e conclui que:

Kuando argüem fara: Kum ki lôpa ieu vae? Lesposta é êssi: “Vai di kimono, ki é a kamizôra di zapanezi”

Quando alguém fala: Com que roupa eu vai? A resposta é essa: Vai de quimono, que é a camisola de japonês.

Mas o narrador adverte que o quimono não deve ser considerado um objeto de barganha no Carnaval: *Okê num perésta é o zômi i muyé di Rijanêro breganhá a lôpa, kinem Karnavá* (o que não presta é os homens e as mulheres do Rio de Janeiro barganharem a roupa, que nem no Carnaval).

E é a partir desse trecho que nós, leitores, constatamos que o texto descreve as várias acepções do termo *quimono*: desde o quimono tradicional de seda (imagem exótica do Japão tradicional), o dos lutadores de artes marciais (imagem dos guerreiros samurais) e, no Brasil, agregado à idéia de camisola, roupão e fantasia de Carnaval.

O texto faz uma alusão aos discursos assimilacionistas de que os japoneses eram bem vindos desde que se integrassem a “nós”, atendendo as regras impostas pelos ordenadores da sociedade brasileira.

Para finalizar, selecionamos uma crônica política publicada na coluna *Taka-shumbo shimbum*, número 3, de 18 de maio de 1933.

BASSADÔ ZAPAN NI BAZI VIJITANDO LEDAÇAM DI “TAKA-SHUMBO SHIMBUM”.

– TELEWISTA IMPORTANTI KUM DIPLOMATA. –

O KE FARANDO BASSADÔ PA SEKATÁLO DI ZONA. – BANZÁI, NIPO, BANZAI!

Onti-onti paleceu ni nossa zoná munto bastanti zenti ki kerendo vijitá ledaçam di “Taka-Shumbo”. Nossa seketálo pincipá, Kózi Montêlo, fikando munto kontenti, ofelecendo umo sikla di sá kum súka pá êris.

Dispozi ki bebendo tudi sá, doto Kijira Hashai presentô doto Iwato K. Puchyuma, konso zapanezi ni Sampáro, doto Furakava, zenelá Fuji Dakama i ôtlos pissôa di korónia maréra di Sampáro.

Tudi sentáro ni shon, di zoêio, incima di morfada, ni systema zapanesi, i inton bassadô começando fará di vijita ki fazendo ni Bazi i ni Sampáro. Êri

ashando Bazi munto munita, mais ficando bôbo kum Sampáro, ki palece Tókió mistulado kum Nóvi-Yóki.

Bassadô farando ki viazando ni Bazi pá fazê papaganda di “yô-yô”, binkédo di kirança zapanezi.

Dispozi êri farando ki Peradô Hirohito piguntando pokê zenti di Bazi i di Sampáro nam fazendo vijita ni Stemo-Orienti. Nam faz-má ki tem wukáo. Tamem nam piciza komendo alôzi kum dôz pauzinho. Lá tem faka, gafo, kuié pá kem kizé.

Nossa seketálo piguntando si tem tu-tú di fezão i makaráo, i êri farando ki tem mais piciza komê kum dôz pauzinho.

Doto Kijira erogiando munto korónia nipô di Sampáro, ki konsidéla uno paiz kuáji petençenti di Zapan.

Lim, Liborón Plêto, Lezisto, Iguápi, Kana-Néa, Harara-Takuára, Haraça-Tubi, Barú, Birighi, Sam-Tós i otlas korónias zaponezi istá umo orgúrio di raça marêra.

Dispozi bassadô farando poximaçom di dôzi pátiás, fazendo pogamma di viázi pa-lá-pá-ká, kum horoprano i tamem nawyo di Kabushiki-Kaisha.

Peradô Hirohito konwidando viazante bazirêro pá vijitá Zapan. A pogamma istá esti:

- Vijita wukáo Assahi, o mais viorento mundo.
- passeio horoprano incima Grandi-Murália.
- Vijita ni Shangai i Pei-ping, korónia zaponezi.
- Vijita lugá di terremoto munto munito.
- Pik-nik flontêra Mandchúria.

Bassadô Kijira mostlando intáo umo “yô-yô” ki fazendo batanti coza munita, zogando êri pá-syma pá-basso, parecendo babulêta.

Êri ferecendo yô-yô pa tudi poritikos sem-tabáro ni Bazi, pá passatempo. Nossa seketáro, Kózi Montéro, pegando umo yô-yô pá êri, gladecendo munto. Munto batanti dessi binkedo way sêri mandado di pezenti pá poritikos di sapa di Ravôra, di Intrigalista i ôtlos.

Munto gadecida pá essi vijita. Banzái, Nipo!

Esta crônica apresenta assuntos relacionados à colônia japonesa de São Paulo, às investidas militares do Japão em território chinês e fatos ocorridos na cidade de São Paulo.

Vimos anteriormente que, a partir de 1924, a política de emigração japonesa passa a incentivá-la e a financiar projetos de colonização sob a fiscalização direta do Governo japonês que, além de subsidiar as passagens dos seus súditos, passou a investir capital nas companhias de emigração para que adquirissem terras no Brasil, instalassem as benfeitorias necessárias para os colonos japoneses e auxiliassem na produção de matérias-primas que seriam, posteriormente, exportadas para as indústrias japonesas.

Essa política de expansionismo e emigração continuou a vigorar no início do período Shôwa (1926-1989), com a entronização do Imperador Hiroito propiciando a circulação da tese de que os japoneses se instalavam no país com o objetivo de preparar a futura invasão militar nipônica no Brasil. Em parte porque, a partir de 1930, a política japonesa passa a ser dirigida pelos militares ultranacionalistas fazendo uso do autoritarismo e da repressão – em nome do Imperador – com a forte crença na missão chamada “União Asiática”.

Considerada “histórica e fraterna”, essa missão fazia crer que a Manchúria e a própria China eram estados inviáveis sem o domínio japonês. Paradoxalmente, quando os japoneses se colocavam como a liderança necessária da Ásia, usavam um discurso igualmente racista para se referir aos seus possíveis inimigos, os ocidentais.

Um dos resultados dessa nova postura do Governo japonês foi consolidar e dar continuidade ao projeto iniciado pelo Sindicato de Tóquio ainda em 1911. Em 1927, foram criadas, com subsídio oficial do Governo japonês, as sociedades Cooperativas de Províncias para a Emigração Ultramarina, empresas agrupadas em uma única federação, que estabeleceu no Brasil uma subsidiária, a Brasil Takushoku Kumiai (Sociedade Colonizadora do Brasil Ltda), mais conhecida como BRATAC.

A BRATAC seguia o modelo de outra empresa, a Kaigai Kôgyô Kabushiki Kaisha (Companhia de Desenvolvimento Exterior de Kaiko), identificada pela sigla K.K.K.K, fundada em 1917, a partir da unificação de várias empresas de emigração. A K.K.K.K assumiu todas as etapas de emigração para o Brasil: seleção dos colonos, embarque e desembarque deles em seu país de destino e a administração das colônias de Iguape (Vale do Ribeira), Registro, Sete Barras e Katsura, originalmente planejadas pelo Sindicato de Tóquio⁵¹⁰.

Em 1929, a BRATAC fundou novas colônias, sendo três no Estado de São Paulo e uma no Paraná. O capital da BRATAC provinha do Governo central e dos governos das províncias japonesas. Assim, a empresa passou a administrar as colônias de Bastos, Aliança e Tietê (SP) e a de Três Barras (PR), tendo como responsabilidade promover a auto-suficiência à coletividade japonesa instalando benfeitorias, tais como escolas, energia elétrica, usinas de beneficiamento de arroz, postos médicos etc. Para que as companhias adquirissem as áreas, havia as seguintes condições: proximidade

⁵¹⁰ TAKEUCHI, Márcia. 2010., *op.cit.*, p.47.

das estações ferroviárias, fertilidade do solo e nível de salubridade compatível com a presença de trabalhadores japoneses. Ainda no ano de 1929, foram instaladas colônias japonesas em áreas cedidas pelo Governo paraense num total de 1,3 milhão de hectares em cinco locais do Estado do Pará. A Companhia Nipônica de Plantação do Brasil desbravou 600 mil hectares em Acará (Tomé-Açú), para onde, em 24 de julho de 1929, foram enviados os primeiros 189 imigrantes japoneses da região norte do país. A colônia de Acará seguia os mesmos moldes da BRATAC. No início, a colônia enfrentou muitas dificuldades devido aos problemas de adaptação ao clima e às moléstias endêmicas, mas a situação alterou-se em 1932, com a fundação da Cooperativa Agrícola da Colônia de Acará, que procurou diversificar as culturas à medida que se conheciam melhor o solo e a região. O principal cultivo dessa região foi a pimenta-do-reino, cuja produção foi valorizada durante a Segunda Guerra Mundial⁵¹¹.

A introdução de colonizadores japoneses em localidades tidas como estratégicas suscitou a reação de políticos e intelectuais nacionalistas, que denunciavam a impossibilidade de assimilação do japonês e o perigo político e racial que representava. Como vimos anteriormente, havia uma forte campanha antinipônica desde 1923, liderada pelo deputado federal Fidélis Reis, Artur Neiva e os médicos sanitaristas Miguel de Oliveira Couto e Xavier de Oliveira. Embora o projeto de Fidélis Reis que propunha restringir a entrada de japoneses a um número equivalente a 5% do total existente em cada Estado não tenha sido aprovado em 1923, é considerado o ensaio da legitimação da “questão japonesa” como um problema de Estado.

Nessa situação que se tornava hostil aos imigrantes indesejáveis, as associações japonesas realizaram a Comemoração dos 25 anos da Imigração Japonesa no Brasil. Foram realizadas inúmeras festividades com a entrega de “Diplomas de Reconhecimento” a alguns membros da comunidade japonesa e lançada a pedra fundamental do Hospital Japonês em São Paulo, mais tarde Santa Cruz, que passou a funcionar a partir de 1940.

A crônica selecionada é a única que comenta esse fato, ainda que indiretamente. Relata a visita do embaixador do Japão à redação do jornal e brinca com a imagem do secretário general Kózi Montélo, que serve xícaras de chá com açúcar para as autoridades japonesas, num gesto que demonstra educação, solicitude, gentileza, admiração e respeito para com os visitantes:

⁵¹¹ *Idem.*, p.48-9.



BASSADÔ ZAPAN NI BAZI VIJITANDO LEDAÇAM DI “TAKA-SHUMBO SHIMBUM”.

– TELEWISTA IMPORTANTI KUM DIPOLOMATA. –

O KE FARANDO BASSADÔ PA SEKATÁLO DI ZONÁ. – BANZÁI, NIPO, BANZAI!

Embaixador Japão no Brasil visitando redação de Taka-shumbo shimbum.

Entrevista importante com diplomata.

O que falando embaixador para secretário de jornal

- Banzai, nipo, banzai!

Onti-onti paleceu ni nossa zoná munto bastanti zenti ki kerendo vijitá ledaçam di “Taka-Shumbo”. Nossa seketálo pincipá, Kózi Montêlo, fikando munto kontenti, ofelecendo umo sikla di sá kum súka pá êris.

Anteontem apareceu no nosso jornal muito bastante gente que querendo visitá redação de Taka-Shumbo. Nossa secretário principal, Kózi Montêlo, ficando muito contente, oferecendo uma xícara de chá com açúcar para eles.

O narrador conta que, após as devidas apresentações, todos se sentaram à moda japonesa para conversar, dando a entender que essa atitude é mais que natural. O que provoca o riso é constatar os motivos que trouxeram o embaixador para o Brasil:

Dispozi ki bebendo tudi sá, doto Kijira Hashai presentô doto Iwato K. Puchyuma⁵¹², konso zapanezi ni Sampáro, doto Furakava, zenelá Fuji Dakama i ôtlos pissôa di korónia maréra di Sampáro.

⁵¹² Cônsul geral do Japão no Brasil: Iwatarô Utiyama, 1933.

Depois que bebendo tudo chá, doutor Kijira Hashai apresentou doutor Iwato K. Puchyuma, cônsul japonês em São Paulo, doutor Furakava, general Fugi Dacama e outros pessoas da colônia amarela de São Paulo.

Tudi sentáro ni shon, di zoêio, incima di morfada, ni systema zapanesi, i inton bassadô começando fará di vijita ki fazendo ni Bazi i ni Sampáro. Êri ashando Bazi munto munita, mais ficando bôbo kum Sampáro, ki palece Tóquio mistulado kum Nóvi-Yóki.

Todos se sentaram no chão, de joelho, encima de uma almofada, no sistema japonês, e então o embaixador começou a falar da visita que fazendo no Brasil e em São Paulo. Ele achando o Brasil muito bonita, mas ficando bôbo com São Paulo, que parece Tóquio misturado com Nova Iorque.

Bassadô farando ki viazando ni Bazi pá fazê papaganda di “yô-yô”, binkédo di kirança zapanezi.

Embaixador falando que viajando no Brasil para fazer propaganda de “yô-yô”, brinquedo de criança japonesa.

O nome Kijira Hashai, citado como embaixador japonês em visita ao Brasil, refere-se à Kyûjiro Hayashi. Outro nome citado no texto é uma paronomásia, o general Fuji Dakama (Fugi da cama). Os outros dois nomes - Iwato K. Puchyuma e Furakava - são deformações dos nomes Iwatarô Utiyama, cônsul geral do Japão no Brasil em 1933, e Hachiro Fukuhara, chefe da missão de estudos formada de dez membros, financiada pela Fiação Kanegafuchi, que foi o responsável pelo levantamento realizado no interior do Pará em 1926 e que participava das festividades dos 25 anos da imigração.

O narrador relata que o Imperador Hiroito pergunta o porquê de os brasileiros não visitarem o Japão, propondo que, se o motivo são os vulcões e as diferenças culturais quanto à alimentação e ao modo de comer, não há do que se preocupar:

Dispozê êri farando ki Peradô Hirohito piguntando pokê zenti di Bazi i di Sampáro nam fazendo vijita ni Stemo-Orienti. Nam faz-má ki tem wukão. Tamem nam piciza komendo alôzi kum dôz pauzinho. Lá tem faka, gafo, kuié pá kem kizé.

Depois ele falando que Imperador Hiroito perguntando porque de gente do Brasil e de São Paulo não fazendo visita no Extremo-Oriente. Não faz mal que tem vulcão. Também não precisa comendo arroz com dois pauzinho. Lá tem faca, garfo, colher pra quem quiser.

Nossa sekretálo piguntando si tem tu-tú di fezão i makarão, i êri farando ki tem mais piciza komê kum dôz pauzinho.

Nosso secretário perguntou se tem tutu de feijão e macarrão, e ele falando que tem mas precisa comer com dois pauzinho.

É cômico pensar que para se comer comida ocidental é preciso usar os *hashi* (dois pauzinhos) enquanto que, para comer a comida oriental, é permitido usar os talheres ocidentais. Aqui, a imagem dos japoneses que estão mudando os seus hábitos é questionada ironicamente ao aludir à aparente ocidentalização que está ocorrendo no Japão, sugerindo que nem tudo pode ser devidamente assimilado. Esse é um exemplo de discurso de intolerância infundada que, não raro, era ditado para qualificar o outro como um ser inassimilável e passível de discriminação.

Nesse ano de comemoração, as autoridades japonesas fizeram visitas às colônias, muitas delas concentradas nas zonas que margeiam a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, a Alta Paulista e Alta Sorocabana: Lins, Ribeirão Preto, Registro, Iguape, Cananéia, Araraquara, Araçatuba, Bauru, Birigui e Santos.

O narrador diz que o doutor Kijira elogiou as colônias nipônicas da cidade de São Paulo e ficou orgulhoso com o trabalho realizado pela “raça amarela” nas colônias existentes no interior do Estado e que já se pode dizer que o Estado de São Paulo é praticamente do Japão. Ressalta-se a imagem de um povo organizado e trabalhador:

Doto Kijira erogiando munto korónia nipô di Sampáro, ki konsidéla uno paiz kuáji petençenti di Zapan.

Doutor Kijira elogiando muito a colônia nipô de São Paulo, que considera um país quase pertencente ao Japão.

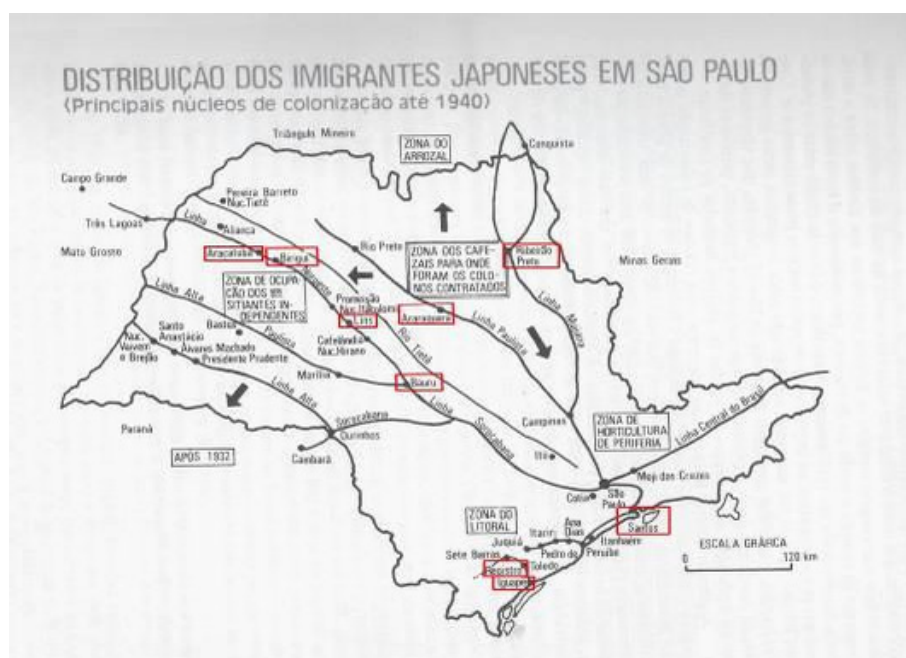
Lim, Liborón Plêto, Lezisto, Iguápi, Kana-Néa, Harara-Takuára, Haraça-Tubi, Barú, Birighi, Sam-Tós i otlas korónias zaponezi istá umo orgúrio di raça marêra.

Lins, Ribeirão Preto, Registro, Iguape, Cananéia, Arara-taquara, Araçatuba, Bauru, Birigui, Santos e outras colônias japonesas é um orgulho da raça amarela.

Handa (1987:575) observa que, na década de 30, 53% dos imigrantes japoneses estavam concentrados ao longo das linhas ferroviárias Paulista, Mogiana, Sorocabana e Noroeste. Dedicando-se à agricultura, já tinham conseguido sua independência (seja em terras arrendadas, sob contrato, ou, ainda, como agricultores proprietários) e novos ares tinham começado a soprar nos núcleos de colonização, com a chegada dos novos imigrantes. Nesse tempo, os japoneses eram reconhecidos como mão-de-obra ideal para a agricultura brasileira: ordeiros, trabalhadores, respeitadores, limpos, calmos e polidos.

Em 1933⁵¹³, a colônia japonesa instalada na cidade de São Paulo começava a sair da miséria dos anos de 1914-15 e a concentração maior dos japoneses estava na chamada região da rua Conde de Sarzedas⁵¹⁴, seguida do bairro de Pinheiros, da região do mercado municipal e, ainda, das adjacências das estações da Luz e da Sorocabana, que se ligavam à rua São Caetano. Muitos começaram a trabalhar em novas ocupações e o comércio deixou de ser voltado exclusivamente à clientela japonesa. Os ofícios tradicionais da primeira fase da imigração, como os de carpinteiro, marceneiro, empreiteiro de obras de construção, trabalhos domésticos, transportadoras e hospedarias, foram substituídos principalmente pelos de tinturaria, lavanderia, costura, empório, quitandas, casas de lenha e carvão, bazar com artigos importados do Japão, misturados aos nacionais, entre miudezas e bonecas.

Ainda, segundo Handa, esses ofícios tinham uma particularidade em comum: “eram trabalhos que dependiam apenas de um pouco de conhecimento técnico e capital mínimo, sendo suficiente a mão-de-obra dos próprios familiares e de mais dois ou três empregados contratados. Era uma família inteira trabalhando unida, como na lavoura”⁵¹⁵.



Fonte: SHINDO, Tsuguo. *Brasil e Japão – 100 anos de Tratado de Amizade*. Tradução de Julia Hoçoya Sassaki e Olívia Tamiko Ozaki Makibara. São Paulo: Associação Recreativa Akita Kenjin do Brasil. s/d: 29.

⁵¹³ Fontes a partir do “Anuário Brasileiro” (*Burajiru Nenkan*, 1933) publicado pela empresa jornalística Brasil Jihô e o “Almanaque comemorativo do 25º. Aniversário da imigração japonesa no Brasil” (*Zaihaku Nihon Ishokumin Nijyûgonen Kinenkan*, 1933), publicado pela empresa jornalística Seishû Shinpo, de Bauru.

⁵¹⁴ A região compreendia também as ruas Irmã Simpliciana, Tabatinguera, Conde do Pinhal, Conselheiro Furtado, Bonita (atual Tomás de Lima), dos Estudantes e São Paulo.

⁵¹⁵ HANDA, Tomoo. 1987., *op. cit.* p.577.

Segundo Leão Neto, essa situação se agravou ao se constatar que a colônia mantinha quase intocada sua unidade étnica e as escolas japonesas funcionavam como centros de doutrinação nacionalista, com a observância de ritos de veneração ao Imperador⁵¹⁶. Além das atividades conduzidas nas escolas valeria ainda mencionar outras duas importantes manifestações de etnicidade: por um lado, as associações, e por outro, a publicação de periódicos em língua japonesa.

O acelerado crescimento do fluxo de imigrantes japoneses, o isolamento do grupo na sociedade brasileira e suas demonstrações de coesão e fidelidade aos valores da sociedade de origem, que pareciam antes exacerbar-se que atenuar-se, adquiriam conotações especiais à luz da política expansionista do Japão.

O texto segue dizendo que o embaixador almeja a aproximação das duas pátrias de modo que as viagens sejam “pra lá e pra cá”, usando como transporte o “aeroplano” e os “navios” das companhias de emigração japonesa:

Dispuzi bassadô farando poximaçom di dôzi pátias, fazendo pogamma di viázi pa-lá-pá-ká, kum horoprano i tamem nawyo di Kabushiki-Kaisha.

Depois embaixador falando aproximação de duas pátrias, fazendo programa de visita pra-lá- prá-cá, com aeroplano e também navio da Kabushiki-Kaisha.

Há referências ao Imperador Hiroito, que convida os brasileiros a visitarem o Japão, porém, ao sugerir o programa de viagem, observamos que, dos cinco locais propostos, apenas um realmente se localiza no Japão. O vulcão Asahi (mais conhecido como monte Asahidate) localiza-se na província de Hokkaido, norte do Japão, e possui 2.290 metros. Sua última erupção ocorreu em 1739. Todos os demais locais sugeridos são locais de domínio japonês:

Peradô Hirohito konwidando viazante bazirêro pá vijitá Zapan. A pogamma istá esti:

- Vijita wukão Assahi, o mais viorento mundo.
- passeyo horoprano incima Grandi-Murália.
- Vijita ni Shangai i Pei-ping, korónia zaponezi.
- Vijita lugá di terremoto munto munito.
- Pik-nik flontêra Mandchúria.

⁵¹⁶ LEÃO Neto, Valdemar Carneiro. *A Crise da Imigração Japonesa no Brasil (1930-1934) contornos diplomáticos*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1989:67-69.

Imperador Hirohito convidando viajantes brasileiros para visitar o Japão.
A programação está esta:

- Visitar vulcão Assahi, o mais violento mundo.
- Passeio de aeroplano encima Grande-muralha.
- Visita em Shangai e Pei-ping, colônias japonesas.
- Visitar lugar de terremoto muito bonito.
- Piquenique na fronteira da Manchúria.

O exibicionismo e a exaltação patriótica pelas conquistas realizadas através de uma agressiva política expansionista tornam o convite despropositado. Não é o exótico e o tradicional que o japonês quer mostrar, mas as conquistas que o capitalismo, imperialismo e o poder militar lhe proporcionaram. Na batalha do mais fraco contra o mais forte, o Japão estava provando ser o mais forte no Extremo-Oriente.

A imagem ressaltada é o *yamato damashii* (espírito japonês), ou seja, a crença de que os japoneses eram invencíveis súditos de uma nação imperialista e poderosa. O nacionalismo exacerbado, inquestionado e inquestionável, indica um movimento unidirecional, pouco reflexivo e tolerante, o que possibilita uma leitura crítica, de modo que os japoneses são caracterizados pelo radicalismo de suas posições que se projeta sobre seus próprios atos.

No final do texto, o embaixador oferece iôio aos políticos brasileiros e, na foto-montagem, Getúlio Vargas demonstra estar se divertindo com o novo brinquedo:

Bassadô Kijira mostlando intão umô “yô-yô” ki fazendo batanti coza munita, zogando êri pá-syma pá-basso, parecendo babulêta.

Êri ferecendo yô-yô pa tуди poritikos sem-tabáro ni Bazi, pá passatempo. Nossa seketáro, Kózi Montéro, pegando umô yô-yô pá êri, gladecendo munto. Munto batanti dessi binkedo way sêri mandado di pezenti pá poritikos di sapa di Ravôra, di Intrigalista i ôtlos.

Munto gadedida pá essi vijita. Banzái, Nipo!

Embaixador Kijira mostrando então um yô-yô que fazendo bastante coisa bonita, jogando ele pra cima pra baixo, parecendo borboleta.

Ele oferecendo yô-yô pra tudo político sem-trabalho no Brasil, pra passatempo. Nosso secretário, Kózi Montéro, pegando um yô-yô pra ele, agradecendo muito. Muito bastante desse brinquedo vai ser mandado de presente para políticos de chapa de Lavoura, de Integralista e outros.

Muito agradecida por essa visita. Banzai, Nipo!

A crônica trata dos bastidores da política de forma irônica. Por parte do Estado brasileiro não interessava naquele momento um conflito com o Império do Sol Nascente, pois o volume de exportação para o Japão era considerável. O Japão preocupava-se em não ver se repetindo no Brasil o processo que levou ao fechamento dos países da América do Norte para os seus súditos. Nessa conjuntura, ambos os lados iniciaram uma negociação para que não figurassem na Carta Constitucional brasileira artigos diretamente discriminatórios, visando manter as boas relações entre os dois países. A imprensa paulista criticava o embaixador Hayashi de se intrometer nos assuntos de foro exclusivo da Constituinte ⁵¹⁷.



Imagem: *yamato damashii*

Disponível em <http://standupforamerica.wordpress.com> Acesso em 19 abr 2012

Segundo a *Revista de História da Biblioteca Nacional*, o ioiô chegou ao Brasil no início dos anos 30 pelas mãos dos filipinos Regal Conception e Joe Radulan, campeões mundiais do jogo. Em pouco tempo o brinquedo se tornou uma coqueluche, invadindo praças, escolas, teatros, apresentações musicais etc. Na tarde de 27 de agosto de 1933, São Paulo parou para ver a grande final do Campeonato Paulista de Yô-Yô, promovido

⁵¹⁷ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. "A biotopia do imigrante ideal: nem negro, nem semita, nem japonês". In: *Imigrantes Japoneses no Brasil.*, op.cit., p.78.

pelo jornal Folha da Manhã, que no dia seguinte contou que uma multidão assistiu à última fase da disputa. Depois das crianças, os adultos aderiram à ioiomania, para fazer “looping the loops”, “voltas ao mundo”, “saltos do Iguaçu” e tantas outras manobras possíveis com o novo brinquedo. Mas a maioria ficava mesmo é no vai-e-vem...⁵¹⁸.

Mais de cem competidores de diferentes idades foram inscritos, obrigando a organização do evento a estender a competição por mais um mês. Na grande final, uma multidão se aglomerou na Praça da Sé e, aos gritos de “oba” e “muito bem”, aplaudiu a apresentação dos concorrentes ao título de Campeão Paulista de Yô-yô de 1933, conquistado pelo jovem Jacy Lage, o mais completo “yoyoista” da Paulicéia, primeiro campeão da modalidade no país.



Em 1933, surgiram inúmeros partidos devido às eleições para a Constituinte, tais como os partidos autonomistas do Acre e do Rio de Janeiro, mas, desde o início dos anos 30, foram fundados o Partido Constitucionalista do Pará e o de São Paulo (este, contando nos seus quadros, entre outros idealizadores, com Armando de Sales Oliveira), enquanto na busca do eleitorado rural surgiam, à mesma época, o Partido da Lavoura de São Paulo e do Espírito Santo.

⁵¹⁸ MARIANO, Helvio Alexandre. *A yayá, o yo-yô e a comida que queimou – o campeonato Paulista de Yo-Yô de 1933, ou o dia em que a paulicéia trabalhadora parou para brincar*. 2007. Disponível em www.revista-dehistoria.com.br Acesso em 15 mar 2011.

A Ação Integralista Brasileira, partido de massa de direita mais importante da década de 1930, foi oficializado em outubro de 1932, por Plínio Salgado, a partir da publicação do Manifesto de Outubro, texto fundamental do ensinamento e da ideologia integralistas. O manifesto preconizava a construção de um Estado Integral, alicerçado no amor à pátria, na família, no culto aos símbolos nacionais (hino, bandeira), no equilíbrio harmonioso entre as classes sociais, no combate implacável ao comunismo.⁵¹⁹

No mesmo ano, com o propósito de congregar todos os paulistas e elementos de outros Estados que participaram, em julho daquele ano, da Revolução Constitucionalista, foi criado em São Paulo o Partido dos Capacetes de Aço, que não chegou a ter vida longa nem a participar das eleições para a Constituinte. Nada menos do que quatro Partidos Econômicos também surgiram entre 1932/33: o Economista Democrático de Alagoas, o do Distrito Federal (então Rio de Janeiro), o do Brasil (também chamado Partido Econômico Nacional) e o do Rio de Janeiro. Já em Mato Grosso e Rio de Janeiro, foram fundados os Partidos Evolucionistas. Também nessa época surgiram onze agremiações com a sigla Liberal, em Santa Catarina, Pará, Mato Grosso, Pernambuco, Rio de Janeiro e Paraná. Alguns partidos preferiram o termo Progressista e formaram-se os Partidos Progressistas em Minas Gerais, Alagoas, Piauí, Rio de Janeiro e o de Juiz de Fora, em 17 de maio de 1937, portanto, poucos meses antes do Estado Novo. Apenas dois partidos políticos fundados até hoje no Brasil trouxeram a expressão Proletário na sigla: o do Espírito Santo e o do Rio de Janeiro, que em março de 1933 foi organizado pelo veterano ativista José Fernandes Monteiro, então presidente de uma Federação Proletária do Estado do Rio⁵²⁰.

O narrador ironiza, talvez com alguma razão: os ioiôs serão distribuídos aos políticos, alegando que esses podem passar o tempo brincando, alheios aos problemas existentes no país.

Concluimos, assim, que nas três crônicas a representação dos japoneses ressalta os principais estereótipos sobre eles.

Na primeira crônica, o narrador põe em relevo a imagem de um povo orgulhoso, politicamente articulado e nacionalista. Nesse sentido, o narrador reforça a argumentação de que os imigrantes japoneses são indesejáveis por serem dissimulados e perigosos à nação brasileira, ao desenvolver a ideia de que eles são como os índios, amplificando a tensão envolvida no conflito relativo ao domínio efetivo da terra.

Na segunda crônica, a representação dos japoneses é a de um povo que se orgulha por ter uma história e uma cultura milenares e que tem um grande respeito para com o Imperador. Ao descrever as várias acepções e usos do quimono: o tradicional, que remete à imagem exótica do Japão; o dos lutadores de artes marciais (imagem dos

⁵¹⁹ NASCIMENTO, Jairo Carvalho do. *Memória e história do integralismo no interior da Bahia: O povoado de Itapuy* (sul da Bahia, 1935-36). Disponível em <http://www.fiocruz.br/ehosudeste/templates/htm/> Acesso em 16 mai 2012.

⁵²⁰ MILLARCH, Aramis. *Os partidos de 50 anos passados*. 1985. Disponível em <http://www.millarch.org/artigo/os-partidos-de-50-anos-passados-iii> Acesso em 26 Abr 2012.

guerreiros samurais) e, no Brasil, sua associação com a camisola, o roupão e a fantasia de Carnaval, o narrador vulgariza e ridiculariza o quimono como roupa popular. E propõe torná-lo roupa de passeio e de uso cotidiano, por ser prático e econômico. Nesta crônica, o japonês é que tenta fazer com que os brasileiros assimilem sua vestimenta, invertendo o argumento de que os japoneses é que precisam se assimilar à cultura brasileira. No entanto, subjaz uma avaliação humorística do modo como os novos valores se difundem e são absorvidos socialmente. No caso, o quimono é vulgarizado como sendo uma camisola ou fantasia de Carnaval e perde os valores tradicionais que possui na cultura japonesa.

Na terceira crônica, ressalta-se a imagem de que os japoneses são um povo unido, disciplinado, organizado e trabalhador e de que o Japão, além de cuidar de seus imigrantes, é um país militarmente forte e economicamente rico. O texto exacerba o militarismo e o expansionismo japonês, lembrando que os japoneses se orgulham de seu modelo de civilização e de progresso material a ser, conseqüentemente, respeitado pelas potências ocidentais.

A língua macarrônica confere ao texto uma particularidade que reforça a credibilidade do processo discursivo, uma vez que representa a voz da comunidade por ele simbolizada. Os estereótipos e os estigmas passam a ser ressignificados ao se propor o outro ponto de vista na paródia. O jogo de palavras entre as duas línguas é usado como recurso humorístico para ridicularizar o japonês e sua intenção nos parece ser a de potencializar as tensões, constituindo uma perspectiva de reflexão, com fidelidade crítica, sobre um estado da sociedade em transformação.

2.3. A REPRESENTAÇÃO DO JAPONÊS EM MARCO ZERO I⁵²¹ E II⁵²²

A série *Marco Zero*, de Oswald de Andrade, prevista como um “romance cíclico” (*Revolução Melancólica*, *Chão*, *Beco do Escarro*, *Os caminhos de Hollywood e A presença do mar*), terminou resultando apenas na edição de *Marco Zero I - A Revolução Melancólica* (1943) e *Marco Zero II – Chão* (1945), ambos publicados pela editora José Olympio.⁵²³ Nessas obras, o autor realiza o que diz ser seu “novo estilo e sua nova linguagem”, denominando-as de “painel, mural, afresco, mosaico e comício de ideias”,

⁵²¹ ANDRADE, Oswald. *Marco Zero I – A revolução melancólica*. Obras Completas 3. 2ª. ed. MEC. Civilização Brasileira, 1974.

⁵²² ANDRADE, Oswald. *Marco Zero II – Chão*. Obras Completas 3. 2ª. ed. MEC. Civilização Brasileira, 1974.

⁵²³ *A Revolução Melancólica*, romance ainda inédito, e o romance *Terras do sem fim*, de Jorge Amado, foram classificados na seleção preliminar realizada para indicar as obras de autores nacionais que concorreriam aos prêmios instituídos pelos organizadores do II Concurso Literário Latino Americano que, no Brasil, estava sob o patrocínio da Revista do Brasil e com o apoio da Sociedade Felipe de Oliveira. In: ANDRADE, Oswald. “Um escritor paulista classificado na seleção preliminar para o 2º. Concurso Literário Latino-americano”. *Diário de São Paulo*, São Paulo 8.1.1943. Reproduzido em *Os dentes do dragão* (org. Maria Eugenia Boaventura). São Paulo: Globo, 2ª. ed. rev. e ampliada. 2009:124-5.

termos das artes plásticas e da política citados para designar a transformação e a substituição das suas experiências modernistas pelo realismo socialista, que no Congresso de Escritores Soviéticos dirigido por Andrey Jdanov em 1934, seria decretado como o único estilo artístico verdadeiramente revolucionário. No prefácio de *Serafim Ponte Grande*, de 1933, Oswald de Andrade afirma ter sido “o palhaço da burguesia” ao trazer o *Manifesto Futurista*, de Marinetti, para o Brasil, pois acreditara equivocadamente que o inimigo real a ser destruído eram os poetas parnasianos. Em *Marco Zero I e II*, escreve no mesmo prefácio que devia era ter trazido o Manifesto do Partido Comunista, de Marx-Engels, com que fundamenta a declaração: “Ser, pelo menos, casaca de ferro da Revolução Proletária”.

Marco Zero I e II põem em cena matérias dos debates estético-ideológicos sobre a literatura a ser inventada como instrumento de representação realista de questões aptas para fazer o leitor compreender criticamente a razão histórica de eventos contemporâneos, entre eles a imigração japonesa e os vários posicionamentos políticos a respeito dela no país. Nesses eventos, também se inclui a participação de Oswald de Andrade na vanguarda política do PCB, ao qual se filiou em 1931⁵²⁴. Neste mesmo ano, como se sabe, fundou com Pagu (Patrícia Galvão) o jornal comunista *O Homem do Povo*, que teve curta duração, saindo entre março e abril.

O caráter mural das suas duas narrativas, que cita a pintura muralista mexicana, tem a função pedagógica de inventar várias histórias que, sendo desenvolvidas simultaneamente, compõem o cenário das múltiplas transformações econômicas e políticas ocorridas na sociedade paulista em crise após a ruína da monocultura cafeeira de 1929 e a Revolução Constitucionalista de 1932. O caráter fragmentário da narrativa faculta a manifestação coletiva das vozes de um contingente populacional de origem variada e de diferentes condições sociais, que se enunciam na situação histórico-social dessas transformações determinada por diversas contradições:

O muralismo pressupõe a possibilidade de novos caminhos de pesquisas de afirmação de tarefas sociais, visto ser uma expansão artística que se quer social e socializada, porque é para o grande público, já que seu lugar é o espaço público⁵²⁵.

Os diálogos figuram igualmente a multiplicidade de dialetos e línguas que se falam nesse tumultuoso aglomerado de povos e culturas. Há neles, em *Marco Zero*, desde as deformações linguísticas introduzidas no português do Brasil pelo imigrante japonês às do negro, do sírio, do índio, do italiano e do caboclo. A figuração não se limita às

⁵²⁴ FERREIRA, Antonio Celso. “Chão de história e farsa”. In: *Marco Zero II: Chão*. São Paulo: Globo, 4. Ed. 2008:15.

⁵²⁵ ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. “Posse ou propriedade, eis a questão”. In: ANDRADE, Oswald de. *Marco Zero I: A revolução melancólica*. 4ª ed. São Paulo: Globo, 2008:21.

classes pobres e proletárias das fábricas, pois também penetra nos salões⁵²⁶. Representando os desmandos do poder econômico paulista se esvaindo ante o *crack* da Bolsa de Nova York, a crise do latifúndio e as deliberações do Governo central, as obras tratam de um tema central, a disputa pela posse e a propriedade da terra. Assim, a desarticulação e a ruína dos latifundiários do café fazem emergir os contrastes do mundo rural e do urbano através da incursão dos textos pela geografia do Estado de São Paulo, mapeando o espaço da capital, do interior e do litoral. Há um entrecimento e confronto do mundo rural e urbano quando tratam da riqueza e da pobreza de São Paulo e da luta dos latifundiários, que tentam recuperar o poder que detinham anteriormente à Revolução de 30, incitando a população a participar da Revolução de 32⁵²⁷.

O nosso objetivo é analisar algumas passagens que representam tipos japoneses, para mostrar como o narrador ordena as representações segundo uma motivação político-ideológica específica do momento. Antes, porém, será útil fazer uma síntese do que é narrado nos dois volumes.

O primeiro volume de *Marco Zero* é dividido em sete capítulos. O primeiro, “A Posse contra a Propriedade”, relata a disputa por terras na região litorânea entre posseiros (Miguelona Senofin e Pedrão) e grileiros⁵²⁸ que mantêm uma economia de subsistência nas terras do Major - apelido de Dinamérico Klag Formoso, filho do Coronel Bento Formoso. O assassinio de Pedrão abre o capítulo, revelando a gravidade do conflito entre as partes. Na pequena cidade morta entre latifúndios, a posse e a propriedade dão a tônica das relações sociais e revelam que os pequenos produtores, como o caboclo Elesbão e o índio Belarmino, vendem suas terras aos imigrantes japoneses e passam a trabalhar como camaradas mensalistas contratados, em uma situação individual marcada pela instabilidade e insegurança. A ascensão econômica dos japoneses e a avidez com que adquiririam terras em regiões consideradas estratégicas são interpretadas pelo farmacêutico Lírio de Piratininga e o militante comunista Leonardo Mesa como uma ofensiva militar imperialista do Governo japonês com o objetivo de conquistar o Brasil. Lírio divulga suas ideias contra os japoneses escrevendo artigos para o jornal *A voz de Jurema* e Leonardo Mesa percorrerá uma série de espaços, travando contato com personagens representativos de várias classes, como a Miguelona e o Major, divulgando o comunismo e alertando sobre a ocupação japonesa. A competição entre os comerciantes Salim (sírio) e Muraoka (japonês) mostra a determinação com

⁵²⁶ ANDRADE, Oswald. “Marco Zero é resultado de todas as minhas experiências modernistas”. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 27.6.1943. Reproduzido em *Os dentes do dragão* (org. Maria Eugenia Boaventura. São Paulo: Globo, 2ª. ed. rev. e ampliada. 2009:133.

⁵²⁷ Interessante lembrar que o problema agrário, iniciado com as capitânicas hereditárias, ganhou fôlego em 1850, quando do término do tráfico de escravos. Naquela ocasião, o Império alterou o regime de propriedade com a possibilidade de os escravos poderem ser proprietários rurais, pois até então o ocupante da terra tinha o título de posse. Assim, passou a valer a compra e não mais a posse. In: ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes., *op.cit.*, p.20-21.

⁵²⁸ Há dois tipos de grileiros: aqueles a que a propriedade é garantida pelas escrituras e pelo destacamento policial e os pequenos grileiros, cuja propriedade é garantida apenas pelo pica-pau. In: ANDRADE, OSWALD. 2009., *op.cit.*, 124.

que os imigrantes lutam por conquistar seu espaço na nova sociedade em formação. Através desses personagens, o narrador oferece um panorama dos personagens envolvidos no conflito agrário.

O segundo capítulo, “A Escola do Cavalo Azul”, é um estudo do latifúndio. Na família Formoso se condensa a crise que se instala no latifúndio paulista, tendo suas terras disputadas no decorrer do romance⁵²⁹. A fazenda dos Formoso tem, apesar das dificuldades de acesso a partir de Jurema, uma localização privilegiada, o que faz acirrar a disputa pelas terras. Além da fazenda, os Formoso possuem uma residência localizada nos Campos Elíseos, bairro de São Paulo onde se concentram os ricos em decadência. Jango, filho do Major, é incumbido de cuidar dos negócios da família Formoso. Os usurários que esraçalham a fortuna laboriosa do café são representados pelo personagem Conde Alberto de Melo, que tem um piloto japonês chamado Kana a seu serviço. Jango também quer casar-se com a professora Eufrásia Beato Moncorvino, que leciona no Grupo Escolar de Bartira, mas, pelo fato de ela pertencer a uma classe social inferior, está ciente de que a união não será aprovada por sua família. Eufrásia convive com os filhos de japoneses e de brasileiros e é através dela que o narrador mostra as diferenças socioeconômicas entre as crianças que frequentam a escola rural e a população local. O capítulo termina com a morte de um dos seus alunos, Idalício Diadermino, vítima da miséria, da fome e do tétano.

O terceiro capítulo, “A Namorada do Céu”, constitui um estudo da cidade rural, fixando a vida de alguns imigrantes em ascensão, representada pelo italiano Nicolau Abramonte, prefeito de Jurema, cidade do interior vizinha a Bartira⁵³⁰. O narrador também acompanha a história de Lírio de Piratininga, mulato, farmacêutico, que se casa com Ludovica, filha do prefeito, que abre uma farmácia, “São Galeno”, na frente da casa. Lírio se diz descendente dos imperiais Rebouças e, de início, foi bem recebido na sociedade local. No entanto, sua implicância com Ludovica, extremamente religiosa e envolvida com os ensaios de canto da Igreja e com o Padre José, resulta em conflitos conjugais. O preconceito racial resulta na expulsão de Lírio da casa dos Abramonte. Sua campanha tenaz contra o amarelo se torna cada vez mais acirrada.

Em “Vésperas Paulistas”, quarto capítulo, o cenário principal passa a ser a capital paulista para onde se dirigem vários personagens de Bartira e Jurema: Lírio, Eufrásia, Jango, Leonardo, Padre Beato e outros. Faz-se um panorama dos bairros ocupados por diferentes grupos: o Brás do proletariado, o Jardim América dos ricos em ascensão, como os Junquillo, e os Campos Elíseos dos ricos em decadência, como os Formoso. A eclosão da Revolução de 32 afetará a todos, inclusive o casal Jango e Eufrásia, obrigado a separar-se.

⁵²⁹ ANDRADE, Oswald. 2009., *op.cit.*, 127. ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes., *op.cit.*, p.19.

⁵³⁰ ANDRADE, Oswald. 2009., *op.cit.*, 127.

No quinto capítulo, “Latifundiários em Armas”, os latifúndios aparecem em armas. É a guerra. O antigo feitor da fazenda Formosa e atual xerife da cidade de Bartira, Idílio Moscovão, está morfético e abraça a Revolução vendo nela uma oportunidade de morrer com dignidade, mas acaba comandando uma grande retirada. Após o fiasco, agarra-se novamente à vida. Durante a Revolução, Jango é ferido em combate e, no tempo em que se fica sem notícias dele, o Major seduz Eufrásia com a promessa de bens e dinheiro. Recuperando-se na enfermaria, Jango trava uma longa conversa sobre o Japão com o piloto japonês Kana, que havia destroncado o pé numa aterrissagem forçada.

No sexto capítulo, “A Vitória do Vilão”, apresentam-se os momentos finais do conflito armado e, na sequência, os desdobramentos que a Revolução produz na vida de alguns dos personagens que participaram ativamente no conflito. Lírio, apesar de ter sido tenente, acaba desistindo de seguir a marcha, pois seu batalhão se dispersa após receber o dinheiro do auxílio para a guerra. Na sequência, por ser farmacêutico, vai trabalhar na Cruz Vermelha e encontra Jango na enfermaria. O ativista Leonardo, que fora preso durante a Revolução, é liberado da prisão. Joaquim Klag Formoso (carinhosamente chamado de Quindim), irmão caçula de Jango, fica louco após participar da Revolução e Jango briga com o pai, ao saber de seu relacionamento com Eufrásia.

No sétimo e último capítulo, “Pro Brasília Fiant Eximia”, os personagens se re-encontram na festa do Bom Jesus da Jurema no ano seguinte, após o fim da Revolução de 32. Observa-se o reajustamento das consequências da guerra à vida de cada um⁵³¹. O livro se encerra com a reflexão de Leonardo Mesa sobre as transformações que o Brasil ia sofrer com a falência do latifúndio, o esfacelamento da monocultura e o advento da nova era social. Ao observar as romarias, procissões ocorridas durante a festa da Jurema, Leonardo tenta dar um sentido social à religião que mobilizara pobres e ricos, aventureiros e deserdados, desconsolados pela vida árdua. E constata melancolicamente que não pode negar sentido a essas concentrações onde homens e mulheres vão buscar o apoio que lhes não dava a existência cotidiana.

O segundo volume de *Marco Zero* também é dividido em sete capítulos e continua a construir uma síntese da história brasileira dos anos 1930, tomando como palco o moderno Eldorado paulista, sobretudo em suas conexões internacionais. Em *Chão*, a crise de 29 assola a antiga elite agrária, mas permanece o secular latifúndio sob o comando de banqueiros imigrantes.

O primeiro capítulo, “Resta húmus na terra”, relata os acontecimentos após um ano da *Revolução Melancólica*. Os Formoso continuam em crise e sua situação se torna ainda mais delicada, quando Nicolau Abramante (ex-prefeito de Jurema) se torna um poderoso banqueiro da capital. Algumas tentativas de salvar a fazenda são a contratação de migrantes nordestinos, o pedido de ajuda financeira do Major ao amigo Alberto de Saxe e as visitas de Jango à casa bancária, tentando renegociar as inúmeras dívidas, enquanto não sai o reajustamento prometido por Getúlio Vargas. Os imigrantes

⁵³¹ ANDRADE, Oswald. 2009., *op.cit.*, 127.

amarelos, italianos e espanhóis são representados como ávidos colonizadores do núcleo tradicional de secular abundância, situação que colabora para que os financistas se tornem cada vez mais ricos e poderosos.

No capítulo dois, “O Solo das Catacumbas”, Leonardo Mesa continua a atuar como ativista do Partido Comunista e tenta conscientizar a classe proletária italiana concentrada no bairro do Brás e no Canindé, agora com a ajuda do anarquista Paco Alvaredo, que conheceu no período em que esteve preso. O cerco policial se torna cada vez mais intenso. Estão suspensas as imigrações continentais e decresce assustadoramente o número de braços para a lavoura. Faz-se apelo ao braço nacional. O baiano é indicado para substituir o colono europeu. Jango conversa com um antigo oficial czarista, Mikael. Um acontecimento que corre paralelo a esses eventos é a procura de Eufrásia por parte do Major num centro espírita, ao qual ele também leva a sua mãe, Umbelina Formoso, numa tentativa desesperada de encontrar uma solução para a crise material e espiritual por meio da religião.

O capítulo três, “O Decapitador”, relata a degola da aristocracia agrária, apenas simulada, pois o latifúndio possui reservas florestais suficientes para sobreviver, apesar da crise econômica e da investida dos posseiros⁵³². Jango enfrenta o banqueiro Nicolau Abramonte que pretende protestar a dívida dos Formoso. Temendo pela sua vida, Abramonte propõe acordo com o Major para que o filho deste seja denunciado como comunista e preso, em troca da retirada do protesto. No final do capítulo, o Major, na casa da família, sugere que foi Alberto de Saxe quem o ajudou a salvar a fazenda. Depois de temporariamente suspensos os maiores problemas dos Formoso, estabelece-se uma relativa calma.

No capítulo quatro, “Reina Paz no Latifúndio”, o foco se concentra na fazenda Anica do conde Alberto de Melo (tio de Jango, mas também um dos conspiradores contra os Formoso). O assunto de os japoneses serem espíões e inassimiláveis é comentado entre os fazendeiros, inclusive Jango afirma que esses juízos são pertinentes. A fazenda do Conde é um local em que se reúnem vários personagens que representam a elite e que discutem sobre política, economia, arte etc. Um destaque é o diálogo entre Jack de São Cristóvão e Carlos de Jaert sobre a função da arte, significativa para a composição do “comício de idéias” pretendido por Oswald⁵³³.

O capítulo cinco, “Tapete dos Terreiros”, narra a história de Totó Agripa, que se tornou um fazendeiro, foi eleito prefeito de Brejal pelo PRP e posteriormente assume o cargo de deputado. O sírio Salim Abara de Bartira oferece dinheiro para Lírio fazer campanha contra o japonês, seu concorrente comercial, e Muraoka lhe oferece dinheiro para que vá embora para São Paulo. Lírio aceita a oferta do japonês, mas continua a fazer campanha contra os japoneses, inclusive mandando uma carta para o Dr. Miguel

⁵³² FERREIRA, Antonio Celso. “Chão de história e farsa”. In: ANDRADE, Oswald. *Marco Zero II – Chão*. São Paulo: Globo, 2008:27.

⁵³³ SILVA, Ana Maria Formoso Cardoso. *Marco Zero de Oswald de Andrade: uma proposta de romance mural*. Campinas, SP. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas, IEL:2003:29.

Couto, então um dos líderes da campanha contra a imigração nipônica. Os personagens humildes seguem seu rumo na pobreza. No final do capítulo, há rumores de que haverá uma revolução comandada pelos comunistas.

Em “Oh! Guerreiros da Taba Sagrada”, capítulo seis, o foco central é a situação política em 1934. A propaganda para as eleições do Legislativo toma grande parte da ação e das discussões. Sobressai a movimentação em torno do Integralismo, apoiado por parte da elite. É contra ele que os comunistas e anarquistas, além de outros de seus opositores, vão-se chocar na Batalha no Marco Zero no centro da Praça da Sé. Um soldado detém Lírio na Praça da Sé, levando-o para a Polícia Central.

Finalmente, em “Somos um Eldorado Fracassado”, o narrador apresenta a situação de várias personagens, sejam os mais ligados à elite, que se ocupam com debates sobre arte e política contemporâneas no Clube de Arte, sejam os moradores de cortiços, que lutam contra a extrema miséria. Jango vive encontros e desencontros com Eufrásia. Na última cena, ele se depara na mata com o cadáver de Maria Pedrão, filha do posseiro morto Pedrão, citado no capítulo 1 de *Revolução melancólica*. O volume *Chão* termina com um longo monólogo de Jango, que passa a refletir sobre o seu dilema pessoal, o desejo de engajamento político e as lembranças de Eufrásia⁵³⁴.

2.3.1. O DISCURSO ANTINIPÔNICO EM *MARCO ZERO 1 (MZ1)* E *MARCO ZERO 2 (MZ2)*

Marco Zero é uma espécie de cartilha pedagógica que tem como objetivo pôr em cena representações político-ideológicas do que se convencionou chamar de “perigo amarelo”, expressão que tem relação intrínseca com o imperialismo japonês.

As representações dos discursos contra os imigrantes japoneses fornecem elementos necessários para legitimar as suspeitas contra eles de modo a construir o mito da conspiração japonesa. O lugar social dos japoneses e de seus descendentes é analisado como uma ameaça à nação e, portanto, os vários núcleos narrativos representados pelos personagens Lírio, Leonardo, Salim Abara, Jango, Eufrásia, conde Alberto apenas justificam a propaganda antinipônica amplamente veiculada nos meios de comunicação brasileiros que então produziam um misto de preconceito, desconfiança e temor.

Não podemos nos esquecer de que a orientação comunista do PCB, que acabara de passar por um largo processo de renovação de seus quadros, e no qual o autor estava politicamente engajado nesse tempo, acabara de também passar por um profundo processo de renovação de sua perspectiva política. Segundo Silva, a orientação política adotada por Oswald de Andrade no período de escrita do romance é a da revolução socialista liderada pelo proletariado. Dentro das fileiras comunistas, no entanto, nem sempre houve clareza a respeito dos caminhos a serem trilhados para atingir esse objetivo:

⁵³⁴ SILVA, Ana Maria Formoso Cardoso. *Marco Zero de Oswald de Andrade: uma proposta de romance mural*. Campinas, SP. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas, IEL:2003.

Até os últimos anos da década de 20, o Partido aceitava a tese de uma revolução em etapas, ou seja, acreditava que o proletariado só tomaria o poder depois que a pequena burguesia, representada sobretudo pelos “tenentes”, fizesse a revolução democrático burguesa. Segundo se observa no famoso texto “Agrarismo e industrialismo”, escrito por Octavio Brandão em 1926, esta revolução consistiria na destituição do poder da burguesia agrária para colocar em seu lugar a burguesia industrial. “O burguês industrial não é tão reacionário”, julgava o militante. O próximo passo seria a destituição dessa classe e a elevação do proletariado⁵³⁵.

Ainda segundo Silva, a pequena burguesia tinha, portanto, um papel de certo prestígio nesse processo, e a prova disso é que Luís Carlos Prestes, o chamado “Cavaleiro da Esperança”, foi procurado mais de uma vez pelos comunistas durante sua permanência fora do país com o fim de ser “convertido” pelo estudo do marxismo-leninismo. A diretriz do Partido começa a mudar após a realização do III Congresso do PCB, entre o fim de 1928 e o início de 1929, evidenciando a maior influência da Internacional Comunista (IC) sobre o Partido, determinando que a pequena burguesia não deve ser vista como a classe responsável e capaz de realizar a revolução democrático-burguesa. Essa postura é ressaltada sobretudo após a reunião do Secretariado Sul-Americano da Internacional Comunista em abril e maio de 1930, na cidade de Buenos Aires⁵³⁶.

Nesta nova perspectiva, as forças impulsionadoras da revolução anti-imperialista, antifeudal e democrática seriam agora o “proletariado, a massa de assalariados agrícolas e os camponeses pobres” e não mais o projeto de aliança com a pequena-burguesia⁵³⁷.

2.3.2. A CONSTRUÇÃO DO MITO DA CONSPIRAÇÃO JAPONESA

Cronologicamente, a primeira colônia formada por japoneses foi a de Iguape (constituída pelas colônias de Registro, Jipovura (Katsura) e Sete Barras), ao longo da linha Santos – Juquiá, no litoral sul de São Paulo, em 1913. Na época, o representante da Tokyo Syndicate, Ikutaro Aoyagi, recebeu, conforme acordo estabelecido com o Governo paulista, terras de propriedade do Estado (100 mil hectares), sem ônus, às margens do rio Ribeira de Iguape, através de um contrato assinado em 1912, com o objetivo de estabelecer as colônias e urbanizar as cidades. A Tokyo Syndicate era uma sociedade empresarial organizada por Aoyagi, junto com alguns capitalistas, com a finalidade de promover a emigração japonesa. No Japão, após a morte do Imperador Meiji, em 1912, a economia nipônica fortemente associada ao militarismo debatia-se na crise do crescimento sob o império do capital⁵³⁸.

⁵³⁵ SILVA, Ana Maria Formoso Cardoso., *op.cit.*, p.35.

⁵³⁶ SILVA, Ana Maria Formoso Cardoso., *op.cit.*, p.36.

⁵³⁷ DEL ROIO, Marcos. *A classe operária na revolução burguesa: a política de alianças do PCB 1928-1935*. Belo Horizonte: Oficina de Livros: 62.

⁵³⁸ MOTOYAMA, Shozo., *op.cit.*, p.113-115.

No Brasil, a marcha de desbravamento encetada pelos imigrantes nipônicos se expande ao longo das estradas de ferro Paulista, Mogiana e Araraquara; Juquiá (inclui Iguape) e Sorocabana; e Noroeste (Bauru, Campo Grande e Aquidauana, estas últimas no Estado de Mato Grosso). Em 1923, do total de 40 mil imigrantes japoneses, um terço se constituía de proprietários de terra⁵³⁹.

A colônia Iguape teve início com 30 famílias recrutadas entre os imigrantes que vieram nas levas anteriores e que haviam fixado residência em São Paulo. A dificuldade de recrutamento se deve ao fato de ser um núcleo permanente de colonização (*ijû-chi*), ao contrário da imigração transitória que nutria o mito do enriquecimento e retorno rápido. Isso significa que, naquela época, a maioria dos imigrantes não pensava em adquirir propriedades, pois ainda tinham a esperança de retornar para o Japão. Por ser uma colonização planejada, a Companhia havia providenciado o envio de dois agrônomos, um médico, três agrimensores e um funcionário administrativo, antes mesmo da chegada dos colonos. Estudou-se o solo, mediu-se a terra, estabeleceu-se uma estação agrícola experimental⁵⁴⁰. Somente a partir de 1916 é que começam a chegar as primeiras quatro famílias diretamente do Japão e, em 1933, registra-se a presença de 767 famílias, num total de 4.873 pessoas⁵⁴¹.

Em *Revolução Melancólica*, o personagem Lírio Rebouças do Vale de Piratininha, o farmacêutico Lírio do Vale, escreve artigos para o jornal *Voz de Jurema*, alertando a população sobre os planos de invasão dos japoneses:

No criado, no chofer, no lavrador, no jardineiro, no comerciante, no pescador ou no burocrata... ou no milionário, enfim em qualquer ramo em que se desenvolve sua aparente atividade, está o técnico, o militar, o sociólogo, o polígrafo, o informante e o repórter a estudar, a inquirir, a observar e a transmitir memórias, relatórios e estatísticas para a sede desse formidável quartel-general que, em Tóquio, prepara a maior guerra de conquista de que a história humana jamais teve idéia.[MZ1:7]

O personagem Lírio chega a Jurema, cidade interiorana descrita como “fundo de saco”, dizendo ser “o descendente dos imperiais Rebouças, a família de cor que se impusera pelo seu saber e pelos seus serviços no reinado de Pedro II”. Mulato de estatura alta, fora educado por três solteironas centenárias que viviam da renda de apólices num casarão da Rua Vitória, em São Paulo. Como um produto lateral da fortuna agrária, Lírio se casa com a filha do prefeito da cidade, Ludovica Abramonte, família de italianos em ascensão. A princípio, a família não se impõe ao casamento da filha com um “ramo espúrio da Casa-grande”. Lírio era um jornalista militante da Capital

⁵³⁹ KIYOTANI, Masuji; YAMASHIRO, José. “Época da marcha para oeste”. In: , p.95-97.

⁵⁴⁰ MOTOYAMA, Shozo., *op.cit.*, p.117-119.

⁵⁴¹ LEÃO NETO., Valdemar Carneiro. *A crise da imigração japonesa no Brasil (1930-1934) – Contornos diplomáticos*, Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão e IPRI, 1990:59.

que escrevia artigos políticos e que também participou das agitações que precederam a derrocada do PRP. Embora propagasse ser ateu, aceitou casar-se na igreja Matriz com todas as pompas e formalidades religiosas, conforme os desejos de Ludovica, católica fervorosa. Lírio monta um gabinete de trabalho nos fundos da casa que dá de um lado para a farmácia defronte ao largo. Tem à sua disposição a misturada biblioteca de um professor alemão da Escola Veterinária, onde há desde anarquistas franceses e russos, Goethe, o futurista italiano Marinetti, Proudhon e até mesmo um volume resumido d'*O Capital*, de Karl Marx. E aproveita das regalias de ser casado com a filha manca do prefeito, para gastar o seu tempo lendo e escrevendo artigos contra os japoneses, tentando publicá-los em São Paulo e no Rio:

Releu uma tira que deixara sobre a escrivaninha.

“Sem amparo, endividado e desmoralizado, o caboclo tem que alugar o braço amarelo”. [MZ1:84]

A farmácia de Lírio é um espaço ficcional em que os moradores de Jurema e de Bartira, cidadezinha próxima descrita como “fim de linha e fim do mundo”, vão comprar remédios ou pedir dinheiro emprestado para comprar mantimentos. Lírio, em uma de suas conversas com um trabalhador rural, fica sabendo que o japonês Muraoka – que compete com o comerciante sírio Salim, às vezes chamado de turco – comprou a produção de arroz do meio alqueire plantado pelo caboclo Elesbão, após insistir sempre “delicado e sorrindo”:

– Sinhô arroiz tem bastente... vende paga sinhô...

O caboclo a princípio repelira.

– Inda não coí tudo, não bati.

– Pressa no tem, sinhô. Vem aqui busca.

– Mas inda demora. Tem que fazê roça de mio antes de batê.

O amarelo insistia:

– Mal nô faz, sinhô, nô? Dixa saco, dixa dinheiro poco...

Elesbão hesitava pensando no compromisso tomado com o turco.

– Passa ricibi...

Notas faiscavam nas mãos do caipira. [MZ1:8]

Observa-se que tanto Lírio quanto o narrador referem-se aos japoneses como “amarelos”, reforçando o preconceito de raça e dando-lhes os contornos de uma personalidade falsa e traiçoeira.

O imigrante sírio e o imigrante japonês são comerciantes e concorrentes na pacata cidade interiorana de Bartira. Salim Abara é representado como tipo que odeia os japoneses e, principalmente, Muraoka, costumando avisar os desprevenidos: “ – Lasbão! Non bega mizade co’essa raça! Deus te livre!” [MZ1:9]

O narrador descreve o tipo de comércio que os dois imigrantes têm na cidade:

A Casa Damasco, de Salim Abara, era venda de um lado, armarinho do outro, casa de armas do outro. No fundo das paredes, baús empilhavam-se entre arreios e queijos. [MZ1:9]

Por debaixo da estalagem, era o empório japonês. A luz violenta de um Petro-max deixava na sombra as prateleiras cheias da venda de interior. [MZ1:11]

O empório ou botequim do japonês é representado como um lugar para reunir a população local. Os frequentadores sentam-se em caixotes, sacos de cereais e cadeiras de ferro, colocadas diante de pequenas mesas:

A mesa negra de jogo, recortada de corações, nomes e datas talhados a canivete, reunia em torno de um baralho desbotado e sujo, Idílio Moscovão, o farmacêutico Piratininga, dois sírios e um viajante nacional. [MZ1:11]

No entanto, o narrador ressalta que a imigração japonesa é diferente das demais imigrações:

O japonês chegara também pelo mar, percorrera as mesmas estradas penosas e desertas. Mas trazia a cooperação, e o *dumping*⁵⁴². Enquistava-se na terra do caboclo. [MZ1:9]

A ocupação racionalmente planejada de espaços territoriais por um grupo étnico homogêneo, que formava uma comunidade cultural, linguística e religiosa, resultou no desenvolvimento de colônia de povoamento com características singulares no Brasil. Elas se transformaram numa extensão das comunidades rurais provinciais do Japão, repetindo o mesmo modelo de planejamento comunitário, como já referimos no capítulo anterior. Os traços dominantes da cultura material e simbólica das comunidades de origem foram reconstruídos e mantidos, constituindo-se num modelo típico de

⁵⁴² *Dumping* é a prática comercial que consiste em uma ou mais empresas de um país comercializarem seus produtos, mercadorias ou serviços por preços extraordinariamente abaixo de seu valor justo para outro país (preço que geralmente se considera menor do que se cobra pelo produto dentro do país exportador), por um tempo, visando prejudicar e eliminar os fabricantes de produtos similares concorrentes no local, passando então a dominar o mercado e impondo preços altos. É um termo usado em comércio internacional e é reprimido pelos governos nacionais, quando comprovado.

comunidade étnica japonesa. Estas características solidificaram-se devido à quase ausência das instituições sociais, culturais e políticas brasileiras nessas áreas; o que contribuiu para que estas comunidades mantivessem os contornos institucionais de origem, tornando-se uma província ou uma comunidade ultramarina japonesa⁵⁴³.

Com o tempo, essas colônias formaram cooperativas agrícolas para concentrar a produção e facilitar a distribuição e a compra de insumos. No início da década de 1930, a CAC (Cooperativa Agrícola de Cotia) tinha dois mil associados, o que fazia dela a maior cooperativa do Brasil, produzindo cerca de 50% das batatas de São Paulo. Quando a cooperativa começou a expandir suas atividades, entrando no ramo da distribuição, os intermediários brasileiros de descendência espanhola e italiana organizaram um boicote que veio a fracassar, quando a CAC parou de vender para os não associados. Embora seu diretor afirmasse que “não se tratava de caso diplomático nem internacional e que era somente uma pendência entre produtores de batatas e comerciantes”, o incidente reforçou as ideias de que os japoneses estavam dominando o setor agrícola e comercial⁵⁴⁴.

Seguindo a história, o narrador prossegue relatando as intenções de Muraoka em relação às terras do caboclo:

- Nhô Muraoka qué fazê um negocinho cum nóis. Ele compra a nossa terra. Dá pra morde i na festa do Bom Jesus batizá a Ditinha, pagá a promessa...
- Que promessa esse?
- Do arroiz que nasceu...
- Adonde a gente vai achá trabaio?
- Aqui mermo. Nhô Muraoka paga treis mirreis a seco. Miliquinhento co’a bóia. As criançada ganha a bóia... [MZ1:10]

No diálogo acima, o caboclo Elesbão conta para sua esposa que Nhô Muraoka quer comprar a terra e que, em troca, ele o contratará como empregado, um discurso que reforça a ideia de que o japonês é um explorador dos pequenos proprietários e que se aproveita da inocência e da pobreza do outro para conseguir vantagens. Observa-se que o caboclo usa a fórmula de tratamento nhô (senhor) para se referir a Muraoka, o que pressupõe uma hierarquização social. Em determinado trecho, Lírio comenta ironicamente que a Igreja contribuiu para que os japoneses consigam o seu intento:

⁵⁴³ MITA, Chiyoko., *op.cit.*, p.11.

⁵⁴⁴ ANDO, Zempati. *Pioneirismo e cooperativismo: história da cooperativa agrícola de Cotia*. São Paulo, 1961:65; LESSER, Jeffrey., *op.cit.*, p.192.

– Cidade de romaria não progride. Nossa desgraça é essa igreja velha! A cabocrada gasta um ano de enxada em três dias. Depois quer fazer fiado. Até iodo fiado! E entrega a terra que tem ao japonês. O Bom Jesus ajuda! [MZ1:78]

Em outro diálogo, Lírio encontra por acaso o índio Belarmino e fica sabendo que este também fora vítima dos amarelos. O índio Belarmino, após vender a terra para o japonês, diz estar arrependido, mas conformado por ter de trabalhar de camarada para ele:

– Onde mecê é?

– De Registo.

– Tem muito japoneis lá?

– Lá num tem otra nação de gente.

– Tem serviço?

– Trabaiei. Carpi mais de duzentos pé. Japoneis num quis me pagá.

– Por quê?

– Diz que eu bebo.

– Eu tô lá mermo... To por ano... Ordenado baxo mais veve...

– Trabaiano pro amarelo?

– Mecê sabe. A gente tem amô na terra que foi da gente. Já quisemo vivê fora, andemo batendo a cabeça co'a famia. Não se acostumemo. Mió vivê aqui de camarada. Se inda tivesse o chão... [MZ1:14-15]

O fato de o japonês se recusar a pagar o índio por ele ser beberrão reforça os argumentos de Lírio de que os amarelos estão adquirindo terras, fazendo suas próprias regras, de acordo com suas conveniências, de modo a explorar os nativos.

A expansão da rede ferroviária proporcionou a valorização das terras, que se tornou um novo objeto de especulação, criando uma nova forma de posse através do sistema de loteamento, que se multiplicou após a crise de 1929, razão pela qual muitos imigrantes puderam adquirir seu primeiro lote e se tornar independentes. Uma das razões pela qual o Governo japonês pôde adotar a política emigratória de encaminhamento dos japoneses para o Brasil, como pequenos proprietários, foi a existência dessa prática. E, pela mesma

razão, os imigrantes japoneses que já estavam no Brasil como colonos também puderam tornar-se sitiantes. Esses lotes geralmente se situavam na mata virgem e longe da cidade e, em face dessas condições, os japoneses estabeleceram uma estreita e mútua cooperação para desbravar a terra, pois era o ponto de partida da atividade agrícola, da abertura de estradas, do transporte de produtos agrícolas comerciais, da construção de escolas para a educação dos filhos, do estabelecimento de segurança e ordem social nos povoados. Não raro, esses povoados recebiam a ajuda financeira e/ou técnico-agrícola do Governo japonês através de seu consulado em São Paulo⁵⁴⁵.

Em *Marco Zero*, a confirmação de que os japoneses estavam dominando certas regiões estratégicas é efetuada por Lírio, quando este decide servir à causa de São Paulo, que se organizava para fazer a Revolução, e resolve ir para a “Registo-Gô” conversar com o Dr. Marinalva Guimarães, um dos organizadores da revolta paulista. No porto fluvial de Jurema, Lírio pega um pequeno barco em direção à “capital amarela do sul”. O narrador relata que os japoneses instalaram as redes de saneamento, construíram hangares e chaminés e que a região é servida por estradas que se irradiam para todas as direções num raio de cem léguas. E prossegue, descrevendo a cidade:

Em frente a uma venda que tinha letreiros orientais, um grupo de crianças brincava de pular corda na hora do sol descambar. Duas meninas de olhos oblíquos seguravam as pontas trazendo ambas nas costas dois bebês de mama, presos habilmente em faixas. Nos socos ambas se movimentavam fazendo pular, no ritmo igual, os dois bebês distraídos.

– Entra!

– Agora eu!

– Deixa eu...

Um garoto que vinha da escola entrou também, saltou, saiu. Mulheres de quimono atravessavam as ruas, entravam nas cooperativas. Ao lado do hotel, dois japoneses retacos e moços distanciavam-se em camisa de esporte. Um lançava uma bola violenta que o outro cientificamente aparava. Numa agilidade felina a bola ia, voltava, num treino vitorioso de *baseball*.

Lírio viu por toda a parte o amarelo esgueirando-se, construindo, organizando, controlando. Até a arquitetura das casas de pau era oriental naquele mundo oriental. Um japonês o seguia. [MZ1:112]

⁵⁴⁵ MITA, Chiyoko., *op.cit.*, p.57-59.

A cena descrita mostra um Japão em território brasileiro, ressaltando que Lírio se sentiu hostilizado ao ser seguido pelo japonês. De fato, a historiografia registra que a cidade de Registro possuía um grande número de estabelecimentos comerciais administrados por japoneses, bem como construções de dois andares, com um toque oriental. Em 1919, a Companhia de Colonização do Brasil (da Tokyo Syndicate) é incorporada à companhia de imigração Kaigai Kôgyô Kabushiki Kaisha (Companhia Ultramarina de Empreendimentos S.A., ou KKKK) e, em 1920, a KKKK torna-se uma cooperativa formada com a junção de cinco companhias de emigração existentes naquela época⁵⁴⁶.

Ao assumir a administração das colônias, a KKKK adquire mais 25 mil hectares de terras em Sete Barras, passando o núcleo Iguape a contar com uma área total de 76 mil hectares, e estabelece sua sede em Registro. Em 1929, a companhia constrói a primeira estrada de rodagem entre Juquiá e Registro, concluída em 1938⁵⁴⁷.

O início da colonização, tanto em Registro como em Sete Barras, processou-se praticamente do mesmo modo que nos outros núcleos de colonização existentes em São Paulo. Os japoneses logo perceberam que, em matéria de desmatamento, os caboclos locais eram inegavelmente mais experientes e que tinham muito a aprender com eles. Os japoneses tiveram grande facilidade no recrutamento de mão-de-obra entre os moradores locais.

Antes de os japoneses chegarem a essa região, as atividades produtivas se restringiam ao cultivo de mandioca, à criação de porcos e à pesca. O cultivo de arroz era restrito ao consumo doméstico. A vida dos habitantes locais era bem simplória e, como não tinham uma consciência de poupança, o costume era sumir do serviço tão logo recebiam o primeiro ordenado, consumindo-o em bebida até o último tostão. Além disso, os japoneses descobriram que a religiosidade da população local não lhes permitia trabalhar nos dias santos, que não eram poucos, razão pela qual, quando podiam, preferiam trabalhar entre eles⁵⁴⁸.

O cultivo praticado nessa região pelos japoneses foi o do arroz, do chá preto e verde, da banana, da cana-de-açúcar, além da destilação da aguardente, que não concorriam com as fazendas cafeeiras existentes. Somente em 1923 é que os núcleos começam a plantar o café, que teve o seu apogeu em 1938, após o que entrou num rápido processo de declínio⁵⁴⁹.

Voltando à narrativa, no barco em que vai Lírio também viajam o padre Beato e o militante Leonardo Mesa, ativista do Partido Comunista, que viera de Santos para conscientizar alguns trabalhadores rurais sobre a situação política do Brasil e a necessidade de se promover uma revolução proletária. O padre José Beato, de Jurema, finge

⁵⁴⁶ MOTOYAMA, Shozo., *op.cit.*, p.132.

⁵⁴⁷ HANDA, Tomoo. *O imigrante japonês: história de sua vida no Brasil*. São Paulo: T.A. Queiroz, Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, 1987:334.

⁵⁴⁸ *Idem ibidem*, p.353.

⁵⁴⁹ *Idem ibidem*, p.356.

não conhecer Lírio, ignorando a sua presença no barco. Durante o trajeto, Lírio conversa com Leonardo, amigo da época em que trabalhavam no mesmo jornal, antes de 1930. Em certa altura da conversa, Leonardo explica para Lírio que “os imigrantes tinham a tradição do artesanato e da economia e que fizeram as primeiras fábricas e os primeiros palácios” e que a indústria encontrou “uma grande sobra de famintos no campo para explorar” e, ainda, que, com a crise do café, as hipotecas das terras estavam nas mãos do imperialismo inglês e que se vendia o produto para o imperialismo norte-americano.

No primeiro capítulo, o narrador conta que o militante Leonardo Mesa desembarca no porto de Santos, carregando na mala as brochuras de propaganda marxista que traz de Buenos Aires. Seus argumentos contra os japoneses ressaltam a visão comunista do Partido, que acusa o imperialismo inglês, americano e japonês de agravar a situação de penúria no campo, pois a ação dos que ocupam da exploração do trabalho alheio leva o trabalhador rural a se sujeitar à perda do chão⁵⁵⁰.

Em Santos, Leonardo observa os japoneses contratando negros para a fazenda:

Na calçada um japonês baixinho procurava contratar dois negros como carroceiros para uma fazenda do litoral.

– Garantido, paga fim de mês. Ta tarabaiando cabecera de mato, mais cinco ariquere. Japuneis non dexa mato buruto pra outro... Companhia já aranjô maise cinco ariquere! [MZ1:18]

O narrador complementa:

A alfândega deixava passar para os japoneses de Registo-Gô até aeroplanos desmontados e metralhadoras, como máquinas agrícolas. [MZ1:16]

E prossegue:

Em Buenos Aires, numa reunião de comitê da Terceira Internacional, haviam-lhe mostrado um mapa da ocupação estratégica do Brasil pelo imigrante amarelo. Só o governo ignorava. Havia até um almirante na localidade de Sete Barras. Espiões educados, outros transformados em pescadores ou em peritos de agricultura, penetravam nos escritórios e nas casas, levantavam mapas do litoral e do interior. [MZ1:18]

Quando Leonardo e o camarada Rioja partem de Santos e seguem para Bartira, a missão deles é conscientizar politicamente os trabalhadores rurais a se unirem em prol de uma revolução para que não sejam enganados e explorados pelos japoneses:

⁵⁵⁰ SILVA, Ana Maria Formoso Cardoso. *Marco Zero de Oswald de Andrade: uma proposta de romance mural*. Campinas, SP. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas, IEL, 2003:42, 45-6.

O preto Tomé falou:

– Me dissero que lá na Rússia é muito ruim de vive e trabaiá. Matam gente a torto e direito!

– Quem foi que falou?

– O japoneis.

– O tal Nhô Fusiko?

– Não, eu vi Nhô Muraoka falando na venda.[...]

O camarada Rioja explicou:

– O japonês diz isso da Rússia, mas não conta o que se passa na terra dele, onde a miséria do povo é pior que aqui. Um grupo pequeno de barões é dono de tudo! [MZ1:32]

Mostra-se nessa passagem outro aspecto da ação do inimigo: a propagação de ideias que afastam o trabalhador de uma aproximação com o comunismo. Subjaz no discurso que o japonês aproveita-se da ignorância do outro para desorientá-lo e cortar suas raízes com a terra, mesmo que, como Elesbão, ele ainda viva nela⁵⁵¹.

A posseira Miguelona, personagem que representa os que lutam por manter a terra, retruca à explicação de Rioja de que só no Japão é que “um grupo pequeno de barões é dono de tudo”:

– Aqui também – disse Miguelona. – Só que em vez de barão, é coroné!

– Sim, mas como os senhores de lá não querem repartir suas riquezas, inventaram de tomar conta do mundo, iludindo o povo com a conquista de outras terras e de outros países. Qualquer dia eles mandam o povo fazer a guerra lá fora e morrer para evitar a revolução dentro de casa. Você hão de ver o que vai acontecer!

Após ouvir a explicação do camarada Rioja, Miguelona reage, querendo saber se vai haver uma revolução para impedir isso:

– Mas aqui vai tê a revolução – informou a Miguelona.

⁵⁵¹ SILVA, Ana Maria Formoso Cardoso., *op.cit.*, p.46.

– Isto é outra coisa. São os fazendeiros arruinados que querem derrubar o Getúlio. Enquanto isso, o que esses amarelos preparam é a conquista do Brasil. Vocês não vêem que eles só se casam com outros japoneses? Vão chegando, tomando a terra dos nossos caboclos. Não temos um governo capaz de defender o país. E os paulistas, se ganharem a revolução, também não são capazes. Só os trabalhadores podem fazer uma revolução de verdade. Não devemos nos esquecer de que os fazendeiros querem conservar, como antes de 30, as suas grandes fazendas, as suas terras.

O diálogo reforça a ideia de que os japoneses querem conquistar o Brasil e cita como exemplo o fato de eles manterem a endogamia e adquirirem a terra dos caboclos. Miguelona, ao perceber que a revolução não vai ser já, pede que se arranje um cônsul para resolver a situação dos posseiros:

– Devia di sê giá! – concluiu a Miguelona. – Sinó nós tem que arranjá também um cônsole...

– Um cônsul?...

– Por certo! Percisa um console pros brasileiro. Só japoneis que há de tê?[MZ1:32-3]

O apoio oficial do Governo japonês, que fornecia incentivos para a aquisição de terras e formação de colônias planejadas, era mal visto por muitos brasileiros, ainda que, para dar guarida aos seus súditos, o Japão tivesse aumentado o número de seus consulados: São Paulo (1916), Ribeirão Preto (1918) e Bauru (1921). Com o decorrer dos anos, criou-se uma rejeição em relação aos japoneses justificada sobretudo pela suspeita de interesses imperialistas de dominação do território, além de outros motivos, como o alegado pelo comunista Fernando Lacerda de que, durante a Revolução de 32, “o cônsul japonês na capital de São Paulo escreveu a seus agentes nas colônias de Kagai Kogyo, autorizando a facilitar recursos e até soldados às forças do bloco feudal-burguês paulista⁵⁵²”. A constante interferência do Governo japonês na vida dos imigrantes confirmava a crença de que os brasileiros seriam aniquilados frente a uma raça mais poderosa e, como não poderia deixar de ser, causava medo e inveja entre os demais agricultores⁵⁵³.

Na colônia fictícia Registo-Gô, Lírio é recebido pelo líder paulista, Dr. Marialva Guimarães, para tratar dos preparativos da Revolução. Ao saber que os japoneses participariam dela, adverte “– Japonês é traidor!”, mas o líder é pragmático:

⁵⁵² LACERDA, Fernando. “A penetração imperialista japonesa no Brasil”. *Revista Proletária*. Rio de Janeiro: jul 1934. *apud* SILVA, Ana Maria Formoso Cardoso., *op.cit.*, p.45.

⁵⁵³ LESSER, Jeffrey., *op.cit.*, p.191.

– Para a guerra serve. Eles nos oferecem dois mil homens armados. Um regimento de morte! [MZ1:132]

A colônia fictícia é povoada de revolucionários ansiosos por lutar contra Getúlio Vargas, como Cássio Kenro Shimomoto e José Yamashiro, que, de fato, participaram da Revolução Constitucionalista de 1932, em apoio às eleições presidenciais que vinham sendo postergadas por Getúlio. Esses dois jovens nipo-brasileiros transformaram-se em heróis populares entre a geração *nikkei*⁵⁵⁴. O Governo Vargas, obviamente, não gostou nada de ver os *nikkeis* lutando contra ele, mas, naquele momento, a repercussão desse ato não podia ser contestada, uma vez que a publicidade positiva que se originou da participação deles na revolta de 32 foi grande. No entanto, após a Revolução, esse ato foi rapidamente esquecido. Com a instauração da Assembleia Constituinte (1933), os debates sobre a imigração japonesa tornaram-se mais públicos e acirrados com as notícias da crescente presença militar japonesa na Manchúria.

Durante a viagem de barco até Registo-Gô, o padre José Beato conversa com uma japonesa e um engenheiro japonês, Dr. Sakura, da Companhia de Imigração, responsável por assentar os colonos japoneses. A japonesa conhece o padre de Jurema, pois muitas crianças frequentam a igreja, onde o padre ensina o catecismo. O narrador comenta que os japoneses já frequentavam a igreja muito antes de o padre assumir a sacristia e insinua que não levavam a sério a religião católica, uma vez que eram leais e devotos somente ao Imperador:

Os primeiros crentes nipônicos tinham começado a aparecer no templo cristão, com a notícia do guarda-sol de forma oriental que resguardava o sacerdote, condutor do Santíssimo, como no Japão o Imperador. O bonzo budista de Porto Litoral tinha querido impedir e protestar. Mas o negociante Muraoka repetira as palavras de um educador amarelo: – A religião é como o chá. Tem verde, tem preto, mas Deus está sempre a serviço de S. Majestade o Imperador. [MZ1:82]

Ao relatar a fala de Muraoka, o narrador reforça a ideia de que os japoneses se tornavam católicos apenas por conveniência, para evitar problemas de ordem social. Ou seja, mais que prática religiosa, a conversão seria uma negociação pública que envolvia a identidade nacional, num país em que a religião católica era dominante. Cientes de que as crenças religiosas podiam causar problemas entre os japoneses e os brasileiros católicos, as autoridades japonesas divulgavam informativos para os imigrantes aconselhando-os a se absterem de agir “aberta e coletivamente na prática de outras religiões que não a católica e de sua divulgação, para não serem vistos como hereges e repelidos com aversão”, o que não significava que os japoneses fossem obrigados a ser católicos apenas por conveniência⁵⁵⁵.

⁵⁵⁴ Descendentes de japoneses nascidos no Brasil; literalmente, “segunda geração”.

⁵⁵⁵ MAEYAMA, Takashi., *op.cit.*, p.183

Na sequência, o narrador relata a conversa entre o padre Beato com a japonesa durante a viagem de barco:

Padre Beato ia abrir o seu livro preto de orações, quando viu uma japonesa sentar-se ao seu lado.

– É casada?

– Sim, precisa tê doze...

– O quê?

– Doze filho.

– Por quê?

– Governo japuneis manda... munto precisa. [MZ1:108]

No diálogo, o narrador ironiza o autoritarismo do Governo japonês que impõe que a mulher tenha muitos filhos, insinuando que o Japão incentiva o aumento populacional para aumentar a população brasileira com súditos do Imperador e assim poder conquistar rapidamente o país. Na sequência, a japonesa reaparece com um compatriota baixo, de óculos e perneira, o Dr. Sakura:

– Me diga uma coisa, Dr. Sakura, por que os senhores mandam tanto japonês para o Brasil?

– Patrício sabe munto trabaiá. Lá sofre munto, non? Operário, camponês, artejão, cada vez piore. Munto luta. Distribuição fortuna desfavorável. [MZ1:109]

O padre indaga se o Japão é um país de progresso.

– Sim, mas só treis mile pessoa de automove particular non? População aluga, também anda a pé... Munto pobreza. Governo non pode dá saída de produção em mercado interno. Munto imposto, munto empréstimo, non?

– Empréstimos externos como aqui?

– Non. Gente rica emperesta pra governo, ganha juro. Outro paíse melhor situação pobreza. Depois precisa imigra pra Bursil. Todas nação proíbe entrada de produto japoneis. Disque é dumping, mas não é poque pobreza precisa de comê, vende mais e borato. Armamento também governo munto gasta. Mas de vinte por cento de renda nacional. [MZ1:109]

E pergunta o porquê de se comprar tanto armamento.

– Non pode pará se outro não pára. Por isso que guera vem, no? Porque se continua comprando armamento, ruína país. Tem que gastá vala munto, avião também. [MZ1:108-9]

No diálogo, as justificativas do Dr. Sakura reforçam a ideia de que o Japão está investindo em indústrias e sobretudo armamentos, a despeito de a população, em sua grande maioria, estar vivendo na miséria. Nesse sentido, também se insinua que a colônia japonesa é apenas um subterfúgio político e econômico para se livrar dos pobres, fazendo-os tornar-se produtivos e úteis ao expansionismo imperialista japonês.

O Japão tornou-se no decorrer do conflito mundial (1914-1918), uma potência econômico-militar ameaçando a hegemonia das grandes potências ocidentais. Com a política de modernização imposta de maneira autoritária, mas eficiente, pelo governo Meiji, o Japão rapidamente escalou os degraus do capitalismo internacional. Com vitórias sobre a China (1894-1895), a Rússia (1904-1905) e o alinhamento com a Grã-Bretanha na Primeira Guerra Mundial, o Império Japonês conseguiu se impor como uma grande potência mundial. No Tratado de Versalhes (1919), feito por ocasião da Conferência de Paz realizada em Paris, o Japão adquiriu as colônias alemãs da Ásia e se tornou uma das cinco potências mundiais juntamente com a Grã-Bretanha, os Estados Unidos, a França e a Itália. O expansionismo japonês na Ásia, exacerbado com o “incidente da Manchúria” em 1931 e o estabelecimento de um Estado títere, Manchukuo, no ano seguinte, desencadeou a Segunda Guerra Sino-Japonesa (1937-1945), que se estenderia à Guerra do Pacífico, com o bombardeio da base norte-americana de Pearl Harbor, no Havaí, em 7 de dezembro de 1941. A continuidade das ambições japonesas que desembocaram na Segunda Guerra Mundial era, segundo a imprensa e as autoridades brasileiras, o imperialismo amarelo, que não conhecia limites desde a vitória do Império do Sol Nascente na Guerra Russo-Japonesa, em 1905⁵⁵⁶. Os Estados Unidos foram o país que mais se evidenciou incomodado com essa nova situação e, por isso, estimularam internacionalmente um clima de animosidade contra os japoneses. O Brasil, satélite do seu círculo de influência, acompanhava de certo modo tal política⁵⁵⁷.

Numa conversa com um fazendeiro, Jango, filho do major Formoso, comenta sobre a produção dos japoneses nas pequenas propriedades e a intenção de chamar os baianos para substituir os colonos que fugiram, mas é desmotivado pelo fazendeiro:

⁵⁵⁶ TAKEUCHI, Márcia. *A comunidade japonesa no Brasil (1908-1924) Quistos étnicos ou espaços de identidade imigrante?* Publicado originalmente na revista eletrônica italiana *Storicamente* (4) 2008, disponível em <http://www.storicamente.org/07.htm> Acesso em 15 set 2010.

⁵⁵⁷ MOTOYAMA, Shozo., *op.cit.*, p.152.

- Deu maleita?
- Alguma. Preciso substituir os colonos que fugiram.
- O japonês é o único que tira sessenta contos dum alqueire de terra.
- Naturalmente. Tem por trás dele a cooperativa e o capital. O cônsul e o Imperador. Elimina o intermediário.
- É quem está fazendo a cultura intensiva, valorizando a pequena propriedade...
- Vou experimentar os baianos. Contratei uma leva de jagunços do São Francisco.
- Esses não dão nada. É gente que vem a pé de Pirapora. Sem família. Não tem parada. Chama eles de morre-andando. Dão 50% de rendimento do europeu ou do amarelo. [MZ2:26]

No diálogo, nota-se que Jango tem aversão pelos imigrantes japoneses e justifica que a eficácia e a organização se devem às autoridades japonesas.

Um dos êxitos da colonização na região do Ribeira do Iguape foi a exploração consciente, embasada em pesquisas agrícolas, de uma das áreas de maior investimento do Governo japonês. Desde o início, estudou-se, num campo de experimentação, a adaptação de várias culturas sob a supervisão de agrônomos. Dessa forma, investigou-se, por exemplo, o comportamento de variedades de cana como Cayena, Rosa, Preta e Branca. O chá da espécie Assâmica, da região do Sri Lanka, adequada tanto para o chá verde quanto para o chá preto, também foi introduzido pelos japoneses. Com a ajuda de instituições brasileiras do ramo, como o Instituto Agrônomo de Campinas e o Horto Florestal, de São Paulo, além das existentes no Japão, foi realizado um grande número de experiências agrícolas. Igualmente, diversos estudos foram feitos para a defesa contra doenças e insetos daninhos, e sobre a eficácia de adubos e melhoramentos da terra. Graças a esses conhecimentos, foi possível diversificar e desenvolver a lavoura na região⁵⁵⁸.

A imigração japonesa no Brasil se encontrava numa situação contraditória desde o início da década de 20. Desprezados como trabalhadores da fazenda de café, os nipônicos, no entanto, haviam adquirido uma boa reputação como colonizadores⁵⁵⁹. O narrador, porém, ressalta a imagem dos japoneses como tipos dissimulados e mentirosos que prejudicam os produtores por sustentarem o comércio intermediário:

⁵⁵⁸ NOGUEIRA, Arlinda. *A imigração japonesa para a lavoura cafeeira paulista (1908-1922)*. São Paulo: IEL-USP, 1973:218-226.

⁵⁵⁹ MOTOYAMA, Shozo., *op.cit.*, p.137.

De fato sobre o preço estipulado ganhava-se 300%. Crescia no íntimo do lavrador a revolta sentimental inútil. Surgira em torno de uma iniciativa a figura sinistra do intermediário. Os japoneses colhiam em surdina, de noite, culpando depois a saúva pelo desaparecimento da penugem branca que ele vira no tabuleiro arrendado: – “Guridão comeu furimiga”. Diziam que Salim Abara era sócio dos americanos. A história do café se repetia. Os intermediários e os financistas é que lucravam. [MZ2:44]

Em outro trecho, durante a Revolução, enquanto Jango se recupera de um ferimento, o piloto Kana, japonês que trabalhava como motorista e piloto do conde Alberto, é levado ao hospital por ter destroncado o pé numa aterrissagem forçada. Kana trabalhou como criado e, um tempo depois, passou a ser o motorista e o piloto do Conde Alberto. É um japonês fino, educado na Inglaterra.

Jango fica sabendo que o aviador, ao sobrevoar o Rio de Janeiro, dissera que a revolução de São Paulo já estava perdida desde o começo. Jango quis saber dele o porquê de achar isso:

- Non firme munto. Non dexa jogá bomba.
- Você queria bombardear o Rio?
- Garantido... Japunesse joga bomba... Non aqueredita nada.
- Mas vocês acreditam até em fantasma!
- Munto no presta país sem fantasma!

Jango pensava na mística com que os amarelos recobriam o seu feudalismo econômico.

- O colono que vocês mandam para cá é um escravo.
- Japão grande cooperativa, dono imperador. [MZ1:207]

Na sequência, o aviador esboça um sorriso de capitão vitorioso. No diálogo, o colono japonês é tido como um instrumento passivo da política imperialista do Japão. Jango o provoca. Dizendo que está a serviço do Japão e que é “apenas um capítulo de luxo da espionagem amarela”, comenta que, em outra vez, explodiu um laboratório onde um químico japonês trabalhava com fulminato de mercúrio:

- Munto pra canhão... non?
- Veja como você sabe! Pois bem, morreu o químico e ofereceram-se doze japoneses que estão fabricando o explosivo com a mais moderna das

técnicas, chuveiro, cabinas isoladas, capas de borracha... São técnicos de guerra do Estado-Maior Japonês...

Kana logo desmente:

– Quem foi que disse? quem foi que disse? Doze... munto mentira, munto mentira... Tudo são parantadores de batatinha, non? Noroeste, pescadores litoral... non? Japão tudo já xabe guera! [MZ1:208-9]

Jango:

- Vocês precisam é levar uma surra!
- Japão garantido ganha Guerra Mundial.
- Vocês têm que bater a China, a Rússia, os Estados Unidos...
- Vence os três!
- E toma conta da terra!
- Non, garantido non. Japão non quer tera. Só ordem... non?
- A ordem amarela... Pouco antes da Revolução eu vi no cinema um recorde... A armada americana atravessou o canal do Panamá em 48 horas.
- Nós toma aquilo em 24... [MZ1:209]

Nos trechos acima, fica claro que, apesar de o piloto desmentir que os japoneses que trabalham no laboratório não são técnicos de guerra e que o Japão não quer dominar o mundo, Jango insiste em dizer o contrário, reforçando a imagem de que os japoneses são dissimulados, mentirosos e extremamente cruéis e violentos – “quer jogar bomba no Rio de Janeiro” – além de serem competitivos: “nóis toma aquilo em 24”.

Em *Chão*, na fazenda Anica, do conde Alberto de Melo (tio de Jango, mas também um dos conspiradores contra os Formoso), encontra-se uma série de personagens da elite, que debatem política, economia, arte e outros assuntos. Numa dessas reuniões, o Conde Alberto elogia Kana:

– Nunca tive criado melhor – fez o conde. – Os japoneses são ótimos... Não troco Kana por ninguém... [MZ2:129]

Carlos de Jaert conta uma piada sobre o problema populacional do Japão:

– No Japão – interrompeu Carlos de Jaert num blusão esportivo – quando dois sujeitos brigam em Kobe, outros dois caem no mar em Yokohama. (...)

D. Anastácia deu uma risada explicando a graça.

– Está tão atopeçado de gente, que quando há uma briga de um lado cai gente do outro lado no mar! Boa piada! [MZ2:129]

E diz que, ao contrário do Conde, desconfia muito dos japoneses. Na sequência, o Barão do Cerrado, jovem latifundiário, comenta:

– São ótimos colonos! Trabalham todos os dias até nos domingos. Só têm descanso e festa no dia do Hirohito. Nesse dia, por dinheiro nenhum, eles vão trabalhar. É o contrário do nosso caboclo que só tem vontade de trabalhar um dia por ano!

Os imigrantes japoneses comemoravam o aniversário do Imperador Hiroito no dia 31 de outubro. Havia um clima solene de cerimônia, o que não dispensava os comes e bebes. Era o dia mais animado e divertido do ano. A cerimônia de aniversário do Imperador era realizada na escola primária do núcleo. Aproveitava-se a data para fazer a gincana esportiva⁵⁶⁰ (*undôkai*) com corridas e brincadeiras e, às vezes, havia apresentação de teatro e competições de sumô. O local era decorado com flores de papel e fileiras de bandeiras presas a barbantes. Em outubro não havia crisântemos, flor-símbolo da família imperial, de modo que o único jeito era recorrer às flores artificiais. A cerimônia contava com a presença do presidente da Associação (*kaikan*) e outras pessoas importantes da vila faziam os seus discursos. As mesas eram forradas com pano listrado branco e vermelho. Naturalmente, a cerimônia era iniciada com o Hino Nacional Japonês, *Kimigayo*. Em seguida, havia a leitura da mensagem imperial e por fim passava-se à gincana esportiva⁵⁶¹.

Acompanhando a conversa, o fazendeiro Nhonhô Gaita diz que, para ele, “essa gente amarela não fede nem chera!”. Mas Carlos de Jaert faz um alerta:

– Os senhores aqui em São Paulo cometem o erro de acreditar no japonês porque ele é eficiente como colono. Mas eu e um grupo de oficiais de nosso Exército temos estudado a questão que é muito mais grave do que parece. Os senhores, por acaso, conhecem o programa Tanaka? É um documento precioso revelado pelo Intelligence Service. Uma carta expansionista pela qual se vê claramente que o japonês pretende dominar o mundo e mais

⁵⁶⁰ A primeira parte do programa era a competição das crianças do curso primário e, depois, seguia a parte dos adultos. As brincadeiras mais comuns eram correr com um dos pés amarrados ao companheiro, corrida com barreiras, corrida carregando um ovo na colher, procura de noivas, jogo de abocanhar o pão etc. In: HANDA, Tomoo. 1987., *op.cit.*, p.245

⁵⁶¹ HANDA, Tomoo. 1987., *op.cit.*, p.244, 246.

nada. Já estão formando a Grande Ásia. Depois de engolir a China, eles têm a esperança de derrubar a Rússia e enfrentar afinal os Estados Unidos.

O Brasil já está dentro da rede de espionagem amarela. Nós estamos reunindo documentos para provar na Câmara Federal que a colonização japonesa obedece a planos predeterminados e é mais uma ocupação estratégica do que outra coisa. [MZ2:129-130]

Como vimos em nossa análise de *Amar, verbo intransitivo, o Memorando Tanaka* foi divulgado como um suposto documento oficial do Governo japonês que revelava a intenção do Japão de dominar o mundo a partir da conquista da China e da Mongólia, tendo sido inicialmente divulgado nos Estados Unidos.

No Brasil, o engenheiro, escritor e jornalista Vivaldo Coaracy, colaborador do *Jornal do Comércio* (RJ) e de *O Estado de São Paulo*, publicou em 1942 o livro *O perigo japonês* reunindo diversos artigos contra a entrada de imigrantes japoneses publicados desde 1920, ressaltando que o japonês, além de ser um perigo racial, também era um perigo militar. Segundo o autor, a expansão japonesa era motivada por dois fatores: econômico e psíquico. O fator econômico era determinado pela pequena extensão territorial do Japão e seus pobres recursos naturais, além do rápido crescimento populacional. Quanto ao psicológico, o autor cita o caráter predatório do japonês, que eliminava a população nativa de suas conquistas movido da crença na sua origem divina fundada em lendas mitológicas. Essa ideologia não poderia alimentar qualquer sentimento de solidariedade em relação a outros povos, nem escrúpulos de ordem moral⁵⁶².

Na mesma linha, Carlos de Souza Moraes publica *A ofensiva japonesa no Brasil: aspecto social, econômico e político da colonização nipônica* (1942), afirmando que o japonês não se interessava pelo trabalho assalariado e que, portanto, não servia para a lavoura cafeeira. As concessões de terras localizadas no Vale do Ribeira, no Pará e no Amazonas aos japoneses são classificadas de “feudos” e dadas como exemplos de espoliação imposta aos caboclos brasileiros. As crianças japonesas, segundo ele, possuíam um espírito japonês que dificultaria a sua nacionalização. Enfim, diz que os nipônicos são “os trogloditas do século XX”. Assim como Coaracy, Moraes preocupou-se em detalhar os supostos planos secretos do Japão, citando o Memorando Tanaka para enfatizar que o Brasil estava passando pelo mesmo processo que levava à dominação da Coreia e da Manchúria pelos japoneses: a infiltração de militares nipônicos disfarçados de colonos e a monopolização dos serviços públicos e da produção agrícola. Cabe lembrar que a falsidade desse memorando ficou comprovada no Tribunal de Tóquio, instalado pelos Aliados em 1946, para julgar os crimes de guerra cometidos pelo Japão⁵⁶³.

⁵⁶² TAKEUCHI, Márcia Yumi. *O Perigo amarelo*, 2008. *op. cit.*, p. 125-7.

⁵⁶³ *Idem Ibidem*, p. 139-141.

Jango, que também acompanha a conversa, reforça a argumentação:

– Eles vão até para terras ruins, por ordem dos chefes de cooperativas que são militares.

O capitão Cordeiro, também na roda, complementa:

– É verdade – confirmou o capitão. – Já se pode traçar aqui em São Paulo uma linha de ocupação japonesa que parte do porto de Cananéia até Jiquiá, e vem à capital. Daí toma o traçado da Noroeste e atinge a Bolívia e o Peru onde eles já têm ilhas ocupadas como bases aeronavais. Por outro lado, já puseram o pé na Amazônia. O que eles visam, em caso de guerra, é a destruição fulminante do Canal do Panamá.

O conde interfere, dizendo:

– Lenda! Lenda! – exclamou o conde. – Vocês estão assustados por causa do dia do Hirohito.

– Não é só o dia do Hirohito – fez Jango. – É uma coisa muito mais importante que eles chamam de Yamato Damashi. É o fervor pela pátria. Eu convivi com eles no litoral sul e observei reuniões da mocidade japonesa, vinda de toda parte, a cavalo e a pé, para realizar verdadeiros congressos nas bochechas da polícia. Reuniões que parecem as que Hitler está fazendo na Alemanha e o Plínio Salgado aqui. Com o pretexto de organizar a juventude em bases nacionalistas e patrióticas, o que eles estão fazendo é uma conspiração contra a humanidade. Estão preparando a guerra.[MZ2:130]

O *yamato damashii* (espírito japonês⁵⁶⁴) passa a ter a conotação de “espírito de imbatividade” e “espírito imperialista nipônico”.

Em 1916, a revista ilustrada paulistana *O Pirralho* (dirigida por Oswald de Andrade) publicou uma crítica acerba da fundação da colônia japonesa em Registro, litoral sul do Estado de São Paulo, denunciando a permissividade oficial com relação à “invasão japonesa”. Em sua edição de 14 de dezembro, a revista atacou a concessão de terras aprovada pelo Governo paulista aos japoneses, que ficavam autorizados a fundar uma cidade com suas próprias leis. Os que eram simpáticos aos supostos interesses nipônicos foram qualificados de politiqueros propagandistas do expansionismo japonês que apenas não diziam que os “japoneses eram bonitos”. A crônica lamentava a

⁵⁶⁴ As várias acepções do termo *Yamato damashii* no decorrer da História consta na nota 23, capítulo 1.

impossibilidade de reagir contra esse “perigo tremendo, que a imprevidência dos ‘estadistas’ armou sobre a nossa cabeça”⁵⁶⁵.

Duas cenas desenvolvidas nos capítulos 1 e 2 também merecem atenção. A primeira, no capítulo 1, ocorre no vagão do trem da linha férrea Bartira-Santos que, além dos passageiros, transporta gôndolas repletas de madeira, banana e arroz:

Na segunda classe desiluminada, com escarros, fumaças e conversas em todas as línguas, iam todas as raças humanas. Chamavam-no o Expresso Xangai. O primitivismo da técnica conduzia a locomotiva tempestuosa. O imperialismo japonês disciplinava a alma dos amarelos, pequenos, retacos, dissimulados. O empreendimento colonizador capitalista ia nos grandes grileiros e nos empreendedores da morte do serão. O homem dos pastéis passou como o Brasil. [MZ1:15]

Reunidos num único vagão, os passageiros sintetizam a diversidade racial, social, econômica e cultural: húngaros, italianos, japoneses, portugueses, turcos, mulatos, negros e índios. O narrador não poupa adjetivos pejorativos aos japoneses, que são apresentados como “amarelos, pequenos, retacos, dissimulados”. A disciplina é interpretada pejorativamente como característica de um povo condicionado aos valores hierárquicos nipônicos. Os diálogos entre os passageiros são figurados em blocos e o narrador não dá voz aos japoneses:

Um italiano velho, de óculos, dizia:

– Pra podê co um japonese precisa sete brasileiro, dois turco, cinco italiano e meia duza de portuguese.

– Os japonese quiere enguli o mundo inteirinho. Um dia vai vê – exclamou um vizinho.

Em frente a ele, no banco de madeira de segunda classe, um nipão sorria satisfeito. Era Muraoka.

– Non enxergo mesmo co’ a catarata, mas isso io vejo! [MZ1:24]

⁵⁶⁵ *Crônica, “O Pirralho”, 14 dezembro 1916, p.3. In: TAKEUCHI, Márcia. A comunidade japonesa no Brasil (1908-1924) Quistos étnicos ou espaços de identidade imigrante? Publicado originalmente na revista eletrônica italiana Storicamente (4) 2008, disponível em <http://www.storicamente.org/07.htm> Acesso em 15 set 2010.*

Outro italiano puxa conversa com o padre José Beato:

O italiano velho aproximou-se do sacerdote apresentando-se:

– Eu sou compradore de arroiz na zona. Ércole Fiorelo. Cum licença...

– Padre José Beato, vigário de Jurema.

– Me dissero que o senhore chama de bugre os japoneses e quere convertê eles na relijô católica. É bestera! Non adianta! Nem se fosse Giuseppe de Anchieta em pessoa!

O vigário, que fechara o livro, estava longe no tempo, perdido num sonho que tinha quatro séculos. Pensava no apóstolo Anchieta diante do mar que batia as pedras lascadas de Peruíbe.[MZ1:24]

O negro Chiba, que toca sanfona no trem, diz para o farmacêutico Lírio:

– Japonesa não dá berada! [MZ1:24]

E, um tempo depois, novamente fala:

– No bolo eles é corajoso.

Os amarelos indiferentes, miúdos, descalçavam as botinas, arrancavam as meias imundas, encolhiam-se nos bancos de pau, merendando. Passaram entre si um frango, um pastelão, uma garrafa. [MZ1:25]

No vagão, o narrador capta as imagens que as pessoas comuns fazem dos imigrantes japoneses e, como reação aos comentários, descreve o sorriso estampado no rosto de Muraoka. Atribuindo a esse gesto um valor negativo e pejorativo de arrogância, descreve os japoneses que estão no vagão como indiferentes e miúdos, reforçando o estereótipo de que são um bando de enquistados que fazem o seu lanchinho sem se importar com os demais. Para entender o comentário do negro Chiba, o narrador relata outra conversa entre o militante Leonardo e o negro Tomé, que vão de carro a caminho de Bartira. O negro Tomé conta para Leonardo a conversa que teve com uma japonesa enquanto roçava a terra:

– Mecê é desinfeliz?

– Patirício munto judia no serevício...

Tomé olhou rasgado. A mulher continuava a roçar. Aquela cara redonda, com olhinhos de pássaro, bulia com ele.

– Nhô Fusiko bate mecê?

– Munto bebe Fusiko.

A tarde arroxava os morros devastados para a plantação.

Tomé parou. Estava brilhante de suor. Fitava a japonesa alagada a seu lado.

– Por que que mecê não casô com brasileiro?

– Cônsul não dá orde munto non gosta.

A mulher tinha estacado. Murmurou:

– Quano casa mais trobaia ainda.

O arroz espetava de verde a terra fresca. Tomé disse baixinho:

– Ocê mi dá? [MZ1:26-7]

Neste trecho do diálogo, o negro Tomé revela que Fusiko é um bêbado e que explora inclusive as mulheres, fazendo-as trabalhar muito. O cônsul japonês é descrito como a autoridade máxima na colônia que apoia somente a endogamia.

Tomé conta que resolveu pedir as contas com medo de que fizessem com ele o que já tentaram fazer com o negro Chiba e que, na hora de acertar as contas, o japonês só quis pagar dez mil réis em vez de dezenove. Leonardo pergunta se ele fez com a japonesa e Tomé diz que não, “que não quer mais saber de mosca amarela!”, e conta a história ocorrida com o negro Chiba:

– Eles queria capá o nego. Verdade que ele rolou com a japonesa na estrada. O homem dela vinha vindo num burro branco, ergueu a foice pra cima dele. O Chiba largou a japonesa, pegou num pau de goiaba que tava no chão e tacou no bicho. O japoneis quis fazê o burro andá mas o burro empacou e o Chiba desceu a lenha, sem dó. Foi aquela marmelada. Foi burro, foi japonesa, foi tudo!

- Como é que pegaram ele?
- Pois ajunta que nem formiga. É covarde japoneis. Nunca aparece sozinho. Eles queria capá o negro. Mas os baiano não dexaro, pegaro cavalo no pasto e foram sortá o preto. Ele meteu a cara na serra e eu atrais!
- Mas não há autoridade por aqui? Delegado?
- Não serve pra nada! Quando o xirife pede algum reforço de Santos, depois de quinze dia, aparece um cabo pesteadó e um sordado magro. [MZ1:27-8]

O diálogo ressalta que os japoneses fazem suas próprias leis e que o cônsul manda nas autoridades locais:

- O japonês aqui faz o que quer?
- Manda inté nas autoridade. Tem o consur que ajuda.
- Mas você trepou na japonesa?
- Tá loco! Não deu tempo. Quando eu sube da história do Chiba, fui pidi minha conta pra nhô Fusiko. Ele não queria dexá eu saí, inda desconfiei mais. Ele tava bêbado que nem uma cabra.
- Não chamou os outros pra te capar?
- Não. Ele disse que pidi pode. Eu não tinha feito nada. Só pedido.
- E pra onde você vai agora?
- Pra terra dos grilero, lá tem sempre trabaio. Quem chega, pode judá tirá madeira. Lá não tem japoneis. [MZ1:27-8]

A ironia é constatar que o negro ficou desconfiado de o japonês, que estava bêbado, dizer que ele não precisava ir embora, pois “pedir não tem problema”. O discurso também deixa claro que o negro vai deixar a região por ela ser dominada pelos japoneses.

Segundo Cardoso, a intenção de o autor agrupar vários personagens em deslocamento dentro de um vagão não só reafirma a estética modernista de explicitar a simultaneidade das falas e registros discursivos de cada um deles na narrativa, mas sobretudo “assume uma postura ideológica combativa ao cristalizar uma cena em estado de ebulição”, pressupondo que, se continuarem assim, “a desigualdade social e as

disputas de terra” se tornarão cada vez piores⁵⁶⁶. No entanto, acrescentaríamos a essa análise que a intenção de o narrador agrupar esses personagens também tem o objetivo de obter a adesão do leitor à ideia de que os japoneses são diferentes, no mau sentido, como tipos “inassimiláveis” de um grupo estranho à substância nacional e portanto, de que são elementos de corrosão do território nacional.

O próximo trecho a ser analisado consta no capítulo 2, “A Escola do cavalo azul”, de *Revolução Melancólica*. A cena se passa num grupo escolar em Bartira, onde Eufrásia Moncovino leciona para uma classe com alunos negros, caboclos, italianos, em que a maioria é de crianças japonesas. O narrador relata a história do grupo escolar e comenta sobre a formação de quistos japoneses:

Fora, na chuva, ficaram apenas as duas bandeiras, a do Brasil com grandes remendos desbotados e a do Japão, luzente como o sol que nascia do outro lado do planeta.

O Grupo Escolar havia sido salão do baile nos tempos idos, quando o imigrante japonês invadira o litoral sul do Estado, encaminhando-se para a formação de seus quistos raciais. [MZ1:39]

Após 1930, instaurou-se no Brasil um tipo de educação que adotava medidas e inovações institucionais que inauguraram uma nova fase nas relações do Estado com a sociedade. No *Projeto de Estado Nacional* que previa a centralização e a integração político-econômica, a educação inseria-se na proposta de formação da identidade nacional da “brasileidade”, objetivando formar física e mentalmente o “novo homem” para um Estado Novo. No entanto, as mudanças empreendidas no período não buscavam a mobilização democrática das massas; ao contrário, a escola tinha como função “normatizar” os indivíduos, primando pela defesa da construção de uma sociedade civilizada e ordeira por meio de uma educação conformadora⁵⁶⁷.

O narrador relata que a diretora da escola havia dito em reunião que o professorado primário precisava ser “uma tropa de choque da nacionalidade”, sugerindo que se fizesse uma “chamada patriótica, indicativa da origem de cada aluno”. [MZ1:40]

Eufrásia, na sala de aula, começa a fazer a chamada patriótica:

⁵⁶⁶ CARDOSO, Sebastião Marques. *Ilusões da modernidade: algumas notas sobre literatura e modernidade no Brasil*, p.20. Disponível em <http://www.revistas2.uepg.br/> Acesso em 26 Maio 2012.

⁵⁶⁷ ROSA, Josineide. *A construção da Brasileidade: a política educacional no Governo Vargas 1930-1945*. Disponível em <http://www.uniesp.edu.br/revista>. Acesso em 30 Jul 2012.

– Kioto Nassura...

– Sou basirera...

– Sakueto Sakuragi.

– Sou basirero...

– Jesué dos Santos.

– Sou piracicabano!

– Josefa Antunes.

– Sou brasileira.

– Massau Muraoka...

O pequenino bonzo de gravura fitava a professora com olhos entreabertos e longos.

– Massau, você sabe que também é brasileiro? Você é paulista, diga, vamos! Diga só para contentar a Dona Eufrásia.

O menino estourou em lágrimas ante a sala surpresa. A professora deixou a chamada e começou a aula de Instrução Moral e Cívica. [MZ1:40]

No trecho, o narrador chama a atenção para o último aluno japonês que não consegue afirmar ser brasileiro, numa sugestão de que o silêncio dele significa que se recusa a aceitar a brasilidade. Na sequência, a professora inicia a aula de Instrução Moral e Cívica e pergunta “– Como morre um brasileiro, Jesué dos Santos?” e o narrador relata a resposta mental de Jesué:

O negrinho bojudo hesitava de pé, na carteira, mostrando os dentes brancos. Pensou no Federico carroceiro, que tinha ficado debaixo do caminhão do japonês.

O narrador insiste em solidificar a imagem de que o japonês é um ser repugnante que está literalmente matando os brasileiros. Em seguida, a professora pede que Idalício vá à lousa e escreva:

– “O Brasil é o país mais belo e mais rico do mundo”...

Idalício Diadermino apertava o giz sem poder escrever. Houve um grito na classe. A professora correu. Ele estava estendido no soalho, com os olhos vidrados.

Um garoto amarelo explicou:

– Japonese non cai porque traz lanchi... [MZ1:41]

O romance tenta mostrar a realidade de crianças pobres e subnutridas que não conseguem se alfabetizar enquanto se exigem delas o patriotismo e o sentimento de

orgulho por pertencerem a uma nação maravilhosa. E ressalta que as crianças japonesas estão em melhor situação econômica e cultural. Segundo Waldman:

O empenho do romance é mostrar como a pobreza absoluta desmascara os envoltórios da história oficial, apresentando uma realidade que está longe de corresponder à idéia de engrandecimento da nação⁵⁶⁸.

Idalício é um aluno que falta muito e, quando não vai à escola, ajuda a “ensacar arroz na casa do japonês em troca de um prato de comida”. [MZ1:70]

Os japoneses contrastam com a imensa população rural miserável da cidade e o narrador ressalta que eles pertencem a um mundo à parte explorando sobretudo as crianças brasileiras, como Idalício.

A fala dos personagens japoneses é ridicularizada e evidencia o preconceito da professora em relação a eles:

– Haru, você! Fale sobre a banana.

A japonesinha levantar-se sobre a carteira, o cabelo preto terminando em franja sobre a testa.

– A banana é um arimento muito bom.

Eufrásia Beato fitava Zenken, taludo e contrafeito.

– Vocês, japoneses, têm mania de trocar o “l” pelo “r”. Veja isto no seu caderno, Kioto...

A classe, antes de tomar conhecimento, ria com exagero.

– “Era uma vez um itariano que vendia fuluta.”

– É “um italiano que vendia fruta”. Pode sentar-se Haru! [MZ1:52]

O aluno grande mexia nervosamente as pernas, fitando a mestra numa adesão silenciosa.

– Leia você, Zenken!

O rapazinho levantou-se com o livro de leitura na mão. Estava calçado. Era ossudo e alto. Tinha uma compleição diversa da do japonês comum e uma cara de carrasco mongol.

⁵⁶⁸ WALDMAN, Berta. “Terra à vista: anotações sobre a presença de japoneses na literatura brasileira” In: *Imigrantes Japoneses no Brasil: Trajetória, Imaginário e Memória*. Organização Maria Luiza Tucci Carneiro, Márcia Yumi Takeuchi. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010: 417.

– Na primavêla o vigelinho...

– Bezerrinho!

– Vigelinho...

A classe desmanchava-se num riso bulhento, desastrado. No mapa, onde as fases da produção da banana se sucediam em cenas de campo, a moça viu pintados em ouro os frutos roliços.

– Fale sobre a banana!

– A banana é um arimento gulande.

– Burro! Grande, não é gulande. [MZ1:53]

A troca que os japoneses fazem do /l/ pelo /r/ é ressaltada e induz o leitor a pensar que têm dificuldade de pronunciar certas palavras por falarem a língua japonesa mais que a brasileira, reforçando o fato de que se comunicam normalmente em japonês.

A professora prossegue a aula:

Eufrásia fixou o japonês Zenken que destacava seu busto reverente na primeira carteira.

– Que é que você quer, Zenken?

– Xiênxia – respondeu o garoto, levantando-se num movimento respeitoso.

Hoje é *Lição de Coisas*. Vamos falar sobre os produtos locais... A banana! Mas antes eu quero saber do que vocês gostaram mais no Circo. Diga Jesué dos Santos... Vocês viram como é assombração?

O negrinho gordo espiava uma caboclinha que baixara sob a carteira a cabeça de cabelos amarelos.

– Assombração não existe. É gente que faz...

O Adelino murmurou:

– No mato tem! [MZ1:51]

A professora dirige-se aos japoneses:

– Vocês também acreditam?

Zenken exclamou:

- É obaka! Vijão!
 - Você, Haru, a primeira da classe, você acredita em assombração?
 - Chama obaka em japuneis.
 - Na escola japonesa não ensinam que não existe?
- A pequena boneca limpa estampou um sorriso parálítico.
- Murié cumpirida no ceremitero...
 - É natural que vocês acreditem em tudo. O Idalício escreveu no caderno de linguagem: “O cavalo é azul”. – Cadê o Idalício? Faltou outra vez! – Silêncio! – Vamos, Filomena Felisbino, fale sobre a banana! [MZ1:52]

Quando da visita de inspeção de uma autoridade japonesa à escola, Eufrásia se surpreende de ele conseguir falar e entender razoavelmente o português, apesar de estar somente há seis meses no Brasil. Ao constatar que os japoneses acreditam em assombração, a professora fica indignada. Cabe mencionar que “assombração” em japonês é “obake” e não “obaka”. E a tradução de “obaka” seria “bobo” ou “idiota”.

- Quería saber da porifessora como está o menino japnese na escola do Burasil...
- Os japoneses são os alunos mais adiantados. Mas outro dia eu estava explicando na classe que não existe assombração...
- Como, senhora? Non xabe direto muito...
- Fantasma... em japonês parece que é obaka.
- Ah! Obaka... si senhora...
- Expliquei aos alunos que não existe...
- Obaka? Aqui non xabe... Japão tem... [MZ1:69]

A ironia é constatar que a autoridade japonesa também acredita em assombração. O fato de a autoridade visitar a escola propõe que existe um poder paralelo ao do Estado e que os japoneses levam muito a sério a educação de suas crianças. Retomando o que dissemos no capítulo 1, com a chegada de ondas sucessivas de emigração, foi aumentando o número de crianças e a necessidade de construir escolas tornou-se prioritária. No decênio de 20, quando se avolumaram as concentrações de japoneses, associações de japoneses começam a instalar escolas elementares. Quase todas as escolas

japonesas seguiam o regime de seis anos do curso primário, igual ao adotado no Japão. E existiam escolas com cursos de oito anos (dois complementares). O número de escolas construídas e mantidas por associações de japoneses ou organizações congêneres aumenta muito por volta de 1940, na mesma época em que o Governo brasileiro fortalece a política nacionalista e torna cada vez mais rigoroso o controle de estrangeiros.

Este capítulo termina com a professora anunciando a morte de Idalício vitimado pelo tétano. No quadro atrás dela, está escrito:

O Brasil é o país mais rico do mundo. Seus cursos d'água, seus minérios, suas imensas florestas fazem dele o paraíso na terra. [MZ1:75]

Para finalizar a análise de nosso *corpus*, retomamos o trecho em que Lírio, após o fracasso da Revolução, resolve escrever uma carta para o Dr. Miguel Couto, contando “o que era o japonês”, com o intuito de que ele “lhe desse uns biscates pelas informações e talvez mesmo um emprego melhor.” [MZ2:181]

A carta é extensa, mas achamos oportuno transcrevê-la por sintetizar as opiniões dos que eram contrários à imigração japonesa:

Prezado Mestre. [...]

Entre os golpes assestados pelos japoneses contra a soberania deste desgraçado filho pródigo, depois de 30, que é São Paulo, figura um que não pode ficar silente. Não se trata do habitual esquecimento que os japoneses têm pela gloriosa bandeira nacional, ‘símbolo augusto da paz’ e que fica no canto esquecida durante as festas onde figuram todas as bandeiras inclusive a americana! Mas eis que houve uma excursão dos meninos das escolas de Registo-Gô – a capital amarela da América do Sul – para ver as plantações de amora para os bichos-de-seda do célebre bairro da Raposa, e escreveram uma coisa em japonês na lousa que ninguém queria traduzir. Eu dei do meu bolso \$200 a um japonezinho e ele me disse que ali estava escrito que quem não fosse à excursão tinha por castigo aprender a ‘língua de basirero’.

Lírio deixa bem clara a ideia de que os japoneses desprezam a língua portuguesa pois não são patriotas. A nova geração, representada pelos estudantes japoneses, também segue a mesma conduta dos pais.

Na minha própria farmácia um japonês teve a ousadia de afirmar que a natalidade no Japão só tinha um remédio: a aquisição de terras pela força dos tratados ou, se fosse necessário, pela *força das armas!* Veja, caro mestre, como este magno problema afeta até a nossa defesa nacional. No entanto há cínicos que afirmam que a colonização japonesa é a melhor que existe.

Lírio continua com suas acusações contra os japoneses, desta vez inventando coisas para denegrir ainda mais a imagem dos imigrantes e constituí-los como inimigos da nação brasileira. Em seguida, expõe o porquê de os japoneses serem considerados lavradores bem sucedidos:

Porém é muito fácil de explicar o rendimento do imigrante amarelo. Isso que se chama pomposamente de milagre japonês afirmando com razão que um alqueire de terra dá 60:000\$000 na mão do amarelo e só rende 2:000\$000 na mão do caboclo. Mestre Miguel Couto, essa é a mais infamosa propaganda feita contra o nosso caipira, que eu tenho visto. Vou lhe explicar porquê em duas palavras apenas: o amarelo arrenda a terra e quando a abandona esta não presta mais pra nada. Eles usam uma qualidade de adubo tal que inutiliza a terra depois de um certo tempo e então o caboclo que não conhece o truque deles vai plantar nessa terra e só toma na cabeça. A terra que o japonês utiliza só serve depois pra dar vulcão, como na terra deles...

No trecho, Lírio ressalta que os japoneses estragam a terra e, depois que não serve mais para o cultivo, vendem-na para os inocentes caboclos que são enganados. Segue a narrativa que denuncia as cooperativas japonesas e a mão-de-obra especializada enviada de Tóquio:

O senhor, Professor, sabe também que os japoneses são todos organizados em cooperativas, que não lhes falta o auxílio econômico vindo diretamente do governo de Tóquio. De lá vêm também técnicos formidáveis: engenheiros agrônomos, eletricitas, arquitetos, químicos e sábios. Não duvide! Além disso eles eliminam o intermediário que é o maior cancro do regime capitalista e que estrangula o nosso caboclo. E só se interessam pela pequena propriedade. Oh! Não tenha a menor dúvida sobre o que lhe estou dizendo Professor!

Outro argumento utilizado contra os japoneses é o de que são gananciosos e assassinos que usam de diversos expedientes sujos para forçar pobres viúvas com seus órfãos inocentes a cederem a terra a preços reduzidíssimos:

Os crimes nefando que eles têm cometido para se apossar das terras do pobre nacional precisam ser vingados! Mais cedo ou mais tarde! Não raro os amarelos dão sumiço a um cidadão brasileiro cujo cadáver decomposto aparece boiando no rio ou praia do mar. Na maioria das vezes nem os cadáveres dos chefes de família aparecem mais e então os indesejáveis imigrantes escorraçam as pobres viúvas e os míseros órfãos do sítio e se apossam da terra. Também não raras vezes aparecem uns brasileiros renegados e ordinários que os amarelos embebedam e subornam, fazendo-se passar pelo assassinado para poderem assinar por qualquer 100\$000 as escrituras vendendo as terras a eles. É por isso que os japoneses já possuem enormes extensões de solo pátrio. Veja que perigo estamos correndo!

Na sequência, Lírio novamente ressalta que a ocupação do território nacional pelos japoneses é estratégica, razão pela qual estão adquirindo terras consideradas ruins e expandindo as áreas de dominação, com o objetivo vil de se apoderar do Brasil:

Além disso trata-se de uma ocupação estratégica, pois não se explica a causa pela qual eles vão para terras ruins que nada produzem. E parece que não é estranho a essas façanhas o credo nefando de Plínio Salgado. Saindo do Porto de Cananéia, onde pode caber a esquadra inteira do Mikado e que eles já envolveram completamente, daí eles vêm até Juquiá e daí passando por Cutia e pela capital do Estado seguem o rumo da Estrada de Ferro Noroeste na direção de Mato Grosso, da Bolívia e do Peru, onde consta que eles têm bases navais e aéreas nas ilhas do Oceano Pacífico, a fim de tomar o Canal do Panamá num só dia e cortar as Américas num abrir e fechar d'olhos, caindo assim o nosso querido Brasil em suas garras de repente! Veja que infelicidade. Caro Mestre! Com a admiração crescente do seu criado e colega. Dr. Rebouças do V.P. São Paulo – Posta-Restante.

Esse “perigo” seria reforçado com a atuação de companhias tais como a KKKK e a BRATAC, fundadas respectivamente em 1917 e 1929⁵⁶⁹.

Por fim, Lírio denuncia Muraoka, apelando para boatos de que ele era Almirante no Japão:

O mais perigoso de toda a região Sul do litoral paulista é o negociante chamado Muraoka que dizem que era Almirante no Japão. Este deve ser imediatamente preso e deportado. *É favor...* [MZ2:182-4]

A competição impiedosa dos japoneses com os nativos, suas trapaças, sua adoção do Cristianismo por motivos políticos e projetos imperialistas e o fato de formarem colônias agrícolas autossuficientes e manterem sua língua e cultura são interpretados como descaso intencional para com o país que os acolhe. Os japoneses que começavam a conquistar seu espaço na sociedade brasileira eram considerados espíões do Império Japonês e suas colônias eram vistas como postos avançados do imperialismo nipônico.

A etnicidade vinculada à nacionalidade fazia crer que os imigrantes seriam sempre leais ao Japão e jamais sentiriam devoção nacional pelo Brasil, mas é importante ressaltar que, para eles, assim como para outros asiáticos, a distinção entre esses dois conceitos era muito mais difícil de ser estabelecida, pois a etnicidade está intrinsecamente relacionada ao aspecto físico, o que permite a categorização instantânea que o aponta como “diferente”⁵⁷⁰.

⁵⁶⁹ TAKEUCHI, Márcia. A comunidade japonesa no Brasil (1908-1924) Quistos étnicos ou espaços de identidade imigrante? Publicado originalmente na revista eletrônica italiana *Storicamente* (4) 2008, disponível em http://www.storicamente.org/07_dossier/migrazioni-takeuchi.htm Acesso em 15 set 2010.

⁵⁷⁰ LESSER, Jeffrey., *op.cit.*, p. 212, 221, 294.

2.3.3. UMA CARTILHA PEDAGÓGICA DO PERIGO AMARELO.

Ao selecionar algumas cenas representativas em que o japonês é representado, vimos que, através de uma narrativa mural composta de diversas cenas simultâneas, os enredos facultam a expressão de uma voz coletiva que se enuncia no contexto histórico-social brasileiro através das relações sociais de um contingente populacional de variada origem e condição. Nesse sentido, o *corpus* foi analisado com o objetivo de constituir uma confluência de discursos que representam as várias classes sociais figuradas no romance de modo a legitimar o mito da conspiração imperialista japonesa e tornar o imigrante japonês inconveniente e, portanto, indesejável.

O farmacêutico Lírio, o militante Leonardo, o camarada Rioja, o imigrante sírio Salim Abara, o padre José Beato, o fazendeiro Jango, os convidados do conde Alberto Melo, a professora Eufrásia e a população rural representada pela Miguelona, o caboclo Elesbão, o índio Belarmino e os negros Chiba e Tomé, e, sobretudo, o narrador compõem no conjunto um discurso que passo a passo constrói a imagem negativa dos imigrantes japoneses como inassimiláveis, enquistados, traiçoeiros, propondo que sua presença no espaço nacional representa uma real ameaça tanto para a população brasileira quanto para a economia, a integridade e a segurança nacionais.

A despeito de os personagens Muraoka, Fusiko e Kana representarem respectivamente o comerciante em ascensão, o lavrador em vias de ascensão e o motorista e piloto que ascendeu profissionalmente, entre eles não há diferenças quanto às características morais que lhes são atribuídas. Todos eles são articulados para reforçar a imagem de que os japoneses são traiçoeiros e dissimulados, agindo sutilmente em favor de seus objetivos sempre fechados em sua cultura e em seu grupo, não se integrando à vida brasileira. Além disso, o fato de o narrador sempre dar indícios de que seriam altamente organizados quanto à ocupação de terras mostra a adesão do autor implícito à tese de que estariam, na verdade, a serviço de um plano imperialista do Governo japonês.

Tanto na ficção de *Marco Zero* quanto em *Amar, verbo intransitivo* de Mário de Andrade e nas crônicas de Juó Bananére uma forma de representar a estranheza causada pelos não nacionais é imitar-lhes a pronúncia, o sotaque e os erros gramaticais. Os personagens são apresentados com traços estereotipados, muitas vezes de forma caricatural, reforçando suas características consideradas indesejáveis. Assim, por exemplo, as deformações linguísticas introduzidas pelo imigrante japonês são ridicularizadas na cena desenvolvida no capítulo “A escola do cavalo azul”, no qual a própria professora critica o erro como meio de rebaixar as crianças japonesas.

Concluimos que a representação dos japoneses em *Marco Zero* não passa de uma síntese que estiliza os discursos antinipônicos por meio de um ponto de vista unilateral. Não há, por parte do autor e do seu narrador, preocupação de articulá-los e confrontá-los com outros discursos existentes naquele momento, ou seja, o autor e seu narrador não proporcionam ao leitor a possibilidade de confrontar as várias perspectivas

contraditórias sobre a questão dos imigrantes japoneses que eram a matéria dos dois romances. Do ponto de vista da representação do japonês naquele período, a omissão dos discursos filonipônicos elimina a possibilidade de tratar a questão evidenciando suas contradições. Nesse sentido, *Marco Zero* fracassa, pois não é realmente capaz de cumprir o papel que o autor lhe atribuiu: o de ser “um mural, painel, afresco, mosaico e comício de ideias”. É um “comício”, mas de ideias unilaterais.

CONCLUSÃO

O objetivo deste trabalho foi estudar textos modernistas brasileiros de gêneros diversos, publicados entre 1927 e 1945, cujos enredos põem em cena experiências de personagens de origem japonesa no contexto político, econômico e cultural de fins da década de 20 e meados da década de 30. Neste tempo, o fluxo de imigrantes japoneses foi regular e expressivo, atingindo seu ápice entre 1932 e 1935, quando os japoneses corresponderam a 44,2% de todas as entradas em território brasileiro.

Iniciamos nosso estudo fazendo um breve resumo de três momentos do encontro entre o Ocidente e o Japão. Vimos que a informação da existência de um país chamado Cipango (pronúncia chinesa antiga da palavra *Japão*) passou a ser divulgada na Europa a partir do final do século XIII, com a publicação do *Livro das Maravilhas*, de Marco Polo (1254-1324), produzindo no imaginário coletivo europeu a imagem de um antigo, longínquo e exuberante Oriente envolto em mistérios, espanto e barbárie⁵⁷¹. Vimos que, desde o tempo em que Kublai Khan (1215-1294), o Grande Cã, tentou invadir o Japão por duas vezes (1274 e 1281) e em ambas as expedições foram destroçadas por um furioso tufão, surgiu, entre os japoneses, a forte crença de que o Japão era “protegido pelas divindades” (*shinkoku ishiki*), acrescentando-se uma nova expressão ao vocabulário, *kamikaze*, o sopro divino, em homenagem às tempestades que impediram o avanço dos mongóis em terras japonesas. Em parte por não ter havido nenhuma tentativa organizada de invasão do Japão até a Segunda Guerra Mundial, essa crença, fortemente enraizada nos ensinamentos xintoístas e budistas, foi constantemente realimentada e readaptada no decorrer da história do país, em especial no período Meiji (1868-1912), quando “os alicerces da política expansionista do governo baseavam-se em ideais etnocêntricos que afirmavam ser o japonês uma ‘raça’ de caráter inteiramente diferente de todos os outros povos”. Essa corrente de pensamento determinou sobremaneira a vida intelectual dos japoneses até, pelo menos, a Segunda Guerra Mundial⁵⁷².

O contato comercial e religioso do Japão com os países ocidentais iniciou-se somente em 1543, com a chegada dos primeiros ocidentais, os portugueses, a Tanegashima e durou até 1639, quando o regime xogunal, liderado pelos Tokugawa, decretou a interrupção definitiva do comércio português. Os contatos culturais e comerciais intensos que haviam caracterizado as relações luso-nipônicas foram ofuscados pela

⁵⁷¹ POLO, Marco 1254-1323. *O Livro das Maravilhas: a descrição do mundo*. Marco Polo. Tradução de Elói Braga Júnior. Coleção L&PM Pocket, Porto Alegre: L&PM, 2006:200.

⁵⁷² DEZEM, Rogério. *Matizes do amarelo – a gênese dos discursos sobre os orientais no Brasil (1878-1908)*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2005:139.

perseguição e matança de padres estrangeiros e cristãos japoneses e pela hostilidade do povo japonês contra o Ocidente cristão. Foram então amplamente divulgadas narrativas de martírios de várias épocas que atuaram vigorosamente na memória coletiva. Com a expulsão dos portugueses, o Japão inicia seu período de isolamento. De 1639 até 1854, o único ponto de contato entre o país e o Ocidente, e também com a China e a Coreia, foi a pequena ilha de Dejima, em Nagasaki, através da Companhia Holandesa das Índias Orientais, para lá transferida de Hirado em 1641. No entanto, o Japão continuou a manter relações comerciais com a China, a Coreia e o reino de Ryûkyû (atual Okinawa).

O país continuou o curso de sua história sob o xogunato Tokugawa até que, no início do século XIX, deu-se a aproximação com o mundo ocidental, quando chegam pretensos barcos hidrográficos e expedições de pesquisa que sulcavam as regiões marítimas do norte, entre a península de Kamtchatka e a ilha de Sacalina, também se aproximando do Japão pelos mares do sul, das ilhas de Ryûkyû ao canal de Tsushima. Na segunda metade do século XIX, quando a política isolacionista mantida durante cerca de 220 anos torna-se inconveniente à expansão do capitalismo industrial ocidental, o país é pressionado a abrir-se para diversos países, como os Estados Unidos, a Inglaterra, a França, a Holanda e a Rússia, com sérias desvantagens e em posição subalterna e humilhante.

A ideologia que ressaltava o caráter único do povo japonês, a diferença entre ele e os “outros” asiáticos e sua categoria espiritual superior à ocidental, entre outras afirmações, reforçou a ideia de coesão e unidade fictícias afirmadas para a consolidação do Estado nacional japonês. Um forte movimento surgiu entre o povo no sentido de recuperar para o Japão sua posição no mundo, reanimando a Casa Imperial e libertando-se da coerção do xogunato. Propagou-se uma espécie de ideologia que enaltecia a magnificência imperial e a grandeza nacional. Uma paixão patriótica com fortes traços de comunidade étnica prescreveu um código de conduta para todos os súditos japoneses, tendo por cabeça da hierarquia a figura do Imperador.

No capítulo 1, estudamos os antecedentes da imigração japonesa para o Brasil no contexto das grandes migrações dos séculos XIX e XX. Acompanhando a viagem do Kasato-maru (1908), procuramos promover um diálogo entre a história oficial, os textos de memória autobiográfica dos emigrantes e a imagem do Japão e dos japoneses através de seus órgãos formadores da opinião pública.

Durante a exposição, especificamos algumas heranças culturais trazidas pelos japoneses (famílias compostas, o conceito de ie (família), o culto aos antepassados etc.) e estudamos como o Ocidente reinterpreto, construiu e divulgou o discurso sobre o Japão, em especial o Brasil, no contexto histórico da derrocada do Império e consolidação da República no último quartel do século XIX, através de documentos oficiais do Governo brasileiro e da imprensa. Nesse sentido, estudamos também a questão chinesa, recorrendo a algumas crônicas de Machado de Assis, e a questão japonesa. Vimos, também, uma síntese da política de emigração e colonização do Governo japonês

inserido no contexto do período Meiji e as principais reformas desenvolvidas nesse período: a integração territorial, a política de integração linguística, o Editó imperial de educação, a padronização do ensino público, O Édito Imperial aos Soldados e Marinheiros, a Constituição Meiji, os lemas “País rico, exército forte” e “Civilização e ilustração”.

A exposição acompanha a viagem e, paralelamente, narra a chegada do Kasato-maru ao porto de Santos, o encaminhamento dos imigrantes à hospedaria e as repercussões dos primeiros anos das suas atividades nas fazendas cafeeiras. E, por fim, inserimos um subcapítulo sobre os primeiros japoneses que estiveram no Estado do Brasil em 1803, quase um século antes do Kasato-maru.

No capítulo 2, estudamos as representações dos japoneses nos textos de autores modernistas brasileiros, Mário de Andrade, Juó Bananére e Oswald de Andrade, estabelecendo um diálogo com os textos escritos por japoneses que tratam da experiência no presente brasileiro da sua adaptação a uma cultura constituída por outras tradições, como a religião católica, a miscigenação racial e cultural, a moral patriarcal, a língua portuguesa etc.

Para a análise do *corpus*, selecionamos, por meio de critérios cronológicos, culturais e estéticos, as obras *Amar, verbo intransitivo* – idílio (1927,1944), de Mário de Andrade; *Marco Zero I – A revolução melancólica* (1943) e *Marco Zero II – Chão* (1945), de Oswald de Andrade, e algumas crônicas da coluna *Taka-shumbo shimbum*, do jornal semanal *Diário do Abax’o Piques* (1933), de Juó Bananere (Alexandre Ribeiro Marcondes Machado).

A representação do japonês em *Amar, verbo intransitivo*, 1927, mantida na edição de 1944, é a do criado obediente e servil aos patrões, embora na cena em que o narrador faz uma paródia do poema “Queimada”, de Castro Alves, o personagem Tanaka seja descrito em seu caráter humano, ressaltando-se sua condição de imigrante, mas mantendo-se sua representação associada às imagens estereotipadas e impregnadas de conotações raciais e políticas.

A despeito de o narrador dar a entender que Tanaka consegue falar e entender o português, contrariando a ideia rotineira de que os japoneses se recusavam a aprendê-lo, o discurso reforça a ideia de que a assimilação implicava questões de ordem socio-cultural e econômica, mais que de aquisição linguística propriamente dita.

A análise temática e textual das três crônicas - uma publicada em 18/5/1933 (ano I, no. 3 página 7) e as demais publicadas em 1/6/1933 (ano I, no. 5, página 8) - do *Diário d’Abaixo Piques*, de Juó Bananére, desenvolve uma maneira particular de abordar assuntos políticos, sociais e culturais que envolvem os imigrantes japoneses num contexto em que se comemoravam os 25 anos da imigração japonesa no Brasil e se discutia a questão da imigração na Assembleia Nacional Constituinte (1933), instaurada para redigir a nova Constituição Brasileira a ser promulgada em 1934.

A representação dos japoneses difere nas três crônicas, mas o conjunto ressalta os principais estereótipos sobre eles. Na primeira crônica, o narrador põe em relevo a imagem de um povo orgulhoso, politicamente articulado e nacionalista, reforçando a argumentação de que os imigrantes japoneses são indesejáveis e perigosos à nação brasileira pela comparação irônica deles com os índios. Nessa linha de raciocínio, com uma constatação de que o discurso é relativo, os japoneses estariam se infiltrando na política para conquistar o Brasil com a conivência dos próprios brasileiros que estavam no poder.

Na segunda crônica, a representação dos japoneses é a de um povo que se orgulha por ter uma história e uma cultura milenares, mantendo um grande respeito para com seu Imperador. Ao descrever as várias acepções e usos do quimono: o tradicional, que remete à imagem exótica do Japão; o dos lutadores de artes marciais (imagem dos guerreiros samurais) e, no Brasil, sua associação com a camisola, o roupão e a fantasia de Carnaval, o narrador joga com a ideia de que o quimono deve ser integrado à cultura brasileira. E propõe torná-lo roupa de passeio e de uso cotidiano, por ser prático e econômico. A proposta da popularização do quimono não deixa de ridicularizar uma vestimenta da tradição e os valores culturais associados a ela. Como uma apropriação discriminatória, esvazia-os das suas significações originais.

Na terceira crônica, põe-se em relevo a imagem de que os japoneses são um povo unido, disciplinado, organizado e trabalhador e de que o Japão, além de cuidar de seus emigrantes, é um país militarmente forte e economicamente rico. O texto ressalta a ideia de que os japoneses se orgulham de ser um modelo de civilização e de progresso material a ser respeitado pelas potências ocidentais e, ao mesmo tempo, a de que o imperialismo e o expansionismo são motivos de uma exaltação exacerbada que tende ao ridículo.

A língua macarrônica confere ao texto uma particularidade que reforça a credibilidade do processo discursivo, uma vez que representa ironicamente a voz da comunidade por ele simbolizada, reforçando estereótipos e estigmas que promovem a ridicularização dos japoneses. O jogo de palavras entre as duas línguas é usado como recurso humorístico e sua intenção nos parece ser a de potencializar as tensões, para abrir uma perspectiva de reflexão, com fidelidade crítica, sobre um estado da sociedade brasileira em transformação.

Marco Zero I e II põem em cena matérias dos debates estético-ideológicos sobre a literatura a ser inventada como instrumento de representação realista de questões aptas a fazer o leitor compreender criticamente a razão histórica de eventos contemporâneos, entre eles a imigração japonesa e os vários posicionamentos políticos a respeito dela no país. O caráter mural das suas duas narrativas, que citam a pintura muralista mexicana, tem a função pedagógica de inventar várias histórias que, sendo desenvolvidas simultaneamente, compõem em vários quadros o cenário das múltiplas transformações econômicas e políticas ocorridas na sociedade paulista em crise após a ruína da monocultura cafeeira de 1929 e a Revolução Constitucionalista de 1932.

Marco Zero é, portanto, uma espécie de cartilha pedagógica que tem como objetivo pôr em cena representações político-ideológicas do que se convencionou chamar de “perigo amarelo”, expressão que tem relação intrínseca com o imperialismo japonês.

As representações dos discursos contra os imigrantes japoneses fornecem elementos ou a matéria necessários para legitimar as suspeitas contra eles de modo a construir ficcionalmente o mito da conspiração japonesa. O lugar social dos japoneses e de seus descendentes é analisado como uma ameaça à nação e, portanto, os vários núcleos narrativos representados pelos personagens Lírio, Leonardo, Salim Abara, Jango, Eufrásia, conde Alberto apenas justificam a propaganda antinipônica amplamente veiculada nos meios de comunicação brasileiros.

Na ficção de *Marco Zero* - assim como nos demais textos analisados - uma forma de representar a estranheza causada pelos não nacionais é imitar-lhes a pronúncia, o sotaque e os erros gramaticais. Os personagens são apresentados com traços estereotipados, muitas vezes de forma caricatural, reforçando suas características consideradas indesejáveis. Assim, por exemplo, as deformações linguísticas introduzidas pelo imigrante japonês são ridicularizadas na cena desenvolvida no capítulo “A escola do cavalo azul”, no qual a própria professora critica o erro como meio de rebaixar as crianças japonesas.

Concluimos que a representação dos japoneses em *Marco Zero* não passa de uma síntese que estiliza e unifica os discursos antinipônicos por meio de um ponto de vista unilateral. Não há, por parte do autor e do seu narrador, preocupação de articulá-los e confrontá-los com outros discursos existentes naquele momento, ou seja, o autor e seu narrador não proporcionam ao leitor a possibilidade de confrontar as várias perspectivas contraditórias sobre a questão dos imigrantes japoneses que forneciam matéria para os dois romances. Do ponto de vista da representação do japonês naquele período, a omissão dos discursos filonipônicos elimina a possibilidade de tratar criticamente a questão, evidenciando suas contradições. Nesse sentido, *Marco Zero* fracassa, pois não é realmente capaz de cumprir o papel que o autor lhe atribuiu: o de ser “um mural, painel, afresco, mosaico e comício de ideias”. É um “comício”, mas de vozes e ideias unilaterais. A despeito de propor um novo gênero de romance e ressaltar a grandeza coletiva de seu processo literário, é o que, no *corpus* selecionado, desenvolve uma visão unilateral e reducionista, transformando a questão dos imigrantes japoneses num mural monocromático onde se sobressai apenas uma única cor: a cor amarela, que é obscurecida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Mário Aquino; UENO, Philip Hiroshi; FUJISAWA, Fernando Yuiti. *Dai San Sekuta: O universo das organizações do Terceiro Setor da Comunidade Japonesa de São Paulo*. 2009. Disponível em <http://gvpesquisa.fgv.br/sites/gpesquisa.fgv.br/files/publicacoes/> Acesso 20 Jan 2010.

AMARAL LAPA, José Roberto do. *A Economia Cafeeira*. Col. Tudo é História, vol. 72. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

AMINO, Yoshihiko. *Nihon-ron no shiza: rettô no shakai to kokka* (Estudos sobre as questões da identidade nacional: sociedade japonesa e o conceito de nação). Tóquio: Shôgakkan, 2004.

ANDO, Zempati. *Estudos sócio-históricos da imigração japonesa*. São Paulo: Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, 1976.

_____. *Pioneirismo e cooperativismo: história da cooperativa agrícola de Cotia*. São Paulo, 1961.

ANDO, Zenpati; WAKISAKA, Katsunori. “Sinótese histórica da imigração japonesa no Brasil”, in *O japonês em São Paulo e no Brasil*. Relatório do Simpósio realizado em junho de 1968 ao ensejo do 60º Aniversário da Imigração Japonesa para o Brasil. São Paulo: Centro de Estudos Japoneses, 1971.

ANDRADE, Ana Paula Freitas de. *Juó Bananére: Verve, litteratura, futurismo, cavaco, ecc, ecc*. (Indexação e reunião de textos macarrônicos publicados de 1911 a 1933). Dissertação de Mestrado. São Paulo. FFLCH-USP, 1999.

ANDRADE, Carlos Drummond de (Org.). *A lição do amigo. Cartas de Mário de Andrade a Carlos Drummond de Andrade*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1982.

ANDRADE, Mário de. *Amar, verbo intransitivo – idílio* (1923-1924). São Paulo: Casa Editora Antonio Tisi. 1927.

_____. Reedição *Amar, verbo intransitivo: idílio*. Rio de Janeiro: Editora Agir, 2008.

ANDRADE, Oswald. “Marco Zero é resultado de todas as minhas experiências modernistas”. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 27.6.1943. Reproduzido em *Os dentes do dragão* (org. Maria Eugenia Boaventura). São Paulo: Globo, 2ª. ed. rev. e ampliada. 2009.

_____. “Um escritor paulista classificado na seleção preliminar para o 2º. Concurso Literário Latino-americano”. *Diário de São Paulo*, São Paulo 8.1.1943. Reproduzido em *Os dentes do dragão* (org. Maria Eugenia Boaventura). São Paulo: Globo, 2ª. ed. rev. e ampliada. 2009.

_____. *Marco Zero I – A revolução melancólica*. Obras Completas 3. 2ª. ed. MEC. Civilização Brasileira, 1974.

- _____. *Marco Zero II – Chão*. Obras Completas 3. 2ª. ed. MEC. Civilização Brasileira, 1974.
- ANTUNES, Benedito. *Juó Bananére: Cartas d'Abax'ó Piques*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998. *Arte românica e gótica*. Barueri, SP: Videolar Multimídia, 2004. CD-RM
- ASSIS, Machado de. *Balas de estalo de Machado de Assis*. Organização de Heloisa Helena Paiva De Luca. São Paulo: Annablume, 1998.
- _____. *Obra completa, em quatro volumes: volume 4*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2008.
- _____. *A semana*. Organização de John Gledson. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- AZEVEDO, Aluísio. *O Japão*. Apresentação e comentário por Luiz Dantas. São Paulo: Roswitha Kempf Editores, 1984.
- BENEDICT, Ruth. *O crisântemo e a espada – padrões da cultura japonesa (The Chrysanthemum and the Sword)*. Coleção Debates. Tradução: César Tozzi. São Paulo: Editora Perspectiva, 2ª edição, 1ª reimpressão, 1997.
- BOLOGNINI, Carmen Zinki e PAYER, Maria Onice. “Línguas de imigrantes”. *Ciência e Cultura* [online]. Vol 57 n.2. São Paulo Apr/June 2005. Disponível em <cienciaecultura.bvs.br> Acesso em 12 de jan. de 2011.
- BOSI, Alfredo. “O teatro político nas crônicas de Machado de Assis”. In: IEL-Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. Disponível <http://www.iea.usp.br/textos/bosimachado.pdf>. Acesso em 18 Jun 2012.
- BOTELHO, Carlos José de Arruda. Disponível em <www.dec.ufcg.edu.br>, <<http://www.novoadessa.sp.gov.br/Historia.aspx>> Acesso em 04 de Jan de 2012; <biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/saopaulo/novoadessa.pdf> Acesso em 05 de Jan de 2012.
- BOTELHO, Oliveira. *A imigração japonesa*. Rio de Janeiro:1925.
- BUENO, Clodoaldo. *A república e sua política exterior (1889 a 1902)*. São Paulo: Editora Unesp., 1995.
- BUENO, Eva Paulino. *A guerra continua, por outros meios, em Okinawa*. <www.espacoacademico.com.br> Acesso em 12 Jan 2012.
- CAPELA, Carlos Eduardo Schmidt; ENGERROFF, Ana Carina Baron. *Zubblemend to Alle... Manha - Barão de Itararé* [textos do suplemento] Introdução, seleção, estabelecimento de notas. Projeto Barão, Série Letras do Brasil, no 2. Curitiba: Editora UFPR, 2006.
- CARDOSO, Ruth Corrêa Leite. Estrutura familiar e mobilidade social – estudo dos japoneses no Estado de São Paulo. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Ciências Sociais, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas de São Paulo, 1972.

CARDOSO, Sebastião Marques. *Ilusões da modernidade: algumas notas sobre literatura e modernidade no Brasil*, p.20. Disponível em <http://www.revistas2.uepg.br/> Acesso em 26 Maio 2012.

CARELLI, Mário. *Carcamano e comendadores: os italianos de São Paulo: da realidade à ficção (1919-1930)*. São Paulo: Ática, 1985.

CARVALHO, Luciano Ribeiro. *Entre a vida e o sonho: contribuições para uma análise crítica do romance Amar, verbo intransitivo*. FFLCH-USP. Área de Literatura Brasileira. Tese de doutoramento, 2009.

CASTRO Alves. *A Cachoeira de Paulo Afonso*, em *Obra Completa*. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1976. *Crônica*, “O Pirralho”, 14 dezembro 1916, p.3. In: TAKEUCHI, Márcia. *A comunidade japonesa no Brasil (1908-1924) Quistos étnicos ou espaços de identidade imigrante?* Publicado originalmente na revista eletrônica italiana *Storicamente* (4) 2008, disponível em <http://www.storicamente.org/07.htm> Acesso em 15 set 2010.

CONRAD, Joseph. *The planter class and the debate over chinese immigration to Brazil, 1850-1893*. Nova Iorque, 1975.

CORREIA, João Rosado. “Patrimônio cultural no eixo Portugal – Oriente”. In: *Encontros culturais Portugal-Japão-Brasil*. Organização de Américo Pellegrini Filho, Mitsuru Higuchi Yanaze. Barueri, São Paulo: Manole, 2002.

CORREIA, Kyohaku. *O que é primordial: budismo 100 anos*. São José dos Pinhais: Editora RMC, 2008.

COSTA, Emília Viotti da. “Alguns aspectos da influência francesa em São Paulo na segunda metade do século XIX”. *Revista de História*, 142-143 (2000).

COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. São Paulo: Editora Unesp, 1997.

COSTA, Luis Edmundo de Melo Pereira da (LUIS EDMUNDO). *O Rio de Janeiro do meu tempo*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, v. 1. Cap.VI, 1938 - Disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto> Acesso em 28 Mar 2011.

CYMBALISTA, Renato. “Os mártires e a cristianização do território na América portuguesa, séculos XVI e XVII”. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, N.Sér. v.18.n.1.pp 43-82. Jan-jul.2010.

DAIGO, Masao. *A mata das ilusões (Mori no yume)*. Tradução Sônia Regina Longhi Ninomiya. São Paulo: Aliança Cultural Brasil Japão. 1997.

DANTAS, Luiz. *O Japão – Aluisio Azevedo*. Apresentação e comentários. São Paulo: Roswitha Kempf Editores, 1984.

DEZEM, Rogério. *Matizes do amarelo – a gênese dos discursos sobre os orientais no Brasil (1878-1908)*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2005. Diário de bordo de Ryô Mizuno. Tradução de Masato Ninomiya. Disponível em <www1.folha.uol.com.br/sp/especial/fj1806200808.htm> Acesso em 13 Jan. 2012.

DOI, Elza. T. “Japonês”. *Enciclopédia das Línguas no Brasil*. IEL, Unicamp, 2004. Disponível em <<http://www.labeurb.unicamp.br/elb/2004>> Acesso em 15 JUN 2010.

DURSCHMED, Erik. *Como a natureza mudou a história* (The weather fator). Tradução de Mário Vilela. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

EISENSTADT, S. N. “Modernidade Japonesa: a primeira modernidade múltipla não ocidental” (Japanese Modernity: The First New Western Multiple Modernity). Tradução de Paul Freston. DADOS – *Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, vol. 53, no. 1, 2010.

ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. “Posse ou propriedade, eis a questão”. In: ANDRADE, Oswald de. *Marco Zero I: A revolução melancólica*. 4ª ed. São Paulo: Globo, 2008.

ELIADE, Mircea, COULIANO, Ioan P. *Dicionário das Religiões*. Colaboração de H.S. Wiesner; tradução Ivone Castilho Benedetti. 2ª. Ed. São Paulo: Martins Fontes: 1999.

FERREIRA, Antonio Celso; Mahl, Marcelo Lapuente (org). *Letras e Identidades – São Paulo no século XX, Capital e Interior*. São Paulo: Editora Annablume, 2008.

_____. “Chão de história e farsa”. In: *Marco Zero II: Chão*. São Paulo: Globo, 4. Ed. 2008.

FIGUEIREDO, Priscila. *Em busca do inespecífico: leitura de Amar, verbo intransitivo de Mário de Andrade*. São Paulo: Nankin Editorial, 2001.

FOLHA DE SÃO PAULO. Caderno Folhinha. “Qual a diferença entre crocodilo e jacaré”. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br> Acesso em 26 Maio 2012.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *Vargas, o capitalismo em construção, 1906-1954*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

FREIRE, José Miguel Moreira. “Há Cem Anos a Guerra RussoJaponesa. Consequências Diplomáticas. Equilíbrio Internacional e Europeu”. Disponível em <www.revistamilitar.pt> Acesso em 12 de Janeiro de 2012.

FREITAS, Sônia Maria de. *E chegaram os imigrantes (o café e a imigração em São Paulo)*. São Paulo: edição da autora. 1999.

FREYRE, Gilberto. “O Oriente e o Ocidente”. In: *China Tropical e outros escritos sobre a influência do Oriente na cultura luso-brasileira*. São Paulo: Global Editora, 2011.

FREYRE, Gilberto. *Ingleses no Brasil*. Livraria José Olímpio Editora, 1948.

GIUCCI, Guillermo. *Viajante do Maravilhoso – O novo mundo*. Tradução de Josely Vianna Baptista. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

GLEDHILL, Helen Sabrina. *Seppuku na cidade de Salvador*. 2007. (15 páginas). – Disponível em <http://www.svn.br.inter.net/5star/CIB/Seppuku-pdf>. Acesso em 01/11/2011.

GOGA, Masuda. *O Haikai no Brasil* (Burajiru no haikai). Tradução José Yamashiro. São Paulo: Editora Oriente, 1988.

GOGA, Masuda; ODA, Teruko. (Orgs.) *Natureza – berço do haikai: kigologia e antologia*. São Paulo: Diário Nippak Ltda, 1996.

GRANJA, Lúcia. “Das páginas dos jornais aos gabinetes de leitura: rumos dos estudos sobre a crônica de Machado de Assis”. In: *Tereza*. Revista de literatura brasileira 6/7. São Paulo: Editora 34, 2006.

GUARANÁ, Armino. *Dicionário Bio-bibliográfico Sergipano*. Rio de Janeiro: Editora Pongetti, 1925. Disponível em <www.unit.br/memorial/arquivos/dicarmindo.pdf> Acesso em 01 Dez. 2011.

GUIBERNAU I BERDUN, Maria Monserrat. *Nacionalismo. – o estado nacional e o nacionalismo no século XX*. Tradução de Mauro Gama e Cláudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Edittor, 1996.

HANDA, Francisco. “A construção do imaginário da morte nas cerimônias memoriais budistas”. In: *Revista Nures*, no. 9. Núcleo de Estudos Religião e Sociedade – PUC – São Paulo, – Mai / Set 2008:5. Disponível em <http://www.pucsp.br/revistanures> Acesso em 12 Dez 2010

HANDA, Tomoo. *Memórias de um imigrante japonês no Brasil*. Tradução Antonio Nojiri. São Paulo: T.A. Queiroz, Centro de Estudos Nipo-Brasileiros. 1980.

HANDA, Tomoo. *O imigrante japonês – História de sua vida no Brasil*. São Paulo: T.A. Queiroz, editor; Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, 1987.

HASHIMOTO, Lica. “O tempo segundo Yamada Yoshio.” In: *Teorias gramaticais da língua japonesa*. Tae Suzuki (org) et al. São Paulo: Humanitas: FAPESP, 2012.

HASHIMOTO, Lica; YOSHIDA, Nana. *A criação do Japão*. Coleção Mitos do Mundo. São Paulo: Editora Cosac & Naify, 2012 (no prelo).

Hino Nacional do Japão <www.fjso.org.br> e <www.br.emb-japan.go.jp> Acesso em 15 Fev. 2010.

HIRATA, Yoshinobu. “O destino do “espírito japonês””. Tradução de Luiza Nana Yoshida. Revista de Estudos Japoneses, n.18. São Paulo: CEJ-USP, 1998. *História da imigração japonesa*. Disponível em www.imigracaojaponesa.com.br/nossa-historia.html. Acesso em 25 de Janeiro de 2011. *História do budismo da terra pura* (Jôdo Shinshû no rekishi) disponível em <<http://www.international.hongwanji.or.jp>>. Acesso em 08 Jan. 2012.

HOSOKAWA, Shûhei. “A História da Música entre os Nikkei no Brasil enfocando as melodias japonesas”. *Anais do IV Encontro Nacional de Professores Universitários de Língua, Literatura e Cultura Japonesa*. São Paulo: Centro de Estudos Japoneses da Universidade de São Paulo, 1993.

IRIE, Toraji. *A história da expansão ultramarina dos japoneses (Hôjim kaigai hatten shi)*. Tóquio: Kotoshobo, 1939.

ISHIKAWA, Tatsuzô. *Sôbô: uma saga da imigração japonesa*. Tradução de Maria Fusako Tomimatsu e outros. São Paulo: Ateliê Editorial, 2008.

JANOVITHCH, Paula Ester. “Os jornalistas macarrônicos da imprensa humorística paulista”. In: *Imprensa, humor e caricatura: a questão dos estereótipos culturais*. Organizadora Isabel Lustosa. /belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. *KASATO-MARU: uma viagem na história da imigração japonesa*. Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2009.

KIRSCHBAUM, Saul. *A figura do judeu em O Tempo e o Vento de Érico Veríssimo*.

KITSUKAWA, Toshitada. “O Confucionismo e a sociedade pré-moderna – com ênfase no papel social dos confucionistas” (p. 21-29). Tradução de Shirlei Lica Ichisato Hashimoto. In: *Anais do XIV Encontro Nacional de Professores Universitários de Língua, Literatura e Cultura Japonesa*. São Paulo: Assis, 2003.

KIYOTANI, Masuji; YAMASHIRO, José. “Do Kasato-maru até a década de 1920”, In *Uma epopeia moderna – 80 anos da imigração japonesa o Brasil*. São Paulo: Editora Hucitec, Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa, 1992.

KIYOTANI, Masuji; YAMASHIRO, José. “Época da marcha para oeste”. In: , p.95-97.

KLEIN, Herbert S. “Migração internacional na história das Américas” (p. 25-26) In: *Fazer a América – a imigração em massa para a América Latina*. (Org. Boris Fausto). 2ª. edição. São Paulo: Edusp, 2000.

KONO, Akira. “Língua portuguesa pode voltar a despertar interesse no Japão”. Artigo publicado pela agência FAPESP em 24/09/2012. Disponível em <http://agencia.fapesp.br/16222>. Acesso em 24 Out 2012.

KÔYAMA, Rokurô. *Imin Yonjûnen-shi (História dos 40 Anos da Imigração)*. São Paulo, 1947. Disponível em: <<http://www.brasilimbunko.com.br/25.Imin.40nen.Shi.pdf>> Acesso 06 Mar 2011.

KUNIYOSHI, Celina. *Imagens do Japão – uma utopia de viajantes*. São Paulo, Editora Liberdade, FAPESP, 1998.

KURODA, Toshio. *Môkoshûrai (Invasão mongol)*. Tóquio: Chûbunron, 1974.

LACERDA, Fernando. “A penetração imperialista japonesa no Brasil”. *Revista Proletária*. Rio de Janeiro: jul 1934. *apud* SILVA, Ana Maria Formoso Cardoso., *op.cit.*, p.45.

- LAUSBERG, Heinrich. *Elementos de retórica literária*. Tradução, prefácio e aditamentos de R.M. Rosado Fernandes. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 5ª. Edição. 2004.
- LE GOFF, Jacques. *O imaginário medieval* (L'Imaginaire médiéval). Tradução de Manuel Ruas. Portugal: Editorial Estampa, 1994.
- LEÃO NETO, Valdemar Carneiro. *A crise da imigração japonesa no Brasil (1930-1934) – Contornos diplomáticos*, Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão e IPRI, 1990.
- LEÃO, Valdemar Carneiro. *A crise da imigração japonesa no Brasil (1930-1934) Contornos diplomáticos*. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais IPRI, 1990.
- LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro – História de uma ideologia*. São Paulo: UNESP, 1981.
- LEITE, José Roberto Teixeira. *A China no Brasil: influências, marcas, ecos e sobrevivência chinesa na sociedade e na arte brasileiras*. São Paulo- Campinas: Editora Unicamp, 1999.
- LESSER, Jeffrey. A negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil. Tradução Patrícia de Queiroz Carvalho Zimbres. São Paulo:UNESP, 2001.
- LEVY, Maria Stella Ferreira. “O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872-1972)”. *Revista de Saúde Pública*, SP, 2012. Disponível em <<http://www.scielosp.org>> Acesso 14 Jun 2011.
- LISBOA, Luiz Carlos; ARAKAKI, Mara Rúbia. *Namban – o dia em que o Ocidente descobriu o Japão*. São Paulo: Editora Estação Liberdade e Aliança Cultural Brasil Japão, 1993.
- LOPES, Telê Ancona. *Mariodeandradiando*. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.
- LOUREIRO, Rui. “O livro das espingardas de Dairiuiji Bunji (1596-1614, 1ª. Edição, 1649)”. *Os portugueses e o Japão no século XVI – Primeiras informações sobre o Japão – antologia documental*. Introdução, modernização do texto e notas de Rui Loureiro. Publicação subsidiada pela Fundação Oriente. 1990. Versão portuguesa de Georg Schurhammer (publicada em *Orientalia*, Roma, Institutum Historicum Societatis Iesu – Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1963, com ligeiras alterações para modernizar a ortografia e a sintaxe (a tradução data de 1946).
- MADAHIL, A.G. *Palito Métrico e correlativa Macarrónea latino-portuguesa*. Nova Edição. Coimbra: Oficinas da Coimbra-Editora, junho de 1942[1792].
- MAEYAMA, Takashi. *Margarida Watanabe: 53 anos de assistência a imigrantes e idosos* (Dona Margarida Watanabe: Imin rôjin fukushi nogojûsannen). Tradução: Equipe de Assistência Social Dom José Gaspar. São Paulo: Editora Zipango.
- MAIA, José Nelson Bessa; SARAIVA, José Flávio Sombra. “A paradiplomacia financeira no Brasil da República Velha, 1890-1930”. *Revista Brasileira de Política Internacional*. No. 55, 2012: 106-134, p.115. - Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v55n1/>> Acesso em 15 Jan 2012.

MARIANO, Helvio Alexandre. *A yayá, o yo-yô e a comida que queimou – o campeonato Paulista de Yo-Yô de 1933, ou o dia em que a paulicéia trabalhadora parou para brincar*. 2007. Disponível em www.revistadehistoria.com.br Acesso em 15 mar 2011.

MARTINS, Ana Luiza e Luca, Tânia Regina de (Organização). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

MARTINS, Ana Luiza. “Desenho, letra e humor – estereótipos na caricatura do Império”. In: LUSTOSA, Isabel (organizadora). *Imprensa, humor e caricatura: a questão dos estereótipos culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

MARTINS, Ingrid Bloser. “O conceito ínfimo do significado do eu na poesia haiku”, In *Cadernos Vienenses*, 34, 2004:173-198. Disponível em <http://gib.cm-viana-castelo.pt/documentos/20081028102553.pdf> Acesso em 16 Fev 2011. Massaranduba. Disponível em <http://eco-viagem.uol.com.br/brasil/santa-catarina/massaranduba> Acesso 28 Jun 2011.

MASUJI, Kiyotani. “Do Kasato-maru até a década de 1920”. *Uma epopéia moderna: 80 anos da imigração japonesa no Brasil*. São Paulo: Hucitec / Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa, 1992.

MEIRELES, Hely Lopes. *Direito Municipal Brasileiro*. São Paulo: Editora Malheiros: 2008. Disponível em <http://www.guardamunicipal.com.br/poder-policial.htm>. Acesso 20 dez 2011.

MENDONÇA, Salvador de. *Trabalhadores asiáticos*. Nova Iorque: Novo Mundo, 1879.

MILLARCH, Aramis. *Os partidos de 50 anos passados*. 1985. Disponível em <http://www.millarch.org/artigo/os-partidos-de-50-anos-passados-iii> Acesso em 26 Abr 2012.

MITA, Chiyoko. *Bastos: uma comunidade étnica japonesa no Brasil*. São Paulo: Humanitas/FFLC/USP, 1999.

MIYAMOTO, Tsuneichi. *Nihon no mura* (As vilas japonesas). Tóquio: Chikuma shoten. 2ª edição, 1953. Monteiro, John. *Caçando com gato: raça, mestiçagem e identidade paulista na obra de Alfredo Ellis Jr*. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, 1994.

MORAES, Marcos Antonio de (Org). *Correspondência Mário de Andrade & Manuel Bandeira*. 2ª. ed. São Paulo: EDUSP/IEB, 2001.

MORISHIMA, Michio. *Porque Triunfou o Japão? A Tecnologia Ocidental e o Espírito do Povo Japonês*. Lisboa: L. D. A.,1989.

MORIYAMA, Alan Takeo. “Nihon no imin shakai to Hawai (1894-1908)” (Havaí e a sociedade japonesa de emigrantes (1894-1908). *Ijû Kenkyû* (Estudos sobre a emigração), n.20 (Março, 1983, Tóquio).

MOTOYAMA, Shozo. *Sob o signo do sol levante: uma história da imigração japonesa no Brasil*. Vol.I. (1908-1941). São Paulo: Paulo's Comunicação e Artes Gráficas, 2001.

MOURA, Carlos Francisco de. *Colonos chineses no Brasil no reinado de dom João VI*. Separata do Boletim do Instituto Camões, n.2, v.7 Macau, 1973.

MOURA, Faraco. *Literatura Brasileira*. São Paulo: editora Ática, 1998.

MOURÃO, Ronaldo Rogério de Freitas. “Nos braços de Vênus às poltronas da Academia”. *In: Artigos Navegador*, no.2/2005, Artigo 1, 44 páginas. Disponível em www.sumarios.org/sites Acesso em 26 Abril 2011.

NAPOLI, Ricardo Bins di. “A filosofia da vida de Wilhelm Dilthey”. *In: Revista Sociais e Humanas*, v. 12, n. 1, 1999. Santa Maria-RS.

NASCIMENTO, Jairo Carvalho do. *Memória e história do integralismo no interior da Bahia: O povoado de Itapuy* (sul da Bahia, 1935-36). Disponível em <http://www.fiocruz.br/ehosudeste/templates/htm/> Acesso em 16 mai 2012.

NETO, Artur Bispo dos Santos. “A ciência e o brinquedo: uma abordagem histórico-ontológica”. *Revista Pesquisa em Foco: Educação e Filosofia*. Volume 5, Ano 5, Março 2012. Disponível em <http://www.educacaoefilosofia.uema.br/v5/7.pdf>. Acesso em 15 Ago 2012.

NINOMIYA, Masato. O centenário do Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre Brasil e Japão. *In Revista USP – volume 28*. São Paulo: dez/fev 95/96. Disponível em <www.usp.br/revistausp/28/17-masato.pdf>. Acesso em 15 Jan. 2012.

NISHIMUKAI, Yoshiaki. “Senzen no imin-yûsô to waga kuni no kaingyo – hôron” (Transporte de emigrantes japoneses e a marinha mercante japonesa). *Keizai Keiei Kenkyû Nempo* (Boletim sobre os primórdios da emigração japonesa para o México). Nambei Kenkyû (Estudos Latino-Americanos). Número 15 (1970, Kobe).

NOGUEIRA, Arlinda Rocha. “Considerações gerais sobre a imigração japonesa”. *In: Assimilação e integração dos japoneses no Brasil*. Coordenação de Hiroshi Saito e Takashi Maeyama. São Paulo, Editora. Vozes, EDUSP, 1973.

NOGUEIRA, Arlinda Rocha. *A imigração japonesa para a lavoura cafeeira. (1908-1922)*. São Paulo: IEB-USP, 1973.

_____. *Companhias interessadas na introdução de asiáticos em São Paulo nos primeiros anos da República*. São Paulo: Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, 1979.

_____. “Antecedentes da imigração japonesa no Brasil”, *In Uma epopeia moderna – 80 Anos da Imigração Japonesa no Brasil*. São Paulo, Hucitec e Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa, 1992.

NOMIO, Tôru. *O homem da mata selvagem: saga do pai da imigração japonesa, Shubei Uetsuka*. (Koya no hito) Tradução Rosa Tokiko Sonoo. São Paulo: Editora Jornalística União Nikkei, 2007.

OCADA, Fábio Kazuo. “A Cultura e o Habitus Japonês: ingredientes da experiência.”, UNESP/Araraquara, 2002. Disponível em <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf> Acesso em 13 Dez 2010. O Dinheiro no Brasil - do Descobrimento ao Reino Unido. Disponível em <http://www.bcb.gov.br> Acesso em 13 Mar 2012.

OKAKURA, Kazuko. *O livro do chá*. Tradução Leiko Gotoda. São Paulo: Editora Estação Liberdade, 2008.

OKINAWA - Disponível em <www.bibliotecavirtual.sp.gov.br/especial/docs/200806-okinawa.pdf> Acesso em 15 Jan 2012.

OKUBARO, Jorge. *O súdito (Banzai, Massateru!)*. 2ª.ed. rev. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2008.

OLIVA, Osmar Pereira. “Orientalismo e Romantismo: operadores conceituais e filosóficos para a criação literária em crônicas de “A Semana””. Disponível em http://www.filologia.org.br/machado_de_assis/Orientalismo. Acesso em 29 Jan 2011.

OLIVEIRA, Henrique Altemani. “Brasil-China: trinta anos de uma parceria estratégica. *Revista Brasileira de Política Internacional*. Vol.47/1. Brasília, 2004. Disponível em <http://www.scielo.br>.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. *O Brasil dos imigrantes*. 2ª. edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.

ORTIZ, Renato. *O próximo e o distante – Japão e Modernidade-Mundo*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

OTSUKI, Gentaku; SHIMURA, Hiroyuki *Kankai Ibun* (Informações exóticas ouvidas na viagem ao redor do mundo) –1840. Transcrição para a língua japonesa moderna por Akira Ikeda. Tóquio: Yûmatsudô, 1989.

OTTO MARIA, Carpeaux. Pequena bibliografia crítica de literatura brasileira. Rio de Janeiro: INL-MEC, 1958. *Outakaihajime, artigo oficial do Kunaichô* (Secretaria da Casa Imperial). Disponível em <www.kunaicho.go.jp> Acesso em 9 Fev 2011.

PADILHA, Márcia. *A cidade como espetáculo: publicidade e vida urbana na São Paulo dos anos 20*. São Paulo: Annablume:2001.

PEIXOTO, Afrânio. *Trovas populares brasileiras*, Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1919.

PEREIRA, Ronan Alves. “Antropologia, cultura japonesa e as teorias *nihonjinron*” (p. 97-102). In *Anais do VIII Encontro Nacional de professores universitários de língua, literatura e cultura japonesa*. São Paulo: Centro de Estudos Japoneses. Universidade de São Paulo, 1997.

PEREIRA, Mirian Halpern. *A política portuguesa de emigração (1850-1930)*. Revisão técnica Maria Helena Ribeiro da Cunha. Bauru, SP: EDUSC; Portugal: Instituto Camões, 2001.

PLAGGERT, Paul Gerritsen. “Da circulação das “Pesetas Sevilhanas” no século XIX”. Disponível em <http://www.forum-numismatica.com> Acesso em 13 Mar 2012.

POLO, Marco 1254-1323. *O Livro das Maravilhas: a descrição do mundo. Marco Polo*. Tradução de Elói Braga Júnior. Coleção L&PM Pocket, Porto Alegre: L&PM, 2006.

PORTELA, Jean Cristtus. *Semiótica do haikai*. Disponível em <http://publicacoes.unifran.br/colecao>. Acesso em 18 Ago 2012.

PRADO Jr., CAIO. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Círculo do Livro, 1983.

REZENDE, Tereza Hatue de. *Ryo Mizuno: precursor da imigração japonesa no Brasil*. 2ª ed. revisada e ampliada. São Paulo: Editora Jornalística União Nikkei, 2008.

ROSA, Josineide. *A construção da Brasilidade: a política educacional no Governo Vargas 1930-1945*. Disponível em <http://www.uniesp.edu.br/revista>. Acesso em 30 Jul 2012.

SAITO, Hiroshi. *O Japonês no Brasil: estudo de mobilidade e fixação*. São Paulo: FESP, 1961.

SAITÔ, Shôji. *Yamatodamashii no bunka shi* (História cultural do yamato damashii – espírito japonês). Tóquio: Editora Daishindô, 1972 (1ª. Edição), 1978 (6ª. Reimpressão).

SAKURAI, Célia. *Os japoneses*. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. *Romanceiro da imigração japonesa*. São Paulo: Editora Sumaré. FAPESP, Série imigração, volume 4, 1993.

_____. “A chegada do Kasato-maru e o contexto das migrações japonesas (1908-1970)”. In: *Kasato-maru: Uma viagem na história da imigração japonesa*. Arquivo Público do Estado de São Paulo. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.

SALIBA, Elias Thomé. “Juó Bananére, o raté do modernismo paulista?” p. 113-122 In: *Revista de História*. FFLCH-USP 1997.

SAVARY, Olga. (Org.) *O livro dos hai-kais*. São Paulo: Massao Ohno & Roswitha Kempf, 1980.

SAYAD, Abdelmalek. *A imigração – ou os paradoxos da alteridade*. (título original: L’immigration ou les paradoxes de l’altérité). Tradução Cristina Murachco. São Paulo: Editora da USP, 1998.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEYFERTH, Giralda. “Colonização, imigração e a questão nacional no Brasil”. In: *Revista USP*, São Paulo, n.53, 2002.

SHENG, Shu Chang. *Chineses no Rio de Janeiro*. 2009. Disponível em www.controversia.com.br Acesso em 29 Mar 2011.

SHIMIZU, Isabel Mitsue. “Outro “mura”, outros japoneses. Herança do Kasato-Marú.” *Novos Cadernos NAEA*. Volume 13, n. 2, p. 153-168, 2010. Disponível em <www.periodicos.ufpa.br>. Acesso 19 Mar. 2011.

SILVA, Ana Maria Formoso Cardoso. *Marco Zero de Oswald de Andrade: uma proposta de romance mural*. Campinas, SP. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas, IEL:2003.

SILVA, Diego Barbosa. “A política linguística do Japão na era Meiji.” *In: ANAIS do XX Encontro Nacional de Professores Universitários de Língua, Literatura e Cultura Japonesa. VII Congresso Internacional de Estudos Japoneses no Brasil: para além do Japão: Brasil, Canadá e França*. São Paulo: CEJAP, USP, 2009.

SPINELLI, Kelly C. *O Kasato maru e a epopéia dos primeiros japoneses no Brasil* (p.20 e 21). *História Viva Japão*. 3ª. Ed. São Paulo: Ediouro, Segmento-Duetto Editorial Ltda, 2008.

SUANO, Marcelo José Ferraz. *A doutrina Góes Monteiro e o pensamento político brasileiro nos anos 30* (O intelectual do Partido Fardado e a Dinâmica das Intervenções Militares). Tese de doutorado. FFLCH-USP, 2002.

SUDA, Joyce Rumi; SOUZA, Lídia de. “Identidade social em movimento: a comunidade japonesa na grande Vitória (ES)”. *In Psicologia e Sociedade*.18(2), 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/> Acesso em 9 ABR 2012.

SUZUKI, Sadami. *Nihon no bunka nashonarismu* (O nacionalismo cultural no Japão). Tóquio: Heibonsha,2005.

SUZUKI, Teijiro. (pseudônimo:Suzuki Nanju). *Burajiru nippon imin no kusawake* (História dos pioneiros da imigração japonesa no Brasil). Edição Revisada. 1969.

_____. *Burajiru Nippon Imin no Kussawake* (Os pioneiros da imigração japonesa no Brasil). Associação Nipo-brasileira de Kobe, 1933.

TAJIRI, Tetsuya; YAMASHIRO, José. “Alguns Episódios Históricos”. *In: Uma epopéia moderna: 80 anos da imigração japonesa no Brasil*. São Paulo: Hucitec; Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa, 1992.

_____. “Antecedentes da imigração japonesa no Brasil”, *In Uma epopéia moderna: 80 anos da imigração japonesa no Brasil*. Hucitec, Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa, 1992.

_____. “Japão: Fim do isolamento e início do movimento emigratório”. *In: Uma epopéia moderna: 80 anos da imigração japonesa no Brasil*. São Paulo: Hucitec; Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa, 1992.

TAKEUCHI, Márcia Yumi. *O perigo amarelo: imagens do mito, realidade do preconceito*. São Paulo: Humanitas, 2008.

_____. “A comunidade nipônica e a legitimação de estigmas: o japonês caricaturizado.” *In: Revista USP*, n.79. São Paulo set,nov 2008:2. Disponível em <http://www.revistausp.sibi.usp.br>. Acesso em 19 Fev 2010.

_____. *A comunidade japonesa no Brasil (1908-1924) Quistos étnicos ou espaços de identidade imigrante?* Publicado originalmente na revista eletrônica italiana *Storicamente* (4) 2008, disponível em <http://www.storicamente.org/07.htm> Acesso em 15 set 2010.

TOIDA, Helena Hisako. “Imperador Meiji, sua época e seus poemas”. In: *Estudos Japoneses*, V. São Paulo: Centro de Estudos Japoneses, 1985.

TOLEDO, Francisco Sodero. “O Convênio de Taubaté: Taubaté como palco.” Disponível em <www.valedoparaiba.com> Acesso em 15 Out 2011.

UOL - Notícias sobre a retirada das tropas americanas de Okinawa. Disponível em <operamundi.uol.com.br/noticias> Acesso em 27 Abr 2012.

USAMI, Shôzô. *Kasato Maru kara mita nihon, shitatakani ikita fune no monogatari* (O Japão visto pelo Kasato-Maru - a história de um navio que singrou bravamente o mar). Tóquio: Kaibundô, 2007.

VALE, Renata William Santos do. Exposição “Japão, Brasil: Centenário de um encontro” In *Imigrantes Japoneses no Brasil: Trajetória, Imaginário e Memória*. Organização Maria Luiza Tucci Carneiro, Márcia Yumi Takeuchi. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

VINHOLES, L.C. Intercâmbio Cultural e Artístico nas Relações Brasil-Japão. Centenário do Tratado de Amizade, de Comércio e Navegação 05.11.1895 - 05.11.1995. Disponível em <http://www.usinadeletras.com.br/exibelotexto.php> Acesso em 15 Nov 2010.

WAKISAKA, Geny. *Man'yôshû – vereda do poema clássico japonês*. São Paulo: Editora Hucitec, 1992.

WALDMAN, Berta. “Terra à vista: anotações sobre a presença de japoneses na literatura brasileira” In: *Imigrantes Japoneses no Brasil: Trajetória, Imaginário e Memória*. Organização Maria Luiza Tucci Carneiro, Márcia Yumi Takeuchi. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

_____. *Entre passos e rastros: presença judaica na literatura brasileira contemporânea*. São Paulo: Perspectiva, Fapesp, Associação Universitária de Cultura Judaica, 2003.

WAWZYNIAK, Sidinalva Maria. Contornos e representações familiares: a constituição da família japonesa no Brasil. 2008. Disponível em <nuevomundo.revues.org> Acesso em 19 Mar 2011.

WERNECK, L.P. de Lacerda. *Ideias sobre colonização precedidas de uma sucinta exposição dos princípios gerais que regem a população*. Rio de Janeiro, 1855. *Xintoísmo*. Disponível em <<http://www.br.emb-japan.go.jp/cultura/religiao.html>>. Acesso em 09 Maio 2010.

YAMAMURA, Roberto Jimmy Hideki. “O estabelecimento das relações Brasil – Japão no século XIX” in *Textos de História*, v. 4. Universidade Federal de Brasília. 1996.

YAMASHIRO, José. *Japão - passado e presente*. São Paulo: Aliança Cultural Brasil Japão e Centro de Estudos Nipo-Brasileiros. 3ª. Edição, 1997.

ZIERER, Otto. *Pequena história das grandes nações – Japão*. São Paulo: Círculo do livro, 1988.

IMAGEM

Emblemas: [http://en.wikipedia.org/wiki/Mon_\(emblem\)](http://en.wikipedia.org/wiki/Mon_(emblem))

Imagem – Legenda: 800 emigrantes do Kasato-maru com destino à América do Sul, momentos antes de sua partida rumo ao Brasil, em 28 de abril de 1908. Disponível em: <<http://www.ndl.go.jp/brasil/column/kasatomaru.html>> Acesso em 02 Jan.2010.

Imagem - Diário de Ryô Mizuno / Página referente aos dias 18 e 19 de junho de 1908. Disponível em <<http://www.ndl.go.jp/brasil/column/kasatomaru.html>> Acesso em 13 Jan. 2011.

Imagem - Rota do Kasato-maru. Disponível em < <http://www.japao100.com.br/arquivo/kasato-maru> > Acesso em 13 Jan. 2012.

Imagem - Kasato-maru. Disponível em < <http://www.ndl.go.jp/brasil/column/kasatomaru.html> > Acesso em 13 Jan. 2012.

Exposição Nacional Comemorativa do 1º. Centenário da Abertura dos Portos do Brasil. Disponível em <www.skyscrapercity.com/showthread.php> e <<http://rioantigo.multiply.com/photos/photo/6/39.jpg>>, ambos acessados em 01 Fev 2012.

Imagem de passaporte. Fonte: VALE, Renata William Santos do. Exposição “Japão, Brasil: Centenário de um encontro” In *Imigrantes Japoneses no Brasil: Trajetória, Imaginário e Memória*. Organização Maria Luiza Tucci Carneiro, Márcia Yumi Takeuchi. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

Imagem: Colheita manual de café. - Disponível em <http://www.newsrrondonia.com.br> Acesso em 27 de Janeiro de 2011.

Imagem: “Vamos! O Brasil dá boas vindas aos agricultores.” Cartaz da Companhia de Emigração Imperial com sede em Tóquio, bairro de Marunouchi - Disponível em <<http://www.brasil.gov.br/imagens/linha-do-tempo/1908>> Acesso em 18 Jun 2010.

Imagem: Mapa do Japão. Disponível em <www.upload.wikimedia.org/Regions_and_Prefectures_of_Japan.png> Acesso 05 Nov 2011.

Imagem - A Divindade protetora dos arrozais (*ta no kami*) é colocada perto dos arrozais. - Disponível em <geocities.jp>. Acesso em 09 Maio 2010.

Imagem - Mapa dos dialetos do Japão. Disponível em <hougen.u-biq.org> Acesso 16 Jan 2011.

Imagem - Édito Imperial para a Educação (Ano 23 da era Meiji, 30 de Outubro) - Disponível em <www.h6.dion.ne.jp> Acesso em 18 Mar 2011.

Ukiyo-e - Disponível em <http://www.acbj.com.br/japao> Acesso em 20 Jan 2011.

Imagem - Emigrantes da província de Kagoshima em visita ao Santuário de Suwa, em Kobe, antes do embarque para o Brasil (1908). Acervo:Memorial do Imigrante, São Paulo.

Imagem - “Plantação chinesa de chá”, de Johann Mortiz Rugendas (1802-1858). - Disponível em <http://www.flogao.com.br/diewithme/141653669>. Acesso em 15 Mar 2012.

Imagem - “Uma rua do Rio de Janeiro em XIX. Ou os efeitos da colonização chinesa no Brasil. Teremos com essa nova raça de colonos uma interessante mistura de tipos, cores, costumes, religiões, vestuários, etc.” Litografia de Angelo Agostini na *Vida Fluminense*, número 139, de 27 de agosto de 1870. Fonte: LEITE, José Roberto. *A China no Brasil. Influências, marcas, ecos e sobrevivências chinesas na sociedade e na arte brasileiras*, Campinas: UNICAMP, 1999, p. 114.

Imagem - A charge reflete o quanto os imigrantes não-europeus punham em cheque os ideais raciais da elite brasileira conservadora do século XIX - Fonte:LEITE, José Roberto Teixeira. *A China no Brasil. Influências, marcas, ecos e sobrevivências chinesas na sociedade e na arte brasileiras*, Campinas: UNICAMP, 1999, p. 115. Litografia de Angelo Agostini, *Vida Fluminense*, número 190, de 19 de agosto de 1871, no qual se vê Mariano Procópio como “Hércules mineiro” e pré-histórico, importando trabalhadores chineses (*coolies*).

Imagem - “Bairro de Ginza, com suas casas de tijolos em estilo ocidental”, 1871. Acervo exposto na biblioteca da Universidade de Waseda. - Disponível em <http://ohmoriws1.ms.kagu.tus.ac.jp/public_page/kidland/JapaneseHistory/Sekai-Meiji-Bunmeikaika.html> Acesso em 17 Feb 2012.

Imagem - Shô Nemoto - Disponível em: ipcdigital.com Acesso em 9 Abr 2011.

Imagem - “Trem a vapor entre Tóquio e Yokohama” by Utagawa Hiroshige III, 1875 [2000.549] Sharf Collection, Museum of Fine Arts, Boston. - Disponível em <<http://ocw.mit.edu/ans>> Acesso em 24 Jan 2011.

Imagem - “Famoso edifício em Tóquio: O prédio dos Correios em perspectiva, situado em Edo-bashi” by Kobayashi Ikuhide, 1889 [2000.509] Sharf Collection, Museum of Fine Arts, Boston. - Disponível em <<http://ocw.mit.edu/ans>> Acesso em 24 Jan 2011.

Imagem – A esfera de influencia japonesa (1868 – 1939) - Fonte: Magnoli, Demétrio. *O mundo contemporâneo*. 2ª. Ed. São Paulo: Atual, 2008:228. - Disponível em <<http://marcosbau.files.wordpress.com>> Acesso em 15 Jan 2011.

Imagem - Altar budista (butsudan) - Disponível em www.alpha-net.ne.jp Acesso em 06 Jan. 2010.

Imagem - Coleção de pinturas da Era Meiji “Local pitoresco em Osaka” O antigo castelo de Osaka foi utilizado como quartel general, 1871. - Disponível em <taka4027.exblog.jp> Acesso em 16 Feb 2011.

Imagem - Divindade protetora dos arrozais (*ta no kami*). Geralmente é representado segurando na mão direita uma colher de madeira para servir o arroz (*shamoji*) e uma tigela de arroz na esquerda. - Disponível em <hiro-kzno-blog.jp>. Acesso em 9 Maio 2010.

Imagem - Guerra Russo-Japonesa (1904-1905) - Área em disputa pelos russos e japoneses - Disponível em < <http://www.areamilitar.net>> Acesso em 12 Out. 2011.

Imagem – O mandarim Tong King Sing - Fonte: LEITE, José Roberto Teixeira. *A China no Brasil. Influências, marcas, ecos e sobrevivências chinesas na sociedade e na arte brasileiras*, Campinas: UNICAMP, 1999:119.

Imagem - *sanshin* - Disponível em <jetaany.org> Acesso em 18 Jan 2012.

Imagem - *shamisen / shakuhachi* - Disponível em <iconoarchive.com> <carrotmusic.org> Acesso em 18 Jan 2012.

Imagem: Aula fácil.com seleção de cursos grátis online. Disponível em; <http://www.portalcursos.com/Linguachinesa/Curso/Lecc-2.htm>. Acesso em 6 Fev 2012.

Imagem - A legenda 2 é a transcrição do som da palavra coco em japonês e a legenda 3 é a do crocodilo, que na verdade, é o jacaré. Fonte: OTSUKI, Gentaku; SHIMURA, Hiroyuki *Kankai Iibun* (Informações exóticas ouvidas na viagem ao redor do mundo) –1840. Tóquio: Yûmatsudô, 1989. Anexo: s/p.

Imagem: Atleta Geo Omori em disputa. Disponível em tonyferraz.wordpress.com

Imagem: DISTRIBUIÇÃO DOS IMIGRANTES JAPONESES EM SÃO PAULO (Principais núcleos de colonização até 1940) - Fonte: SHINDO, Tsugio. *Brasil e Japão – 100 anos de Tratado de Amizade*. Tradução de Julia Hoçoya Sasaki e Olívia Tamiko Ozaki Makibara. São Paulo: Associação Recreativa Akita Kenjin do Brasil. s/d: 29.

Imagem: Getúlio Vargas e Góes Monteiro www.politicaparapoliticos.com.br Acesso em 01 set. 2011.

Imagem: Imperador Hiroito - [http:// Hirohito_in_dress_uniform.jpg](http://Hirohito_in_dress_uniform.jpg) Acesso em 1 set. 2011.

Imagem: *yamato damashii* - Disponível em <http://standupforamerica.wordpress.com> Acesso em 19 abr 2012.

Imagem: Chegada do Kasato-maru no Brail. Disponível em : <http://www.nipocultura.com.br/wp-content/uploads/2008/05/> Acesso em 19 abr 2012.

1. Machado de Assis (crônicas).....	312
“Balas de Estalo”, <i>Gazeta de Notícias</i> (16/10/1883).....	312
“Balas de Estalo”, <i>Gazeta de Notícias</i> (23/10/1883).....	315
“A semana”, <i>Gazeta de Notícias</i> (18/09/1892).....	317
“A semana”, <i>Gazeta de Notícias</i> (28/10/1894).....	319
 ASSIS, Machado de. <i>Balas de estalo de Machado de Assis</i> . Organização de Heloisa Helena Paiva De Luca. São Paulo: Annablume, 1998, p. 68-69	
 _____. <i>A semana</i> . Organização de John Gledson. São Paulo: HUCITEC, 1996, p. 120-3	
2. Diário do Abax’o Piques (SP,1933) “Taka-shumbo shimbun”.....	322
18/5/1933 (ano I, no. 3 página 7).....	322
01/6/1933 (ano I, no. 5, página 8).....	323
3. Quadro comparativo das edições 1927-1944 de Amar, verbo intransitivo, de Mário de Andrade	
Amar, verbo intransitivo – idílio (1923-1924). São Paulo: Casa Editora Antonio Tisi. 1927.....	324
 Reedição: Amar, verbo intransitivo: idílio. Rio de Janeiro: Editora Agir, 2008.	
4. Levantamento de personagens não-nacionais que constam nas obras Marco Zero I e II, de Oswald de Andrade.....	336
Marco Zero I.....	336
Marco Zero II	374
 Marco Zero I – A revolução melancólica. Obras Completas 3. 2ª. ed. MEC. Civilização Brasileira, 1974.	
 Marco Zero II – Chão. Obras Completas 3. 2ª. ed. MEC. Civilização Brasileira,1974.	

CRÔNICA: MACHADO DE ASSIS, “BALAS DE ESTALO”, GAZETA DE NOTÍCIAS (16/10/1883).

No momento em que me sentava a escrever, recebi uma carta de um nosso hóspede ilustre. *As-tu vu le mandarin?* Pois foi ele mesmo, o mandarim, que me escreveu, pedindo a fineza de inserir nas *Balas de Estalo* uma exposição modesta das impressões que até agora tem recebido do nosso país.

Não traduzi a carta, para lhe não tirar o valor. Além disso, há dela alguns juízos demasiado crus, que melhor é fiquem conhecidos tão-somente dos que sabem a língua chinesa. Em alguns lugares, o meu ilustre correspondente inseriu expressões nossas; ou por não achar equivalente na língua dele ou (como me parece) para mostrar que já está um pouco familiar com o idioma do país. Eis a carta:

Vu pan Lelio,

Lamakatu apá ling-ling *Balas de Estalo*, mapapi tung? Keré siri mamma, ulamali tiká.

Ton-ton pacamaré rua do Ouvidor nappi Botafogo, nappi Laranjeiras mappi Petrópolis gogô. China cava miraka rua do Ouvidor! Naka ling! tica milung! Ita marica armarinho, gavamacú moça bonita, vala ravala balcão; caixairo sika maripú derretido. Moçanigu vaia peça fita, agulha, veludo, colchete, iva cuca trapalhada. Moço lingu istú passa na rua, che-berú pitigaia entra, namora, rini mamma:

Viliki xaxi xali xaliman. Acalag ting-ting valixú. Upa Costa Braga relá minag katu Integridade abaxung kapi a ver navios. Lamarika ana bapa bung? Gogô xupitô? Nepa in pavé. Brasil desfalques latecatú. Inglese poeta, Shakespeare, kará: make money; upa lamaré in língua Brasil: — *mete dinheiro no bolso*. Vaia, Vaia, gapaling capita passa a unha simá teka laparika. Eting põe-se a panos, etang merú xilindró.

Itá poxta, China kiva Li-vai-pé, abá naná Otaviano Hudson, naka panaka, neka paneca, míngu. Musa vira kassete.

— Mira lung Minas Gerais longú senado. Vetá miná Lima Duarte passi Cesário Alvim; mará kari Evaristo da Veiga seba Inácio Martins. Rebagú sara Coromandel? Teca laia Coromandel?

Aba lili tramway Copacabana. Vasi lang? Tacatú, pacatú, pacatú. Hú-huchi edita Wagner, limaraia Duvivier. Toca xuxú Figueiredo de Magalhães, upa, upa, upa. Baba China páriú. Hêhê...

Siba-ú lami assembléia provincial nanakaté. Mirô bobó xalu Gavião Peixoto: ridin teca maneca cabelinho na venta. Pantutu? Hermann limpatúba Arang chikang Companhia Telefônica rurú mamma, ipi, xuchi paripangatú, Caminha, Magalhães Castro, xela kapa, xela kipa, xela kopa. Neka sirí lipa câmara dos deputados abaling. China seca pareka amolador empala. Laka pitaka? Nana pariú.

Faro e Lino papyros, biblos, makó gogó. Lino abatukamú, Faro abatiki. Eba ú laté! Castelões zurú! Clube Beethoven paka xali! Tarinanga axá acaritunga. Harritoff dansa mari xalí!

Xulica Brasil pará; aba lingú retórica, palração, tempo perdido, pari mamma; xulica Kurimantú. Iva nenê, iva tatá. Brasil gamela tika moka, inglês ver. Veriman? Calunga, mussanga, monau denguê. Valavala. Dara dara bastonara. Malan drice pakú. Ocuôco; momeréo-diarê. Ite, issa est.

Mandarim de 1ª classe”.

Tong Kong Sing.

Como se terá visto, no meio de alguns reparos crus, há muita simpatia e viva observação. Quanto ao estilo, é do mais puro, é da escola de Macau, fiel às doutrinas do século XII antes da Criação. A nossa crítica terá notado a linda imagem com que o ilustre escritor define o progresso, chegando à praia da Copacabana: pacatú, pacatú, pacatú. Em suma, é um documento honroso para o autor e para nós.

LELIO

CRÔNICA: MACHADO DE ASSIS, “BALAS DE ESTALO”, GAZETA DE NOTÍCIAS (23/10/1883).

A *Gazeta de Londres* publicou, em seu número de 8 do mês passado, um ofício do vice-rei da Índia ao conde Granville, contendo informações interessantíssimas para a questão dos trabalhadores asiáticos. Visto que há tanto horror aos chins, pareceu-me interessante transcrever esse documento:

“A S. Excia. o Sr. conde Granville, secretário de Estado dos negócios estrangeiros.
Calcutá, 13 de agosto de 1883.

Senhor Conde

Noutro ofício que ora dirijo ao Honrado secretário de Estado das Colônias dou conta de alguns fatos relativos ao trabalho agrícola na Índia. Peço licença a V. Excia. para resumi-los aqui, no caso de que o governo de Sua Majestade tenha de intervir naqueles países da América, onde o trabalho chim é usado, ou vai sê-lo.

Em primeiro lugar, devo lembrar a V. Excia. que é preciso distinguir o chim do chim. O chim comum está de há muito abandonado em toda a Ásia, onde foi suplantado por uma variedade de chim muito superior à outra. Essa variedade, como já tive ocasião de dizer ao governo de Sua Majestade, é o chim-panzé.

O deplorável equívoco que, durante dilatados anos, classificou o chim-panzé entre os macacos, estava há muito abandonado. Mas persistia a convicção de que, embora pertencente à família humana, o chim-panzé fosse refratário ao trabalho. Esta mesma convicção vai desaparecer, depois das brilhantes experiências feitas nos domínios de Sua Majestade, e até na China e no Japão.

O primeiro súbdito de Sua Majestade que empregou o chim-panzé, foi Sir John Sterling, que reside na Índia há trinta anos. Desde 1864 o seu trabalhador era o chim comum. Ultimamente, porém, deu-se uma desordem, verdadeira rebelião, e a maior parte dos trabalhadores retiraram-se. Sir John Sterling resolveu liquidar e voltar para a Europa; mas tendo notícia de que o chim-panzé era moralmente superior ao chim comum, mandou contratar uns trinta para ensaio, e deu-se muito bem com eles. Daí a seis meses a plantação tinha cerca de cem indivíduos: hoje conta setecentos e trinta. Dois parentes seus lançaram mão do mesmo instrumento de trabalho; hoje há muitíssimas plantações que não têm outro.

Foram os parentes de Sir John Sterling, que me deram as notícias que nesta data transmito a S. Excia. o Sr. secretário das Colônias, e que vou resumir para uso de V. Excia.

A primeira vantagem do chim-panzé é que é muito mais sóbrio que o chim comum. As aves domésticas, geralmente apreciadas por este (galinhas, patos, gansos, etc.), não o são pelo outro, que se sustenta de cocos e nozes. O chim-panzé não usa roupa, calçado ou chapéu. Não vive com os olhos na pátria; ao contrário, Sir John Sterling e seus parentes afirmaram que têm conseguido fazer com que os chim-panzés mortos sejam

comidos pelos sobreviventes, e a economia resultante deste meio de sepultura pode subir, numa plantação de dois mil trabalhadores, a duzentas libras por ano.

Não tendo os chim-panzés nenhuma espécie de sociedade, nem instituições, não há em parte alguma embaixadas nem consulados; o que quer dizer que não há nenhuma espécie de reclamação diplomática, e pode V. Excia. calcular o sossego que este fato traz ao trabalho e aos trabalhadores. Está provado que toda a rebelião do chim comum provém da imagem, que eles têm presente, de um governo nacional, um imperador e inúmeros mandarins. Por outro lado, a imprensa não poderá tomar as dores por ele, para não confessar uma solidariedade da espécie, que ainda repugna a alguns.

Quanto aos lucros, dizem-me que são de vinte e cinco a vinte e oito por cento, Sir John Sterling fez no ano de 1881, com o chim comum, vinte mil libras; em 1882, tendo introduzido em março os primeiros chim-panzés, apurou quinze mil libras; e nos primeiros seis meses deste ano vai em onze mil e quinhentas. A perfeição do trabalho é, ou a mesma, ou maior. A celeridade é dobrada, e a limpeza é tão superior, que Sir John não viu nada melhor na Inglaterra.

No ofício ao secretário das Colônias, mando alguns dados estatísticos, desenvolvidos, que não reproduzo para não alongar este.

A princípio houve relutância em admitir o chim-panzé pelo fato de andar muita vez a quatro pés; mas Sir John Sterling, que é naturalista e antropologista emérito, fez observar aos parentes e amigos, que a atitude do chim-panzé é uma questão de costumes. Na Europa e outras partes, há muitos bípedes por simples hábito, educação, uso de família, imitação e outras causas, que não implicam com as faculdades intelectuais. Mas tal é a força do preconceito que, assim como no caso daqueles bípedes se conclui da posição das pernas para a qualidade da pessoa, assim também se faz com o chim-panzé; sendo ambos o mesmíssimo caso — uma questão de aparência e preconceito. Felizmente, a propaganda vai fazendo desaparecer esse erro funesto, e o chim-panzé começa a ser julgado de um modo eqüitativo, científico e prático.

Rogo a V. Excia. se digne submeter estes fatos ao conhecimento do Sr. Gladstone.

Sou, etc.

Webster.”

Esta carta é realmente importante, e espero sejam devidamente apreciadas e não fiquem perdidas as lições que contém. O nosso defeito é não dar atenção a coisas sérias! Esta é das mais sérias.

As pessoas que preferem os chins, não podem deixar de aceitar este substituto. Segundo a carta transcrita, o chim-panzé tendo as mesmas aptidões do outro chim, é muito mais econômico. Por outro lado, os adversários, os que receiam o abastardamento da raça, não terão esse argumento, porque o chim-panzé não se cruzará com as raças do país.

LELIO

**CRÔNICA: MACHADO DE ASSIS, "A SEMANA", GAZETA DE NOTÍCIAS
(18/09/1892).**

Quando a China souber que a vinda dos seus naturais (votada esta semana em segunda discussão) tem dado lugar a tanto barulho, tanta animosidade, tanto epíteto feio, é provável que mande fechar os seus portos e não deixe sair ninguém. Eu conheço a China. A China tem brios. A China não é só a terra de porcelanas, leques, chá, sedas, mandarins e guarda-sóis de papel. Não, a China manda-nos plantar café e deixa-se ficar em casa.

E o Japão? O Japão, que sabe estarem os japoneses no projeto e não vê descompor japoneses nem malsiná-lo a ele, o Japão cuida que entra no projeto só para dar fundo ao quadro, e fecha igualmente os seus portos. Eu conheço também o Japão. O Japão é muito desconfiado, mais desconfiado ainda que parlamentar.

Porque o Japão é parlamentar, como sabem; copiou do ocidente as câmaras e os condes. O atual presidente do conselho de ministros é o Conde Ito, um homem que, tanto quanto se pode deduzir de uma gravura que vi há pouco, é das mais galhardas figuras deste fim de século. Mas como vai muito do vivo ao pintado, dou que seja menos belo; não quer dizer que não tenha talento e pulso.

Quanto à planta parlamentar, não creio que seja tão viçosa como na Inglaterra. Não, mas é original, e basta. Tem uma cor particular ao clima. Se é verdade o que li, há lá um costume nas câmaras assaz interessante. Deputado que vota contra o governo, é restituído aos seus eleitores; deputado que vota a *favor* do governo, é desancado pela opinião. Quer dizer que, em cada votação política, os adversários do governo põem os ministerialistas em lençóis de vinho e vão ver depois se o Conde Ito está nos seus respectivos distritos eleitorais. Se os eleitores (isto agora é conjectura minha) os aprovam, revalidam os diplomas, e eles tornam ao parlamento.

Este sistema, se vier nas malas japonesas, pode ser experimentável; mas a dúvida é se virão malas japonesas, ou sequer chinesas, pela razão acima citada. Força é confessar que os filhos daquelas bandas têm grandes vantagens. Italianos entram aqui com o seu irridentismo, franceses com os princípios de 89, ingleses com o *Foreign Office* e a Câmara dos Comuns, espanhóis com *todas las Españas*, *caramba!* alemães com uma casa sua, uma cidade sua, uma escola sua, uma igreja sua, uma vida sua. Chim não traz nada disso, traz braço, força e paciência. Não chega a trazer nome, porque é impossível que a gente o chame por aqueles espirros que lá lhe põem. O primeiro artigo de um bom contrato deve ser impor-lhe um nome da terra, à escolha, Manuel, Bento, pai João, pai José, pai Francisco, pai Antônio...

Depois, o trabalho. Que outro bicho humano iguala o chim? Um cego, entre nós, pega da viola e vai pedir esmola cantando. Ora, o Padre João de Lucena refere que na China todos os cegos trabalham de um modo original. São distribuídos pelas

casas particulares e postos a moer arroz ou trigo, mas de dois em dois, “porque fique assim a cada um menos pesado o trabalho com a companhia e conversação do outro”. Os aleijados, se não têm pernas, trabalham de mãos; os que não têm braços, andam ao ganho com uma cesta pendurada ao pescoço, para levar compras às casas dos que os chamam, — ou servem de correio a pé. Aproveita-se ali até o último caco de homem.

Não alegueis serem estas notícias de um velho escritor, porque uma das vantagens da China é ser a mesma. Os séculos passam, mudam-se os costumes, as instituições, as leis, as idéias, tudo padece desta instabilidade que o Sr. Senador Manuel Vitorino atribuiu anteontem às nossas coisas; mas a China não passa.

Já que falei no Sr. Senador Manuel Vitorino, devo completar um ponto do seu discurso. É certo que o finado imperador recusou uma estátua que lhe quiseram erigir, quando acabou a Guerra do Paraguai, dizendo preferir que o dinheiro fosse aplicado a escolas; mas o Sr. Senador não disse o resto. Talvez não estivesse aqui. Eu estava aqui; vi as coisas de perto. A estátua não foi um simples e desornado oferecimento. Fez-se grande reunião, com pessoas notáveis à frente, comissão aclamada, que ia marchar para S. Cristóvão. O imperador, lendo a notícia nos jornais, escreveu uma carta ao ministro do Império, declarando o que o Sr. Senador Manuel Vitorino referiu agora. Mas o resto? Onde está o resto? Onde está o dinheirão que eu gastei depois em anúncios, pedindo notícias da comissão? Nem só dinheiro, gastei amigos, encomendei a uma dezena deles que fossem a todos os bairros, que interrogassem os lojistas, que levantassem as almofadas dos carros, que chegassem ao interior das casas, e espiassem por baixo das camas ou dentro dos armários. Pode ser que houvesse da minha parte algum excesso de zelo; mas nem por isso mereço ficar no escuro. Não achei a comissão, é certo, mas podia tê-la achado.

Entretanto, não nego que há por aí edifícios bem arquitetados para escolas e por conta do Estado. Um chegou a destruir em mim certo erro político. Dizia ele, no alto, em letra grossa, como dedicatória: “*O governo ao povo*”. A minha idéia é que éramos, politicamente, uma nação representativa, e que tanto fazia dizer povo como governo, não sendo o governo mais que o povo governando. Demais o dinheiro da construção era dos próprios contribuintes, e... Mas vamos adiante, que o tempo escasseia.

Tempo, espaço e papel, tudo vai faltando debaixo das mãos. Paciência também falta. Concluamos com uma boa notícia. Cansado desta obrigação de dar uma semana por semana, entendi convidar um colaborador, e a quem pensais que convidei? Um senador, ex-ministro e pensador, tudo de França, o velho Júlio Simon, que me respondeu nestes termos:

“Mon cher ami. — Je répons à votre bonne lettre. Ne comptez pas sur moi, ni régulièrement, ni même directement. Vous êtes trop loin, et moi je suis trop vieux. Je vous autorise à couper dans les articles que je publie en France, les morceaux qui vous plairont, et à les donner dans cette aimable *Gazeta de Notícias*, avant que votre Congrès

n'approuve le traité, dont M. Nilo Peçanha est le rapporteur, à ce que l'on rapporte. Pardonnez-moi ce méchant calembourg et croyez à ma vieille amitié. —*Jules Simon*".

Não imaginam o prazer com que li esta cartinha. Quis logo dar algum trecho do grande homem; mas sobre quê? Era preciso um fato da semana, alguma coisa a que o trecho se adequasse. Que coisa? Justamente aqui está um telegrama de Ouro Preto, em que os empregados públicos pedem misericórdia contra os cortes de que estão ameaçados por um projeto pendente do Congresso Nacional. Sobre isto, escreve o meu velho amigo no *Temps*, de 20 de agosto:

"Lembra-me ainda o tempo, o feliz tempo em que a guerra aos grandes ordenados era toda a política dos membros da oposição que não sabiam política... A guerra subsiste. O Sr. Chassaing vem renová-la, acompanhado de quarenta colegas. Eles devem saber que o ordenado dos funcionários não é renda; é produto do trabalho. Não é justo nem hábil diminuir a parte dos trabalhadores do Estado, quando tanta gente reclama a remuneração mais eqüitativa do trabalho."

Suponho que o trecho transcrito acode bem às angústias dos funcionários de Ouro Preto e de outros lugares menos remotos. Daqui em diante, quando me faltarem idéias, corro ao meu velho amigo Simon, o velho amigo do meu velho amigo Thiers". Três velhos amigos!

CRÔNICA: MACHADO DE ASSIS, "A SEMANA", GAZETA DE NOTÍCIAS (28/10/1894).

O momento é japonês. Vede o contraste daquele povo que, enquanto acorda o mundo com o anúncio de uma nova potência militar e política, manda um comissário ver as terras de São Paulo, para cá estabelecer alguns dos seus braços de paz. Esse comissário, que se chama Sho Nemotre, escreveu uma carta ao *Correio Paulistano* dizendo as impressões que leva daquela parte do Brasil.

Levo, da minha visita ao Estado de S. Paulo, as impressões mais favoráveis, e não vacilo em afirmar que acho esta região uma das mais belas e ricas do mundo. Pela minha visita posso afiançar que o Brasil e o Japão farão feliz amizade, a emigração será em breve encetada e o comércio será reciprocamente grande.

Ao mesmo tempo, o Sr. Dr. Lacerda Werneck, um dos nossos lavradores esclarecidos e competentes, acaba de publicar um artigo comemorando os esforços empregados para a próxima vinda de trabalhadores japoneses. "É do Japão (diz ele) que nos há de vir a restauração da nossa lavoura." S. Ex. fala com entusiasmo daquela nação civilizada e próspera, e das suas recentes vitórias sobre a China.

Não esqueçamos a circunstância de vir do Japão o novo ministro italiano, segundo li na *Notícia* de quinta-feira, fato que, se é intencional, mostra da parte do rei Humberto a intenção de ser agradável ao nosso país, e, se é casual, prova o que eu dizia a princípio, e repito, que o momento é japonês. Também eu creio nas excelências japonesas, e daria todos os tratados de Tien-Tsin por um só de locohama.

Não sou nenhuma alma ingrata que negue ao chim os seus poucos méritos; confesso-os, e chego a aplaudir alguns. O maior deles é o chá, merecimento grande, que vale ainda mais que a filosofia e a porcelana. E o maior valor da porcelana, para mim, é justamente servir de veículo ao chá. O chá é o único parceiro digno do café. Temos tentado fazer com que o primeiro venha plantar o segundo, e ainda me lembra a primeira entrada de chins, vestidos de azul, que deram para vender pescado, com uma vara ao ombro e dois cestos pendentes, — o mesmo aparelho dos atuais peixeiros italianos. Agora mesmo há fazendas que adotaram o chim, e, não há muitas semanas, vi aqui uns três que pareciam alegres, — por boca do intérprete, é verdade, e das traduções faladas se pode dizer o mesmo que das escritas, que as há lindas e pérfidas. De resto, que nos importa a alegria ou a tristeza dos chins?

A tristeza é natural que a tenham agora, se acaso o intérprete lhes lê os jornais; mas é provável que não os leia. Melhor é que ignorem e trabalhem. Antes plantar café no Brasil que “plantar figueira” na Coréia, perseguidos pelo marechal Yamagata. Já este nome é célebre! Já o almirante Ito é famoso! Do primeiro disse a *Gazeta* que é o Moltke do Japão. Um e outro vão dando galhardamente o recado que a consciência nacional lhes encomendou para fins históricos.

Aqui, há anos, o mundo inventou uma coisa chamada japonismo. Nem foi precisamente o mundo, mas os irmãos de Goncourt, que assim o declaram e eu acredito, não tendo razão para duvidar da afirmação. O *Journal des Goncourt* está cheio de japonismo. Uma página de 31 de março de 1875 fala do “grande movimento japonês”, e acrescenta, por mão de Edmundo: *Ç’a été tout d’abord quelques originaux, comme mon frère et moi...*

Esse “grande movimento japonês” não era o que parece à primeira vista; reduzia-se a colecionar objetos do Japão, sedas, armas, vasos, figurinhas, brinquedos. Espalhou-se o japonismo. Nós o tivemos e o temos. Esta mesma semana fez-se um grande leilão na rua do Senador Vergueiro, em que houve larga cópia de sedas e móveis japoneses, dizem-me que bonitos. Muitos os possuem e de gosto. Chegamos (aqui ao menos) a uma coisa, que não sei se defina bem chamando-lhe a banalidade do raro.

Mas, enquanto os irmãos de Goncourt inventaram o japonismo, que faria o Japão, propriamente dito? Inventava-se a si mesmo. Forjava a espada que um dia viria pôr na balança dos destinos da Ásia. Enquanto uns coligiam as suas galantarias, ele armava as couraças e forças modernas e os aparelhos liberais. Mudava a forma de governo e apurava os costumes, decretava uma constituição, duas câmaras, um ministério como outras nações cultas vieram fazendo desde a Revolução Francesa, cuja alma

era mais ou menos introduzida em corpos de feição britânica. Vimos agora mesmo que o Micado, abertas as câmaras, proferia a fala do trono, e ouvia delas uma resposta, à maneira dos comuns de Inglaterra, mas uma resposta de todos os diabos, mais para o resto do mundo que para o próprio governo. Este acaba de recusar intervenções da Europa, nega armistícios, não quer padrinhos nem médicos naquele duelo, e parece que há de acabar por dizer e fazer coisas mais duras.

São dois inimigos velhos; mas não basta que o ódio seja velho, é de mister que seja fecundo, capaz e superior. Ora, é tal o desprezo que os japoneses têm aos chins, que a vitória deles não pode oferecer dúvida alguma. Os chins não acabarão logo, nem tão cedo, — não se desfazem tantos milhões de haveres como se despacha um prato de arroz com dois pauzinhos, — mas, ainda que se fossem embora logo e de vez, como o chá não é só dos chins, eu continuaria a tomar a minha chávena, como um simples russo, e as coisas ficariam no mesmo lugar.

O momento é japonês. Que esses braços venham lavrar a terra, e plantar, não só o café, mas também o chá, se quiserem. Se forem muitos e trouxerem os seus jornais, livros e revistas de clubes, e até as suas moças, alguma necessidade haverá de aprender a língua deles. O padre Lucena escreveu, há três séculos, que é língua superior à latina, e tal opinião, em boca de padre, vale por vinte academias. Tenho pena de não estar em idade de a aprender também. Estudaria com o próprio comissário Sho Nemotre, que esteve agora em S. Paulo; ensinar-lhe-ia a nossa língua, e chegaríamos à convicção de que o almirante Ito é descendente de uma família de Itu, e que os japoneses foram os primeiros povoadores do Brasil, tanto que aqui deixaram a japona. Ruim trocadilho; mas o melhor escrito deve parecer-se com a vida, e a vida é, muitas vezes, um trocadilho ordinário.

**DIARIO DO ABAX'O PIQUES, "TAKA-SHUMBO SHIMBUM" 18/5/1933
(ANO I, NO. 3 PÁGINA 7).**

**DIARIO DO ABAX'O PIQUES, "TAKA-SHUMBO SHIMBUM" 01/6/1933
(ANO I, NO. 5, PÁGINA 8).**

AMAR, VERBO INTRANSITIVO - IDÍLIO, DE MÁRIO DE ANDRADE.

Quadro comparativo das ocorrências do personagem Tanaka (criado japonês) e das referências sobre a Língua, Literatura e Cultura Japonesa nas duas edições (1927 e 1944).



Redaçam Ministaçam:
 Kinémô — Pázina
 Fotogavula Koloída.
 Dileto: Tebato Nakara



Kolespondente: Shangai.
 Kolabolaçam di Karona.
 Tiligama pò tiliphoni.
 Seketáro: Kózi Montêlo

Kózi Montêlo, seketáro pariculá di "Taka-Shumbo" iskorido nanimentimenti pá pijidenti di Kinstitinti.

Kum ki Lôpa

A nyô vistido pá visti: a "kimono"

Este garandi páda zapanezi ki shama Fuji-Dossaya skerevu, sékuro taraxado, versinha ki fara anssim:

"Agóra ieu piçana:
 Kum ki lôpa,
 Kum ki lôpa ieu vai,
 Pá samba ki oé ni kuyido."

Era ni tempo ki ni Zapan tudo vistia lôpa kumpreçada, diffixe di ponhá-lura pò munto tarapizado. Era pari-

peké ventania pinxava pá cy ma a vistido i as piçôa fika va veregoñado. Entom zar-faiate ponháro fitinha na meyo da kimono pá sigura

Agóra Rijnéero, o zómi vae visti saya e as muvê vae visti parli-karca pá kumpanshá pugacressô di suezarismo.

Mázi será o Mialdito?
 Pá-kê fale essi?
 Éris som bôa. Munto hó ho. Sim-sinhô!

Stá munto batanti diffixi skorimento di póximo futulo pijidenti di Kinstitinti pá sum have bíga ni tabáro di lipijiantanti di tudo zelado di Bazi.

Este matutinho tabariando munto pá rezove este inki-rénka, óski zona forando di "caso sêro" ki pouso piçus atarazi di oréa di poritikus. Mais esti num tem poritaxxa.

Nôzi ki di zona zâ rezoveu ditaxxa munto kum foricadade zera di nuká.

Preséti tudo ledáto, repe-rezentanti di poricia di kistume i abarizáda personaridade di paréico di govêno, nossa sheffi perézento, ni nomi di korônia nipóniko, a nomi di zenerá Kózi Montêlo, seketáro di este fócia ni paréa, pá pijidenti di póximo futulo Kinstitinti.

Disposi farou kompanhéro Tebato Nakara, ki orjando personaridade di essi sheffi, ponhando éri la xiepa di tudo sóto.

Ninghom piçôa mázi munto ni mázi tilizanti ki éri.

Kózi Montêlo istá bazivêro, vaxinado, mirita i xivi, i unika zenerá ki nunka fazeu poritika ni xenáro skurambô di este garandi korônia zapanezi diskuberéta pá Pedawis Karabá. Éri istá, tamem, únika mirita ki é xivi kando líka di ropô di banho. Kímê mi-elo di éri?

Num temu liposta.

Tudo xenu di Sampáro fikando munto kontenti kum karindatura di nossa seketáro pá poritante kárgo.

I pá Kózi Montêlo, nada? Tudo, tudo, tudo!

LAERTE — S. Paulo
 Tudo sempre em stock re-master e melhor equipamento de chapas.
CURY
 Rua 13 n.º 22 - Jurema - São Paulo
 Michel - Telefone 2-0841.



Kózi Montêlo vistido di lôpa suezarista

ni, korêta garavato, kararinho, gibêra, karê, butina, i mázi porçom di inkerenka.

Hirohito fazendo entom de-keçêto obrigando tudo eida dom i cidadona di Impêro visti umo kamizôra ki shama "kimono".

Na principio ninghom piçôa kostumáro ka kamizôra

Pixiza agóra tudo zenti visti "kimono". "Kimono" kustando munto barato. Zâ ni Sampáro steréta: Zê Omôri usando "kimono" kusndo biga kum diverpêrio, i nunka tomô kabessa.

Tamem nossa seketáro Kózi Montêlo passando ontí ni Rijnéero kum saya di muyê

suezarista. Éri fika mázi munto di "kimono" pokê é kumpirido i barigudo.

"Taka-Shumbo" vae piçpiç papagandi di vistido nacioná zapanezi, kum garandi impelaçom pá Bazi e pá Sampáro.

Ôkê num perôta é o zómi i muyê di Rijnéero breganhá a lôpa, kineim Karavá.

Kuando arguem fara: "Kum ki lôpa ieu vae?" Resposta é essi:

"Vai di kimono, ki é a kamizôra di zapanezi." Sim-sinhô!

NINHUM NOVIDADI NI FORONTE ACIDENTÁ

Exêsto zapanezi di léste kontinuando ispania gawabundo shineis di Garandi Muraria.

Estado-muyê di baterido ni-pôko num ké matá os bandido. Só péra éris, passa pito i manda imbarká pá Tokio.

Shineis pidin paiz, mázi zapanezi num: acêta pokê éris ké péra a zenti di tarahicô.

As canhão ki istá ni ferente di Pi-king é só pá assusta. A zenti sum vai da tiro ni kabessa di éris.

Porisso ki num tem ninhum novidádi ni foronte di baterida.

TORÓKA DI CAFÊ KUM KORÓNIO

Umo noticia di garande poritancia é o toróka ki way faxê governo Zapan kum Bazi.

Di kôda sóto kafê-paritista, governo Zapan manda umo korónio pá tabaria ni fazenda kum parantaçom di arôla.

Fika assim mázi esterelido o ráço ki zuni os dois garandi nacion, piçapamenti agôra ki Zapan tá fikando pikininho pokê munta zenti tá aserendo num la riba di óto.

Amar, verbo intransitivo - Idílio, de Mário de Andrade (1893-1945).

1927 (Primeira edição)
- mantida a ortografia -

O criado japonês botara as malas bem no meio do vazio. Estúpidas assim. As caixas embrulhos perturbavam as retas legítimas. (p.08)

Logo o criado viria chamá-la pro almoço (p.08)

Se impacientou. Quis pensar prático. E o almoço? Porquê o criado não chegava? (p.08)

Já mandei Tanaka chama-la. (...)

- Seu doutor tem que esperar. Dona Fraulein manda dizer que está no banho. (p.26)

Tanaka abre o portão. A Light devia correr mais bondes nesta linha. (p.29)

Quando veio pro café na hora de sempre suponho que Sousa Costa e mulher inda dormiam. Justíssimo. Reparavam o esforço gasto. Não encontrou ninguém e Tanaka se aproveitou disso pra servi-la mal. Nem pôs reparo na escaramuça do japonês. Pensava. Isto é... Pensaria? (p. 79)

- Patrão está chamando.

Esperança! Onde estava Sousa Costa? Correu prá porta.

1944 (Edição de 2008)

1ª. reeditada de acordo com os manuscritos do autor.

O criado japonês botara as malas bem no meio do vazio. Estúpidas assim. As caixas, os embrulhos perturbavam as retas legítimas. (p.20)

Logo o criado viria chamá-la pro almoço (p.21)

Se impacientou. Quis pensar prático, e o almoço? Por que o criado não chegava? (p.21)

Quando veio para o café, na hora de sempre, suponho que Sousa Costa e mulher inda dormiam. Justíssimo. Reparavam o esforço gasto. Não encontrou ninguém e Tanaka se aproveitou disso pra servi-la mal. Fräulein nem pôs reparo na escaramuça do japonês. Pensava. Isto é... Pensaria? (p.64)

- Patrão está chamando.

Esperança! Onde estava Sousa Costa? Correu pra porta.

- Tanaka...

Ninguém mais no corredor.

- Pöbel. (p.66 - nota do autor: ordinário!)

Amar, verbo intransitivo - Idílio, de Mário de Andrade (1893-1945).

1927 (Primeira edição)
- mantida a ortografia -

- Tanaka...

Ninguém mais no corredor.

- Pöbel. (p.83)

- Como vão os estudos de japonês, irmãozinho!

- Muito bem! Ora! Já não morria de fome em Nagasáqui! A dificuldade sempre parece maior do que é. (p.122)

Fraulein sacudida pelos soluços nervosos entrou no automóvel. Partiam mesmo. Debruçou-se ainda na portinhola:

- Meu Carlos...

Nada. Só Tanaka fechando o portão, se rindo. E uma casa fechada, toda num amarelo educado senhorial. Villa Laura. (p.179)

Porém, antes de contar como Carlos se ajudou a sofrer não quero que Fraulein principie outro serviço sem discutir uma questão pansuda. (p.185 - 193)

Quais foram de deveras as relações entre Fraulein e o criado japonês? Inimigos? Qual de vocês me falou que eles se compreendem? Pois é. Castro Alves cantava

1944 (Edição de 2008)

1ª. reeditada de acordo com os manuscritos do autor.

- Hoje?

- Não me amole!

- Hoje, ouviu.

Estava combinado. A dificuldade sempre parece maior do que é.

Imagino que esta máxima deve ser da maior imoralidade, paciência. Tem crápulas ordinaríssimos que namoram a mulher do próximo. Tem também estudantes dignos de elogio, que pretendem aprender a língua japonesa. Ora eu falo pra esse estudante: Irmãozinho, principie e siga corajoso. A dificuldade

sempre parece maior do que é. A gente chega ao fim, ora se chega! (p.75)

Aqui devem se trocar naturalmente umas primeiras frases de explicação – se ele der espaço para tanto entre os dois! – porém obedeco a várias razões que obrigam-se a não contar a cena do quarto. Mas como nos será impossível dormir, ao leitor e a mim, ambos naquela torcida pelo triunfo de Carlos, vamos gastar este resto de noite resolvendo uma questão pansuda: (p.80-84)

Amar, verbo intransitivo - Idílio, de Mário de Andrade (1893-1945).

1927 (Primeira edição)

- mantida a ortografia -

que na última contingência da calamidade quando a queimada galopa destruindo matos sacudindo as trombas curtas de fogo no ar, a corça e o tigre vão se unir na mesma rocha. Não sei em que país do mundo Castro Alves viu a Queimada dele... Talvez nalgum Edem bíblico ou nas bíblicas proximidades da moradia de Tamandaré depois do dilúvio. O certo é que tinha lá em promiscuo farrancho um tigre uma corça além de iraras e cascaveis. Não esqueçamos também o perdigueiro. Porém essa fauna panterrestre não tem importância nenhuma pra este idílio. **Já Veronese aliás vestia venezianamente as Madonas dele e os mestres flamengos em geral madonizavam as mãis-de-familia desgracisadas de então. Também os substantivos pouco geograficamente zoológicos do condoreiro não tem importância aqui** pois não trata-se de corça nem de tigre. Estou falando de Fraulein e do criado japonês. (p.185). Mas da relação íntima que entre os quatro possa existir inda me resta que falar. Não sei porém porquê igualar Fraulein a uma corça... A comparação tomava assim uns ares alusivos de pureza que não ficam bem. Nós todos já sabemos que. O japonês então, gente guerreira aquela! é que de todo não podia ser a tímida viadinha... Demais confesso que não vejo entre os brutos escolhidos por Castro Alves pro mesmo habitat conciliatório mais que antítese inocua. Nem são tão opostos assim! Mais inimigos

1944 (Edição de 2008)

1ª. reeditada de acordo com os manuscritos do autor.

Quais eram de fato as relações entre Fräulein e o criado japonês? Inimigos? Quem me falou que eles se entendem?...

Pois é. Castro Alves cantava que na última contingência da calamidade, quando a queimada galopa destruindo matos, sacudindo as trombas curtas de fogo no ar, a corça e o tigre vão se unir na mesma rocha. Não sei em que país do mundo Castro Alves viu a “Queimada” dele... Talvez nalgum Éden bíblico ou nas bíblicas proximidades da moradia de Tamandaré, depois do dilúvio. O certo é que tinha lá, em promiscuo farrancho, um tigre, uma corça, além de iraras e cascavéis. Não esqueçamos também o perdigueiro. Porém essa fauna panterrestre não tem importância nenhuma pra este idílio, pois não trata-se de corça nem de tigre, estou falando de Fräulein e do criado japonês.

Mas da relação íntima que possa existir entre os quatro inda me resta o que falar. Não sei porém como igualar Fräulein a uma corça... A comparação tomava assim uns ares insinuantes de pureza que não ficam bem, pois nós todos já sabemos que. O japonês então, gente guerreira aquela! é que de todo não pode ser a tímida veadinha... De mais a mais confesso que não vejo, entre os brutos escolhidos por Castro Alves para o mesmo habitat conciliatório, mais que antítese inocua, nem são tão opostos assim! Mais inimigos ainda, mas muito mais! são o tigre e o tigre.

Amar, verbo intransitivo - Idílio, de Mário de Andrade (1893-1945).

1927 (Primeira edição)

- mantida a ortografia -

ainda, mas muito mais! são o tigre e o tigre. Porém seria evidente injustiça também chamar Fraulein de tigre...

E o mesmo penso do criado japonês... Escudrinhando bem só vi dois tigres em vida minha: Friedenreich e eu. Friedenreich o elastico supimpa futeboler emulo da socó na esbelteza, irmão do caboclo cearense na resistência, Friedenreich, fraco pra ser ver, franzino e docil mas porém tão heroi e tantas vezes salvador, viva Friedenreich! Nos campos de jogo, a frase está comprida por demais, principiemos outra. Friedenreich foi apelidado El Tigre. Bem merece o apelido. Merece digo não pelo que de qualidades físicas e morais êle tenha do tigre indiano porém pelo que de qualidades de Friedenreich a gente queira dotar o tigre ideal rei dos matos da nossa fantasia. Quanto ao outro tigre, pois não é que o senhor Ivan Goll se lembrou de botar esta dedicatória no livro dele que agorinha mesmo me ofereceu! pois é: (p.186)

A' Mario de Andrade, poète-tigre de la nouvelle tristesse americaine, dont le coeur neuf (liane cueillie) s'altère au contact des pierres, bien amical salut.

Yvan Goll

Paris, juim, 1923.

1944 (Edição de 2008)

1ª. reeditada de acordo com os manuscritos do autor.

Agora sim a metáfora pode convir. São tigres pois, no sentido que mais convier a cada um, a governanta e o criado japonês dos Sousa Costas.(p.80) Esta analogia vai surgir evidente, agora que me disponho a explicar por que lembrei o verso de Castro Alves.

Em que companhia horrorosa a gente Sousa Costa foi se meter! Porém no Brasil é assim mesmo e nada se pode melhorar mais! Os empregados brasileiros rareiam, brasileiro só serve pra empregado-público. Aqui o copeiro é sebastianista quando não é sectário de Mussolini. Porém os italianos preferem guiar automóveis, fazer a barba da gente, ou vender jornais. Se é que não partiram pro interior em busca de fazendas por colonizar. Depois compram um lote nos latifúndios tradicionais, desmembrados em fazendas e estas em sítios de dez mil pés. Um belo dia surgem com automovelão na porta do palacete luís-dezesseis na avenida Paulista. Quem é, heim? E o ricaço Salim Qualquer-Coisa, que não é nome italiano mas, como verdade, é também duma exatidão serena. Porém se o copeiro não é fascista, a arrumadeira de quarto é belga. Muitas vezes, suíça. O encerador é polaco. Outros dias é russo, príncipe russo.

E assim aos poucos o Brasil fica pertencendo aos brasileiros, graças a Deus!

Amar, verbo intransitivo - Idílio, de Mário de Andrade (1893-1945).

1927 (Primeira edição)

- mantida a ortografia -

Não sei si Friedenreich se orgulhará do parceiro que assim lhe dão. Deve des- contar o entusiasmo inflamável dos po- etas. Eu por mim me envaideço da tre- la. Mas pra voltar ao assunto confesso que não me cansou ainda a curiosidade que tenho pelos tigres o ser eu proprio o segundo desses bichos que em minha vida bem difícil conheci. E por tanta ig- norância me vejo apertado pra equiparar Fraulein e Tanaka aos dois felinos que já vi. Porém está entendido que trato de ti- gres no sentido simbolico e ideal. Então a equivalência me parece mais possível e a metáfora pode convir. São tigres pois, no sentido que mais convier a cada um a ex-governanta e o criado japonês dos Sousa Costas. Esta analogia vai surgir muito evidente agora que disponho- me a explicar porquê lembrei o verso de Castro Alves. Mas devo antes insistir nesta verdade: Não se esqueçam de que a corça foi substituída por outro tigre. As- sim ficaram dois tigres. Uma parrelha de tigres. (p.187). Em que horrorosa com- panhia a gente Sousa Costa foi se meter! Porém no Brasil é assim mesmo! Nada se pode melhorar mais! Os empregados brasileiros rareiam. O brasileiro só serve pra empregado-público. Aqui o copeiro é sebastianista quando não é sectario de Mussolini. Porém os italianos preferem guiar automovel fazer a barba da gente ou vender jornais. Si é que não partiram pro interior em busca de fazendas

1944 (Edição de 2008)

1ª. reeditada de acordo com os manuscritos do autor.

dona Maria Wright Blavatsky, dona Car- lotinha não-sei-que-lá Manolo. Quando tem doença em casa, vem o dr. Sarapião de Lucca. O engenheiro do bengaló neo- colonial (Ásia e duas Américas! Pois não: Chandernagor, Bay Shore e Tabatingue- ra) é o snr. Pery Sternheim. Nas mansões tradicionalistas só as cozinheiras conti- nuam ainda mulatas ou cafusas, gordas e pachorrentas negras da minha mocida- de!... Brasil, ai, Brasil!

Falemos dos tigres. O japonês arripiou logo o pelame elétrico e grunhiu zanga- díssimo. Mais uma estrangeira na casa que ele pretendia conquistar, ele só... O tigre alemão, se reconhecendo muito su- perior tanto na hierarquia solarenga como na instrução ocidental, lhe secundou ao grunhido com o muchocho desdenhoso. O tigre japonês curvou a cabeça, muito servilmente. Porém toda casta picuinhas fazia pro outro. Quando era para dar um recado, batia na porta do outro e: (p.81)

- Senhora está chamando e não dava o re- cado. O tigre alemão tinha que descer as escadas e ir saber o que dona Laura que- ria. Na mesa, muitas vezes o nipônico dei- xava de servir o tudesco ou esbarrava nele com peso e malvadez. Mas o tigre alemão se vingava, e o senhor ou a senhora Sousa Costa ali, ordenava ao inimigo tal serviço, o tigre japonês obedecia servilmente. Era na alma que rosnava tiririca. E assim os dois tigres se odiavam.

Amar, verbo intransitivo - Idílio, de Mário de Andrade (1893-1945).

1927 (Primeira edição)

- mantida a ortografia -

por colonizar. Depois compram um lote nos latifúndios tradicionais desmembrados em fazendas e estas em lotes de dez mil pés. Um belo dia surgem com marmom na porta do palacete luisdezasseis na Avenida. Quem é, heim? É o ricaço Salim Qualquer-Coisa que não é nome italiano mas como verdade é também duma exatidão serena. Porém si o copeiro não é fascista a arrumadeira-de-quartos é belga. Muitas vezes suíssa. O encerador é polaco. Outros dias é russo. Príncipe russo. E assim aos poucos o Brasil fica pertencendo pros brasileiros, graças a Deus! Dona Maria Wright Blavatsky, Dona Carlottinha não-sei-que-lá Manolo. Quando tem doença em casa vem o dr. Serapião de Lucca. O engenheiro do bengaló neo-colonial (Ásia e duas Américas! Pois não: Chandernagor, Bay Shore e Tabatinguera) é o snr. Pery Sternheim. Nas mansões tradicionalistas só as cozinheiras ainda mulatas ou cafusas, gordas e pachorrentas negras da minha mocidade!... Brasil, ai, Brasil! Falemos dos tigres. (p.188). O japonês arripou logo o pelame elétrico. Grunhiu zangadíssimo. Mais uma estrangeira na casa que ele pretendia conquistar, éle só... O tigre alemão se reconhecendo muito superior tanto na gerarquia solaranga como na instrução ocidental lhe secundou ao grunhido com muchocho desdenhoso. O tigre japonês curvou a cabeça muito servilmente. Porém toda casta picuinhas fazia pro

1944 (Edição de 2008)

1ª. reeditada de acordo com os manuscritos do autor.

Viviam se arranhando em contínua rivalidade. Cada um se acreditava o dono daquela família, o conquistador da casa e do jardim, o quem sabe? futuro possuidor do Estado e próximo rei da terra brasileira toda do Amazonas ao Prata.

Odiavam? que estou falando! Quando os Sousa Costa grandes iam no teatro ou no baile, Fräulein deitava as pequenas. Depois entrava no quarto. Não sei se lhe pesava a solidão, descia, sentava-se no hol e abria um livro sem vontade. Virava pouco a pouco as folhas secas que ringiam machucadas no chão frio. Devia de estar alguma fera no arredor... O luar coava solitário da alta rama das árvores. De repente os cipós se entreabriam. Dois olhos espantados relampeavam na escuridade e a carantinha chata do tigre japonês aparecia, glabra, polida pelo reflexo luar. Com o passo enlulado, cauteloso, ele rondava à espera dum carinho. E o carinho chegava fatalmente. Fräulein, fingindo indiferença, fechava o livro.

- Muito serviço, Tanaka?

- Nem tanto, senhora, êêê... na terra era pior.

- Você é de Tóquio?

- Êê... senhora, não.

Amar, verbo intransitivo - Idílio, de Mário de Andrade (1893-1945).

1927 (Primeira edição)

- mantida a ortografia -

outro. Quando era para dar um recado, batia na porta do outro e:

- A senhora está chamando.

E não dava o recado. O tigre alemão tinha que descer as escadas e ir saber o que dona Laura queria. Na mesa muitas vezes o nipônico deixava de servir tudesco ou esbarrava nele com pêso e malvadez. Mas o tigre alemão se vingava e o senhor ou a senhora Sousa Costa ali, ordenava ao inimigo tal serviço. O tigre japonês obedecia servilmente. Era na alma que rosnava tiririca. E assim os dois tigres se odiavam. Viviam se arranhando em continua rivalidade. Cada um se acreditava o dono daquela família o conquistador da casa e do jardim o quem sabe? futuro possuidor do Estado e proximo rei da terra brasileira toda do Amazonas ao Prata. Odiavam? Que estou falando! Quando os Sousa Costa grandes iam no teatro ou no baile Fraulein deitava as pequenas. Depois entrava no quarto. Não sei si lhe pesava a solidão... Descia. Sentava-se no hol e abria um livro sem vontade. (p.189). Virava pouco a pouco as folhas sêcas que ringiam machucadas no chão frio. Devia de estar alguma fera no arredor... O luar coava solitario da alta rama das árvores. Quiriri. De repente os cipós se entreabriam. Dois olhos espantados relampeavam na escuridade e a carantonha chata do tigre japonês aparecia glabra polida pelo reflexo luar. Com o passo enlulado

1944 (Edição de 2008)

1ª. reeditada de acordo com os manuscritos do autor.

Se aproximava. Vinha felinamente estacar em frente do tigre germânico. Então eles conversavam. Falavam longamente. Comovidamente. Se contavam as mágoas exteriores. Confiantes, solitários. Doloridos. Se contavam as maguas exteriores. As infâncias passavam lindas, inocentes, brinquedos, primavera, mãe... (p.82). Algumas vezes mesmo uma lágrima iluminava tanta recordação, tanta alegria. Tanta infelicidade.

Batia sobre eles o luar, e os santos óleos da Lua como que lhes redimiam as maldades pequenidas. Se olhavam comovidos. O tigre alemão, longo, desgracioso, espiritual, ver um Schongauer. O tigre japonês, chato, contorcido, ver um Chuntai.

Depois das recordações, vinhas as esperanças. E das esperanças, tão lentas de se realizar! derivavam os exasperos e as revoltas. Até calúnias, tão eficientes pra consolar. A roupa suja da família se quotidianizava ali. Os defeitos da pátria emprestada eram repassados com exagero. Principalmente o nipônico falava, que o alemão tinha as pernas mais altas do estudo pra se rojar no lamedo. Porém se percebia que escutava com prazer. E os dois tigres se aproximavam, olhos úmidos, eram irmãos. Se a distância lhes impedia pra sempre o beijo sem desejo, insexual mas físico de irmãos, eles se davam, não tem dúvida, aquele beijo

Amar, verbo intransitivo - Idílio, de Mário de Andrade (1893-1945).

1927 (Primeira edição)

- mantida a ortografia -

cauteloso êle rondava á espera dum carinho. E o carinho chegava fatalmente. Fraulein fingindo indiferença fechava o livro.

- Muito serviço, Tanaka?

- Nem tanto senhora, êêê... na terra era pior.

- Você é de Tóquio?

- Êê... senhora, não.

Se aproximava. Vinha felinamente estacar em frente do germanico. Então eles conversavam. Falavam longamente. Comovidamente. Se contavam as maguas passadas. Confiantes, solitarios. Doloridos. Se contavam as maguas exteriores. Às infancias passavam lindas inocentes. Brinquedos primavera mamãí... Algumas vezes uma lagrima iluminava tanta recordação tanta alegria. Tanta infelicidade. Batia sobre eles o luar e os santos olios da Lua como que lhes redimiam as maldades pequenidas. Se olhavam comovidos. O tigre alemão longo desgraçoso espiritual ver um Schongauer. O tigre japonês chato contorcido ver um Shuntai. Depois das recordações vinhas as esperanças.(p.190). E das esperanças tão lentas de se realizar! Derivavam os exaspêros e as revoltas. Até calúnias, tão eficientes pra consolar. A roupa suja da amilia se quotidianizava ali

1944 (Edição de 2008)

1ª. reeditada de acordo com os manuscritos do autor.

consolador, espiritual, redentor e reunidor das almas desinfelizes e exiladas.

Apalermados pela miséria, batidos pelo mesmo anseio de salvação, sofrenados pelo fogaréu do egoísmo e da inveja, na mesma rocha vão trêmulos se unir. A queimada esbraveja em torno. Os garantãs se lascam em risadas chocarriaras de reco-recos. A cascavel chocalha. A suçarana prisca. As labaredas lambem a rocha. Pula uma irara, que susto! Peroba tomba. O repuxo das fabulhas dançarinas vidrilha de ouro o fumo lancetado pelas cuquiadas dos guaribas. Os dois tigres ofegam. Falta de ar. Sufocam, meu Deus! Deus? Porém que deus? Odin de drama lírico, sáxeo Budá no contraforte das cavernas? Mas porém sobre a queimada, Tupá retumba inda mais mucudo, de lá dos araxás de Tapuirama. Por enquanto. Creio mesmo que vencerá. Os dois tigres acabarão por desaparecer assimilados.

Mesmo o japonês? Homem, não sei. Avisto Gobineau fraudulento a estudar o fâcies de Tupã. Odin e Budá inda Tupã podia vencer, que em brigas entre iguais a vitória parece discutível. (p.83). Mas Gobineau é homem, Homo Europeanus, e sempre constatei que os homens são muito mais fortes que os deuses. Gobineau vencerá pra maior gozo de alemães.

Amar, verbo intransitivo - Idílio, de Mário de Andrade (1893-1945).

1927 (Primeira edição)

- mantida a ortografia -

Os defeitos da patria emprestada eram repassados com exagêro. Principalmente o niponico falava, que o alemão tinha as pernas mais altas do estudo pra se rojar no lamedo. Porém se percebia que escutava com prazer. E os dois tigres se aproximavam olhos humidos. Eram irmãos. Si a distância lhes impedia pra sempre o beijo insexual mais fisico de irmãos êles se davam, não tem dúvida, aquele beijo consolador espiritual, redentor e reunidor das almas desinfelizes e exiladas. Apalermados pela miseria, batidos pelo mesmo anseio de salvação, sofrenados pelo fogo-reu do egoismo e da inveja na mesma rocha vão tremulos se unir. A queimada esbraveja em torno. Os garantás se lascam em risadas chocarreiras de reco-recos. A cascavel chocalha. A sussuarana prisca. As labaredas lambem a rocha. Pula uma irara. Que susto! Peroba tomba. O repuxo das fabulhas dansarinas vidrilha de ouro o fumo lancetado pelas cuquiadas dos guaribas. Os dois tigres ofegam. Falta de ar. Sufocam. Meu Deus! Deus? Porém que deus? Odin de drama lírico, saxe Budá no contraforte das cavernas? Mas porém sobre a queimada Tupá retumba inda mais mucudo, de lá dos araxás de Tapuirama. Por enquanto. Creio mesmo que vencerá. Os dois tigres acabarão por (p.191). desaparecer assimilados. Mesmo o japonês? Homem, não sei. Enxergo Gobineau fraudulento a estudar o facies de Tupá. Odim e Budá inda Tupá

1944 (Edição de 2008)

1ª. reeditada de acordo com os manuscritos do autor.

Mas que bem importa isso à família Sousa Costa? Não importa nada, nem dona Laura tem que ver com os futuros da pátria, francamente. Só o presente é realidade. Qual será o futuro? Paradigma de que conjugação seguirá? Ou irregular? Ou não tem futuro e família e pátria são defectivas?... Ninguém o saberá jamais...

Agora que as relações entre os dois tigres ficaram esclarecidas, só me resta aconselhar aos leitores o seguinte: A gente não deve culpar nem Fräulein nem o criado japonês. Não adianta nada, nem são tão culpados assim. E têm isso de imensamente cômico, que no fundo se odeiam. Mas ali estão unidos por causa da “Queimada” de Castro Alves. Por causa das recordações, do exílio e da esperança. Todos os exilados afinal têm direito a recordações e esperanças.

E enviados pro Brasil, onde iraras pulam, cascavéis chocalham, onças, jaguarandis, tatupebas, peixes-bois e tigres, pois não! tigres também se assanham, inda por cima vieram adquirir essa coisa tristonha e desagradável que de portugueses herdamos: a saudade. (p.84).

- Dona Fräulein manda dizer pra senhor que é hora de lição. (p.86)

- Como vão os estudos de japonês, irmãozinho!

Amar, verbo intransitivo - Idílio, de Mário de Andrade (1893-1945).

1927 (Primeira edição)

- mantida a ortografia -

podia vencer que em brigas entre iguais a vitória parece discutível. Mas Gobineau é homem, homo europeus, e sempre constatei que os homens são muito mais fortes que os deuses. Gobineau vencerá pra maior gôso de alemães. Mas que bem importa isso pra família Sousa Costa já livre do tigre alemão? Não importa nada nem dona Laura tem que ver com os futuros da pátria, francamente. Só o presente é realidade. Qual será o futuro? Paradigma de que conjugação seguirá? Ou irregular? Ou não tem futuro e família e pátria são defetivas?... Ninguém o saberá jamais. Voltemos pro idílio.

Agora que as relações entre os dois tigres ficaram esclarecidas só me resta aconselhar aos leitores o seguinte: A gente não deve culpar nem Fraulein nem o criado japonês. Não adianta nada nem são tão culpados assim. E têm isso de imensamente comico que no fundo se odeiam. Mas ali estão unidos por causa da Queimada de Castro Alves. Por amor das recordações, do exílio e da esperança. Todos os exilados afinal têm direito a recordações e esperanças. E enviados pro Brasil aonde iraras pulam, cascaveis chocalham, onças, jaguarandis, tatús-pebas, peixes-bois e tigres, pois não! tigres também se assanham, inda por cima vieram (p.192) adquirir essa coisa tristonha e desagradavel que de portugueses herdamos, a saudade. (p.193).

1944 (Edição de 2008)

1ª. reeditada de acordo com os manuscritos do autor.

- Muito bem! Ora! Já não morria de fome em Nagasáqui! A dificuldade sempre parece maior do que é. (p.87)

Chegaram em casa com noite.

- O jantar estará pronto, Laura?

- Quer jantar já?

- Estou com fome. Você?

- Tanaka, pode botar o jantar na mesa.

- Sissenhôra. (p.99)

A dos Sousa Costas bem mais razoável, permite acentuar o lado bom daquela gente e uma linda união familiar. Brasileira. Portanto registremos com largueza: estão consternados com a doença de Maria Luísa: Sousa Costa pai, dona Laura, Carlos, Laurita, Aldinha. Não: Fräulein também. E Tanaka e a criada de quarto. A cozinheira e o motorista. (p.101)

Fräulein sacudida pelos soluços nervosos entrou no automóvel. Partiam mesmo. Debruçou-se ainda na portinhola:

- Meu Carlos...

Nada. Só Tanaka fechando o portão, se rindo. E uma casa fechada, toda num amarelo educado, senhorial. VILA LAURA. (p.135)

Amar, verbo intransitivo - Idílio, de Mário de Andrade (1893-1945).

1927 (Primeira edição)

- mantida a ortografia -

1944 (Edição de 2008)

1ª. reeditada de acordo com os manuscritos do autor.

Porém creio que em dois ou tres anos esquecerá o alemão. Que pena! Praticar não pratica porquê não tem conhecidos alemães. Não lê porquê não gosta de ler. Assim a gente esquece logo as sabedorias com que a providencia dos pais nos enriquece. Não tem mais remédio, oito contos perdidos!

Ora não faz mal! Oito contos já tem perdido Sousa Costa numa noite de pôquer. E pra clubes (trecho ilegível) não tem necessidade de citações em alemão. Esquece o teu alemão si queres ser feliz! Falar nisso... Aquele estudante japonês já traduz revistas ilustradas. De primeiro andou desiludido cansado. Quase desistiu. Porém seguiu a lição deste idílio. Teve paciencia. Tenteou. De repente criou fôrças. (p. 225) Foi crescendo em progresso rapido. Agora deu pra ler um livro truculento com desenhos de Okussai. Anda cheio de japonesadas satisfeito de si confiante. Principalmente no bonde quando abre uns livros assombrados, só vendo o espanto dos vizinhos! Espanto respeitoso, a gente nota facilmente. E só passeia nos peixes-fritos da Garagem Mikado. Sorri pro motorista umas ordens cabalísticas e o japonês conduz o automovel direitinho adonde a gente quer. Maravilhoso! Aprende o teu japonês si queres ser feliz!

Amar, verbo intransitivo - Idílio, de Mário de Andrade (1893-1945).

1927 (Primeira edição)
- mantida a ortografia -

1944 (Edição de 2008)
1ª. reeditada de acordo com
os manuscritos do autor.

Carlos nunca aprenderia o japonês...
Praquê, meu Deus! E tem razão. Os
milhores haicais andam traduzidos
em qualquer lingua. Budá e o zenismo
não podem interessar um moço brasi-
leiro batisado e catolico. Alem disso
acho inteiramente desnecessario o es-
tudo da poesia japonesa. Tem muito
mais sabedoria nas nossas quadrinhas
populares que nos tancas e haicais
do Japão. Poderiamos lembrar ainda
que Carlos tambem ignora as nossas
toadas... Porém a culpa é do clima
paulistano que faz em vez de tenores
mocinhos desafinados. Si Carlos nas-
cesse mineiro é provavel que entoasse
a moda:

Vancê diz que sabe muito,

Barbuleta sabe mais:

Anda de perna pra riba

Coisa que vancê não faiz. (p.226)

Diante dessa sabedoria popular êle
nunca aprenderá o japonês. Será que
lhe comunicaram a quadra? Tem tan-
tas dessas dentro da gente!.... Nin-
guem o saberá jamais. (p. 227)

**ANDRADE, OSWALD DE. MARCO ZERO I – A REVOLUÇÃO MELANCÓLICA.
OBRAS COMPLETAS 3. 2ª. EDIÇÃO MEC CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA, 1974.**

[p.05] Um português, truncado e baixo, penetrou na sala do Posto Territorial, sem tirar o chapéu de aba larga. Vestia uma camiseta sobre o corpo peludo e as calças sujas debruçavam-se sobre os tênis largos, cobertos de barro. (...)

Um italiano magro, corado sob a careca que cabelos ralos e compridos aureolavam, exclamou:

– Essa veia tem de saí lá da serra, sinô ninguê veve...

[p.07] “No criado, no chofer, no lavrador, no jardineiro, no comerciante, no pescador ou no burocrata... ou no milionário, enfim em qualquer ramo em que se desenvolva sua aparente atividade, está o técnico, o militar, o sociólogo, o polígrafo, o informante e o repórter a estudar, a inquirir, a observar e a transmitir memórias, relatórios e estatísticas para a sede desse formidável quartel-general que, em Tóquio, prepara a maior guerra de conquista de que a história humana jamais teve idéia.”

O mulato colocou a caneta sobre a mesa atravancada de papéis, onde escrevia um artigo para a *Voz de Jurema*. Assinou: Lírio Rebouças do Vale de Piratininga. Depois riscou o Vale. Riscou o Rebouças. Piratininga nunca fora vale, nem ele Rebouças. Passaria a assinar nos jornais: Lírio do Vale. – Não sou romance de Balzac!

[p.08] – O que você quer Elesbão?

– Tô percisano duns dinheirinho e duns gênor. Meu arroizinho tá bão, tá encaando bem. Perciso duns mantimento pra coiêta. O sinhô pode me arranjá com Nhô **Salim**. Depois eu vendo o arroiz pra ele mermo.

– Você é sério, Elesbão?

– Sô sim sinhô!

– Quanto é que você deve pro Nhô **Salim**?

– Um tiquinho.

– E por que você negociou com o japonês?

– Foi Nhô Muraoka que foi lá em casa...

Em torno do rancho de barro, o vento alisava o meio alqueire verde no silêncio. O arroz estava cacheando.

Muraoka sabia que o negociante sírio suprira o caboclo na plantação. Aparecera já duas vezes, delicado, sorrindo.

– Sinhô arroiz tem bastente... vende paga sinhô...

O caboclo a princípio repelira.

– Inda não coí tudo, não bati.

– Pressa no tem, sinhô. Vem aqui buscá.

– Mas inda demora. Tem que fazê roça de mio antes de batê.

O **amarelo** insistia:

– Mal nô faz, sinhô, nô? Dexa saco, dexa dinheiro poco...

Elesbão hesitava pensando no compromisso tomado com o turco.

– Passa ricibi...

Notas faiscavam nas mãos do caipira.

[p.09]A Casa Damasco, de Salim Abara, era venda de um lado, armarinho do outro, casa de armas do outro. No fundo das paredes, baús empilhavam-se entre arreios e queijos. As estantes coloriam-se de fazendas. O atacado ocupava quartos, com algodão, cereais e café que o negociante trocava por mercadoria.

O **turco** pôs o chapéu na cabeça grossa, picada de uma antiga varíola, enfiou o paletó. Deixou o negócio, alcançou o leito da via férrea, atravessou o campo de futebol com dois gols armados e procurou o caminho do sítio de Elesbão.

A estrada cortava a serra, afundando estreita, angusta, à sombra dos barracos vermelhos, sob o peso secular da produção. (...) Por todo o interior em caminhos assim, mascateara com uma lata pesada nos ombros, uma matraca na mão. Parava nas fazendas e nas povoações. Era o primeiro comércio. Vinha cobrar na volta das viagens. Chamavam-no de turco. Inútil ele dizer: – Minha relógio é **armênio!**

Ninguém sabia o que isso significava. A religião do Brasil era uma festa de procissões, altares vistosos e novenas. **Ele** viera de um sentimento tribal semítico, onde uma série de máximas constituía a moral. Com isso trazia a bestialidade milenária do negócio. Abriu venda de pinga numa encruzilhada. Coito de assassinos, pouso de morféticos, fiado de colonos e sitiantes. Engordara, chegara à Bartira. Naquele lugarejo do litoral sul, tinha tido anos atrás a primeira noite da terra desconhecida. No colchão emprestado, consultara minuciosamente todos os barulhos, passos lá fora, entradas tardias nas casas vizinhas, baratas enormes como cigarras voejando no escuro quente das telhas vãs. No país em formação, fora o turco que pede 70 para deixar por 40. Conheciam-no nas fazendas e nas vilas. Pensava no longo oceano. A mulher tinha ficado em **Beirute**, onde havia camelos nas ruas. Quando D. Zilé surgiu, afogou a beleza oriental na fartura da terra. Se abrasileiraram. Vieram os filhos. Cresceram e estudaram. Ela permanecia no balcão. Descabelada, matinê, sapatos folgados e uma barriga flácida, balançando no vestido, os dedos gordos cheios de anéis.

[p.10] (...) Na memória de Salim Abara, passou uma briga feroz que tivera com Idílio Moscovão.

[p.10] O **japonês** chegara também pelo mar, percorrera as mesmas estradas penosas e desertas. Mas trazia a cooperação, e o dumping. Enquistava-se na terra do caboclo. **Salim** avisava:

– Lasbão! Non bega mizade co'essa raça! Deus te livre!

– Eu disse pra Nhô **Salim** que o arroiz faiô tudo, deu pouquinho! Percisava pra comê. Quando chegasse o novo prantio... Dinheiro não tenho...

A caçarola velha fervia sobre um braseiro.

– Ele tá brabo! Não qué mais fornecê. Percisamo de i se empregá, trabaiá pros otro. A cabocla cor de rapadura calava cozinhando. As crianças rolavam no pastinho.

– Nhô Muraoka qué fazê um negocinho cum nós. Ele compra a nossa terra. Dá pra morde i na festa do Bom Jesus batizá a Ditinha, pagá a promessa...

– Que promessa esse?

– Do arroiz que nasceu...

– Adonde a gente vai achá trabaio?

– Aqui mermo. Nhô Muraoka paga treis mirreis a seco. Miliquinhento co'a bóia. As criançada ganha a bóia...

[p.10,11] O fim do mundo é sempre um charco. Era assim Bartira, fim de linha e fim do mundo. O rio rolava lentas massas de água parda, cor de malária, por entre margens baixas e hirsutas. Para lá do capinzal ficava a estação da via férrea. Na noite inundada, ninguém chegaria à Bartira se não fossem os trilhos retos e luzentes, sob os sinais baços, onde uma composição parava. Um homem gordo, de ponche atravessou, seguiu num andar lento, até a venda do japonês Muraoka.

[p.11] Por debaixo da estalagem, era o **empório japonês**. A luz violenta de um Petromax deixava na sombra as prateleiras cheias da venda de interior. Dobrado sobre um pinho minúsculo, um caboclo bordava. A seu lado, sentado numa saca de feijão, um rapaz de bigodes aparados abria e fechava uma sanfona rica de sopros e de teclas. Parecia um menestrel, envolto numa capa branca. Absorto captava a alma do instrumento.

– Ta perecendo, xirife?

– Gosto muito de música, Muraoka. Inté assopro alguns instrumento. Fui trombone da Força Púbrica. Sou pai de fias inducada que toca piano, a Linda e a Sarita... fias que fala difícil... Depois que a primeira quis formá de professora, inducação entrô em casa. Aquilo foi um inferlno. Não se podia guspi mais no chão!

Idílio Moscovão escarrou grosso de lado.

– Ando cumas dor nas juntas!

A assistência sentava-se em caixotes, sacos de cereais e cadeiras de ferro, colocadas ante pequenas mesas de reclame. Era constituída de caboclos, **japoneses** e negros. Toda ela parecia sensível à música. As cabeças dos continentes mais diversos dobravam-se escutando.

[p.12] A mesa negra de jogo, recortada de corações, nomes e datas talhados a canivete, reunia em torno de um baralho desbotado e sujo, Idílio Moscovão, o farmacêutico Piratininga, dois sírios e um viajante nacional.

[p.12] Era um quarto de paredes brancas de cal, um chão de cimento escarrado sob um teto de telhas escuras, pesadas de fuligem e de teias de aranha. A fumaça ardida dos cigarros de palha subia dos cantos da mesa onde fichas pardas tilintavam. O subdelegado pediu cerveja e prosseguiu.

– Quando eu deixei a administração da fazenda Formosa pus venda de sar e toucinho na estrada. Por que que só oceis **turco de melrda** há de ficá rico no Brasil? Depois que lidei cuns torpedera, quaji perdi tudo. A curpa foi minha. Gostei de uma loira.(...)

[p.12] O vendeiro **japonês** veio encher os copos da cerveja morna do serão. O jogo prosseguiu entre os parceiros.

[p.13] A caliça pintada do quarto da pensão Muraoka, vacilava na luz da vela.
(...)

Na cama estreita, o velho Ercole Fiorelo disse:

– Oi! Quando nós se encontrá em São Paulo, eu pago uma bruta farra, eu levo ocê num bordele! Vô lá pra consurtá os óio e comprá uns óculo novo.

A voz rouca de Moscovão respondeu da outra cama num bafo de pinga.

– Bordê em São Paulo só dá galiquera. O Benedito foi lá no Piques na casa duma **italiana** e morreu de tanto cranco sífilítico.

(...)

– Não perciso de borde pra tê muié. Elas abre as perlna. Já tive mais de quinhenta. Primeiro eu desflorei uma negrinha, depois uma **hungaresa**... Depois no canaviá, eu peguei uma colônia moça... Chamava Claudina. Ela não queria... Home, rolemo junto, aremo meio arquere de terra... Fiquemo tudo sujo, mais ela saiu furada.

O **italiano** dormia, ressonando fracamente.

[p.14] Virou o resto do copo. A risada desconexa fez o **italiano** suspirar na outra cama. Na noite na pensão, passadas se ouviram. O silêncio restituíra-se.

[p.14,15] Uma árvore imensa lacrimejava orvalho na estrada. Elesbão encontrou o índio Belarmino que também havia vendido a terra ao **japonês**. Estava vestido de preto, descalço, com os dentes enormes para fora, um bordão na mão.

– Andei precurando uma casinha aí no Brasil pra entrá.

– Donde mecê é?

– De **Registo**.

– Tem muito **japoneis** lá?

– Lá num tem outra nação de gente.
 – Tem serviço?
 – Trabaiei. Carpi mais de duzentos pé. **Japoneis** num quis me pagá.
 – Por quê?
 – Diz que eu bebo.
 – Por que mecê perdeu a terra?
 – Mar cabeça...
 Pássaros brancos voavam sobre o pasto. Elesbão falou:
 – Eu tô lá mermo... To por ano... Ordenado baxo mais veve...
 – Trabaiano **pro amarelo**?
 – Mecê sabe. A gente tem amô na terra que foi da gente. Já quisemo vivê fora, andemo batendo a cabeça co'a famia. Não se acostumemo. Mió vivê aqui de camara-da. Se inda tivesse o chão...

[p.15] a segunda classe desiluminada, com escarros, fumaças e conversas em todas as línguas, iam todas as raças humanas. Chamavam-no o *Expresso de Xangai*.

O primitivismo da técnica conduzia a locomotiva tempestuosa. O **imperialismo** japonês disciplinava a alma dos **amarelos**, pequenos, retacos, dissimulados. O empreendimento colonizador capitalista ia nos grandes grileiros e nos empreendedores da morte do serão.

[p.16] Um **espanhol** caolho era uma nobre a mais. **Húngaros** atléticos jogavam-se sobre a madeira dura dos bancos em posições de luta e de cópula.

(...)

O transatlântico recebera o piloto e penetrara no canal. Agora aproximava-se matematicamente do cais de Santos. (...) Ninguém esperava o agitador brasileiro. Talvez a polícia. Ele havia dissimulado na mala brochuras de propaganda marxista que trazia de Buenos Aires. A alfândega deixava passar para os **japoneses** de Registro-Gô até aeroplanos desmontados e metralhadoras, como máquinas agrícolas.

[p.18] – Hai finômenos – exclamou **Sirra** passando a mão grossa nos cabelos negros de **árabe**.

(...)

O camarada Rioja pagou o café que tomara. Na calçada um **japonês** baixinho procurava contratar dois negros como carroceiros para uma fazenda do litoral.

– Garantido, paga fim de méis. Ta tarabaiando cabecera de mato, mais cinco ariquere. **Japuneis** non dexa mato bruto pra outro... Compania já aranjô maise cinco ariquere!

Leonardo seguiu. Em Buenos Aires, numa reunião de comitê da Terceira Internacional, haviam-lhe mostrado um mapa da ocupação estratégica do Brasil pelo **imigrante amarelo**. Só o governo ignorava. Havia até um almirante na localidade de Sete Barras. Espiões educados, outros transformados em pescadores ou em peritos de agricultura, penetravam nos escritórios e nas casas, levantavam mapas do litoral e do interior.

[p.22] Sentados em torno de uma mesa, começaram, sem perda de tempo, a reunião do Partido. O electricista **Plaumburn** expôs a preparação da revolta paulista, que estava na ordem do dia. Era um teuto bochechudo e calvo.

– Os paulistas contam com Força Pública e alguns guarniçon de ezército. Esperam auxílio de Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

[p.24] Um italiano velho, de óculos, dizia:

– Pra podê co um **japonese** percisa sete brasileiro, dois turco, cinco **italiano** e meia duza de **portuguese**.

– Os **japonese** quiere enguli o mundo inteirinho. Um dia vai vê – exclamou um vizinho.

Em frente a ele, no banco de madeira de segunda classe, um **nipão** sorria satisfeito. Era Muraoka.

– Non enxergo mesmo co'a catarata, mas isso io vejo!

[p.24, 25] O farmacêutico Piratininga levantou-se. Achou delicadamente que devia fazer uma *quête* para o sanfonista. Tinha uma gravata cor de maravilha e uma pochette igual no terno claro. O trem parou de novo num choque de ferragens. O preto musicista que chamavam de Chiba exclamou:

– **Japonesa** não dá berada!

O **italiano** velho aproximou-se do sacerdote apresentando-se:

– Eu sou compradore de arroz na zona. **Ércole Fiorelo**. Cum licença...

– Padre José Beato, vigário de Jurema.

– Me dissero que o senhore chama de bugre os **japoneses** e quiere convertê eles na relijô católica. É bestera! Non adianta! Nem se fosse Giuseppe de Anchieta em pessoal!

O vigário, que fechara o livro, estava longe no tempo, perdido num sonho que tinha quatro séculos. Pensava no apóstolo Anchieta diante do mar que batia as pedras lascadas de Peruíbe.

O **italiano** discutiu banana e caxeta.

– O dinheiro istá muito caro. O governo non presta. Está escangaiando com São Paulo.

Padre Beato pensava no mameluco quinhentista, no burgo de João Ramalho, no vil Jagoanharo e na batizada Bartira.

O Chiba falou de novo dos **japoneses**:

– No bolo eles é corajoso.

Os **amarelos** indiferentes, miúdos, descalçavam as botinas, arrancavam as meias imundas, encolhiam-se nos bancos de pau, merendando. Passavam entre si um frango, um pastelão, uma garrafa.

[p.26,27] Debaixo de seu chapéu furado, o negro alto e magro parou de roçar e olhou a **japonesa** que cavoucava forte a seu lado.

– Mecê é desinfeliz?

– Patirício munto judia no serevício...

Tomé olhou rasgado. A mulher continuava a roçar. Aquela cara redonda, com olhinhos de pássaro, bulia com ele.

– Nhô Fusiko bate mecê?

– Munto bebe Fusiko.

A tarde arroxava os morros devastados para a plantação.

Tomé parou. Estava brilhante de suor. Fitava a **japonesa** alagada a seu lado.

– Por que que mecê não casô com brasileiro?

– Cônsul não dá orde munto non gosta.

A **mulher** tinha estacado. Murmurou:

– Quano casa mais trobaia ainda.

O arroz espetava de verde a terra fresca. Tomé disse baixinho:

– Ocê mi dá?

– Na minha contage, era dezenove mir. Mas ele só pagou dezmirréis e eu pirei.

– O que que você fez com a **japonesa**? – perguntou Leonardo, rindo, numa curva da estrada silvestre que bambus sombreavam.

– Fiz nada! Não quero mais sabê de **mosca amarela**! Eles queria capá o nego. Verdade que ele rolou com a **japonesa** na estrada. O homem dela vinha vindo num burro branco, ergueu a foice pra cima dele. O Chiba largou a **japonesa**, pegou num pau de goiaba que tava no chão e tacou no bicho. O **japoneis** quis fazê o burro andá mas o burro empacou e o Chiba desceu a lenha, sem dó. Foi aquela marmelada. Foi burro, foi **japonesa**, foi tudo!

– Como é que pegaram ele?

– Pois ajunta que nem formiga. É covarde **japoneis**. Nunca aparece sozinho. Eles queria capá o negro. Mas os baiano não dexaro, pegaro cavalo no pasto e foram sortá o preto. Ele meteu a cara na serra e eu atrais!

– Mas não há autoridade por aqui? Delegado?

– Não serve pra nada! Quando o xirife pede algum reforço de Santos, depois de quinze dia, aparece um cabo pesteadado e um sordado magro.

– O **japonês** aqui faz o que quer?

– Manda inté nas autoridade. Tem o **consur** que ajuda.

– Mas você trepou na japonesa?

– Tá loco! Não deu tempo. Quando eu sube da história do Chiba, fui pidi minha conta pra nhô Fusiko. Ele não queria dexá eu saí, inda desconfeei mais. Ele tava bêbado que nem uma cabra.

– Não chamou os outros pra te capar?

– Não. Ele disse que pidi pode. Eu não tinha feito nada. Só pedido.

[p.28] – E pra onde você vai agora?

– Pra terra dos grilero, lá tem sempre trabaio. Quem chega, pode judá tirá madeira. Lá não tem **japoneis**.

[p.30] O **português** Casacão, sentado ao fundo, serviu-se no prato de folha. Foi a vez do Mingo. Fez uma pirâmide de arroz, outra por cima de feijão.

[p.32] A **Inglaterra** pertence à meia dúzia de famílias que exploram tudo. O **povo inglês** é bagaço.

[p.32,33] O preto Tomé falou:

– Me dissero que lá na Rússia é muito ruim de vivê e trabaiaí. Matam gente a torto e direito!

– Quem foi que falou?

– O **japoneis**.

– O tal Nhô Fusiko?

– Não, eu vi Nhô Muraoka falando na venda.

– O que ele disse?

– Que lá na Rússia, gospe em quem tem botina.

O Mingo interveio:

– Aqui gospe em quem não tem. Acho bão nós i pra lá.

O camarada Rioja explicou:

– O **japonês** diz isso da Rússia, mas não conta o que se passa na terra dele, onde a miséria do povo é pior que aqui. Um grupo pequeno de barões é dono de tudo!

– Aqui também – disse Miguelona. – Só que em vez de barão, é coroné!

– Sim, mas como os senhores de lá não querem repartir suas riquezas, inventaram de tomar conta do mundo, iludindo o povo com a conquista de outras terras e de outros países. Qualquer dia ele mandam o povo fazer a guerra lá fora e morrer para evitar a revolução dentro de casa. Você háo de ver o que vai acontecer!

– Mas aqui vai tê a revolução – informou a Miguelona.

– Isto é outra coisa. São os fazendeiros arruinados que querem derrubar o Getúlio. Enquanto isso, o que esses **amarelos** preparam é a conquista do Brasil. Vocês não vêem que eles só se casam com outros **japoneses**? Vão chegando, tomando a terra dos nossos caboclos. Não temos um governo capaz de defender o país. E os paulistas, se ganharem a revolução, também não são capazes. Só os trabalhadores podem fazer uma revolução de verdade. Não devemos nos esquecer de que os fazendeiros querem conservar, como antes de 30, as suas grandes fazendas, as suas terras. (...)

– Devia di sê giá! – concluiu a Miguelona. – Sinó nós tem que arranjá também um cônsole...

– Um cônsul?...

– Por certo! Percisa um console pros brasileiro. Só **japoneis** que há de tê?

[p.34]– É um mulato sabido! O senhor também é? Console-se com Machado de Assis! Nós somos brancos... temos por parte materna uma origem nebulosa, a **Europa nórdica**. Somos **Klag**. Eu assino Klag.

[p.39]Fora, na chuva, ficaram apenas as duas bandeiras, a do Brasil com grandes remendos desbotados e a do **Japão**, luzente como o sol que nascia do outro lado do planeta.

[p.40]O Grupo Escolar havia sido salão do baile nos tempos idos, quando o **imigrante japonês** invadira o litoral sul do Estado, encaminhando-se para a formação de seus **quistos raciais**.

As salas abriam janelas no edifício chato, alongado. Pela estrada passava o atropelo das culturas sertanejas, conduzidas em carroças por pretos ativos. A diretora afirmara em reunião que o professorado primário era uma tropa de choque da nacionalidade. E sugeria que se fizesse uma chamada patriótica, indicativa da origem de cada aluno. Eufrásia Beato estava de pé, num corpinho branco:

– **Kioto Nassura**...

– Sou basirera...

– **Sakueto Sakuragi**.

– Sou basirero...

– Jesué dos Santos.

– Sou piracicabano!

– Josefa Antunes.

– Sou brasileira.

– **Massau Muraoka**...

O pequenino bonzo de gravura fitava a professora com olhos entreabertos e longos.

– **Massau**, você sabe que também é brasileiro? Você é paulista, diga, vamos! Diga só para contentar a Dona Eufrásia.

O **menino** estourou em lágrimas ante a sala surpresa. A professora deixou a chamada e começou a aula de Instrução Moral e Cívica.

– Como morre num brasileiro, Jesué dos Santos?

O negrinho bojudado hesitava de pé, na carteira, mostrando os dentes brancos. Pensou no Federico carroceiro, que tinha ficado debaixo do caminhão do **japonês**. Ia falar, mas um garoto ativo, de coco pelado, agitou os dedos.

[p.41] Eufrásia começou a ditar.

– “O Brasil é o país mais belo e mais rico do mundo”...

Idalício Diadermino apertava o giz sem poder escrever. Houve um grito na classe. A professora correu. Ele estava estendido no soalho, com os olhos vidrados.

Um garoto amarelo explicou:

– **Japonese** non cai porque traz lanchi...

[p.42] Os **japoneses** limpos contrastavam com a imensa população dos Deadermino que enchia o circo. Eram os beira-corgo, caídos nos paus de Bartira. Caras desvairadas, outras disformes, marcadas por tiques nervosos, língua de fora, bochechas inchadas, gengivas expostas. As mulheres grávidas quase todas, trazendo crianças esqueléticas ao colo, pela mão garotos lombrigais e espantados.

[p.45] (...) Os **japoneses** organizavam-se em *meetings amarelos* que se transformavam em municípios no dia seguinte. Não havia tempo para destocar as ruas e as praças. Toda essa aventura perecera no desastre mundial de 1929.

[p.46] (...) **Umbelina** chorava alto num quarto. Monsenhor Luna acorrera de Campinas. Ela era **estrangeira de origem**, colona. Uma **Klag**. O casamento do avô tinha sido uma imprudência com a qual a família não pactuara, como agora ele ia fazer com Eufrásia Beato. O carreiro italiano que tocava música na colônia aparecera estendido, morto a tiro, numa capoeira e o capanga Idílio Moscovão fora levado a júri.

[p.47] A manhã enfarruscava quente nos carregadores, onde a viração dividia os cafezais lustrosos. Sozinhos, em grupos ou com as famílias, passavam os colonos para o trabalho. **Espanhóis, italianos, húngaros** e pretos.

[p.51, 52, 53] **Japoneses**, negros e caboclinhos gritavam entusiasmados as mesmas afirmações. O hino terminou numa mesura musical. Ficou o silêncio ressoando na sala de muitas janelas.

– Hoje é dia...

As crianças interromperam:

– Conte uma história! Uma história, fessora!

Eufrásia fixou o **japonês Zenken** que destacava seu busto reverente na primeira carteira.

– Que é que você quer, **Zenken**?

– Xiênxia – respondeu o garoto, levantando-se num movimento respeitoso.

Hoje é *Lição de Coisas*. Vamos falar sobre os produtos locais... A banana! Mas antes eu quero saber do que vocês gostaram mais no Circo. Diga Jesué dos Santos... Vocês viram como é assombração?

O negrinho gordo espiava uma caboclinha que baixara sob a carteira a cabeça de cabelos amarelos.

– Assombração não existe. É gente que faz...

O Adelino murmurou:

– No mato tem!

Eufrásia dirigiu-se aos **japoneses**:

– Vocês também acreditam?

Zenken exclamou:

– É **obaka**! Vijão!

– Você, **Haru**, a primeira da classe, você acredita em assombração?

– Chama **obaka** em japuneis.

– Na **escola japonesa** não ensinam que não existe?

A pequena boneca limpa estampou um sorriso paralisado.

– Murié cumpirida no ceremitero...

– É natural que vocês acreditem em tudo. O Idalício escreveu no caderno de linguagem: “O cavalo é azul”. – Cadê o Idalício? Faltou outra vez! – Silêncio! – Vamos, Filomena Felisbino, fale sobre a banana!

(..)

– **Haru**, você! Fale sobre a banana.

A **japonesinha** levantar-se sobre a carteira, o cabelo preto terminando em franja sobre a testa.

– A banana é um arimento muito bom.

Eufrásia, Beato, fitava **Zenken**, taludo e contrafeito.

– Vocês, **japoneses**, têm mania de trocar o “l” pelo “r”. Veja isto no seu caderno,

Kioto...

A classe, antes de tomar conhecimento, ria com exagero.

– “Era uma vez um itariano que vendia fuluta.”

– É “um italiano que vendia fruta”. Pode sentar-se Haru!

O aluno grande mexia nervosamente as pernas, fitando a mestra numa adesão silenciosa.

– Leia você, **Zenken!**

O **rapazinho** levantou-se com o livro de leitura na mão. Estava calçado. Era ossudo e alto. Tinha uma compleição diversa da do japonês comum e uma cara de carrasco mongol.

– Na primavêla o vigelinho...

– Bezerrinho!

– Vigelinho...

A classe desmanchava-se num riso bulhento, desastrado. No mapa, onde as fases da produção da banana se sucediam em cenas de campo, a moça viu pintados em ouro os frutos roliços.

– Fale sobre a banana!

– A banana é um arimento gulande.

– Burro! Grande, não é gulande.

[p.53] A **italiana** gorda dava pensão, lavava roupa, fazia pão no forninho do quintal e cozinhava de lenço amarrado na cabeça.

[p.54] (...) Saberria o Jango, da Formosa, do drama? Fora antes, muito antes quando carpiam café na fazenda de um turco. Aquilo tinha ficado tabu. Ninguém esclarecia. Ninguém falava. Não houvera sanções ou castigos.

[p.55] O pai um dia as levara para os lados da Formosa.

– Vamo prantá argodão. Por que só **japoneis** há de sabê prantá argodão?

[p.56] (...) O **japonês** tirava a terra do caboclo, cercava os núcleos agonizantes do trabalho nacional e dizia: – Aqui tudo cavalo azur, no? Menino já falou pra porifessora... Governo cavalo azur. Justiça também cavalo azur, no? – Lágrimas inundaram-na.

(...)

Um homem baixo e mal vestido estacou a lata velha de um Forde diante da sede da Formosa. Armida, que areava os talheres, espiou pela janela da cozinha e informou que era o **turco** de Bartira.

[p.57] O **negociante sírio** não tendo sido atendido ensaiou uns passos na direção do portão lateral que conduzia ao pomar.(...) O **turco** passou, penetrou no vinhedo da fazenda. Pelo chão a água brotava, borbulhava, dividia-se em regos claros. A voz do mascate ressoou:

– Eu venho ferecê mais marcadoria bra ocê. Misade é a mesma!

[p.59] No silêncio geral, Jango continuou:

– Dormimos ricos e acordamos pobres...

Sem dizer nada, **espanhóis, italianos, húngaros** e pretos fixavam o moço fazendeiro.

– Os que tiverem plantação, podem ficar. Para os que quiserem sair, as porteiças da Formosa estão abertas...

Ferrúcio Spin pensava no tempo em que o café do sertão dava 200 arrobas por mil pés. Tinha a cabeça num chapéu centenário de palha.

– Nos outro logare é a mesma coisa!

[p.60] O grupo desmanchava-se, descia pela escada. Um **espanhol** magricela, o cabelo rente e grisalho, gritou da boca desdentada para a plantação.

– Café puta de tu madre!

[p.65] O Bata W.P.125 levantou vôo às cinco horas. Naqueles primórdios da aviação civil, o **piloto** Kana prometia fazer pousar o Conde Alberto de Melo antes da noite nos gramados irregulares do Campo de Marte, em São Paulo.

[p.66, 67] (...) De repente, o **piloto** fez subir o aparelho. Uma escuridão murava o horizonte da capital. Gritou para o conde.

– Tempestade... nô?

(...) Fitou em sua frente o vulto impassível do **piloto japonês**. Queria fugir da idéia. A tempestade aumentava. O pequeno aparelho tcheco talvez não resistisse. O céu turvo afogara tudo em neblina molhada. Só a calma do **piloto** imóvel não precipitava a catástrofe. Mas aquela silhueta inteiriçada restituía-lhe a obsessão. O antigo criado da casa do Jardim América era hoje o piloto Kana. Só a sua fleuma detinha o cataclisma. A visibilidade era nula. Kana servia o café matinal à Felicidade Branca no quarto. E viera aquela idéia de espioná-los. Nenhuma intimidade se estabelecera entre a patroa e o **japonês**. Ele se tornara um obsedado em segui-los até que um dia tinha-o visto entrar sem bater. O **japonês** podia suicidar-se com ele. – Talvez amasse a sua mulher!

– Poca gasolina, nó?

[p.68] – O remédio contra o tétano você não encontra em toda a redondeza. O Coronel Merelão adquiriu todo o estoque desde que teve um caso na família. E ele não dá pra ninguém... Os **japoneses** têm e também não dão.

[p.69] Antes da chegada dos jornais, prenunciavam-se desgraças imensas para o orbe. Falava-se em guerra, câmbio negro e doença. (...) Pensavam em dormir um bom sono na estação no meio das bananas e do arroz trazidos pelos **japoneses**. Mas de repente um não quis, afirmou que tinha opinião.

– Ói! Nós chegemo primeiro que o trem!

Um grupo de **colonos japoneses** rodeava de atenções e reverências um compatriota baixo, de óculos e capa de borracha. Apresentaram-no à professora que aparecera matinal num casaco felpudo e azul-claro. Era uma notabilidade nipônica em viagem de inspeção pelas colônias da América. Os seus seis meses de Brasil já davam para se fazer compreender em português.

– Queria saber da porifessora como está o **menino japonese** na escola do Burasil...

– Os **japoneses** são os alunos mais adiantados. Mas outro dia eu estava explicando na classe que não existe assombração...

– Como, senhora? Non xabe direto muito...

– Fantasma... em **japonês** parece que é obaka.

– Ah! Obaka... si senhora...

– Expliquei aos alunos que não existe...

– Obaka? Aqui non xabe... **Japão** tem...

[p.70] – O Idalício quando não ia na escola judava ensacá arroiz na casa do **japoneis**. Pra ganhá um prato de comida...

[p.73] – É você **Leô**? Dormindo ainda? *Mon oiseau dès iles!* Meu sobrinho esteve aqui agora. Aquele bandido... É... Eu explico a você, querida! Quase que saía uma carnicina... Trouxe a letra... Fiquei com dó da família! Mas xinguei ele de tudo. Ele não reagiu, acovardou-se! Eu disse tudo... Ladrão! Parasita! Ouviu calado!

A *francesa*, antes de bater o telefone, gritou nitidamente do outro lado: – *Couillon!* (...)

A **governanta alemá** entrou alta, loira, engomada.

– Tona Xodó, está na zinema, me deu um tapa na narriz! Com namorado que não conhece...

[p.74] O **português** suspirou.

– Deus só me dá desgosto... Estou quase a abrire um rendez-vous aqui nessa zona. Se tivesse filhas! (...)

– O primeiro **português** subiu isto aqui a pé. Você vai de carro.

[p.77] – Um negro na família! Dio me n’escante e libere! Stá mata!

– É isso mesmo! – berrava a garota esquelética, fixada numa manqueira recente. É Vale de Piratininga. Melhor que a nossa...

Aquele nome achatava os imigrantes enriquecidos na oficina de fundo de quintal, no café e na cana.

Fora lindo o casamento do mestiço briguento e entrão com a filha dos **imigrantes abastados** de Jurema. (...)

Nicolau Abramonte quisera conservar a filha mais velha e doente em casa.

[p.78] – Cidade de romaria não progride. Nossa desgraça é essa igreja velha! A cabocrada gasta um ano de enxada em três dias. Depois quer fazer fiado. Até iodo fiado! E entrega a terra que tem ao **japonês**. O Bom Jesus ajuda! (...)

O turco restaurava os seus processos triunfais na barraca vistosa de Salim Abara.

[p.79, 80] O país do milagre. A terra livre. Apenas explorada a orla econômica da mata virgem. O **japonês** caçoava mostrando o cipoal: – Prantação brasirera! – As professoras contavam histórias de gente que vira bicho. Cantos na igreja. Milagres na terra. País do cavalo azul. O **padre italiano** que tinha um bar, pregava depois da comunhão: – Agora os meus caríssimos irmós, pode ir comê a sua sanduichinha e tomá quem uma gasosa, quem uma guaraná, quem uma cerveja geladinha...

[p.80] – **Nicolau Abramonte**, a barriga sacudindo no colete de berloques, andava de chapéu na cabeça dentro de casa.(...) Nas oficinas nascentes, como no campo antigo donde viera, explorava até os ossos os parentes pobres, os compadres, o próximo em geral.

[p.81] **Nicolau Abramonte**, a barriga sacudindo no colete de berloques, andava de chapéu na cabeça dentro de casa. Comia finóquio e blasfemava. Nas oficinas nascentes, como no campo antigo donde viera, explorava até os ossos os parentes pobres, os compadres, o próximo em geral.

Era inimigo da sociedade. (...)

– Senhor Prefeito! – saudavam...

A mão gorda parava no ar. Num sorriso modesto o **italiano** baixote respondia:

– Imperfeito, imperfeito... (...)

Era a única contrariedade que o tinha surpreendido na pátria adotiva. Quando com os pais saíra pequeno de um porto da **Itália** meridional, prospectos anunciavam que, na nova Canaã, davam logo à chegada vacas leiteiras, porcas com cria, cavalos e burros para o amanhã da terra. Não fora exatamente no começo. Mas tudo viera.

Os **espanhóis**, atirados dos portos de Málaga, e Amería para os porões onde ele estava, cantavam nas guitarras:

“Mijares de famílias

Se van a Buenos Aires

Porque non tienen em su pátria

Quien los ampare!”

Isso acentuava a opinião geral de que iam todos, **italianos** e **espanhóis**, para Buenos Aires.

Um dia, os **imigrantes** aglomerados na amurada da proa chegavam à fedentina quente de um porto, num silêncio de mato e de febre amarela. Santos. – É aqui! Buenos Aires é aqui! – Tinham trocado o rótulo das bagagens. Desciam em fila. (...) Idílio Moscovão era moço, e olhava as **colonas** frescas descidas dos barcos da Europa.

– Toca pro cafezal! Esse talhão é seu, esse é seu. Anda cachorrada!

Não sabia falar a língua de Buenos Aires, mas pegavam na enxada e começavam a trabalhar.

[p.82] Comprou um sítio. Café. Plantou cana. Fez álcool e pinga. Comerciou. A cidade veio. E os filhos. E os negócios ousados. (...) De explorado passou a explorador. Tinha um representante em Bartira. O **turco** Salim Abara. D. Filomena, de cabelos pretos repartidos ao meio, engordara. Andava pela casa, dentro de uma capa de borraça de Nicolau, dizendo:

– Porca la pipa!

Mas aprendera afinal a língua de Buenos Aires.

– Olha que limpeza que você fez debaixo da cadera, tiçon!

Zangava, varrendo outra vez, perseguindo a pretinha Esmeralda. A **italiana** era a alma doméstica e tutelar da família. Cozinha e lavadouro; quintal e berçário, a tudo presidia a sua atividade muscular e vigilante. Lá fora não punha os pés. Seu mundo terminava na esquina. Somente as missas da madrugada a viam no xale preto dos domingos.

[p.82] Os primeiros **crentes nipônicos** tinham começado a aparecer no templo cristão, com a notícia do guarda-sol de forma oriental que resguardava o sacerdote, condutor do Santíssimo, como no **Japão o Imperador**. O **bonzo budista** de Porto Litoral tinha querido impedir e protestar. Mas o negociante Muraoka repetira as palavras de um educador amarelo: – A religião é como o chá. Tem verde, tem preto, mas Deus está sempre a serviço de S. Majestade o Imperador.

[p.84] Fechou-se na saleta do escritório onde se isolava de janela aberta para ler e escrever os artigos do jornal. Continuava sua **campanha** tenaz **contra o japonês**. Releu um tira que deixara sobre a escrivaninha.

“Sem amparo, endividado e desmoralizado, o caboclo tem que alugar o **braço amarelo**”.

[p.85] O **Prefeito** gostava era de finóquio e salada. (...)

Nicolau Abramonte saída da cozinha guloso, blasfemando pela casa.

[p.86] A senhora do promotor interpelara a menina doente uma tarde: – Você ainda não fez a primeira comunhão? Com esse tamanho! – Foi Filha de Maria, adoradora do Sagrado Coração, zeladora da capela do Santíssimo e professora de catecismo dos meninos japoneses convertidos pelos pais.

[p.87] – Cumé? Não deixa ela gorda? – perguntava o prefeito.

Lírio, em vez de conseguir progênie anunciada à **família italiana**, aproveitava-se da nova situação para cair na leitura. Continuava a escrever **artigos contra os japoneses** que constituíam o problema da região. Mandava-os para a Voz de Jurema e tentava publicá-los em São Paulo e no Rio. Um **professor alemão**, gordo e careca, da Escola de Veterinária, pôs à sua disposição uma misturada biblioteca onde havia anarquistas franceses e russos, Goethe, o futurista italiano Marinett, Proudhon e um volume resumido d’*O Capital* de Karl Marx. Com eles fazia roda o Godói, o poeta Godói, uma caveira gloriosa da literatura nacional que, depois de um desquite, se refugiara para morrer na casa de parentes antigos em Jurema.

[p.88, 89] Enquanto o **padre italiano** só cuidava de enriquecer, tomando parte em negócios de caxeta e arroz e montando bar no largo da Matriz, outro, o sertanejo Basílio, tinha sido o escândalo pitoresco e facinoroso da região. Tratava mais de saber onde havia minas de outro e diamantes do que de rezar. (...)

O pastoreio das almas desanimadas de Jurema ficara então entregue à agiotagem de **Padre Palude**. Em Porto Litoral, ele oficiava às pressas, na hora da passagem do trem de Bartira, indagando do sacristão, durante a missa, de seus negócios e afazeres, se tinha vendido a caxeta, cobrado o madeireiro. Se uma família molambenta e descolorada aparecesse na sacristia pedindo o batismo de uma criança do sertão, ele berrava trocando as vestes.

– Deus qu’ajude! Deus qu’ajude! Tá batizada, Cristiano! – Corria para o comboio sertanejo que apitava. Comunhão dava pouca e apressada. Contava-se que, certa vez, como visse a hóstia ameaçada pela fome das mãos duma criança de dois anos que berrava no colo da mãe comungante, dissera – Nó, Nó, é titica! (...)

As relações do novo vigário com o provedor da Santa Casa, o **Prefeito Abramonte** e sua família, deveram-se a um incidente provocado com as freiras.

[p.90] José Beato começara no Seminário com aquela amizade particular pelo Antônio Pinto. (...) Saiu padre. Levava três *slogans* de Deus: Amor Eterno, Justiça Perfeita e Caridade Ampla. Encontrara **Monsenhor Palude**. Encontrara os **Abramonte**. Encontrara o **Major Dinamérico Klag**. Gente de primeira ordem. (...)

Primeiro as valsas estouradas no piano encheram longas horas a rua terrosa ou lamacenta. Depois foi aquela invenção diabólica – a voz. Abramonte, Prefeito socialista, consentiu que a filha casa estudasse com a **professora italiana** de Porto Litoral.

[p.93] – **Papai**, o senhor deve mandar fechar o jornal porque o diretor é ateu.
– Ele non si incomoda de nada! Qué só dinheiro.
– O padre me disse que são todos maçons. (...)

[p.94] – Cai tudo em cima do **Prefeito**. Não chega a briga que eu tenho? E tê di dá emprego? Um pra destampá a litrina, outro pra puxá a descarga, outro pra cherá...

[p.98] **Nicolau Abramonte**, sem paletó, o chapéu na cabeça, estourou:
– Eu me fiz do nada. Ele é inhorante! Non sabe como se fabrica banha. Diga pra ele dizê como se põe uma parmília no zapato!

[p.99] A barriga sacudia nocolete de berloques, o chapéu enterrado:
– Farmácia! É só água de tornera, um poço de açúcar e tinta! Se non é velono puro!
(...)

Padre Beato visitava sóbrio os **Abramonte**. Mobilizava todas as Filhas de Maria das relações da cantora. Viam-no por toda a parte, de óculos, chapéu e guarda-chuva.

[p.102] E sentiu que estava despegado da casa. (...) O socialista **Nicolau** arvorava o estandarte de Cristo para massacrar o infiel:
– Mi vô comungá!

[p.104] (...) A política colocara **Nicolauzinho** na Prefeitura – *Porca l'ostia!* – D. **Filomena**, na capa de borracha, os cabelos negros repartidos sobre a cara velha, numa trança curta, era agora contra qualquer reconciliação.

[p.105] O jardinzinho que dava para a praça tinha dois canteiros de terra sem nenhuma flor. (...) Uma moça vinha na sua direção. Era a **filha do turco** Salim Abara. Os seios nasciam sob a blusa.

– Como vai **Latife**?

Por causa do turco é que tinha brigado com os **japoneses**. Imitou o **sírio**:

– Essa raça non bresta, Lírio! Juga bra falência nogociante nacional.

(...)

No domingo da casa deserta, os 14 anos de Joaquina. Inventara dar aquelas lições gratuitas à filha do **sapateiro**. (...) O **homem** batia a sola e conversava política. Fora anarquista na **Itália**.

[p.106] Mas o escândalo cresceu pela casa, parou na autoridade oportuna de **Nicolau Abramonte**. (...)

[p.108-109] O comandante era um velho caboclo de chapéu de palha. O calor asfixiava a paisagem nos baixios. Um porco grunhia no porão. Padre Beato ia abrir o seu livro preto de orações, quando viu uma **japonesa** sentar-se ao seu lado.

– É casada?

– Sim, perecisa tê doze...

– O quê?

– Doze filho.

– Por quê?

– Governo japuneis manda... munto perecisa.

(...) A **japonesa** reapareceu com um compatriota baixo, de óculos e perneira. O sacerdote conhecia-o. Era o engenheiro que fixava os colonos trazidos pela **Companhia de Imigração**.

– Me diga uma coisa, **Dr. Sakura**, por que os senhores mandam tanto japonês para o Brasil?

– Patrício sabe munto trabaiá. Lá sofre munto, non? Operário, camponês, artejão, cada vez piore. Munto luta. Distribuição fortuna desfavorável.

O padre indagou se no **Japão** havia muito progresso.

– Sim, mas só treis mile pessoa de automove particular non? População aluga, também anda a pé... Munto pobreza. Governo non pode dá saída de produção em mercado interno. Munto imposto, munto empréstimo, non?

– Empréstimos externos como aqui?

– Non. Gente rica emperesta pra governo, ganha juro. Outro paíse melhor situação pobreza. Depois perecisa imigra pra Burasil. Todas nação proíbe entrada de **produto japoneis**. Disque é dumping, mas não é poque pobreza perecisa de comê, vende maise borato. Armamento também governo munto gasta. Mas de vinte por cento de renda nacional.

- E por que gasta tanto?
– Non pode pará se outro não pára. Por isso que guera vem, no? Porque se continua comprando armamento, ruína país. Tem que gastá vala munto, avião também.

[p.110-111] (...) Sem o negro não teríamos café. Isso sim. Depois é que veio o **imigrante**. No começo deste século uma companhia **canadense** entendeu de explorar o planalto. Taxa de juros melhor que em qualquer parte. Veio a Guerra de 14, o paulista comprava manteiga da **Dinamarca**, bebia cerveja alemã, usava papel higiênico inglês e pensava em latim. A campanha submarina fez tudo isso naufragar. Luz, força e tração deram o nosso parque industrial. Os **imigrantes** tinham a tradição do artesanato e da economia, fizeram as primeiras fábricas e os primeiros palácios. Sírios raparam a barba sobre terrinas e Sèvres legítimos. **Judeus** rezaram em **iídiche** perante garçons de casaca. Puseram chalés normandos nos trópicos. Nossa indústria encontrou uma grande sobra de famintos no campo para explorar, criou bairros urbanos. Havia mercados por toda a parte. A Light pôde escrever nos seus bondes: “São Paulo é o maior parque industrial da América Latina”.

(...)

- As causas são muito mais profundas. (...) Contando que bebesse champanhe nas pensões e andasse de automóvel cheio de **francesas**. É claro que o movimento de 30 que se fez contra a hegemonia paulista não ia salvar São Paulo...

[p.112] O navio fluvial aproximava-se das luzes de um porto. Era **Registo-Gô**, a **capital amarela** do sul. Sobre a barranca saneada os japoneses haviam erguido hangares e chaminés e dali se irradiavam estrategicamente por estradas de cem léguas.

Em frente a uma venda que tinha **letreiros orientais**, um grupo de crianças brincava de pular corda na hora do sol descambar. Duas meninas de olhos oblíquos seguravam as pontas trazendo ambas nas costas dois bebês de mama, presos habilmente em faixas. Nos socos ambas se movimentavam fazendo pular, no ritmo igual, os dois bebês distraídos.

- Entra!
– Agora eu!
– Deixa eu...

Um garoto que vinha da escola, entrou também, saltou, saiu. Mulheres de quimono atravessavam as ruas, entravam nas cooperativas. Ao lado do hotel, dois japoneses retacos e moços distanciavam-se em camisa de esporte. Um lançava uma bola violenta que o outro cientificamente aparava. Numa agilidade felina a bola ia, voltava, num treino vitorioso de *baseball*.

Lírio viu por toda a parte o **amarelo** esgueirando-se, construindo, organizando, controlando. Até a arquitetura das casas de pau era oriental naquele **mundo oriental**. Um **japonês** o seguia.

[p.113] Ter sido escorraçado pelo **Abramonte!** (...) Quando chegara à Jurema, **Nicolau Abramonte** usava sapatos vermelhos de búfalo e Ludovica calças compridas com crochê. (...) O **italiano**, se pudesse, esfolava-o magnificamente como se fosse um dos seus porcos do sítio.

[p.114] (...) O **húngaro Ladislau** deixou-os no alto da escada, adiantou-se para os trabalhadores que o esperavam. Lírio de Piratininga acompanhava Leonardo Mesa.

(...)

Um **português**, condutor de bondes rechonchudo e róseo, respondeu:

– Deixa estaire homem. Quanto mais se mexe mais piore fica.

[p.115] Houve protestos, aplausos e gritos. Um **italiano** roliço que estava ao lado do mulato parecia alarmado no meio do tumulto. Era um **barbeiro** em São Paulo. Apresentou-se: – **Rafael Stronzo.** (...)

Ladislau procurava retomar o fio de seu discurso mas um trabalhador nordestino gritou:

– Se fô pra metê o pé na barriga do patrão eu meto, mas greve eu nun faço!

[p.116] – Fez muito bem em comparecer a homenagem que vai ser hoje prestada ao **Monsenhor Palude!**

– Sei... é o novo ecônomo!

[p.124] – Eu lanço! – gritou Ubaldo.

– Espera grã-fino! São uns **judeus** que moram aí. Se você lança eles comem.

[p.126] Carmela Venâncio guardava, nas paredes gastas de seu coração de vinte anos, quatro retratos: – Zico, o **dentista sírio** Jamil, o Dr. Torres e seu ídolo emocional da tela Ricardo Batelmes.

[p.127] Enumerava nomes paulistas, **sírios, calabreses.** (p.127)

[p.131] No portão do jardim permanecia fechado o cadeado. Abriu-se e o mulato alto foi conduzido pela **criadinha japonesa** para a sala de espera da residência. Ia afinal ser recebido por um chefe de movimento.

Sentado em uma poltrona, Lírio de Piratininga viu em sua frente o retrato futurista de Antônio Pádua Lopes. Tinha mesmo uma cara de deputado federal. Ouviu estalar uma porta, provavelmente a do gabinete de trabalho do líder paulista. Trazia-lhe uma carta do Dr. Marialva Guimarães. Espiou pelas persianas fechadas. Um oficial do exército fardado e dois paisanos saíam conversando. Sentiu-se inquieto. Podiam prendê-lo.

A **japonesa** reapareceu para conduzi-lo a uma biblioteca iluminada. Estava repleta de livros nas estantes que se erguiam ao longo das paredes. Um homem calvo batia apressadamente numa máquina de escrever.

[p.132] Lírio no sobretudo cor de doce de leite entortava para o lado a cabeça de cabelos lisos, encostada ao espaldar da poltrona, sorrindo adesivo, importante.

– Temos tudo, ambulância, vitaminas, **japoneses**.

– **Japonês** é traidor!

– Para a guerra serve. Eles nos oferecem dois mil homens armados. Um regimento de morte!

[p.133,134] A casa era úmida e o bairro enlameado. A mulata do vizinho, parede-meia, acusava o **português**, com que morava, de viver apaixonado pelas artistas de cinema.

[p.142] – Quem é? Lourdes? Boa família. – Murmurou um nome paulista conhecido... – Professora não tenho no momento... olhe está aí uma **italianinha** formidável! Dezenove anos. Foi deflorada há um mês...

[p.143] Felicidade branca escutou com todos os sentidos. (...) Subsistia nela aquela necessidade de ternura dentro de suas desilusões. Ternura do quê? Para quem? A filha tinha tudo, fortuna, beleza, nome, a **governante alemã** impecável... Por que essa destruição definitiva de um tecido de vida comum que deveria ser eterno? (...)

[p.145] A senhora paulista procurava constatar a **origem imigrante** do grande advogado. Em vez do retrato de um **italiano** meridional de brincos e cachimbo como ela conhecera tantos em sua meninice na Formosa, encontrava ali na parede um padrão nhambiquara da nacionalidade. Diziam que o pai de Robério era um antigo colono napolitano que enviudara cedo. Morrera ainda moço numa caçada, deixando dois filhos sob os cuidados do avô. (...)

Felicidade Branca estava num *tailleur* ferrugem, o chapéu alto e pequeno terminando a cabeça clara num véu.(...) O casamento devia ser indissolúvel. As **francesas** também deviam deixar de existir. Fora sempre contra o divórcio! Não sentia em seu ânimo nenhuma vocação para a desonestidade.

[p.146] (...) Um caso de família firmara nela a noção de recato e de responsabilidade social. Mas não poderia se casar mais, enquanto o marido podia afrontar a sociedade em companhia de uma criatura de bordel. Cachorro! Estava de calças, uma manhã, quando o copeiro japonês entrava sem avisar no quarto para lhe servir o café. O advogado fez uma mesura e saiu sobraçando um volume grosso. Kana, em vez de

ser despedido, passara a chofer e agora era o **piloto do avião particular do conde**. Era um **japonês** fino, educado na Inglaterra. Mas isso não justificava a atitude do marido. Da sala vizinha vinham vozes. Dois formigões de luto apontaram. Um outro, pequeno e musculoso, acompanhava Mary Ferguson.

[p.148] Pelo elevador, saíram juntos a condessa e o marido. Embaixo, a Packard brilhante aproximou-se pelas mãos do **Bonifácio**. O **chofer francês**, numa farda nova, perfilou-se abrindo o carro. Como antigamente, rumaram para a residência faustosa da Avenida Paulista.

A porta senhorial abriu-se e, ante eles, Kana curvou-se numa reverência impecável, dentro de sua jaqueta de **criado**. Tinha um rosto impassível de menino.

[p.154] O **operário Plaumburn** e Pacova desviaram-se da multidão que se aglomerava entre lampiões quebrados, para assistir à ocupação militar dos trens.

[p.157] Idílio Moscovão, gordo, inerte, o chapéu na mão grossa, permanecia de pé no consultório.

– É romatismo que eu peguei na lavage do café...

[p.158] Jesué dos Santos agarrou um **japonesinho** pelas calças e, fazendo a mão de revólver, berrou:

– Pum! Pum! Pum!

[p.160] Passaram diante de uma lojinha de **turco**.

O caboclo entrou e pediu um alfinete de fralda. O negociante quis cobrar um tostão.

– Tá loco! Nós temo em revolução. Sordado não paga.

[p.163] Quindim convidara para o almoço dois companheiros de armas. (...) **Umbelina** fora escolhida para madrinha de soldados entre dezessete e vinte anos.

[p.166] – Soldados! Vós sabeis por que o batalhão se chama Olavo Bilac? Porque Olavo Bilac era um **grego**!

Ou pelo fato de entenderem negro ou porque gostassem da palavra, uma leve aragem animou os homens híbridos.

[p.179] – Você conhece aquela anedota do português que estava passeando em Niterói?

– Onde? – perguntou o rapazinho.

Quindim que estava ao lado explicou:

– É a cidade em frente ao Rio. A gente atravessa de barca para ir lá.

– Eu não conheço o Rio.

– Nem vai conhecer...

– Um **português** estava passando o domingo em Niterói, quando um sujeito nervoso o abordou e disse: “Olhe **Seu Manuel**, eu estou chegando do Rio, sua casa na Rua da Assembléia está pegando fogo e sua mulher morreu.” O **português** foi correndo para a estação marítima, saltou na primeira barca que ia saindo. Quando ia em meio da baía, deu uma risada... “Ora, iessa é boa! Pois eu não me chamo **Manuel**, não sou casado e nem tenho casa.” Nós aqui somos que nem esse português.

– É verdade... Agora estou vendo que não me chamo **Manuel**...

[p.200] O **português** piava para a copeira que servia o lanche.

[p.201] Eufrásia coçava-se levemente.

– Aqui tem carrapato?

No silêncio um grilo de contoneira tomou conta do mundo.

– Tem. Carrapato, jacaré, cobra, febres e a gata do mato. Estamos no Brasil. E no meio disto tudo, o **português**. O **português** que ficou outra coisa. Que ficou essa coisa – nós dois!

[p.204] – O pai dele já era criminoso. Matô um de cada nação: um **italiano**, um **japoneis**, um **ostriaco**... Quano chegô no **portugueis**, a polícia segurô, deu 30 ano. Ele nasceu arçassino. Entro na guerra praque era fanático a matá.(...)

[p.207] Alta noite acordaram Jango para colocar na outra cama do quarto um aviador que destroncara o pé numa aterrissagem forçada.

– Não sabia que você era capitão, Kana!

– **Japanese** precisa tudo, non?

Haviam atingido uma forçada intimidade. Um médico viera relatar os serviços do **aviador**. Chegara a sobrevoar o Rio de Janeiro num pequeno aparelho de treinamento dizendo sempre que aquilo era inútil.

– Por que inútil?

– Desde começo, São Paulo já perdeu.

[p.208-209] – Por quê?

– Non firme munto. Non dexa jogá bomba.

– Você queria bombardear o Rio?

– Garantido... **Japanese** joga bomba... Non aqueredita nada.

– Mas vocês acreditam até em fantasma!

– Munto no presta país sem fantasma!

Jango pensava na mística com que os **amarelos** recobriam o seu feudalismo econômico.

– O colono que vocês mandam para cá é um escravo.

– **Japão** grande cooperativa, dono imperador.

Kana permanecia quieto, o pé enfaixado enorme sobre o leito de ferro. Seu rosto enigmático pareceu de repente querer exprimir milhões de coisas. Mas calou-se pondo um palito na boca, o pijama entreaberto.

Ficava risonho de repente como um capitão vitorioso.

– Você está à disposição não de São Paulo, mas de **Yamato Damashi**, isto é, do Grande Japão. Você não passa de um capítulo de luxo da espionagem **amarela**. Há outros na guerra paulista. Outro dia explodiu o laboratório químico onde se trabalhava com fulminato de mercúrio...

– Munto pra canhão... non?

– Veja como você sabe! Pois bem, morreu o químico e ofereceram-se **doze japoneses** que estão fabricando o explosivo com a mais moderna das técnicas, chuveiro, cabinas isoladas, capas de borracha... São técnicos de guerra do Estado-Maior Japonês...

– Quem foi que disse? quem foi que disse? Doze... munto mentira, munto mentira... Tudo são parantadores de batatinha, non? Noroeste, pescadores litoral... non? **Japão** tudo já xabe guerra!

No silêncio hospitalar, o **japonês** olhava o ar fino através de uma janela aberta. Todo o seu ser tendia à integração no sentido da pátria. Na liberdade azul daquele mesmo ar, ele saberia servir o Grande Japão. Havia de sentir um dia na guerra pulsar com o motor do aparelho o seu coração reto e mecânico como se os mesmos cilindros perfeitos pertencessem ao avião e ao avião. Jango exclamava:

[p.209] – Vocês precisam é levar uma surra!

– **Japão** garantido ganha Guerra Mundial.

– Vocês têm que bater a China, a Rússia, os Estados Unidos...

– Vence os três!

– E toma conta da terra!

– Non, garantido non. Japão non quer terá. Só ordem... non?

– A ordem amarela... Pouco antes da Revolução eu vi no cinema um recorde... A armada americana atravessou o canal do Panamá em 48 horas.

– Nós toma aquilo em 24...

Um ruído de carrinho. Reconduziam pelos corredores um homem barbado e hirtó. Saía do açougue ofuscante da sala de operações. Em torno dele, aquela gente de branco, enfermeiras e Irmãs o envolviam como um algodão em marcha cautelosa. Jango voltou para junto do **japonês**.

– Vocês querem reproduzir a Idade Média... A Idade Média deu a catedral de Chartres.

– Chartres non adianta sem pára-queda munto. Japão-Chartres com avião bomba, submarino munto...

– Essa concepção da vida é boa, sobretudo nas selvas do Pará, em Mato Grosso e no litoral paulista... Eu prefiro a colonização individual através da bala e da blenorragia.

[p.210] Achava que a dor era da ferida enxuta. Não. Não era. Era de dentro. Saía deixando o aviador sentado. Quem tratava Kana era Anjo Leite. Lírio quis fazer-lhe o primeiro penso mas o **japonês** recusara.

[p.212] Eufrásia e o Major haviam, à noite, atingido Bartira, de regresso da serra. Muraoka arranjara para ela um quarto único.

No escuro leito da **pensão japonesa**, a voz de Jeremias chegava-lhe. – Sua broca! Por que ocê não vai embora? Fica aí vendendo carne-verde. Meu genro foi-se embora, ocê fica? Pega um turco rico, logo! – O Major tinha o mesmo hábito do pai. No rancho da serra quando lhe dissera que era rico, a resposta tinha sido pronta: – Diga aonde está o dinheiro que eu vou já buscar! – Ela não viera ali por dinheiro. Talvez tivesse vindo por Jango. Fazia sempre o contrário do que pensava.

O Major dormia num salão com outros viajantes acoitados pelo fim da guerra. Sobre uma mesa haviam ficado duas máquinas de escrever e uma de calcular, faturas, papéis e arquivos. Aquilo parecia um **quartel da ocupação japonesa**.(...)

[p.213] Não sabia dos últimos defensores da posição. Tinha ressuscitado. Entre médicos e freiras desconhecidas, para viver. Como uma planta. Acendeu a lâmpada velada. Estava só. Kana regressara a São Paulo.

[p.214] Idílio Moscovão arregaçou a farda para o preto Lazo, na manhã que começava sobre o acampamento.

– Isso é lepra rapaiz... Eu tenho uma prima. Ficô ansim... Tá no Santo Ângelo...

[p.221] – Depois nós chegemo numa vila. Arrequisitemo tudo as coisa de um turco. Tinha tudo na venda. Parecia que nenhuma força tinha passdo por lá! Até um enxová de casamento. Coitado do home! Esvaziemo a caixa. Eu trouxe um terno. Foi o que me sarvô. Vendi por vinte mirreís. E pra rematá pusemo fogo na casa.

– Para quê? – perguntou um voluntário.

O preto olhava. O seu rosto abriu-se em dentes fortes:

– Brincadera de sordado.

(...)

A tropa internara-se na charneca. (...) **Moscovão** estendeu a manta e fez travesseiro das botas imundas.

[p.222] **Moscovão** tomou o braço do preto Lazo que dormia a seu lado.

– Ocê não viu uma cara?

(...)

Idílio estava sentado na terra, cercado dos companheiros da peça da fuzarca.

[p.223] **Moscovão** não podia com o próprio corpo. Sob o barulho de lata da mochila, esperava, ainda, que o acabassem com um tiro bem dado.

[p.224] Embrutecidos nas perneiras eternas, sem meias, os pés sangrando nos sapatos rasgados, a camisa cáqui tornada preta, barbados, com os cabelos crescendo pelo pescoço, os homens penetraram pela manhã na vila mal acordada. **Moscovão** era o último. Mancava fechando a retaguarda.

[p.225] Tímida, morena esguedelhada e magra, só ela, Lucinda, não sabia. (...) Quem se oporia à vontade cangaceira de Idílio Moscovão?

[p.233] Um ruído de automóvel na estrada o perturbou. (...) O **japonês** Kana parava no portão. Trazia-lhe um recado avisando-o de que o avô estava à morte.

A chácara amanhecia no azul.

Esperavam o carro anunciado a cada barulho de motor. (...) Conseguira na véspera comunicar-se com o **japonês**. (...)

[p.234] Aonde o levaria o chofer de confiança de Alberto de Melo que pusera à sua disposição a Packard? Confiava em Kana. Fora seu empregado antes de servir o conde.

Era noite ainda. (...) Ele largara ao arbítrio do japonês a direção da fuga. O ciclo vitorioso de sua vida encerrara-se. (...) Os faróis do automóvel empalideciam na manhã começada. O **chofer** apagou-os. E o carro foi entrando por um desvio selvagem na direção de uma chácara que se estendia entre culturas numa baixada. O foragido fez estacar.

[p.235] Uma **francesa** pequena e perfumosa, com um ar de cozinheira em domingo, pôs para cima o nariz arrebitado. Felicidade Branca reconhecera a rival. O Conde Alberto de Melo passava na sua pequena estatura.

[p.236] Para evitar suspeitas, a casa estava inteiramente aberta. Na primeira sala cozinhavam. Era um **casal de judeus**.

[p.237] Os galos pareciam cantar debaixo da terra. (...) No fundo de sua lembrança, uma concertina tocou. Era a sanfona do **italiano** que ele assinara na mata.(...)

[p.241] – Vó mandá um postar pro **Conde Matarazzo**, ele cai com cinqüentão... Não perde nada. Aumenta cinco réis na farinha...

[p.242] No seu quarto quase sem móveis **Umbelina** rezava ante o oratório familiar.

[p.249] Um sujeito comentou:

– O bispo é pió que **japoneis**. Vende santo, troca óleo e ganha inté no vidro vazio.

[p.251] Na Buick vermelha, que um chofer corado conduzia substituindo Ubaldo no volante, mãe e filha recostavam-se no banco de trás.

– Você já passou o Kana quantas vezes? – indagou Maria da Graça.

Ubaldo ao lado do condutor deu um muxoxo.

– O Kana é um bom chofer lá no Japão. Aqui leva poeira.

– Olhe, eles vêm aí!

– Toca, Minho.

A Buick acelerou a marcha na estrada amarela entre matas. O **chofer japonês** do Conde Alberto de Melo diminuiu a velocidade da Packard brilhante que conduzia.

Entre Felicidade Branca e D. Candinha Agripa, ligeiramente escaveirada num vestido preto, sob um chapéu de *girl*, ia um senhor moreno e gordo, pondo para cima um focinho bestial sob os óculos de vidro sem aro. Ao lado de Kana, o conde tinha um ar esportivo de excursão. Parecia menor no paletó cintado.

– Este Ubaldo faz questão de transformar numa corrida de automóveis uma romaria piedosa.

Kana sorria.

[p.252] Nesse momento o conde ergueu-se no banco da frente.

– Uma sucuri!

Kana acelerou a marcha na direção da cobra imensa e verde que se esticava na estrada, ao sol. Totó também procurou levantar-se penosamente. (...)

O chofer conseguira atingir de nova a serpente parada, mas, ante o tumulto dos viajantes, estacou o carro. A cobra moveu-se e desapareceu num abismo vegetal da estrada.

[p.253] Foi um corre-corre. Haviam chamado Padre Aguinaldo, com urgência, de Santos, e **Monsenhor Palude**, que estava de férias em suas terras, foi também convocado.

O vigário de Jurema recusava-se a officiar a festa. (...)

Até o sermão ele se recusava a fazer. Encarregaram o **sacerdote italiano. Monsenhor Palude** hesitava em falar. Depois, a sua especialidade era o sermão de encontro na Semana Santa. Tinha um clichê patético. Todo o mundo abria a boca e chorava ante os dois andores nas noites lunares. Isso não cabia na festa de Jurema...

– Não sou orador... Só se falo sobre Freud...

– Está louco homem? Não chega o Beato?

– É... ando lendo...

Sacudiu a cabeça alva onde o nariz enorme sorria.

– Leitura de velho!

[p.258] Houve um silêncio repentino. **Monsenhor Palude** surgiu no púlpito, entre rendas. Persignara-se. Sua forte voz ecoou pela igreja:

– Ó qui doloroso encontro! Jesu fitava a mãe dele! E Maria fitava Jesu. Tudo por causa dos pecadore. Jesu não pode gostare dos fie qui vão jogá e se esbiragá nas venda e discuida dos deveres sagrado, para com Deus... iguar a mulhere de Cananéia qui só cuidava do corpo, meus irmó, não lembrava da arma, o único tesôro que vale perante Jesus!

Tratava-se da mulher de Caná, da Bíblia, mas a geografia religiosa ilustrava-se de mais um milagre. Ninguém conhecia Caná, na Palestina, mas os fiéis conheciam Cananéia no litoral-sul de São Paulo. **Monsenhor Palude** gesticulava, batia os punhos.(...)

Era tanto trocadilho emendado que os cegos da porta pensaram que ele recitava um soneto.

– Un'inflamaçó qui dá dinheiro! Dinheiro! Dinheiro! Dinheiro pra Jesu Cristo!...

[p.259] O **português**, baixo e troncado, tinha os bigodes grisalhos sob o chapéu desabado. A mulata Rosalina riu com todo o corpo, num casaco chumbo de largos botões sobre o vestido claro e as sandálias altas.

[p.260] Salim Abara, bexigoso, apareceu à porta do seu empório improvisado. Vendo o casal gritou:

– Compra mantô. Dá presente bra ela. Custa cento cinqüenta. Mando fazê comenda. Dixa satenta! Gravata milaconhento. Terninho bra menino dez miréis!

O **português** desviou a mulata pelo braço. O negociante exclamou:

– Sem bargunha. Num ruspeta festa Nosso sanhur!

– **Turco** de merda! Você não concorda?

[p.261] Rosalina parou.

– Eu não vou lá.

– Por quê?

– Tá cheio de gente se lavando... Eu não sou preta...

O **português** não acedeu.

– Mas aonde? Quem paga quer ser servido.

– Só pode sê depois...

Tinham voltado pelas ruas até o Largo numa frouxidão indecisa. A mulata hesitava em conduzir o homem ao seu quarto. (...) Sabia das brigas dos dois. Mas isso se passara havia mais de ano. Exporia o caso. Quem sabe? Encontrou a **italiana**, magra nos óculos, fringindo pastéis, sobre um fogareiro de carvão na porta.

– Eh! – gritou a velha – Minha filha, não fazemo nada nesta festa? Você arranja um coroné, sino percisamo vortá de carro de preso.

– Encontrei um **português**, mas não trusse ele porque você encrenca. Convidei ele pra tomá um chá conosco, mas depois pensei...

[p.262] – Ponho vidro moído no pasté e dô prele. **Portuguese** é resistente. Ingole o vidro. Um veneno precisa! (...)

A mulata vinha dengando ao lado de Anjo Leite que **desabara** mais o chapéu. Haviam convencionado que a **italiana** não aparecesse. (...)

– Ele anda com umas teorias, fala em tom de seleta! “Este panorama é o Brail. A **legalidade da miscingenação**... A igreja foi sábia quando protegeu com sua indulgência o índio...”

[p.263] Na terra das ruas, iam **japoneses e sírios**, negros e maxilares largos de índios. Um cego na calçada exclamou:

– Oh! Corações generosos que passais!(...)

Umbelina, seguida do marido, ajoelhara para beijar o anel episcopal.

– Pobre do Senhor Bispo! Tanto incômodo! Que honra!

O **prelado** dizia ao dono do hotel de pé, atencioso, num chinelo rasgado.
– Quem não segue a religião dos seus antepassados, então não tem caráter, nem palavra, nem ideal!
– Nem nada – concluiu **Monsenhor Palude**.

[p.264] **Monsenhor Palude** interveio:
– Temos que mandar dinheiro pro Bom Jesus lá de Roma. Lá também tem.
– Para os pobres, há as caixinhas. O pobre de porta de igreja é geralmente um perverso – afirmou o **bispo**.
O conde apoiou.

[p.266] A **italiana** exclamou:
– Mas o governo devia de pagá o montepio, sordado é sordado! (...)
– Puta duma guerra! Felizmente já passou um ano. E o **português**? Vê se ele ajuda a gente na posse da terra do Pedrão que o Majó propôs de dividi. Não fui o xirife Idílio que matou o Pedrão. Ele tava em São Paulo naquele dia.

[p.268] Apareceu um **fascista** gordo na porta, vendendo guarda-chuva. Declarou que **Mussolini** era o maior homem do mundo. Que tinha salvo a **Europa**. A Miguelona protestou, disse que o Duce tinha sido anarquista e depois traído a pátria. O **fascista** estava rubro de cólera.

– Porco dio! Ele tirra dinheiro dos capitalista pra judá os operário.
– Tirra pra ele! – gritou Miguelona que se pôs de novo a frigir pastéis.
Rosalina, que escutava na cama com Anjo Leite, levantou-se investiu para o guarda-chuveiro. Travou-se uma discussão. O **português** berrou da porta:
– Manda o Mussolini me coçare os culhóis.
O fascista quis brigar, mas Rosalina voltara ao quarto. E a Miguelona ameaçou-o de jogar gordura quente. O homem berrou andando:
– **Portuguese** de merda!

[p.270] – Não quero, **turco** infiel! (...)
– Não quero, **turco** atrevido. Num quero chulé. Turco de prestação.

[p.271] O **Embaixador de França** apareceu do outro lado, de bonezinho municipal e cachecol sugerindo um tratado de Versalhes.

[p.273] O médico sanitário ia dançar um tango com a senhora do juiz. Um **japonês** afirmou que aquela dança era costume lá do **Japão**. Um quadro de impaludados espiava pela janela acesa.

[p.275] O Conde Alberto de Melo, naquele amor de fraque trazido do exílio em **Paris**, teve vontade de cometer um crime. (...) **Darwin** tinha razão. Quem vencia era o mais forte. Percebeu um pouco atrás o chofer japonês. Kana parecia um **Buda**. E os olhos do conde se fixaram de novo em Felicidade Branca.

OBSERVAÇÕES ESPECÍFICAS

- Foram mantidas a ortografia e as acentuações originais.
- Divisão dos capítulos/páginas em Marco Zero I - A Revolução Melancólica:
 - Capítulo I – A Posse Contra a Propriedade (página 3 a 37)
 - Capítulo II – A Escola do Cavallo Azul (páginas 38 a 75)
 - Capítulo III – A Namorada do Céu (páginas 76 a 107)
 - Capítulo IV – Vésperas Paulistas (páginas 108 a 155)
 - Capítulo V – Os Latifúndios em Armas (páginas 156 a 213)
 - Capítulo VI – A Vitória do Vilão (páginas 214 a 246)
 - Capítulo VII – Pro Brasília Fiant Eximia (páginas 247 a 279)
- Alguns dos personagens deste livro que figuram como estrangeiros: **Abara** (turco); Abramonte (italiano); Léontine Bourrichon (francesa); Formoso (Dinamérico Klag; norte da Europa); Ana Tolstoi (russa); Muraoka (japonês); Kana (japonês); Plaumburn (alemão); Sirra (sírio); Frelin (italiano); Monsenhor Palude (italiano).

ANDRADE, OSWALD DE. *MARCO ZERO II – CHÃO*. OBRAS COMPLETAS 4. 2ª. EDIÇÃO MEC CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA, 1974.

[p.1] Idílio Moscovão repetiu com a voz rouca.

– Muito obrigado doutorl. O senhorl é nosso pai!

Através dos óculos sem aro, o promotor Jorge **Abara** examinava aquele homem corroído, que aparecia estranhamente bem posto num casaco esportivo de couro. Uma higiene e uma serenidade que contrastava com a idéia que ele trazia do antigo xerife da Formosa. Conservava da infância a imagem do doente de lepra surgindo a cavalo nas portas das casas para esmolar, assaltando viajantes e apodrecendo nas estradas.

[p.2] – Eu sou de lá... Sou filho de **Salim**.

– Fio do turlco! Ahn! Conheço munto. Bom home. Tinha afiado em penca! Trata bem as cabocrada. É comade pra qui, compade pra lá... O coronerl mandava as coloniada comprá noutro lugá, não queria.

O antigo feitor olhava a estrada batida que saía do portão monumental do Asilo. Continuou evocando a banda da Jurema e as tocatas que fazia na **venda do japonês**.

[p.3] – Você passou uns tempos com o Major na serra.

– Lá só tinha cachaça e vento pra comê. De manhã, era perciso tirá leite das novias de primeira cria. O Anjo Leite tava lá co'a Ciana e o índio dela. Eu inda podia laçá as novia zebu, o **portugueis** fincava as mão no rabo e a Ciana garrava na ubre. O Majó vendeu o gadinho quando mataro o Pedrão.

[p.4] O moço de óculos sem aro lembrou-se de uma frase de Paco Alvaredo seu antigo colega de escritório na firma em que trabalhara: *“Todas lãs hembras son buenas”*. Era um **anarquista espanhol**, calvo, ainda moço.

[p.5, 6] (...) As caixeiras davam bons dias, corriam à privada, lavavam as mãos, refaziam as cabeleiras agitadas pelo vento dos bondes. E ficavam sorrindo a qualquer aventura interior. Ele era o **turquinho** da escrita. Tinha vergonha de dizer que era bacharelado em Direito.

[p.7] (...) Diriam que o **turquinho** queria tirar uma desforra social. Vingarse do desprezo senhoril dos latifundiários da Formosa, sofrido anos e anos pela sua família, pela sua raça. Não verdade. Franziu o rosto, retirou os óculos. Salim Abara já tinha engaiolado o Coronel Bento Formoso nas malhas estreitas do seu comércio. Só a moratória decretada não o levaria à miséria. Mas ele era obrigado a agir assim. Havia de desmascarar os crimes do Major... Aquele tarado que numa bebedeira dera de rebenque em seu irmão **Nagibe**. Tinha nas mãos o Major. Os “tenentes” apoiavam.

[p.3] Jorge **Abara** havia pesquisado tudo isso, (...). Ainda trazia do Asilo de Gopouva a idéia de que talvez fosse **Idílio** o matador do posseiro. Era difícil deslindar esse mundéu de crimes que fazia o passado latifundiário de São Paulo.

[p.11] Alberto de Saxe chamou o garçom desatento.(...) A lua-de-mel com **Miss Helen** durara um mês e meio, no fim do que ela partira nos braços persuasivos dum **dentista tcheco**.

[p.14] Ontem, na minha discoteca, ouvi o Primeiro Concerto de Tchaikovski. Todas as virtudes **bolchevistas do povo russo** estão juntas nessa maravilhosa demonstração de verdades regionais.(...)

– Guardamos no coração o sinal do latifúndio... Vocês, os Saxe, inauguraram a burguesia paulista. Da loja que foi a primeira casa comissário ingressaram no comércio e no judaísmo ancestral. Foram concorrer com os **imigrantes** que nós chicoteávamos como negros nas fazendas. Para construir esta abominação econômica que é o Parque Industrial de São Paulo...

[p.15] – Porque sou um caso perdido. Além do buquê de violetas que levo de ano em ano ao cemitério da Consolação, que tenho dentro de mim? Londres, Paris, o apogeu burguês, a III República, o ceticismo liberal. Amo essa esterqueira toda. E por isso tenho uma ligação pública com uma francesa, que cuida de mim como uma brasileira não saberia cuidar...(...)

No fundo, Dinamérico Klag protestava. (...) Como o do outro Alberto, seu cunhado, tendo a desfaçatez de convidá-lo para ir à casa da **francesa Leô**, no Jardim América. (...) No âmbito encardido e estreito, branquejavam as **pequenas servidoras de café**, vindas **da Lituânia e da Hungria**.

[p.18] Ele viera, como portador dos Agripa, trazer uma proposta de compra da Formosa. Se o coronel aceitasse esfarelava-se o latifúndio cafeeiro. Na Casa Comissária, de Santos, tinha-se organizado um projeto de divisão em lotes da fazenda fundada pelo Coronel Diogo Leitão. Aquele núcleo tradicional de secular bastança seria entregue à avidez colonizadora do **amarelo**, do **italiano** e do **espanhol**.

[p.19] – Ódio, coronel! **Ódio dos imigrantes** contra a aristocracia. Dona Filomena como uma verdadeira jararaca, deu o bote final.

[p.25] – Este Banco é como o navio do **português**. Pequeno por fora e grande por dentro...

[p.26] – Este Banco é apenas o intermediário entre S.M. o Rei da Inglaterra e nós. Toda a lavoura cafeeira do Estado de São Paulo caiu nas mãos dos **ingleses**. Porque na alta fizemos nossas hipotecas em ouro...(...)

– Deu maleita?

– Alguma. Preciso substituir os colonos que fugiram.

– O japonês é o único que tira sessenta contos dum alqueire de terra.

– Naturalmente. Tem por trás dele a cooperativa e o capital. O **cônsul** e o **Imperador**. Elimina o intermediário.

– É quem está fazendo a cultura intensiva, valorizando a pequena propriedade...
– Vou experimentar os baianos. Contratei uma leva de jagunços do São Francisco.

– Esse não dão nada. É gente que vem a pé de Pirapora. Sem família. Não tem parada. Chama eles de morre-andando. Dão 50% de rendimento do **européu ou do amarelo**.

[p.29] No guichê da Companhia City, o rapaz de bigode, impassível, fê-lo ver que aquilo era um negócio em série. Explicou mais uma vez que as quatro residências estilo Missões do Jardim América custavam, cada uma, oitenta contos de réis. Só restava a última. E já havia outro comprador. Um **sírio**.

[p.33] Os ponteiros escuros do relógio, na torre de Jurema, marcavam as 2 horas. O risco nítido da primeira sombra desenhava as casas na poeira. A mulher manca atravessou sozinha o largo, num vestido novo. Uma música de rádio vinha de longe. Entrou na igreja lavada de sol. Padre José ensinava catecismo às crianças, fez que não viu. Negrinhos, **japoneses bojudos**, meninas esqueladas, amarelas, rodeavam a batina preta, de óculos.

[p.35] A Verônica seguia com a cabeça baixa (...) . Era **Latife Abara** chegada, em férias, do Colégio dês Oiseaux.

[p.37] Ludovica abriu um pranto mole que lhe inundou o lenço e as faces. Mulheres e homens soluçavam como num naufrágio. **Latife Abara** encostou-se à mantilha da Verônica trêmula, deu-lhe um beijo no topete descorado. (...)

Nicolau Abramonte de colete e chapéu na cabeça cresceu para Ludovica que chorava no sofá.

– Você qué me abusá? Vô mandá pra Abissínia aquele porco!

E como o esqueleto vestido permanecesse no choro inconsolável, o **italiano** gritou:

– Sabe o que você está? Riduzida a pó de traco! (...)

O índio Antônio Cristo, que deixara os dois animais em frente ao negócio novo de Salim Abara, saiu montando o Bem-te-vi.

[p.38] – Uma jecada! Compra carça feita, camisa feita no **Salim** sem tirá o selo. Compra duas lata de cocada por seis mirreiros na conta e só qué cantá viola. É quase tudo home só. Não tem fãmia nas casa. Só uma que chegô co menino morrendo. São forte, mas não gosta muito de trabaiaá. Tá costumado co'a fartura.

Aludia à diferença existente entre o **colono européu** nascido na pobreza e os que nascem na uberdade brasileira.

(...) Na esquina em frente às recentes instalações da Casa Damasco, o **turco** Salim Abara rescaldava a terra com baciadas d'água.

- Como vai Sô Jango?
- Como vai, compadre?
- Barrecido da vida. Grise pogou feo!

[p.39] Deixavam Bartira. (...) Era a fazenda, o mundo passivo das colônias, a vila e a província. Aquela gente, misturada pela penúria econômica, vinha de um lado da **fome imigrante**, do outro da animalidade africana ou sertaneja. As reivindicações sociais eram o fruto áspero da cidade.

[p.44] Enfim o que Jango sentia era a saudade dela misturada à saudade do café. (...) Os Agripa tinham sabido não só se salvar mas crescer sobre a ruína da lavoura paulista. Os Saxe continuavam intangíveis como deuses. Para essas altas atmosferas, onde as decisões se travavam entre nuvens, com políticos e banqueiros, longe dos olhos do povo, tinham entrado, adventícios audaciosos, **Abramonte**, o **sírio** Salim Abara. (...) Apesar disso, meeiros isolados tinham aparecido. Entre eles, a Miguelona que plantava “por vício”: – Dá pra comê seis méis, comprá no **Salim** umas cerolas nova pro índio Cristo que anda parrarinho, fazê outra dívida. (...)

De fato sobre o preço estipulado ganhava-se 300%. Crescia no íntimo do lavrador a revolta sentimental inútil. Surgira em torno de uma iniciativa a figura sinistra do intermediário. Os **japoneses** colhiam em surdina, de noite, culpando depois a saúva pelo desaparecimento da penugem branca que ele vira no tabuleiro arrendado: – “Guridão comeu furimiga”. Diziam que Salim Abara era sócio dos americanos. A história do café se repetia. Os intermediários e os financistas é que lucravam. (...)

[p.45] (...) Venceria sua mágoa nas Cadillacs cheias de **francesas**.

[p.50] Leonardo Mesa em mangas de camisa, enxugou o rosto numa toalha felpuda. Estava com **Jácopo Frelin** em frente ao poço da casa do Canindé.

– Um antigo carbonário da Itália Liberal... Só pode acreditar no proletariado... Por que você não levou as meninas à Festa do Trabalho? (...)

[p.52] – Você não pode blasfemar contra a história, contra a evolução que nos trouxe os tempos novos, a Revolução Russa, o proletariado dominando a sexta parte da terra e se preparando para as lutas armadas do futuro... E a burguesia se utilizando das armas do fascismo que muito trabalho lhe hão de dar e muito bem lhe hão de fazer... Escute **Frelin**, você devia ler a História das lutas de classe. (...)

[p.54] Frelin baixou a cabeça muda sob os cabelos brancos que se encaracolavam no pescoço. Entumulou-se mais e mais na sua mudez. Uma idéia obsedante de fugir, de procurar outro mundo, o mundo longínquo dos soviets o tomara. Sussurrou:

– A Rússia! A Rússia!

[p.55] Ao primeiro dia quando Felícia Benjamin passou do pequeno atelier de Incoronata para a Tecelagem Demétrio, no Brás, aprendeu que o comunismo não prestava. No salão vasto e cimentado onde as máquinas pretas se alinhavam, apareceu o gerente. Era um **sírio** calvo, de óculos. Fez arenga às moças que iam começar a tarefa depois do almoço.

– Comunismo é barcaria... Non bresta bra berário... Non bresta...

[p.57] O mundo comparecia àquela mesa. A História entrava pelas paredes, vinha sentar-se com os homens mal vestidos.

Aquela mesa de pau negro, na cozinha proletária dos **Frelin**, ouvia agora reuniões do Partido Comunista. (...)

Olhos da vizinhança arregalavam-se para aqueles grupos estranhos que chegavam encharcados da chuva, numa pontualidade perfeita, afluindo por todos os caminhos para a casa do desempregado. Duas ou três mulheres vinham também. Inutilmente D. **Idalina** explicava que eram parentes. **Parentes da Itália**.

Uma negra, que morava nos fundos da venda, contou à lavandeira:

– Meu filho disse que nesta rua tem uma família comunista...

A **portuguesa** pôs as mãos nas ancas.

– Um dia eu vou avisar a polícia e dou um pega nesses safados. (...)

Frelin partia de ônibus levando, sob o capote emprestado, pacotes de manifestos. Uma noite voltou nervoso dizendo que vira um estranho, de capa, parado na esquina.

[p.58] Aquela noite, depois do operário gordo, foi a vez de **Gotlieb Plaumburn** falar. Falava com voz arrastada, cheia de rr duplos, trocando o gênero do sujeito, inventando os tempos mais disparatados dos verbos, errando, prosseguindo. Pouco a pouco, porém, sua exposição se impôs. Queria pro um paradeiro àquele otimismo, filho do desconhecimento das coisas da Europa que fazia com que em toda reunião numa célula se prognosticasse o ocaso imediato de Adolf Hitler e a queda do fascismo.

– É infantil! Os camarrados parecem greanços grandes. Hitler vai subirr muito alto e tem que descadear a guerra, parra salvar o Alemanha, ele pensa...(..)

A polícia cercou o núcleo atirando sobre os fugitivos e levou os que não puderam escapar. Entre eles estavam Leonardo Mesa, Zico Venâncio, **Gotlieb** e **Irmo Frelin**. Maria Parede esgueirara-se na cama de Felícia, sua companheira de fábrica.

[p.61] O presídio dormia.

A lâmpada do alto batia no rosto de Leonardo. (...) Mas no Brasil o problema tornava-se agudo. Estavam suspensas as **imigrações** continentais e decrescia assustadoramente os braços para a lavoura. Fazia-se apelo ao braço nacional. O baiano era indicado para substituir o **colono europeu**. (...)

[p.62] A mulher do Ventura arranjara-lhe uma cadeira de pano. (...) Nunca fizera como o outro genro do **italiano**, o Rocha, que arrendara dele um pasto pras vinte cabeças de zebu e seis alqueires para plantar algodão. Vivia na pendura. Sempre devendo a **Seu Nicolau** que também o esfolava.

[p.64] O **espanhol** era longo, ósseo, calvo nas entradas, tudo do Quixote numa idade madura, mas lépido e forte. Alargava em risadas silenciosas a boca fina, deixando ver os dentes grandes e amarelos sob um bigode que tratava. Barbeava-se cuidadosamente de dois em dois dias com uma gilete. Vestia um terno escuro e surrado, mas limpo, em meio aos camaradas que se desmazelavam na promiscuidade vadia do presídio político.

Uma tarde indignara-se em brados na sua língua pitoresca:

– Son esses los comunas que quierem tomar conta do mundo? Que quierem dirigir el mundo? E non sabem cagar! A privada está lhena de porqueria porque non sabem tirar la corda! Quierem organizar a tierra e non sabem cagar! (...)

[p.65] (...)

[p.66] (...)

– Você nasceu petroleiro, **Paco!**

– Jo nasci terrateniente, mas minha família fué vítima en la Espana da expropriacion de lás tierras, executada por los capitalistas. Jo estoy em la misma condicion que quando dexei o porto de Almería, com doze años... Estoy outra vez em um barco.

Uma cara atenta espiou da cama próxima. Era a cara amarela do homem que tossia. Um camarada arcado, em manga de camisa, parou escutando **Paco Alvaredo** que contava a sua viagem da Espanha para o Brasil.

[p.67] (...)

[p.68] (...)

Paco Alvaredo deitado na cama alta e estreita do cárcere calou-se. Fitava os outros.

– Quando llegaremos al porto?

[p.74] Aquele corpo produzia-lhe uma ressonância dos sentidos. Era o amor que re-floria como essas **flores japonesas de papel**, rebentadas subitamente na água de um copo.

[p.75] Estacaram diante do prédio novo onde se anunciava o apartamento mobiliado. O **zelador alemão** estava na porta. Conduziu-os ao elevador metálico, luzente.
– Sétimo andar... (...)

O **zelador** informou-os que era preciso um depósito de três meses. Um conto e quinhentos.

[p.79] Jango explicou que não convinha acender a luz. Indicava uma cadeira a **Mikael**. O **russo** sentou-se dobrando sua alta estatura para acender o cachimbo.

[p.80] (...) O cachimbo fazia um ponto vermelho em frente a Jango. O **antigo oficial czarista** prosseguiu:

[p.81] (...) Os **ruossos brancos** daqui me receberam bem, talvez porque conhecessem de tradição a minha família. Ajudaram-me. Tomei um professor. Aprendia a língua daqui como aprendi o inglês. Os **ruossos** têm facilidade.

– Gosta do Brasil?

– Achei-me em meio de um povo muito parecido com o russo, com os mesmos defeitos e as mesmas virtudes... Sendo russo, eu sou brasileiro também... Depois, já tinha me resignado a trabalhar para viver... Moro no campo, você precisa conhecer o Retiro Feliz, não é? Adoro aquela gente que tem, como o povo russo, o sentido do trabalho e da festa... (...)

[p.82] (...)

O **antigo oficial** sorriu na sombra.

– Eu não lutarei. Dou a minha simpatia. Mas não luto! (...)

[p.83] (...)

Jango sentiu que **Mikael** o fitava como querendo envolvê-lo no mesmo sentimento. Mas o oficial calara-se, reavivando, em grandes baforadas, o cachimbo que se extinguía.

Levantou-se numa reverência educada.

[p.85] O Major penetrou no solar dos Formoso. Sabia que ia encontrar **Umbelina** naquele sofá, rezando, com a cabeça velha, oxigenada, pendendo sobre as almofadas. (...)

Agora na casa de muitas salas entrava toda a gente. Nos bons tempos, o sobrado dos Campos Elíseos só era franqueado às famílias de nome. **Umbelina** soubera se vestir, soubera luxar, soubera gastar. Chegara a tiranizar a família. Fora o sangue

novo da grei vegetativa do planalto. Intervinha nos negócio dos Agripa, aconselhava D. Guiomar Junquilha, criticava os Saxe, repreendia a própria Veva caída em caduquice. Perto dela, o Coronel Bento Formoso calava-se ofuscado. Era uma **Klag**. Fundava sua origem colona em **feudos bálticos**. Quiser que o Major se formasse na Inglaterra para que fosse tudo. Espera vê-lo como ‘Cristo entre os doutores’. Contrariando seus fidalgos donativos, suas promessas a Deus, o Major tinha se tornado grileiro e vendedor de açúcar mascavo e pinga “como qualquer **carcamano**”. E casara contra a vontade dela. E amava Eufrásia. Ele examinou o rosto devastado no espelho do porta-chapéus. Agora Jango era o inimigo, plantava algodão no silêncio e no mato. E a parentela não acorria mais como nos bons tempos.(...)

[p.88] Uma das mulheres ouvia. Sorriu concordando. A outra fumava olhando o baile. Uma criatura muito alva, de cara redonda onde se riscavam apenas as sobrance-lhas, sentou-se sozinha a uma mesa.

– Quem é?

– Uma lituana. A Aurora...

[p.90] Batiam palmas. O jazz recomeçou. Era um foxe-canção. Lírio esvaziara a taça. Levantou-se enxugando o pescoço. Aproximou-se da mesa onde a **lituana** fumava solitária. Convidou-a com um gesto. Os olhos dela cresceram espantados. Fixou-o severa, impassível. Vendo Lírio voltar, a mulher de branco gritou, rindo:

– A **Aurora** não gosta de preto...

[p.94] (...) Era o cúmulo! Ninguém se preocupava com o visitante entregue à sanha daquele lulu tão apócrifo como os móveis e os quadros na parede.

– Safa, **carcamaninha!** Te dou um pontapé... (...)

– A frase perdeu-se lá dentro. Pareceu a Vitalino que a pequena dissera: – O homem a quem papai deu emprego... – Teve vontade de pegar a pasta e sair. A cachorra o agredia. Para uma, era o fotógrafo, para outra, o cavador. De fato, sua vida estava definitivamente enroscada nas **mãos grosseiras do italiano** que tivera aquela estranha idéia de convidá-lo para jantar. Queriam que ele servisse de cobaia. A **família imigrante** queria fazer com ele um ensaio de recepção das visitas que não haviam de faltar. Belo ensaio! (...) Estava nessas cogitações quando ouviu vozes e pareceu-lhe que a família toda invadia a sala. O lulu vinha na frente e, como que animado, atirou-se dessa vez furiosamente contra suas pernas. A **italiana gorda** ralhou:

– Segura ela! Venha cá Coquete! Espera...

[p.95] Vitalino novamente teve vontade de desaparecer. Afinal, não fora ele quem provocara aquele convite e de modo nenhum queria ser responsabilizado pelos suores de D. Filomena. Ia explicar quando a cachorra saltou do colo de Fúlvia, saiu

ladrando, ganindo e voltou com **Abramonte**, que, de chapéu na cabeça, cheio de em-
brulhos, espiou o grupo perguntando:

– Já sta na mesa a janta? Tua mãe comprô radiche na fêra?

Sem dar atenção ao visitante o dono da casa foi para dentro dando gritos, segui-
do pela filha manca. (...)

O gerente queria conversar mas não encontrou assunto. (...) Que interesse pode-
ria exercer para alguém aquele animal de cabelos crespos e dentes feios, filha do **imi-
grante enriquecido**? Achou-a parecida com a Coquete.

[p.97] – Estudá é bestera! – gritou **Abramonte**. – Só serve pra istragá o dinheiro.
Agora o Luizinho que muntá um consurtório de médico aqui em São Paulo... Moder-
no, me disse ele... Io no dô! Que compre ele... Vá! Abra o vinho, Fúrvia...

[p.98] **Abramonte** lutava à faca com uma coxa de frango. Gritou:

– Só si fala de gastá nesta casa...

[p.99] O **banqueiro**, pensando em apoiar a filha mais velha, indagou:

– O quê que ocê tem Fúrvia? O vermo? No temp de criança tinha bicha. Agora
cresceu, virô salutária!

[p.100] Saíram todos deixando a porta fechada. O **italiano** aproximou-se
do visitante.

– Quanto nós tem de cheque sem fundo dos Formoso?

Cem contos... Assinados pelo Major. A metade são cheques, a metade são letras
do coronel e do Jango...

– E ocê stá sperando o riajustamento?

– Nós mesmo combinamos esperar... Eles pagaram bom juro adiantado.

– Quanto?

– Descontamos 20 contos...

O **banqueiro** refletia. Decidiu:

– Amanhá mesmo ocê manda pro pau!...

Vitalino ficara no ar. Procurou uma confirmação.

– Protestar?

– Tudo que a lei dexa. O que pudé! (...)

Vitalino Borges olhava espantado o antigo colono da Formosa.

[p.101] Era para isso que o tinha convidado. Para liquidar com os Formoso.
Mais um paulista de quatrocentos anos que caía sob os golpes do **imigrante** parido
nos cafezais.

[p.112] Era ali naquela grande igreja de São Paulo, que **Monsenhor Palude** oficiava.

[p.113] Avisado, **Monsenhor Palude** apareceu no pátio, o ventre detido na larga faixa negra que circundava a batina lustrosa.

– Como? Como? O coronelo aqui! Mas que honra! Venha, vá entrando, a casa é sua... Quanto tempo!

O nariz adunco sorria sob os olhos miúdos, claros e vivos.

[p.114] Bento Formoso assentia com a cabeça. **Monsenhor Palude** assoou o nariz mole e vermelho.(...)

[p.118] Saiu depressa para a rua antes que algum fornecedor o visse, ou mesmo algum oficial de justiça. Olhou para todos os lados. Fugia matinal desses encontros terríveis em que se via obrigado a contar ao **Seu Manoel** de venda, ao **Seu Carlucho** da padaria, a sua tenebrosa história.

[p.1119, 120]

– Falo! Boca a gente tem pra falar! (...) Todos hão de cair aos pedaços, o Nicolauzinho, Seu Salim, o Vitalino... Todos! Você vai ver!

Capítulo 4

[p.129] – No **Japão** – interrompeu Carlos de Jaert num blusão esportivo – quando dois sujeitos brigam em **Kobe**, outros dois caem no mar em **Yokohama**. (...)

D. Anastácia deu uma risada explicando a graça.

– Está tão atopetado de gente, que quando há uma briga de um lado cai gente do outro lado no mar! Boa piada!

O Conde Alberto de Melo pareceu olhá-la com admiração. Nesse momento, numa jaqueta irrepreensível de criado, Kana veio passar grandes copos de uísque, com nacos de gelo dentro. Xodó, em *short* que lhe punha de fora as coxas modeladas e nuas, acompanhava-o com uma bandeja, onde se viam pratos variados de sanduíches minúsculos de patê, alface e sardinha, fatias de ovos duros e tomates sobre canapés torrados. Quando o criado saía, o oficial observou que o **japonês** constituía um dos problemas mais graves do país.

– Nunca tive criado melhor – fez o conde. – Os **japoneses** são ótimos... Não troco Kana por ninguém...

– Eu, pelo contrário, desconfio muito **dessa gente**...

O Barão do Cerrado achou que os **japoneses** só serviam para a lavoura.

– São ótimos colonos! Trabalham todos os dias até nos domingos. Só têm descanso e festa no dia do **Hirohito**. Nesse dia, por dinheiro nenhum, eles vão trabalhar. É o contrário do nosso caboclo que só tem vontade de trabalhar um dia por ano!

Nhonhô Gaita deixou o uísque e interveio:

– Pra mim essa **gente amarela** não fede nem chera!

– Os senhores aqui em São Paulo cometem o erro de acreditar no **japonês** porque ele é eficiente como colono. Mas eu e um grupo de oficiais de nosso Exército temos estudado a questão que é muito mais grave do que parece. Os senhores, por acaso, conhecem o **programa Tanaka**? É um documento precioso revelado pelo *Intelligence*

Service. Uma carta expansionista pela qual se vê claramente que o japonês pretende dominar o mundo e mais nada. Já estão formando a Grande Ásia. Depois de engolir a China, eles têm a esperança de derrubar a Rússia e enfrentar afinal os Estados Unidos.

[p.130] O Brasil já está dentro da rede de **espionagem amarela**. Nós estamos reunindo documentos para provar na Câmara Federal que a **colonização japonesa** obedece a planos predeterminados e é mais uma ocupação estratégica do que outra coisa.

Jango, que se conservava a um canto, perto de Carlos de Jaert, interrompeu com a voz pausada.

– Eles vão até para terras ruins, por ordem dos chefes de **cooperativas** que são militares.

– É verdade – confirmou o capitão. – Já se pode traçar aqui em São Paulo uma linha de **ocupação japonesa** que parte do porto de Cananéia até Juquiá, e vem à capital. Daí toma o traçado da Noroeste e atinge a Bolívia e o Peru onde eles já têm ilhas ocupadas como bases aeronavais. Por outro lado, já puseram o pé na Amazônia. O que ele visam, em caso de guerra, é a destruição fulminante do Canal do Panamá.

– Lenda! Lenda! – exclamou o conde. – Vocês estão assustados por causa do dia do **Hirohito**.

– Não é só o dia do **Hirohito** – fez Jango. – É uma coisa muito mais importante que eles chamam de **Yamato Damashi**. É o fervor pela pátria. Eu convivi com eles no litoral sul e observei reuniões da **mocidade japonesa**, vinda de toda parte, a cavalo e a pé, para realizar verdadeiros congressos nas bochechas da polícia. Reuniões que parecem as que **Hitler** está fazendo na **Alemanha** e o Plínio Salgado aqui. Com o pretexto de organizar a juventude em bases nacionalistas e patrióticas, o que ele estão fazendo é uma conspiração contra a humanidade. Estão preparando a guerra.

A discussão generalizara-se perdendo todo contorno. O conde declarou alto e bom som que de qualquer modo era preciso acabar com a **Rússia**.

– É inadmissível a existência da Rússia!

A antiga diretora de Bartira ocupou o primeiro plano da conversa, afirmando ter chegado de **Berlim** uma amiga sua, contando que nem um copo de leite era possível se arranjar lá.

– Só se pode comprar canhões...

[p.131] O boiadeiro erguera a voz. Falava nos bancos, na família, na possibilidade da **colonização chinesa**. (...)

[p.140] No quarto conjugal, o conde viu a mulher adormecer apartado do seu corpo, à luz que morria. Soprou a vela. Seus pensamentos estavam no quarto da frente da casa, ocupado pela ex-diretora de Bartira. Nunca pensara que o excitasse tanto uma mulher madura e gorda. Estava farto da **francesa**, das suas requintadas carícias. (...)

[p.143] – Acenda a vela Alberto! Que sonho horrível! Kana vinha me assassinar...

[p.154] – É o Babá e o japonês que estão voltando do cururu do Zé Bento.

Kana e o filho crescido de Anastácia Pupper descarregaram de novo os revólveres contra o céu. (...)

– Êta Buck Jones!

Nos animais marchadores do Conde Alberto de Melo os vultos atingiram o parque ajardinado e limpo da Anica.

– Punieta gostoso munto nó? Ocê gosta punieta, nó?

– Ontem bati três... Uma pra Pichorra, outra pra Xodó, outra pra Shirley Temple...

– Murié Horiude non presta munto... Só chinema...

Os cascos soaram no asfalto, ladearam as sombras da casa adormecida. O japonês apeou num pulo ágil.

[p.163] O Major reconheceu a condessa **Ana Tolstoi**. Levantou-se para beijar-lhe a mão branca.

[p.164] – Você não compreende a **alma eslava!** Alma eslava está cheia de tragédia...

[p.165] A **rusa** de pé, o Major atencioso, sentado, escutavam:

“Acorda, desperta

Saia da cama

Venha ouvir a voz

De quem tanto te ama!”

– Muito bonito! – fez a condessa. – Parece música **rusa**. Lá na minha terra também tem serenato...

[p.166] A neblina da madrugada descia nos sovações quando os dois filhos de Totó Agripa levaram o Major para junto do automóvel apagado.

– Onde está o chofer? É carro de praça.

– É um **português** que está no baile.

– Eu vou buscar...

[p.167] – Então ele não sabe que a Cidinha é de família tradicional e que as famílias paulistas não se misturam com **estrangeiros vagabundos?**

Carlito, avançando o rosto espinhento, interrompeu:

– Você parece não nos conhecer. Diga a esse **italiano** tratante que se coloque em seu lugar... ouviu? (...)

– Você sabe que os nossos avós deram de chicote na cara do avô dele que foi **colono** da Formosa?

[p.168] Carlito e o **chofer** aproximaram-se falando alto. Era um moço arcado e loiro. Otávio com o revólver fez o Major entrar no táxi. O carro partiu num silêncio que o frio da madrugada tornava maior. (...)

– A Revolução de 30 termidorizou. O feudo permanece... Os mesmos personagens de há cem anos. Só meus filhos degeneraram. Meus netos serão caboclos desdentados e pobres. E os dele? Persistirão?? Talvez... Porque ele se chama Totó... O senhor é **português**?

– Sim senhore... graças a Deus.

– Os **portugueses** foram os únicos que puderam colonizar neste clima onde as próprias plantas precisam de sementes novas, sempre renovadas. Minha tese é justa.

Depois de uma pausa o viajante perguntou:

– O senhor economiza?

– Alguma coisa. Tenho guardado algum dinheiro... Mas agora vem o comunismo e leva-me ele todo! (...)

– De 1900 para cá a Genética constatou que os caracteres se herdam... mutações e somações... Minha defunta mulher...

[p.169] O **chofer** gritou consoladoramente:

– Não se desinfelize, homem! Não se desinfelize!

[p.181] Continuou lembrando. (...) Viu o relógio. (...) Comprara-o no Salim Abara. Era a única coisa que guardava da casa do **italiano**. Olhou a cara esquelética. O **sírio** de Jurema queria que ele continuasse a escrever artigos contra os **japoneses**.

– Negro fia da puta! – exclamou insultando-se – Que tinha você de receber dinheiro do Muraoka para vir pra São Paulo?

Verdade que Muraoka era um japonês diferente dos outros. Tinha mandado a filha estudar no Ginásio Mackenzie. Depois Saru ia para a Faculdade de Filosofia. Falava tudo errado. “Mackenzi... Faculdade de Filosofia... Não havia nada como a nota. **Japonês** cheio da nota ficava diferente. O **Abara** lhe dera dinheiro para fazer campanha contra o japonês, seu concorrente comercial. Muraoka lhe dera a nota para vir embora. Uma vez ele disser na farmácia São Galeno, em Jurema, que Muraoka era a favor da nacionalização do imigrante. Mentira! Tudo era mentira! Muraoka era um dos chefes da ocupação estratégica do Sul. E o obrigara a assinar uma letra de câmbio por um ano para lhe fornecer o dinheiro da viagem. Tinha reformado a letra por mais seis meses. Estava vencendo o prazo. Iria procurar o filho de Salim, Jorge **Abara**, que era promotor, para reclamar o dinheiro que o pai lhe prometera. (...)

[p.182] Continuou: “Entre os golpes assestados pelos **japoneses** contra a soberania deste desgraçado filho pródigo, depois de 30, que é São Paulo, figura um que não pode ficar silente. Não se trata do habitual esquecimento que os **japoneses** têm pela gloriosa bandeira nacional, ‘símbolo augusto da paz’ e que fica no canto esquecida durante as festas onde figuram todas as bandeiras inclusive a americana! Mas eis que houve uma excursão dos meninos das escolas de Registo-Gô – a capital amarela da América do Sul – para ver as plantações de amora para os bichos-de-seda do célebre bairro da Raposa, e **escreveram** uma coisa **em japonês** na lousa que ninguém queria traduzir. Eu dei do meu bolso \$200 a um **japonezinho** e ele me disse que ali estava escrito que quem não fosse à excursão tinha por castigo aprender a ‘língua de basirero’. (...) Na minha própria farmácia um **japonês** teve a ousadia de afirmar que a natalidade no Japão só tinha um remédio: a aquisição de terras pela força dos tratados ou, se fosse necessário, pela *força das armas!* Veja, caro mestre, como este magno problema afeta até a nossa defesa nacional. No entanto há cínicos que afirmam que a **colonização japonesa** é a melhor que existe. Porém é muito fácil de explicar o rendimento do **imigrante amarelo**. Iss que se chama pomposamente de **milagre japonês** afirmando com razão que um alqueire de terra dá 60:000\$000 na **mão do amarelo** e só rende 2:000\$000 na mão do caboclo. Mestre Miguel Couto, essa é a mais infamosa propaganda feita contra o nosso caipira, que eu tenho visto. Vou lhe explicar porquê em duas palavras apenas:

[p.183] o **amarelo** arrenda a terra e quando a abandona esta não presta mais pra nada. Eles usam uma qualidade de adubo tal que inutiliza a terra depois de um certo tempo e então o caboclo que não conhece o truque deles vai plantar nessa terra e só toma na cabeça. A terra que o **japonês** utiliza só serve depois pra dar vulcão, como na terra deles... O senhor, Professor, sabe também que os **japoneses** são todos organizados em cooptivas, que não lhes falta o auxílio econômico vindo diretamente do governo de **Tóquio**. De lá vêm também técnicos formidáveis: engenheiros agrônomos, eletricitas, arquitetos, químicos e sábios. Não duvide! Além disso eles eliminam o intermediário que é o maior cancro do regime capitalista e que estrangula o nosso caboclo. E só se interessam pela pequena propriedade. Oh! Não tenha a menor dúvida sobre o que lhe estou dizendo Professor! Os crimes nefando que eles têm cometido para se apossar das terras do pobre nacional precisam ser vingados! Mais cedo ou mais tarde! Não raro os **amarelos** dão sumiço a um cidadão brasileiro cujo cadáver decomposto aparece boiando no rio ou praia do mar. Na maioria das vezes nem os cadáveres dos chefes de família aparecem mais e então os indesejáveis **imigrantes** escorraçam as pobres viúvas e os míseros órfãos do sítio e se apossam da terra. Também não raras vezes aparecem uns brasileiros renegados e ordinários que os **amarelos** embebedam e subornam, fazendo-se passar pelo assassinado para poderem assinar por qualquer 100\$000 as escrituras vendendo as terras a eles. É por isso que os **japoneses** já possuem enormes

extensões de solo pátrio. Veja que perigo estamos correndo! Além disso trata-se de uma ocupação estratégica, pois não se explica a causa pela qual eles vão para terras ruins que nada produzem. E parece que não é estranho a essas façanhas o credo nefando de Plínio Salgado. Saindo do Porto de Cananéia, onde pode caber a esquadra inteira do **Mikado** e que eles já envolveram completamente, daí eles vê até Juquiá e daí passando por Cutia e pela capital do Estado seguem o rumo da Estrada de Ferro Noroeste na direção de Mato Grosso, da Bolívia e do Peru, onde consta que eles têm bases navais e aéreas nas ilhas do Oceano Pacífico, a fim de tomar o Canal do Panamá num só dia e cortar as Américas num abrir e fechar d'olhos, caindo assim o nosso querido Brasil (...)

[p.184] em suas garras de repente! Veja que infelicidade. Caro Mestre! Com a admiração crescente do seu criado e colega. Dr. Rebouças do V.P. São Paulo – Posta-
-Restante.” (...)

Tomou de novo a caneta-tinteiro para fazer o seguinte *post scriptum*: “ O mais perigoso de toda a região Sul do litoral paulista é o negociante chamado Muraoka que dizem que era **Almirante no Japão**. Este deve ser imediatamente preso e deportado. É *favor*...

[p.186] – De que você está rindo, seu maroto!

– Um japonês me disse que país sem fantasma não vale nada...

– Então o Brasil vale muito, porque só tem fantasma!

[p.187] Jango desceu de um táxi, vendo sair, de outro, **Jorge Abara**, em companhia de dois “tenentes”. O **turquinho** liberal queria afirma-se na política. Nova.

[p.195] – Esses da camisa verde não são assim. (...) Eles é que hão de acabar com as roubalheiras dos políticos e tirar o dinheiro dos **judeus** pra dar pra vocês...

– Mecê me descurpe mais política de pobre é enxada.

– Eles vão por para fora daqui tudo que é **estrangeiro**. Expulsar sem dó nem piedade!

– Devia mermo. O que estraga a gente é essa **intalianada**!

– E o **japoneis**!

– E o **judeu**! – insistiu o rapaz. – O **judeu** é o pior que tem! Nem se compara!

[p.196] Dos mármore polidos do hall tinham passado aos tapetes orientais do living-room para degustar o Dubonet e o cocktail servidos em cristalinos cálices de Igreja. A Condessa **Leontine Bourrichon** inaugurava com mais um almoço a sua residência no Jardim América. (...)

– O negoce no stá pra dá risade! Felizmente a **France** tem o Laval qui vá fazerr o aliance com o Mussolini...

[p.197] – Qu'est-ce que tu lui a dit? – perguntou Leô que parara de servir o aperitivo. (...)

A **francesa** tomou o cão encolhido, encheu-o de beijo, levou-o.

[p.198] Uma figura máscula e nervosa de padre surgiu, tendo na mão o chapéu enlaçado em cordéis roxos, a cabeça grisalha, o olhar adunco. A **francesa** precipitou os lábios sobre o anel.

[p.199] Antes de sentar-se, **Monsenhor Arquelau** fez um imperceptível sinal-da-cruz que quase todos imitaram. Leô colocara-o à direita, em face do conde. (...)

[p.200] – O Doutor Fiusa? Um burre! É nosso inimigue! – exclamou Leô para Chiquito. Fê-lo repetir o prato. (...)

[p.201] – Eu tive uma amiga grande, esbelta alta, sólida, musculosa, enfim, um colosso... Da Baviera.

– As **alemãs** não são nada frias! É um engano!

[p.204] – Você sabe fazer macarrão a bolonhesa?

A mulata, comadral e limpa, retrucar sorrindo:

– Se não haverá de sabê! Comida de **carcamano**?

[p.208] – Por isso é que eu estou com os integralistas! São os únicos que podem evitar que nos entreguemos aos **judeus**...

[p.209] – Os **judeus**! Os **judeus**! Tudo isso é exploração e burrice... É palavra de ordem de Hitler, eu sou contra...

– Você é contra porque não sabe história! – exclamou o Major empinando na poltrona, subitamente grave. (...) Você ignora que a expulsão dos **judeus** seja uma medida clássica da defesa dos organismos dos povos? Moisés não saiu do Egito voluntariamente. Saiu a pau. Aquele providencial faraó, que a Bíblia naturalmente deforma a favor do sentido semita da história, foi o primeiro Hitler que enxergou e resolveu o problema **judaico**. Ele expulsou Moisés e mandou executar um pogrom que fez o mar ficar vermelho!

[p.217] Com certeza, o italiano assinaria dez contos. Passou a porta, timidamente se aproximou da Diretoria, sem entrar. A voz de Nicolau Abramonte veio de dentro:

– Quinhê? Dixa de fazê que entra e non entra!

Ele pôs a cabeça, penetrou sobre o tapete alto. O italiano mal levantou os óculos do papéis que reunia sobre a mesa:

– Vá parlando! Diga!

O integralista sentiu-se incapaz de expor qualquer coisa ante aquela nítida grosseria. Abramonte levantou os óculos, apontou a cadeira vazia a seu lado.

– Eu sou da Ação Integralista Brasileira...

– Como vai o Prinio Sargado?

– O chefe vai bem. Ele me mandou aqui. Trouxe-lhe este cartão da Baronesa de Fedegoso...

Nicolauzinho guardou sem ler o envelope largo e armoriado que ele lhe passava. (...)

Silvio Lapa sorriu sem compreender. O banqueiro continuou:

– Dixa os comunista em paz. Tirando um ou outro, são boa gente. São necessário. Até as cobra são necessário. Os comunista não fazem mal pra ninguém. Não me aporrinha, não pede emprego, não venham buscá dinheiro...

[p.218] O banqueiro retirou os óculos.

O senhor é pobre? Não diga mais nada! O senhor é um privilegiado. Tem tudo! Acorda de madrugada! Tem os ocaso em cima do Viaduto. Mas faça o favore non abuse desse privilégio! Não venha aborrecere um que tem calo nas mão e nas costa!

O integralista levantou-se:

– Há homens que pensam em salvar outra coisa além dos seus interesses econômicos. Há outros que nem pensam! Não pensam nada!

– Todos pensa! Se o home não fosse feito pra pensá tinha, no lugare da cabeça, uma bunda, uma bunda sonora!

– Muitos têm – Exclamou o rapaz saindo.

Silvio Lapa pensava no relincho mudo do chefe, quando fosse inteirado da atitude de quele judeu. Passou por Vitalino sem cumprimentar nem ver o anauê que ele esboçava com a mão gorda.

Abramonte câmara lá dentro. O gerente correu, entrou.

– Non chega o Jango? Este mi veio fazê ameaça aqui drento! Pra levá o dinheiro! Que si pensa? Eu vou do Presidente da República. Quero sabê quem pode mais, eu ou esses limpa-litrina?

[p.227] – Você se lembra daquele aquário que eu revirei no salão de Miss Pearson, num foxe? – perguntou Ubaldo.

D. Guiomar pagara o prejuízo à senhora inglesa, onde ele fizera estragos num

cocktail party, matando peixes caros para bolinar Xodó.

[p.228] Um avião de passeio estrugiu sobre o pequeno coreto cercado de música e de povo, em torno dos caminhões que chegavam.

– É o Kana! É o nosso aviador!(...)

O rapaz subiu ao coreto, onde os chefes se haviam colocado num banco de pau. Era Carlos Benjamin. O avião baixou, passou rente, espantando o povo. Subiu. O japonês acenou.

– É o aviador do conde!

[p.229] O avião apontou sobre a serra, cresceu. O orador parou para levantar o braço com os outros na direção do japonês que fazia a saudação fascista numa perigosa descida. Aprumou o aparelho. O povo aclamou-o.

[p.230] (...)Um anauê para o vosso Chefe Municipal, Doutor Miguel Riskalá! Três anauês para o Chefe Nacional, Plínio Salgado! Um anauê para o Brasil!

A banda de música entoou a *Giuvezza*. Algumas vozes cantaram.

Miguel Riskalá, que era o dentista local, anafado e careca na farda partidária, pediu a opinião dos circunstantes e abriu as inscrições para o Partido. Os capiaus aprovaram, vinham dar o nome timidamente, trazidos pelos propagandistas. (...)

– Você vai entrá, Pepino?

– Natorelle! Io sô intaliano, rapaiz!

[p.231] Os integralistas aproximaram-se dos caminhões com os motores já em movimento. Um alemãozinho foi encarregado da chefia do núcleo fundado. O dentista sírio, de pé, ao lado de Carlos Benjamin, gritou ainda para o povo que dispersava:

– “Deus, Pátria e Família” é o nosso lema! E é a síntese do cristianismo!

[p.232] A Condessa Ana Tolstoi, os cabelos loiros repuxados para cima por um chapéu pequeno e alto, deu uma joelhada no marido que dormitava num terno cinza-claro. Calheiros da Graça descerrou os olhos empapuçados sob a calva úmida de suor.

– Que segnefica subestantivo?

[p.233]A Condessa Ana Tolstoi falou baixo ao marido:

– Você non me diz que é subestantivo...

Calheiros exclamou de dentro de sua astenia:

– Ele está se divertindo!

[p.235]Todos riram. O pintor continuou:

– A música social é a valsa e o prelúdio de amor... (...)

– Que horror! Que horror! – disse Ana Tolstoi entrando na discussão. – Vocês não sabem nada!

Jack passou o braço aos ombros da mulher pequena que se encolhia numa capa de herminia.

– Você é filha do grande Tolstoi! Devia saber...

– Sobrinha-bisneta! Se volto na Rússia vô morar em casa dele!

A chegada da russa branca fez a roda debandar...

[p.241] Um soldado deteve Lírio no meio da praça, fê-lo seguir na direção da Central. Tomou-lhe o revólver. Ele ia satisfeito de ser preso. Disposto, se fosse preciso, a assumir a responsabilidade do conflito. Pela primeira vez sentira a ação da massa. Plaumburn lhe dissera em Jurema que tudo no mundo se reduzia à luta de classes...

[p.244] Jango a uma banco alto do bar, no Clube de Arte, bebia vodca diante de Aurora Boreal. (...)

– Estive de copeira na casa da **francesa** do seu tio. Ele é um gabiru. A mulher ficou com ciúmes. Me tocou.

[p.249] A Condessa **Ana Tolstoi** levantara-se acompanhada de Jack de São Cristóvão. Estava num tailleur cinza-claro. (...)

A Condessa Ana Tolstoi apontou um quadro de Miro.

– Que seguenifica isso?

– Ah! Isso é sexo. É Freud puro... Tome mais um uísque e você compreende...(..)

Ela virou o copo de uísque, levantou-se. Jack baixara-se, beijou-lhe rapidamente os lábios vermelhos de batom.

[p.250] Entregou os objetos finos à **russa**. Enquanto **ela** se fechava no aposento contíguo, despiu-se completamente, passou um pijama azul.

[p.250,251]

– Que você tem nessa perna?

– Foi tiro de revólver que me deram em Marselha...

Aquilo excitou prodigiosamente o homem. Tinha na cama uma mulher casada que trazia a marca de um drama da Migdal. (...)

O artista ia jantar no Automóvel Clube onde talvez encontrasse Calheiros da Graça. (...) Murmurava o nome da amante para os transeuntes sombrios, como se quisesse contar ao mundo sua esquisita ventura.

– **Ana Tolstoi!** Ana Tolstoi! O tiro de revólver!

[p.259] As vidraças do atelier de Incoronata Frelin estavam fechadas naquele domingo por causa da poeira. Os figurinos, grudados ali, ficavam depressa amarelos.

D. Patrocínio perguntou se não tinham achado casa para mudar do Canindé.

– Nós devia mudá! Esse véio não arranja emprego mais. Assim não vai! (...)

Incoronata tinha o beijo polpudo e caído sobre os dentes claros. O cabelo cacheava na cabeça morena. Estava num vestido azul sobre os tacões altos do domingo. Ao contrário, Valquíria era branca e loira. Trazia a testa cheia de rugas e a cara velha e mal pintada. Experimentava um molde numa mulher atarracada e gorda, coberta de alfinetes. Ao fundo, um manequim vermelhava junto à cama de Felícia Benjamin. Perto, a máquina de costura luzia parada.

[p.260] – Fica quieta **Dona Patrocínio**, sinão não posso exprimentá o vistido.

– Não se pode nem falare... (...)

Era Incoronata que falava. A irmã media a fazenda preta no peito alentado da freguesa.

[p.261] – Pronto **Dona Patrocínio**. Está uma maravilha! Olhe no espelho.

A **portuguesa** mirou-se num porta de guarda-roupa velho e quebrado, a um ângulo do quarto. Revirou-se.

– Me parece fulgado!

[p.262] – Não é. Se a senhora ispicha a barriga pra drento, faiz uma cinturinha na prova depois o vistido não cabe. Não cabe mesmo!

Incoronata falou:

– Parece uma boneca. Pode até avoá!

[p.268] Perto deles Silva Calheiros, espapaçado na poltrona, dormia. A **Condessa Ana Tolstoi** não o via rressonar, presa aos lábios do conferencista.(...)

[p.269] – Ao sábado **Mikael** lavava com grandes baldes de água os dois quartos e a pequena cozinha de telha vã, que chamava de Retiro Feliz. (...) E trazia ao russo emigrado aquela recordação da infância. (...) **Mikael** lia nas horas que tinha. E aprendera muito da situação brasileira acamaradeando-se com o companheiro Claudino a

quem fora apresentado numa pensão do Belém onde moravam Lopo e outros elementos da Juventude Comunista. (...)

[p.270] **Mikael** abria as pernas fortes, baixava-se em movimentos rápidos, colocava os lençóis e a roupa pesada na tina grande enquanto Lucinda torciam em anil, no taque, o linho fino dos apartamentos.

[p.270, 271] Um negro doente, mordido de cobra, morava num fundo de telheiro, ao lado do forno onde a gente daquele aglomerado fazia o pão diário. (...) **Mikael** amanhecia na horta. (...)

Quando tivesse dinheiro compraria um pequenino rádio.(...)

Mikael olhava-o, sentia-se abandonado como ele.

[p.273] Levantara-se. A Zefa quis esquentar o café.

(...) **Mikael** passa va em frente à janela. Parou.

– Como vai a senhora?

– Depois que aqueles dois fujó sumiu, non apareceu mais lá! Um dia quim sabe a Rússia vem aqui... Nós é qui nem vaca. Se a vaca sabsesse a força que tem, nós não comia carne de vaca!

Saiu com o **russo**. Foi lhe contando a história do grilo, a luta contra o Major que oferecia meio alqueire de terra para terminar a querela judicial.

OBSERVAÇÕES ESPECÍFICAS

- Foram mantidas a ortografia e as acentuações originais.
- Divisão dos capítulos/páginas em Marco Zero II - Chão:
 - Capítulo I – Resta húmus na terra (página 1 a 47)
 - Capítulo II – O solo doas catacumbas (páginas 48 a 84)
 - Capítulo III – O decapitador (páginas 85 a 122)
 - Capítulo IV – Reina paz no latifúndio (páginas 123 a 154)
 - Capítulo V – Tapete dos terreiros (páginas 155 a 189)
 - Capítulo VI – Oh! Guerreiros da taba sagrada (páginas 190 a 241)
 - Capítulo VII – Somos um Eldorado fracassado (páginas 242 a 286)

• Alguns dos personagens deste livro que figuram como estrangeiros: Abara (turcos); Abramonte (italiano); Léontine Bourrichon (francesa); Formoso (Dinamérico Klag; norte da Europa); Ana Tolstoi (russa); Muraoka (japonês); Kana (japonês); Plaumburn (alemão); Sirra (sírio); Frelin (italiano); Monsenhor Palude (italiano).